

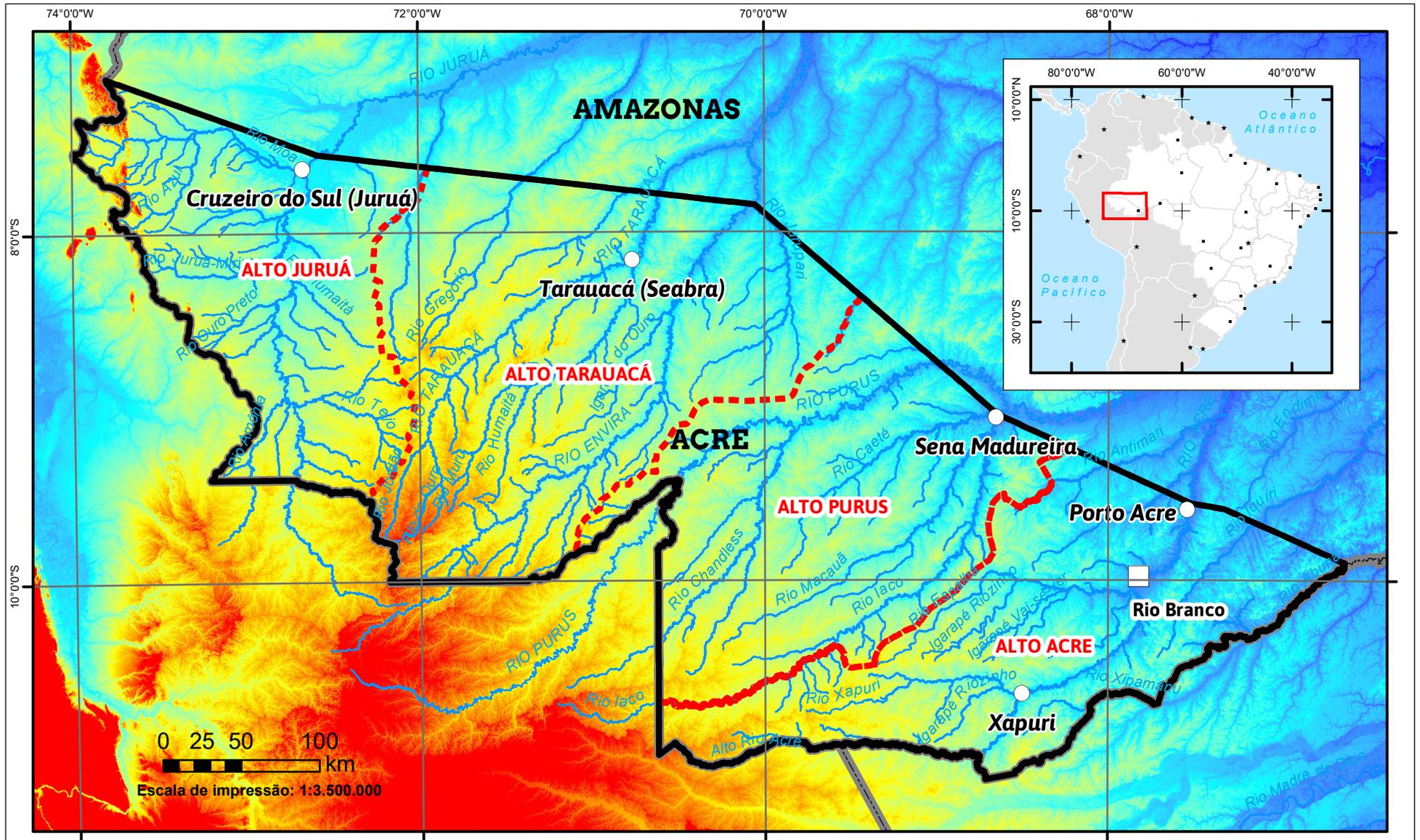
Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Marcio Rodrigo Côelho de Carvalho

**Entre o Uwa'kürü e o Acre:
fragmentos da formação territorial
e urbana entre vazios e inexistências**

TESE DE DOUTORADO

São Paulo - 2020



Entre o Uwa'kürün e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências. Autor: Marcio Rodrigo Cøelho de Carvalho (Elaboração figura: Igor Pedroza)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – PPG - AU

Entre o *Uwa'kürü* e o Acre:

fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências

Between the Uwa'kürü and the Acre:

Fragments of the territorial and urban formation amidst voids and nonexistence

Marcio Rodrigo Côelho de Carvalho

São Paulo - SP

2020

Marcio Rodrigo Coelho de Carvalho

**Entre o *Uwa'kürü* e o Acre:
fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências**

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB A
RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 25 de julho de 2020.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo - PPG – AU, da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo - FAU da Universidade de São Paulo – FAUUSP.

Área de concentração de História e Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo, Linha de Pesquisa 2 – Cultura, Produção Material e
Instituições.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno.

São Paulo - SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Carvalho, Marcio Rodrigo Côelho de

Entre o Uwa'kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências / Marcio Rodrigo Côelho de Carvalho; orientadora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. - São Paulo, 2020.

458f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Acre. 2. Formação Territorial. 3. Urbanização. 4. Territórios Federais. I. Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira, orient. II. Título.



Universidade de São Paulo

ATA DE DEFESA

Aluno: 16133 - 9712852 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Marcio Rodrigo Cômelo de Carvalho no Programa: Arquitetura e Urbanismo, do(a) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Aos 26 dias do mês de maio de 2020, no(a) realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Marcio Rodrigo Cômelo de Carvalho, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada:

"Entre o Uwa'kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Batriz Piccolotto Siqueira Bueno	Presidente	FAU - USP	Aprovado
Manoel Fernandes de Sousa Neto	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Íris Kantor	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
João Carlos dos Santos Garcia	Titular	U.Porto(FFLCH)	Aprovado
Gerson Rodrigues de Albuquerque	Titular	UFAC - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

a banca examinadora aprova a tese por unanimidade e ressalta a qualidade da pesquisa e medulismo na abordagem, aconselhando a sua publicação

Eu, Dina Vasconcellos Leone, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 26 dias do mês de maio de 2020.

Manoel Fernandes de Sousa Neto

Íris Kantor

João Carlos dos Santos Garcia

Gerson Rodrigues de Albuquerque

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em _____ e, portanto, o(a) aluno(a) _____ jus ao título de Doutor em Ciências obtido no Programa Arquitetura e Urbanismo - Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

À Maria e a José, nascidos entre as nossas [a minha e a da mãe, Nila] teses,
por serem a maior prova irrefutável do encantamento, da leveza, da ternura e do amor
em nossas vidas

AGRADECIMENTOS

A Lula e à Dilma, pela utopia em nosso país que experimentamos como uma sociedade mais justa e inclusiva e de valorização do Estado brasileiro. Através de suas políticas públicas pude conquistar minha emancipação cidadã. Sou grato por eu ser fruto de um projeto social de nação e ser, em minha família de avós analfabetos do Agreste e Mata pernambucanos, o segundo a galgar o doutorado na formação acadêmica. Agradeço ainda por permitirem que eu simbolize a transformação positiva da relação de minha família com São Paulo, marcada pela emigração desde a década de 1970 para servir de mão de obra braçal como “paraíba” e “baianos”. Hoje alcanço a formação intelectual nessa cidade. A mudança também se dá na relação com o Acre. De sobrinho de um arigó sumido como soldado da borracha na década de 1940, fui viver no Acre, em 2010, através da conquista de um concurso público e do ingresso na docência de ensino superior.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo apoio na concessão de bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE.

À FAUUSP, pela concessão de auxílio financeiro para Atividades de Pesquisa no Exterior.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, pela cessão do afastamento integral de minhas atividades técnicas para a vivência do doutorado. Agradeço, ainda, o apoio dos colegas de trabalho da Superintendência Estadual do IPHAN no Ceará, IPHAN-CE.

Ao Centro Universitário Sete de Setembro – UNI7, representado pelo Vice coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo, prof. Me. Tiago Souza, pela compreensão e apoio. Agradeço ainda aos alunos e ex-alunos, pela solidariedade, flexibilidade, respeito e estímulo.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, pelo interesse imediato no objeto da tese, pelos ensinamentos, orientações e desafios lançados. Agradeço especialmente pela generosidade e socialização de seu conhecimento e de sua rede profissional ao longo de toda a minha investigação e escrita.

Ao Prof. Dr. João Carlos Garcia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - FLUP, Portugal, meu supervisor no Doutorado Sanduíche, pela erudição, disciplina, disponibilidade, simplicidade e humor inteligente, pela convivência acadêmica e humana, dentro e fora da instituição.

Aos professores e pesquisadores em Portugal: Dr. Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda, Me. André Ferrand de Almeida, Prof.^a Dra. Renata Klatau Malcher de Araújo e Prof. Dr. Walter

Rossa, pelas reuniões pessoais e generosas sugestões de pesquisa e caminhos para a compreensão do objeto de investigação.

Aos professores Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto e Dra. Íris Kantor, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH-USP, pelas expressivas contribuições na Banca de Qualificação e no II Seminário em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo/doutorado da FAUUSP, pela participação na banca de defesa, além das conversas e orientações ocorridas ao longo desses anos.

Aos professores da FAUUSP, especialmente à Dra. Nilce Aravecchia Botas, Dra. Flávia Brito, Dra. Renata Martins, Dra. Maria Lúcia Caira Gitahy e Dr. Renato Cymbalista, pelas disciplinas ministradas, conversas e orientações preciosas.

Aos professores da Universidade Federal do Acre – UFAC, Dra. Gisela de Andrade Brugnara, Dra. Maria de Jesus Morais, Dr. Gerson Rodrigues de Albuquerque, Dr. Sérgio Roberto Gomes de Souza e Dr. Eduardo de Araújo Carneiro e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, Me. Joana Dias de Oliveira, pelo desenvolvimento de suas pesquisas, sugestões e pela contribuição no debate e alinhamento do objeto de minha tese. A Gerson, em especial, pela vibrante e lúcida avaliação na banca de defesa.

A Pedro Eymar, ex-diretor do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará – MAUC, pelas excelentes contribuições sobre a temática dos cearenses destinados ao Acre.

Às pesquisadoras arquitetas e urbanistas Dra. Simone Martinelli Campos e Dra. Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da Costa, pelas conversas e auxílio na elaboração destes escritos.

Ao pesquisador manauara Me. Frederico Alexandre de Oliveira Lima, pelas valiosas orientações sobre os acervos bolivianos.

Aos amigos da vida e ex-colegas da Superintendência Estadual do IPHAN no Acre – IPHAN-AC: Anna Paula Silva, Líbia Almeida, Juliana Cunha, Deyvesson Gusmão, Cristiane Martins, Stélia Castro, Leandro Amaral, Andreia Baia Prestes, Ledja Leite, Antônia Damasceno, Arlan Hudson e Cynthia Tarrisse da Fontoura pela sinergia, utopia e pelo espírito amazônida que nos une até hoje.

Aos amigos do Acre, Diana Dantas, da Fundação Municipal de Esporte, Cultura e Lazer Garibaldi Brasil – FGB, Leandro Araújo da Fundação de Cultura Elias Mansour - FEM, Cláudio Cavalcante da União Educacional do Norte - UNINORTE, Ana Lúcia Cunha do Acervo

Histórico do Poder Judiciário do Acre no Palácio da Justiça, a ex-aluna Andréa Farias Nobre, pela atenção, disponibilidade de informações e documentos e, especialmente, pelo afeto.

Aos amigos brasileiros construídos e reencontrado em Portugal: Jeferton Medeiros, Thainá Dutra, Gabriel Borela Franzoni, Nicolas Alessandro Belete, Lana Patrícia Nunes, Christian Barboza, Daniel Martins Abelha, Natalie Dantas, Célia Regina Araújo, Marcus Queiroz e Leandro Moura, pela inteligente, lúdica, calorosa, ética e familiar convivência em terras estrangeiras.

Aos amigos da morada em Portugal, os portugueses Luiz Costa, Daniela Mascarenhas e Sonya Marques, e à brasileira Luiza Spiegel, pela leveza e beleza da juventude emanadas em nossa convivência doméstica.

Aos amigos cearenses em São Paulo, Renato Mesquita Rodolfo e Régis Leitão Sydrião, pela ajuda na logística de minhas atividades na FAUUSP, e a Antônio José, pelo apoio na proposição do Doutorado Sanduíche.

Ao Amigo Ney Gomes, paraense cidadão do mundo, pela guarida, pela convivência bem humorada e inteligente na sua casa durante minha estada em São Paulo, em 2016.

À Aline de Figueirôa, pela amizade, estímulo e conversas sempre frutíferas, pelo humor e poesia de nossos encontros e correspondências.

A Igor Pedroza, pelo afeto que ultrapassa a sua dedicação na formatação do texto e confecção dos mapas desta tese e se traduz em gestos de amizade. À Aline Paiva, pelo carinho e torcida.

Aos meus amigos pernambucanos, acreanos, cearenses e de tantas outras partes do Brasil e fora daqui, por toda a força traduzida em amor fraternal e em respeito às minhas opções e ausências nestes últimos quatro anos.

A cada acreano e acreana que conheci, convivi e que me estimulou a conhecer suas vidas, histórias, origens que me levaram a construir esta tese.

À minha família representada pelos meus pais, Holanda e Edilene, e meus irmãos Jullyana, Júnior e Artur, pelos sonhos e avanços em nossas vidas. Agradeço em especial à incansável, visionária e destemida mulher que está sempre comigo, Mãeinha, que me dizia sempre, quando pequeno: “estude para ter emprego e poder viajar e me levar junto”. Fiz de suas orientações um mantra e prática de vida e esta tese é uma materialização de sua força maternal e feminil e de nossos sonhos.

Aos meus filhos Maria e José, que chegaram em minha vida durante esses quatro anos de pesquisa. Trouxeram o frescor, a vivacidade e a inocência tão necessários diante do árduo e solitário ofício da construção de uma tese. Agradeço por cada colo, cada choro, cada chamada para brincar, cada batida na porta do escritório de nossa casa, cada sono, cada olhar penetrante, cada sorriso, tudo como insistências encantadas dessas pequenas criaturas para que, nesse mar infinito e revoltado da escrita, eu percebesse a placidez do real e o essencial propósito da vida.

À Nila, pelo nosso casamento traduzido e praticado cotidianamente em respeito, em gestos solidários, em alteridade, em companheirismo na busca do cultivo da paz e do amor em nossa família.

De alma e coração abertos e sinceros, agradeço.

Os rios não comandam esta tese, porque os rios não comandam a minha vida¹

Em 2009 prestei o concurso público ao IPHAN. Naquela ocasião os candidatos deveriam optar pela localização de vagas específicas, entre as unidades da federação. Lembro que a aposta nesta empreitada esteve associada a uma necessidade geral de mudança em minha vida. Quando me inscrevi, olhei para o mapa do Brasil e tinha como pré-requisito eleger uma região que, para nós das Capitâneas Hereditárias da costa atlântica, achávamos inacessível e longínquo, através do generalizante, preconceituoso e desconhecido olhar sobre nós mesmos, brasileiros. A Amazônia me atraía por toda a sua riqueza natural e cultural, como também me imantava a geografia de tríplice fronteira. Assim, fiquei em dúvida entre os, praticamente “inexistentes”, estados do Acre e de Roraima. O anonimato era mais um magnetismo para a minha decisão. Optei por Rio Branco, pela sede da Superintendência Estadual do IPHAN no Acre – IPHAN-AC.

Esta decisão foi alimentada por rápidas pesquisas pela internet, em especial nos grupos de discussão das redes sociais, sobre a qualidade de vida nas capitais especuladas. À época não havia qualquer pessoa em meu círculo de convivência que conhecesse as minhas opções de futura morada. No caso rio branquense, os processos de reabilitação urbana, da valorização do patrimônio cultural, da recuperação e de ampliação dos espaços públicos livres: orlas fluviais, horto, praças, parques, vias urbanas etc., me cativaram, diante do que lia e via a cada investigação. A existência de bibliotecas, de museus e demais espaços de memória, teatros, uma cena cultural de música, teatro, dança, feiras, exposições etc., que surgiam nas navegações especulativas direcionavam o meu interesse por esse lugar.

O caráter de cidade de médio porte e a efervescência histórica, artística e cultural me atraíam tão fortemente quanto a própria insciência do que eu me propunha a vivenciar. Havia também uma inquietude fortemente pautada pelo âmbito profissional. Eu necessitava conhecer outros Brasis, outras arquiteturas, outras cidades, outras culturas, outros modos de

¹ Este título critica a perspectiva amazonialista amparado pelas severas contestações de Albuquerque (2016; 2019) que movimentam as âncoras no determinismo geográfico tão praticado nos textos pioneiros sobre a Amazônia e o Acre, especificamente. Tais escritos seduzem e criam amarras que se propagam incontestavelmente em produções acadêmicas e outros fins sobre a temática trazidas aos dias de hoje. A crítica à naturalização das forças e imposições da geografia física acerca da existência e ocupação humana se colocam evidentes nesta tese. Especialmente desde o capítulo 1 diante das compreensões contemporâneas sobre a ocupação pré-colonial na região em estudos, elucidadas por vieses arqueológicos e antropológicos que revisam tais “verdades”. O título em questão é provocado pela obra: TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

vida como um exercício de ampliação de meu conhecimento e de minhas sensibilidades. Eu tinha consciência que, com esta opção de vida, o encontro com a Amazônia seria transformador.

Consegui a aprovação e em 07 de setembro de 2010 me mudei para o Acre. Lembro exatamente os anéis das queimadas que via lá do alto, do voo entre Brasília e Rio Branco, nas mais de 3h da conexão. Minhas lágrimas saudosas da cisão e desamparo que me submetia naquela atitude pareciam inocente e inconscientemente procurar apagar aquelas chamas quilométricas. O fogo ardia naquela vastidão da natureza do cerrado e da floresta amazônica que eu sobrevoava pela primeira vez. No dia seguinte ao da minha fui conhecer a cidade e aquele calor imenso de quase 40 graus associado a uma alta umidade e fumaça me impactou. Ainda era o verão amazônico. Maior impacto foi ver o rio Acre pela primeira vez, com dezenas de pessoas debruçadas em suas margens para acompanhar a sua passagem.

Tomei posse dia 09 de setembro daquele ano como Técnico/Arquiteto de uma Superintendência Estadual recém-criada pela Reforma Administrativa empreendida pelo Governo Federal da gestão do então Presidente Lula, que extinguiu as Regionais e estabeleceu estruturas mínimas em todas as unidades federativas. Minha permanência no Acre durou até o dia 21 de junho de 2014, quando fui removido, a pedido, para a Superintendência Estadual do IPHAN no Ceará – IPHAN-CE. Foram 3 anos, 9 meses e 14 dias de intensa aprendizagem, amadurecimento profissional e, no plano pessoal, um contínuo exercício da alma. À época, havia apenas um único bem tombado pelo IPHAN, no Acre: a Casa de Chico Mendes, em Xapuri. O ambiente e o momento nas atividades da Superintendência eram propensos às pesquisas intensas para a identificação dos bens culturais e a construção de proposições preservacionistas. O IPHAN estreava sua fixação com unidade mínima no Acre. A estreia também era da construção dos discursos sobre o patrimônio cultural naquela realidade. Pude protagonizar e participar de importantes estudos de proposições de Tombamento, sempre numa atividade inaugural para o levantamento, identificação e construção argumentativa sobre a significância e as proposições de políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural.

Em fevereiro de 2011 me tornei professor em nível superior. Estreei na docência na Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO e na União Educacional do Norte – UNINORTE, ambas na capital, nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Para mim, o novo ofício significava outra conquista e possibilidade do amadurecimento multifacetado. Além do ensino, enveredei por pesquisas científicas e desenvolvi com os discentes algumas sobre a formação urbana da capital Rio Branco. Tanto os estudos do IPHAN-AC quanto os da Faculdade propiciaram para mim o acesso a um acervo documental e a um conteúdo com grande

e inusitado potencial a ser explorado nos estudos sobre a dimensão arquitetônica e urbanística do Acre. O desconhecimento das fontes e das informações é imenso, tanto dentro do estado quanto em outras partes do país e muitas estão à espera de desbravadoras e pioneiras investigações. Estas múltiplas possibilidades criaram em mim um enorme entusiasmo para seguir técnica e academicamente esta relação com o conteúdo que se descortinava em minha profissão. A constatação de que historiografia brasileira tem um grande débito sobre a Amazônia e carece repará-lo, inclusive com a inserção do Acre nas narrativas de formação urbana e regional no país, sempre foi para mim, um misto de crítica e estímulo².

Em termos pessoais, houve outra grande revelação sobre esse lugar. Na primeira visita aos familiares nos Barreiros, cidade onde nasci, em Pernambuco, ainda nas festas de fim de ano de 2010, a minha mudança para o Acre fez reacender uma das inúmeras histórias que o lado paterno de meus parentes trata com discrição e certo pudor. Veio à tona algo que eu jamais tinha tido conhecimento. Foi a existência e a história de vida de meu tio José de Carvalho, com o apelido de Zezé, do primeiro casamento de meu avô João Francisco de Carvalho. Meus tios me falaram que ele era um exímio desenhista e que foi recrutado para ser soldado da borracha no Acre, na década de 1940. E do município na zona da mata sul litorânea e açucareira pernambucana, partiu para a Amazônia sul-ocidental gomífera.

A sua mudança, como de seus muitos contemporâneos e companheiros recrutados para a ida quase compulsória à Amazônia sob os discursos de Defesa Nacional, foi marcada pelo sumiço e perda de contatos diante de nossa família. Ao silêncio de meus parentes sobre o caso se somou o silêncio da (in)existência de meu tio entre os rios e florestas. Após o conhecimento desse fato, tentei, em poucos e quase impossíveis caminhos, localizar documentos de imigração dos portos, ou de boca em boca localizar alguma pessoa de sobrenome de minha genealogia. Tentei, ainda, identificar alguém com naturalidade igual a minha durante minha estada por lá. Ações em vão. As pessoas não são documentos nem oralidades. Esses vestígios memorialistas são fragmentos e eleições de narrativas. Muitas questões no Acre parecem tão desafiadoras quanto os relatos de viagens dos seus exploradores de séculos atrás contidos nos documentos consultados desta tese. Ali, em muito, várias realidades permanecem inacessíveis, isoladas, ocultas.

²A esta questão são abordadas explorações do estado de conhecimento, bem como nas conclusões retomo a relação com a produção historiográfica e a lacuna temática aqui evidenciada diante do volume de conhecimento consagrado e circulado sobre a formação histórica, territorial, urbana e arquitetônica do Brasil.

Uma das mudanças de vida esteve no âmbito acadêmico. Despreendi-me dos caminhos teórico-metodológicos relacionados às Fontes Orais, à Subjetividade na Arquitetura, às recorrências à Antropologia Urbana, à Psicanálise e à Geografia Ambiental que marcaram o meu percurso de formação superior até o mestrado e antes de chegar ao Acre. Certamente as permanências de meus interesses investigativos ainda são os mesmos quanto às temáticas: História da Cidade, do Urbanismo e da Urbanização, Patrimônio Cultural, arquitetura menor, vernácula, popular, cidades anônimas. Mas o apoio interdisciplinar e metodológico foi ampliado. Desde 2010 eu me volto também aos documentos históricos escritos e imagéticos, ao campo da História para auxiliar a compreensão da Arquitetura e Urbanismo.

Em 2015 me submeti ao processo seletivo do doutorado na FAUUSP. Compreendia naquela candidatura a possibilidade de diálogo com uma instituição aberta às pluralidades da formação do espaço construído brasileiro. Buscava também o acesso a uma instituição com a referência nacional na formação no campo de História da Arquitetura e do Urbanismo. Em março de 2016 entrei para estudar sem qualquer orientação prévia ou acordo com docente, porém, com um objeto extremamente delineado. Seria a arquitetura e urbanismo do Território Federal do Acre, entre 1903 e 1962, datas de anexação do Acre ao Brasil e de emancipação a estado, respectivamente. Também havia o recorte geográfico, ao propor estudar apenas a capital Rio Branco. Ao longo do desenvolvimento da atual tese, os estudos propostos se ampliaram e, agora, parte substancial se encerra, exatamente onde a proposição inicial começaria. O Projeto de Pesquisa inicial foi suspenso e o objeto proposto ainda carece de estudos inaugurais, ainda que eu os veja atualmente sob um olhar alinhavado por eventos e marcos temporais oficiais e institucionais passíveis de críticas e de necessárias problematizações e entrelaçamentos teórico-metodológicos. Todavia, esta demanda contribuirá para a compreensão sistemática da produção do espaço construído destes entes federativos de caráter excepcional criados na realidade brasileira, mas que estes escritos já não mais se ocupam deste objetivo.

Após o ingresso na pós-graduação da FAUUSP em 2016, tive, enfim, a efetivação da orientação que, para minha grande felicidade, a Professora Beatriz Bueno trazia consigo uma trajetória de pesquisa e formação na área de História e em diálogo com a Geografia Histórica, Cartografia Histórica e História da Urbanização e do Urbanismo. Esse encontro possibilitou para mim um amadurecimento e revisão de minhas pesquisas e convergiu para os meus anseios de outras vozes, outras visões e áreas do conhecimento à minha formação em andamento. Acrescentou aos meus estudos as buscas nos campos da Arqueologia, Antropologia, Geologia

e Geografia Física na elaboração destes escritos, além dos citados campos em que a orientação oficial me reposicionou.

Ao longo desses quase 10 anos em intenso envolvimento com a História do Acre, cabe alertar para algumas peculiaridades constatadas. Viver e investigar sobre esse lugar é elevar o conhecimento ao exercício da alma diante do encontro com a simplicidade da vida, o ordinário, o cotidiano, o comum. Outra peculiaridade está na ideia de colonização, que não é marcada pela ocupação monárquica nem missioneira do mundo ibérico, tampouco por outras ocupações europeias ainda ocorridas no Período Colonial, Imperial e Regencial do Brasil. A ideia de colonização no Acre está na massiva e protagonista ida de homens do atual Nordeste brasileiro, pontuada por diversos outros povos brasileiros e estrangeiros diante da corrida pelo ouro negro³.

Pesquisar e viver no Acre foram possibilidades de encontro com um outro Brasil, com outros Brasis. Foi um encontro com a Amazônia e as Amazônias, mas também de perceber essas próprias construções sociais e narrativas que subjetivizam essas ideias. A geografia de tríplice fronteira, de rios e florestas se expressam na paisagem. A mistura das populações originárias com as “nordestinas”, sírias, libanesas, andinas, espanholas, portuguesas, afrodescendentes, entre outras, produz especificidades que não podem ser niveladas por parâmetros externos à sua realidade.

Adentrar nos documentos históricos foi sentir um pouco a dificuldade de penetrar naquele território em séculos anteriores, de desbravar o desconhecido, de registrar o não registrado em que os ádvenas pouco se propuseram e muito supuseram. Há muito o que estudar e desde já reconheço o meu esforço e a contribuição mínima para a ampliação, ao mesmo tempo em que reconheço a minha limitação. O conteúdo destes escritos ora caminha por fortalecimentos, ora caminha por revisões interpretativas das narrativas sobre a formação do Acre. Esta tese foi um pontapé em muitos casos, um aprimoramento em tantos outros diante dos gestos pioneiros em arquitetura e urbanismo, bem como nas áreas afins que, até hoje, pouco enveredam nessa seara. Todo o conteúdo parte da investigação dos fragmentos documentais e bibliográficos, porque é exatamente assim que se apresentam parte das informações: desintegradas e rarefeitas.

³ Alusão aos minérios que marcaram parte da colonização espanhola e portuguesa na América. A defumação do látex produz uma bola, ou “péla” e se constitui por uma coloração escura.

A finalização desta tese é fruto do meu entrelaçamento com o desconhecido e como esse incógnito lugar me levou a redefinições dos caminhos profissionais, seja como técnico, seja como docente. As trilhas enveredaram também pela dimensão pessoal no mais íntimo degrau que alcançou a minha ascendência familiar e o meu campo sagrado. Não imaginaria, entre tantos descortinos da vida, que eu me casaria com uma cearense e que no Ceará passasse a viver. A “Terra da Luz”⁴ foi lugar primordial de partidas históricas de massa populacional para a exploração da borracha no Acre e que se mantêm, até os dias atuais, as relações genealógicas entre esses dois atuais estados brasileiros. Cada lugar, pessoa, paisagem, sabor onde vivo desde junho de 2014 é uma lembrança do Acre. Cada rincão do Ceará provoca em mim uma relação simbólica e especular, evocativa daquela Amazônia sul-ocidental brasileira que vivi e até hoje estudo.

Como dissertou Lucia Leitão dos Santos, minha orientadora de mestrado em Desenvolvimento Urbano na Universidade Federal de Pernambuco – MDU/UFPE, em seu livro “Os Movimentos desejanter da cidade” (L. SANTOS, 1998), Rio Branco (e o Acre) é, para mim, uma “cidade essencial”. O processo de identificação e de sujeição que estabeleci a partir de minha relação com esta cidade, fez de mim quem eu sou agora e é uma marca indissociável que levarei comigo por toda a minha vida. Ela me reposicionou no mundo, reorganizou meus pensamentos, reequilibrou meus valores e minha perspectiva de vida. Este lugar ocupa importante posição em meu ser, em meu existir. Junta-se a outros pilares urbanos de minha vida: Barreiros, Recife, São Paulo e o Porto. Esta particularidade se deu enquanto ali estive, porque foi ali que a Rio Branco que guardo em mim, ali esteve.

Não há como estabelecer apenas argumentos racionais, objetivamente profissionais ou dentro de um enquadramento esquemático de estruturação de pesquisa científica no mundo acadêmico para justificar as motivações para estudar o Acre. Talvez nem eu mesmo consiga expressar os outros e pulsantes porquês. Penso que a eleição deste tema seja por uma necessidade de compensação da ausência que vivo daquele lugar há quase 06 (seis) anos. Desde quando me mudei de lá para o Ceará, o meu inconsciente desenvolveu essa artimanha. Ou, numa dimensão igualmente afetiva, só que especialmente familiar e póstuma, seja um tributo à memória de meu tio. Esta tese alinhava e reverte a história dos meus laços de sangue com esta porção amazônica. Agora, a família Carvalho tem um motivo feliz, e em vida, para se referir ao Acre, de maneira pública e despida de pudor e de dor lutuosa.

⁴ Denominação atribuída ao Ceará pelo protagonismo abolicionista, anterior a promulgação da Lei Áurea, A Lei Imperial de nº3.353, sobre a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888.

Foi no Acre que aprendi uma das palavras mais bonitas que conheci em minha vida: “Txai”. Vem dos povos kaxinawás (ou huni kuin) e significa “irmão”, “cunhado”, “você é parte de mim, eu sou parte de você” ou, simplesmente, “minha alma habita em você”. Foi lá que despertei sensibilidades para as populações indígenas. Aprendi muito com a convivência inevitável (e para mim sempre desejada) e não alegórica nem preconceituosa com os txais e com outras populações tradicionais da floresta: colonos, ribeirinhos, seringueiros etc. e as populações urbanas, periféricas, afrodescendentes. Carrego e levarei sempre comigo a energia, a força e o mistério milenar da floresta, cada inverno e verão amazônicos, o calor, a friagem, os rios, os igapós e os igarapés, cada árvore e pessoa, cada cidade, seringal, colônia, fronteira, comida, sons, embarcações, palafitas, trapiches, portos, barrancos, meandros, noites, dias, paisagens, formas e cores. O Acre existe e sempre existirá em mim nas narrativas que me permitir a construir nessa relação.

Esta tese é a materialização de minha gratidão por toda a felicidade vivida naquela terra, por toda a convivência com aquela gente, por todas as minhas conquistas profissionais e pessoais. É uma contribuição mínima a cada pessoa, ex-aluno(a), colega de trabalho e de outras instituições que convivi. Nos quase quatro anos que lá estive, alimentei a construção do pensamento em Arquitetura e Urbanismo mais ampla, multicultural, respeitosa, sensível e inclusiva. Tenho a consciência agora que necessito fechar este ciclo de dez anos com este lugar, desde a presença física de anos, e tantos outros no exercício visceral e saudoso em cada etapa desta pesquisa. Necessito abrir outras frentes em minha vida profissional e pessoal sempre com este elo irrevogável, diante das experiências vindouras com outros objetos de investigação e outras cidades por viver.

Porém, esta experiência eternizou em meu ser e se perpetua com dois bens preciosos em minha vida. Um, o exercício intelectual das sensibilidades guardado no meu relicário-mente-intelecto. O outro, o alimento da alma-sagrado por ter vivido no (e o) Acre e me elevado a um estado e estágio do simples, do óbvio e da despreziosa felicidade, guardado na minha casa-corção. Em meu ser matuto, corumba, nordestino, abriga também minha ascendência indígena, afrodescendente e trago para mim a energia andina, as vivências urbanas em Rio Branco e hoje vive também um arigó, um paraoara, um amazônida entre tantas partes do que apreendo e me incluo e daquilo que nem percebo nem trago para a consciência. Permita-me, Leandro Tocantins (1988): os rios do Acre não comandam esta tese nem a minha vida. Juntam-se ao Carimã, ao Una, ao Beberibe e ao Capibaribe como águas memorialistas de minha trajetória de vida. Mas são águas correntes, não represam. Renovam-se a cada fluxo. Os rios se

unem aos morros, às várzeas, aos bairros, às áreas rurais, aos terreiros, entre tantas outras variáveis para expressar as múltiplas possibilidades interpretativas e ofertar bases narrativas que problematizam a naturalização amazonalista nestas construções sociais que buscam comandar os rios, que buscam comandar nossas vidas.

RESUMO

CARVALHO, Marcio Rodrigo Côelho de. **Entre o *Uwa'kürü* e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências.** 2020, 458f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A atual porção amazônica sul ocidental brasileira apresenta uma real carência de estudos sistemáticos para a compreensão das ocorrências no repertório da produção do espaço construído tanto na escala urbana e regional do país, quanto na dimensão amazônica transfronteiriça e continental. A isso estejam, possivelmente, associados os discursos da inexistência político-institucional efetiva e a inalcançável geografia física dedicados, por parte dos ádvenas e, posteriormente, pelos Estados Nações, ao atual Acre. Soma-se a essas assertivas a configuração de vazios demográficos, por conseguinte, cartográficos, e historiográficos que, conjuntamente, delinearam a inócorrência do Acre até o último quartel do século XIX. A despeito das narrativas naturalizadas acerca da invisibilidade dessa porção brasileira, buscam-se alternativas de interpretação para o objeto da tese a fim de considerar a presença dos povos originários com a ocupação pré-colonial e de seus artefatos que explicitam a massiva presença humana de organização social complexa. Os discursos dos vazios e de inexistências também foram analisados a partir da ocupação e posse das Coroas Portuguesa e Espanhola, assim como a partir das investidas (e falta delas) dos países emancipados: Brasil, Peru e Bolívia, que acirraram um litigioso processo econômico da borracha em fins dos Oitocentos para a definição diplomática da tríplice fronteira, solucionada já no início do século XX. Assim, alguns aspectos antropológicos, arqueológicos, geológicos, geográficos, pré-coloniais, socioeconômicos, culturais, políticos e históricos foram abordados na busca de um entendimento interdisciplinar e abrangente do caso em apreço. O objetivo é compreender, através dos fragmentos documentais e de demais informações, a constituição territorial e urbana do Acre diante dos predominantes e naturalizados discursos e imagens construídos a partir do vazio e da inexistência. Com o estado de conhecimento sobre o tema, várias fontes primárias e secundárias foram buscadas, sejam as nacionais no Pará, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Acre, sejam no exterior no Peru, na Bolívia, na Espanha e em Portugal. O intuito dessa vastidão de pesquisa de campos esteve ancorado na constatação da produção historiográfica no Brasil restrita ao uso interpretativo das fontes nacionais, especialmente as da antiga capital, o Rio de Janeiro. Outras vozes e perspectivas foram encontradas para produzir uma síntese que revise as ideias de vazio e inexistências e possibilite outras construções interpretativas, ainda que as informações e as ideias se apresentem escassas e fragmentadas. Da macro escala territorial transfronteiriça, a tese finaliza seus escritos na escala urbana, com uma análise da constituição da rede de cidades, já brasileiras, para a configuração geopolítica do Acre como um Território Federal.

Palavras-chave: Acre; Formação Territorial; Formação Urbana; Inexistência; Vazio.

ABSTRACT

CARVALHO, Marcio Rodrigo C elho de. *Between Uwa'k ur  and the State of Acre: Fragments of the territorial and urban formation amidst voids and nonexistence*, 2020, 458f. Thesis (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The current southwestern most Brazilian Amazon territory is short in systematic studies to understand the built space repertoire, both in the urban and regional scale of the country, as well as in the transboundary and continental Amazon dimension. This is possibly associated with the discourses of effective political and institutional nonexistence and unachievable physical geography addressed to the current State of Acre; firstly, by foreigners and, later, by nation states. Added to those assertions is the contour of demographic, consequently, cartographic, and historiographic voids that jointly have outlined the non-occurrence of Acre until the last quarter of the 19th century. Despite the naturalized narratives of the invisibility of this Brazilian portion, alternative interpretations for the object of this thesis are looked into in order to consider the presence of the native peoples and their artifacts that explicit a massive human presence and a complex social organization in the pre-colonial times. The discourses of voids and nonexistence were also analyzed considering the occupation and possession of the Portuguese and Spanish crowns, as well as considering the attacks (and lack thereof) of the emancipated countries, Brazil, Peru, and Bolivia, that sparked a complicated rubber-cycle economic process towards the end of the 1800s for the diplomatic establishment of the tri-border area whose solution was reached in the beginning of the 20th century. Thus, some anthropological, archeological, geological, geographical, pre-colonial, socioeconomic, cultural, political and historical aspects were addressed in the search for an interdisciplinary and comprehensive understanding of the case at hand. The goal is to understand through documentary fragments and other information Acre's territorial and urban constitution in the face of the predominant and naturalized discourses and images built from the void and nonexistence. Bearing the state of knowledge on the subject matter, several primary and secondary sources were investigated, both in the national territory, Par , São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, and Acre, as well as abroad, Peru, Bolivia, Spain, and Portugal. The aim of such vast field research has been anchored in the verification of the historiographical production in Brazil restrict to the interpretative usage of national sources, especially the ones from the ancient capital, Rio de Janeiro. Other voices and perspectives were found along the way to produce a synthesis that reviews the ideas of void and nonexistence and makes way for other interpretative constructions, even though the information and ideas are scarce and fragmented. From the transboundary macro-territorial scale, the thesis wraps up its writings on the urban scale, with an analysis of the constitution of the network of cities, already Brazilian, for the geopolitical establishment of Acre as a Federal Territory.

Keywords: Acre. Territorial Formation. Urban Formation. Nonexistence. Void.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
O RIO-TESE E SEUS AFLUENTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	28
CAPÍTULO 1 - O “ACRE” JÁ EXISTIA E NÃO ERA UM VAZIO	82
1.1. Apontamentos sobre a etimologia da palavra Acre	85
1.2. A geografia do Acre	93
1.3. Outras e anteriores territorialidades uwa’kürūnas: os povos originários	101
1.4. Considerações parciais: as existências e as ocupações numa geografia dinâmica	126
CAPÍTULO 2 – A MOBILIZAÇÃO IBÉRICA E A IMOBILIZAÇÃO DO “ACRE”	130
2.1. As ilhas e triângulos que definiram Brasis e forjaram o Acre	133
2.2. Fragmentos das construções dos sentidos da Amazônia	139
2.3. As Coroas Portuguesa e Espanhola e a mobilização ibérica na Amazônia: a instituição da inexistência do atual Acre	147
2.4. Os Tratados no Período Colonial e os desenhos do vazio e as práticas para a inexistência	156
2.5. Os argumentos para tangenciar o atual Acre até o século XIX	171
2.6. Outros apontamentos sobre o que (não) dizem as Cartografias	183
2.7. Considerações Parciais sobre o Capítulo 2	197
CAPÍTULO 3 - A CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS NAÇÕES EMANCIPADOS (PERU E BOLÍVIA E BRASIL) E AS INVENÇÕES QUE OFICIALIZARAM O ACRE	201
3.1. A Borracha que não apagou o Acre	203
3.2. O Acre que era boliviano	214
3.3. O Peru	238
3.4. A Construção do Território Federal e o Deus <i>Terminus</i> da obra luso-brasileira	262
3.5. As invenções das arquiteturas das cidades no Acre litigioso	265
3.6. Das disputas e especulações (pré) imperialistas ao desterro republicano	285
3.7. Considerações parciais sobre o capítulo 3	290
CAPÍTULO 4 – A INVENÇÃO DA REDE FLUVIO-URBANA ACREANA	296
4.1. Os novos caminhos: ferrovias	301
4.2. Os seringais, vilas e as cidades sedes departamentais	305
4.3. <i>United States Of Acre</i>	385
4.4. Considerações Parciais sobre o Capítulo 4	402
CONSIDERAÇÕES FINAIS	409
FONTES PRIMÁRIAS	418
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	438

Acre, rio estranho
Cheio de curvas e barrancos
Um rio torto que não vê o mar

Mais que nunca, no inverno, tuas águas vão rolar
Enche Bahia, Cadeia Velha, Cidade Nova
Aeroporto, 6 de Agosto e Palheiral

Me ensina viver pra ver o tempo passar
E no barranco vou ficar a te mirar
E no barranco vou ficar a recordar

Faz teu povo te considerar
Ensina teu povo lutar e amar
E no barranco só vim te mirar

(VILA et al., 1983)

INTRODUÇÃO

Os contornos territoriais do Acre até recentemente, em 2008⁵, foram redefinidos na última disputa litigiosa que durou mais de 26 anos. Este conflito ocorreu com o Amazonas, estado brasileiro vizinho. Em 03 de abril desse ano, o Superior Tribunal Federal – STF decidiu, unanimemente, a alteração da linha oblíqua chamada de Cunha Gomes⁶, desenhada no sentido sudeste-noroeste que historicamente partiam de pontos específicos dos rios Javari, ao norte, até o rio Abunã, ao sul. Esta sentença incorporou ao Acre 1,2 milhão de hectares. A determinação foi ratificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e legitimou uma configuração que havia a partir de marcos históricos, definidos anteriormente ao referido processo litigioso intranacional. A linha, até então oficial, era uma definição geodésica e seu caráter abstrato e a implementação e monitoramento imprecisos excluía alguns trechos de municípios sob gestão do poder público estadual no Acre. Apenas nos anos de 1940 o IBGE identificou as distorções e incompatibilidades entre as dinâmicas territoriais, socioeconômicas e as definições geopolíticas oficiais sobre essas terras. E, seis décadas após desta constatação, houve a redefinição dos limites entre as citadas unidades federativas.

Este quadro mais atual é parte de uma trajetória secular de diversas definições, imposições, especulações, sobreposições, exclusões e demais engenhos humanos sobre essa superfície. Delinearam não apenas o perímetro geopolítico e as territorialidades do Acre, definiram, principalmente, as vidas e culturas contidas em tais perímetros. Diversas atitudes por centenas de anos foram construídas a partir dos discursos e das práticas da invisibilidade, do vazio e da inexistência, compreendidos aqui como silêncio. Por conseguinte, foram edificadas ações que inventaram e reinventaram esta porção territorial. Tais ações perduram até os dias atuais, noutros gestos e não apenas limitadas à precisão física-espacial da geopolítica, mas

⁵ Outras retificações ocorreram, mesmo após a anexação do Acre ao Brasil em 1903 e as suas definições de fronteiras neste ano com a Bolívia e em 1909 com o Peru. É o caso do Tratado de Limite de Natal, de 1928, acordado entre a Bolívia e o Brasil, quando houve o acréscimo de quase 50milkm² de área (Selva, 1929). Outra modificação foi na divisa com Rondônia no trecho de São José do Iquiri na década de 1980 e as Vilas Extrema e Califórnia, ainda na década de 1980. Não é objetivo desta Tese o desenvolvimento da cronologia das transformações do perímetro do Acre. Sobre esta Decisão do STF, ver a Ação Cível Originária – ACO 415 DF, Questão de limites entre os Estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia. Ação proposta pelo Estado do Acre contra Amazonas e Rondônia. Para maiores informações ver: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14700944/acao-civel-originaria-aco-415-df/inteiro-teor-103093275?ref=juris-tabs>.

⁶ Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes, designado pelo Ministro de Relações Exteriores General Dyonizio da Cerqueira, foi responsável pela representação brasileira na Comissão Mista de demarcação das fronteiras, em 1898, a partir dos encaminhamentos acordados no Tratado de Ayachucho, em 1867, entre a Bolívia e o Brasil. A linha geodésica traçada, que dividia os dois países naquela porção territorial à época, recebeu o seu nome.

também associadas a uma dimensão econômica, social, cultural e simbólica. A partir das conveniências, especialmente da gestão pública do poder local, faz-se invenções e reinvenções dos lugares, bem como a sua supressão, constantemente.

Com a exemplificação, última e amostral, das transformações territoriais acreanas, esta tese procura apresentar uma abordagem de diversas vozes, poses e gestos sobre a sua configuração física e espacial. Tem como título “Entre o *Uwa’kürü* e o Acre: fragmentos das invenções e reinvenções da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências”. Esta denominação parte de algumas motivações. A primeira se dá pela necessidade de reconhecimento da existência dos povos originários, daí o uso da escrita *Uwa’kürü*. A despeito do registro colonizador latino de expressão de uma sociedade ágrafa, elege-se esta escrita como símbolo da representação indígena. O Acre, palavra naturalizada na língua portuguesa representa outra dimensão: a da ocupação colonizadora, colonial e dos Estados Nações. A tese disserta sobre um e outro e não de um ao outro. Permeia e não circunscreve as possibilidades interpretativas e temporais.

No uso da palavra “fragmentos” está a constatação das múltiplas fontes de pesquisa que se apresentam inéditas, rarefeitas e desconexas, sob outros batismos toponímicos, em diversas temporalidades, em **paisagens sobrepostas** ou **agendas ocultas**. Múltiplos também são os lugares que contêm essas fontes, à espera de efetiva catalogação, disponibilização e socialização dos conteúdos documentais. A dificuldade de acesso às fontes documentais é potencializada pela peculiaridade da existência do Acre, reconhecida pelos Estados Nações responsáveis, apenas em fins do século XIX. A partir desta temporalidade, o Acre passou a existir nesta denominação.

Os fragmentos perpassam as ideias lineares e sucessivas e se apresentam na multiplicidade de caminhos. São as ideias, as informações, dos documentos, os escritos, as teses, as dissertações, enfim, que se colocam como veredas interpretativas. São fragmentos de um tempo recente a ser interpretado pela distância temporal e maturidade das ideias, pela distância temporal pré-colonial que os vestígios arqueológicos permitem compreensões mais sistêmicas e revisar e problematizar a própria ideia de pré-colonial.

Os dados anteriores sobre a área correspondente ao atual Acre foram construídos dentro da polissemia política entre as poses coloniais na mobilização ibérica. Posteriormente, pelas Nações emancipadas, pelas missões religiosas, pelas invasões exploratórias cíclicas e de diversos interesses, pelos contatos pontuais das expedições de diversos fins, entre tantas outras construções e sentidos de existência e inexistência. Por outro lado, simultaneamente às diversas

construções exógenas, a Tese investiga a pré-existência dos povos originários, numa abordagem mais ampla que envolve temporalidades pré-coloniais⁷ e naquilo que se quis apagar e silenciar durante as ocupações. Para este caso, há uma desconstrução e revisão dos discursos de vazios e inexistências naturalizados acerca do Acre anterior aos oitocentos.

O Objetivo Geral é investigar os fragmentos documentais e de estudos bibliográficos para compreender a formação territorial e urbana do Acre, entre os discursos e as práticas das invenções e reinvenções, em busca de revisar os naturalizados discursos de vazios e inexistências atribuídos a esse lugar. Como Objetivos Específicos foram estabelecidos:

- Identificar configurações da geologia, a hidrografia, entre outros elementos da geografia física, para compreender como a paisagem está relacionada com a configuração socioespacial e com as territorialidades que marcam a história do Acre;
- Desenvolver estudos sobre a presença humana no atual Acre desde a época anterior à posse e a ocupação colonial e compreender, a partir dessa constatação, a produção do território e do espaço construído com as práticas dos povos originários através dos estudos, sobretudo em arqueologia, no sentido contrário às enraizadas e preconceituosas invisibilização dessas populações;
- Identificar as práticas de produção cartográfica, documental, política e institucional, além da produção de conhecimento acadêmico e científico sobre a perspectiva do vazio e inexistência do Acre e buscar compreensões estratégicas sobre tais discursos que revisem essa naturalização da narrativa;
- Desenvolver estudos de identificação e interpretação do Urbanismo e da Urbanização da estruturação fundacional de uma rede urbana no Acre, após a anexação ao Brasil e transformação em um Território Federal, com foco na arquitetura da cidade e os discursos e práticas sobre vazios e inexistências que culminam em invenções e reinvenções de sedes governamentais.

Amparada pelo ineditismo do tema no âmbito de Arquitetura e Urbanismo, a problematização se fundamenta pela ausência de estudos que revise o marco temporal que consagra a “existência” acreana a partir do último quartel do século XIX, atribuído ao início do processo econômico da borracha. Outro viés que problematiza o objeto está na perspectiva do discurso incrustrado do vazio e da inexistência, tão comumente praticado por interesses múltiplos. A questão desta Tese envolve o esforço da desnaturalização desse discurso que permeia o âmbito político-institucional, bem como parte da produção acadêmica, técnica e científica.

⁷ Parte-se do amplo reconhecimento das diversas temporalidades e invenções da escrita nos documentos e na historiografia sobre a ideia do pré-colonial. Não se limita aqui ao gesto fundador dos Oitocentos para apresentar a chegada do dito “civilizado” nas terras uwa’küruanas, mas se reconhecem fragmentos de registros desse lugar em séculos anteriores conforme já acentuado desde o capítulo 1 e enfatizado no capítulo 2 desta tese.

Sabe-se das peculiaridades geopolíticas, históricas, econômicas e culturais da região acreana em sua formação e transformação. Diante disso, se propôs o estudo que permitisse compreender tais fatos que partissem da macro escala territorial e culminassem na micro escala do urbano, do espaço construído. Para tanto, levanta-se a seguinte indagação: Diante dos discursos e das representações predominantes sobre vazio e inexistência, ao mesmo tempo em que o litígio e as configurações territoriais oitocentistas da exploração gomífera legitimam o nascimento do Acre, como avançar na perspectiva da configuração territorial e urbana a partir dos fragmentos documentais e bibliográficos e revisar as naturalizadas narrativas e as invenções e reinvenções?

A resposta para esta questão levantada, a despeito do estatuto epistemológico em Arquitetura e Urbanismo sobre o objeto de competência investigativa ser o espaço construído, foi amparada por áreas afins, a exemplo da Antropologia, Arqueologia, História, Geografia Histórica, Geologia, ente outras. Entre os campos do conhecimento recorridos nestes escritos, há a predominância teórico-metodológica da História. E, por isso, a tese não traz Hipótese em sua estrutura.

De ordem teórico/acadêmica, justifica-se a esta Tese pela contribuição e relevância que possui em função da escassez de estudos mais amplos que rompam com o consagrado recorte territorial como ponto de partida o fim do século XIX para ocupação não indígena do Acre e para a sua própria existência. Aqui, buscam-se outras épocas, objetos e conteúdos na formação do Acre, desde a ocupação pré-colonial até a inclusão do período colonial e emancipação dos Estados Nações na América como partes integrantes da conformação territorial e urbana. Esta justificativa se dá também pelo, praticamente, ineditismo do seu conteúdo, tanto do uso das fontes primárias e secundárias, quanto das interpretações a elas dedicadas.

Isso possibilita a produção do conhecimento sobre fronteiras e formações urbanas que têm outros contextos e fenômenos de seu surgimento e conformação. A construção da existência do Acre pôs em evidência no âmbito acadêmico as discussões sobre Território, Litígio, Povos Originários e ocupação Pré-colonial, Tratados e Coroas na Colonização Americana, Tríplice Fronteira, Capital Internacional e Processo Econômico da Borracha, Imperialismo e Metrôpoles Industriais, Constituição Brasileira e o “ente federativo” do Território Federal, Defesa, Amazônia e Amazônias brasileiras, entre tantos outros pontos estruturados e enriquecidos com as pesquisas e as informações delas resultantes.

Desse modo, acredita-se que o resultado da tese sirva também, numa macro escala, para a sensibilização e ampliação da produção dos conhecimentos pré-existentes sobre as realidades das cidades brasileiras que, sequer mencionam a ocorrência dos processos de urbanização na Amazônia sul-ocidental do país. Esta marca advém de um gesto fundacional e que ainda permeia a colonização da formação e atuação acadêmica sobre a polarização e hierarquia norte-sul no Brasil. Esta constatação que fundamenta o argumento aqui exposto, reforça a perspectiva de que o vazio e a inexistência atribuídos ao Acre, permeiam também a sua invisibilidade na produção de conhecimento no meio acadêmico. E diante da naturalização do vazio, quando há o reconhecimento da existência, acontece a curiosa surpresa dedicada ao exotismo exalado pelo ato da “descoberta”.

De ordem social, a justificativa se dá pela contribuição expressiva para a sociedade acreana o conhecimento buscado na Tese sobre a constituição territorial e a produção do espaço construído, ainda que haja experiências pontuais e pioneiras que já iniciaram tal contribuição. À sociedade acreana será oferecida também narrativas outras diante das “romantizadas”, consagradas e estrategicamente construídas associadas ao poder político que as vinculam em suas intencionais e manipuladoras perspectivas.

De ordem pessoal, justifica-se a construção da Tese a partir da atuação profissional do autor, enquanto Técnico/Arquiteto na Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Acre - IPHAN-AC. A estada nesta unidade entre os anos de 2010 e 2014 foi marcada pelo protagonismo de inventariança de bens culturais, especialmente de cidades históricas. Ademais, este autor também desenvolveu, enquanto professor em Arquitetura e Urbanismo, a coordenação de duas pesquisas, entre os anos de 2013 e 2014 no Programa de Iniciação Científica – PIC, na União Educacional do Norte – UNINORTE, com o auxílio de alunos bolsistas para cada ano. Estudou-se a formação e transformação urbanística de Rio Branco em dois períodos: 1870 e 1910 e entre 1910 e 1950, com ênfase nos aspectos crono-morfo-tipológicos. Essas duas experiências permitiram ao autor o acesso a um rico universo de fontes documentais e de informações inusitadas que ofereceram possibilidade múltiplas e inaugurais para diversas pesquisas.

As fontes de pesquisas tanto as primárias quanto as secundárias utilizadas na tese fazem parte de acervos institucionais da Bolívia, Peru, Brasil, Espanha e Portugal, no que diz respeito tanto ao período do acirramento litigioso em fins do século XIX e início do século XX, quanto ao período colonial, além de algumas bibliografias que versam sobre os povos originários. Documentos sobre as Coroas Portuguesa e Espanhola foram fundamentais para a

ampliação temática e temporal: relatos de viagens, expedições, cartografias etc. Outros relatórios de diversas épocas, identificados como os das missões religiosas, científicas, militares e diplomáticas, foram igualmente basilares.

A estrutura capitular está organizada em 04 partes, além da sequência desta introdução que está organizada na apresentação dos aportes teóricos, através dos conceitos básicos eleitos para a orientação dos escritos. Também encontram-se os caminhos metodológicos traçados para a organização e estrutura da Tese, seja nas atividades de campo, seja na sistematização e produção de síntese dos dados coletados. Para tanto, as bases da História foram fundamentais no manuseio dos fragmentos documentais e bibliográficos.

O **Capítulo 1** estuda os aspectos gerais do Acre, sobre etimologia, toponímia, localização etc. Nessa vastidão, são evidenciados os aspectos da formação da geografia física, com ênfase nas questões hidrológicas. Outra parte está ancorada na sensível busca de informações e compreensões sobre as ocupações pré-coloniais. A existência dos povos originários com a segurança estabelecida pelas fontes de estudos no âmbito da Antropologia e da Arqueologia, além de uma hodierna estrutura de organização do pensamento na disciplina da História que permite uma mudança paradigmática na compreensão dessas realidades. O rompimento com teorias do mundo acadêmico e com o senso comum perpetuado por um eurocentrismo permitiu um exercício decolonizador do olhar sobre tal realidade. Esta é uma constante da Tese para buscar outros modos de olhar a pré-existência e superar a barreira da inexistência e do vazio.

O **Capítulo 2** parte da concepção e da mobilização ibérica da ocupação colonial das Coroas Espanhola e Portuguesa, a partir do século XVI, diante das definições tratadísticas e das explorações mercantis ultramarinas na América, com ênfase na Amazônia. Alguns fragmentos de Tratados, além de outras práticas que antecederam o litígio entre os países circunvizinho em fins do século XIX, foram identificados e analisados. Neste capítulo, as cartografias históricas foram fundamentais para evidenciar os gestos intencionais de tratamento do vazio e da inexistência do Acre e de seus povos, pelos silêncios e **agendas ocultas**.

Foram observados os diversos perímetros e denominações atribuídos pelos reinados do mundo ibérico e pelas missões religiosas que avançavam seus limites de ocupação e relativizavam os desenhos abstratos da assinatura tratadística. Tal ocupação em muitas situações invisibilizava as populações originárias ou em outros casos inferiorizou a existência e a sua condição humana, o que ratifica o apagamento para embasar as “benfeitorias” civilizatórias e espirituais.

O **Capítulo 3** está fundamentado na ideia de Litígio a partir do embate tríplice entre os Estados Nações recém emancipados: Peru, Brasil e Bolívia acerca do Acre. Este processo de disputa de posse das terras foi acirrado pelo processo econômico da borracha emergido no último quartel do século XIX. Nesta etapa, são expostos os fragmentos encontrados de cada Nação sobre a posse e as intenções projetivas a respeito desse lugar.

Muitas situações foram identificadas, desde as criações de Departamento, Províncias, Terras de Colônias, até os impasses e suspensões de negociações entre Embaixadas com a declaração de Litígio, de *Modus Vivendi* e da neutralização de terras, por exemplo. Nesse ínterim, vários planos foram traçados para a efetivação da posse. Foram, portanto, analisadas as ideias identificadas: estradas ferroviárias e rodoviárias, construções de conexões fluviais de istmos. Além disso, foram identificados arrendamentos efetivados por Companhias Mistas, a exemplo do *Bolivian Syndicate*, pelos Estados Unidos da América – EUA e a Inglaterra, assim como as intenções quase implementadas de uma posse da Bélgica. Todos esses países com intenções imperialistas para a apropriação das riquezas naturais da borracha para alimentar as suas metrópoles industriais. Acrescenta-se ao rol, as inusitadas proposições de cidades diante das insurreições e conflitos armados, desde as estruturas bélicas bolivianas até as cidades imaginárias do Estado Independente do Acre.

Por fim, o **Capítulo 4** parte da identificação e do reconhecimento do estabelecimento da rede de estruturação urbana na escala das cidades. Investiga também a organização regional das cidades e vilas que foram criadas para organizar o Acre. Daí, os estudos sobre as sedes dos Departamentos, após a anexação do Acre ao Brasil em 1903 e a criação do Território Federal do Acre em 1904 são o ponto de partida. O conteúdo apresenta as intervenções militares do Estado brasileiro em busca do ordenamento territorial e da Defesa Nacional, a partir do governo federal com sede no Rio de Janeiro.

Alguns planos urbanísticos foram identificados e analisados a autoria, o desenho urbano, a relação com os povos originários ou miscigenados, o contexto político, os trânsitos culturais, entre outros aspectos que deram sentidos de existências de reversão do vazio iniciais. Além das proposições normatizadoras da Engenharia Militar, reconhece-se, simultaneamente, as permanências da pré-existências dos assentamentos e o hibridismo caboclo no surgimento dos primeiros núcleos urbanos, entre sedes departamentais e vilas: Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri. Na microescala são analisadas também as produções arquitetônicas desses centros urbanos fundacionais do inusitado Acre.

O RIO-TESE⁸ E SEUS AFLUENTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Os rios da Amazônia sul-ocidental brasileira, atual Acre, apresentam uma particular geografia, de extrema sinuosidade e amálgama com o solos, com a vegetação, com o céu que se descortina em suas estreitas calhas emparedadas por densa floresta que se equilibra nos barrancos e forma as “terras caídas”⁹. A cada enchente, vazante, repiquete¹⁰, a força das águas nos meandros esculpe novas sinuosidades, novos braços, formações lacustres. Tapiris, cupixaus, xibuãs¹¹, barracões¹², chapéus de palha¹³, jiraus¹⁴, trapiches¹⁵, portos, paióis¹⁶, galinheiros, aldeias, colocações, seringais, colônias¹⁷, terreiros, cidades, vilas, tudo se debruça naquelas instáveis margens para saudar, observar, consumir e viver aquelas águas. As embarcações tecem um bailado diário da vida ribeirinha, seringueira, ayahauasqueira, cabocla, extrativista, urbana, colona, indígena. Junto a outros elementos da paisagem e da presença e vida humana, elaboram uma trama multifacetada incapaz de ser determinada pela força e presença das águas.

Esta trama indissociável da convivência com as águas acreanas também serve para compreender a dinâmica do que aqui se compreende por aporte teórico e metodológico nesta tese. Considera-se, portanto, a assertiva de que “o método é a alma da teoria” (LENIN, 1965,

⁸ A busca metafórica aqui não assume o determinismo geográfico que fundamenta o amazonialismo já mencionado. Aqui se fala das águas teóricas, metodológicas, das fontes primárias e secundárias estudadas. São rios de ideias e palavras que, ao longo da tese, seguem fluxos, confluem, se encontram, entre tantas outras dinâmicas desse movimento e emaranhado da escrita.

⁹ Termo local usado para os desmoronamentos sucessivos e ininterruptos dos barrancos nos rios acreanos em função dos movimentos e impactos das águas fluviais e da natureza geológica dos solos amazônicos desta região.

¹⁰ Subida repentina das águas dos rios, ainda que seja no verão amazônico, período de águas baixas e rios quase secos no Acre. O repiquete é provocado por chuvas ocasionais nas cabeceiras dos rios que descem, inesperadamente, e provocam alagamentos ou outros efeitos com a elevação do nível dos rios.

¹¹ Estas três denominações locais são usadas para as habitações individuais indígenas e caboclas, normalmente em áreas florestais e rurais.

¹² Sede administrativa e de moradia do seringalista, proprietário dos seringais. Equivale, grosso modo, a Casa Grande do Senhor de Engenho.

¹³ Construções locais com cobertura, originalmente em palha, que servem como abrigo, gazebo, espaços de reuniões e outras práticas de sociabilidade.

¹⁴ Os jiraus são estruturas de madeira que se lançam, a partir do parapeito das janelas que normalmente estão na cozinha das casas, para lavar utensílios domésticos, secar alimentos, estender roupas etc. Há também a estrutura em barrotes, numa altura inferior a 1m, fincada no chão dos quintais, beiras de rios etc., e servem para lavar roupas e quará-las, além de “tratar a carne”, descascar vegetais, entre outras funções domésticas. O seu sentido de uso pioneiro está amparado pela ausência de água potável e encanada.

¹⁵ No Acre seguem como pinguelas, pequenas pontes exclusiva de pedestres que conectam uma edificação a outra e, principalmente, ao rio. São feitas em palafitas e usadas como parte da estrutura portuária.

¹⁶ Na cultura cabocla amazônica, especialmente no Acre, não possui caráter bélico, mas sim, um local de acúmulo de materiais, ferramentas, como um depósito.

¹⁷ O sentido de colônia está associado aos assentamentos humanos para fixação de moradias, dos colonos, e do desenvolvimento atividades agropecuárias nas terras parceladas. Estas denominações, colônia e colono, são muito comuns no Acre e desde a primeira década do século XX é utilizada pelas políticas públicas como soluções para o êxodo rural e o abastecimento local.

p. 148 apud MINAYO, 2011, p. 15). Os alicerces destes escritos é a estrutura para a produção do conhecimento científico, técnico e acadêmico das páginas dos capítulos posteriores. De pronto, ao recuperar as reflexões da autora, evidencia-se a experimentalidade e parcialidade deste conteúdo, por se tratar de uma pesquisa no campo das Ciências Sociais, a Arquitetura e Urbanismo enquadrada nas Ciências Sociais Aplicadas¹⁸, e Humanas. O percurso da construção deste conteúdo é marcado pela própria ideia da área de conhecimento do campo investigativo: a interdisciplinaridade.

Ao longo do Rio-Tese, muitos desafios de ordem estrutural foram vividos nas ininterruptas navegações ao longo dos 04 (quatro) anos entre março de 2016 e março de 2020. Dada a imensidão dessas águas, aqui são estudados apenas os fragmentos encontrados durante o percurso fluvial, de acordo com o porto de saída e de chegada eleitos e do barco para singrar. Tais quais muitos relatos históricos sobre a chegada ao Acre, esta tese se lançou ao desconhecido das áreas de conhecimento afins: Arqueologia, História, Antropologia, Geografia, Geologia, entre outros. Permitiu-se acessar documentos inéditos e de produzir outras vozes sobre o objeto, por meio de pesquisas em arquivos documentais bolivianos, brasileiros, peruanos, portugueses e espanhóis. Todavia, tudo é fragmentado: as ideias, os documentos, as informações. Tudo é novo tal qual a geologia e a hidrografia se apresentam em formação no Acre. Este Rio-Tese não se constitui essencialmente numa abordagem teórica, tampouco busca problematizar aspectos metodológicos. Aqui foram eleitos alguns pontos de partida que orientaram as velas, o vapor e os ventos que sopraram para os fluxos conclusivos, entre enchentes e vazantes dessas águas, nos estudos sobre um objeto empírico eleito.

Outros escritos já navegados: o estado da arte

Muitos caminhos e instrumentos de deslocamento foram utilizados para a elaboração desta síntese. As adversidades das grotas, dos cursos encachoeirados, dos redemoinhos, das vazantes e dos bancos de areia da seca, do espraiamento e inundações das “alagações¹⁹” das cheias. É preciso subir os rios, acessar as cabeceiras. Adentrar nas matas, conhecer os sacados, lagos, braços mortos, igarapés e igapós. É preciso estar dentro e atravessar, superar os desafios, ir à outra margem. É preciso estar dentro do rio e ser o rio.

¹⁸ Para maiores informações: www.capes.gov.br; www.mec.gov.br.

¹⁹ Neologismo local no Acre para definir a subida das águas e o espraiamento, causando os alagamentos, as cheias.

Albuquerque (2015a) define alguns escritos pioneiros e tratados como clássicos acerca da formação do Acre a partir da constatação da negação do passado. Esses textos analisados pelo autor definem a existência do Acre como evento advindo e subordinado às Revoluções Industriais e edificam a inexistência das populações indígenas anterior a esses gestos. Ou, ainda, as enquadram num estágio pretérito de selvageria, barbárie, “positivistas”, “a-históricos”, de narrativas lineares, “amazonialistas”. Em seu breve, porém denso e crítico texto, discute os silenciamentos e as naturalizações a partir da perspectiva de evolução, progresso, e da “servidão epistemológica que sustenta de forma atávica as ‘interpretações’ históricas daqueles que jazem na lógica do vazio” (ALBUQUERQUE, 2015a, p. 18).

Para o estado de conhecimento, foi realizado o levantamento investigativo das fontes bibliográficas produzidas sobre o objeto, ou que tangenciam, na maioria das vezes, a tese. Foi constatado que os escritos são, praticamente, pioneiros diante da escassez de conhecimento analítico e que, por tal condição protagonista, tornam-se expressivas contribuições, além da própria densidade do conteúdo. As narrativas empregadas por textos importantes e consagrados como Tocantins (1952; 1960; 1961; 1962; 1976; 1992), Guerra (1951; 1955), além de outros como B. Meira (1964), Marins (1976), Rancy (1992), Costa (1998) e Castro e Costa (2013), embora elucidem diversas questões, não ultrapassam o limite cronológico fundador do espaço acreano nas ideias da anexação e constituição do Território Federal. Também ratificam, por ensaios naturalistas, regionalistas ou que reproduzem tais perspectivas em tempos mais contemporâneos, as ideias do vazio, da inexistência pela ausência da engrenagem no sistema mundial de produção. Também invisibilizam ou inferiorizam a presença humana pré-colonial ao reduzir ao mimetismo da natureza como estratégia de adjetivação negativa para o uso de termos como “selvagens”, aborígenes, incultos, silvícolas etc.

Em textos mais recentes publicados em artigos, livros, teses e dissertações pelos Professores de História e Geografia que compõem o quadro docente da Universidade Federal do Acre – UFAC, como Silva (2013), Carneiro (2015; 2016a; 2016b), Bezerra (2006), por exemplo, há uma dedicação das pesquisas essencialmente sobre o século XX, na estruturação do Território Federal do Acre e autonomia do Estado²⁰. No âmbito da ocupação pré-colonial, os crescentes estudos em Arqueologia da USP têm contribuído expressivamente com pesquisas

²⁰ Com a aquisição do território correspondente ao Acre em 1903, vendido pela Bolívia, o governo brasileiro criou um novo ente federativo, o Território Federal do Acre que perdurou tal configuração geopolítica até 1962, quando alcançou a autonomia e elevação a estado brasileiro. O capítulo 4 retomará esta informação dentro de uma discussão mais ampla.

sobre novas teorias de formação da Amazônia que envolvem outras áreas do conhecimento como Geologia, Botânica e Antropologia. Neste campo, destaca-se também a grande contribuição da Universidade Federal do Pará – UFPA com as investigações que avançam para a compreensão dos assentamentos humanos pré-colombianos nesta região.

A esta última instituição citada se deve a predominância dos escritos vinculados ao subcapítulo relacionado às existências pré-coloniais das populações humanas, capítulo 1 desta tese por assumir um protagonismo das pesquisas. A presença investigativa no Acre advém, em parte e expressiva, dos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, das Medidas Preventivas e demais ritos do Licenciamento Ambiental; dos Estudos para Tombamento sob responsabilidade do IPHAN-AC; entre outras situações que fizeram concentrar as atividades técnicas de campo e laboratoriais com a equipe da Universidade paraense, via contratos com o Governo do estado do Acre. Destas medidas mitigadoras e compensatórias surgiram cursos de formação de mão-de-obra especializada na área, bem como uma produção acadêmica expressiva.

Alguns pesquisadores finlandeses que atuam em parcerias com instituições no país vizinho, a Bolívia, assim como os do Acre e do Pará, trazem elucidações pertinentes ao objeto desta tese, no que diz respeito a ocupação da Amazônia pré-colonial. Importantes escritos como os de Schaan, Ranzi, Pärssinen (Orgs.) (2008); Schaan (2009b; 2008); Schaan, Ranzi, Barbosa (2010); Schaan, Bueno, Ranzi, Barbosa, Silva, Casagrande, Rodrigues, Dantas, Rampanelli (2010); Schaan, Pärssinen, Sunaluoma, Barbosa, Ranzi (2012), entre outros, compõem parte expressiva da referência bibliográfica aqui adotada.

No campo da Arquitetura, Urbanização e Urbanismo, ponto de partida e cerne desta tese, torna-se ainda mais escassa a contribuição para a construção do conhecimento sobre o Acre, ainda que sejam desbravadoras e, individualmente, tenham grande força as pontuais pesquisas²¹. Cabe ressaltar a peculiaridade dos objetos e objetivos de cada um desses estudos e

²¹ Aqui são listadas as pesquisas relacionadas às ideias de Formação e História da Arquitetura, da Cidade, da Urbanização e do Urbanismo, porque foram analisadas e têm diálogos íntimos com a tese. Sabe-se dos atuais desenvolvimentos da tese de doutorado em Urbanismo na Universidade de Lisboa – UL, desde 2019, por Emerson Deangelis Simplício dos Santos; da dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB, pelo arquiteto e urbanista Leonardo Neder de Faro Freire, desde 2019 com o título provisório **Entre Margens e Modos na Urbe Amazônica: Modos de Produção Espontânea e Planejada do Espaço Urbano nas Margens do País, da Região, dos Rios e da Cidade, em Rio Branco - Acre**. Também há a dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre – MDR/UFAC, do arquiteto e urbanista Emerson Simplício, desenvolvida entre 2011 e 2013 com o título **Desenvolvimento em Rio Branco: uso do solo nas margens das vias arteriais e coletoras**; neste mesmo programa localiza-se a dissertação de mestrado de Edfa Viviane Farias Xavier da Rocha, desenvolvida entre 2012 e 2014 com o título **Sustentabilidade Urbana: aplicação de indicadores na proposta da “Cidade do Povo”**; a tese da arquiteta e urbanista Josélia Alves, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo de Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, entre 2008 e 2012, com o título

o seu diálogo direto ou tangente ao objeto em questão. Uma publicação conhecida é o estudo de Franca (2009) a partir de sua dissertação de mestrado na Universidade de Brasília – UNB, elaborada em 1998. Traz nas duas experiências o mesmo título: “A expansão da fronteira acreana”. Nesta obra, a abordagem de formação territorial e urbana está restrita à capital Rio Branco e dialoga com a extinção/substituição da população indígena pelos colonos exploradores de seringueira em fins do século XIX.

Outra referência está no importante livro “Madeira que cupim não rói -Xapuri em Arquitetura – 1913-1945” (COSTA, 2010), derivado da dissertação de mestrado homônima realizada na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE em 2002. A autora introduz alguns aspectos de formação acreana no contexto amazônico. Aborda de maneira geral a ocupação não indígena na Amazônia, apesar de destacar os geoglifos como testemunhos dessa pré-existência. Porém, direciona a questão do Acre a partir de meados do século XIX e de sua exploração gomífera como viés de análise emoldurado pelo recorte temporal anunciado em seu título.

Aponta-se, ainda, uma obra neste campo do conhecimento. É a tese intitulada “O Estado brasileiro e o processo de formação do espaço do Acre”, desenvolvida por Campos (2004) na FAUUSP. A investigação se ancora na perspectiva da constituição do “vazio” e “inexistência” do Acre até o século XVIII pelas limitações da geografia natural, da sazonalidade das águas de rios não caudalosos e a incompatibilidade com a restrita tecnologia das embarcações, bem como pelo desinteresse das Coroas Portuguesa e Espanhola em busca das drogas, especiarias, minérios ou outras riquezas a serem exploradas no extrativismo colonial. Portanto, para a autora, a ocupação não indígena se dá apenas no século seguinte, no XIX, motivada pela exploração gomífera.

Mais recentemente, tem-se a tese de doutorado na FAUUSP de Brugnara (2018) com o título “A cultura vem a pé: práticas espaciais na Alta Amazônia”. A autora investiga as práticas socioespaciais contemporâneas de comunidades tradicionais, especialmente as ayahuasqueiras, a partir de uma compreensão sistêmica com origem na vida amazônica dos

Vulnerabilidade socioambiental em uma bacia hidrográfica urbana: o caso do Igarapé Fundo em Rio Branco-AC e a sua dissertação de mestrado desenvolvida entre 1995 e 1998 em Urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, entre 1995 e 1998, com o título **Ocupações e transformações espaciais de Habitações Populares: avaliação pós-ocupação de Conjuntos Habitacionais em Rio Branco**. Desta autora há uma recente publicação do livro que tem origem em sua tese, denominado **Quando a rua vira rio: vulnerabilidade socioambiental urbana** (2017), pela Editora Appris, bem como o Artigo **Habitação Popular em madeira: avaliação pós-ocupação em Rio Branco** (2018) e a coautoria da publicação institucional **Critérios Urbanísticos – Rio Branco** (1998), através do Governo do Estado do Acre, da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC. A arquiteta e urbanista Soad Farias Franca desenvolveu a tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, entre 2009 e 2013, com o título **Padrões ribeirinhos de ocupação – cidades amazônicas e Rio Branco**.

povos tradicionais e do hibridismo cultural catalisado pela colonização. A autora, ainda que não sejam os seus objetivos, aborda a configuração físico-espacial do Acre em tempos pretéritos nas análises da fluidez das fronteiras e das constantes transformações do meio ambiente físico e a partir dos encontros de diversos grupos sociais. No Programa em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco – MDU/UFPE, o pesquisador Pedro Augusto Queiroz de Souza desenvolve sua dissertação desde março de 2019 sobre a arquitetura da cidade através das construções e ocupações em madeira e a presença das águas amazônicas. Tem o título provisório “Da paisagem vernacular à paisagem política: uma investigação sobre as permanências urbanas em Rio Branco-AC”.

Especificamente na dimensão do edifício, outros estudos merecem destaque. O primeiro é o livro chamado “A colocação e a casa do seringueiro: exemplo de arquitetura vernácula da Amazônia” (NEVES, 2007). Foi construído a partir da homônima dissertação de mestrado desenvolvida na Universidade de Brasília – UnB, em 2003. Esta obra dialoga com as práticas populares e vernáculas dos assentamentos rurais das populações tradicionais da floresta. Há, também, a identificação da dissertação de mestrado em Engenharia Civil na Universidade Federal Fluminense - UFF com o título “Habitação Social sob a ótica da Sustentabilidade – o seringueiro a fonte de inspiração” (RIBEIRO, 2009). Desse escrito, origina-se o artigo “Sustentabilidade da Casa do Seringueiro” (RIBEIRO, 2010) e o livro “Resgatando a memória: o seringueiro na Amazônia” (RIBEIRO, 2016). Em todos os escritos a autora aborda os aspectos técnicos e construtivos das moradias tradicionais das pessoas seringueiras no Acre. Analisa os modos de habitar desde o ambiente de floresta até as ocupações nas periferias da capital em consequência do êxodo rural. Inclui em seus estudos a produção de Habitação de Interesse Social – HIS a partir das lógicas e demandas da vida nos seringais.

O artigo “Acre, história e arquitetura – Tradição vernácula e moderna no ambiente de floresta” (COSTA, AMORIM, 2007) busca um panorama sobre a produção do espaço construído na escala do edifício. É alinhavado pelos aspectos do meio ambiente natural, cultural e histórico, pontuado por exemplificações em algumas cidades acreanas. Há, ainda, a tese de doutorado da mesma autora, no MDU/UFPE, com o título “Desvendando a casa verde amazônica: Anastilose Espacial em núcleos de Seringais no Rio Acre – 1870 a 1910” (COSTA, 2011). Explora as tipologias das unidades rurais de exploração gomífera associadas às lógicas sócio-espaciais através de tecnologia digital que permite a interpretação da dimensão física e da imagem dessas construções. Acrescenta-se a Monografia de Especialização em Natureza, Cultura e Movimentos Sociais na Amazônia desenvolvida por Fabiana Raggi de Sá (2007),

sobre “A modernidade do Art Déco na Arquitetura rio-branquense” (1946-1950). Estes escritos são, praticamente, os existentes no campo da Arquitetura e Urbanismo, especialmente ligados a Cultura e História sobre o Acre.

Livros de cunho didático, disponíveis para a educação formal local, a exemplo de A.Souza (2013; 1992), reconhecem a presença dos povos originários da formação do Acre, embora a cartografia apresentada e demais dados ratifiquem o processo de colonização e exploração da borracha oitocentista como gesto inaugural para os sentidos de existência. Publicações sobre relações históricas de fronteira estão delineadas pela abordagem do litígio entre o Peru, Brasil e Bolívia, ou seja, a partir do século da emancipação dos Estados-Nações da América do Sul e dos interesses voltados para a questão da borracha. As discussões estão guiadas pelas diplomacias políticas e forças do capital internacional diante do advento da riqueza nativa da seringueira nesta porção amazônica. Destarte, fontes institucionais ou de pesquisas expõem, de maneira datada, o que se compreende e se forja como o Acre, conforme Tocantins (1992), Cunha (1975; 2006), Senado Federal (2009), Novak e Namihás (2013) e Pando (2013) igualmente explicitam.

Dentro deste panorama, contata-se uma produção escrita que versa, quase que exclusivamente, a partir da perspectiva brasileira, do poder público e fundamentada no nacionalismo. Advém do protagonismo textual de regionalistas e naturalistas datados da primeira metade do século XX e reverenciados de modo incontestado em obras contemporâneas. Na contramão deste lugar de narrativa, a presente tese se ocupou em analisar outras vozes, em olhar e compreender as fontes históricas sob outras óticas e incluir novos documentos, oriundos de arquivos peruanos e bolivianos, por exemplo.

A dilatada forma de olhar tem origem nas opções interdisciplinares. Ancora-se em campos do conhecimento em Geografia Histórica e Cartografia Histórica. Entre os autores estão a professora orientadora da tese, Bueno (2004; 2011a; 2011b; 2012) e o supervisor do Doutorado Sanduíche no exterior, o professor co-orientador Garcia (1998; 2000; 2001; 2011), além de Corrêa (1997; 2013) com a abordagem teórico-metodológica das **paisagens sobrepostas**. Acrescentam-se a este rol as pesquisas fundamentais sobre fronteiras e **amazônia** desenvolvidas por M.Araujo (1998), além dos conceitos basilares de **território** e a sua polissemia interdisciplinar e atualização expostos por Moraes (2013), Bueno (2004) e Silva; Moreira da Silva; Dantas (Orgs.) (2016), por exemplo. Ainda foram analisadas as ideias de **silêncio** e **vazio** nas cartografias, além da ideia de **agendas ocultas**, a partir de Harley (2005).

Um outro caminho adotado foi a desnaturalização das ideias de “Amazônia”, de “Acre”, de “Sertão”, de “Deserto”, da “Seca” e do “Nordeste”. Estas construções sociais foram analisadas sob os vieses de interesses e forças dominantes lançadas ao que se qualificava com essas denominações. Autores como Le Goff (1989), Davis (2002), E.Souza (2017), Moraes (2003), Albuquerque Junior (2011), Albuquerque (2015; 2019), são alguns dos utilizados neste caminho crítico e reflexivo. Todos esses fluxos e matérias foram caminhos e objetos eleitos para responder às demandas da tese e que o campo da Arquitetura e Urbanismo em si só não conseguiria contemplar o objeto empírico proposto.

As pontes e trapiches com outros rios: território, territorialidade, território usado, fundos territoriais e território federal e a fronteira

É oportuno apresentar os conceitos basilares que orientam os presentes escritos. São salutares não apenas para definir o ponto de partida do entendimento, mas também para traçar procedimentos metodológicos coerentes com tais bases e com o objeto investigado. São as conexões imprescindíveis com o Rio-Tese, como um trapiche que conecta as pessoas (e os pensamentos) com as águas.

Território

Este é um conceito basilar e ponto nodal para suas variantes e aplicabilidades, todos essenciais para a compreensão do objeto da tese: a formação do atual Acre na sua dimensão territorial até a escala urbana. Nogueira (2008, p. 9) observa pelo viés universal da relação sociedade e espaço, o **território** define-se pela “dominação, por serem uma jurisdição (legal, tributária, militar ou religiosa) de uma soberania formal (ou administração). Enfim, são, em sentido amplo, áreas as quais um grupo humano reivindica o exercício legítimo do poder”. Outros autores compartilham com as perspectivas definidoras e analíticas, a exemplo de Santos, Silveira (2006, p. 19), os quais o evidenciam como “extensão apropriada e usada”. Moraes (2005, p. 77; 2013) caracteriza a partir de “espaços qualificados pelo domínio político”, de sua origem bélica para a dimensão social, de uma “fronteira como constructo jurídico”, ou fronteira como “construção ideológica”, numa existência que não é neutra, tampouco passiva. Assume uma dimensão política, de domínio geopolítico e de controle político-territorial (MORAES, 2005, p. 77; 2013).

Haesbaert (2016) propõe uma agenda para a desnaturalização e combate a desistorização e desmaterialização da categoria território que o campo teórico exige. Propõe

também um ponto de partida lúcido, de seu contexto geohistórico e da matriz de origem da construção do pensamento sobre o conceito. Além da normalização epistemológica que escapa para outros objetos e estatutos, o discernimento do uso conceitual deve ser lançado também à própria existência do território. Assim, constata-se que

O território com contornos e limites precisos é uma construção histórica, produto da ação humana. Categoria aparentemente universal, falsamente natural, o território não tem nada de espontâneo. Para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata e convencionada por alguns. Tal como os animais se apropriam da natureza definindo territórios, os homens “dilatam as suas conquistas”, apropriam-se do espaço, percorrendo-o, conhecendo-o, nomeando-o e mapeando-o (BUENO, 2004, p. 229).

O **território** é situado como divisão político-administrativa, inicialmente ligada à ideia de região e, posteriormente, assume a ideia de espaço de circulação associada a transporte e fluidez. Estabelece movimento e hierarquia, rede, suporte de ações e base de fluxos pelo uso e apropriação de uma extensão. É um nome político que se atribui a um espaço de um país, unidade e diversidade, materialidade, espaço físico sob controle político, mas é também movimento, forças e ações dos agentes naturais e das engenharias. É marcado pelos passos das ações humanas, ao mesmo tempo em que é marcado pela redefinição das diversas relações humanas e temporalidades (MORAES, 2013).

Território usado

Um destaque conceitual vale para a noção de **território usado** elaborada pelo geógrafo Milton Santos. Para tanto, é visto que

(...) o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2000, p. 96).

Logo, o **território usado** é o espaço humano, o espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2006). É visto como uma realidade da prática de ocupação pelo habitat, pela exploração econômica e domínio estatal que configuram regiões produtivas. Santos alerta para a confusão conceitual entre **território** e **território usado**. Adverte a necessidade de compreensões distintas entre esses dois conceitos e suas aplicações. Não podem ser nivelados

como iguais, diante de uma relação indissociável entre os sistemas de objetos (naturezas e engenharias) e os sistemas de ações (social). Não podem ser compreendidos, também, numa contraposição à inexistente ideia de território “natural”. Todo **território**, portanto, prescinde da presença humana (MORAES, 2013).

Fundos territoriais

Diante dos anteriores, acentua-se o conceito de **fundos territoriais**. Possui um caráter operacional em sua concepção e aplicação. Segundo Moraes (2013), refere-se às áreas de ocupação futura, dentro das pretensões colonizadoras, numa circunscrição especulativa. No caso da Coroa Portuguesa, a prática da soberania esteve associada a uma ocupação produtiva vindoura. Era, portanto, um estoque de terras e de riquezas. São definidos por

(...) áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos ‘sertões’, das ‘fronteiras’, dos lugares ainda sob o domínio da natureza ou dos ‘naturais’ (MORAES, 2005, p. 69)

Cabe refletir se o atual Acre funcionou, à época como provisão, diante das afirmações de vazios e inexistências pelos ádvenas, apesar da existência de dezenas de etnias que povoavam aquelas terras. Essa perspectiva ratifica as ideias hegemônicas, homogeneizadoras e eurocêntricas. Está vertebrada, portanto, no legado ibérico adquirido pelos países emancipados para a invenção territorial do Acre a partir das colônias e do poder do Estado boliviano, peruano e brasileiro.

Territorialidade

De início, é visto que

(...) o sentido da palavra ‘territorialidade’ como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, a ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS, SILVEIRA, 2006, p. 19, [sic]).

O conceito corresponde a uma “tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica²²” (SACK, 1986, p. 19, tradução nossa). Observa-se nessa

²² Texto original: *the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area.*

acepção que há um processo identitário de controle circunscrito, não físico e espacialmente, identificado à ideia de **território**, mas sim costurado por práticas compartilhadas. Por exemplo, dentro de um **território**, aquele oficialmente legitimado pelo Estado, é possível haver várias territorialidades. Está marcada pela multiplicidade de caminhos, interesses e práticas que se amalgamam e constituem distinções dentro de uma circunscrição de discurso e prática política homogeneizante.

A essa não correspondência, percebe-se o extravazamento das linhas imaginárias do poder, do Estado, da administração, quando

(...) a territorialidade, então, forma o pano de fundo das relações espaciais humanas e das concepções de espaço. A territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras. As pessoas não interagem apenas no espaço e se movem pelo espaço como bolas de bilhar. Em vez disso, a interação humana, movimento e contato também são importantes para transmitir energia e informações, a fim de afetar, influenciar e controlar as idéias e ações de outras pessoas e seu acesso a recursos. As relações espaciais humanas são resultados de influência e poder. A territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume²³ (SACK, 1986, p. 26, tradução nossa).

O surgimento da **territorialidade** não se isenta da aplicação das forças de domínio e coesão. Pelo contrário, emerge destas experiências de unidade e convergência, que demarca a existência alheia, a de outras territorialidades. Porém, exerce função numa micro-escala que, em rede, evidencia o pluralismo da vida e dos interesses humanos, ainda que a sua origem esteja associada a outras vidas animais, conforme visto por Santos e Silveira (2006). Sack (1986) alerta para a não neutralidade da relação espacial e social. Há um processo transformador e marcadamente conflituoso que faz, nesse panorama dinâmico e humano, emergir como força original de composições aglutinadoras, a noção de **territorialidade**. É um estágio anterior à aplicação formal das forças e soberania do Estado. E existe independente desta condição política, porque está arraigado aos comportamentos sociais diante de cada natureza individual da existência da vida.

Território federal

Outra aplicabilidade das variantes nominais, nem sempre teórico-conceituais, está aportada na noção e nas ações em torno do **território** marcadas pela origem no mundo jurídico.

²³ Texto original: *Territoriality, then, forms the blackcloth to human spatial relations and conceptions of space. Territoriality points to the fact that human spatial relationships are not neutral. People do not just interact in space and move through space like billard balls. Rather, human interaction, movement, and contact are also matters of transmitting energy and information in order to affect, influence, and control the ideas and actions of others and their access to resources. Human spatial relations are their results of influence and power. Territoriality is the primary spatial form power takes.*

Os **territórios federais** são, certamente, a definição de aplicabilidade mais precisa, pois se referem aos contornos legitimados pelo poder público. A presença do Estado é o elemento designador da configuração e status geopolítico, sob o domínio e exercício da soberania nacional (TEMER, 1976). Todavia, o Acre quando foi incorporado ao Brasil em 1903 não havia previsão na Constituição Federal vigente, a de 1891, para a criação de um **território federal**.

Esta nova unidade administrativa não prevista em lei funcionava subordinada ao poder central, à União. A instituição e a gestão desta porção territorial enquanto **território federal** um ano após a sua incorporação ao Brasil, ou seja, em 1904, estiveram vinculadas aos planos de leis específicas que desenhavam a sua existência diante da experiência simultânea. Só em 1934, com a nova Constituição Federal é que esta nova figura da geopolítica brasileira passou a existir na letra da Carta Magna e se incorporou às proposições de entes federativos (TEMER, 1976).

Cabe ressaltar que, apenas na década de 1940, outros Territórios Federais foram criados no Brasil. Em 1942, pelo Decreto-lei nº 4.102 de 09 de fevereiro²⁴, sob alegação de interesse na Defesa Nacional, foi criado o Território Federal de Fernando de Noronha, desmembrado de Pernambuco, atual Distrito Estadual do mesmo ente federativo de origem. O Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943²⁵ criou 05 (cinco) novos Territórios Federais: Ponta Porã, Iguassú, Guaporé, Rio Branco e Amapá, todos desmembrados dos estados do Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, Amazonas e Pará.

Fronteira

A etimologia explícita, segundo Machado (1998), a ideia daquilo que está na frente, sobre fronteira e tem uma força para o exterior, numa direção centrífuga. Funciona também como elemento agregador e de integração, mesmo quando a abstração física de “marco de fronteira” se estabelece como limite através do que a autora informa ser um símbolo visível de limite. Moraes (2005, p. 77) define como “construções históricas que possuem vários pressupostos, entre eles a constituição dos Estados (...) são linhas que formalmente delimitam e legitimam as áreas do exercício de soberanias estatais”.

²⁴ BRASIL, República Federativa do. **Decreto-lei nº 4102 de 9 de fevereiro de 1942**. Rio de Janeiro-RJ. Cria o Território Federal de Fernando de Noronha. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4102-9-fevereiro-1942-414714-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 de nov. de 2019.

²⁵ BRASIL, República Federativa do. **Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943**. Rio de Janeiro-RJ. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm. Acesso em 15 de out. de 2018.

Moraes (2005) menciona a fetichização pela fronteira nas práticas demarcatórias dos Estados. Naturalizam as linhas imaginárias a partir do reconhecimento das estruturas físicas da natureza, dos acidentes geográficos como elementos físicos definidores de tais limites. A arquiteta e urbanista Brugnara (2018) discute a flexibilização destas delimitações em função das práticas sociais ali contidas ou, cindidas pela abstração geométrica de uma geopolítica. A delimitação oficial precisa estabelecer diálogos com as características intrínsecas: a permeabilidade, a flutuação, a imprecisão e as manchas que se encontram e se sobrepõem, desenhadas na vivacidade das práticas humanas.

Fronteira etimologicamente significa o que está à frente. Com a apropriação humana e o uso cultural e social, passa a ser compreendida como uma mancha e superfície do mundo habitado. Assume, com o avanço dos processos civilizatórios, a perspectiva de lugares de comunicação, portanto, se edificam como cenário político. A noção de fronteira nasceu como ideia de identificação de abrangência inicial dos Estados e não de arremate e de finalização. A fronteira tem orientação de dentro para fora, numa força centrífuga. A fronteira também funciona como elemento de integração. O discurso de avanço das fronteiras no Brasil esteve embasado na análoga experiência dos Estados Unidos da América - EUA com o “mito da fronteira”, associa-se a presença do Estado em defesa da Nação e enaltece a natureza como busca de singularidades e de identidade (MACHADO, 1998). A ideia lançada aqui se envereda pelo reconhecimento das pré-existências humanas como elementos componentes no processo de territorialização. Ultrapassa, portanto, o limite do mito fundador do Acre pelas amarras das discussões fronteiriças entre Brasil, Bolívia e Peru, já alertadas anteriormente, agora elucidadas pela crítica tecida por Moraes (2016a).

Na tese, foi analisado o processo de construção territorial do Acre, na busca de ultrapassar o limite do **território** instituído politicamente só muito recentemente, com marca apenas de pouco mais de 116 anos de existência. Desta data, advém a indicação operacional do termo **território federal**, o regime especial de unidade administrativa inaugurado no Brasil e este status federativo estava contingenciado aos contextos de litígio, soberania e constituições de Estados na América do Sul. Ao mesmo tempo, foi considerada a definição de **fundos territoriais** para período da colonização ibérica na América Portuguesa, bem como no processo de estruturação dos Estados Nações, Bolívia, Brasil e Peru, numa busca de dilatar o processo de **territorialização** do **território usado** naquela área. Neste viés, foram observadas as ideias de “estoques” dedicadas àquelas terras, sob supostas suspensões e adiamentos do conhecimento e exploração.

Entre esses caminhos da política estatal, o uso do conceito de **territorialidade** tornou o objetivo de investigação revisionista e contributivo da multiplicidade dos fenômenos da formação territorial e urbana do atual Acre muito mais instigante. O supramencionado conceito abrange manchas, sobreposições, ocorrências simultâneas e construções que ultrapassam e relativizam as circunscrições territoriais do Estado. Supera o olhar e a intervenção da força externa, inventiva e batismal daquela área. Insere, a partir dos povos que dão o sentido de lugar e existência, outras lógicas constitutivas das existências.

A contribuição historiográfica desta tese reside no drible e, até, na tentativa de superar a ideia de formação territorial tendo origem apenas a partir da presença da dimensão política atinente ao colonizador, ou, na raiz etimológica de **território**, foge, assim, da territorialização no sentido bélico tão caro às interpretações a partir das guerras, insurreições e disputas ultramarinas ou dos Estados Nações do mundo moderno e ocidental ao caso do Brasil. A condição bélica, em sentido mais amplo de conflito, é uma marca das etnias pré-existentes à colonização, condições próprias da natureza humana e de outros animais. Mas o uso do conceito da **territorialidade** impõe novos sentidos às ações e narrativas sobre o processo de constituição do Acre.

Da natureza à cidade: a Teoria dos Refúgios, a Paisagem, os Traços Fósseis, as Rugosidades, a Pátina e o tempo de muito longa duração

Ainda é muito comum identificar estudos, discursos e práticas que permeiam, desde o senso comum até o universo acadêmico, em que o homem é uma existência exterior à natureza. O escritor inglês Raymond Williams, entre suas imensas contribuições para a produção de conhecimento na História, adverte para ideia de que a “natureza contém, embora muitas vezes não percebida, uma extraordinária quantidade de história humana” (WILLIAMS, 2011, p. 89). Além de evidenciar a indissociabilidade entre homem e, o dito por outros, como “natural”, amplia-se as possibilidades interpretativas da própria disciplina da História a partir de substâncias da “natureza” que são consideradas alijadas de uma possibilidade interpretativa de vestígio humano, artefato, documento, monumento ou depósito de valor e significado, por exemplo. Trata aquilo que se conduziria como imaculado, sacro e extrínseco, como verdadeiros testemunhos e parte da cultura humana.

Yázigi (2002), ao compartilhar da mesma crítica que Williams (2011) desenvolve em relação a reducionista e separatista visão, destaca, como exemplo prático, a contraditória denominação do status que se atribui aos Parques Naturais. Para serem legitimados com tal

categoria de Unidade de Conservação ou outro instrumento de planejamento e de gestão, prescindem do olhar humano. São elementos culturalizados, a despeito do discurso valorativo do intocável e do selvagem. Outra observação despertada pelo autor é o caráter de monumentalização.

Esta nomeação isola, sacraliza e descontextualiza o elemento patrimonializado diante de seu entorno, inclusive da dimensão sociocultural. Isto é percebido com o emprego do termo de Monumento Natural, atribuído às certas unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, no governo brasileiro. Da mesma forma, Yázigi (2002), questiona o termo Paisagem Cultural. Para ele, soa como pleonasma, porque a ideia de paisagem advém inevitável e essencialmente do humano.

Para Yázigi (2002), há uma necessidade prévia da existência de um observador para a constituição e legitimação de uma paisagem. Essa inseparável relação com o humano traz à tona as formas diferentes e arraigadas aos tempos, às culturas, aos valores, às tecnologias e às intenções de quem ali registra, reconhece, legitima, intervém, transforma e ressignifica. Para o autor, a **paisagem** é dinâmica e esta indissociabilidade permite múltiplas construções de narrativas históricas. Brugnara (2018), ao analisar a paisagem da Alta Amazônia no Brasil, optou pela compreensão de uma “etnomorfologia da paisagem e de paisagens híbridas”. Ou seja, o uso destas denominações explicita aquilo que é essencialmente da vida humana: a natureza.

Numa abordagem elástica à discussão já empreendida nesta tese, aporta-se aqui num conhecimento fundamental para a compreensão da geomorfologia do atual Acre. Trata-se da **Teoria dos Refúgios**, uma abordagem nascida da Zoologia e da Geologia ainda no século XIX. Consolidou-se na segunda metade do século XX para a compreensão geomorfológica e sua interface florística e faunística na constituição da atual Amazônia. Hoje em dia possibilita construções interpretativas também para a conformação da atual Mata Atlântica. No Brasil, o geógrafo e historiador Aziz Ab’Saber, a partir de seus estudos específicos sobre os tempos geomorfológicos nas observações das sedimentações das *stone lines* (linhas de pedra), contribuiu para a formulação do referido conceito.

Refere-se à identificação das peculiaridades constitutivas ambientais e das configurações físico-espaciais dos tempos geológicos, marcada em específico pelo éon Fanerozóico, da era da vida atual: a cenozoica, do período Quaternário, da época antropocênica, entre o pleistoceno e o holoceno. A recortada temporalidade está relacionada a não coesão da unidade e ao acúmulo e sobreposição de sedimentos e marcada pelo surgimento do homem. A

atual Amazônia sofria as retrações e reexpansões de sua natureza, através de mudanças climáticas bruscas, do qual a estabilidade atual é denominada de ambiente tropical úmido brasileiro.

Vivia entre formações de manchas e períodos úmidos e secos. A cisão que delineava os refúgios de densa floresta e de sua biodiversidade isolada era feita pelas variações de savanas de clima seco, porém não árido (HAFFER; PRANCE, 2002). Estas dinâmicas criavam refúgios dos remanescentes e, segundo Ab'Saber (1992), explicam a atual constituição ambiental e da paisagem nesta região. Algumas áreas ainda apresentam os redutos das formações pretéritas na Amazônia, a exemplo dos minicerrados em Roraima, em Monte Alegre no Pará (AB'SABER, 2005).

É importante evidenciar a definição de refúgio pleistocênico, exposta pelo célebre geógrafo, compreendida, portanto, como o

(...) setor espacial de máxima retração em áreas das florestas pré-existentes, com refugiação de faunas de sombra, devido à semi-aridificação dos espaços do entorno. Aceita-se a idéia de que todo 'refúgio' representa um retalho de condições ambientais/paisagísticas anteriormente mais amplas, reduzido espacialmente pela intervenção de variações climáticas quaternárias (AB'SABER, 1992, p. 31, [sic])

A área do atual Acre, segundo o panorama de pesquisa apresentado pelos escritos de Haffer e Prance (2002), evidencia a presença de savana densamente vegetada, há 53mil anos. Esta realidade era anterior ao florestamento associado ao sistema fluvial atual. Apresentava, também, um estágio anterior de campina, datada de 40mil BP (*before present*)²⁶. Ab'Saber (1992) apela para que uma das variáveis para a compreensão sistêmica da **Teoria dos Refúgios**²⁷ seja os estudos ecológicos sobre o fluxo em grandes áreas dos "paleoíndios"²⁸ e a relação com as mudanças ocorridas naquele meio. Dos ambientes de cerrado, ou de savana brasileira em suas diversas ocorrências passadas, os estudos de paleontologia e arqueologia apontam para tais evidências. Isto posto, se explicitam as permanências históricas em que diversos gestos colonizadores do ato de ocupação e da escrita tentaram suprimir, especialmente naquilo que se consagra como o processo econômico da borracha entre os séculos XIX e XX.

²⁶ Também pode ser usada a sigla BP, de *before present*, com o mesmo efeito. Essa década serviu de marco em função do desequilíbrio na concentração química de alguns isótopos na atmosfera decorrente dos testes atômicos durante a Segunda Guerra Mundial. O método foi desenvolvido pelo químico Willard F. Libby (1908-1980). Para maiores informações, consultar Renfrew e Bahn (2007, p. 129).

²⁷ Para maior aprofundamento acerca da Teoria dos Refúgios, ver: AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

²⁸ Denominação utilizada pelo autor no texto original.

O caso específico dos vestígios humanos, será retomado no capítulo 1, mas julga-se necessária a explicação tais premissas que orientam sua construção.

Para esta mesma região, o historiador, professor da Universidade Federal do Acre - UFAC, Dr. Gerson Albuquerque, critica a naturalizada e reducionista prática da historiografia dedicada substancialmente ao processo econômico da exploração gomífera no Acre. Esta pedra fundamental da existência do lugar, alicerça os conteúdos e as motivações dos escritos, portanto,

Evidencia-se, na maior parte dos textos que abordam a ‘ocupação’ da região, um desprezo pelas populações de mulheres, crianças e homens que a habitavam antes da chegada dos exploradores e mercadores da fauna e da flora regional. Mais que isso, o desprezo alcança toda e qualquer possibilidade de se discutir a história da região em qualquer período que não o compreendido pelos deslocamentos humanos, pelos conflitos e por todas as formas de exploração e organização social marcadas pela economia da borracha (ALBUQUERQUE, 2015, p. 13).

Além dos escritos que linearizam narrativas sobre as existências humanas e as suas multiplicidades de existência, seccionando existências humanas e apartando o meio ambiente físico desse processo, há os próprios documentos que já nascem desta hierarquização, eleição e manipulação. Em específico, atenta-se ao caso da produção cartográfica como instrumentos de poder dos colonizadores do pensamento.

Estudos de Corrêa (1997; 2013) destacam que na visão colonial, a existência de aldeias, caminhos, roças e picadas eram tratados praticamente como naturais e impossíveis de ter representatividade da capacidade inventiva humana. Tudo isso porque aos povos originários e tradicionais eram conferidas limitações e, por conseguinte, desimportância e inferioridade aos olhos dos ádvenas (CORRÊA, 1997). Eram tidos como “naturais”, atributo intrínseco àquela natureza diante da iminente exploração, conforme ensina Moraes (2005).

A colonização europeia é tratada comumente pela historiografia como um aguerrido enfrentamento às intempéries, à mata densa, aos obstáculos das rochas, às doenças, à selvageria e agressividade dos indígenas. Resulta sempre em narrativas que trazem “efeitos da humanização da natureza e da paisagem” (CORRÊA, 1997, p. 24). Ou seja, o gesto colonizador inaugura a dimensão não natural. E esta construção é baseada em antíteses que, de um lado estabelece as ideias de sertão e de índio e, do outro lado, a de fazenda e a de cidade junto à ideia de civilizado. Acrescenta-se a limitação e a intencionalidade dos cronistas das descrições sobre as explorações das terras brasileiras. Relatavam essencialmente aquilo que conheciam e a partir dos seus valores e experiências de vida.

Esta restritiva prática compreensiva de uma dada realidade estava vinculada aos valores intrínsecos às realidades de vida individuais. Estava também, e, principalmente, voltada aos intencionais silenciamentos e apagamentos de paisagens pretéritas, anteriores à chegada dos colonizadores àquelas terras. Nesse sentido, observar o que foge a esse processo entre a tentativa de aniquilamento da pré-existência e erguimento inventivo, a análise de Corrêa (1997; 2013) revelou uma terceira paisagem. Denominada de **paisagens sobrepostas**. Seus escritos analisam as representações, discursos, textos, imagens entre as intervenções oficiais, estatais, coloniais e as tentativas de extinção e tantas outras violências físicas e simbólicas dedicadas aos povos originários e tradicionais. A autora faz o exercício de “entrever fragmentos de outros cenários” diante da homogeneização da expansão mercantilista e capitalista na constituição da ideia de sertão. E, posteriormente, na apropriação das terras na realidade do sudoeste do atual estado de São Paulo, entre os séculos XVIII e XX.

As pré-existências foram adjetivadas pela negatização no caso do Brasil colonial. A paisagem prístina estava sempre relacionada ao retrocesso, miserabilidade e decadência. A essa paisagem o objeto de maior depreciação era o componente social (CORRÊA, 1997). Tudo isso voltado para alinhar os interesses predatórios de apropriação e comercialização das terras na dinâmica mercantilista e capitalista, sob justificativa da modernização, acultramento e elevação do status humano a um patamar cristão e ocidental.

Outro conceito imprescindível para a presente tese é o de **rugosidades** expresso pelo geógrafo Milton Santos, em sua obra “Por uma nova Geografia” (2004). O autor destaca a existência do espaço como matéria advinda do trabalho. Aborda também a práxis como um “ingrediente fundamental da transformação da natureza humana” e é um “dato socioeconômico, mas é também tributária das imposições espaciais” (SANTOS, 2004, p. 172). Aponta para relação interdependente entre homem e espaço, como agentes de construções e de modificações mútuas. As **rugosidades** são definidas, portanto, como

(...) o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (SANTOS, 2004, p. 173)

Percebe-se nestes ensinamentos, a longínqua permanência dos testemunhos dos processos sociais que lhes deram origem. Ultrapassa esses limites factuais e se disponibilizam às ações sócio-espaciais futuras, inclusive inseridas nos fatos, tempos, personagens e outros elementos ulteriores. O espaço é visto como uma estrutura social, a partir do que Santos (2004)

denomina de **inércia dinâmica**, pela relação recíproca do engenho entre o homem e espaço, delineado pelo autor como espaço humano e revisa a possibilidade reducionista da ação depositária, sucessiva e substitutiva da materialidade que se forma no espaço-paisagem. Este último, assume um caráter testemunhal, no qual as práticas sociais produzem seus vestígios e assumem uma longevidade. Esta permanência, para o autor, se dá pelo encontro transformador e de resignificação da substância e as formas, com o humano e o próprio espaço, que resulta em predicados transformadores e inovadores.

Acrescenta-se ao rol conceitual, a proposição de Yázigi (2002) do termo **traços fósseis**. Designa as marcas e formações geomorfológicas e sociais da paisagem. Supera a ideia de palimpsesto, numa analogia da prática medieval da produção textual diante do apagamento dos escritos antigos e do reaproveitamento dos pergaminhos. Na medida em que os **traços fósseis** não eliminam a produção anterior, resultam do amálgama entre as sucessivos fenômenos e transformações da geografia física vinculada às práticas humanas. É uma incrustação e não uma substituição.

Voltados ao ambiente construído sob o olhar das Técnicas Retrospectivas, pesquisadores do Centro da Conservação Integrada e Territorial – CECI, trazem à tona a definição e o destaque da importância da **pátina** na cidade. Dizem que “a pátina passa a expressar duas noções: uma que se refere à ação do tempo sobre determinado objeto e outra que diz respeito ao resultado dessa ação no objeto, isto é, a pátina aparece tanto como a causa, quanto como o efeito” (ZANCHETTI et al., 2006, p. 2).

A **pátina**, além da dimensão da escala do lugar, diz respeito à escala da cidade e evidencia a diversidade, as temporalidades distintas, suas diversas configurações físico-espaciais ao longo de sua existência. Numa dimensão imaterial, se dá pela permanência das práticas sociais na cidade, ainda que os autores exercitem essas distinções apenas para efeitos didáticos. Reconhecem, enfim, a indistinguibilidade entre o material e o imaterial nas perspectivas das dinâmicas da sociedade e da produção de bens culturais.

Sob o viés da História, é possível salientar a ideia de **muito longa duração**, trazido por Braudel (2005)²⁹ a partir da análise da vida material e a constatação desse *modus operandi*

²⁹ Complementa-se a essa breve abordagem a necessidade puramente instrumental que o conceito elucida imediatamente. Há a obra fundacional dessa perspectiva a partir de sua tese de doutorado de 1949 com o título *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (BRAUDEL, Fernand. O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995) e diversas outras de obras do próprio autor, assim como interpretações e aplicações aos estudos empíricos desenvolvidos por outros pesquisadores, mas que não cabem aos recortes teóricos, metodológicos e aos objetivos desta tese a abordagem problematizadora e contextualizadora.

ao longo do tempo. Certamente, esta perspectiva se alinha às dinâmicas dos povos originários e de suas permanências que transversalizam os séculos, inclusive os de intensas violências pelo processo colonizador. Ao se remeter a Ki-Zerbo (2010), vê-se a noção de **muito longa duração**, por exemplo, associada às populações africanas. Nesse viés, foge-se dos instrumentos e instituições classificatórias e do uso da periodização para hierarquizar e separar os tempos e modos de vida, sempre por perspectivas exteriores àquelas realidades. O autor acentua, com isso, aquilo que é transversal e resistente ao tempo, noutra escala de espaço e contexto sob o olhar da perenidade. E nos dois casos de povos originários: os indígenas da Amazônia e os africanos, com resistência.

Da invenção do Sertão, do Nordeste, da Seca, da Fome à invenção do Acre

Com base na problematização supracitada, buscou-se questionar os mitos fundadores e a naturalização de lugares, geografias, fenômenos “naturais” e “sociais” que se perpetuam em senso comum e que permeiam parte dos escritos de cunho acadêmico, tão caros para o estado do conhecimento e à lucidez da presente tese. É comum a narrativa linear de que, para a existência do Acre, houve a imigração dos homens da região Nordeste para a Amazônia sul-ocidental brasileira, desde o último quartel do século XIX. Essa massa humana era de retirantes das grandes secas, resultando num ambiente de miserabilidade, especialmente no Ceará.

Com isso, por ser uma geografia física totalmente oposta à sequeidão e aridez das regiões dos vários estados brasileiros, havia um ímã onírico para a vida humana. Curiosamente, dos sertões instituídos pela Coroa Portuguesa à região do bioma da caatinga, aqueles homens se destinavam a um outro sertão: a Amazônia. Mais que isso, o que os unia entre a antiga terra de castigo e a nova terra de promessa era o elemento água: a falta e a abundância. Para a investigação das forjas e invenções do atual Acre foi imprescindível recorrer aos processos coloniais, imperialistas e republicanos da geopolítica alinhavada às dimensões sociais e econômicas. A atribuição nominal, por conseguinte, valorativa dos sentidos de lugares e não-lugares, foi fundamental. A tudo isso sempre estiveram práticas higienistas, eugenistas implantadas no litoral e a destinação de uma massa humana para atender às demandas de mão-de-obra de norte a sul, ao “sertão” do Brasil. As secas, fenômenos naturais e sazonais nem sempre com gravidades de problemas socioambientais, eram utilizadas como estratégias para deslocamentos e recrutamentos implícitos e involuntários de pessoas dedicadas aos engenhos coloniais, imperiais, republicanos e imperialistas.

Essas práticas existiram, no caso brasileiro, desde o período colonial a exemplo da invenção da Amazônia e da ideia de Sertão. As visões dos ádvenas em sintonia com as tradições religiosas elaboraram as inexistências, a desertificação e o vazio da densamente habitada, multicultural e da biodiversa realidade daquelas paisagens. Essas construções de narrativas invadem o século XIX, nas ações imperialistas das metrópoles industriais em meio à outra “invenção” da seca e da fome no Brasil, como engrenagem periférica no sistema mundial capitalista. Tais noções perpassam pelas ações regionalistas e nacionalistas do início do século XX no processo de construções identitárias de “Nação Brasileira”. Nesse período, há a elaboração do discurso e da prática cristalizante sobre o que é o Nordeste, além do exercício da soberania no que hoje chamamos de Acre.

O Nordeste

A toponímia Nordeste, segundo E.Souza (2017), é incontestavelmente aceita no senso comum por uma existência permanente e que tal normalidade se estabelece pelo desinteresse sobre a História do Brasil em sua pluralidade e consciência. Albuquerque Júnior (2011, p. 348) diz que “o que afirmamos é que o Nordeste quase sempre não é o Nordeste, tal como ele é, mas é o Nordeste tal como foi nordestinizado”. O autor alerta para a necessidade de compreensão da ideia de Nordeste de maneira sistemática e alicerçada pelas dimensões históricas e culturais múltiplas.

Com isso, afirma que “o Nordeste, na verdade, está em toda parte dessa região, do país, e em lugar nenhum, porque ele é a cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos de ser nordestino e do Nordeste” (*Idem*, p. 343). A naturalização dos batismos e das construções identitárias além de limitarem a apreensão do pluralismo das realidades contidas em tais perímetros, também atenuam ou camuflam os bastidores de suas construções, nem sempre advindas de práticas solidárias e positivas. A ideia de identidade causa efeitos redutores na diversidade. A posição de regionalização é periférica e ratifica uma estratificação.

Data do início do século XX, apenas, o emprego da denominação “Nordeste” ao que antes era denominado Norte do país. O neologismo foi usado pela primeira vez, como orientação geográfica, pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), órgão criado em 1909 pelo Governo Federal do Brasil. Em 1919 passou a existir e esteve restrito ao perímetro sujeito às secas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Ainda no governo do Presidente Nilo Peçanha, houve a promulgação do Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909 - *Approva o*

*regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das seccas*³⁰, relacionado com a definição do Polígono das Secas.

Esta área geometricamente delimitada no então Norte do Brasil, corresponde predominantemente a uma geografia semiárida. O Presidente da República do Brasil em 1919, Epitácio Pessoa, destinou verbas públicas para as obras “contra as secas no Nordeste”. A região, então denominada historicamente de Norte Seco, recebeu a circunscrição do “Polígono das Secas” de Nilo Peçanha e o nome “Nordeste” em termos geopolíticos, ambos desde então entendidos como equivalentes (SOUZA, 2017).

Mas, ao nascimento em termos geopolíticos, Albuquerque Junior (2011) acrescenta outros elementos que moldam a ideia de Nordeste. Recupera as relações com o cangaço, com a seca enquanto fenômeno natural e o processo de êxodo rural dos retirantes. Associa ao messianismo, à mestiçagem e à tropicalidade, por exemplo. Os parâmetros naturalistas que protagonizam os discursos fundantes foram, posteriormente, moldados em visões e intenções hierárquicas, ao estabelecer ao Norte (a partir do ponto cardeal) do Brasil as ideias de inferioridade intelectual, de natureza inóspita, incapacidade humana evolutiva.

Paralelamente, a imigração, a partir do século XIX, da mão-de-obra do Norte para o Sul e a decadência dos processos econômicos do algodão e da cana-de-açúcar, mediante a eminência do café, também construíram degraus desse discrepante pódio. A concentração do poder federal, especialmente na consolidação da República, nas mãos das oligarquias rurais mineiras e paulistas abismaram as ideias de Sul e Norte no Brasil. E, respectiva e unilateralmente, a partir da nova elite político-econômica, se instituiu na prática social aquilo que significou inferioridade e superioridade. O Nordeste foi criado como uma barreira à modernidade e posicionado como região de submissão (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011).

Na trama das construções dos discursos de identidade e de Nação no Brasil, destacam-se as práticas dos Regionalistas por meio da imprensa local e dos meios acadêmicos. Foram usadas como estratégias políticas argumentações amparadas em fatos históricos, na manutenção das tradições, no conteúdo folclórico, no saudosismo e reforço através da produção artística e cultura da época. Superou, segundo Albuquerque Junior, (2011), as ideias iniciadas pelos olhares naturais e étnicos, ao incluir a dimensão sociocultural nesta elaboração. O Sul,

³⁰ BRASIL, República Federativa do. **DECRETO Nº 7.619, DE 21 DE OUTUBRO DE 1909**. Approva o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das seccas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7619-21-outubro-1909-511035-republicacao-109509-pe.html>. Acesso em 22 de nov. de 2019.

concentrador de poder político e da força econômica, emerge, então, como o “Outro” constituinte da existência do Norte.

A elaboração de alteridade, que parte do Sul, foi marcada pela eugenia. Esteve presente nas definições de destinos das populações afrodescendentes dos diversos estados do atual Nordeste, por exemplo, retiradas do circuito do café diante da preferência aos estrangeiros (DAVIS, 2002) ou de diversas províncias dos que hoje são reconhecidos como estados da Região Norte (J.Fernandes, 2012)³¹. Neste mesmo caminho da outridade, Damasceno (2018) chama a atenção ao papel secundário e de subordinação que os cearenses exerceram nas narrativas históricas sobre a ocupação da Amazônia a partir do século XIX.

As visões estiveram restritas à ideia de que o processo econômico da borracha tenha sido a única atração e motivação. Além disso, os fenômenos naturais da seca tornaram-se a única mola propulsora da ida desses homens à Amazônia. Constata-se, portanto, que a eugenia define não só as práticas históricas, sociais, econômicas, culturais etc. Define, também as práticas historiográficas que se debruçam à escrita e à investigação destes temas.

O Nordeste além de assumir um caráter político em seu registro, assume também um caráter geográfico que inicia no regionalismo para constituir a sua existência. E.Souza (2017) adverte para as narrativas seccionais do entendimento e construção da ideia de Nordeste. De um lado, os textos advindos das oligarquias rurais restritos à Zona da Mata abundante e úmida, do outro, a forja do estereótipo do sertão, da seca, da fome e da natureza determinante do comportamento humano.

Este mesmo autor chama de "idiossincrasias extremadas espaciais" essas construções polarizadas e recua para os tempos da colônia, no caso brasileiro, para analisar a questão. Ao mesmo tempo, destaca o receio dos portugueses e de seu legado à Regência, Império e início da República, no desbrío relacionado à divisão geopolítica e geoeconômica do Brasil. Certamente este receio estava espelhado na vizinha experiência esfacelada das colônias espanholas na América (SOUZA, 2017). O aludido pesquisador informa que, ainda em 1574,

³¹ Há a invisibilidade da invisibilidade e o apagamento e o silenciamento do que já se convencionava como inexistente. As populações afrodescendentes inexistem nas costumeiras e consagradas narrativas de formação do Acre, ao se dedicar a naturalização da ideia de “nordestino” como gentílico e pátria homogeneizadora quando a própria ideia de nordeste não existia. Importantes estudos contemporâneos acessam esses intencionais esquecimentos e textos entranhados de eugenia e de narrativa civilizatória e expõem a presença e força constitutivas da formação social, por conseguinte territorial e urbana, do Acre, a exemplo de J.FERNANDES. **Negros na Amazônia Acreana**. Rio Branco: Edufac, 2012.

Dom Sebastião, em curta duração no Reinado, dividiu a administração colonial do atual Brasil em dois Estados. Era o do Brasil e o do Maranhão.

O primeiro foi dividido em Repartição do Sul, sob o governo de Antonio de Salem, com sede no Rio de Janeiro. Compreendia desde o atual estado do Espírito Santo até os limites meridionais da colônia. O segundo, por sua vez, era chamado de Repartição do Norte e incluía todo o resto, composto pelas capitanias setentrionais até o sul da atual Bahia. Tinha como governador Luis Brito de Almeida, com sede do poder local na Bahia. Ao norte seco, o autor constrói a hipótese de a região semiárida ter sido dedicada à expatriados, uma “terra de desterro”, como parte da punição dos infratores perante a Coroa Portuguesa. Esse destino era guiado pela ideia da incompatibilidade das características da geografia física da região com o homem civilizado (SOUZA, 2017).

Esta denominação sebastianista, a despeito da exígua administração colonial, foi praticada até o século XX. O atual Nordeste fazia parte do Norte, o Norte Oriental e, em parte expressiva, o Norte Seco ou Norte Agrário Seco. Havia o outro, correspondente, grosso modo, à Amazônia, denominado de Norte Úmido. Já para o atual Nordeste, há polarizações que se agrupam em duas faces. Uma é o Nordeste Agrário da Mata, ou Nordeste Úmido e a outra é o Nordeste Pastoril do Sertão, ou Nordeste Seco. (SOUZA, 2017).

O Sertão e os Sertões

A palavra sertão no “Dicionário Aurélio” sobre a Língua Portuguesa, significa: “1. Região, agreste, longe da povoação ou de terras povoadas. 2. *Bras.* Interior pouco povoado. 3. Zona fitogeográfica do N.E. do país que domina o clima semi-árido e caatinga” (HOLANDA, 2007, p. 736, [sic]). De pronto, percebe-se dois grandes eixos definidores. O primeiro está amparado pelas ideias de vazio demográfico, isolamento, distância e interiorização. A esta última característica, antecipa-se o que fundamenta o argumento principal de Antonio Filho (2011), ao concluir que a similaridade entre todas as definições buscadas em seus escritos está na ideia de “interioridade”. O segundo eixo é percebido pelo agrupamento das características da fauna, da flora, do solo, do clima, da hidrografia, entre outros aspectos da geografia física que se unificam para ser batizado pela abstrata e generalizante denominação que imprime a um recorte espacial.

De acordo com G.CUNHA (2010, p. 592) a etimologia de sertão é “obscura” e seu significado está intimamente ligado à definição anteriormente aludida: “região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas”. O mesmo dicionário destaca as grafias, localizadas

ainda no século XV por *sertaão* e *sartão*, na escrita portuguesa. Esta origem da palavra foi fortemente praticada pelo processo colonizador desde o início da exploração aqui no Brasil. Sempre esteve associada à aridez e aspereza da natureza e da distância das sociedades tidas como cultas e de economia estruturada através de sistemas de produção. À época colonial, esse isolamento era mensurado pela não inserção a uma exploração extrativista da fauna, da flora e da mineração, ou pelas sistêmicas práticas agropastoris.

Ainda que não seja objetivo desta tese, é salutar a compreensão polissêmica das origens e empregos das ideias de sertão. O objetivo aqui não é a investigação filológica, mas a identificação das diversas vozes que permitam fundamentos interpretativos. Ferreira (2004) alerta para os usos intencionalmente variados e infinitos da palavra, em marcações opostas, aos extremos de expressar a vida, como também a morte, em seu sentido restrito e figurado. Isso torna-se basilar para identificar intenções políticas colonizadoras que, ora isolavam, ora exploravam certas porções de terra (e pessoas). Mediante conveniência, inventava-se ou se extinguiu a alcunha de sertão. Nesse percurso etimológico, Barroso (1947; 1952) apresenta a condição polissêmica que envolve o termo sertão.

Uma delas advém da ideia lusitana de *desertão* a partir do latim *desertus*. Destarte, o autor destaca que a denominação sobre o deserto grande é encontrada, desde o século XVII, nos registros portugueses relacionados à África Equatorial. As expressões relacionadas eram representações da hispidéz e de despovoamento. Deste ponto de partida etimológico e do grau aumentativo do substantivo batismal, há uma transformação aferética e de adjetivação para a palavra *sertão*. A origem através do *desertum*, *desero*, escrito em latim *desertanu*, (desertão), advém também da ideia de “desertar, abandonar”. São múltiplas as origens verificadas nas paisagens distintas: a rarefeita e a densa, ambas unidas pela ideia de desconhecimento, incerteza (FERREIRA, 2004).

Outra hipótese escrita por Barroso (1947) parte de suas pesquisas realizadas através do seu acesso a um Dicionário Benguela-Português, datado de 1501, a partir da língua de Angola, uma das ex-colônias portuguesas na África. Sua investigação aponta para a localização do que destaca como o “étimo” do sertão. Ocorreu através do vocábulo traduzido para o português de *muceltão*, e sua abreviação *celtão* e *certão*, que advém do significado registrado em latim *locus mediterraneus*, a significar um lugar ao centro, numa orientação contrária ao mar. Essas mesmas palavras (*celtão* e *certão*) apresentam a origem angolana na língua *bunda* (*mbunda*).

Parte de *muchitun*, acentuada a aproximação pela pronúncia autóctone que significa “mato”, depois ‘mato longe da costa’. É importante destacar que a aplicação deste termo, à época, não se restringiu às ideias de aridez e vazio, do deserto grande, mas foi aplicada também às matas, às áreas de vegetação densa (BARROSO, 1947). Essa peculiaridade estabelece uma dilatação no entendimento do sertão, especialmente na região amazônica durante o período de colonização luso-hispânica na América em que esta tese envereda.

F.Silva (1950) expõe uma das origens pelo viés antroponímico, associado à existência de Domingos Afonso Sertão, responsável por sesmarias onde hoje correspondem a parte do estado do Piauí, em 1676, à margem do rio Gurgueia. A referida propriedade representava a ideia de infinitude de terras e de interiorização da ocupação. E, do homem designado para geri-las, partia o sobrenome para, ali, doravante, ser denominado. Outra hipótese está associada aos registros encontrados em cartografias, ainda no século XVIII, onde se encontra a palavra *Sertam*. F.Silva (1950) acredita ter origem latina na palavra *sertum* que significa “entrançado”, “entrelaçado”. A essa definição observa-se Piel (1961 apud FERREIRA 2004) ao apresentar esta relação com as palavras *sero*, *serui* e *sere*, além do significado de grinalda, coroa, trança pela palavra *sertum* e o seu plural *sera*. Desse modo, ele credita a ideia de ‘vegetação contínua’ e a variação *sertus* que significa “inserido, metido, dentro” e traduz o *sartam* como “mato”.

Neste compasso, cabe ressaltar a peculiaridade do sentido de deserto existente na Idade Média, marcado essencialmente pela representação da Floresta no Cristianismo. Esta compreensão tem a origem bíblica no mundo oriental e advém de um lugar de provas, de êxodo, da presença de satanás, da mulher, do paraíso, do refúgio, do eremitismo, da penitência, do asilo e da solidão (LE GOFF, 1989). Destinos e fatos estes que estão presentes nas passagens do referido documento santo. A *floresta-deserto* era composta não apenas por sua dimensão material, mas também pela sua dimensão simbólica. Esta última alimentava uma carga imaginária. Era um *deserto institucional* e selvagem, uma oposição à condição da produção humana material, para a sociedade organizada. Era, portanto, “o ponto mais distante da cultura dos eruditos” (LE GOFF, 1989, p. 50).

A floresta como um deserto sob o olhar da religião adjetiva a Amazônia como um *Inferno Verde*³², mas ao mesmo tempo como um paraíso terrestre. Ou, ainda pela marca

³² A ideia de sertão amazônico a partir da perspectiva cristã criou tal alcunha registrada no livro homônimo em 1908. Para maiores informações, consultar RANGEL, Alberto. **Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas**. Manaus: Valer/Governo do Amazonas, 2001.

inegável de sua riqueza fluvial, torna-se um *Sertão das Águas*³³. A ausência do Deus do Cristianismo, do homem civilizado e branco tornam-se fortes componentes coloniais sobre as florestas e a presença da vegetação em si. A essa condição, Corrêa (1997) alude aos ensinamentos de Le Goff (1989) ao dizer que o tratamento das matas nas alusões ao medo, escuro e vazio remete a uma origem judaico cristã que marca a construção de imagem e sentido de mundo a partir do Estado. No caso das plantações de cultivo de subsistência das populações originárias e tradicionais, eram enquadradas como “paisagem decadente”. A qualificação sugere a alternativa extensiva da produção agropastoril e a mineração da prática colonial como ação emancipatória.

Numa concordância a esta análise fundamentada na religião, Yáziqi (2002) trata da visão do mundo ocidental sobre a paisagem a partir da perspectiva bíblica. O autor aponta os elementos vegetais, minerais, aquáticos concebidos como obras divinas. O conteúdo sagrado é evidenciado pela prática da representação medieval na perspectiva do ideal, já problematizada por Le Goff (1989), só libertada na Idade Moderna, a partir do Renascimento. Corrêa (1997), para o caso brasileiro, destaca que as formas dos colonizadores variaram, ao narrar as pré-existências encontradas. Até o século XVIII, percebe-se reminiscências medievais de subjugação. Os indígenas curiosamente ou se estabeleceriam ao nível humano inferior a Deus, ou, como integrante daquele mundo natural desalmado estariam sob a espera da aprovação divina para o usufruto colonial de suas terras. A autora chama a atenção para os relatos das paisagens da Mata de Itapeva com o componente religioso transversal àqueles escritos.

Oliveira (1995 apud YÁZIGI, 2002, p. 44), apresenta a ideia de Sertão a partir de três chaves:

(...) paraíso (o que expressa basicamente no romantismo), inferno (destempero da natureza, desespero dos que por ele se preambulam, violência, fatalismo) e, por fim, purgatório (lugar de passagem, de travessia, penitência e reflexão, propício às expansões messiânicas)

Ao retomar a discussão etimológica e conceitual, vê-se que F.Silva (1950), em consulta ao Dicionário de Língua Portuguesa do século XVIII, identifica que a palavra sertão na região do Beira é definida por um “instrumento de frigar”, enquanto em Lisboa significa “fundo de lambique”. Indica ainda as diversas variações ortográficas e as ocorrências homógrafas: *Sertã, Sertãã, Certã, Certam, Certaã, Certãa, Sertam, Sartãa, Sartaa*. Completa-se esta listagem com as palavras que, ainda no século XVI, aparecem com diversas grafias:

³³ NASCIMENTO, Milton. *Sertão das Águas*. Intérprete: Milton Nascimento. **TXAI**. LP Vinil. Gravadora Discos CBS. Lado B, Faixa B3, 1990, Rio de Janeiro, Brasil.

Sartagine, Sartaãe, Sertaã, Sartaã, Sartã, Sartãe, Sartan, Sertan, Sertaãe, Certãa, Certan, Sertãa, com o destaque para a grafia *Sertã*, registrada durante a União Ibérica, entre 1580 e 1640 (LOPES, 2014 apud MACEDO, 2019).

Outra hipótese está na existência da região de *Sertã*, ou o *Sertão*, zona sudoeste da Baixa Beira, em Portugal, fundada por Sertório, ainda na ocupação romana e denominada originalmente de *Sertago*. É uma área de charneca e distante do mar. Uma das origens consideradas fidedignas está nessa ideia de que o emprego do antropônimo *Sertã* antecipa-se diante do encontro com a fisionomia do terreno a ser ocupado (F.SILVA, 1950). Acrescenta-se ao rol hipotético, a associação às terras lusitanas que estavam diretamente ligadas ao uso da Coroa. Tanto aquelas para o batismo das terras a serem exploradas nas viagens ultramarinas, quanto àquelas terras circunscritas no Reino. A estas últimas, o sertão se configurava pela distância da atual Lisboa, desde o Norte na região do Minho, a exemplo de Arco de Valdevez, Amaro e Celiroco de Basto (PIEL, 1961 apud FERREIRA, 2004).

O sertão é o outro, atrelado ao desconhecimento e não se restringe essencialmente à configuração físico-espacial (MACEDO, 2019). Antonio Filho (2011) diz que a partir das tradicionalmente chamadas grandes navegações desde o século XIII, a partir do mundo europeu, a expressão sertão foi eleita para batizar locais desconhecidos, porque ainda não vinculados às práticas coloniais exploratórias. Portanto, eram construídas imagens e discursos de despovoamento, indefinição, imprecisão.

A despeito dos fundamentos e ajustes etimológicos, cabe aqui evidenciar, em especial, o uso desde a exploração colonial portuguesa na América deste vocábulo. Investiga-se as suas implicações nas construções de sentidos, existências, negações e silenciamentos. A partir dessa perspectiva, emerge a constatação do uso do sertão como um oposto à “região colonial”, a qual era estabelecida pelo controle, presença, ocupação e subserviência das pessoas ao Padroado Régio, dentro da tradição linguística e da prática mercantilista portuguesa (MACEDO, 2019). Essa condição, dentro das leituras aqui dos textos amazonialistas, se ancorou e se fez replicar em buscas interpretativas outras que daí partiram, porém ratificaram o lugar comum e naturalizado da ideia de barbárie *versus* civilização ao caso do Acre.

A denominação sertão é uma prática objetiva e consciente atribuída pelos colonizadores, mediante conveniência do Estado e da Igreja durante o processo colonial no Brasil. E as mudanças que marcaram a suspensão das ideias de sertão estiveram nas dinâmicas de interesses nas terras que passaram a ser mercantilizadas em glebas. Não se restringiram, portanto, a uma atividade exploratória agropastoril e de mineração apenas, em sua superfície

(CORRÊA, 1997). Moraes (2003) reforça tal perspectiva, quando diz que a ideia de sertão está na atribuição de valor, na demonstração de interesse e de exploração a quem se dedica a legitimá-lo.

Moraes (2003) destaca que a ideia de sertão não está ancorada na especificidade de um lugar ou numa caracterização peculiar da natureza, embora esta condição natural seja narrada como força imposta que subjuga a existência humana em muitas narrativas construídas. Daí o determinismo geográfico desconsiderar a concreta materialidade da intervenção e engenho humano como objeto caracterizador do sertão. Aliás, a invisibilização da presença humana é que institui tal denominação. Não estava na delimitação circunscrita e representada física e espacialmente.

Distingue-se, por exemplo, das categorias **território** e **ambiente**, as quais implicam na presença humana para a existência conceitual e fática. Está alinhavado, por conseguinte, na ideia de vazio, de iminente objeto a ser explorado, de projetos coloniais. Para além da negação das populações originárias e tradicionais nas áreas designadas, Corrêa (1997) desperta a atenção para a ideia de vazio a não presença da sociedade mercantil, sob a iminência da invasão. Vê-se, portanto que é

(...) uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. Nesse sentido, a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão (MORAES, 2003, p. 6).

M.Diniz (2014) ao desenvolver a tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo *Um Sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte*, reconhece a pluralidade dos sertões brasileiros. Sublinha a narrativa linear, única, generalizante, restritiva e de natureza determinista e de subalternidade e incapacidade humana diante do ambiente inóspito, agressivo e pobre, entre outras adjetivações negativas. Esta visão, conforme panorama traçado pela autora, permeou a produção intelectual científica e literária no início do século XX no Brasil.

A referida tese procura ascender as peculiaridades do sertão como lugar legitimado pelo reconhecimento institucional atual, todavia não mais caracterizado pelas ideias setecentistas de suas origens, tampouco pela generalizante abordagem do século passado. Os pensamentos inaugurais dos escritos sobre a temática do sertão não correspondem ao estatuto delimitador vigente do Estado brasileiro. A partir disso, a pesquisadora defende a

multiculturalidade e as paisagens diversas, no reconhecimento dos sertões do atual Nordeste. O sertão não mais como o inferior, distante e desconhecido, mas sim, pela pluralidade e protagonismo. Aqui se buscam tais perspectivas transformadoras para reconhecer as diversas Amazônia e Acres. Estes são, também, alguns dos caminhos problematizadores aqui percorridos nesta tese.

Moraes (2003) expressa a ideia de oposição em relação a qualidade pré-existente para designar a ideia de sertão, da diferença da paisagem cultural e da localização da população local como inferior e não incorporada à nação e de olhares ambiciosos. Há as definições para os lugares de expansão de fronteiras, de litígios e de imprecisões da presença do Estado. Advém de uma herança colonial que expressa até os dias de hoje uma prática expansionista do imperialismo e das práticas modernizadoras do espaço, e que inventa sertões na diversidade da geografia física, como estratégia exploratória de qualificação e de atributo. O autor destaca sobre as áreas de intenções futuras e de “soberania incerta” e que a oposição de quem o cria, a legitima a partir desse olhar exógeno e colonizador. É inventado e adjetivado para ser superado, avançado, através do domínio. Por isso, investe-se também na reverberação das ideias do isolamento, do desconhecimento e da distância como sinônimos de uma existência órfã, pagã e improdutiva.

Observa-se nos estudos sobre registros do uso escrito da palavra sertão, empreendidos pela pesquisadora Ferreira (2004), uma variação de sentidos. Aos habituais e pacíficos entendimentos, era também interpretado como “interior”, “travessia”, “perto longe”, “visibilidade” pela contiguidade do lugar da fala e da observação, o “alargamento do seu engaste significativo”, atribuindo à serra, mar, monte, ilha, mato, ou seja, outros elementos do *viço*, que não apenas da aridez, sequeidão e planura. A autora demarca essa dualidade e contradição fundante numa leitura elástica que registra desde suas supostas etimologias. O sertão é deserto, ambiente árido e rarefeito e é também floresta, mato. É longe, inalcançável, desconhecido e é, simultaneamente, facilmente acessado e observado, sob o controle e conhecimento do olhar.

A noção de sertão foi estimulada pelo fetiche ao descortino. Moraes (2005, p. 68) escreve que “a atração do interior desconhecido alimentou uma rica mitologia geográfica, composta por lugares imaginários e espaços oníricos, que acompanha toda consolidação dos impérios coloniais”. Corrêa (1997) reconhece que além dessa dimensão inconsciente através dos mitos e crenças, existe uma intenção consciente, marcada pelo exercício do domínio. Da

ordem da mente inventiva, empregou-se também a prática batismal de Sertão por outro fetiche humano: o exercício do poder.

Ao caso do atual Nordeste, E.Souza (2017, p. 28) elenca os motivos para a não ocupação colonial ainda no início da ocupação portuguesa. Os seus argumentos são sistematizados em quatro pontos:

- a) o desinteresse do colonizador em vista da grande extensão territorial do Brasil, que apresentava amplas oportunidades de oferecer em termos de vantagens comparativas a outras regiões, mais propícias naturalmente para serem povoadas com menor custo e menos risco;
- b) A pequena população e condições financeiras do país colonizador;
- c) A escassez de minérios, principalmente do ouro e prata de sua base física;
- d) A resistência do indígena e, sobretudo, a agressividade do meio

Estas justificativas conferidas ao Nordeste podem ser transferidas também ao contexto amazônico, o outro Sertão dos extremos. Entre o seco e o úmido, as paisagens são generalizadas ao deserto pela ausência do colonizador e do que se compreendia como civilização. O deserto é também o da atividade econômica. No início do século XX, Euclides da Cunha em seu livro *À margem da história* (2006), publicado originalmente após a sua morte, em 1909, relata sua viagem, sob a ordem do governo federal, ao atual Acre. Os seus relatos impressos são abertos pela taxação de uma *Terra sem história* e acompanhada por reforço recorrente à ideia de *deserto* atribuída às atuais terras acreanas. Ao mesmo tempo, através da obra *Correspondência de Euclides da Cunha* (GALVÃO; GALOTTI, 1997) é possível constatar o fascínio exalado pelo escritor e sertanista em relação a esse monumental, desconhecido e diferente sertão amazônico.

Antonio Filho (2011) chama a atenção de que para o caso da Amazônia brasileira a palavra sertão não tenha sido utilizada com a mesma força de outras partes do Brasil ocupado e explorado no período colonial foi denominado. Dessa maneira, tanto a hinterlândia não foi massivamente chamada de sertão, quanto o caboclo de sertanejo, embora a ocupação colonial tenha sido movida pela busca das “drogas do sertão”. O autor levanta a hipótese do protagonismo estruturador dos recursos hídricos na geografia física. Além das calhas fluviais permitirem a penetração e a interiorização da ocupação, determinaram a lógica hierárquica e topográfica de alto, médio, baixo, além de outras orientações hidrográficas apropriadas para designarem aqueles espaços. Sobre os povos indígenas, Corrêa (1997) contribui para elucidar

a inexistência linguística e batismal para designar suas terras de sertão. Era uma construção unicamente feita pelos colonizadores.

Neste panorama, várias vozes e origens emergem na discussão e muitas hipóteses são advogadas em busca da exatidão retrospectiva. Não é ofício desta tese problematizá-las. Aqui, objetivou-se a compreensão múltipla dos sentidos desta palavra e como recaíram nas práticas coloniais. Com isso, sistematizam-se costuras que expressam o meio ambiente físico, seja pela vegetação frondosa e densa, seja pela condição rarefeita, os quais são sintetizados pela rusticidade literal de “mato”. Alinhava-se também como o indecifrável, o impenetrável, o incógnito. Outros vieses estão na distância física, seja perto, seja longe, a interiorização e o isolamento. Mesmo aquelas denominações que partem de nomes próprios acabam por designar o infinito, as terras, a extensão.

Ou seja, sempre fora dos eus que lhes definiram. O sertão é como o exterior, o outro, o algo que ainda não se tem nem se conhece, mas que marca sua contradição fundante: passa a existir pela sua negação. Essa não corporeidade é catalisada pelas intenções colonialistas, imperialistas, alicerçadas pelo Cristianismo, para o exercício dos iminentes domínios espiritual e mercantil. A nomeação inaugural e especulatória cria, automaticamente, estoques fundiários, apagamentos humanos simbólicos e literais e a carência da presença civilizatória. Por fim, qualificaram-se pelas demandas da presença do homem autodenominado religiosa e intelectualmente superior e dos meios de produção mercantilistas.

As invenções da Seca enquanto fenômeno social e do Nordeste: alinhamentos imperialistas

As Secas, enquanto fenômenos naturais, ocorridas em fins do século XIX e início do século XX, têm uma intimidade com o massivo processo de ocupação não indígena na atual Amazônia sul-ocidental brasileira. Uma imediata, parcial e romantizada versão é apregoada e reproduzida de maneira incontestável. O fato – as secas -, e a consequência – a migração para a Amazônia -, marcam o fluxo linear da estruturação da exploração gomífera e nascimento do Acre. Fazem-se necessária a análise e o questionamento desta assertiva, praticada como um lugar comum e cristalizada numa construção de conhecimento que se ancora no meio acadêmico.

Entre 1876 e 1879, na América, Ásia e África houve a ausência de monções tropicais, que provocou as grandes secas. Ocorreu o *El Niño* com grandes estiagens, o que ocasionou parte das históricas secas, em específico, no atual estado do Ceará (DAVIS, 2002). E.Souza (2017, p. 28) alerta para a informação de que, enquanto natureza, “o fenômeno da seca

não é falta absoluta de água, mas sim a sua má distribuição no tempo e no espaço”. Atesta pela ocorrência simultânea de precipitações pluviométricas num mesmo país ou estado que passa pelas secas.

Sob o ponto de vista social, as secas naturais funcionaram como sinais de largada para as investidas imperialistas novecentistas. A arquitetura da ecologia política da forme deu origem ao Terceiro Mundo. Os fenômenos naturais, a exemplo da seca, foram utilizados como argumentos justificadores da miséria enquanto problema eminente. Houve a apropriação e camuflagem das ações imperialistas voltadas para a exploração de colônias em potencial, bem como à criação de periferias de exportação agropastoril e mineral no sistema-mundo do capital industrial (DAVIS, 2002). Para o autor, a apropriação das secas e a sua perversa reinvenção como um fenômeno social deu origem a *Holocaustos Coloniais*. Findou, de um lado, em fome, miséria, doenças e mortes. Do outro lado, culminou na subordinação dos sobreviventes a uma produção engrenada nas demandas internacionais das metrópoles industriais.

Ainda no período colonial, a estranheza e indiferença da Coroa Portuguesa marcavam a sua relação com o atual Nordeste semiárido, ou o Norte Seco de tempos atrás. Segundo E.Souza (2017) as secas, ainda no século XVIII, em especial as de 1777 e 1778, não sensibilizavam os governantes pelos prejuízos gerados às populações que ali viviam. Sensibilizavam apenas pelos prejuízos ao patrimônio da empresa colonial que lá ocorria. O mesmo autor informa que a Capitania do Siará Grande foi rejeitada por seu donatário Antônio Cardoso de Barros. Os motivos estavam na geografia física que lançava diversos desafios geomorfológicos e edafoclimáticos, além da existência de minérios de interesse da Coroa.

A Inglaterra era a potência industrial primordial no consumo das exportações brasileiras do século XIX, responsável também por expressiva importação. O atrofimento da seca favorecia a vinda de víveres, de tecnologia de construção de sistemas de irrigação e barragens. Havia o anseio pela eficiente e emergente conexão ferroviária. Com a seca, se fortaleciam as práticas decadentes de escravização e a indústria naval. As secas eram o alarme para as estratégias corruptas do governo local para arrecadação de verba federal. O montante servia para diversas obras no semiárido, mas muitas não foram executadas (DAVIS, 2002). Assim, vê-se que

A questão da influência do meio era a grande arma política do discurso regionalista nortista, desde que a seca foi descoberta em 1877, como um tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado, etc. O discurso da seca e sua ‘indústria’ passam a ser ‘atividade’ mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos Estados do Norte, diante da sua decadência de

suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, pp. 71-72)

A Inglaterra também dominava as transações internacionais, dos bancos etc. O Brasil vivia na segunda metade do século XIX um “colonialismo informal” e a região do atual Nordeste vivia o dissabor do declínio da economia açucareira de banguê substituída pela maquinaria das usinas e do algodão. A mão-de-obra, até pouco tempo legalmente escrava, foi tangida para duas opções: a fome ou a Amazônia e as seringueiras. Além do fluxo que se direcionava à capital cearense, dispersada para outras partes litorâneas, a exemplo do Recife, havia o agenciamento direcionado ao alimento de outros processos econômicos e ascendentes. Assim, Conservadores e Liberais se uniram em fins do século XIX, sob a responsabilidade do Império, para o envio de embarcações superlotadas de pessoas retirantes, desde Fortaleza, para alimentar a mão-de-obra crescente na Amazônia. A porta de entrada eram as províncias do Amazonas e do Pará (DAVIS, 2002).

A Inglaterra se tornava modelar em sua lida com as secas, a exemplo das soluções para a sua colônia na Índia. Havia, por perspectivas liberais propagadas pelo engenheiro André Rebouças³⁴, um anseio pelas mesmas ações a serem postas ao caso do Ceará, conhecido por “métodos científicos britânicos”. Não consistiam em práticas de auxílios emergenciais que se confundiam, nas visão deles, os britânicos, com caridade. Em vez disso, cabia à perversidade da engrenagem na mão-de-obra assalariada que completava o movimento imperialista (DAVIS, 2002). Assim procedeu o Presidente da Província do Ceará à época, José de Albuquerque, num arranjo com as elites locais, o despacho de massa iminente de trabalhadores, inclusive com a chancela do uso da violência para deportação (DAVIS, 2002).

Guerra (1955, p. 2, [sic]) escreve que a ocupação expressiva se deu “pela penetração de elementos brasileiros, em terras dos seringais bolivianos”. Assume, portanto, o processo violento desencadeado por homens brasileiros através da invasão de terras alheias. O autor complementa seu raciocínio ao dizer que a ocupação “foi mais intensa a partir da chegada de grande número de flagelados nordestinos, alguns anos após a grande sêca ocorrida no Nordeste do Brasil em 1877”. Percebe-se, além da forja da ideia de Nordeste e de Nordestinos anacrônica, se molda também o mito fundador da ocupação, porque não dizer, invenção e existência do Acre alinhavada por uma origem eminentemente pela seca.

³⁴ (1838-1898). Abolicionista e Engenheiro, inclusiva na atuação militar. Foi responsável pelas proposições de obras de integração ferroviária. Para maiores informações consultar dados biográficos: BIBLIOTECA NACIONAL. André Rebouças (1838-1898), s/d. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/andre-reboucas/>. Acesso em 08 de fev. de 2020.

Rancy (1986, p. 21) ratifica a narrativa clássica dos homens nordestinos migrantes tangidos pela seca. Todavia, ao mesmo tempo, evidencia, ainda que brevemente, outras justificativas para a *marcha colonizadora para o oeste* e a *caravana migratória*. A autora afirma, portanto que se deu “pela propaganda e arregimentação realizada por propostas de seringalistas do Pará e do Amazonas em Fortaleza, Recife, Natal, atraindo os nordestinos diretamente para o trabalho nos seringais”. Outra justificativa está nos “subsídios que os governos do Pará e Amazonas concediam ao transporte de migrantes, em vista dos programas de colonização agrícola, mas que redundavam em favorecer, em última análise, a migração para as zonas extratoras de borracha” (*Idem*, pp. 21-22).

Nessa mesma época, havia a economia ascendente do café no sudeste brasileiro, mas, segundo a autora, não atraía os nordestinos, porque eles já experimentavam daquele sistema agrícola de escravidão. A Amazônia e a borracha significavam para eles a liberdade de trabalho e dos senhores das terras que ocupavam, a construção rápida de patrimônio, além da fácil logística fluviomarítma ao Porto de Belém à disposição desses homens trabalhadores. Campos (2004) afirma que os governos do Pará e do Amazonas concediam terras e seringais aos empreendedores, a fim de avançarem rapidamente os limites de exploração e responder às demandas internacionais crescentes.

As duas autoras anteriormente mencionadas introduzem o que Carneiro (2015) evidencia nos escritos recentes acerca da formação do Acre. O autor afirma que a ocupação não indígena só ocorre quando é acionada pelo capital internacional. Daí, pelo viés da economia mundial, faz “nascer” o “espírito patriótico” do governo brasileiro. Bancos internacionais se instalam em Manaus e Belém para financiar o processo de migração dos nordestinos, já que na época os bancos nacionais não demonstravam interesse nessa ação. Assim,

A corrente migratória de nordestinos para a Amazônia deve ser entendida como o momento da inserção da economia da borracha na expansão do capital monopolista (...) O que se quer mostrar é que foi o interesse do capital estrangeiro que articulou as condições de emergência da economia da borracha (OLIVEIRA, 1983, p. 26 apud CARNEIRO, 2015, p. 41).

O autor complementa tal perspectiva ao destacar que

Financiados por grupos econômicos internacionais, através de uma complexa rede que envolvia exploradores, bancos e grandes empresas industriais, as casas aviadoras³⁵ de Belém e Manaus e os seringalistas formaram **grupos de**

³⁵ Casa Aviadora era um estabelecimento comercial que recebia a borracha e negociava a exportação, ao mesmo tempo em que fornecia produtos de alimentação, vestuário, objetos domésticos, etc., para os seringais. No início da exploração da borracha, se concentravam em Manaus e em Belém. Posteriormente, abriram outras nos assentamentos ribeirinhos acreanos que deram origem às cidades.

agenciadores que recrutavam mão de obra nos portos do litoral e mesmo em pleno sertão. O resultado disso foi **um êxodo dirigido, comandado em última instância pelos interesses econômicos das grandes empresas capitalistas norte-americanas e europeias** (...) Não era uma migração espontânea, e sim uma migração organizada pelo capital mercantil, representado pelas Casas Aviadoras e pelos seringalistas, interessados tão somente na capacidade de trabalho da população (OLIVEIRA, 1983, pp. 14-15 apud CARNEIRO, 2015, pp. 41-42).

Fica claro, portanto, que o processo de colonização do Acre se deu por necessidades externas ao Brasil. Nisso, aponta-se, ainda, que

É necessário ter bem claro que a Questão do Acre não era uma simples disputa territorial entre dois países sul-americanos. A região era alvo de uma disputa imperialista entre EUA e Inglaterra. Ambos queriam dominar o mercado latino-americano transformando-o em parte de suas respectivas ‘áreas de influência’. Os EUA eram os maiores importadores de borracha do mundo, em contrapartida, a Inglaterra era a maior fornecedora, pois monopolizava o comércio internacional do produto (CARNEIRO, 2016a, p. 70).

A ocupação exploratória extrativista da região do atual Acre se deu, especificamente, por um agenciamento institucional da força econômica imperialista. A seca do atual Nordeste surge como um pretexto, ou justificativa romântica, desse processo da economia mundial. E mesmo no fim do período imperial e início da República, as práticas coloniais de exploração das riquezas naturais ainda perduram para ocupar e, só a partir disso legitimar a terra ocupada como patrimônio nacional. Isto posto, reforça-se os argumentos aqui apresentados, que se opõem aos discursos “românticos” de ocupação e de defesa do território acreano pela noção simplista de integração nacional, defesa pátria e exercício de soberania.

Outros tributários da tese: as águas metodológicas

Esta tese foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPG-AU, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. Está situada na Área de Concentração de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo e, em específico, na Linha de Pesquisa Cultura, Produção Material e Instituições. Há uma estruturação do pensamento e da prática historiográfica que parte da Nova História como caminho metodológico.

Um ponto definidor é o uso interdisciplinar do conhecimento acadêmico e científico: Arqueologia, Geografia Histórica, Cartografia Histórica; Geografia Física; Geologia; Antropologia; Arquitetura, Urbanização e Urbanismo; entre outros, para aquilatar os procedimentos investigativos destes escritos. As buscas da contextualização das fontes

históricas e da análise e crítica embasam veredas percorridas aqui para a desnaturalização e a relativização das informações, entre outros aspectos, sob estudos a partir das fontes primárias e secundárias coletadas.

A vazão da História: a compreensão, a contextualização, a interpretação

Um outro aspecto salutar é a dimensão do objeto historiográfico, pois não se parte da *macro-história* nem da *micro-história*, mas sim, do que cada escala e modo de análise destes contribui para a compreensão do objeto em apreço. Aqui não há o interesse exclusivo na “história total”, nem na “história em migalhas”, ao mesmo tempo em que não se nega a importância dessas duas dimensões e abordagens metodológicas. Com o auxílio de Cardozo (2011), quem reverbera tal assertiva, há uma busca de contribuição mútua destas duas dimensões para o entendimento dos fenômenos do passado. Há um reforço às ideias de inexatidão e incompletude dos métodos, dos objetos e dos resultados de uma pesquisa social, conforme adverte Minayo (2011). O caráter parcial e experimental resulta da impossibilidade de abranger a inteireza do que se investiga.

Burke (2011) assinala a caracterização da Nova História pelos caminhos inversos dos paradigmas tradicionais e da naturalização da história do senso comum. Destaca a condição estruturalista, da variação de abordagens possíveis sobre o passado. Destaca seis pontos críticos e orientadores que mereceram atenção para a elaboração desta tese:

1. A História não se restringe à política. Tem se debruçado às atividades que são inerentes à natureza e existência humana;
2. A História amplia os seus estudos sobre o passado para além das narrativas de acontecimentos e inclui a análise das estruturas, ao evidenciar as mudanças econômicas e geo-históricas a longo prazo;
3. Há uma ruptura da “História vista de cima”, onde os silenciamentos, personagens apartados, esquecimentos intencionais, invisibilização, entre tantas outras estratégias da prática historiográfica tradicional, agora emergem na “vista de baixo” com outras vozes e perspectivas sobre os fatos, tempos, fenômenos, sujeitos, lugares etc.;
4. Deve-se superar a limitação das narrativas históricas a partir do uso exclusivo dos documentos. A esta peculiaridade o autor associa a escrita e a origem oficial, as quais limitam perspectiva amparadas pela ideia de “História” e “Pré-história”, bem como pelas versões oficiais, majoritárias de domínio e concentração de poder. As abordagens por dados estatísticos, ou visuais e orais são caminhos que entrelaçam ao consagrado documento (fonte escrita) para ampliar possibilidades investigativas do passado;
5. Deve-se evitar questionamentos unidirecionais de causa e efeito para a problematização do objeto de investigação. A linearidade factual e temporal é substituída por tramas de

questionamentos, contextualizações, temas transversais e outras intercorrências, permitidas, inclusive, pela gama de fontes históricas até pouco tempo negligenciadas;

6. A revisão da postura da objetividade da História em relação às necessidades de informações tais quais aconteceram no passado, numa visão ideal em que o autor classifica como “irrealista”, diante da trajetória de vida individual e coletiva de quem produziu o conteúdo em análise, como também de quem analisa. Há a sugestão do “relativismo cultural”, considerando nuances geracionais, sociais, geográficas, políticas etc., de quem estuda e do que/quem é analisado.

O exercício da escrita foi a partir da análise do processo histórico de formação territorial de uma área fronteiriça e de estabelecimento de uma rede urbana inaugural para assentar cidades, sob a intervenção do Estado, entre os discursos de vazios e de inexistência. Buscou-se a não homogeneização das fontes históricas pesquisadas. As múltiplas origens, ainda que a maioria dos documentos esteja vinculada ao poder estatal e dominante, foi uma preocupação primordial para a definição das atividades de campo.

Uma organização fundamental da análise foi a partir da **interpretação** das fontes primárias e a sua **contextualização**, para construir e desconstruir **narrativas**. Assim, documentos das Coroas Espanhola e Portuguesa, bem como do Brasil, do Peru e da Bolívia foram fundamentais para o resultado polissêmico. Ao mesmo tempo, buscou-se outras informações que avançassem na compreensão da formação territorial, desde a questão da geografia física e da geologia, até as informações sobre os povos originários especialmente pela produção intelectual dos arqueólogos e antropólogos.

Por se tratar de uma tese essencialmente situada em íntimo diálogo com o campo da História, o seu objeto não foi explorado ao nível de se refutar ou confirmar uma hipótese, mas sim, de buscar uma **interpretação** das fontes estudadas e da construção e desconstrução de **narrativas**. A noção da relação factual/objeto com os estudos na História não foi estabelecida pela necessidade de provas. Para Veyne (2008, p. 44), “um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis”. É nessa lógica que se desenvolveu a tese. Entre as vertentes traçadas, foram eleitos alguns caminhos em busca dos estudos do objeto. Nessa perspectiva, o mesmo autor apresenta a História não como uma Ciência. Esta assertiva a dissocia do rigor de estrutura de pesquisa (a hipótese) e de seus resultados (provar ou refutar), pois

A história não se explica, no sentido de que ela não pode deduzir e prever (só um sistema hipotético-dedutivo pode fazê-lo); essas explicações não são a volta a um princípio que tornaria o acontecimento inteligível, elas são o sentido que o historiador dá à narração (VEYNE, 2008, p. 84).

A respeito dos procedimentos metodológicos, volta-se a recorrência majoritária ao campo da História, como disciplina fundamental nesta tese. Veyne (2008, p. 18) afirma que “a história é uma narrativa de eventos” e complementa ao afirmar que “em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e lateralmente”. Nos aspectos metodológicos foram adotados procedimentos de **compreensão** dos eventos. Veyne (2008, p. 82), afirma que

Cada um sabe que, abrindo um livro de história, o compreende como romance ou algo parecido; por outras palavras, explicar, da parte do historiador quer dizer ‘mostrar o desenvolvimento da trama, fazer compreendê-lo’. Assim é a explicação histórica: sublunar e nunca científica; nós lhe reservamos o nome de explicação.

Como já dito nas considerações sobre a hipótese, o campo da História se distancia da Ciência pela não necessidade de experimentos de prova e refutação do objeto em investigação. A noção explicativa está na possibilidade de expor o universo das inter-relações que construíram as tramas e que ofertaram possibilidades às narrativas. Dito isto, é importante ressaltar a preocupação com o rigor da pesquisa aqui proposta e executada. Foram estabelecidos critérios, procedimentos e fundamentos teórico-metodológicos que norteassem toda a trajetória investigativa e da escrita. Neste quesito, salienta-se a busca do enfrentamento aos consagrados, inaugurais, romantizados, épicos textos que se consolidaram como verdades inquestionáveis acerca da formação do Acre e que se replicam até os dias atuais parte das produções acadêmicas e técnicas de maneira anacrônica. A lucidez e a crítica foram princípios norteadores do distanciamento e do ato contestatório do conteúdo histórico.

Outro ponto importante a ser considerado em termos metodológicos é a construção historiográfica da tese em busca não de uma linearidade, nem de causa e efeito, mas da História como um processo. Além disso, buscou-se o fundamento documental e não um exercício fabulatório para a elaboração do conteúdo. Com isso, vê-se que

(...) é somente a clareza que emana de uma narração suficientemente documentada; ela se oferece por completo ao historiador da narração e não é uma operação distinta desta, não mais do que é para um romancista. Tudo o que se narra é compreensível, visto que se pode narrá-lo (VEYNE, 2008, p. 84).

Os fragmentos documentais e textuais são objetos que não propiciam provas, mas sim **narrativas**. E o uso dos aportes teóricos e metodológicos, dentro das limitações desta tese, fez chegar a produção de escritos como resultados que problematizam e argumentam diante das fontes primárias e secundárias. Não houve a intenção de atestar uma verdade única sobre os fenômenos sociais do tempo passado a partir do uso inquestionável das fontes históricas.

É lúcido reportar aos ensinamentos de Lowenthal (1998). O autor evidencia a existência do passado apenas no campo epistemológico. A História é passível de múltiplas **interpretações** e está sujeita às possibilidades de construção de informações através de **narrativas**, a partir do olhar que se emite sobre o objeto, a quem emite, quando e de parâmetros teórico-metodológicos no exercício da construção do conhecimento científico, técnico e acadêmico. É nessa existência que aqui se ramifica um braço contributivo desta torrente intelectual sobre os temas abordados.

Os Documentos: meandros da História

Veyne (2008, p. 18) diz que “a história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento”. A partir deste pensamento, buscou-se compreender o documento enquanto fonte e não como uma verdade em si mesmo, portanto, sob o exercício interpretativo. A respeito do uso do documento, é essencial a referência à obra de Le Goff (1992), que contribui para a clareza da adoção dessas fontes históricas numa pesquisa. Assim, o autor disserta que

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a sobreviver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho o ensinamento (para evocar a etimologia), que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1992, pp. 547-548).

Muitas são as contribuições elucidativas do trecho anterior citado. Em primeiro está a ideia contextualizadora, a qual deve situar a produção de cada documento. Foi preciso compreender em que aura, em que intenção e quem o produziu e não apenas o documento em si mesmo. O documento não foi aqui compreendido como um elemento isolado, imparcial ou neutro. A segunda contribuição está na intenção do culto, da perpetuidade e do registro que o documento se constitui.

À dimensão mnemônica intencional do documento foi exercitada a constatação prévia dessa condição. E, a partir deste olhar, houve o destaque de nuances de sua elaboração. Outra grande contribuição a partir de Le Goff (1992) está na desconfiança e contestação da

substância dos documentos. Não adotá-los como verdades em si mesmo, resultou num grande passo para compreender processos e ampliar a potencialidade das informações que eles trazem direta ou indiretamente.

Imbuído desses procedimentos e concepções, Bacellar (2006) dentro da orientação metodológica da História a partir das fontes documentais, destaca que não existe neutralidade nos documentos e é preciso contextualizar a sua existência e observar ampla e sistematicamente o universo em que se situa e sempre com desconfiança. O autor destaca que é necessário, portanto, **“cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes identificar mudanças e permanências”** (BACELLAR, 2006, p. 71) para que se possa produzir técnica e cientificamente um trabalho de História.

Essa crítica ao documento é fundamental para se antever processos sociais, econômicos, culturais, políticos desde a concepção dos registros, bem como aquilo que foi incorporado ao longo de sua existência. A referência mnemônica ao documento é fundamental. Nos fluxos da pesquisa, estas fontes históricas criam possibilidades múltiplas de percursos interpretativos, serpenteiam o passado, cruzam e se embaraçam com outros rios. O ziguezague dos documentos é também o labirinto da vida humana.

Sobre a cartografia, uma das fontes históricas utilizadas, é importante registrar os ensinamentos de Bueno (2004). A autora assinala que tais fontes não são uma representação fidedignidade da realidade. Informa, ainda que apenas no século XVIII a sua produção assumiu um caráter mais técnico e menos decorativo. Com isso, vê-se que

Mapear significava conhecer, domesticar, submeter, conquistar, controlar, contradizer a ordem da natureza. Nos mapas produzia-se um território limitado e contínuo sobre uma natureza descontínua e ilimitada. Nos mapas, natureza e índio foram progressivamente relegados à ornamentação das molduras de títulos e legendas, imperando uma reapresentação do real pautada em códigos e convenções abstratas (BUENO, 2004, p. 230)

Sobre a prática cartográfica dos engenheiros militares portugueses entre os séculos XVI e XIX na América Portuguesa, impõe certos cuidados metodológicos assinalados por Bueno (2011, p. 13):

Decodificá-los implica em traduzir convenções e códigos gráficos e, ultrapassado este primeiro nível de aproximação, mergulhar nas entrelinhas das narrativas e discursos ali amalgamados, nem sempre óbvios e ricos em figuras de linguagem retórica. Para além de sua beleza aparente, fascinam tanto pelo que revelam como pelo que ocultam.

Harley (2005) fala sobre a “Teoria do silêncio cartográfico”, ao relacionar as “intenções” e “não intenções” que criam **agendas ocultas** na materialização das cartografias, ao analisar tal produção na Europa Moderna. Alguns motivos são elencados pelo autor para justificar os **silêncios**, termo utilizado pelo autor para designar uma ação humana registrada intencionalmente em substituição à naturalizada e clássica ideia do “branco”, como uma ausência.

Entre eles, contam as limitações geográficas de acesso ao conhecimento; as limitações tecnológicas de representação; o registro da história em função da destruição de provas e a compilação, edição, desenho, impressão e publicação dos mapas. Todos estes argumentos são tratados pelo autor como variáveis técnicas. Sua análise avança no entendimento do **silêncio** pelo viés político. Assim, afirma que “sabemos que aquilo que não está presente nos mapas é um campo de pesquisa tanto como o que se está³⁶” (HARLEY, 2005, p. 115).

Nessa ordem, o autor aponta para o discurso científico do mapas. Fala da dimensão não intencional fundamentado na estandarização do conhecimento e universalização, uniformização diante do avanço científico e da presença e necessidade e do Estado. Esta uniformização e produção seriada provoca, para o autor, a desumanização da paisagem. É visto que

Estes mapas transmitem um conhecimento que mantém o sujeito à margem. O espaço adquire uma importância maior que a do lugar: se os lugares parecem semelhantes, se pode tratá-los de maneira semelhantes. Portanto, com o progresso do mapeamento científico o espaço tornou-se muito facilmente um produto socialmente vazio, uma paisagem geométrica de fatos frios, não humanos³⁷ (HARLEY, 2005, p131).

A outra forma indireta, não intencional do **silêncio** está na representação das pré-existências como cenografia, imutáveis, estanques e mudos, como um espaço propenso e pacífico para a ocupação colonial. O autor chama de imagens “etnocêntricas” advindas da “estrutura do colonialismo”. Harley (2005) relaciona a os estudos sobre a Nova Inglaterra e os norte-americanos pelas evidências do ocultamento das geografas, do uso dos conhecimentos dos povos tradicionais para a produção de uma etnocartografia, simultaneamente a exclusão

³⁶ Texto original: sabemos que aquello que no está presente en los mapas es tanto un campo de investigación como lo que sí está.

³⁷ Texto no original: Estos mapas transmiten un conocimiento que mantiene el sujeto al margen. El espacio adquiere una importancia mayor que la del lugar: si los lugares se ven parecidos, se eles puede tratar de manera parecida. Por lo tanto, con el progreso del mapeo científico el espacio se volvió muy fácilmente un producto socialmente vacío, un paisaje geométrico de hechos fríos, no humanos.

desses povos nos documentos desenhados. A supressão dos nomes dos lugares utilizados pelos povos pré-existentes e a instituição da selva como representação são práticas construídas e posicionadas em oposição àquilo edificado pelo colonizador.

Arquitetura, Urbanização e Urbanismo como um dos braços da História

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento deste conteúdo está no diálogo essencial entre a História e outras áreas: a Geografia, a Geologia, a Arqueologia e a Antropologia, tão caras a cada parte escrita. Esta transversalidade dos campos do conhecimento permite as múltiplas interpretações essenciais à pesquisa. Especificamente ao campo de origem do doutorado, pontua-se a contribuição da História para os estudos da Arquitetura, do Urbanismo, da Urbanização e da Cidade. Parte-se dos estudos pioneiros sobre a formação urbana do Brasil e a sua dimensão territorial como um fenômeno social proferida por Reis Filho (1968).

Na escala urbana, Bresciani (1994, p. 11) questiona a maneira de se compreender a História das Cidades, bem como de construir conhecimento, ao indagar que

Será que nós conhecemos a história de nossas cidades, ou tem sido a cidade considerada, nos trabalhos acadêmicos, o cenário da vida econômica e social, simples resultado de determinantes que nelas estando se alheiam dela? Ou, por outro lado, o relato de sequências de estilos arquitetônicos e de intervenções técnicas a elas subordinadas poderia configurar ‘uma história’?

Ao questionar, a autora propõe uma leitura sistêmica, inter-relacional, não progressiva e sucessiva, mas imbricada nas interpretações processuais. Além disso, combate às âncoras que trazem, *a priori*, determinantes que condicionam e reduzem as perspectivas de compreensões múltiplas da História e das Cidades. São definições anteriores e exógenas que buscam estabelecer uma linearidade, uma sucessão, um encaixe dentro da prática hierárquica. A compreensão da História das Cidade não pode ser reduzida à substância de suas estruturas edificadas. Deve, portanto, partir de uma trama mais complexa e múltipla dos agentes e variáveis. As fontes históricas não podem ser limitadas à materialidade das estruturas edificadas.

Nesse viés, a autora contribui na ampliação dessa abordagem e diz que

(...) a intenção é mostrar que, ao se tomar o urbanismo como objeto de estudo em sua configuração acabada, pode-se incorrer no anacronismo de tentar localizar o significado de uma ausência; ou de se ir em busca de uma origem determinante, ou pior ainda, de se resvalar para a ‘positivação’ ou

‘naturalização’ da questão urbana, ‘acompanhando sua evolução’ através do tempo (BRESCIANI, 2002, p. 19).

Desse modo, a perspectiva histórica aqui não foi buscada pelo determinismo e verdade absoluta e a construção de uma linearidade factual. A lógica de causa e efeito foi evitada, sob a vigilância das práticas modernas da Historiografia. Trabalhou-se, portanto, com a perspectiva da compreensão processual e da trama dos eventos e atores.

Da outra margem e de dentro do rio: o *Giro Decolonial*

Outro olhar importante nesse fluxo é a abordagem e o exercício crítico e interpretativo das fontes primárias a partir da *descolonização do poder, do saber e do ser* proposta pelas compreensões atuais do *Giro Decolonial*. Esta teoria advém da organização e da prática do presente através do conhecimento relativizador, revisionista e transformador sobre a História e as Sociedades na América Latina. O racional uso da referida abordagem posiciona os valores, as compreensões dos fenômenos e do passado.

Simultaneamente faz o uso do que Ballestrin (2013) destaca para a atenção da permanência da força dominante, que não cessou com o fim do colonialismo, nem com a emancipação dos países independentes. Quijano (2005) elucida os vieses raciais, da organização da estrutura do trabalho, do eurocentrismo que imprime um etnocentrismo diante dos povos originários ou forçosamente migrados, dos discursos de modernidade, da instituição dos Estados Nações, tudo isso como formas de homogeneização e ocidentalização. As análises desses predicados para alteridade problematizam, comumente, através de binômios e maniqueísmos. O *Giro Decolonial* busca superar esta dicotomia, ainda que esta teoria seja, de maneira vã, interpretada por esta restrita chave. Deste modo, observa-se que

O principal desafio ético-político-epistemológico trazido pela razão decolonial é a consciência da geopolítica do conhecimento, a partir da qual se trata de rejeitar a crença iluminista na transparência da linguagem em prol de uma *fratura epistemológica* capaz de inserir uma perspectiva inédita e libertadora tanto no campo discursivo como na esfera da ação, assumindo a impossibilidade de qualquer ciência falar em nome de coletividades heterogêneas e multifacetadas mas a premência de se insurgir contra quaisquer estruturas de poder e opressão que silenciem alguém. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, pp. 77-78).

Castro-Gómez (2005) relaciona a ideia de modernidade com a construção de alteridades, na instituição do outro que suprime a diversidade. São pontuadas as práticas mercantis transatlânticas renascentistas, as investidas imperialistas das sociedades industriais e,

mais recentemente, os efeitos de domínio e periferização da globalização, como exemplos. Tudo isso sempre pautado pela força dominante que designa (e inventa) o suposto dominado. O autor denomina de “violência epistêmica” esta outridade que nasce como um plano do Estado engajado num sistema de produção exploratória.

Nesse sentido, recupera-se a ideia de sertão como área “inculta” em termos produtivos e no sentido da inteligência humana, aqui já abordada e como tal criação expressa os interesses exploratórios sobre aquelas áreas negativamente adjetivadas. As garras da colonização definem o outro para justificar a necessidade da implantação de suas práticas usurpadoras travestidas pelos discursos civilizatórios e modernizadores. Porém, o outro, desde o olhar ádvena, passa a existir como um ser à parte. A constatação de sua existência é invisibilizada por um discurso contraditório de inexistência ou de mimetização ao estado “natural” das coisas. Do desconhecido e selvagem, quando engrenado no sistema de produção exploratório das forças dominantes, passa ao grau de uma outra inferioridade humana: o de servil e capataz na engrenagem do sistema-mundo mercantilista e capitalista.

A tese buscou um diálogo, ainda que inicial, com o *Giro Decolonial* como modo de exercício da consciência da escrita, de maneira a descolonizar o pensamento e a prática historiográfica. Buscou também como possibilidade interpretativa de observação das fontes históricas documentais. Urge a necessidade de atravessar para a outra margem do rio e compreender o passado sob o outro olhar. Mais que isso, é necessário estar dentro dessas águas e compreendê-las antes, durante e depois, da chegada dos inventivos ádvenas. Apesar de sucinto, aqui se buscam caminhos que dialoguem com a imposta naturalização dos fatos e modos de vê-los.

As Fontes documentais e bibliográficas: balseiros à jusante e à montante

Os fluxos contínuos da vida humana, tal qual corre o rio, vai formando testemunhos, vestígios, balseiros, que se fragmentam e se depositam no correr das águas da vida humana. Compreender esta trajetória se fez tarefa essencial com a utilização das fontes primárias. Para os documentos, foram utilizadas as ideias e as orientações metodológicas a partir de Pinsky (2006) e Le Goff (1992). As noções de “documento-monumento” e “documento e mentira”

embasaram não apenas as análises textuais, mas também os recursos imagéticos e iconográficos, a exemplo das cartografias e das fotografias³⁸.

Sobre as técnicas de coleta de dados, é importante destacar que muitas indicações de fontes e procedimentos dizem respeito às informações produzidas não apenas pela Coroa Portuguesa e governo brasileiro, mas também pela Coroa Espanhola e aos governos boliviano e peruano, quando foram proprietários, responsáveis ou disputaram as terras que atualmente se reconhece como o Acre. Assim, são pontuados os seguintes itens pesquisados:

- Pesquisa bibliográfica (Fonte Secundária): livros, artigos, teses, dissertações, monografias, entre outras publicações que dissertaram sobre os aspectos teóricos, metodológicos e do objeto em estudo. Os principais conceitos foram os de território, rugosidades, teoria do refúgio, giro decolonial, territorialidades, território federal, fontes históricas, documentos históricos, paisagem, paisagens sobrepostas, agendas ocultas, vazios e silêncios cartográficos, mobilização ibérica, além das abordagens temáticas sobre Cartografia Histórica, História da Amazônia, História do Peru, História da Bolívia, História do Acre, História do Brasil, Período Colonial e ocupação portuguesa e espanhola, Povos Originários, Ocupação pré-colonial, Geoglifos, Geografia Física, Geologia e Hidrografia do Acre, Fronteira, Diplomacia, Litígio, Tratados, Geopolítica, entre outros;
- Pesquisa documental escrita (Fonte Primária): Relatórios de viagens de expedições científicas, missões religiosas, diplomáticas, militares, exploratórias, de viajantes etc. Documentos institucionais: Relatórios de Governo e legislações de matéria do urbano. Além disso, foram utilizadas as fontes hemerográficas, com jornais locais e de circulação nacional e internacional;
- Pesquisa documental iconográfica (Fonte Primária): Foram usadas as cartografias históricas das épocas distintas, álbuns institucionais, desenhos, croquis, fotografias e demais recursos de registro visual e a sua análise dos usos que lhes deram origem;
- Trabalho de campo com visitas às instituições públicas e privadas em busca do acesso às fontes primárias e secundárias:
 - Rio Branco, Acre, Brasil, em janeiro de 2017: Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Acre - IPHAN-AC; Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Comunicação e Cultura Elias Mansour - DPHC-FEM do Governo Estadual do Acre; Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil – FGB da Prefeitura Municipal de Rio Branco; Biblioteca Central da Universidade Federal do Acre - UFAC, Museu da Borracha; Biblioteca Pública Estadual, Biblioteca da Floresta; Arquivo Histórico e Biblioteca do Palácio da Justiça;
 - No Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, em junho de 2019: Biblioteca, Arquivo Histórico e Acervo pessoal do Barão de Rio Branco, contidos no

³⁸ Importante destacar que a tese não se propôs a estudos a partir da Teoria da Imagem, da Fotografia, da Semântica, da Semiótica, por exemplo. Elementos que possuem imagem como registro foram tratados como documentos dentro da noção de Fontes Históricas abordadas pelos teóricos e pelas opções metodológicas aqui apresentados. Outra observação importante é a de que não se buscou confrontar informações textuais com os registros fotográficos ou cartográficos, por exemplo. Não se busca a comparação, mas sim a interpretação dessas fontes documentais dentro da noção de documento-monumento e documento-mentira, porque são parte do conjunto da representação construída, à época, pelos diversos agentes autores no processo.

Palácio do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores - MRE; Biblioteca Nacional; Arquivo Nacional; Arquivo Histórico do Exército Brasileiro – AHEB, do Ministério da Defesa;

- Em Fortaleza, Ceará, em fevereiro de 2017: no Museu da Universidade Federal do Ceará MAUC-UFC, por abrigar o arquivo gráfico e de design produzido por Jean-Pierre Chabloz da campanha de recrutamento dos Soldados da Borracha no período da Segunda Guerra Mundial; na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFC;
- Em São Paulo, estado de São Paulo, em diversas datas: acervo da Universidade de São Paulo – USP, especialmente nas Bibliotecas Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Graduação (Butantã) e da Pós-graduação (Maranhão), Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH e no acervo do da Biblioteca e do Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE;
- Em Belém no Pará, Brasil, em março de 2018: Biblioteca e Arquivo Histórico da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – PCDL, do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Arquivo Público do Estado do Pará; Biblioteca Central e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA da Universidade Federal do Pará – UFPA; Biblioteca Pública Municipal Arthur Viana;

Portugal, entre novembro de 2018 e abril de 2019, durante a estada no Departamento de Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP, para o desenvolvimento do Doutorado Sanduíche, sob a supervisão do Prof. Dr. João Carlos Garcia:

Lisboa

- Arquivo Histórico Ultramarino – AHU; Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT; Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – ICS/UL; Sociedade de Geografia de Lisboa; Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda; Arquivo Histórico Diplomático e Biblioteca do Palácio das Necessidades, na sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE; Arquivo do Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar, na Direção de Infraestrutura do Exército Português; Biblioteca Nacional de Portugal – BNP;

Porto

- Biblioteca Central Pedro Veiga da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – BC/FLUP; Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto - FAUP; Sala de Manuscritos e Reservados e Sala de Leitura Geral da Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, especialmente o fundo documental do Visconde de Balsemão, 3º Governador do Mato Grosso;

Coimbra

- Bibliotecas Geral, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra - UC;

Na Espanha, em abril de 2019:

Sevilha

- *Archivo General de Indias*, em Sevilha;

Madri

- *Biblioteca Nacional de España*;

Bolívia, em janeiro de 2017

Sucre

- *Archivo y Biblioteca Nacional de Bolivia – ABNB e Archivo Histórico y Biblioteca da Universidad Mayor, Real y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca - USFX*;

La Paz

- Diversos acervos e instituições públicas, entre as acadêmicas, de Defesa etc., sem qualquer resultado.

Lima, no Peru, em abril de 2018:

- *Biblioteca Nacional del Perú; Archivo General de la Nación – Perú; Gran Biblioteca Pública de Lima; Arquivo Histórico da Universidad Mayor San Marcos, Sociedad Geográfica de Perú; Archivo Histórico de Límites e Biblioteca do Ministerio de Relaciones Exteriores – MREE*.

Além das águas navegadas que fizeram encontrar os balseiros documentais, muitos outros lugares de pesquisa não foram acessados. Havia um prévio mapeamento, ainda, no projeto de pesquisa da tese, desde 2015, quando houve o processo seletivo. Posteriormente, quando emergiram outras fontes através das evidências investigativas, orientações e sugestões dos diversos profissionais que contribuíram para os estudos, foi elastecido o trabalho de campo, todavia não executado em sua completude. É importante evidenciar que os balseiros aqui não saltaram nas águas de maneira desgovernada, foram identificados a partir de um rigor de pesquisa planejada e de uma atividade de campo.

Lista-se aqui as pretensões não executadas que se limitaram aos diversos aspectos. As viagens dispendiosas financeiramente que demandavam um montante de investimento; a diminuição dos recursos financeiros públicos e privados diante da realidade política brasileira instaurada desde 2016; a disponibilidade pessoal de tempo diante das viagens numerosas alinhadas ao exercício da análise escrita da tese, bem como com a vida pessoal do autor.

Destaca-se a dificuldade de acesso pela gestão frágil e ausência de política de incentivo e receptivo a pesquisadores, pelo fechamento e interdição de alguns acervos ou pelo

estado de conservação dos documentos dos acervos que houve tentativa de acesso, a exemplo dos de La Paz na Bolívia e alguns de Rio Branco, no Acre. Todos estes aspectos, entre outros, desenharam a distância do pesquisador com as sabidas fontes.

Cabe destacar que o não acesso as arroladas fontes, a seguir, não comprometeu a qualidade, a seriedade e a profundidade da tese. Houve um rearranjo metodológico para seguir os escritos e manter o nível proposto e almejado. Registra-se, aqui, para futuros pesquisadores, que se depararão com esses balseiros que ficaram à montante destes escritos, como uma singela contribuição somatória de fontes e lugares de pesquisas acessados, agora um mapeamento não executado:

- Em La Paz, na Bolívia, não foi acessado nenhuma documentação. A burocracia do Estado, e as restrições de acesso de espaços da Justiça, das Relações Exteriores e Militares criaram uma barreira. Além disso, muitas instituições estão em estado decadentes, de funcionamento restrito ou fechadas, sem cultura de atendimento à pesquisa e com acervos em péssimo estado de conservação. Esse cenário fez suprimir qualquer contato com os documentos ali constantes nos arquivos;
- Em Potosí, na Bolívia, os acervos sobre a ocupação colonial espanhola e a constituição da Bolívia;
- Cobija, capital do Departamento do Pando, na Bolívia: os arquivos públicos e privados sobre a ocupação colonial e o processo de formação da Bolívia e do litígio com o Brasil desde o século XIX;
- Iñapari, capital do Departamento de Madre de Dios, no Peru: os arquivos públicos e privados sobre a ocupação colonial e o processo de formação do Peru e do litígio com o Brasil;
- Lisboa: Arquivo da Companhia de Jesus no Palácio dos Condes de Tomar, onde funciona atualmente a Brotéria; Biblioteca e Centro de História de Além Mar – CHAM da Universidade Nova de Lisboa;
- Londres, Inglaterra: *Baring Brothers Archives*; *Public Record Office – Foreign Office*; *Rothschild Archives*; *British Museum*; *British Library*, especialmente o arquivo do Conde de Tovar Figuiere. Arquivos mapeados que constam os relatos de viagens com desenhos e mapas das expedições científicas e exploratórias entre os séculos XVIII e XX na Amazônia, através do acesso pelos rios Juruá e Purus;
- Coimbra, Portugal: Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra; Observatório Astronômico, ambos para estudos do acervo cartográfico;
- Vaticano: Relatos de viajantes das missões catequizadoras na Amazônia brasileira pelos rios Juruá e Purus; Arquivo da Companhia de Jesus; *Arquívum Romanum Societatis Iesu - ARSI*;
- Lima, no Peru: Arquivos históricos, geográficos e documentais sobre o atual Departamento de Madre de Deus e Amazônia peruana na Pontificia Universidad – PUC Perú;

- Província de Concepción, Departamento de Junín, no Peru: Pinacoteca, Biblioteca e Acervo Histórico do Convento de Santa Rosa de Ocopa sobre a ocupação colonial e as missões religiosas;
- Sevilha, Espanha: Archivo de Protocolos Naturales sobre as viagens exploratórias na Amazônia desde o século XVIII; Departamento de Estudos sobre a América da Universidade de Sevilha, sobre a produção de conhecimento a respeito do processo de colonização espanhol e emancipação dos Estados Nações na América;
- Madri, Espanha: Museo Naval; Jardín Botánico, ambos sobre a ocupação colonial espanhola na Amazônia e a produção cartográfica e de relatos textuais;
- Estados Unidos da América - EUA: Acervo em Chicago, Washington e Boston sobre o Brasil Colonial e Imperial, nas diversas livrarias, universidades e instituições detentoras da guarda dos documentos;
- Em Guaratinguetá, São Paulo: o acervo do Museu Rodrigues Alves, sobre a trajetória do ex-presidente da República do Brasil e a sua relação com a formação do Acre;
- Rio de Janeiro: Mapoteca do Palácio do Itamaraty; Acervo da Comissão Brasileira Demarcatória de Limites do Oeste (antigamente em Corumbá), no Palácio do Itamaraty; acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Acervo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; Acervo do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro;
- Em Rio Branco, no Acre: o acervo do Memorial dos Autonomistas; o acervo do Centro de Documentação e Informação Histórica – CDIH, da Universidade Federal do Acre – UFAC, sobre o processo de formação territorial e urbana da Amazônia sul-ocidental brasileira;
- Em Belém, no Pará: acervo e biblioteca do IBGE; acervo do Museu Emílio Goeldi; acervo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; para os estudos históricos e geográficos sobre a Amazônia, especialmente a sul-ocidental brasileira;
- No Recife, estado de Pernambuco: Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco – IAHGP, especificamente o acervo documental do espanhol Luis Galvez, o “Imperador”, que declarou o Estado Independente do Acre em 1899. Os documentos estão sob a guarda da instituição pernambucana pois o Imperador viveu no Recife após a sua saída do Acre e antes de seu retorno à Espanha;
- Em Fortaleza, Ceará: no Arquivo Público Estadual, acervo do Palácio do Comércio, por Fortaleza ter sido a sede do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, do Departamento Nacional de Imigração – DNI, do Governo Getúlio Vargas. A função desse órgão era o recrutamento e distribuição dos Soldados da Borracha, no período da Segunda Guerra Mundial;
- Brasília, Distrito Federal: nos Ministérios da Integração Nacional, Justiça e Negócios Interiores, por se tratar dos responsáveis pelos planos e projetos destinados ao Território Federal, Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG; além da Biblioteca do Congresso Nacional, Biblioteca do Senado e Biblioteca Pública Nacional, pelo acervo geral.

As águas turvas: a busca da informação

Diante da inexistência oficial do Acre até 1903, além dos usos desta denominação ocorrerem a partir de meados do século XIX apenas, foram eleitas diversas palavras-chave para o desenvolvimento da pesquisa de campo. As posses, simultaneamente aos supostos vazios, desconhecimentos e inexistências atribuídos ao atual estado brasileiro, criaram, de imediato, desafios expressivos para a busca de informações e de documentos.

Ainda no projeto de pesquisa, em 2015, já se sabia de alguns nomes fundamentais para ampliar o sentido restrito de Acre novecentista. Desde então, os acréscimos e o amadurecimento das atividades de campo levaram a necessidade da coleção nominal dos pontos de partida para as leituras das fontes primárias e secundárias. Novas palavras não apenas alimentaram a listagem como também nutriram a compreensão da área em apreço. Muito importante para esta atividade foi exercitar a análise das **paisagens sobrepostas**, a partir do que Corrêa (1997; 2013) desenvolveu em sua tese de doutorado. Deste modo, são expostas as palavras agrupadas por pistas investigativas, a seguir:

- Rios, considerando também as suas grafias e denominações antigas: Acre; Iquiri; Madeira; Javari; Beni; Mamoré; Rapirrã; Abunã; Iaco; Crôa; Juruá; Purus; Tarauacá, Môa, Chandless, Araçá; Xapuri; Apoparis; Amônea; Javari; Negro; Inã, Tahuamanu, Cuchivara;
- Arranjos geopolíticos no caso luso-brasileiro desde o período colonial na Amazônia sul-ocidental: Capitania do Grão-Pará; Capitania do Rio Negro; Província do Amazonas;
- Denominações a partir da ocupação extrativista na região do atual Acre: Estado Independente do Acre; Território Federal do Acre; Acre Setentrional; Acre Meridional;
- Arquivos sobre a ocupação colonial do atual oeste brasileiro: Vila Bela, Trindade, Guaporé, Chiquitos, Moxos;
- A partir das missões religiosas tanto de origem da Coroa espanhola, quanto da Coroa portuguesa: Bispado da sede Arcebispo de Lima e Cusco; Missões Franciscanas; Mercedários; aldeamento Jesuíticos; Carmelitas;
- Arquivos sobre a ocupação sul e oriental da Bolívia desde a colônia: *Santa Cruz de la Sierra; Tierra de Colonias; Apalobamba; Tierras del Oriente; área de montañas; área de bosques; Audiencia de Charcas; Tierras no descubiertas; Bolivian Syndicate; Territorio Federal; Territorio de Acre; Oriente boliviano; Amazônia boliviana;*
- Denominações a partir do Peru, desde o período colonial hispano-americano: *Virreinato de Perú; Nueva Castilla; Capitulación de Toledo; Provincia de Charcas; Estado Sur-*

peruano e Estado Nor-peruano; Audiencia de Lima; Departamento de Cuzco; Comandancia General de Mainas; Terras Neutralizadas; Amazônia Peruana; Oriente Peruano;

- Outras possíveis posses coloniais hispano-americanas: Vice Reinado de La Plata;
- Especulações e execuções imperialistas de posses e arrendamentos: arrendamento inglês e estadunidense através do *Bolivian Syndicate*; posse belga; Terra dos Negros dos Estados Unidos;
- Estudo de identificação toponímica com antropotopônimos, corotopônimos, etnotopônimos, hidrotopônimos etc.:
- Nomes dos diplomatas e de políticos: Jose Manuel Pando Solares (presidente da Bolívia); Ministro Hernán Vellarde, Barão de Rio Branco; Afonso Penna; Rodrigues Alves;
- Viajantes missionários: Padre Tastevin;
- Viajantes diplomatas, exploradores: Manuel Urbano; Euclides da Cunha;
- Denominações sobre o rio Amazonas: Maranhão, São Francisco,
- Estudos sobre mitos fundacionais e de justificativa da ocupação colonial da Amazônia: Terra da Canela; *El dorado*; *Paititi*; etc.;
- Nomes das cidades, vilas e povoados antigos acreanos que deram origem a parte dos atuais municípios: Seabra, Juruá, Sena Madureira, Brasília, Xapuri, Paraguaçu, Rio Branco, Penápolis, Porto Acre;
- Nomes dos povoados e cidades bolivianos: Cobija; Pando; *Mariscal Sucre*; *Acre*, *Puerto Acre*; *Puerto Alonso*;
- Processos econômicos: Borracha; Caucho; Seringueira; Látex; Ouro Negro; Castanha;
- Localidades amazônicas: Alto Amazonas, Alta Amazônia, Oriente Boliviano, Oriente Peruano, Amazônia sul-ocidental brasileira, Amazônia Quéchua; Cabeceiras, Nascentes;
- Povos originários: Apurinãs; Kaxinawás; Katukina; Ashaninka; Arara etc.;
- Tratados: Madri (1750), Tordesilhas (1494), Ayacucho (1867), Brasil-Bolívia (1903), Brasil-Peru (1909), Santo Ildefonso (1777), etc.;
- Seringais e toponímias a partir dos povos originários, do Ceará e de outras partes do atual Nordeste;
- Insurreições no Acre: Estado Independente do Acre; Cidade do Acre; Acre setentrional; Acre Meridional;

- Amazônia em litígio: litígio; limite; fronteira; franja; faixa, diplomacia; disputa territorial na Amazônia; A questão do Acre; *Campaña del Acre*; o Acre; *La cuestión de Acre*;
- Cabeceiras dos Rios, Istmo Sepahua, Istmo Fitzcarraldo, Altos (cabeceiras) e Baixos (várzeas) rios.

A opção de concentrar aqui os pontos de partida teórico-conceituais e metodológicos que varejaram e que aqui se apresenta tem dois objetivos. O primeiro é de orientar o(a) leitor(a), desde o início, o remo do percurso do rio-tese. O segundo é de agrupar estes aportes em conteúdo anterior à fluidez das águas interpretativas e narrativas. Com isso, o curso desta introdução seguiu reforçado por outros rios, tributários ao estado de conhecimentos e nas madeiras dos saberes se erigiram pontes, cais, portos, trapiches. A partir da Arquitetura, da Urbanização e do Urbanismo, as águas nunca limitaram: sempre integraram. Foram criadas conexões com outros braços do conhecimento: a História, a Arqueologia, a Geologia, a Geografia, a Antropologia, entre outros.

Entre as chuvas torrenciais e as secas escaldantes, ao encarar os bancos de areia, balseiros-fontes históricas, barrancos desmoronando, das águas turvas emergiram indícios sobre tempos, fatos, pessoas, paisagens. Ora secavam, ora inundavam com tantas informações que corriam na existência da vida desses últimos quatros anos. Outros modos de navegar o mesmo rio foram ensaiados. Outros modos também de observar a partir da outra margem e, até, de dentro do rio. Esta tese buscou, sem qualquer perspectiva amazonialista, enfim, navegar-conhecer as águas históricas, territoriais e urbanas que hoje são chamadas de Acre neste rio-tese de palavras, imagens, narrativas e de interpretações.

Txai

Txai é fortaleza que não cai.
Mesmo se um dia a gente sai,
Fica no peito essa dor.

Txai, este pedaço em meu ser.
Tua presença vai bater
E vamos ser um só.

Lá onde tudo é e apareceu
Como a beleza que o sol te deu
É tarde longe também sou eu.

Txai, a tua seta viajou,
Chamou o tempo e parou
Dentro de todos nós.

Já vai ia levando o meu amor
Para molhar teus olhos
E fazer tudo bem,
Te desejar como o vento,
Porque a tarde cai.

Txai é quando sou o teu igual,
Dou o que tenho de melhor
E guardo teu sinal.

Lá onde a saudade vem contar
Tantas lembranças numa só,
Todas metades, todos inteiros,
Todos se chamam txai.

Txai, tudo se chama nuvem,
Tudo se chama rio,
Tudo que vai nascer.

Txai, onde achei coragem
De ser metade todo teu,
Outra metade eu
Porque a tarde cai
E dona lua vai chegar
Com sua noite longa,
Ser para sempre txai.

(NASCIMENTO, 1990)

CAPÍTULO 1 - O “ACRE” JÁ EXISTIA E NÃO ERA UM VAZIO

Antes das constatações dos discursos e práticas sobre o culto à inexistência do Acre e, especialmente, daquelas terras e gentes pelo silêncio, aqui parte-se da afirmação de que não era um vazio. Parte-se também da ideia de que a territorialidade é anterior à condição geopolítica e a natureza foi indutora e definidora da territorialidade das sociedades complexas e densas que se apresentavam nesse lugar. Pensar em homem na floresta, evidenciar a inter e transculturalidade, a paisagem não homogênea e muito fruto agenciado pelas populações originárias, resultante que não era vazio, nem inexistente, muito pelo contrário, era diversificada, torna-se o foco primordial deste capítulo.

Portanto, esta etapa tem o objetivo de investigar as constituições territoriais anteriores ao processo de colonização que advém das Coroas Espanhola e Portuguesa. É importante destacar a invisibilidade dedicada a essas pré-existências tanto pelas narrativas historiográficas, quanto pelos sucessivos processos de posse e de ocupação que ocorrem desde o século XVI nessa região. Associado a isso está a neutralização ou hierarquização imposta por forças externas a esse mundo que, quando reconhece a existência, estabelece um grau acentuado de inferioridade e sub-humano a essas populações e ao seu legado.

Busca-se, portanto, a identificação e a interpretação das ocupações pretéritas aos ádvenas associadas aos povos originários. Tais populações foram denominadas, a partir do olhar dos colonizadores, como indígenas. Ou, numa outra construção etno-geográfica, de povos ameríndios³⁹ que, lucidamente, Castello Branco (1993) situa a produção desse espaço construído como fenômeno da história brasileira e não da pré-história. Para a estruturação deste conteúdo, foram entrelaçadas pesquisas arqueológicas e alguns textos com diálogos antropológicos sobre a atual região amazônica sul-ocidental brasileira. Esses escritos se debruçam nos esforços interpretativos das pré-existências humanas anteriores às concepções e práticas estrangeiras a partir dos reinados luso-espanhóis.

Acrescenta-se a essas abordagens a interpretação de alguns dos aspectos da geografia natural que são capazes de evidenciar e justificar a origem da formação territorial do atual Acre. Destarte, estudos voltados para a formação geológica, hidrológica, da vegetação, por exemplo, bem como a articulação desses e de diversos outros elementos da natureza, aqui

³⁹ Nesta tese serão utilizadas as denominações de “originários” e de indígenas no sentido etimológico do nativo, local e de pertencimento. Não cabe nestes escritos a discussão sobre a nomenclatura, a despeito do uso consciente e emancipatório nessa eleição, que não se ratifique manipulações e preconceitos perpetuados por nomenclaturas.

são expostos e interpretados. O intuito desta etapa é alcançar a compreensão mínima da estruturação físico-espacial do meio ambiente natural que possui interface com as práticas sociais e que, conjuntamente, culminam na estruturação territorial do atual Acre. Essa linha de pesquisa tem interface com outros estudos já desenvolvidos, sob a orientação de Beatriz Bueno. Particularmente, a dissertação de mestrado de Giancesella (2008) com o título “Paisagens no tempo: vias litorâneas paulistas” e a tese de doutorado de Arraes (2017) denominada “Ecos de um suposto silêncio: paisagens e urbanização dos ‘certoens’ do Norte, c.1666-1820”, trazem paralelos com os escritos aqui apresentados.

O intuito maior deste percurso aqui no capítulo é a problematização e relativização dos discursos oficiais de vazios e de inexistências acerca do Acre, especialmente voltados àquilo que se situa anteriormente à chegada dos colonizadores. Tal percurso é alcançado pela identificação dos fragmentos de vestígios materiais, constituições físicas, além de outros estudos recentes que subsidiam a interpretação desse passado, dessa história. Muitos dos discursos impostos ao longo desses últimos séculos estão imbuídos de intenções explícitas, ou veladas, relacionadas às formas de domínio e de exploração econômica, política e social. Os discursos buscam também legitimar as ações invasivas diante dos povos originários. Desde o processo colonial espanhol e português, até o processo econômico da borracha em fins do século XIX e início do século XX. Ou, mais recentemente, no período da Ditadura Militar, entre as décadas de 1960 e 1980 com as ações de discursos desenvolvimentistas, por exemplo.

Todas essas ações e investimentos orbitam nas ideais da invisibilização anterior e invenção fundadora da existência territorial e humana do Acre. De maneira mais tênue, nessas últimas décadas, se vê a permanência dessa aura. No governo estadual imediatamente anterior, os apelos às questões do Desenvolvimento Sustentável alicerçados pelos neologismos da Florestania e da Acreanidade⁴⁰ pautaram algumas das reinvenções e fundações do Acre em fins do século XX e início do século XXI. Ainda nesse viés, vê-se no quadro atual do governo local, a desconsideração das práticas políticas anteriores para uma nova invenção, um novo Acre. Agora, aberto às ações do agronegócio⁴¹, entre outras costuras com o atual governo federal brasileiro, parte-se para uma nova fundação e de seu redesenho.

⁴⁰ Nessa perspectiva, para maiores informações e discussões do período e das práticas políticas ler MORAIS, Maria de Jesus. **Acreanidade: a invenção e reinvenção da identidade**. Tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói: UFF, 2008.

⁴¹ CONTILNET. “**Agora o estado é parceiro do produtor. Acabou a era da florestania**”, diz secretário de Agronegócio. Publicado em 22 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.oaltoacre.com/agora-o-estado-e-parceiro-do-produtor-acabou-a-era-da-florestania-diz-secretario-de-agronegocio/>. Acesso em 30 de set. de 2019.

Diante dessas violências epistêmicas da constituição do outro, como afirma Castro-Gómez (2005), é possível identificar uma série de questões dentro dessa negatividade no que diz respeito ao objeto de investigação. Os discursos são estruturados em silêncios e em supressões de outras realidades. Como exemplo, têm-se os genocídios causados por exploração econômica das riquezas naturais e culturais pré-existentes, pelos confrontos bélicos, pelas epidemias, pelas violências simbólicas, entre tantas outras atrocidades que marcam as histórias dessas civilizações originárias. Ao mesmo tempo, aqui não se reifica e uniformiza com constância pacífica entre os diversos grupos sociais nessa pré-existência. Reconhecem-se os conflitos entre os povos originários, embora não seja o foco desta tese e que as pesquisas que embasam tais abordagens ainda não permitam uma interpretação mais aprofundada.

Nessa orientação, vários caminhos foram traçados em busca das fontes documentais e históricas, além das fontes secundárias que permitissem e subsidiassem a compreensão do cerne destes estudos. Há uma polifonia, ao mesmo tempo em que há informações soltas e isoladas sobre a formação do Acre. Nesta tese, há um esforço para identificar essas partes e interpretá-las para a compreensão mais ampla dos sentidos de existências e de ocupações do atual estado brasileiro. Daí, são reunidos diversos fragmentos escritos e imagéticos a respeito do existir e não existir, do preencher e do esvaziar das forjas colonialistas seculares sobre o território acreano e sobre os silêncios da pré-existência histórica. Não cabe aqui um retrospecto e uma linearidade temporal, mas sim a reunião e a síntese de diversas origens de informações que, em contextos e momentos distintos, atuaram sobre o existir e não existir a respeito da invenção do Acre.

Utiliza-se a ideia de fragmento porque há uma despretensão em assumir uma completude de abrangência, um rigor sistemático e sucessivo dos fatos. Aqui, em muitos dos conteúdos construídos e das fontes consultadas, é trazido caráter inaugural e inusitado. Porém, apresenta-se simultaneamente, um caráter limitado da tese em função do universo das fontes que se tornaram acessíveis, bem como da experimentação do exercício interpretativo dessas fontes. Aqui o conteúdo não se resume a uma coleção toponímica, tampouco etimológica, nem de alcunhas e metáforas, croquis e outras forjas territoriais, geopolíticas e urbanas do Acre. Há um esforço na interpretação mais ampla dos sentidos acerca do Acre, que identifiquem os discursos de vazios e inexistências e relativizam essas construções.

Desse modo, a identificação dos fragmentos, tramas, das sobreposições, justaposições, do palimpsesto, dos **traços fósseis**, das **paisagens sobrepostas**, dos esboços e croquis de diversas ordens e interesses especulativos, políticos, planos colonialistas e

imperialistas, de reserva de patrimônio, de alienações, abandonos intencionais, invisibilidade, silêncios, além das abstrações geodésicas de desenhos de unidades geopolíticas e administrativas dão o suporte para o presente capítulo. E para o entendimento mais amplo sobre a formação territorial do atual Acre, num contraponto ao naturalizado discurso do vazio, a exemplo do que registra Rancy (1992) ao tratar esta porção da Amazônia, como uma “região desabitada”. Ela, ao contrário do que se apregoa desde os tempos coloniais, desde alguns milhares de anos, nunca foi vazia.

1.1. Apontamentos sobre a etimologia da palavra Acre⁴²

Os ensinamentos de Kantor (2009) elucidam, alicerces que inspiram o presente subcapítulo sobre a chave toponímica e a designação de poder elucidada na busca de legitimação de poder sobre as terras em batismo. A denominação do Acre generalista a todo o processo de ocupação da faixa sul ocidental amazônica brasileira reflete a importância do destaque a concentração das seringueiras ao longo do vale do rio homônimo, situado ao sul do estado. Por isso, possivelmente se generalizou a denominação oficial das terras compreendidas entre os rios Abunã e Juruá.

A palavra Acre é polissêmica e tem diversas origens. A sonoridade simples e as várias grafias e fonéticas criam significados compartilhados da condição homófona e homônima quando se atualizam e/ou se traduzem à língua portuguesa, oficialmente praticada no Brasil. Nesses processos se destaca, de pronto, o abismo dos falsos cognatas que pode levar às especulações etimológicas deslocadas. Ou, como uma simples brincadeira, a possibilidade de aludir esta palavra a um palíndromo relacionado ao Ceará, terra de origem massiva da população migrante e colona da atual Amazônia sul-ocidental brasileira desde o início do processo econômico da borracha, ainda no século XIX.

Nos aspectos puramente linguísticos e etimológicos, além das perspectivas latinas, germânicas, árabes e hebraicas que dão origem a muitas expressões praticadas na Língua Portuguesa, a palavra Acre apresenta também uma íntima relação com as populações originárias que ocupavam as terras do atual estado brasileiro sob o referido batismo. Assim, relações com

⁴² É importante destacar o discernimento aqui na tese acerca da construção das palavras e batismos que se sobrepõem entre si e ao que ali existe e preexiste. As denominações expressam domínio, disputa e poder. O pensar nessa etimologia não está ancorado apenas numa estrutura léxica e gramatical. Está também amparado por uma compreensão dos fenômenos sociais e de formação territorial. Para uma maior discussão sobre essas perspectivas ver em CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 e FOUCAULT, Michel de. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

os mundos e línguas quéchua, inca, tupi, pano e aruak se incorporam ao rol das hipóteses para buscar a origem do seu significado.

Carneiro (2016b) destaca a origem do Acre, em território e linguagem não como uma naturalização imanente a um estado de existência, mas sim como intenções orquestradas e eleições de narrativas históricas. Ademais, há uma polissemia semântica para o signo Acre ao longo do tempo e diante dos diversos agentes. Os escritos aqui apresentados se esforçam na busca desses fragmentos múltiplos de trajetórias e de possibilidades de aproximações e explicações dentro dessas eleições.

Inicialmente, vê-se que, a partir do tupi, língua falada pelos indígenas Apurinãs (ou Ipurinãs), “Uwákürü⁴³” ou “Uakiry” tem o significado de “rio de jacarés”. Pode também ter origem em “Yasí’ri” escrito também como “Ysi’ri”, as quais expressam “água corrente, veloz”. Ou reconhece-se como mais familiar a expressão “a’kir ü” como “rio verde”. Acrescenta-se à matriz tupi a palavra “akyrá”, correspondente à denominação da etnia que ocupava as terras do atual estado do Ceará. O significado é “gordo” (CARNEIRO, 2016b). A compreensão pode ser alargada para abarcar o topônimo “água logo adiante”⁴⁴, tradução que se oficializa nas narrativas para designar a denominação do município cearense de Aquiraz, um dos mais antigos do aludido estado. Acrescenta-se a este rol étnico, a possibilidade a partir de “a’kir”, “ker”, que significa “dormir, sossegar”⁴⁵.

Relaciona-se as grafias primitivas do rio Acre, como “Canaquiri” ou similares, a exemplo de “Canaquiry” ou “Canacuri”. Houve outras denominações pelos povos originários, identificadas por B.Castello Branco (1960). Os indígenas Canararars o denominaram de “Muchanguy”, enquanto havia, mais antigamente, a denominação de “Nasauharo”, que significa “rio de água amarela”. Os Ipurinãs denominaram a foz do rio como “uakiry”. Lucena (2014) informa que a origem está na ideia de “rio de muitas águas”. Nesses casos se percebe nitidamente a apropriação toponímica a partir dos povos originários em que os colonizadores fizeram uso e posse e que até hoje permanecem, sobretudo nas denominações advindas dos recursos hídricos, em especial os rios.

⁴³ Na organização das informações, optou-se pela identificação das palavras indígenas dentro da mesma formatação aplicada às da língua portuguesa, ou seja, normal e entre aspas, por considerá-las, nesta tese, línguas pátrias ao caso brasileiro, ainda que não se tenha o reconhecimento oficial do Estado.

⁴⁴ AQUIRAZ, Prefeitura Municipal de. Dados Geográficos, s/d. Disponível em: <http://www.aquiraz.ce.gov.br/aspectos-geograficos/>. Acesso em 05 de nov. de 2018.

⁴⁵ Dicionário Ilustrado Tupi-guarani. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/acre/>. Acesso em 09 de nov. de 2018.

Ainda sobre os povos originários no Brasil, registra-se outra etimologia. Acre com o significado de “rio de flechas” tem origem nos povos Araonas (Araúana). Iquiri e Aquiri vêm da palavra *kiri* que significa pupunha a partir da língua aruak. Pesquisadores destacam a importância das palmeiras para alimentação e construção das habitações nas populações originárias. A atual região acreana e amazonense, exatamente correspondente ao município de Boca do Acre e adjacências, é rica em aricuri e pupunha. Esses tipos de vegetação estão presentes na cosmovisão da população indígena local remanescente (VIRTANEN, 2008).

Como exemplo etnobotânico, identifica-se o patauá, o açaí e o buriti para a produção de vinho. A paxiúba e a jarina, outras palmeiras, são utilizadas na construção das habitações. As palmeiras são compreendidas, portanto, como elementos de grandeza espiritual e simbólicos. Ao mesmo tempo, assumem importância doméstica na oferta de partes e produtos para a alimentação e para o abrigo nos assentamentos (VIRTANEN, 2008 apud SCHAAN et al. (Orgs.), 2008).

Numa investigação etimológica das grafias homônimas da Língua Portuguesa a partir das convenções latinas e germânicas, constata-se duas matrizes. A primeira tem a ligação com a palavra *ācre*, que se adjetiva como “ácido, áspero, árduo”, registrado o primeiro uso ainda no século XVII. A segunda matriz se relaciona com a palavra inglesa *acre* como um substantivo masculino para designar “medida agrária”, convencionada em 1871 (CUNHA, p. 10, 2010). Cabe destacar que o uso pioneiro dentro dos sistemas de medidas tem registro histórico em 1801, segundo Tacla (1984).

No século XIX são estabelecidas convenções internacionais para os sistemas de medidas e, entre elas, emergem as denominações para mensuração das áreas. Portanto, a unidade de medida do acre passa a existir e a corresponder a uma área de 4046,8564224 m². Tal valor advém de uma estimativa de aragem de terra através de um dia de trabalho realizado por uma junta de bois, ou seja, uma dupla de animais atracada numa canga que arrasta o instrumento de movimento de terra com o objetivo da exploração da agricultura. Os processos imperialistas e de cosmopolitismo na era industrial novecentista universalizaram tal medida como símbolo de comunicação e de padronização modernizadora (CARDINAL, 2012).

A despeito dessa condição de uniformização, não houve um uso massivo e cotidiano dessa medida agrária no Brasil. Porém, há hipóteses de que o recrutamento, realizado pelo governo brasileiro, dos homens migrantes do Ceará e adjacências para tornarem-se seringueiros na Amazônia tenha sido realizado pela possibilidade de aquisição de “acre de terra” na região em questão (CARNEIRO, 2016b). Discursos de fartura, fertilidade, de abundância da natureza

e de propriedade foram colocados como contrapontos à vida na caatinga sertaneja aos homens dessa parte do Brasil. Tais argumentos orbitavam nas ações de captação humana, praticamente involuntária, desempenhadas desde o último quartel do século XIX pelo governo brasileiro para alimentar a mão-de-obra extrativista do látex. A partir disso, percebe-se o acre como um oásis imaginário na manipulação do recrutamento das pessoas que seguiram para a Amazônia brasileira.

Ainda sobre a etimologia de matriz inglesa, curiosamente a palavra acre traduz sempre a referência ao inglês antigo *æcer* “campo cultivado, terra aberta”. Relaciona-se também ao proto-germânico *akraz* que significa “campo, pasto”, do nórdico antigo *akr*, saxão antigo *akkar*, do holandês medieval *acker*, do holandês *akker*, do alemão antigo *achar*, do alemão *acker*, do gótico *akrs* que expressa “campo”. Na estrutura do morfema do prefixo o uso do “agro”, se relaciona imediatamente a “campo”⁴⁶. Percebe-se, portanto, uma relação íntima com as práticas das atividades primárias sobre o solo em ambiente rural, posteriormente adaptada à denominação e à mensuração de área de superfícies como unidade de medida. Do latim, *ācre* vem de *acer* e significa “com ardor” e o seu significado pode ser compreendido pela adverbialização no sentido menos literal de *acriter*, que significa “acremenente, de modo penetrante (...)”, “energicamente”, “encarniçadamente”. Daí, é possível verificar uma linguagem análoga aplicada a uma outra grafia (FARIA, 1955, p. 29).

Carneiro (2016b) registra outra hipótese para a origem da denominação da porção sul ocidental da Amazônia brasileira. Trata-se da região portuária de São João do Acre, uma cidade situada no norte de Israel, constituída num promontório. No tempo da ocupação clássica, os gregos a chamavam de Ptoleimada. Os sírios a chamavam de Antiochenes. Pode haver duas escritas originais sobre o mesmo nome. É um sítio que apresenta ocupação há mais de 4.000 anos o que implica na polifonia de batismos diante das sucessivas gerações e culturas ao longo de sua existência. A primeira vem do hebraico: אֶכּוֹ, traduzida como “Akko”, como origem ligada à criação do oceano e a subidas das águas até atingir o Acre. Significa, portanto, “até aqui”⁴⁷. A outra origem é árabe: عَكَا, traduzida como “Akkā”. Os gregos já utilizavam a palavra Acre, a qual significava “cura”⁴⁸ e foi adaptada ao latim pela expressão Acre.

Há registros que na Idade Média a denominação “akre” tenha sido a mais usual. O autor chama a atenção sobre a presença de judeus, árabes e cristãos aportados nas capitais

⁴⁶ *Online Etymology Dictionary*. Disponível em: https://www.etymonline.com/word/acre#etymonline_v_5065. Acesso em 22 de out. de 2018.

⁴⁷ Acre, Israel. Disponível em: https://pt.qwe.wiki/wiki/Acre,_Israel. Acesso em 28 de dez. de 2019.

⁴⁸ *Ibidem*.

amazônicas brasileiras Belém e Manaus, bem antes da efervescência da exploração gomífera. Ainda em 1824, por exemplo, registra-se na capital paraense a constituição da primeira sinagoga judaica independente no Brasil, segundo o autor. Carneiro (2016b) enfatiza a coincidência homônima do fundador, Abraham Acris e diz que a hipótese desses povos terem batizado o rio como Acre a partir dessa origem, não pode ser descartada e carece de estudos mais aprofundados.

Como expressão sinônima, tem-se “**1** azedo, ácido, acrimonioso (...) **2** rude, ríspido, desabrido, acrimonioso (...) **3** picante, mordaz, sarcástico”. Automaticamente, expressam-se como antônimos as palavras “doce” e “gentil” (POLITO, 2009, p. 16). Ainda como sentidos semelhantes, são acrescidos o “acidulado, agre”, “irritante”, “acerbo, mordaz, picante”, “irascível, desabrido, assomadoço, atrabiliário” como expressões de negatividade e de desagrado. Por outro lado, vê-se uma aproximação com as ideias de “gênio”, “diligente, ativo, esforçado” (FERNANDES, 1967, p. 32).

A partir das línguas das populações originárias, há um registro histórico que consta como pioneiro para o uso da palavra Acre. Muitas narrativas históricas assumem tal fato como elemento de batismo. Empréstam-se à denominação do curso d’água que segue pelo rio Purus, as experiências dos apurinãs, única etnia que vivia nessa foz. Este grupo dos povos originários utilizava da denominação “Aquiri” para identificar o rio hoje chamado de Acre. Essa localidade é conhecida atualmente como o município amazonense de Boca do Acre. Foi onde o colono desbravador dos rios Acre e Purus, o seringueiro e comendador João Gabriel de Carvalho e Melo, resolveu aportar o navio Anajás e construir seu Seringal. Um grupo de homens veio do atual estado do Ceará para a instalação da propriedade rural da borracha (MELO, 1968). Constata-se nessa, entre outras narrativas, o processo inventivo.

Diz-se ter sido por um despacho de encomenda das Casas Aviadoras⁴⁹ do Porto de Belém, endereçado ao seringalista⁵⁰ João Gabriel de Carvalho e Melo, que sempre recebia com suas iniciais J. G. e “Bôca do Aquiri” inscritos nos volumes. Um certo despachante português, por estranhar a escrita “aquiri”, estabeleceu a equivalência da escrita lusófona para encaminhar os produtos e, assim, escreveu, “Bôca do Acre” como destinação final (MELO, 1968). O pesquisador Carneiro (2016b) retifica tal posto inaugural de registro e documento histórico ao alertar que, ainda em 1851, já havia outro documento que apresentava a denominação do curso

⁴⁹ Comércio que recebiam as pelias, ou bolas de borracha da produção extrativistas, em negociações com os seringalistas, ao mesmo tempo que forneciam aos seringais alimentos, material de higiene pessoal, utensílios domésticos, entre outros objetos para a vida de trabalho e do lar das famílias nos seringais.

⁵⁰ Proprietário do Seringal. O seringueiro é o trabalhador que coleta o látex.

d'água com tal batismo. Assim, o “Tratado Complementar à determinação das fronteiras estabelecendo princípios gerais sobre comércio e navegação na Bacia do rio Amazonas”⁵¹, utilizava como menção ao rio tanto a denominação Acre quanto a Aquiry.

Outro registro histórico que se associa ao uso e origem da palavra Acre e que relativiza o gesto inaugural oficializado está na lancha Iris, que tinha o nome Acuri. Foi construída em Hamburgo, na Alemanha em 1898. Esta embarcação serviu para transportar os homens bolivianos na exploração ao longo do rio Acre. Transportou também a borracha produzida até a cidade de Manaus (POSNANSKY, s/d[190?]). O pernambucano Serafim da Silva Salgado, pioneiro na exploração colonizadora do rio Purus no processo econômico da borracha, talvez tenha batizado o rio Acre, mesmo diante do desconhecimento deste curso d'água, de “Canaquiri” (B.CASTELLO BRANCO, 1958, p. 22 apud CARNEIRO, 2016b, p. 44).

Carneiro (2016b) afirma que a eleição do nome Acre e o uso e difusão oficial desta grafia aconteceram a partir de 1899. Neste período, se empresta do curso d'água a denominação para o novo ente federativo. Trata-se do país independente do Acre criado por Luis Galvez⁵². O autor especula que a escrita como Acre tenha sido eleita também pela distância que possa causar com a língua espanhola. Nesse sentido, as escritas “Aquiri” e “Aquiry” se aproximavam muito mais da língua oficial na Bolívia, nação rival durante o processo litigioso que ali ocorria desde o fim dos oitocentos. A eleição se dá também, segundo o autor, pelo protagonismo, vivacidade e concentração de atividades extrativistas e mercantis que o rio Acre desenvolvia em fins do século XIX na realidade regional articulada com o capital internacional, metropolitano e industrial.

Em seus estudos em Linguística, Carneiro (2016b, p. 44) afirma que “o topônimo “Acre” não existia no vocabulário dos falantes de língua espanhola, muito menos nos de línguas indígenas. Ele foi uma invenção brasileira”. Destaca que a origem do Acre em território e linguagem não é uma naturalização imanente a um estado de existência, mas reside nas intenções orquestradas e eleições de narrativas históricas.

⁵¹ 1ª CBDLMRE/BRASIL – 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites/ Ministério das Relações Exteriores / República Federativa do Brasil. **Tratado Complementar à determinação das fronteiras estabelecendo princípios gerais sobre comércio e navegação na Bacia do Rio Amazonas, 1851**. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-br/file/Fronteiras/Peru/C%C3%B3pia%20dos%20Tratados%20de%20Limites.pdf>. Acesso em 05 de nov. de 2018.

⁵² Luis Galvez Rodríguez de Arias, espanhol, nascido em San Fernando em 1864 e falecido em Madri em 1935 era jornalista e diplomata. Decretou o Estado Independente do Acre em 1899 e foi presidente desse país por dois períodos: 14.07.1899 a 01.01.1900 e de 30.01.1900 a 15.03.1900.

Recentemente, a partir do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, para as nações integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP promulgado em 2008 e, no Brasil, oficializadas apenas em 2016, houve uma polêmica relacionada ao gentílico acreano. A nova ortografia propunha a palavra acriano que, de imediato, criou uma massiva rejeição pela população que assumiria a nova grafia em sua naturalidade ou cidadania. A mudança estava ancorada na eleita etimologia advinda das grafias a partir de matrizes linguísticas indígenas: acuri, aquiri, aquiry. A Academia Acreana de Letras se manifestou contrária e conseguiu a permanência da grafia original do gentílico acreano. O argumento da não mudança está na característica ágrafa das línguas indígenas faladas e no reconhecimento, autorreconhecimento e identificação como símbolo pátrio que expressa o pertencimento: o gentílico acreano que desde 1878 que aparece como registro histórico⁵³.

O topônimo Acre tem, portanto, origem fundamental nos povos originários e na sua relação com as águas amazônicas. Ou de maneira mais ampla e inter-relacionada, com a matriz anglo-germânica ligada às áreas de práticas agropastoris, o que transfere ao sistema de medidas uma analogia por sua denominação. Posteriormente, assume denominações ibéricas, por situações similares no mundo europeu. Além disso, é praticada a origem latina dentro da realidade brasileira. Com isso, se incorpora à dimensão nacional, federativa, geopolítica, militar e memorialista diante das personagens do governo envolvidas com as negociações diplomáticas para a aquisição do Acre. Além do caráter de Defesa e de Panteão da Imortalidade dos vultos políticos, assume também um caráter religioso, sagrado.

Assume, ainda, denominações advindas das experiências dos migrantes cearenses que reproduzem nas colocações, seringais e demais lugares os nomes dos municípios e de elementos da natureza, além das expressões populares tão em voga à época no Ceará. Compreender a origem da palavra Acre e o seu emprego a uma porção territorial anexada ao Brasil em 1903, expressa a complexidade e fragmentação dos dados, dos vestígios, das fontes, das informações sobre a formação territorial e urbana. Expressa os silêncios e as construções de vazios e inexistências, ao mesmo tempo em que outras construções imperialistas e colonialistas se dedicaram à sua invenção. Entre tantas veredas traçadas para a explicação e compreensão desses fatos, o percurso será sempre de uma obra aberta e inacabada.

⁵³ FULGÊNCIO, Caio. **Academia Acreana de Letras defende uso do gentílico acreano com 'e'**. Publicado em 12 de jul. de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/07/academia-acreana-de-letras-defende-uso-do-gentilico-acreano-com-e.html>. Acesso em 01 de nov. de 2018.

Simbolicamente, há adaptações positivas, praticamente edificadas, oníricas ao criar a Acreânia, nos escritos históricos associados a um caráter fictício conforme se vê em B.Castello Branco (1958). Ou, numa dimensão negativa e punitiva, longínqua e de purgatório. O Acre tornou-se um dos destinos de expatriados do Rio de Janeiro no início do século XX. Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa (HOUAISS, VILLAR, 2001, p. 1963) dedica ao verbete “morrer” a definição de “(...) ir para o Acre (...)”. Esta e outras publicações receberam fortes críticas políticas⁵⁴ e da sociedade à época, pelo culto ao preconceito modelado pelo governo federal brasileiro.

Nesta perspectiva, é visto que

(...) dentro de um jogo da memória e de um discurso histórico, parece ser então criado um circuito para que o Acre seja continuamente afirmado. Tal afirmação passa pela ideia de não esquecer que o Acre foi negado. É onde o Acre existe: dentro da sua não existência (LUCENA, 2014, p. 138).

A jornalista, em sua dissertação de mestrado em Comunicação Social, analisa as sucessivas negações, as construções sociais e políticas de preconceitos, a invisibilização, sátira e de destinos de proscritos, a ausência de políticas públicas que configuraram a contraditória existência mediante negação do Acre. A autora estabelece uma lucidez sobre os argumentos e narrativas a partir das narrativas midiáticas. Estas ideias, segundo Lucena (2014), alimentam pesquisas acadêmicas, redes sociais e discussão, postagens, matérias jornalísticas e está naturalizada e propagada no imaginário popular. Aqui na tese se busca perceber esse vazio e inexistência desde tempos anteriores e uma investigação labiríntica ao ultrapassar esse lugar comum enraizado e, de certo modo, incontestado.

Ao analisar, no Dicionário Analítico Uwa’kürü, os usos da palavra Acre associados às construções oficiais de denominação do lugar, hoje estado brasileiro, bem como de identidade geográfica e cultural, o Historiador Gerson Albuquerque escreve que

(...) ‘Acre’ é algo que não encontra referente em espaço/tempo algum, em coisa alguma, em região, floresta rio ou cidade alguma: é somente um enunciado. É algo que foi naturalizado pelas estratégias e acervos de imagens e palavras que o inventaram e reinventaram, decantando-o e repetindo-o inúmeras vezes, objetificando suas características, cores e identidades como partes indissociáveis dessa invenção. Uma invenção ancorada na estética amazonialista que é essa estética do vazio – desértico, distante, dependente, solitário, isolado, insalubre, vítima – que governa nossas subjetividades. Uma

⁵⁴ Uma delas pode ser vista na seguinte matéria: SENADO FEDERAL (redação). **Nabor: verbete de dicionário desrespeita o estado do Acre**. Senado notícias. Publicado em 18.08.1997, às 16h36. Disponível dia: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1997/08/18/nabor-verbete-de-dicionario-desrespeita-o-estado-do-acre>. Acesso em 05 de jan. de 2020.

estética que precisa ser problematizada em outras escritas sobre os mundos que habitamos (ALBQUERQUE, 2016, p. 27).

O seu texto segue como uma provocação de desconstrução, questionamento e relativização do “estado natural” e inerte. Esta tese se encontra com essa agenda proposta, no intuito de evidenciar aquilo silenciado, apresentar outras frentes de existências, as violências e os contrastes. Frente à homogeneizante, dominante e seletiva prática política e institucional sobre as terras e os povos pré-existentes ou subordinados, aqui se buscam outros caminhos, outros Acres. E, especialmente neste capítulo, outros Uwa’kürüs⁵⁵.

1.2. A geografia do Acre

A região da Amazônia em nível global compreende atualmente 8 (oito) países na América do Sul. São eles: o Brasil, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a República Cooperativa da Guiana, o Peru, o Suriname e a Venezuela, além da Guiana Francesa, que é um Departamento Ultramarino e Região da França. A estrutura hidrográfica é composta pela Bacia Amazonas-Solimões. A maior diversidade dos três reinos da natureza: vegetal, animal e mineral, em nível global, é concentrada na Amazônia. Apresenta o maior volume de água fluvial do mundo, bem como a maior floresta tropical da terra (S. CAMPOS, 2010).

Outra circunscrição está em nível nacional, correspondente à Amazônia Legal. Essa configuração compreende a totalidade dos atuais Estados da Região Norte brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins, além do Mato Grosso a norte do paralelo 16°, na Região Centro-Oeste, e, o oeste do estado Maranhão, correspondente ao Meridiano 44°, na Região Nordeste, segundo a Constituição Federal de 1988 (S. CAMPOS, 2010). Inclui, além do bioma da Amazônia, que corresponde a 40% do território nacional, parte dos biomas do Cerrado e do Pantanal. A soma da área da Amazônia Legal corresponde a 61% do território nacional.

Foi instituída em 1953, pela Lei Federal nº 1.806 de 06 de janeiro⁵⁶, quando o Acre era enquadrado como Território Federal. Foi criada para fins sócio-políticos e

⁵⁵ Esta é a grafia mais antiga e de estrutura linguística que se aproxima das tentativas, por parte dos colonizadores, de registrar os sons emitidos pelos ágrafos povos apurinãs que ocupavam as terras entre os rios Acre e Purus. A eleição desta forma escrita simbolicamente expressa um marco anterior à presença não indígena nessas terras, ainda que seu registro seja realizado pelos ádvenas. Segue, portanto, a lucidez encontrada na denominação das obras dos Dicionários Analíticos Uwa’kürü (vols. I, II, III e IV), publicados entre 2015 e 2019, sob a organização dos Professores Gerson Albuquerque (UFAC) e Agenor Sarraf Pacheco (UFPA). Alguns deles foram utilizados diretamente nesta tese.

⁵⁶ BRASIL, República Federativa do. Lei nº 1806, de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em:

desenvolvimentistas. Ainda em termos nacionais, existe outra designação que é a Faixa de Fronteira instituída pela Lei Federal 6.634 de 02 de maio de 1979. Abrange 150 km de largura e 15,9mil km de extensão com 10 países, não apenas em ambiente amazônico. Quase a totalidade do estado do Acre se situa na faixa de fronteira. Todos os 22 municípios existentes estão contidos na faixa, sendo 16 (dezesesseis) integralmente. Os outros 06 (seis) têm pequenos trechos territoriais fora dessa circunscrição. São eles: Bujari, Cruzeiro do Sul, Feijó, Manuel Urbano, Sena Madureira e Tarauacá⁵⁷.

Entre as cinco Regiões brasileiras vigentes e instituídas em 1970 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Acre se situa na Região Norte, compreendida por 07 (sete) estados brasileiros, todos integralmente correspondentes a Amazônia. Tal enquadramento se baseia na necessidade de construção e interpretação das informações estatísticas e na organização da gestão pública das unidades federativas⁵⁸.

O estado do Acre possui uma área de 16.412.371,20ha, que corresponde a 3,4% do total da Amazônia no Brasil. Corresponde também a apenas 1,9% do território nacional. Localiza-se na porção sudoeste do país, conhecida também como Amazônia sul-ocidental brasileira, situado entre as latitudes 07°07S e 11°08S, e as longitudes 66°30W e 74°WGr. Possui extensões máximas de 445km na direção norte-sul e 809km na direção Leste-Oeste. Apresenta cobertura florestal em 87% de sua superfície e as áreas naturais protegidas chegam a 45,84% do total do estado. A população total é de 816.687 habitantes, dos quais 70% estão em áreas urbanas, especialmente concentrados na região do Baixo Acre, onde a capital estadual Rio Branco exerce uma força de atração. Neste município há a concentração de quase 50% de toda a população contida no estado do Acre. Já os demais habitantes, correspondentes a 30%, ocupam as áreas rurais e as florestas (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2010; 2012; 2017).

Estima-se que as populações originárias tenham chegado, via fluxo migratório da Ásia, nas terras baixas do rio Amazonas entre 20.000 e 10.000 anos atrás. A massiva chegada dos migrantes exploradores em fins do século XIX constata que havia dois grupos bem definidos que povoavam o território hoje reconhecido como Acre. No rio Purus predominava o primeiro grupo, a partir dos povos Aruan e Aruak, Data de 2.000 anos atrás a existência a

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 05 de set. de 2019.

⁵⁷ IBGE. Municípios na faixa de fronteira 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em 04 de set. de 2019.

⁵⁸ IBGE. Divisão Regional do Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-graficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.htmç?=&o-que-e>. Acesso em 02 de out. de 2019.

ocupação dessa população nas margens do referido rio e de seus afluentes, bem como em terra firme. Apresentavam pouca habilidade bélica e de defesa e eram subservientes. Junto aos povos do baixo rio Acre, ocupavam até as áreas orientais, já nas proximidades das encostas andinas. A numerosa permanência desses povos se deu até a chegada dos colonizadores movida pelo processo econômico da borracha. Os povos originários tiveram consequências negativas rápida e intensamente impactantes em poucas décadas, em fins do século XIX (Governo do estado do Acre, 2010).

No alto curso do rio Acre, enquadrado na grande região do rio majoritário, o Madeira (atualmente vinculado à imagem do estado de Rondônia), concentravam-se povos indígenas de tronco linguístico Takana e Pano que correspondem ao segundo grupo. A datação dessa presença é de 3.000 a 2.000 anos atrás. No rio Juruá, em seu alto e médio curso na área dos rios Envira, Moa, Tarauacá e Muru, mais ao norte do Acre, predominava o segundo grupo, o Pano. Data de 5.000 anos atrás a presença desses povos. Possuíam um caráter guerreiro, conquistador e de conflito. A essas condições, atribui-se o esfacelamento dos povos indígenas na segunda metade do século XIX quando os exploradores da borracha chegaram nessa região (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2010).

A ocupação do Acre diante da prática de colonização pela busca gomífera se deu na porção norte via rios Juruá e Purus pela população peruana. Ao sul, via rio Madre de Dios, ocorreu pelos bolivianos. Já por toda face leste, na subida dos rios e por toda a face leste pelos brasileiros. O genocídio, a submissão a um processo escravocrata ou a fuga para as cabeceiras diante da rápida e avassaladora exploração da borracha dos rios acreanos, tornaram os diversos grupos remanescentes vulneráveis, frágeis e desestruturados social e culturalmente (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2010).

Atualmente há 19.962 pessoas indígenas e 15 povos de três famílias linguísticas: pano, arwak e arawá, em 36 Terras Indígenas – TI's ao longo de 209 aldeias localizada em 11 (onze) municípios acreanos. Correspondem, atualmente, a apenas 2,4% da população total do Acre. Ainda sobre a demografia indígena, registra-se a existência de quatro povos isolados contidos em três TI's numa estimativa de 600 pessoas. Outras populações indígenas os denominam de Masko, ou Amiawaka, ou Yaminawa. Entre eles, três grupos se situam na linha fronteira entre o Peru e o Brasil, nas cabeceiras dos rios Humaitá, Alto Igarapé e Riozinho, com malocas e roçados. As TI's correspondem a 14,55% da área total do Acre.

Os povos indígenas são: Apolina-Arara, Jaminawa, Huni-Kuí (Kaxinawaá), Nawa, Shanenawa, Arara, Ashaninka, Jaminawa-Arara, Katukina, Poyanawa, Madija (Kulina),

Manchineri, Nukini, Apurinã e Yawanawa (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2012). Cabe ressaltar que até meados do século XIX existiam mais de 50 etnias indígenas na área correspondente ao Acre e a maioria foi dizimada no genocídio causado pela exploração gomífera iniciada no último quartel desse mesmo século.

Atualmente, os grupos indígenas existem a partir de um processo de fuga e sobrevivência, de revitalização cultural e de autoafirmação, fomentados pelas políticas públicas e instituições indigenistas com atuação etno-social. Os serviços públicos de educação locais oferecem formação bilíngue dentro de princípios multiculturais e diferenciados. Instrumentalizam-se o uso da língua pátria, a portuguesa e da língua dos povos Huni Kuin, a Hãtxa Kuin. Esta última, em vias de se tornar língua co-oficial no estado do Acre⁵⁹. Além disso, mais de uma dezena de línguas é falada nesse estado. Somadas as dos povos originários, têm-se aquelas do processo de colonização, com o espanhol e o híbrido portunhol.

A localização do Acre está marcada pelo extremo oeste brasileiro. A nascente do rio Moa, na Serra da Contanama, pertencente ao município de Mâncio Lima é o ponto mais ocidental acreano, por conseguinte, brasileiro. Tem divisa com os estados brasileiros do Amazonas, ao norte, e Rondônia, a leste. Faz fronteira com os países sul-americanos Peru, ao sul e oeste, e Bolívia, a sudeste (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2012).

O acesso se dá por meio aeroviário através dos Aeroportos Internacionais dos municípios de Rio Branco, ao sul, e de Cruzeiro do Sul, ao norte do Acre, que têm distância entre si de 633km. Esses são os dois maiores municípios acreanos e possuem voos diários domésticos oferecidos por companhias aéreas como a Gol, a Latam e a Azul entre esses destinos, como também para Brasília, Porto Velho, São Paulo e Manaus. As vias terrestres são determinadas pelas rodovias federais BR-364 (810km) que faz conexão com o estado de Rondônia e pela BR-317 (417km), originada do sul do estado do Amazonas.

Esta última, no trecho acreano, é conhecida como a Estrada do Pacífico, pois permite a conexão com os portos oceânicos do mar peruano. Esta rodovia segue até a fronteira com o Peru. A partir disso, segue a via em território estrangeiro sob a denominação de Rodovia *Transoceânica* (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2012). Há conexões fluviais, historicamente praticadas por todo o seu território, desde as cabeceiras assentadas nos atuais

⁵⁹ Para maiores informações ver: JURUÁ EM TEMPO (redação). **Língua indígena ‘hãtxa kuin’ está em vias de ser declarada como ‘co-oficial’ no estado do Acre.** Publicado em 07.12.2017. Disponível em: <https://www.juruamtempo.com.br/hatxa-kuin-esta-em-vias-de-ser-declarada-como-co-oficial-no-estado-do-acre/>. Acesso em 20 de jul. de 2019.

países fronteiriços Bolívia e Peru ou na conexão nacional com os estados vizinhos. Por exemplo, tem-se os rios Juruá, Purus (afluentes do rio Solimões), Acre e Moa, em direção ao Amazonas, bem como para Rondônia existe o rio Abunã.

Quatro municípios acreanos não têm acesso terrestre. Ou se utiliza aeronaves tipo monomotor que funcionam com fretamento, ou têm acesso via fluvial. Para o uso das embarcações, a época de seca e de águas baixas cria os bancos de areia que comprometem a navegabilidade das calhas dos rios. Acrescenta-se ao obstáculo o tempo da subida das águas que intensifica a vazão, o espraiamento das águas e o surgimento dos balseiros⁶⁰, criando semelhante empecilho ao tráfego fluvial. Jordão, Marechal Taumaturgo, Santa Rosa do Purus e Porto Walter são os municípios que apresentam a referida dificuldade de acesso (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2017). Dista da capital peruana, Lima, 2.000km. Até Brasília, capital federal brasileira, são 2.934 km. As capitais internas mais próximas são Manaus, no Amazonas com 1.392km e Porto Velho, em Rondônia com 505km de distância (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2012).

O Acre foi incorporado definitivamente ao Brasil em 1903 após um longo processo litigioso de anexação acordado com a Bolívia e, posteriormente, com o Peru. Tornou-se o primeiro Território Federal do país. Em 1962 foi emancipado a Estado Autônomo da República Federativa do Brasil e designado o município de Rio Branco como capital e sede político-administrativa estadual. Atualmente possui 22 municípios, organizados em duas Mesorregiões. A Mesorregião do Vale do Acre engloba as Regionais Purus, Baixo Acre e Alto Acre. A Mesorregião do Vale do Juruá engloba as Regionais Juruá e Tarauacá-Envira. Já as cinco Regionais citadas foram criadas pelo Governo do estado do Acre e correspondem às cinco microrregiões definidas pelo IBGE. Percebe-se que há uma correspondência dessa geopolítica nas diversas dimensões da regional à local, com o equilíbrio físico-territorial das bacias hidrográficas contidas em seu perímetro (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2010; 2017).

O Acre está situado a -5 horas GMT - *Greenwich Mean Time*⁶¹. Da capital Brasília, está -2horas e, no horário de verão, se situa a -3h. O Brasil possui quatro fusos horários diferentes e o Acre integralmente e parte do estado do Amazonas estão no mais ocidental dos horários (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2017).

⁶⁰ Nome regional dado ao volume de troncos, galhos, folhas e outros entulhos da vegetação que se acumulam ao longo das calhas e margens dos rios e criam obstáculos para o tráfego fluvial.

⁶¹ Tempo Médio de Greenwich.

Vegetação

Basicamente o Acre é formado por dois tipos de vegetação que constituem regiões fitoecológicas distintas: a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Aberta. Apresentam 18 tipologias de floresta, sendo a predominante a Floresta Aberta de Bambu e a Floresta Aberta com Palmeiras. Essas ocorrem em todo o Acre, mas se concentram com maior força nas áreas correspondentes aos rios Purus, Tarauacá, Muru, Juruá, Liberdade e Antimary (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2017).

Segundo Freitas et al, (2001); Mayle et al (2000 apud CAVALCANTE (2006)), entre 9.000 e 5.000 anos AP (antes do presente), a vegetação característica de floresta na Amazônia foi substituída pela savana, especialmente gramíneas. Esse quadro estava associado a clima de menor umidade. Um novo ciclo, a partir de 3.000 anos A. P., faz retomar a vegetação densa de floresta em substituição à de savana, por conseguinte, o clima seco foi gradativamente substituído pela umidade expressiva. Atualmente, o Acre se apresenta em duas porções e concentrações distintas. De um lado, o Vale do rio Acre, do Povo Arwak, com cursos muito sinuosos e estreitos, muitos barrancos, de formação recente com braços, meandros, lagos, com uma grande riqueza em seringueira e castanheira. Do outro lado, o Vale do rio Juruá, com o povo Pano, sem castanheira e com o caucho, com relevo acidentado e formação mineral rochosa, de rios mais caudalosos.

Hidrografia

O Acre faz parte das redes hidrográficas do rio Amazonas/Solimões, em que seus cursos d'água se conectam à direita do referido eixo fluvial. Em seu perímetro estão contidas as Bacias do Juruá, do Tarauacá-Envira, do Purus, do Acre, do Abunã e do Iquiri. Apresenta uma rede hidrográfica composta por oito rios principais em sua hierarquia local. Entre eles, destacam-se os de maior extensão: o rio Acre com 889,9km, o rio Purus com 719km e o rio Juruá com 1.151,2km (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2017)⁶². Apresenta um clima Equatorial úmido e rios cheios nos períodos da chuva que compreendem os meses de novembro e fevereiro no inverno amazônico. Já entre os meses de maio e agosto apresenta os rios de

⁶²A ideia de hierarquia fluvial está na perspectiva da geografia física aqui expressa pelo texto institucional do governo estadual do Acre. É importante destacar o tratamento horizontal e socioambiental a esses rios que ultrapassam a ideia de cursos d'água e fazem parte de cotidianos seculares dos modos de vida e da territorialização das sociedades que ali vivem.

volume médio e baixo, com as secas do verão amazônico que em muitos casos chegam a filetes e canais d'água e a emergência de bancos contínuos de areia.

Fala-se os rios amazônicos que se situam à margem direita do rio Amazonas são repletos de meandros (MAIA, 1978). Este é o caso da excessiva sinuosidade dos rios acreanos. Apresentam hidrografia complexa e a drenagem bem distribuída (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2010). É de conhecimento parcial sob o ponto de vista da Arqueologia que o rio Acre era mais pobre de peixes e de quelônios. Também apresentava menos lagos e que essa característica fez com que as populações indígenas preferissem o rio Purus (MELO, 1968).

Duas informações importantes por Tocantins (1988) merecem destaque. A primeira está na apropriação identitária pela relação natalícia e de morada dos povos da Amazônia, ao dizer “eu sou do Juruá”, “eu sou do Purus” etc. Este lugar de fixação ou nascimento são as águas. A segunda informação está nas práticas agrícolas. Quando baixam as suas águas no Acre, nos altos rios, começam os plantios das culturas de praia: melancia, feijão etc. nas suas margens. Percebe-se que a onipresença de uma malha complexa da hidrografia que está amalgamada a mais complexa de todas as existências que é a humana. O rios não comandam a vida conforme o autor denomina uma de suas obras e se povoou em diversos textos amazonialistas, porém a sua existência é inegável.

Características geomorfológicas

O Acre se situa numa área de transição entre as Cordilheiras dos Andes e as terras baixas amazônicas. No geral, há uma variação suave do relevo do Acre, em menos de 200m, marcado pela cota de 300m das fronteiras internacionais e o declive até 110m na divisa com o estado brasileiro do Amazonas, numa plataforma regular. Predomina no relevo rochas sedimentares. O seu solo tem origem sedimentar. O ponto mais alto do estado é a Serra do Divisor, com 734m de altitude. É uma continuação da Serra Peruana da Contamana (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2010). É importante destacar desde já a dimensão social, por séculos, das populações das terras ditas altas e baixas mediada por essa geomorfologia. A cosmologia e o compartilhamento da fauna como elementos sagrados a exemplo da serpente, da onça e do gavião, bem como o uso ritual da ayahuasca são expressões que se encontram até os dias atuais como parte deste intercâmbio cultural, social e religioso entre esses povos, conforme Cusicanqui (2015) apresenta.

A Bacia do Acre se apresenta como a principal unidade geotectônica que compõe a crosta terrestre. Seus movimentos e forças, aflorações e comportamentos se manifestam com unidades Cenozóicas. Mais a oeste, registra-se a ocorrência remanescente do mesozoico e pré-cambrianos com sedimentos intercontinentais e marinhos. Com o surgimento dos Andes, a formação se dá exclusivamente pela condição intracontinental. Algumas das características são as formações lacustres e os megaleques aluviais (CAVALCANTE, 2006; GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2010).

O movimento cinemático, ocorrido ainda no Terciário, estruturou as dobras na região e os eixos de drenagem no sentido Nordeste-Sudoeste, os quais permanecem até os dias de hoje (CAVALCANTE, 2006). São esses desenhos em diagonais dos seus principais cursos d'água que definiram e estruturaram a abstração geopolítica de seu perímetro legal. Procuraram, portanto, se sobrepor numa transversalidade, para a integração dessas linhas fluviais que correm no sentido sudeste-noroeste. As linhas geodésicas, as linhas férreas, as rodovias, as fronteiras, proposições de istmos, canais, as divisas, os limites e tantas outras abstrações se sobrepuseram a essa geomorfologia, na busca de integração dessas águas pelo engenho humano.

Na região do Acre, predominam as planícies e as depressões, estas com variações entre 130m e 440m de altitude. Já na região do Juruá, mais ao norte e oeste do estado, além dessas configurações geomorfológicas, apresentam-se também as depressões marginais, superfície tabular com declives suaves entre 150m e 270m de altitude, e planaltos residuais que variam de 270m a 750m de altitude, com variações de cotas de altitudes mais expressivas que a porção sul e leste (CAVALCANTE, 2006).

No caso das planícies amazônicas, há a acomodação de sedimentos em superfície e a formação de terraços seja pelos meandros, seja pelos ajustes tectônicos e a drenagem meândrica e tentacular anastomosada. O Arco de Iquitos é transversal aos megaleques dos aluviões que desenham as redes de drenagem. Configura a Bacia do Acre e a separa da Bacia do Solimões. Ao sudeste, o Lineamento Madeira divide a drenagem (CAVALCANTE, 2006).

Clima

O clima é marcado pelas altas temperaturas, altos índices pluviométricos e alta umidade relativa do ar. Caracteriza-se como equatorial quente e úmido com marcas de temperaturas médias superiores a 18°C. A temperatura máxima anual média é de 32,4°C e a média em torno de 24,5°C. A umidade relativa do ar tem cerca de 80 a 90% ao longo de todo o ano. Apresenta estações pouco definidas (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2012).

Basicamente o calor excessivo perdura todo o ano, alternado pela presença de chuva com rios cheios e a estiagem com rios secos.

Portanto, o Acre está dentro do que se chama popularmente de verão e inverno amazônicos. Trata-se da inversão das estações que correspondem e predominam na maior parte do Brasil. Acerca do inverno amazônico, uma marca inaugural é o início das chuvas que se anunciam ainda no mês de setembro com trovoadas. Esse período chuvoso de alta densidade pluviométrica perdura até março e ocorrem as sazonais “alagações”, neologismo local utilizado para designar a subida e o transbordo das águas fluviais. O verão amazônico é conhecido pela estiagem. As águas baixam ou secam nos rios e formam-se bancos de areia, os barrancos tornam-se sobressalentes e mais vulneráveis e instáveis. Ocorre entre os meses de maio e agosto (MAIA, 1978).

Curiosamente nesse período de estiagem, especialmente entre os meses de junho e julho, ocorre o fenômeno da “friagem”. O Acre passa a ter dias com temperaturas abaixo de 20°. Uma massa de ar frio desloca-se no sentido sudeste-noroeste à parte do sul do Brasil e contorna o oeste nacional e atinge o oriente andino. Apesar dessa condição, o período é considerado localmente com verão. A lógica astronômica de definição de estações na região litorânea ou exata da Linha do Equador é desconsiderada pelas variações climáticas que ocorrem e, em especial, na região amazônica (MAIA, 1978). Nessa variação climática e de estações há a variação das águas também que se manifestam nas sazonais práticas humanas. O verão é tempo de corte de seringueiras e de plantio. Já o inverno é tempo de colheitas e de circulação nos rios dentre as diversas e historicamente dinâmicas nessas águas: dos seringueiros endividados e escravos em fuga até a circulação de mercadorias e da promoção do intercâmbio cultural.

1.3. Outras e anteriores territorialidades uwa’kürüanas: os povos originários

Há, entre as narrativas estabelecidas para a presença humana no Acre, uma consagração da perspectiva temporal categorizada sobre a existência dos indígenas praticada tanto por escritos institucionais, quanto, em parte, pelo universo acadêmico. Por exemplo, R.Silva (2010), através de uma publicação sobre as populações originárias no Acre, organizada pelo governo estadual, apresenta a sistematização interpretativa dos tempos indígenas pelo primeiro, o “Tempo das Malocas”, relacionado ao convívio em agrupamentos sob edificação única e de uso coletivo. O segundo, é o “das Correrias”, associado as fugas diante da avassaladora exploração gomífera. O terceiro tempo é denominado “do Cativo”,

correspondente ao “amansamento”, sob as forças do uso servil doméstico e das práticas agropastoris. O quarto tempo é denominado “dos Direitos”, a partir da organização das populações originárias remanescentes e das políticas públicas e entidades indigenistas que buscaram construir consciência, empoderamento e inclusão cidadã aos indígenas. Por fim, o quinto tempo é o “da História presente”.

Esta periodização, tão consagrada e replicada nos escritos institucionais e acadêmicos que versam sobre o Acre, explicitam novas formas de colonização através do saber e se pautam em práticas advindas das Organizações não Governamentais – ONG’s e de profissionais que ali atuaram e atuam para codificar, interpretar e arrazoar sobre aquelas populações ali existentes. Mais que isso, estas narrativas se encontram com a necessidade de afirmação de poder do governo da Frente Popular que esteve nas últimas décadas à frente das prefeituras e do governo estadual, amparados pelo governo petista federal. A coexistência do “tempo dos direitos” e “da História presente” não é coincidência.

Portanto, nesta abordagem em períodos é ancorada a existência dos povos originários pelo estabelecimento habitacional multifamiliar da maloca, na temporalidade anterior à chegada do homem branco à região. Não se coloca quais aspectos múltiplos e diferenciais existiram nas etnias ditas “pré-históricas”, embora destaque, sem citar, as implicações míticas sobre tal existência e permanência. Os discursos tendem a homogeneizar e nivelar a diversidade temporal, territorial, étnica, cultural, entre outros aspectos, por recortes temporais, territoriais que são frutos de abstração para a compreensão da realidade. Mais que isso, são quase sempre predefinições exteriores às realidades milenares das populações originárias e aos seus modos de vida, marcados, inclusive, pelas diferenças.

O intuito da tese neste capítulo é desenvolver um apanhado dos diversos escritos publicados recentemente acerca das descobertas arqueológicas no Acre das últimas quatro décadas, especialmente na questão das grandes estruturas de terras, denominadas de maneira geral por geoglifos. Tais assuntos evidenciam uma riqueza dos povos originários e milenares que habitaram a área hoje compreendida como o estado acreano. Evidenciam a complexidade social e a capacidade inventiva, intelectual e política dos grupos sociais que ali viveram. Desde milênios atrás, é possível afirmar que ali nada era vazio. É possível afirmar, ainda, a existência de numerosas populações que deixaram marcas na paisagem hoje encontrada, redescoberta. Da simplicidade das malocas à complexidade do manejo de grandes áreas, as hipóteses sobre os indígenas que ali habitaram evoluíram muito.

Desde a descoberta inaugural dos geoglifos até os dias de hoje, a maioria se deu pelo desmatamento acelerado marcadamente ascendente a partir da década de 1970, a fim de criar pasto para o gado. O relevo do solo descortinado se acentuou com a ausência da densa floresta e expôs as formas e inscrições na terra, ora em discussão. Muitos questionamentos foram trazidos aqui e, entre alguns, expôs-se a superação de alguns debates, até então, cristalizados e reificados. Além da Arqueologia, outros campos do conhecimento científico afins foram buscados, como é o caso da Botânica. Nessa linha multidisciplinar, apresentam-se apontamentos sobre a temática. As populações indígenas permaneceram na realidade acreana, praticamente, sem contato com o não nativo até a segunda metade do século XIX, quando houve a frenética e instantânea exploração da borracha na região. Esta é uma narrativa clássica posta como verdade explicativa linear. A tese procura observar outros olhares sobre a temática, em busca de outras interpretações.

Para algumas produções historiográficas, a não ocupação da região acreana quando ocorreram as chegadas das coroas ibéricas, é justificada pelos fatores colocados como cruciais para limitar a chegada do homem branco, ou *cariú*, ou *naua*. O primeiro se refere à distância dos centros de poder das coroas portuguesa e espanhola em suas colônias. O segundo se refere à extrema intensidade das intempéries, seja pelas intensas chuvas invernais, seja pelo calor amazônico nos verões dessa região. O terceiro motivo deve-se à dificuldade de acesso, pois a região possui rios jovens, próximos às cabeceiras, de leito em formação de geologia instável, marcados por meandros e pelas secas sazonais. Todas essas justificativas mascaram a resistência das populações originárias a se submeterem a certos domínios que, inclusive se materializam na denominação exógena dos “povos isolados” ainda tratados atualmente como os habitantes “selvagens” do “sertão”.

A criação de praias com extensos bancos de areia e a pouca profundidade das calhas impossibilitava o tráfego de embarcações que ainda não experimentavam o sistema a vapor, especialmente nas subidas, que significavam o adentrar na porção amazônica compreendida hoje como o Acre (BELTRÁN, 2001). Além disso, os balseiros (restos de folhas, galhos etc.) arrastados pela força das águas criavam obstáculos nos percursos fluviais. Ademais, a instabilidade da caracterização edáfica e da formação da calha fluvial, faz modificar o desenho e os percursos dos rios dessa porção amazônica constantemente. Criam-se braços mortos, lagos, ilhas e outras formas aquáticas constantemente. Todo esse ambiente de conhecimento e convívio das populações indígenas e que se colocam como justificativas para os ádvenas, inclusive com a usurpação desses saberes e do conviver para o uso da empresa colonizadora.

Sobre os desenhos das fronteiras acreanas retificados pelos povos originários diante da ocupação da borracha, o sertanista José Carlos dos Reis Meirelles Júnior, atuante por décadas com as populações indígenas na Coordenadoria Regional do Acre da Fundação Nacional do Índio – FUNAI⁶³, aborda a partir da emergente questão dos indígenas isolados no Acre. O autor apresenta a circunscrição de uma porção territorial afetada diretamente pela exploração gomífera. Tal área se situa exatamente ao longo dos rios Purus e Juruá, ao sul do estado, onde ocorriam as seringueiras. Segundo o autor, houve uma “matança indiscriminada” através das espingardas dos homens brancos. Dos sobreviventes, houve a absorção forçosa na exploração agropecuária com o “amansamento dos brabos”. Outra parte sobrevivente redesenhou os sentidos fronteiriços e litigiosos, pois

(...)alguns povos indígenas não quiseram entrar em contato com os brancos. E à medida que os seringais se instalavam cada vez mais para as cabeceiras dos rios, estes povos procuravam se refugiar em terras firmes, distantes dos seringais. Em alguns rios do Acre, como Iaco e o Chandless, no Envira e em outros afluentes do Juruá e Purus, não existe seringal; e onde não existe seringal, não existem homens brancos. Foi exatamente aí, que esses povos indígenas conseguiram se esconder e sobreviver (MEIRELLES JÚNIOR, 2010, p. 48).

Esta nova configuração territorial de ocupação e densidade na Amazônia acreana marcada pelo processo invasivo e colonizador institucionalizado em fins do século XIX e início do XX, reposiciona os “povos isolados” para as cabeceiras dos rios Purus e Juruá. São caracterizados tanto por assentamentos fixos, quanto por ocupações a partir de hábitos nômades. Ultimamente tem havido migração para a porção territorial brasileira por causa da indústria madeireira peruana que avança naquela região. Com isso, Meirelles Júnior (2010) destaca que não há o reconhecimento por parte da população indígena isolada das lógicas geopolíticas praticadas pelo Estado, pois suas relações territoriais (territorialidades) são anteriores à intervenção do poder público. Ademais, o que torna alarmante é a forçosa transformação dos sentidos de fronteiras em que as populações indígenas são submetidas em função das violentas ações dos agentes externos àquela realidade, que pouco ou nada se conhece de fato, mas se imprimem diversas narrativas especulativas e imaginativas sobre aqueles povos. As forças violentas surgem seja pela clandestinidade das explorações, seja pelas ações institucionais do poder público que, contraditoriamente, alimentam aquela vulnerabilidade.

⁶³ Órgão público criado em 1967, responsável pelas políticas indigenistas no Brasil, situado no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Atua em todos os estados do país com, entre outras unidades, as Coordenadorias Regionais.

Nesse intento, em busca de outro entendimento sobre a ocupação anterior à do homem branco e da exploração do ouro negro⁶⁴, é que este capítulo da tese se baseia. Procura-se superar a perspectiva do vazio anterior à chegada dos exploradores do século XIX. Procura-se também apresentar e debater a existência de um território, em nada vazio, onde a flora é resultante da agência humana e não do santuário natural e prístino. Junto a isso, foram analisadas as inscrições na terra e outros artefatos humanos como provas da presença, da capacidade intelectual e do nível de organização social desses povos. É importante destacar que não há obsessão pela legitimação de um estágio avançado da capacidade humana de criar e viver desses povos como provas e validação métrica, a partir das perspectivas do autor, nesta tese. Busca-se explicitar em fragmentos as ideias aqui a partir de pontuações dessas sociedades pré-existentes e de sua força e legado, eminentemente humano, a despeito de tamanhas violências físicas e epistêmicas e que perduram até os dias atuais. Os processos de ocupação marcados pelas invasões sucessivas e usurpação na colonização do Acre excluem esses povos e suas marcas inegáveis, com exceção da folclorização e da espetacularização do mistério, do exotismo e do quase não-humano.

Os Geoglifos e a Floresta Amazônica: agências e assentamentos humanos pré-colombianos

Os geoglifos⁶⁵ foram descobertos por Alceu Ranzi, paleontólogo da Universidade Federal do Acre - UFAC, na década de 1970. O pesquisador os batizou numa alusão imediata às inscrições, formas e estruturas na terra que existem no Peru, precisamente na em Nazca. Além da proximidade física do referido país com esse estado brasileiro, a referência batismal se ampara por uma suposta semelhança dessas formas no solo entre as duas ocorrências. A identificação inaugural de tais estruturas de terra se deve às práticas de pesquisa da arqueologia pré-colonial na Amazônia sul-ocidental brasileira promovidas pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica - PRONAPABA⁶⁶.

⁶⁴ Denominação dada ao látex, especialmente pela riqueza econômica gerada e pela sua morfologia, ao ser transformado em bolas de borracha, ou pélas (aludido às pelotas, da língua espanhola que significa bola). A partir do processo de defumação, o líquido branco se agregava e se solidificava em volumes esféricos na cor preta, para facilitar o transporte e a comercialização do leite da seringueira.

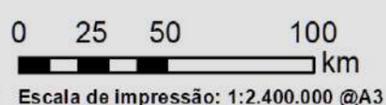
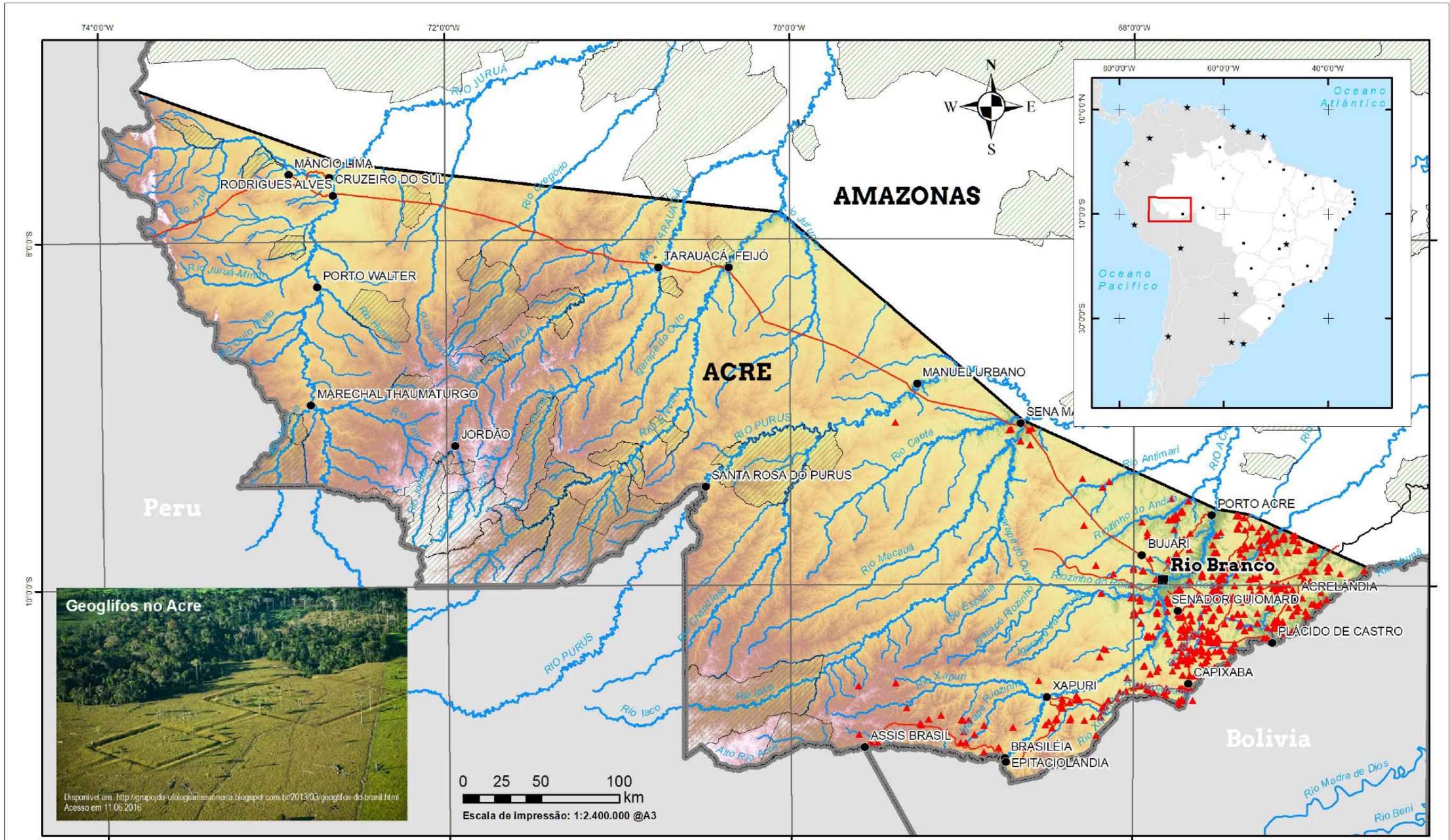
⁶⁵ Atualmente há um debate sobre a melhor denominação para esses bens arqueológicos. Como ainda não é consensual, optou-se nesta tese pelo uso desse consagrado termo, ainda que no corpo destes escritos sejam apresentados alguns questionamentos sobre este batismo. Destaca-se que entre as décadas de 1970 e 1980 este termo não era comumente utilizado, em função do uso generalista de sítios arqueológicos.

⁶⁶ Foi desenvolvido a partir de 1976 na Amazônia Legal brasileira, em um convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a *Smithsonian Institution*, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, além da colaboração do Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia – INPA.

Dessa ação pioneira até o presente momento, houve expressivas mudanças de compreensão de tais artefatos humanos. Esse processo foi catalisado pelas intensas descobertas que se somam às mais de quatro décadas de investigação arqueológica, em contínuas investigações até os dias de hoje. Uma das transformações foi a revisão da denominação pioneira, e até então única, de geoglifos. Atualmente se somam várias centenas dessas inscrições e estruturas localizadas não apenas no Acre, mas também no Amazonas, em Rondônia no caso brasileiro, bem como outra porção se situa no país vizinho, a Bolívia. Para Pivetta (2018), a ocorrência dos geoglifos está ao longo de 1.800 quilômetros na porção sul da Amazônia, entre o Brasil e a Bolívia e estima-se que a população ali existente era entre 8 e 10 milhões de habitantes, o que contraria a ideia de vazio populacional exposto pelo pioneirismo dos estudos ali dedicados.

ACRE

LOCALIZAÇÃO GERAL | Hipsometria | Geoglifos



LEGENDAS E CONVENÇÕES

- | | | | |
|--|-----------------------------|-------------------|-------------|
| Hipsometria (m)
Max : 691
Min : 109 | Território Indígena (FUNAI) | ★ Capital Federal | ▲ Geoglifos |
| Limite internacional | ■ Capital Estadual | ▲ Rodovia | |
| Limite Estadual | ● Sede Municipal | ~ Hidrografia | |

PROJEÇÃO POLICÔNICA
Datum horizontal: SIGRAS 2000
Datum Vertical: Imbituba
Meridiano de referência: 70°15' W.Gr.

Fontes
Malha municipal IBGE 2019,
DEM SRTM, CNSA/IPHAN, FUNAI
Elaboração/Organização
Igor Pedroza - Fev/2020

Este mapa é parte integrante da tese intitulada:
Entre o Uwa'kurü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências
Autoria: Marcio Rodrigo Cœlho de Carvalho



As tendências mais contemporâneas no âmbito acadêmico e científico das pesquisas reconhecem a variedade desses elementos e procuram superar a interpretação unificadora em que o registro nominal da descoberta implica. Aspectos tipológicos e morfológicos são evidenciados pelos montículos, muretas, valetas, caminhos, recintos e demais formas, dimensões, estruturas, assim como as articulações entre si e com o entorno. Atualmente, também se reconhecem os arranjos físico-espaciais, as associações aos demais vestígios materiais cerâmicos, pétreos, carbonizados, florísticos, entre outros, encontrados nas escavações arqueológicas dentro desses sítios. A relação dessas estruturas com a paisagem natural envoltória e a interpretação dos elementos da natureza como uma etnopaisagem e agência humana, entre tantas outras variáveis, são, atualmente, também levados em consideração nos métodos interpretativos dessas realidades pretéritas.

As atuais perspectivas tratam a questão dos geoglifos numa abordagem sistêmica e envolvem outras visões para além das analogias fundadoras. Os aspectos botânicos, antropológicos, etnológicos, cosmológicos, entre outras associações diretamente com as vozes dos povos originários são objetos de investigação. São também estudados os relatos de viajantes, de expedições científicas, de missões religiosas, entre tantas outras informações produzidas já após o processo de colonização. Este vasto leque documental possibilita outras narrativas no entrecruzamento das diversas fontes históricas.

Em 2010, o então Governador do estado do Acre, Binho Marques, abre com texto oficial a publicação sobre o tema geoglifos com ideias acerca da “força das imagens” que tais estruturas possuem. Amplia a perspectiva de dimensões físicas ao patamar de “sobre-humanas” e inclui o especulativo olhar sob o viés do “mistério” acerca das existências dessas figuras (SCHAAN et al. (Orgs.), 2010, p. 7). A despeito de sua função pública, que assumia à época, expressa em texto institucional, o seu olhar traduz hipóteses do senso comum. Com isso, o texto institucional da época buscava compreender e dar sentido às referidas estruturas de terra, ainda que as assertivas estivessem desamparadas de rigor e de método científico.

O Governador Binho Marques na referida apresentação enquadra os geoglifos no rol dos “tesouros perdidos” e “ruínas das civilizações antigas **ocultas**” (*Idem*, p. 7, negrito nosso). Desse modo, percebe-se uma expectativa ao exótico, ao incógnito numa sugestão de raridade e equiparação ao privilégio e à benção do divino, já que está acima do humano, conforme dito anteriormente. Ao mesmo tempo, traz para a sua região e estado um anseio de equiparação de status de complexidade social e de riqueza dos vestígios materiais já

experimentados entre as civilizações pré-hispânicas, imediatamente circunvizinhas, a exemplo dos povos andinos.

Percebe-se, portanto, uma intenção política ufanista dentro de uma autoafirmação e uma velada disputa de protagonismos, relevância global e construção de identidades. Sobre os significados, atividades, técnicas e materiais construtivos etc., ainda se sabe muito pouco. Porém, há uma série de possibilidades interpretativas a cada avanço de escavação, análise de laboratório, prospecção, publicação científica e colóquio realizados. As pesquisas em arqueologia nessa porção territorial são muito recentes e poucas, diante da vastidão dos vestígios que são encontrados dia a dia.

Denise Schaan (SCHAAN et al. (Orgs.), 2010), foi arqueóloga da Universidade Federal do Pará – UFPA e responsável por pesquisas nos geoglifos no Acre desde 2005. Em seus escritos e trabalhos de campo, indicou que essas estruturas existem há, pelo menos, 2000 anos. Atualmente, outra proposição é colocada em discussão para o uso na denominação das referidas estruturas. Trata-se de “recintos geométricos”, numa tentativa de especificizar o generalista e análogo registro de batismo que são os geoglifos (SCHAAN et al., 2012). Desse modo, procura superar a contributiva e inaugural denominação de geo=terra e glifos=escritura, símbolo que traz em sua etimologia e analogia à realidade peruana da circunvizinhança. E, com isso, procura também pormenorizar as análises com a possibilidade de reconhecer a peculiaridade, diversidade e multiplicidade das populações amazônicas que habitaram a porção sul-ocidental brasileira, como se apresenta a seguir.

Mudanças de perspectivas e interpretação sobre as ocupações pré-coloniais no atual Acre

Nas interpretações e narrativas construídas acerca da realidade pré-colonial amazônica, Denise Schaan destaca, criticamente, em um de seus artigos, as ações pioneiras do PRONAPABA sobre o Acre. Afirma, portanto, que

Dentro da perspectiva histórico-cultural que orientava o programa, e dentro dos cânones da ecologia cultural, todos os povos da Amazônia tinham alcançado o mesmo nível de desenvolvimento – eram tribos da floresta tropical – e por isso toda quebra de continuidade no registro arqueológico era entendida como resultado de difusão ou migração. Uma vez que a explicação já estava pronta a tarefa dos pesquisadores era apenas de classificar a cerâmica em fases e agrupá-las em tradições, para identificar as rotas de migração e difusão (SCHAAN et al., 2008, p. 22).

Com base na constatação metodológica realizada pela autora, tradicionalmente praticada e que embasaram os estudos pioneiros sobre a ocupação pré-colonial do Acre, houve

a classificação e a organização do material cerâmico a partir de suas características petrográficas⁶⁷ (SCHAAN et al. (Orgs.),2010). Ou seja, havia um entendimento exterior e pré-determinado que se buscava enquadrar as descobertas arqueológicas, pesquisa a pesquisa naquela época inaugural. As investigações do PRONAPABA foram sistematizadas e disponibilizadas apenas em 1994, quase três décadas depois de sua realização, e apresentavam como conclusão as ideias de duas grandes tradições. A primeira, a Quinari, situada na bacia do rio Purus e a Acuriá, localizada na bacia do rio Juruá.

A publicação trazia a informação análoga às populações horticultoras da vizinhança pré-colonial imediata, correspondente ao Peru e à Bolívia e, no caso brasileiro, a Rondônia. A ocupação teria acontecido, segundo os pesquisadores pioneiros, em terra firme em direção às cachoeiras. Para o caso do rio Juruá, a área de várzea teria sido atingida pela população referente à tradição Acuriá (SCHAAN et al., 2008). Esta visão estabelece concepções exógenas de agrupamentos culturais e encaixa os vestígios nessas predeterminações. Ademais, ratifica a tese da ocupação apenas de várzeas dos rios amazônicos. Isso atribui a ideia de fertilidade e abundância de recursos minerais, vegetais e animais para subsistência extrativista e da população subordinada à oferta da natureza.

Em pesquisas pioneiras sobre a datação dos materiais coletados nos geoglifos, outras possibilidades se descortinam para compreender o processo de ocupação pré-colombiana na Amazônia sul ocidental brasileira. Um desses exemplos, está no gesto acadêmico protagonista a partir da tese de doutorado de Rosy Mary Latini,⁶⁸ em 1998. Nessas investigações, constatou-se que as características geoquímicas das cerâmicas estudadas apresentam entre 3.000 e 1.260 anos antes do presente – A P. Coloca, portanto, em questionamento a pré-determinada classificação pioneira por fases e tradições. Permite outras datações e ocorrências de ocupações humanas. Uma segunda experiência que marca o início dessas datações aconteceu com um carvão do geoglifo, no ano de 2003, realizada por pesquisadores finlandeses. Neste caso identificaram o ano de 1.275 - AD⁶⁹ no vestígio analisado (SCHAAN et al., 2008).

⁶⁷ Trata-se das características e descrições estruturais, químicas e mineralógicas desses vestígios que têm origem em materiais naturais, especificamente minerais.

⁶⁸ LATINI, Rosy Mary. **Caracterização, datação e análise de cerâmicas arqueológicas da bacia amazônica, através de técnicas nucleares**. Tese de doutorado em Geociências (Geoquímica). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói-RJ, 1998.

⁶⁹ *Anno Domini*, expressão em latim que dá origem a sigla AD, significa o Ano do Senhor. Marca o ano 1 da era cristã, difundida no mundo ocidental. Inicia a Era Cristã ou Era Comum.

Os modernos estudos nesse campo questionam as várias interpretações colocadas, até então, como verdades para a ocupação pré-colonial no atual Acre. Com a descoberta dos geoglifos foi possível compreender que “a ocorrência de tais monumentos em terra firme faz cair por terra a antiga dicotomia várzea-terra firme (...) obrigando os arqueólogos a definitivamente reverem seus modelos interpretativos sobre a complexidade social amazônica” (SCHAAN et al., 2008, p. 41). A essa condição se evidencia a localização de várias dessas estruturas de terra a centenas de metros e até alguns quilômetros dos principais cursos d’água e navegáveis.

Isso explicita a capacidade dos grupos humanos em manipular a natureza e transformá-la para estabelecer modos de vida, tanto em práticas agropastoris, quanto nos artefatos da vida doméstica desde as habitações até os utensílios e da prática religiosa. Assim, a partir das evidências dos vestígios arqueológicos encontrados e, especialmente dos geoglifos, esses elementos, conjuntamente,

(...) reforçam a visão de que a Amazônia sustentou culturas variadas e versáteis e abrigou sociedades complexas capazes de manejar o meio ambiente, bem como permitiu a ocorrência de grandes populações nas áreas de terra firme (SCHAAN et al., 2008, p. 67).

Assim, hoje em dia a pioneira prática das tradições se coloca bastante questionável diante da pluralidade das populações amazônicas pretéritas evidenciadas pelas estruturas de terra e outros artefatos. O questionável exercício classificatório das tradições traduzia o método pré-definido e de restrição para a compreensão ampla e sistêmica da realidade amazônica. Vale lembrar que o exercício classificatório e da própria ideia de tradição advém de uma construção social, passível de mudança mediante necessidades as mais diversas possíveis alinhadas com disputas de poder, desde o nível da construção do conhecimento acadêmico até o nível do uso social e político.

Outra dubitável visão criticada pela supramencionada autora é acerca das expedições ocorridas entre os séculos XVII e XIX na Amazônia. Essas experiências deram lugar a uma certa ingenuidade às narrativas, ao informar o encontro com as populações ditas selvagens, em harmonia impecável com a natureza. Ao mesmo tempo, tais documentos silenciaram as atrocidades sofridas por séculos atrás desde a presença dos colonizadores que implicaram em expressivas transformações e violências humanas. Cabe o destaque ao conhecimento prévio das populações uwa’kürüanas da presença ibérica desde o século XVI ao longo da calha do Rio Amazonas, conforme acentua Freire (2004).

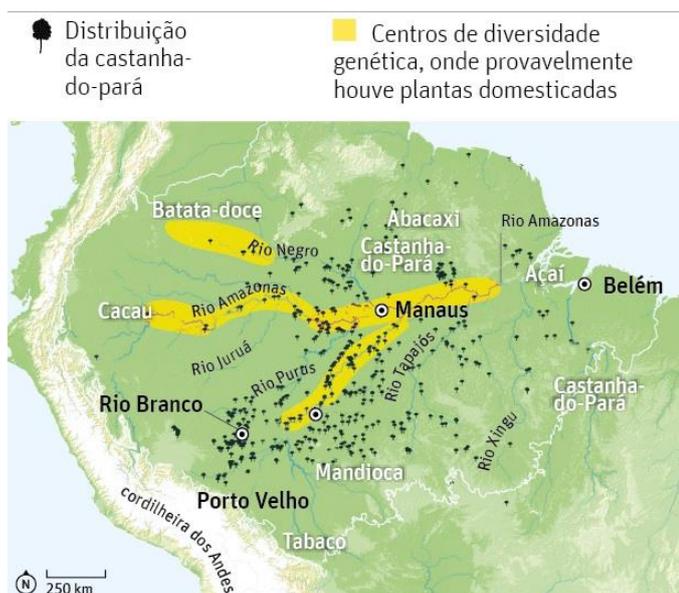
Teorias lançadas para a construção de “tribos de floresta tropical” restringiram a interpretação de um avanço cultural pela perspectiva ecológica. Com isso, a compreensão emitida se baseava na ideia do clima, do solo, entre outros fatores da natureza como elementos determinantes que impossibilitariam a estruturação de uma sociedade complexa. Neste cenário, os grupos viviam a partir da subsistência extrativista. Essa perspectiva perdurou nos pioneiros trabalhos na Amazônia desde a década de 1940 até a de 1980, segundo Schaan (2008).

Outras evidências arqueológicas que superam as proposições explicativas para a ocupação pré-colonial na Amazônia, são as ocorrências de Terra Preta de Índio - TPI e Terra Preta Arqueológica – TPA. Trata-se de testemunhos antropogênicos que se opõem à perspectiva da ecologia cultural. Trazem à luz a diversidade de lógicas espaciais e dinâmicas de usos. Não só a TPA, mas também as próprias construções de terra, aqui em debate, expressam essa diversidade. Com o avanço das pesquisas em arqueologia na Amazônia, o processo de adaptação do discurso da ecologia cultural está em substituição pela ideia de enfrentamento das adversidades da natureza. É reposicionado também pelo reconhecimento da capacidade de transformações e manejos entre natureza e homem na Amazônia, ou seja, na atual perspectiva da Ecologia histórica (SCHAAN, 2009b).

Um desses avanços interpretativos está numa pesquisa recente publicada na Revista Science, em 2017. Esse conteúdo apresenta a interface de estudos botânicos e arqueológicos e traz como resultado as conclusões de que em partes da floresta amazônica houve a constituição de grandes pomares. Isso se evidencia pela constatação de várias dezenas de espécies identificadas pela domesticação e uso manejado na reconhecida e atual floresta amazônica (LEVIS et al, 2017).

Destarte, há a superação da tradicional dicotomia entre as áreas de várzea (rica), aquelas destinadas para ocupação humana devido ao acesso fluvial, fertilidade e abundância, *versus* a terra firme (pobre). As teorias mais recentes acerca das áreas interfluviais evidenciam a capacidade e engenho das populações pré-colombianas de controle da natureza. Nesse ponto, há uma grande contribuição para a dilatação interpretativa o uso do geoglifo como material arqueológico e objeto de investigação. Com isso, diante da complexidade social que emerge nos modernos estudos, fica perceptível a complexidade físico-espacial das lógicas e dinâmicas humanas dessa região. Constata-se a existência da hierarquia organizacional e a ocorrência de chefaturas nas áreas de interflúvio (SCHAAN, 2008).

Figura 1 - Espacialidade das plantas domesticadas ou sob manejo humano na Amazônia.



Fonte: Lopes (2015)⁷⁰. Data: 2015.

Figura 2 - Sítios Arqueológicos na Amazônia.



Fonte: Lopes (2015)⁷¹. Data: 2015.

Neste quesito, cabe reforçar o argumento da questão cultural e organizacional. As populações pré-colombianas na Amazônia eram em geral interpretadas, até meados do século XX, como tribais e primitivas, desprovidas de qualquer estrutura e ordenação física e social

⁷⁰ LOPES, Reinaldo. **Antes de Cabral, a Amazônia teve 8 milhões de índios**. Folha de São Paulo. Publicado em 03 de dez. de 2015 às 02h. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2015/12/1714263-antes-de-cabral-amazonia-chegou-a-ter-10-milhoes-de-indios.shtml?cmpid=newseditor>. Acesso em 28 de fev. de 2018.

⁷¹ *Idem*.

complexa. Os relatórios de exploradores europeus precisaram ser revisitados a fim de serem localizados grupos sociais estruturados em cacicados e reinados. Além disso, a emergência da questão da supressão das populações indígenas pelas doenças dos “brancos” é recente diante da compreensão e contextualização nesse processo dos povos originários. O silêncio do genocídio foi comumente camuflado pelo discurso epistêmico violento da inexistência ou da inferioridade desses povos, consagrado em pautas historiográficas e institucionais.

Hoje as teses sobre os povos originários em situação anterior à da colonização envolvem uma gama de possibilidades interpretativas. No caso da alimentação e dos assentamentos, por exemplo, são propostas as ideias de conhecimento, domínio e prática de rotação de cultura, do uso de estrume para adubo orgânico. Inclui-se o manejo das culturas mais resistentes e adaptáveis às condições edáficas inferiores, o uso de cobertura verde como retenção de nutrientes e a coivara⁷². Outras tecnologias da agricultura já foram identificadas como práticas intervencionistas e de manipulação consciente do solo e da vegetação na Amazônia (PÄRSSINEN et al., 2008). Além disso, os autores chamam a atenção para o uso na dieta de insetos e espécies semidomesticadas da flora. Apresentam uma abordagem da vida na floresta para além do extrativismo na caça, pesca e coleta. Explicitam compreensões de práticas da pecuária e da agricultura, até pouco tempo alijadas das narrativas empregadas para esse ambiente, população e período.

Outra hipótese bastante questionada hoje em dia é de que as populações indígenas, pouco numerosas encontradas especialmente a partir do século XIX nos tributários dos grandes rios, tenham sido sempre assim na sua densidade. Há evidências de sociedades complexas heterárquicas. A visão da nova ecologia controlada pelas atividades humanas se coloca como uma perspectiva mais contemporânea para o entendimento do processo de ocupação e da presença humana pré-contato na Amazônia pré-colombiana (PÄRSSINEN et al., 2008).

Outra mudança está diante da antiga hipótese sobre os fluxos migratórios do povo arawak e katukina provocada pela expansão tupi-guarani com datação de 1375 AD, no processo de justificativa de início da ocupação pré-colonial na Amazônia acreana. Todavia, novas datações descartam tal hipótese e evidenciam a existência não apenas por uma demografia crescente da pressão que faz acentuar a necessidade de defesa. Evidencia também a complexidade das estruturas sociais praticadas naquela região anterior ao processo migratório (SCHAAN et al., 2012). Na sequência, são apresentados apontamentos sobre a constituição das

⁷² Técnica de preparação do solo e cultivo agrícola com a queimada da cobertura vegetal e o uso das cinzas como parte integrante da adubação. Utiliza-se também da rotação de cultura. É uma prática rudimentar e tradicional.

ocupações pré-coloniais no Acre, suas espacialidades, desenhos de fronteira, cultura material, entre outros aspectos tão importantes para a revisão das imagens de vazios e de inexistências.

Características dos povos originários que construíram e usaram os geoglifos

As populações humanas na Amazônia datam 11.200 anos A. P. desde a Caverna da Pedra Pintada em Roraima. Outra datação muito antiga está no cultivo da mandioca amarga na região do rio Madeira, atual Rondônia, de 5.000 anos A.P (SCHAAN, 2008). Portanto, dois exemplos pontuais evidenciam a presença de grupos sociais há milênios e colocam em questionamento uma série de datações e de construções de narrativas que invisibilizam ou inferiorizam as ocupações pretéritas. Questionam a normalização dos discursos de ocupação relacionados à presença ibérica ao mundo não europeu como marco civilizatório ou às práticas institucionais e de alguns pesquisadores no Acre acerca das temporalidades das malocas até o tempo presente. O intuito deste subcapítulo é apresentar caracterizações sobre as populações indígenas que edificaram e usaram os geoglifos, hoje contidos no Acre.

Segundo R.Silva (2010), os povos originários na região acreana são de 03 (três) famílias linguísticas: o *Pano*, Arawak e Arauá. No caso do povo Arawak, Preziosi *et al* (2000) informa que a origem está no litoral equatoriano e nas planícies venezuelanas. Houve a conectividade terrestre e fluvial pelo rio Orenoco e os Llanos. Eram caracterizados pelas atividades agrícolas e migraram para o oriente em busca de sobrevivência e terras. A esse fenômeno de deslocamento é atribuída a ocorrência de, pelo menos, 2.000 anos atrás. Em publicação institucional do Governo do estado do Acre pela Biblioteca da Floresta⁷³ (2010) há a informação de que no Alto rio Purus e baixo rio Acre a ocupação tenha ocorrido, há pelo menos, 5.000 anos. Já nos casos do rio Purus e Juruá a datação chega de 2.000 anos atrás.

Segundo alguns dos estudos pesquisados nesta tese, havia uma ocupação dos Povos Aruak que possuíam estruturas organizacionais entre Senhorios e Cacicados. Eram também grupos ceramistas, com expressiva cultura material (SCHAAN *et al.* (Orgs.), 2010). Os assentamentos eram marcados por habitações multifamiliares denominadas de maloca, ou shubuã, ou kupixawa (cupichaua), com agricultura ao redor e, em alguns casos, paióis de armazenamento (R.SILVA, 2010; BIBLIOTECA DA FLORESTA, 2010). Assim,

Tais construções fizeram parte da cultura arquitetônica de diversos povos habitantes dos vales dos rios Abunã, Acre e Iquiri, que se expandiram até a

⁷³ A Biblioteca da Floresta, instituição pública vinculada ao Governo do estado do Acre, tem a sede na capital, Rio Branco e possui um acervo, além de diversas atividades de educação e de sensibilização, especializados nas diversas temáticas sobre a Amazônia.

foz do rio Acre durante o primeiro milênio da era Cristã. Os geoglifos acreanos possuem similaridades com as trincheiras circulares bolivianas, podendo ser produto dos mesmos grupos étnicos (SCHAAN et al. (Orgs.), 2010, p16).

A autora chama a atenção de que a datação do material de carvão no geoglifo o posiciona

(...) como contemporâneos das sociedades complexas que emergiram na várzea e savanas amazônicas ao final do primeiro milênio. Nessa época se disseminam as construções de terra e a iconografia humana na cerâmica, o que também acontece no Acre, indicando a emergência das chefias regionais (SCHAAN et al., 2008, p. 41).

Diante da atual fronteira hispano-americana, há evidências de que o Império Inca tinha relação e certo domínio nas margens dos rios Madre de Deus e Beni, no Peru, nas proximidades com o Acre (SCHAAN et al., 2008). Os índios Manchineri e Apurinã eram os principais moradores da área que hoje se localizam os geoglifos descobertos. Outros grupos ali viviam, mas foram extintos, como os Canamaris, Inamarés, Paymaris, Kapixias e Capéchenes (VIRTANEN, 2008).

Relatos de viajantes já no século XVI apresentam a organização sociopolítica regional que se estendia por quilômetros de territórios e ao longo dos rios, organizados por chefaturas de Cacicados. Iam das savanas do Tapajós até as terras altas do Acre. Eram organizados em rede suprarregional e tinham mercados estruturados com matéria-prima beneficiada, a exemplo de pedras (SCHAAN, 2008). Nessa mesma época, relatos dos europeus registraram que os índios na Amazônia tinham animais domesticados para alimentação, como patos, galinhas, moluscos, tartarugas e peixes. (PÄRSSINEN et al., 2008). Schaan (2009b) destaca que a partir do final do primeiro milênio as sociedades passam por uma organização em cacicados e estratificação social. E complementa com o destaque para o cuidado da análise dos estudos dessa existência que deve ter uma abordagem, no mínimo, regional. Isso implica num exercício compreensivo de fronteiras flutuantes que abstraíam os atuais limites construídos pelos Estados em cada geopolítica correspondente.

Localização regional e internacional

A ocorrência dessas estruturas de terra está na porção leste do Acre, oeste de Rondônia, norte da Bolívia e sul do Amazonas. A maioria das estruturas está situada nas proximidades da Capital acreana Rio Branco, compreendida entre as coordenadas geográficas 9° e 11°S e 66° e 69°W (AGUIAR; RANZI, 2004). Essa região se apresenta entre os Andes e os

vales amazônicos. Ainda na perspectiva internacional, há uma proximidade física com as *zanjas*⁷⁴ circundantes bolivianas e as linhas de *Nazca*⁷⁵ no Peru.

As ocorrências dessas tipologias arqueológicas no Brasil são registradas desde o rio Tapajós, Alto Xingu no Mato Grosso e na fronteira entre o Brasil (Acre) e a Bolívia, ao sul. A hipótese reconhece a existência de outras estruturas de valas e paliçadas que ocorrem nas áreas de confluência dos rios Negro e Solimões, a exemplo das proximidades de Manaus, assim como na fronteira ao norte do Brasil, entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. Porém, acredita-se que possam existir mais similaridades na ideia de rede empregada ao longo de 1.800km que conecta o Tapajós-Acre-Bolívia-Mato Grosso. Resguardadas as peculiaridades de tradições culturais, acredita-se que houve a existência simultânea e que a conectividade evidenciada se principia pela estrutura fortificada nessa faixa meridional da floresta amazônica (PIVETTA, 2018).

Usos e lógicas espaciais

Diante das formas variadas, elementos de reentrância e saliência, conexões viárias, posição e localização, e suas articulações entre si e com a paisagem circundante, múltiplas são as interpretações lançadas para compreender os usos e lógicas espaciais. Soma-se a isso a quantidade crescente que se junta ao montante de centenas de unidades de geoglifos descobertos constantemente. Entre as visões interpretativas, estão as precursoras, que buscaram analogias pelas supostas semelhanças a casos já sabidos e as estratégias politicamente articuladas para fins distantes do conhecimento técnico e científico. Há ainda, as visões aportadas em procedimentos científicos, a partir de pesquisa documental e, especialmente, através de prospecções arqueológicas nos sítios identificados. Diante do exposto, busca-se, nesta seção, apresentar algumas das perspectivas acadêmicas lançadas para compreender os possíveis usos e lógicas espaciais.

⁷⁴ Para Trindade (2015), a tradução de *zanjas* circundantes é valas circundantes, uma denominação atribuída aos sítios arqueológicos localizados na Bolívia, num paralelo àquilo que, no vizinho Acre se denomina de geoglifo. Tal denominação é praticada por Erikson, Álvarez e Calla (2008). Para maiores informações ver: TRINDADE, Thiago Berlanga. ***Geoglifos, zanjás ou earthworks? Levantamento geral dos sítios arqueológicos com estrutura de terra em vala no médio rio Guaporé (RO) e análise comparada com os demais sítios no Sudoeste da bacia Amazônica.*** Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-US P. São Paulo: MAE-USP, 2015. 218f. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-17092015-110343/publico/ThiagoTrindadeREVISADA.pdf>. Acesso em 05 de out. de 2018.

⁷⁵ Espécies de geoglifos de linhas geométricas, antropomorfas, zoomorfas, entre outras representações, que se estendem por 80km na superfície desértica de Nazca e outros lugares circunvizinhos, distantes de Lima, capital peruana, a 400km ao sul.

Algumas estruturas apresentam muretas para fora das cavidades. Pesquisadores finlandeses trazem hipóteses para tais proeminências. Descartam a ideia de defesa tais quais os sistemas fortificados praticados por diversas civilizações que apresentam para dentro e ao fosso associado ao fortalecimento de cinturão. Nessa peculiaridade, acredita-se que as cavidades existiam para a criação de moluscos e tartarugas (SCHAAN et al., 2008).

Para a construção desses espaços, constatam-se recintos circundados por muretas ou valetas, numa posição insular. Acredita-se serem recintos de sociabilidade. Possuíam sentido de entrada e saída e acessos com caminhos retilíneos e as reentrâncias e saliências longilíneas acompanhando as vias. Os estudos apontam que os geoglifos assumiram diversas funções ao longo de sua existência. Portanto, não houve permanência do uso original nem havia padronização de sua função. Há a hipótese de que os geoglifos tenham sido abandonados a partir do século XVI e XVII com a chegada dos espanhóis às terras dos povos originários. Após esse processo de desuso, houve uma cobertura verde da mata densa da Amazônia por regeneração.

Ao mesmo tempo, outros estudos levantam a hipótese de uso defensivo, diante dos possíveis dilúvios. Isso aparece na cosmologia das narrativas das populações indígenas e estariam associados às mudanças sazonais. Está na perspectiva da ideia do fim do mundo e do novo começo. As estruturas eram no alto, em terra firme e que a população ali se refugiava, em busca do abrigo. As escavações para a formação dessas estruturas de terra eram feitas com machados de pedra (VIRTANEN, 2008).

Outras interpretações para a lógica da existência e do uso podem ter também ligação com brincadeiras, festas, proteção, moradia e jogos. Acrescenta-se a expressão da palmeira como elemento espiritual, de abrigo, diante da relação extrativista para o sustento que assumia uma força simbólica (VIRTANEN, 2008). A palmeira é evidenciada como elemento sagrado, desde a etimologia dos rios e lugares até o seu emprego na construção civil e outros artefatos. Podem ter sido também para abastecimento d'água (SCHAAN *et al.*, 2008). Curiosamente, os geoglifos apresentam baixa densidade de vestígio cerâmico, lítico e de carvão. Isso leva a construir outra hipótese, a de serem espaços de ritual religioso ou de intercâmbio e não de permanência e fixação (SCHAAN, 2008). Ou, tendo em vista a baixa densidade de vestígios, pesquisadores enxergam que “os sítios fossem usados por algum tempo, abandonados e retomados mais tarde pela mesma população ou populações distintas” (SCHAAN et al., 2012, p. 18).

Há em comum, nesses artefatos, o grande movimento de terra para a construção da arquitetura permanente que segue até os dias de hoje. Surgiram estruturas variadas perceptíveis atualmente como muramentos, barragens, trincheiras, lagos etc. (SCHAAN, 2009b). Uma das hipóteses de uso, a associada a fortificação das muretas, embora se registrem aqui alguns relatos, é comumente refutada. A condição básica para esse descarte é que os muramentos se localizam no exterior dos recintos antes das valetas e não o contrário, o que contraria a lógica de defesa de fossos externos associados às muralhas que circundam o espaço protegido. Esta hipótese de defesa nasceu ainda nas pesquisas inaugurais do PRONAPABA, na década de 1970. Houve também a interpretação de defesa menos bélica e mais em função da saúde e segurança física. A iminência dos ataques peçonhentos ou de garras da fauna nativa fez nascer o uso associado de plantação de abacaxi como cinturão circundante que antecede o recinto. A morfologia rígida e áspera desse vegetal/fruto serviria para afastar animais nativos e selvagens (DIAS et al, 1988; SCHAAN et al., 2008). Acredita-se no desuso e obsolescência das estruturas ao longo de séculos, embora tenham permanecido erigidas até os dias de hoje, especialmente pela recobertura vegetal que preservaram substancialmente esses artefatos.

Pärssinen (2003) reforça a tese do uso de fortificações não pelas valetas e muretas exteriores. Defende, sim, pelo uso de paliçadas, praticadas em outras partes da Amazônia e encontradas nos relatos dos viajantes (SCHAAN et al., 2012). Curiosamente, os geoglifos não são elementos isolados entre si, mas apresentam uma articulação de desenho, forma, matéria que aos poucos são interpretados os seus sentidos de existência. Nesse viés, é percebido que

A organização espacial física presente nas estruturas hoje remanescentes, com seus caminhos marcados por saídas e entradas e longas vias de comunicação entre um geoglifo e outro e entre estes e os rios, por exemplo, indica a existência de uma malha de comunicação terrestre necessária à integração regional de grupos sociais (SCHAAN et al., 2010, p. 32)

Observa-se que esses elementos, especialmente os proeminentes, funcionavam, de certo modo, como menires⁷⁶. Eram elementos definidores de orientação e de demarcação e configuração espacial, não apenas limitados às relações totêmicas e de culto. Essa compreensão está alicerçada na perspectiva de Pereira (2010), o qual busca ampliar o entendimento dessas estruturas verticais de inclinação arquitetônica e que aqui se traz de modo análogo e interpretativo aos geoglifos. Ratifica-se tal ideia ao observar a definição das estruturas de terra

⁷⁶ O menir aparece como estrutura vertical, de caráter escultórico e uso diverso, desde o culto totêmico até o agenciamento espacial que elabora lógicas de orientação e configuração do ambiente construído. Segundo Pereira (2010), trata-se de um dos elementos que marcam a origem da arquitetura. Para maiores informações, ver PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à História da Arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

como “espaço de sociabilidade que demarcavam lugares e disciplinavam deslocamentos” (*Idem*, p. 30)

Prous (1992), embasado pela experiência das pesquisas do Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB no rio Purus, apresenta hipóteses de usos das estruturas. Uma delas é a da existência dos montículos para cultivo de mandioca. Outra possibilidade é a do centro das estruturas de geoglifos para o cultivo de hortas suspensas. A essas destinações se interpreta a movimentação de terra e elevação do nível central das estruturas para compensar a caracterização pobre desses solos para exploração agrícola. Em alguns sítios são encontrados machadinhos e outros artefatos em pedra, embora nessas localidades não exista tal formação mineral na composição geológica. Essa questão evidencia com maior vigor os sentidos de intercâmbio cultural e mercantil das populações pré-colombianas.

Os geoglifos podem ter sido usados como estruturas de paliçadas, em concordância com os cronistas europeus dos primeiros séculos da ocupação branca na América do Sul. Com o aumento dos conflitos ou da escravização a partir da chegada dos colonizadores, as estruturas podem ter sido fortalecidas e praticadas com maior expressividade as paliçadas. Pärssinen et al., (2008) chamam a atenção pelas intenções e pontos de partida das hipóteses ambientais, ideológicas e demográficas que se têm como probabilidades para a construção das estruturas de terra. Os autores ainda informam que existe apenas 1 (uma) datação radiocarbônica mais precisa para analisar as temporalidades e idade.

Outras pesquisas podem levar a compreensão de que as ocorrências dessas estruturas sejam simultâneas as da região do rio Xingu no Brasil e do rio Beni na Bolívia. Num relato pioneiro são apresentadas estruturas sociais, fortificações em madeiras, estradas, assentamentos densos, populações numerosas e inúmeras aldeias. Há registros de torres funerárias de adobe, além de casas desse material e técnica e de taipa. Com isso, pode ser constatada uma lógica praticada em larga escala sobre o território amazônico, pois é visto que de qualquer maneira, a óbvia variabilidade das formas dos assentamentos parece refletir padrões culturais compartilhados e uma cosmovisão comum, assim como uma peculiar organização social onde o modelo de planejamento das aldeias revelaria alguns padrões sociais (*Idem*, p. 86).

Essas evidências fortalecem a ideia de que a população amazônica foi maior que a existente atualmente. Inclui-se a possibilidade de existência da relação dessas populações com o Império Inca, além de existirem seus próprios sistemas de cacicados, em função do planejamento das estruturas de terra (*Idem*). A estratificação social contribuiu para a captura,

escravização e para a relação com as intempéries. O uso e construção das estruturas de terra podem ter sido potencializadas pelo aumento dos conflitos ou pela subordinação e aprisionamento de alguns grupos em função de outros.

Alguns pesquisadores também chamam a atenção pelas hipóteses ambientais, ideológicas e demográficas que se têm como pressupostos interpretativos para a construção das estruturas de terra (SCHAAN et al., 2008). Todavia, desde o início dos estudos sistemáticos a respeito desse patrimônio arqueológico, levanta-se a hipótese do uso de defesa, ou de uso agrícola (RANZI, 2011). Conforme já escrito aqui, para esses aspectos militares, devido à ausência de vestígios materiais, a hipótese é constantemente questionada (SCHAAN et al., 2012). Há um outro delineamento, a partir dos avanços dos estudos, para a constatação das funções práticas do uso cotidiano e as simbólicas, a exemplo de uso social e/ou em específico, do culto religioso (SCHAAN et al., 2010).

Schaan (2008) contesta a hipótese de Ondemar Dias, a qual é embasada na afirmação de que “houve habitação dentro as valetas também, mesmo que esporádica e ocasional (o que poderia indicar o seu uso em momentos de crise, ou nas friagens, por exemplo)”. A autora contesta tal hipótese e problematiza ao colocar que “é mais provável que, uma vez que a cerâmica era usada como material construtivo para as muretas, a erosão das mesmas teria levado o material para dentro das valetas, que certamente eram bem mais profundas na época em que o sítio era ocupado” (SCHAAN et al., 2008, p. 27).

Diante de tais questionamentos e refutações, acredita-se, portanto, que os geoglifos não correspondem a estrutura de assentamentos relacionados a cidades. Acredita-se no seu uso como espaços de reunião e encontro, seja por ordem e poder, seja por necessidade ritualística (SCHAAN, 2009b). Algumas características físico-espaciais, que são singulares aos recintos do Acre, podem ser identificadas pelos seguintes itens:

- 1 – distância entre 2 e até 32 km dos cursos d’água navegáveis;
- 2 – a maioria em forma perfeita da geometria: círculo, quadrado, hexágono etc.;
- 3 - localização em área de interflúvio;
- 4 – Localização em bordas de platôs (SCHAAN et al., 2012)

Essas estruturas de terra expressam o estágio cultural da população à época pela complexidade construtiva e físico-espacial. Há a hipótese de que sua construção tenha sido numa situação de savana do bioma local, anterior ao da cobertura da floresta amazônica. Portanto, noutra realidade climática e florística da natureza no que hoje se compreende como

Amazônia. As ideias de aldeamento não perpassam pelos sistemas de defesa. Estão na articulação entre essas estruturas como aldeamento único e não de assentamentos isolados correspondentes a cada geoglifo (AGUIAR; RANZI, 2004).

Forma

As estruturas de terra se apresentam multiformes, quase sempre numa perfeição e regularidade geométrica. Assim, vê-se que predominam as seguintes morfologias

(...) circulares e retangulares, mas outras formas também ocorrem, como elipses, hexágonos, octógonos, figuras em “U” e em “D”. Além disso, ocorrem figuras associadas, ligadas por estradas de cerca de 20m de largura e comprimento que chegam a 800m, também muradas, assim como montículos circulares e lineares, formando conjuntos complexos. Em alguns conjuntos se percebem diferentes episódios de construção, que indicam que em épocas distintas as estruturas foram reformadas, e que novas estruturas foram construídas sobre as primeiras (SCHAAN *et al.* (Orgs.), 2010, pp. 13-14).

Um fato curioso de concentração de tipos é que as figuras circulares predominam na porção no sul e as quadrangulares no norte. Além disso, há a fusão das duas formas exatamente na zona de interface de cada figura específica. Isso, em princípio, sugere uma lógica físico-espacial e de organização territorial. Outro dado relevante é que os vestígios evidenciam as transformações e reformas ocorridas nessas estruturas. Destarte, observa-se uma dinâmica de usos e intervenções com amálgamas e sobreposições e não apenas a edificação de estruturas estáticas e originais associadas a um uso e tempo geracional únicos (SCHAAN *et al.* (Orgs.), 2010). A variedade formal evidencia uma complexidade de significado e uso das formas. Valetas, muretas, montículos, estradas e recintos planos são os elementos constantes nas estruturas de terra até então descobertas (SCHAAN *et al.*, 2012).

Sobre a interpretação das formas materializadas nos espaços construídos, para boa parte dos autores pesquisadores é prematura qualquer tentativa precisa, diante dos estudos recentes e incompletos. Todavia, a arqueóloga Denise Schaan indaga que

O que tais figuras poderiam significar? Podemos especular que círculos são símbolos da totalidade do universo, da perfeição, representam os atributos da divindade e do absoluto, ou a circularidade dos fenômenos naturais. Enquanto o círculo se identifica com o céu, o quadrado se identifica com a terra, com os pontos cardeais, uma orientação que está presente em algumas das figuras, podendo estar relacionada aos períodos de plantação e colheita. É possível ainda que a construção de tais figuras monumentais estivesse relacionada com uma magia que se acreditava capaz de restaurar o equilíbrio das forças cósmicas e naturais. (SCHAAN, 2009b, p. 13)

Além das valetas, com topografia negativa, há a localização de outras estruturas, de topografia positiva, a exemplo dos montículos. Estas últimas delimitam espacialmente um recinto ou mais recintos através de sua proeminência. Algumas estradas são muradas e noutras ocorrências encontram-se os montículos. Os sítios têm formas variáveis e não há uma expressão de hierarquia espacial e formal embora expressem grupos humanos de organizações sociais complexas. E a ocorrência peculiar desses sítios arqueológicos denota técnicas construtivas praticadas de modo particular por diversos povos e gerações da região. O tipo com valetas ocorre especialmente no leste do Acre, mas há o tipo sítio-cemitério, os montículos (SCHAAN *et al.*, 2012).

As sociedades eram ceramistas e passaram a utilizar dessas estruturas para usos tanto sociais cotidianos quanto rituais. Há valetas e muretas, além de demarcações e caminhos de entradas e saídas. As estradas possuem desenho retilíneo inflexível, escavados com estruturas, conforme dito, em reentrâncias e saliências. Outra constatação é de que há grandes distâncias entre as tais estruturas, o que dificulta a interpretação de sua existência em sua totalidade (SCHAAN *et al.*, 2010).

Modos de construir

Os construtores dessas estruturas dominavam princípios básicos da geometria e tinham senso de construção e proporção. A maioria das obras apresenta formas puras e exatas. Entre as diversas hipóteses para a interpretação dessas estruturas, está a que podem ter sido usados como estruturas de paliçadas, em concordância com os cronistas europeus dos primeiros séculos da ocupação não indígena na América do Sul. Uma das evidências é a descoberta de marca de esteio no Sítio Fazenda São Paulo, no município de Xapuri, em 2008 (SCHAAN *et al.*, 2008; 2010).

Outra hipótese está enviesada por um contrassenso. Trata-se da adoção e difusão de técnica arquitetônica e conhecimento de raciocínio matemático na construção de tais estruturas e recintos de terra na região do Alto Purus. A ausência de vestígio material, em especial o cerâmico e de terra preta nesses lugares, coloca em questionamento a densidade populacional pré-colonial. Ao mesmo tempo, estima-se que para a construção de cada geoglifo era necessária a força braçal de dezenas e até centenas de pessoas trabalhando nas escavações (SCHAAN *et al.*, 2012).

Acredita-se que havia alguma técnica arquitetônica que estabelecia padrões, noções de medidas e tipo-morfologias para atender os diversos usos e necessidades cotidianas e rituais

dos grupos indígenas (SCHAAN et al., 2010). As indagações sobre a origem do modo de produzir os geoglifos estão na suposta ausência de instrumentos tecnológicos para se conseguir construir as valetas e muretas. Sabe-se, até hoje, dos restritos utensílios como os machados de pedra e pás de madeira, que não dialogam com a dimensão física e o volume de movimento de terra diante do trabalho que cada obra demandou.

Schaan *et al* (2010) levantam a curiosidade sobre o dispêndio de força humana coletiva para o volumoso movimento de terra que os testemunhos atuais evidenciam. As reentrâncias, saliências e formas insulares, denominadas, respectivamente, como montículos, muretas, valetas e recintos, evidenciam a necessidade de outras ferramentas. Há indicações preliminares de uso de pedras e cortes (movimentos de terra) na superfície dos terrenos (AGUIAR; RANZI, 2004).

Contexto da paisagem

A floresta amazônica é conhecida, de modo geral, pelo seu solo pobre que impossibilitaria a consolidação de ocupações e assentamentos humanos. A isso está associada a já mencionada teoria determinista da ocupação de várzea (solo rico e fértil) *versus* não ocupação de terra firme (solo pobre). Porém, ao mesmo tempo, apresenta a Terra Preta de Índio – TPI, com sua coloração, extrato e componentes que evidenciam por pátinas e camadas a sobreposição e intensidade de usos. Assim, reafirma-se a existência de conhecimentos e práticas de engenharia e de ecossistema capazes de manipulação e manejo das adversidades naturais para uma convivência socioambiental dessas populações pretéritas (AGUIAR; RANZI, 2004).

Traça-se a perspectiva da ecologia histórica, na interpretação da relação conjectural, de sobreposição, construção e reconstrução entre homem e meio ambiente (SCHAAN *et al.*, 2010). Esta transformação interpretativa associada a eminência dos geoglifos faz dilatar a compreensão da ocupação amazônica pré-colonial para as áreas de interflúvio. Com isso, a ecologia e a geografia deterministas da vida dos povos originários dão lugar às modernas interpretações do meio ambiente como fruto de uma agência e manejo humanos. Logo, as paisagens do Acre são paisagens antropogênicas, ou etnopaisagens. Portanto, retoma-se à ideia das **rugosidades** (SANTOS, 2004).

Atualmente sabe-se que as áreas de ocorrências dos geoglifos estão entre rios e vales. Apresentam-se no relevo em platôs e nas suas bordas, com altitude de 180m a 230m. Essa posição e localização permite a observação panorâmica do domínio visual e se alinha com a ideia de uso de defesa das estruturas, ainda que entre as hipóteses esta seja uma das mais

questionadas. O alinhamento hipotético com o relevo se dá também pela probabilidade do uso simbólico de conexões com a divindade, por espaços de ascensão, de destaque vertical e estabelecimento hierárquico (SCHAAN et al. (Orgs.), 2010).

Outros elementos de localização e relação direta com a paisagem estão na permanência da situação próxima a nascentes. As distâncias entre os geoglifos e os rios principais navegáveis variam, conforme já citado em subcapítulo anterior. Desse modo, as hipóteses construídas se aproximam das visões que relacionam os geoglifos com o uso dos recursos hídricos naturais. (SCHAAN et al. (Orgs.), 2010). Cabe ressaltar que a maioria dos geoglifos até hoje identificados, está na região do rio Purus e de seus afluentes: Acre e Iquiri. A esse caso, destacam-se os outros principais rios que formam a Bacia do Purus: Iaco Caeté, Chandless, Macauã, Xapuri e Breu (VIRTANEN, 2008). Numa macrodimensão, os geoglifos são localizados entre os Andes e a várzea amazônica (SCHAAN, 2009b).

As palmeiras são elementos muito expressivos na flora amazônica. Estão em evidência na constituição da floresta na região acreana. Muitos nomes praticados em rios têm como etimologia denominações advindas dessas plantas. Por exemplo, volta-se a uma das explicações da origem da palavra acre vem da palavra *kiri* e significa pupunha. A importância das palmeiras é vital na região amazônica compreendida no Acre. A utilização é diversa, desde o extrativismo de subsistência até a estruturação dos assentamentos e abrigos humanos. Dada a riqueza da ocorrência das palmeiras nessa região e o seu uso intensivo no cotidiano das populações originárias, constata-se uma forte relação na mundividência desses povos (VIRTANEN, 2008). Outros elementos da flora como as Castanheiras são frutos de manejos milenares e têm grande ocorrência na região sul acreana.

Além da natureza florística, os animais também são pontos importantes para a compreensão sistêmica da paisagem a partir do bem arqueológico em questão. Há relatos dos europeus ainda no século XVI em que os índios na Amazônia tinham animais cultivados para alimentação, como patos, galinhas, moluscos, tartarugas e peixes (SCHAAN *et al.*, 2008). Portanto, havia o domínio e o manejo da fauna amazônica para o uso doméstico e não apenas se utilizava do extrativismo para o consumo.

Clement *et al.* (2015) apresenta a capacidade domesticadora das populações originárias da Amazônia, em sua estrutura complexa de organização social, já identificada por volta de 3.000 anos A. P., durante o holoceno, mediante transformação da floresta amazônica. Prous (2002, p. 432), sobre evidências paleontológicas no Acre, relata a seguinte experiência:

No Acre, as dragas remexem os sedimentos que preenchem antigos canais naturais, alguns datados de até 40mil anos. Dessas escavações pouco ortodoxas saem ossos da fauna pleistocênica adaptada a savana (*Glossotherium*, *Mastodonte*, *Toxodonte*) bem como grandes artefatos bifaciais e crânios humanos; um deles muito bem conservado e pouco mongolizado, mostra um occipital pouco primitivo

Estes dois apontamentos ratificam a **Teoria dos Refúgios** (AB’SABER, 1992; 2005) já mencionada na introdução. Apresentam as mudanças edafoclimáticas e da fitofisionomia. As hipóteses lançadas para os geoglifos terem sido construídos em ambiente de savana se encontram com os dados geomorfológicos e paleontológicos aqui expostos.

1.4. Considerações parciais: as existências e as ocupações numa geografia dinâmica

Foram apresentados e discutidos temas e pontos essenciais para o prosseguimento da tese. O primeiro dele diz respeito à construção da ideia de Acre, protagonizada por uma discussão etimológica, onde, na verdade, se buscou perceber os sentidos atribuídos a essa nomenclatura e, conseqüentemente, à porção de terras circunscritas a um ente federativo do Brasil. De uma investigação polissêmica, enveredada pelos registros homógrafos, percebeu-se a diversidade de entendimentos. Mais que isso, constata-se uma abstração da busca de estabelecer sentidos, precisões a uma recente inexistência. Este é um processo de relação de poder, de disputa que, no caso, era empreendida desde os empresários seringalistas, países fronteiriços até ao nível das construções e registros do conhecimento. O mundo literário, jornalístico, técnico e científico apresentaram suas disputas inaugurais, assim como reproduziram uma série de tantas outras verdades naturalizadas.

Um dos fatos a serem destacados é a da adjetivação do termo Acre, advindo, entre a maioria das explicações, dos povos apurinãs e relacionado à denominação do curso d’água, hoje homônimo. Percebeu-se a negatificação do uso deste termo por quem o instituiu: o governo federal brasileiro, ao transformar aquelas longínquas, portanto, inexistentes, terras numa “pátria de proscritos”. Acre significa morte, fim. Não à toa, até os dias de hoje, se permeia no mote popular as ideias de inexistência desse lugar, conforme já visto nos escritos de Lucena (2014).

A sua inexistência é arrematada, contraditoriamente, por quem o criou. A isso, marcam-se outros arquétipos igualmente pejorativos: o sertão, o distante, o vazio, o branco, tudo isso na ratificação do não reconhecimento da presença humana. Ou, quando se reconhece, sob a violência epistêmica (CASTRO-GÓMEZ, 2005), a inferiorização se estabelece pelos enquadramentos no comportamento neolítico dos primatas, da relação tribal, silvícola e na

incapacidade de organização social. Aqui se apresentam outras noções que evidenciam essa negligenciada presença humana, tão vívida e dinâmica quanto àquela geografia física.

A partir dos dados levantados, percebeu-se o dinamismo da região do Acre. Rios em constante transformação de sua calha, de suas margens, braços, igapós, igarapés, lagoas, entre outras formas e inconstâncias da força das águas e do comportamento geológico. Constituições geomorfológicas determinantes para a lógica de ocupação: cabeceiras, alta Amazônia, cursos d'água em consolidação, estrutura fluvial em meandros, vales alagadiços etc. Percebeu-se, pela hierarquia fluvial, como se organizou a instituição do Acre, numa escala proporcional aos rios ali encontrados: Juruá, Purus, Tarauacá e Acre. A uniformidade e equilíbrio de distribuição da rede hidrográfica que correm paralelamente em pente, um ao outro foi decisivo para os desenhos internacionais, regionais e urbanos naquela área. Foi observada essa geografia, encravada entre os Andes e os grandes vales amazônicos, com suas instabilidades e constantes transformações, a sazonalidade das águas e o clima tropical excessivamente quente e úmido. Essas caracterizações tornaram-se inimigos naturais para os ádvenas, conforme será visto no capítulo 2.

Narrativas ocidentais, eurocêntricas e externas à realidade local para justificar e dar sentido às existências amazônicas precisam dar espaço à cosmovisão, aos mitos e às heranças e conhecimentos locais. É um trabalho árduo e necessário a decolonização do pensamento. Em vez de seguir o naturalizado lugar das narrativas empreendidas por importantes, e clássicos, textos que versam sobre a formação do Acre, aqui se optou por buscar conteúdos de cunho arqueológico e antropológico, além da história, para a construção argumentativa. Optou-se por contribuir para a revisão da invisibilidade das populações indígenas diante do reconhecimento da capacidade inventiva, criativa, organizacional evidenciada pelas descobertas arqueológicas dos geoglifos. Aqui optou-se por evidenciar um dos componentes do acervo arqueológico pré-colonial existente no Acre. Há tantos outros: cerâmicos, líticos, fósseis, sítios-cemitérios, pão de índio, TPI, TPA, entre tantos outros. Bastou uma eleição para tratar da força dessa pré-existência humana, massivamente presente e socialmente complexa e diversa.

A Amazônia acreana, circunscrita ao que o Estado brasileiro legitima atualmente, como em outras partes da região, há milhares de anos não é vazia. Estudos pioneiros apontavam para a dicotomia terra firme versus várzea e a geografia como elemento determinante da subordinação humana à ocupação restrita às margens dos rios. Dessa dualidade, o surgimento dos geoglifos, entre outros artefatos humanos, refutou tal teoria a apresenta, não apenas a ocupação interfluvial, mas também no engenho humano. A isso estão associadas também

literaturas mais recentes que versam, cientificamente, sobre a floresta amazônica. Até pouco tempo, era dada como um “santuário natural”, “prístina”, “intacta”, portanto, “natural”. Aos escritos desta tese se usa da geografia a ideia de **paisagem** (YÁZIGI, 2002), ao situar a presença humana indissociável do meio físico. Portanto, os estudos arqueológicos recentes, a exemplo de Clement et al. (2015) apresentam as noções de domesticação, de ajardinamento, do fluxo cultural e etnobotânico, do convívio e das buscas de soluções diante das ações transformadoras da natureza.

Ao que parece, do vazio da Amazônia se transfere ao vazio de conhecimento pré-concebido e colonizado a essa área. Abordar os discursos predominantes das narrativas históricas do vazio que essa área sempre representou, inclusive marcada pelas suas inexistências até os fins do século XIX, são objetivos aqui a serem continuados nos capítulos seguintes. Isso se torna transversal nestes escritos porque percebe-se a permanência da configuração do “sertão” e do “brabo” como violência epistêmica até os dias atuais, a exemplo da denominação de “povos isolados”. Por não se saber, se isola em termo, palavra e gesto. Por se desconhecer é o outro ‘deserto’. Entre os silêncios que se praticam até os dias atuais, faz-se necessária a compreensão dessas Amazônias dentro da cristalizada e pré-concebidas Amazônias. Igualmente torna-se imprescindível a busca interpretativa por outros Acres, entre os Acres vazios, inexistentes, mortíferos, distantes e do chiste social.

América

Unidos nós
sois vós América
unidos nós
América sois
Seremos talvez gauleses
Seremos talvez Galvez

Fantástico, fanático
amazônida, francês
Seremos talvez gauleses
Seremos talvez Galvez

Una tequila, uma cachaça
un charango, um violão
la cucaracha, chá-chá-chá, tango e baião
la palomita ou carcará
un guarani, tupiniquim
Somos América Latina
índia, negra
somos nós

De los Hermanos,
sangrados, sagrados
Ayusca, Daime, Cipó

Ai, ai, ai, ai
Ayusca.
(DINIZ, 1998)

CAPÍTULO 2 – A MOBILIZAÇÃO IBÉRICA E A IMOBILIZAÇÃO DO “ACRE”⁷⁷

Este capítulo se estrutura na análise de testemunhos textuais e imagéticos sobre a constituição das ideias de vazio e de inexistência atribuídas à região do atual Acre, institucionalizados a partir da presença portuguesa e espanhola na América do Sul a partir do século XVI. A marca contraditória fundante que confirma a pré-existência com a sua própria negação é a chave deste conteúdo capitular. O termo mobilização ibérica está amparado pela noção da ocupação portuguesa e espanhola que “precipitaram-se, ao longo de todo o século XVI, em uma mobilização militar, religiosa e econômica sem precedente” (GRUZINSKI, 2014, p. 52). O autor complementa tal noção ao tratar do alastramento dessa prática que não se restringiu ao ato exploratório, mas sim a uma

(...) mobilização em profundidade, pelo que provoca de movimentos e entusiasmos imponderados que se precipitam, uns e outros, sobre todo o globo; ela escapa mesmo ao controle dos homens, quando espalha mais no findo das Américas os micróbios das outras partes do mundo (*Idem*, p. 53).

Desta dinâmica, entende-se uma “imobilização” das terras que hoje se compreende como o Acre, com a institucionalização do desconhecido e do inalcançável. Os olhares exploradores dos ádvenas sobre aquelas realidades configuraram grande parte das compreensões, formas, políticas e discursos empregados ao continente americano e, em especial, ao que se perpetuou até os dias atuais acerca da unidade federativa brasileira em tela.

Aspectos antropocêntricos, etnocêntricos, eurocêntricos e outras **violências epistêmicas** dedicadas à essa região e aos seus povos foram, aqui, analisadas. A partir do litígio (e a falta dele), entre as Coroas Espanhola e Portuguesa, que se inicia numa prática ibérica, foi investigado tal espírito aplicado ao caso sul-americano, consequentemente, ao esboço de fronteira institucional e internacional dos países emancipados. Os processos econômicos extrativistas associados à cristianização, escravização e genocídio dos povos originários, são evidenciados neste capítulo.

⁷⁷É importante destacar, desde já, a limitação do uso das cartografias que surgirão a partir deste capítulo. Em muitos casos há uma ausência de crítica intensa de cada mapa e da sua relação com diários, memoriais, rascunhos, versões, sobreposições, entre outras informações e documentos complementares. Não se tratou, aqui nestes escritos, pela naturalização nem pela objetividade das informações dadas pela materialidade cartográfica. Buscou-se seriar o conjunto de cartografias eleitas para compor a tese pelo caráter diferenciado do acervo documental e pelo aspecto inusitado dessas fontes, todas passíveis de futuras análises e pormenorização. Procurou-se seriá-las e usá-las na compreensão da formação do território e da dimensão urbana do Acre. Ratifica-se aqui a clareza, amparado pelos aportes teóricos e metodológicos desta tese, de que os mapas não são neutros.

Trata-se de um topocídio contínuo que, desse processo, utiliza-se da interpretação de **Paisagens Sobrepostas**, conforme escritos de Corrêa (1997; 2013), para analisar as sobreposições, tentativas de apagamentos e aquilo que escapou aos olhos e às práticas colonizadoras. Num primeiro momento, o silenciamento e a invisibilização se dão a partir dos domínios metropolitanos europeus na época colonial. Posteriormente, tais gestos ocorrem em função da consolidação de um desenho internacional na tríplice disputa entre os Estados Nações emancipados: o exercício da Soberania do Brasil, do Peru e da Bolívia. Em todos os dois momentos, a região do atual Acre se coloca à margem dos interesses econômicos, consequentemente, de soberania, embora desde os Seiscentos tal porção territorial esteja contida nos diversos perímetros de possessões e propriedades oficiais.

O percurso deste capítulo é marcado pelo encontro de fragmentos documentais que permitiram, ainda que raros e de abordagens indiretas, observar caminhos mais amplos e sistêmicos quanto à constituição territorial e urbana do atual Acre. Nesse sentido, buscou-se a pluralidade das vozes das supostas posses e responsabilidades sobre aquelas terras. Não houve, portanto, a limitação de pesquisas de campo aos arquivos unicamente brasileiros. Foram adotados relatos de viagens e outras documentações, a exemplo das missioneiras, de expedições científicas, diplomáticas, militares e demarcatórias. Além disso, os relatos de informações, de prestação de serviços e contas enviados às Coroas e, posteriormente, às sedes centrais dos governos de cada Estado dinástico, também se configuraram como fontes históricas.

Outro aporte documental está relacionado aos Tratados assinados entre as metrópoles europeias, advindos da tradição medieval do poder casado entre Igreja e Estado, que já esboçavam as definições territoriais desde o fim dos anos de 1400. Até o século XIX, esta prática diplomática ainda configurava os contornos dos vizinhos países sul-americanos, em busca da retificação e consolidação das suas fronteiras. As cartografias históricas foram elementos essenciais para as pesquisas. Apresentaram informações gráficas e textuais com representações físico-espaciais importantes para a identificação do que se compreendia, identificava, negociava, ocultava, forjava ou almejava, por séculos, sobre aquelas terras. Em cada contexto temporal, socioeconômico, político e histórico, as plantas, mapas, cartas, entre outros recursos adotados como fontes primárias e históricas, foram analisados e interpretados possíveis equívocos, manipulações, como também o caráter projetivo, os litígios, os discursos dominantes e tantos outros aspectos. Mais que isso, foram identificadas informações que ali se negavam, a exemplo das **paisagens sobrepostas**.

Além das supramencionadas informações primárias, foram utilizadas as secundárias a partir de teses, dissertações, monografias, livros, artigos e outros escritos interpretativos sobre as questões aqui em discussão. Em todas as fontes consultadas houve o esforço de reconhecimento dos discursos e das representações do vazio e da inexistência do Acre, já que a escrita não tem uma direção cirúrgica sobre o recorte geográfico do objeto de investigação até a segunda metade do século XIX. Houve, ainda, uma procura pela compreensão dos motivos que embasassem tais perspectivas, desde as violências epistêmicas na constituição do “Outro” a partir do olhar e das intenções colonizadoras dos ádvenas, até a permanência desta diminuta atribuição que margeia o esquecimento. Aqui julgou-se, curiosa e intencionalmente, as práticas destes “abandonos” ou “alheamento” à luz das estratégias compositivas de **Fundo Territorial** tanto para as Coroas, conforme ensina Moraes (2005; 2013), quanto para a soberania de cada um dos três países ali constituídos. Esta análise está associada às construções das noções de deserto e de sertão atribuídas à Amazônia e a reversão deste olhar sob a intenção exploratória e expansionista na engrenagem mercantilista, capitalista até a consolidação da periferia no sistema mundial de produção industrial.

Daí, este Capítulo 2 está organizado também na identificação da permanência conflituosa da relação de vizinhança dos processos litigiosos do mundo ibérico nas políticas monárquicas dentro das novas colônias na América. Constata-se tal condição como possibilidade de legado nefasto para os bastidores e especificidades da constituição daquela tríplice fronteira e que culmina na constituição do atual Acre. Outra abordagem se dá no campo simbólico e, ao mesmo tempo figurativo-territorial enquanto concepção de Brasil, a partir das ideias míticas de unidade e constituição insular.

Assim, evidencia-se a busca da inteireza e coesão territorial do Brasil. De um lado, o discurso sobre a Ilha se coloca excludente para os ditos sertões da Amazônia. Do outro, a contradição emerge nas alusivas tentativas integradoras do Acre ao Brasil como cateto finalizador de uma obra insular e triangular da geografia e geometria do território colonial luso-brasileiro. Esta visão, dedicada à experiência republicana, emerge como um legado à nação emancipada que honra suas origens político-administrativas ultramarinas da experiência colonial.

Outras investigações estão relacionadas às especulativas teorias sobre a Amazônia que alimentaram as diversas expedições exploratórias dos ádvenas nas calhas fluviais. Investiga-se também as posses e disputas das Coroas Espanhola e Portuguesa, com destaque para o íntimo e indissociável protagonismo de ocupação colonial proferido pelas missões

religiosas. Admite-se um caráter especulativo e um litígio virtual e abstrato que compunham um cenário projetivo sobre aquelas iminentes, muitas vezes desconhecidas, possessões. Foram identificadas e analisadas as contraditórias e curiosas representações de inexistências e de vazios sobre a região em apreço. Neste quesito, o reconhecimento da existência era o instrumento para negá-la, conforme verificado nas fontes históricas. Por fim, são apresentadas as considerações parciais a respeito da abordagem capitular acerca da compreensão processual da configuração físico-territorial do atual Acre a partir da ocupação colonial e da estruturação dos Estados Nacionais.

2.1. As ilhas e triângulos que definiram Brasis e forjaram o Acre

As ilhas exercem uma função cognitiva de “elemento de atração permanente” na vida humana. Dada a singularidade da geografia física, estabelecem força vital para uma relação entre sujeito e meio ambiente, que oscila os sentimentos e reações como o medo, a curiosidade, o sonho, a especulação, a ilusão etc. (TUAN, 1980). Desta condição topofílica, são alimentadas construções do imaginário.

No século XIV, houve a conhecimento massivo, na Europa, de uma importante publicação denominada “Geografia”. Ela trazia a constituição representativa do globo terrestre, a *Imago Mundi*. Data de 1410 e foi escrita pelo teólogo francês Pierre D’Ailly. A circulação destas informações inaugurava um novo olhar, fundamentado no espírito renascentista emergente sobre a existência do mundo. Dissociada da Escolástica do mundo medieval, a ascensão da ciência e da razão permeava as novas formas de compreender (e projetar) a realidade e o mundo (PEREIRA, 2010).

A cartografia, o *Mapa Mundi*, desenhava a imagem e a superfície do estoque territorial sob iminente exploração pelas crescentes empresas mercantilistas naquela realidade ocidental e europeia. O “mar oceano”, nome atribuído ao atual oceano atlântico, segundo Goes Filho (2013), era representado pela coexistência de diversas ilhas. É importante frisar que houve grandes avanços científicos e, em particular, na Geografia, que contribuiu, a partir do pensamento e da prática moderna, com as navegações dos “descobrimientos”⁷⁸ (CORTESÃO,

⁷⁸ Não cabe nesta tese a discussão sobre o melhor termo para definir o processo de colonização luso-hispânico ocorrido na América. O uso das aspas nas palavras descobrimento, ou achamento, entre outros termos hierárquicos, evidencia a origem do seu emprego a partir do autor citado diante do contexto historiográfico de sua escrita. Porém, o autor desta tese opta pelas nomenclaturas exploração, chegada, ocupação, tomada, entre outras palavras que evidenciem as violências físicas e simbólicas ocorridas nesse processo. Acrescenta-se a abordagem realizada por Jaime Cortesão para situar o emprego dos termos descobrimento e achamento, o que nesta tese constata-se uma argumentação anacrônica, parcial e colonialista.

2016, v.VIII). Neste contexto, foram desenhadas ilhas como invenções a serem engrenadas nos engenhos proto-capitalistas do mundo europeu a partir do século XV.

Ao caso brasileiro, se soma à construção insular, a geometria triangular nos processos de organização e de primeiros contatos dos ádvenas na atual América do Sul. As negociações do Tratado de Tordesilhas, de 1494⁷⁹, entre a Espanha, Portugal e a Igreja Católica, se basearam inicialmente na viagem pioneira de Cristóvão Colombo. O explorador italiano cruzou o oceano atlântico, anos anteriores à firma tratadística e, entre as suas viagens e destinos alcançados, atingiu as Antilhas. Este arquipélago corresponde, atualmente, às formações insulares da América Central compostas por diversos países e territórios. Há mapas produzidos, a partir das viagens pioneiras, que indicam, por exemplo, as ilhas Brasil, Antas, Satanás, entre outras (CORTESÃO, 1990).

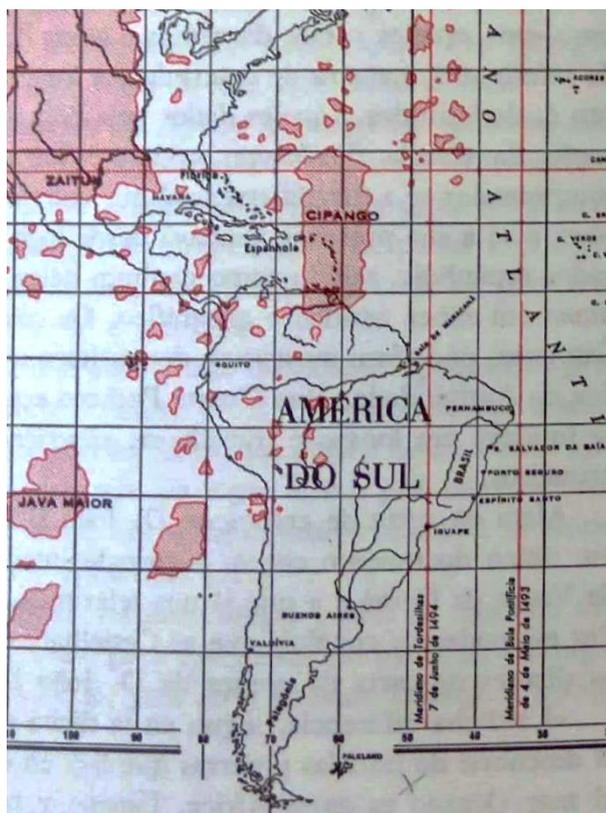
Cortesão (1973) chama a atenção para a já citada publicação de Pierre D'Ailly, a qual trouxe o *Mapa Mundi*, a partir da milenar concepção ptolomaica⁸⁰. Tornou-se conhecida em toda a Europa a partir dos Quatrocentos. Tal documento, segundo o autor, certamente fundamentou a elaboração da “Carta de Marear”, a qual a equipe de cosmógrafos do Rei de Portugal, D. João II, elaborou para uso na busca das Índias. Para Cristóvão Colombo, a partir das informações de Ptolomeu, a Ásia tinha extensão nos sentidos do Oriente e do Sul. Nesta direção, existiriam diversas ilhas a serem “descobertas” (CORTESÃO, 1990). As suas pioneiras e exploratórias viagens ratificavam a ideia insular das terras a serem colonizadas.

Na sobreposição da cartografia pioneira projetiva correspondente à referida concepção do mundo no século XV com a atual e conhecida constituição, observa-se, a seguir, a representação insular em arquipélago que contém onde hoje se conhece como o Acre. Na proposta colombina, a partir do mapa ptolomaico, verifica-se, em específico, o que seria um arquipélago, de menores ilhas, situado entre as estruturas insulares maiores denominadas de Cipango e de Java Maior.

⁷⁹ É, aqui, objeto de discussão em subcapítulo posterior.

⁸⁰ Tratado assinado em 7 de junho de 1494 entre o Reino de Portugal e o Reino de Castela, sobre as terras de recém contato e as serem exploradas pelas monarquias, sob a ordem da Igreja Católica. Ao caso brasileiro, as possessões lusitanas correspondiam ao que se estaria à direita do Meridiano marcado pelas fozes dos rios da Prata (ao sul) e Amazonas (ao norte). Em poucas décadas a Coroa Portuguesa invadiu por milhares de quilômetros no sentido Oeste, após o limite tratadístico, e expandiu a empresa colonial, sobretudo em várias partes da Amazônia.

Figura 3 - Mapa de Colombo, a partir das informações de Ptolomeu.



Fonte: Cortesão. Data: 1990.

É evidente a limitação tecnológica, além do desconhecimento factual das terras do oriente atlântico naquela realidade. Todavia, o intuito desta constatação é apresentar o culto arquetípico da ilha que permeia o imaginário dos exploradores ibéricos. Especialmente à realidade da Coroa Portuguesa, tal sanha culminou no fetiche que desenhou a ânsia desbravadora e a ocupação e remodelação territorial e continental para a abstração insular.

A definição da representação cartográfica inicial do território brasileiro, após a ocupação portuguesa, considerou o limite do delta do Amazonas, ao norte, e, ao sul, o território platino, ambos associados ao oceano atlântico. Este contorno fluviomarítimo imprimiu ao território colonial luso-brasileiro o caráter insular colombiano, por conseguinte, ptolomaico. Daí, ao somatório das construções especulativas dos colonizadores sobre o oriente do “mar-oceano”, é adicionada a circunscrição da ideia de Ilha-Brasil. Tal representação imagética ocorre ainda na segunda metade do século XVI (CORTESÃO, 2016, v. I). Emerge como uma unidade geográfica lapidada pela natureza que apresentava uma geometria regular. E os contornos territoriais dessa colônia seguiriam pelos atributos da natureza. Enfim, correriam pelos desenhos da geografia física: rios, mar etc. A unidade insular luso-brasileira correspondia

ao fruto de duas dádivas: uma obra da natureza e, simultaneamente, uma obra do engenho colonial.

Tal perspectiva foi registrada por Cortesão (2016, v. VIII), ao dizer que o Tratado de Tordesilhas (1494) fragmentava uma unidade insular moldada pelas águas da natureza, a Ilha-Brasil, ao determinar a linha divisória a partir das duas fozes, as dos rios Amazonas e Prata. O meio ambiente já predispunha, em suas formas da geografia física, um contributo àquela obra que o colonizador finalizaria. À oeste, pelos rios Madeira-Paraguai, se complementaria o grande feito divino-colonial com a vastidão das águas das bacias fluviais e das florestas.

O autor acrescenta que as populações indígenas habitantes dessa região, à esquerda da linha divisória de Tordesilhas, em fins dos Quatrocentos, possuíam uma “humanidade”. A aura das populações originárias correspondia ao que já existia nas terras legais lusitanas. Esta constatação salientava, segundo o autor, uma distância, além de física, cultural, com as populações quéchuas e aimarás existentes nos planaltos andinos que já estavam sob o domínio efetivo castelhano. As compatibilidades dos anseios insulares do meio ambiente e do espírito harmonioso das populações indígenas eram predicados suficientes para a engrenagem da empresa colonial portuguesa expansionista.

Em documento encontrado na Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, sobre as demarcações setecentistas que delineariam os limites das Coroa Portuguesa e Espanhola na América, há uma nota no fim do escrito destinada à sede do poder da Corte em Portugal, datada de 27 de junho de 1784, com o título “Sobre adivisão delimites entre Portugal, e Castela na America”, emitida pelo Capitão General João Pereira Caldas, com o seguinte conteúdo:

Parece-me que he demaior interesse de Portugal fazer asua demarcação com Castela na America pelas barreiras immutaveis da Natureza, quaes são pela parte do Sul o rio da Prata, ou Paraguai subindo ate a Serra dosco nascente; e pela parte do Norte o Amazonas entrando pelo rio Tapajoz, q talvez nasua origem he ochamado Jarinez, que desce das Serras de Cuyaba do Sul para o Norte; tudo oq ficasse dentro deste circulo seria para Portugal: eficarria para Castela tudo quanto Portugal possui fora deste circulo, q vem aser Mato grosso, as Missoens dos Carmelitaz na margem austral do Amazonaz muito acima do rio Madeira, toda amargem setentrional do Amazonas desde o Cabo do Norte onde confina com os Francezes de Guiana, todo o Sertão do rio Negro ate asmargens dos rios Orinoco, ‘Aguarico e Napo, Sertoens que certam te Portugal não poderá sustentar, nem devender, sefor hu dia atacado pelas

Nações, q habitão, epossuem aquellas Costas quaes são os Francezez de Caiena, e os Holandezez de Surinam⁸¹.

Verifica-se a circunscrição propositiva dos limites da Coroa Portuguesa que excluem as terras do atual Acre, séculos depois da ocupação portuguesa. No século posterior, com o Tratado de Ayacucho (1867)⁸², já entre os países Brasil e Bolívia que imprimiam sua firma, as terras em voga foram, oficialmente, alijadas do perímetro nacional, da almejada estrutura única e insular que, anos depois, serve de argumento para a sua anexação ao território nacional.

Sousa Neto (2012) destaca o uso do mito colonial da Ilha Brasil para as diversas forjas de Planos do Império para um sistema viário, ferroviário, hidroviário. Por exemplo, o plano do Engenheiro André Rebouças utilizou da conexão do rio Madeira ao rio Paraguai, com a construção de canais. Curiosamente, entre os planos analisados pelo autor, todos tangenciam o atual Acre, utilizando-se, à oeste, os rio Madeira, Mamoré e Guaporé, para a ligação e efetivação da unidade nacional. Isto de fato ocorria porque nas porções territoriais reconhecidas pela unidade do Brasil inexistia o Acre e à oeste, se interrompia pela linha geodésica ora oblíqua, ora alinhada aos paralelos. Conclui-se que não houve qualquer motivação econômica que fizesse o Brasil imperial dedicar soluções de integração viarista para aquela porção amazônica. A economia da borracha era embrionária e nas terras do atual e estado de Rondônia, a prática de mineração protagonizava a exploração de suas riquezas naturais.

O “mito da insularidade brasileira”, destacada por Kantor (2007), de origem medieval, permeou as práticas coloniais e foi utilizado como fundamento argumentativo nas relações diplomáticas de negociação das terras em séculos posteriores na América. A autora evidencia o uso do “mito da Ilha Brasil” como uma “ideologia geográfica” nas negociações do Império ao longo do século XIX. Acrescenta-se a esta perspectiva da autora, o contínuo uso marcado pelo ufanismo do legado lusitano transbordado às negociações diplomáticas da República no início do século XX, especialmente dedicados ao Acre.

É interessante evidenciar uma disputa inicial, puramente geométrica, no nível das ideias e abstrações do desenho entre Portugal e Espanha, ainda no mundo ibérico, que

⁸¹ CARVALHO, José Simões de, fl. 1781-1809 Alteração ao plano de demarcação que o Cap.m Gen. al João Pereira Caldas propos e remeteo á Corte acompanhado da carta datada de 27 de Junho de 84, e que assim agora se emenda na parte respectiva a os Rios Madeira e Javari, pelo que rezultou do reconhecimento ao segundo feito no presente anno de 1787 / fis por ordem, D.or José Simoins de Carvalho Cap.t Eng. – [Escala ca 1:5 100 000]. 1 grau de latitude = [2,2 cm]. – 1787. – 1 mapa : ms. ; 33x44 cm, em folha de 40x59 cm, pp.32-33. Cota: C-M&A P.24(37). Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Porto, Portugal (Cartografia).

⁸² Será, nesta etapa, objeto de análise em subcapítulo posterior.

implicariam no destino efetivo das terras do atual Acre. A compreensão da Ilha já ocorria antes da chegada massiva dos colonizadores ao continente americano. A relação arquetípica que os colonizadores assumiram diante da correspondência insular aos territórios conquistados e a conquistar, também marca, como uma herança inevitável, porém contraditória, a estruturação da fronteira do Estado brasileiro. Os contornos insulares criaram uma outra Ilha, tangenciada pelos interesses exploratórios extrativistas e sistemáticos que as terras adjacentes lhes interessavam diretamente com a pecuária, a agricultura e a mineração.

Araújo (1998) informa que a Amazônia foi constantemente explorada pelos colonizadores por uma “abordagem megalômana de seus atributos”, pois as suas proporções físicas alimentaram diversos mitos. E um deles estava ancorado na ideia de uma grande ilha para o Brasil, onde o rio Amazonas se encontraria com o Prata. Para a autora, tratava-se de uma estratégia expansionista dos portugueses para desconsiderar de total a abstrata linha quatrocentista de Tordesilhas.

Nessa perspectiva e prática o Acre nasce como um “triângulo litigioso”, conforme a partir da relação com a sua forma da tríplice fronteira internacional. Ou antes, ainda sob a posse oficial da Bolívia, era reconhecido como o “*Triângulo del noroeste de Bolivia*” (Achá, 1927), marcado pelas formas fronteiriças resultantes de soluções abstratas das linhas geodésicas sobrepostas àquela realidade territorial e de natureza complexa.

Curiosamente, o desenho insular colonial, a despeito dos descumprimentos tratadísticos, não reconhecia, na Ilha Brasil, as terras que se configurariam, em fins do século XIX, como a Ilha-polígono Acre. O perímetro inaugural Prata-Amazonas-Atlântico ultimado, à oeste, na grande obra do território colonial luso-brasileiro, foi delineado pelos rios dos atuais estados brasileiros do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Apesar disso, imbuído do eurocentrismo e na construção protagonista das narrativas regionalistas emergentes no século XX, Tocantins (1962) em seu livro “O Acre, Rio Branco e o espírito luso”, afirma que a inserção do atual Acre ao território nacional em 1903 é uma obra finalizadora da herança colonial e uma atitude que legitima e orgulha o legado português ao Brasil.

Tal visão é um dos exemplos dos escritos que são ancoradas em seu tempo e intentos político-literários que cumprem um papel fundacional, inventivo e ufanista para o fortalecimento do pensamento e da prática nacionalista. Demarcam a contradição fundante da anexação acreana diante das práticas de ocupação e de definição territorial. O atual Acre, excluído e imobilizado do eminente Estado brasileiro do século XIX e das investidas coloniais portuguesas, assim como das espanholas de tempos anteriores, é reposicionado como elemento

chave na circunscrição hereditária nacional. O “enorme triângulo”, conforme acentua Lima (1933), passou a ser, portanto, um incremento insular e cateto fundamental da obra triangular brasileira, mediante, obviamente, a efetiva engrenagem na exploração da borracha alinhada a econômica internacional.

2.2. Fragmentos das construções dos sentidos da Amazônia

O objetivo deste subcapítulo é observar, entre os fragmentos de informações, as construções dos sentidos da existência da Amazônia. Observa-se as etimologias e analogias, bem como as imagens e adjetivações, majoritariamente negativas e colonizadoras. Com isso, observam-se os sentidos de vazio e de inexistência que foram moldados, como uma prática colonial do silêncio, para a dedicação daquelas terras “incógnitas”, “desconhecidas”, denominadas atualmente como o Acre. Foram muitas construções dedicadas a essa região, a exemplo de como os incas chamavam esta área: *Antis*, assim como outras construções tanto baseadas na perspectiva colonial, quanto aquelas expressas pelas tradições dos povos originários. Assim, existiriam a “Terra de Canela”, o *El Dorado*, o *Reino de Paititi*, o *Reino de Omaguas*, do *Reino de Ambaya*, *Tierra de las Escaicingas*, Lagoa de Parime e a cidade de Manoa, ou, já no século XVII, Antonio de León Pinelo teria afirmado que “Paraíso Terreno” esteve na Amazônia e que o fruto de Eva foi a *granadilla*, ou o maracujá da colômbia, popular e localmente conhecido (MARTINEZ, 2007). Foi também chamado de “Rio São Francisco”, por causa da descida dos padres franciscanos de Quito, por suas águas, entre os anos de 1635 a 1640, conforme destaca D.Ortiz (1980). Entre esse repertório, são pontuadas algumas das narrativas que elucidam as construções dos sentidos dedicados à Amazônia.

Para tanto, observa-se, primeiramente, que uma das atribuições etimológicas a palavra amazonas. Vem da expressão indígena “amassunu”. Significa, portanto, “ruído das águas, água que retumba” (S. CAMPOS, 2010, p. 135). Outras duas versões etimológicas estão associadas às ideias de presenças femininas atléticas e de atividades bélicas. Tais denominações advêm de experiências paralelas que se estruturam nas ideias colonizadoras e ocidentais. Uma delas é a de que mulheres sobre cavalos com arco e flecha direcionados a ele e à sua equipe, foram vistas pelo explorador espanhol Francisco Orellana (1511-1546), ainda no século XVI, quando ali desenvolveu sua viagem ao rio Amazonas. A navegação das referidas águas ocorreu entre 1541 e 1542, ao longo do referido curso d’água até a sua foz. A esta expedição, registra-se o batismo vigente do rio como o “Rio das Amazonas”, ou “Rio Grande das Amazonas” (TOCANTINS, 1988; F.RIBEIRO, 2005).

Orellana, diante do encontro com aquela imensidão fluvial, utilizou da rememoração do grupo feminino armífero que agiu no Mar Negro, na Ásia, como combatentes da Capadócia, Eram as amazonas que danificavam um dos seios para facilitar o uso bélico do arco nos combates. O viajante espanhol registrou a informação do encontro de mulheres amazonas naquela floresta em exploração. A segunda versão está na identificação de mulheres atiradoras por Gaspar de Carvajal (1504-1584), padre dominicano integrante da equipe espanhola da expedição pelas águas amazônicas, sob a responsabilidade de Gonzalo Pizarro (1502-1548), neste mesmo século. Ambos são reconhecidos como pioneiros na exploração colonial do rio Amazonas, sob a ordem da Coroa Espanhola.

Tocantins (1988) complementa tal assertiva ao escrever que a origem da representação feminina não está apenas nas amazonas asiáticas que ocuparam toda a Europa, mas também tem ascendência nas amazonas africanas da Líbia que, destemidas, atravessaram as águas marítimas. Assim, o uso do termo esteve acompanhado não apenas pela ocidentalização oriunda da obra literária da antiguidade clássica, a *Ilíada*, a essa narrativa. Esteve também acompanhado pelo emprego a um batismo oficial daquele lugar e daquele rio.

Tanto essas como outras perspectivas não fazem parte de uma cosmovisão dos povos originários. Trata-se de olhares exógenos, sob pretextos e intenções exploratórias veladas ou explícitas. O mito fundador da Amazônia brasileira surge com essas e outras possibilidades interpretativas que, contraditoriamente, se distanciam das peculiaridades locais. Schaan (2009a) adverte sobre a história das lendas das amazonas que fez batizar o grande rio, na verdade, é de origem helênica. Diante disso, observa-se em Lima (1933) o destaque para a ideia do “Reino das Náiades”, expressão dionisíaca e feminina das águas do mundo grego trazida para a floresta.

Schaan (2009a) acentua que o uso dessa denominação helênica foi prática colonial espanhola. Ao caso já citado do norte da África com atribuição à Líbia, soma-se outro caso africano proferido pelos portugueses. Em documento cartográfico acerca da “Relação de vários naufrágios” da Coroa Portuguesa na África Meridional, com data a partir de 1647, descreve-se um grande lago onde nasceria o Zaire com povoações em sua margem oriental. Seriam elas: Tacui, Catates e Zeber, no “paiz a que chama das Amazonas”⁸³. Detalha-se a seguinte constatação, ao unir a hipótese de uma existência racial primitiva e anterior à negra com a

⁸³ Relação de vários Naufrágios (manuscritos). Descrição física: 7], 110 [isto é 120], [30] f., enc. ; 21 cm. Seu autor. Publicação: posterior a 1647. Cota: V146, nº737. Biblioteca Pública Municipal do Porto (manuscritos) [sic].

construção da Amazônia já consagrada nas colônias espanholas e portuguesa na atual América do Sul, no século anterior.

Eram talvez os mucassequeres ou outro povo de côr clara (amrello terraz), cujos frecheiros vistos de hoje pelos nossos primeiros exploradores se lhes figuraram “mulheres”, como sucedeu nas margens do rio sud-americano que d’ahí derivou nome⁸⁴.

A permanente estratégia da designação “amazônica”, atenuada por uma narrativa heroica, posiciona as pré-existências nos moldes que os colocam como violentos, aculturados e desalmados. Preceitos estes fundamentais para o amansamento, ocidentalização e cristianização, numa posição receptaria incontestada e naturalizada. É, portanto, o mito fundador em reverberação e reprodução usual nas práticas coloniais.

Embora para aquela região já houvesse a atribuição nominal específica: a “Amazônia” advinda do “Rio das Amazonas”, Orellana se dedicou a uma outra constituição batismal. Ancorado numa transferência toponímica da Espanha, igualmente colonial, de onde “Nova Andaluzia” passou a denominar aquelas terras e águas de recém contato pelos ádvenas. Orellana solicitou à autoridade monárquica à época, os Reis Católicos, Dom Fernando II de Aragão e Dona Isabel de Castela, a responsabilidade sobre essas terras (F.RIBEIRO, 2005).

Todavia, o corotopônimo e cronotopônimo requerido pelo viajante não se fortalece, nem perdura. Se sobressai e chega aos dias de hoje, ainda que tenha a mesma origem colonial, prevalece o etnotopônimo. Portanto, atesta-se que tais batismos são parte de intenções exploratórias do colonizador sobre o colonizado como ideias de selvageria, de inferioridade e de necessidade de intervenção civilizatória. Há um esforço atual de descolonializar os processos investigativos e desnaturalizar as verdades e realidades ofertadas como normais e certas.

Porém, a denominação dessa região internacional contida na atual América do Sul tem origem também em sua linha de força estruturadora da paisagem e de sua geografia natural: o rio Amazonas, forjada por séculos e difundida ao longo do processo de colonização. Conhecido como o “rio-rei” (REIS, 1941), sua condição física organiza uma hierarquia das águas e protagoniza uma bacia complexa. Historicamente em mapas e relatos de viagens mais remotos desde a colonização, aparece com o nome de *río Marañon*, ou *Amazonas*. E esta denominação expressa a ideia de uma *maraña* de rios (ARRUDA et al., 2009). Portanto, braços, meandros, lagoas, ilhas, calhas, rios tributários, entre outros desenhos fluviais criam um emaranhado monumental que definiu modos de vida e possibilidades de denominação.

⁸⁴ *Idem*, p. 119.

É, historicamente, conhecido pelas populações indígenas como o “Rio Grande”, ou “Paranauçu”, segundo F.Ribeiro (2005), numa tradução literal advinda do tupi. O rio Amazonas, entre as suas diversas denominações, recebeu o batismo num misto religioso e geográfico de “*Río de la Trinidad*”, ou “Rio da Trindade”. A origem hierotoponímica e geomorfotoponímica está na sua geografia física, constituída por uma estrutura insular na sua entrada marcada por três ilhas (MUÑIZ, 1998).

Dada a sua importância histórica e grande dimensão física, as adjetivações alegórica e simbólica alimentam as imagens e apropriações do rio como a “calha-máter”, a “estrada líquida”, o “rio-mar” e a “grande calha” (MAIA, 1978). Ou, para o espanhol Vicente Yáñez Pinzón (1462-1514), em sua chegada a foz do rio Amazonas em fevereiro de 1500, aludido por Tocantins (1988), ali estava o “*Río Grande de la Mar Dulce*” ou “*Santa Maria de La Mar Dulce*”. Ou das características ofídias e da monumentalidade infinita inalcançável e indomável, localizada pela orientação magnética: “o lombo daquela serpente aquosa e de meandros sem fim”, a “natureza tropical desse Sententrião” e “a paisagem sonolenta e indômita da Amazônia sem fim” (MAIA, 1978). A Amazônia, nascida do “espreguiçamento dos Andes”, dessas terras, que careciam do gestos coloniais ultimadores, onde os portugueses quiseram “concluir o Genesis desta terra inacabada” (SIMÕES, 1916, p. 36, [sic])

Além das mulheres amazonas, há, pelo menos, merecem destaque outros dois mitos fundadores na perspectiva colonial, especialmente a espanhola. São o *El Dorado* e o “País da Canela”. O primeiro se refere a uma riqueza aurífera imensurável contida nas florestas amazônicas concentrada numa cidade perdida. Essa história alimentou uma série de expedições exploratórias dos colonizadores em busca da riqueza mineral. Na região das terras baixas do rio da Trindade, foram identificadas diversas ilhas pelos pioneiros viajantes, com ocupação dos povos originários menos densa nas bordas fluviais. Essas populações apresentavam produção cerâmica e os seus ídolos eram vestidos de plumagem com adereços nos braços, joelhos e panturrilhas. Trata-se do *Señorio de Omagua* (MUÑIZ, 1998).

Outras figuras oníricas e auríferas, sob narrativas similares povoaram o imaginário explorador dos ádvenas nesse período. A busca do *Rey Dorado* começou ainda no século XVI, quando os viajantes espanhóis descobriram a seringueira e o uso do látex, marca um desses fatos (FERNANDEZ, 1958). Outra está na existência do *el gran Paititi*, do rei e da terra dourados, que seria localizado na região leste do Peru. Contudo, dessas relações míticas auríferas edificadas no período de ocupação colonial e espanhola, sob a apropriação das

histórias indígenas para a cidade dourada, Araújo (1998, p. 75) destaca que, de fato, havia “uma real ligação, através do rio, com o ouro menos fantasioso das regiões andinas”.

Expedições emblemáticas marcam o início do processo de ocupação colonial da região amazônica. Muñiz (1998) apresenta a existência de grupos, tanto vulneráveis e de estratégias erráticas que encontraram imediatamente a morte, quanto expedições organizadamente estruturadas, munidas de alimentação e de instrumentos de proteção que penetraram aqueles rios amazônicos. A busca inicial estava amparada pelo ouro que, para o autor, era uma prática reprodutora do arquétipo do mito das Índias. Esse início se situava entre as bacias do rio Orinoco e do rio Amazonas e deu sentido à origem dessa ocupação movida pelo *El Dorado*. Os espanhóis foram instigados pela cobiça dedicada às riquezas minerais e às especiarias, que acreditavam encontrar naquela imensidão da floresta.

Deste modo, a outra investida para ocupação colonial da Amazônia se estruturou pelas buscas exploratórias das chamadas “drogas do sertão”. Correspondem às riquezas da flora nativa dentro da biodiversidade apresentada. Serviriam para os usos domésticos de alimentação, de condimentação e da farmacopeia. Entre elas estavam o cravo, a canela, o urucum e a baunilha (REIS, 1956). Daí, um dos nomes específicos ser atribuído para a Amazônia. Ficou conhecida como o “País da Canela”. O segundo está também ancorado na exploração das riquezas naturais. A fonte extrativista da prática agrícola era ansiada nas terras ricas pela biodiversidade, ora imaginada, ora constatada desde os primórdios da exploração colonial. Daí, imaginava-se que, além da canela, outras especiarias seriam facilmente encontradas e extraídas das florestas densas e abundantes. Por conseguinte, alimentariam a circulação econômica internacional, na rede comercial junto às novas colônias do além mar.

Especificamente acerca da presença colonial portuguesa na região amazônica, ocorreu através de duas frentes. A primeira se refere às bandeiras, por via terrestre ou pelos rios, com o intuito de apropriação e de reconhecimento territorial. A segunda frente é chamada de “bandeiras científicas”, compostas por militares e cientistas que identificavam fontes de exploração e novas riquezas naturais para transformá-las em riquezas monetárias e a instalação da agricultura extensiva. Isso se fortalece no Século das Luzes, o XVIII (DOMINGUES, 1991). Esta perspectiva foi alimentada por um discurso em Portugal. Havia a necessidade de desprendimento das práticas mineradoras onerosas em que os vizinhos espanhóis cresciam. O interesse lusitano se voltava à primazia pela cultura agrícola na colônia continental, após o Consulado Pombalino, conforme se vê a seguir.

O homem pode viver sem ouro, e até mesmo sem vestidos, taes são os Indios do Brazil, mas como ninguém pode viver sem alimentos, necessariam te a Nação Agricultora, eq mais abundar dos generos de primeira necessidade, será sempre relativam te amais rica, e dela serão todas dependentes.⁸⁵

A invasão portuguesa na Amazônia deu-se pela busca do “ouro vermelho”, um termo análogo às riquezas minerais que outras colônias europeias conseguiam em suas explorações circunvizinhas ou em outras partes do atual continente americano. No caso brasileiro as populações originárias foram subjugadas ao sistema dos Capitães das Aldeias, quando engrenados no extrativismo e na produção em larga escala. O objetivo era transformar as populações originárias e as trazidas, forçosamente, da África, em mão-de-obra local em busca das “drogas do sertão”. Este processo escravagista também serviu para a subordinação e disseminação da prática religiosa e a estruturação dos assentamentos coloniais. Além disso, serviu para a exportação escrava para outras colônias lusitanas (FREIRE, 1994).

De um lado e num dado momento histórico, o rei de Castela, Carlo V, batizou as terras apropriadas da Amazônia e doadas a Orellana como Nova Andaluzia (FREIRE, 1994). Pela perspectiva portuguesa, a Amazônia foi rebatizada para Feliz Lusitânia, na divisão das Capitânicas Hereditárias de 1534, quando da chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco. Cabe destacar que nesse período o mundo ibérico estava unificado (1580-1640) (FREIRE, 1994).

Especificamente ao Acre, muitas são as analogias de denominação e de simbolismo traçadas para a compreensão, posse, disputa e esquecimento dessa região. Neste subcapítulo são reunidas e analisadas algumas menções, e não denominações oficiais, que constroem os sentidos acerca da configuração territorial e de imagem deste rincão. Em algumas situações, chega-se ao esplendor do lirismo para escrever sobre o dito território como elemento feminino, imaculado, ou libidinoso e de iminente descortino dos seus desejos mais lascivos e de sua propínqua desonra. Verifica-se, a partir das reflexões de Certeau (1982) que evidencia metaforicamente o encontro do descortinado corpo da mulher e da alusão aos processos de invasão e de invenção dos lugares colonizados à ideia do gênero feminino como um deserto e sertão, do selvagem e diabólico. Ou, como versa Dussel (1993), naquilo que necessita, pelo gesto colonizador, do des-cobrir e en-cobrir. Assim, desde a escala entre continentes do

⁸⁵ ([sic] p. 1) Discurso sobre o estado actual das Minas do Brazil, dividido em duas partes. Na primeira mostra-se q as Minas do ouro são prejudiciais a Portugal, não só pelo muito q ja hoje o Estado perde nelas, mas tambem pelos muitos braços, q ellas tirão a Agricultura. Na segunda apontão-se os meios de se aproveitar a Agricultura do continente daz Minas, q aliaz he já perdido para o ouro. Cota nº464. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Porto, Portugal (manuscritos).

autodenominado “Velho Mundo” sobre o forçosamente batizado “Novo Mundo” até a escala intrarregional, verifica-se tais violências. Ao Acre, portanto, não fugiria dessa perspectiva, ao ser associado a uma

(...) moça e núbil, trazendo ainda na rigidez dos seios – pequenas colinas que aqui e além foram desabrochando numa viçosa puberdade deste corpo opulento, pleno de palpitante juventude, de Venus Amazônica – o mistério das carnes invioladas (SIMÕES, 1916, p. 43, [sic])

Esta construção da imagem e estado ratifica a ideia de lugar a ser inventado pelo contato de quem o vê e, assim, o cria. Transfere-se do machismo em nível social à perspectiva devassável do território do Acre, porque, estrutural e secularmente se praticou e se pratica essa visão preconceituosa. Daí, tal qual a misoginia se naturaliza como prática relacional, as terras avulsas passariam a ter ordem, posse e utilidade após o defloramento colonizador. Outras nomenclaturas advêm de uma orientação geográfica a partir do olhar dos brasileiros dentro do Brasil. Destarte, sob a alcunha de “Deserto Ocidental”, o Acre é pavimentado pela ideia de vazio e terras alheias a uma realidade, no extremo poente do país. É, também, o encontro das ideias de vazio com o vazio já de conhecimento em experiências anteriores nos Estados Unidos da América: o faroeste. Noutros escritos, a mesma coordenada, V.Oliveira (1992) expressa a conquista finalizadora desse ponto cardeal brasileiro e da completude do território nacional, ao designar o Acre como “o último oeste”. Ou, como obra inacabada na perspectiva bíblica e euclidiana da finalização da obra por ser escrita, a do “Gênese” (R.CAVALCANTE, 2014).

A identificação do Acre, já no fim do século XIX, emergia como uma existência representava também a possibilidade de recuperação dos mitos fundadores dos colonizadores sobre aquela região, a Amazônia. As terras acreanas seriam as “esperanças do Eldorado” (R.CAVALCANTE, 2014), para, enfim, se consagrar o anseio incessante dos exploradores que justificavam por séculos os caminhos ali traçados. Há, ainda, os vínculos patrióticos e ufanistas alicerçados em defesas de identidades e um reforço, ainda que seja no microcosmo, da existência do Acre como uma herança. Assim, é visto na obra de R.Cavalcante (2014), o Acre como uma obra fundamental dos cearenses, um legado dessa população migrante. Outros sentidos àquelas terras foram lançados. As perspectivas de isolamentos como áreas, praticamente, inacessíveis e distantes da “civilização” são notórios. As ideias de “sertão”, de “oeste”, de “deserto”, de “hinterlândia amazônica” (REIS, 1941) são alguns tons das analogias e de intitulações que estruturam os discursos e percepções.

As construções das imagens para uso e apropriação exploratória do processo colonial estabeleceram noções hierarquizadoras dedicadas às pré-existências. Foi vista no

capítulo anterior a configuração geomorfológica e a relação com o homem para a constituição da Amazônia, em especial no Acre, ao afirmar que por milhares de anos aquelas terras foram densamente ocupadas. Agora, buscam-se os outros sentidos, a partir das práticas colonialistas e imperialistas atribuídos a essa região. A força manipuladora para controle das riquezas ali vivenciada fez perpetuar visões etnocêntricas, mesmo em práticas mais recentes sobre aquela região, já em pleno século XX. Por exemplo, N.Dias (1968), ao tratar desta pauta, refere-se a Amazônia como uma “terra semimorta”. Afirma que a presença humana (os ádvenas) do período colonial com a investida agrícola em larga escala para a exploração econômica dessa região se configurou como um ato emancipatório. Ou seja, “humanizou-se a paisagem”.

Nas pontuações aqui expostas não há a intenção de um retrospecto e uma cronologia sobre as investidas de identificação, chegada e exploração dos ádvenas sobre a atual Amazônia, pois foge dos objetivos desta tese. Aqui há a intenção em evidenciar as construções das imagens coloniais, seja por uma analogia de permanência arquetípica, seja por uma estratégia exploratória da empresa colonial.

Com isso, torna-se evidente a incompatibilidade das denominações e representações relacionadas às inexistências humanas anteriores às investidas coloniais. A negação como estratégia do esvaziamento é, automática e contraditoriamente, a afirmação de uma pré-existência. O silenciamento e a invisibilidade produzem ruídos e imagens que fogem do controle colonial. Durante as leituras bibliográficas e das fontes históricas, muitos adjetivos foram dedicados aos povos originários: “infieis”, “selvagens”, “aborígenes”, “silvícolas”, “incultos”, “brabos”, “indiadas”, “desalmados”, “sub-humanos”, “bárbaros”, “quase humanos”, “antropoides” etc.

Todas abundam em cartografias que não mapeiam, ou estabelecem ali “terras ignotas”, “lugar desconhecido”, “não habitado”, “terras não ocupadas” e “terras desconhecidas”, “terras não exploradas”, “incultas regiões” ou em textos que categorizam aquelas terras como “inferno”, “paraíso perdido”, “inferno verde”, “confins”, “sertão”, “deserto”, por exemplo. Tudo isso é marcado pelas violentas construções de outridade. Com um viés puramente exploratório colonial, busca-se apagar as múltiplas realidades ali encontradas e edificar o novo como pedra fundamental, nascido, automaticamente, pelo contraditório gesto inaugural.

“Monstros”, “demônios”, “monumentalidade inalcançável”, “fantasmas”, “mistérios”, “lendas” e demais construções simbólicas ocidentais passam a povoar essas áreas, já rica em diversas cosmovisões ali extintas ou silenciadas, desde então. Sentimentos de

“isolamento”, “insólito”, “solidão”, “insônia”, “insalubridade”, “morbidez”, de “pesadelo”, num lugar que é tido como uma “armadilha”, “purgatório”, “infinito”, “indômito” alicerçam a edificação desse Outro, habitante suspeito do deserto das matas, conforme ensina Le Goff (1989), deste sertão com o outro geográfico, ensinado pelos escritos de Moraes (2003). Uma invenção naturalizada do vazio geográfico e, sobretudo, humano: pagão, acéfalo e, especialmente, improdutivo, que resulta numa permanência dessa construção social de uma realidade, sob domínios e forças impostas, até os dias atuais.

O historiador Gerson Albuquerque propõe a “demolição” da ideia cristalizada de Amazônia, ao dizer que:

Amazônia, Amazônias, Pan-Amazônia, amazônicos, amazônidas, cultura amazônica, identidade amazônica, entre tantos outros seus derivados não podem continuar sendo adotados de forma ingênua como significantes que encontram referentes em mundos reais, seja lá o que isso signifique. São antes de qualquer coisa significantes problemáticos, significantes que precisam ser pensados e interrogados no presente, interrogados sobre suas possibilidades e impossibilidades de representar alguma realidade no mundo secular que habitamos (ALBUQUERQUE, 2019, p. 14).

O mesmo autor, num ensaio dedicado ao neologismo Amazonialismo, o define como

(...) um conjunto de ‘conhecimentos’ ou narrativas que inventa, descreve, classifica, cataloga, analisa de forma supostamente objetiva e mesmo científica a ‘Amazônia’, produzindo-a como um lugar no mundo da expansão dos impérios e do imperialismo: uma ‘Amazônia’ ou a ‘Amazônia’, grafada pela escrita de distintos viajantes desde o advento da ‘modernidade’ (...) (ALBUQUERQUE, 2016, p. 78)

Esta denominação é, portanto um termo “inventado como parte do projeto colonial-moderno, que difundiu a noção de vazio para sonhar cartografias e inventar regiões essencializadas” (*Idem*, p. 78). Ao encontro de seus escritos, esta tese se envereda e traça caminhos nos diálogos decoloniais, em fluxos multifacetados, interculturais numa busca revisionista sobre as insuspeitas edificações do vazio cartográfico, por conseguinte, demográfico, da região atualmente acreana, durante o período colonial neste capítulo.

2.3. As Coroas Portuguesa e Espanhola e a mobilização ibérica na Amazônia: a instituição da inexistência do atual Acre

Neste subcapítulo, são analisadas algumas das configurações geopolíticas e as práticas coloniais das possessões das Coroas Portuguesa e Espanhola na atual América do Sul. Especificamente se delinea uma abordagem no recorte geográfico, a partir da Amazônia, em

especial, a atual porção sul-ocidental brasileira. É, em exatidão, a região entre os Andes e os grandes vales amazônicos, configurada pelas cabeceiras dos rios e conhecida também como a Alta Amazônia.

Reis (1956) observou em sua obra os fluxos coloniais na grande floresta. Os espanhóis desceram, através do atual país Equador e penetraram nessas paragens. Do lado português, foi iniciada a ocupação colonial pela foz do rio Amazonas, entre os atuais estados do Amapá e Pará. Desse início do percurso exploratório, houve muitas ações (e falta delas) que emolduraram o atual Acre como um grande vazio e uma inexistência diante da gana pela apropriação colonial. A este subcapítulo articula-se o posterior, onde se pontuam os diversos acordos diplomáticos materializados em Tratados que criaram as regras, ou ao menos, as intenções para tê-las, sobre os domínios monárquicos da Amazônia.

O atual Acre já pertenceu à Espanha: o caso do Vice-Reinado do Peru

No caso do atual Acre, a exploração massiva pelos ádvenas tem registros recentes, datados apenas a partir da segunda metade do século XIX. Porém, ainda no século XVI, o rio Purus, também chamado “Cuchivara” ou “Yanapuay”, foi localizado pelos exploradores coloniais em 1536, representados, posteriormente, na obra escrita do Padre Cristóbal d’Acuña (B.CASTELLO BRANCO, 1960). Tanto o Purus quanto o rio Juruá tiveram, a partir do acesso permitido pelo grande leito do Amazonas, massivas suas subidas iniciadas pelos colonizadores na primeira década dos anos de 1800. Para Moscoso (2008), havia o interesse espanhol de se abrir uma rota fluvial conectando a Espanha ao mar pelo rio Amazonas. Portanto, desde o século XVII havia explorações pontuais e isso, para o autor, acentua o verdadeiro e dedicado ímpeto sobre a região amazônica.

A impulsão destes deslocamentos se deu pelas renovadas e incessantes buscas às “drogas do sertão”, pelo novo *Eldorado*, entre tantas outras construções que alimentavam o imaginário e a fome exploratória dos estrangeiros, aqui já aludidos. Simultaneamente, nos primórdios dos Novecentos, havia a preparação das independências das colônias hispânicas e lusitana nesta América. Uma das explorações mais ecoadas data já no período compreendido entre 1864 e 1865, foi a subida dos rios Purus e Aquiry (ou Acre), realizada pelo inglês William Chandless (1829-1896) (REIS, 1941; ISHII, 2011).

A organização administrativa da Coroa Espanhola em suas colônias na América funcionou, inicialmente, pela instituição de dois Vice-Reinados, depois acrescidos de mais dois. No total, havia o da Nova Espanha, entre 1532 e 1821, correspondente atualmente a países da

América do Norte (EUA) e Central (do México até a Costa Rica). A sua capital era a Cidade do México. Havia o de Nova Granada, referente ao Equador e à Colômbia; o de Rio da Prata, que incluía a Argentina, o Uruguai e o Paraguai atuais e, por fim, o Vice-Reinado do Peru, correspondente aos atuais países Peru e Bolívia.

Existiam, ainda as Capitânicas-Gerais: Chile, Guatemala, Venezuela e Cuba. Especificamente ao Vice-Reino do Peru, data de 1526 a chegada dos espanhóis. Foi estruturado inicialmente em três Audiências Reais que funcionavam como unidades administrativas junto a Coroa Espanhola. Eram a Audiência dos Reis de Lima; a Audiência de La Plata e a Audiência de Santiago do Chile (MENEDEZ, 1860).

Figura 4 - Mapa dos Vice-reinos espanhóis na América Colonial



Fonte: Adaptado de História On-line⁸⁶ (Elaboração: Igor Pedroza)

⁸⁶ <https://historiaonlinesite.wordpress.com/2016/10/28/vice-reinados-america-espanhola/>. Acesso em 06.12.2019

Constata-se que o perímetro da Audiência dos Reis de Lima, do Vice-Reinado do Peru, continha as terras do atual Acre. Este pertencimento passivo aconteceu até o ano de 1776 e a região era conhecida também, à época, como Alto Peru. Por muito tempo, a área do atual Acre esteve inserida no perímetro da Audiência Real de Charcas conforme evidencia CARNEIRO (2016b). Cabe destacar que, de acordo com Goes Filho (2013), praticamente o Vice-Reinado do Peru, correspondia a uma unidade apenas na atual América do Sul sob a posse espanhola durante os primeiros anos de ocupação colonial, entre 1543 e 1776. Apesar deste panorama, é preciso evidenciar o uso e a manipulação das informações cartográficas, capazes de materializarem as forças de disputa e de usurpação conforme alerta Bueno (2004; 2011). O registro desses perímetros, na prática, se distanciava dos acordos e memoriais descritivos oficiais.

Além deste perímetro inaugural do mundo hispânico na ocupação colonial, aqui são identificadas outras temporalidades e investidas de posses, tanto do lado espanhol, quanto do lado português. Embora houvesse uma disputa virtual e abstrata com sobreposições ou ausências de definições dos limites, tais práticas (e ausência delas) compuseram as imagens de vazios, de inexistências atribuídas ao atual Acre.

O atual Acre já pertenceu a Nova Granada: os “Estados Unidos da América do Sul” e quase seria a Colômbia?

No ano de 1717 com o estabeleceu-se do novo Vice-Reinado, denominado de Nova Granada, ou *Virreinato de Nueva Granada*, foi destituída a concentração de poder colonial em Lima, no atual Peru. Funcionou sob o regimento monárquico dos Reis Filipe V (1700-1746) e Fernando VII (1800-1819). A administração local foi realizada pelos Vice-reis Antonio Ignacio de la Pedrosa y Guerrero (1718-1719) e Juan de la Cruz Murgeon (até 1821).

Tinha a sua sede administrativa em *Santa Fé de Bogotá*. Correspondia ao que atualmente se tem como países do Panamá, da Colômbia, da Venezuela e do Equador. Foi extinto temporariamente em 1723 e retomado no ano de 1759. Com a independência em 1811, Nova Granada passou a chamar-se Grã-Colômbia e só almejou a constituição da República da Colômbia em 1819, após vencer a resistência espanhola (GOES FILHO, 2013).

As renovadas composições coloniais do mundo hispano-americano culminaram nos perímetros dos Estados Nações. Goes Filho (2013) indica que os atuais países Peru e Bolívia estiveram na iminência de incorporação à nova configuração geopolítica e federativa. Teria a formação conjunta ao que continha o, até então, Vice-reinado de Nova Granada, e se chamaria

de “Estados Unidos da América do Sul”. Esta proposição de unidade federativa estava nos anseios políticos de Simón Bolívar (1783-1830), político e militar venezuelano responsável pelas articulações de Independência em parte da atual América Latina. A sua proposição perdurou entre 1819 e 1830 e foi chamada também de “Federação Andina”, “Federação Boliviana” ou “União Boliviana” (GOES FILHO, 2013).

Com isso, vê-se que

(...) as três unidades da Grã-Colômbia estavam separadas e com sérias divergências de limites, algumas persistentes até hoje. A Bolívia apartou-se de Buenos Aires, conservando, como nação independente, dúvidas sobre sua fronteira amazônica com o Peru, derivadas da imprecisão das cédulas espanholas que delimitavam, no interior do Vice-Reinado, a Audiência de Charcas. E o Equador, independente, julgou-se herdeiro da província de Mainas, lindeira com o Brasil, e passou a disputá-la com o Peru. A situação tinha sua complexidade aumentada com as alternâncias de soberania sobre as terras amazônicas (GOES FILHO, 2013, pp. 24-26)

A nova proposição geopolítica não durou muito tempo. Havia uma ebulição emancipatória, nacionalista e de exercício da soberania ansiada pelos múltiplos interesses entre as esfaceladas ex-colônias espanholas, consolidadas no ano de 1830, conforme observou-se no quadro citado anteriormente.

O atual Acre já pertenceu a La Plata: seria parte da atual Argentina?

Em 1776 foi instituído pelos espanhóis o Vice-Reinado do Rio da Prata, ou *Virreinato del Río de la Plata*. Corresponde, à época, ao Paraguai, à Audiência de Charcas, que era conhecida como Alto Peru, além da *Banda Oriental del Uruguay*. Atualmente é equivalente aos países da Argentina, Paraguai e Uruguai, assim como alguns trechos territoriais da Bolívia e do Brasil. Sua sede ficava em Buenos Aires. Foi criado para o enfrentamento da expansão portuguesa que se direcionava ao sul e evitar o fluxo de contrabando pelo oceano atlântico nesta área (GOES FILHO, 2013; CASTRO, 1998).

Esta configuração perdurou até 1816, quando houve a dissolução em função da independência das unidades administrativas e a criação das “Províncias Unidas do Rio da Prata” ou “Províncias Unidas da América do Sul”. A jurisdição colonial espanhola tornou-se responsável pelas terras que compreendem hoje o Acre. Ainda em 1811, esta configuração geopolítica que deu origem ao atual país Argentina, desmembrado do Alto Peru em 1825, incluía o Acre (CARNEIRO, 2016b).

As terras e gentes do “Acre” diante da ocupação portuguesa na Amazônia

A reversão do sertão amazônico, obra colonialista, acontece, num primeiro momento, pela exploração extrativista das riquezas naturais. Porém, o segundo passo, o da apropriação territorial para a produção agenciada em larga escala, foi o que contribuiu de fato para a engrenagem da empresa nesta área de densas florestas e extensos e caudalosos rios. Deste modo, segundo N.Dias (1968), os produtos tropicais ali encontrados e as culturas agrícolas implementadas elevaram as relações imperiais das Coroas Portuguesa e Espanhola com o próprio Oceano Atlântico, como também com o Báltico, o Mar do Norte e o Mediterrâneo. A lavragem de terras extensas com o cultivo de arroz, algodão, cacau, café e demais produtos comerciais de exportação reconfiguraram a calha do grande Amazonas, as terras baixas, sua foz, o Marajó, entre outras áreas exploradas na grande floresta.

Especificamente em relação à ocupação colonial portuguesa na Amazônia, Freire (1994) acentua que os primeiros setenta anos dessa presença na região do Delta do Amazonas, na Ilha do Marajó e no Baixo Amazonas foram suficientes para dizimar as populações indígenas que ali viviam. Esta constatação estimulou os colonizadores a ultrapassarem o limite entre as Coroas acordado em Tordesilhas. Os portugueses, portanto, avançaram as suas frentes exploratórias e atingiram até onde, hoje em dia, praticamente se reconhece como fronteira brasileira.

Tais entradas eram estimuladas pela necessidade do encontro de maiores grupos indígenas, de sua mão-de-obra servil subordinada à prática colonial e da exploração de suas riquezas: culturais, materiais, naturais, intelectuais etc. Foi exatamente aquilo que Reis (1956) evidenciou em sua denominação sobre as investidas portuguesas na Amazônia e sua expansão à oeste de Tordesilhas: uma “empresa espiritual, econômica e política”.

A dilatação ocidental concordava com a prática colonial diante da União Ibérica, ocorrida entre 1580 e 1640. A leste do Meridiano de Tordesilhas, ocorria uma jurisdição indireta da Espanha, enquanto que, a oeste, permanecia sob a posse hispânica desde a decisão tratadística de 1494, agora a partir do domínio do reinado das dinastias espanholas do momento da referida fusão monárquica (F.RIBEIRO, 2005). Todavia, Portugal avançou expressivamente a ocupação na Amazônia, para além da foz do grande rio, onde a linha reta do século XV delimitava as possessões. Em 110 anos, entre o fim da União Ibérica (1640) e a assinatura do Tratado de Madri (1750) aquelas terras tinham uma consolidada ocupação lusitana. Enquanto isso, a Espanha ocupava-se com a exploração das civilizações asteca, maia e inca noutras

porções territoriais da América. Ademais, os Andes imprimiam um grande entrave físico para a ocupação da Amazônia Espanhola Colonial.

Assim, no caso da Coroa Portuguesa, as Capitânicas do Norte passaram a ser usadas pelas estratégias ultramarinas de ocupação e de exploração do Marquês de Pombal, ainda no século XVIII. Diante desta realidade e intenção metropolitana, houve a criação dos Estados do Grão Pará e do Maranhão, ainda na segunda metade dos Setecentos. Tal processo geopolítico marcou, fundamentalmente, o início da importância da ocupação, por conseguinte, exploração colonial nessa região (N.DIAS, 1968).

Em 03 de março de 1755 foi criada a Capitania de São José do Rio Negro. Sua sede administrativa seria na Vila Nova de São José do Javari. Porém, o capital general do exército português Mendonça Furtado, sob a responsabilidade de administração colonial, a transferiu para a margem do Rio Negro, no lugar chamado de Mariuá, depois, chamado Vila de Barcelos. Ainda em 1772, o Estado do Grão-Pará foi dividido e criado um segundo, dele desmembrado, chamado de Rio Negro (F.RIBEIRO, 2005).

Foram construídas diversas estruturas de defesa na Amazônia num contorno norte-oste-sul para definir nova fronteira colonial. Entre as fortificações erigidas nesse processo, destacam-se o Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga, de 1776, onde hoje está situado o estado brasileiro do Amazonas, e o Forte Príncipe da Beira, de 1778, correspondente ao atual estado brasileiro de Rondônia (CAMPOS, 2004; S.CAMPOS, 2010). Exatamente entre essas duas obras militares da Colônia Portuguesa na Amazônia existe um vazio, não demarcado, que sugere o não conhecido, dos colonizadores na cartografia do período.

Corte-Real confunde a região acreana com as vizinhanças mineradoras e a coloca numa posição extrativista colonial. Além disso, registra uma preocupação em tornar o caso do Acre como um desencadeamento hereditário da obra portuguesa. Percebe-se, portanto, que o equívoco dedicado à constituição das riquezas naturais daquela região está amparado por uma lúcida opção da narrativa que endossa o legado defensivo da unidade territorial e da contribuição das bandeiras. Com isso, diz que

Quanto aos problemas relativos ao território do Acre, por se tratar de região de ouro e da pedraria tornou-se muito disputada. Desde a expedição de Pedro Teixeira, em 1640, nos apercebemos do interesse daquela região para a coroa portuguesa, pois nela transitavam, com muita frequência e determinados intuitos de posse, bolivianos e peruanos” (CORTE-REAL, 1979, p. 187).

O que se constata é que não havia interesse premente sobre aquelas terras por parte da Coroa Portuguesa, porque, de fato, não havia conhecimento factual sobre a sua existência.

Reis (1956) informa que os cientistas navegaram livremente pela Amazônia e que esta liberdade evidencia o desinteresse de Portugal e Espanha, posteriormente, dos países fronteiriços, naquelas terras.

As Missões Religiosas e a concepção e definição territorial colonial na atual América do Sul: o “Acre” como uma terra proto-pagã que não compunha a Obra Divina

A ocupação colonial da Amazônia advém, como a própria origem das investidas ibéricas desde o fim do século XV, de uma perspectiva associada ao espírito renascentista e mercantil, mas também teve base religiosa. A dimensão desta última faceta da presença dos ádvenas merece destaque na macrozona de estudos. Destaca-se, sobretudo, a presença dos franciscanos. Diante da fé religiosa os colonizadores fundamentaram suas práticas sob a égide cristã, católica apostólica romana.

Em suas devidas proporções e peculiaridades em séculos posteriores, a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto nos EUA edificaram e justificaram muitas anexações territoriais àquele império metropolitano industrial alicerçados em propósitos religiosos igualmente cristãos na realidade estadunidense. Desse modo, a iluminação divina orientou os colonizadores para uma missão e salvamento, através da aplicação casada da evangelização com a tutela cívica e patrimonial imposta. Seja pela lei divina, inquestionável e irrevogável, seja pela lei dos homens auto atribuída e, principalmente, pela ausência dela, os religiosos estiveram em massa nessa macrorregião que bordeava o atual Acre.

Arbesmann (1945), informa que os Franciscanos iniciaram suas atividades em 1631 no Peru. Porém, para as terras de *Montaña* e do “Oriente dos Andes”, onde está a floresta amazônica, as ocupações missioneiras ocorreram ao longo do rio Ucayali, ainda foram do que hoje se reconhece como o Acre, para a cristianização e “civilização” dos índios “infiéis”. O autor apresenta as dificuldades da geografia física e os violentos índios como limitações dos avanços. Segundo Azcui (1924), os franciscanos chegaram na região do atual Noroeste boliviano apenas em 1750. Fundaram missões em Apolobamba e atingiram os rios Abunã, Madre de Dios e Tahuamanu.

No que se refere a presença missioneira na Amazônia, Medina (1953) qualifica a natureza como hostil, em especial o clima, para a população exógena. Tal constatação serve como justificativa de freio para o avanço das monarquias ibéricas. Assim, as peculiaridades do meio ambiente amazônico serviram como barreira para a penetração da força missioneira na floresta, no momento inaugural da chegada dos colonizadores. De um lado, as transformações

e emaranhamentos da densidade da floresta se potencializavam com a subida dos rios, para os portugueses. Do outro lado, a travessia andina já antecipava um outro entrave natural para os espanhóis, que ali chegaram pela costa do oceano pacífico.

Ainda no primeiro século de ocupação da América do Sul, precisamente entre 1532 e 1600, observou-se que a porção do atual Acre estava contida nas divisórias dos Bispados de La Plata, de Cuzco e do Arcebispado de Lima (central), segundo a localização dos *Obispos y Doutrinas Seculares* (MEDINA, 1953). Noutra informação, acerca das *Fundaciones de la Compañia de Jesus*, entre 1532-1600, percebe-se um grande vazio pontuado apenas com uma indicação dos Pilcozones. Trata-se de uma denominação que se atribuía aos atuais povos Ashaninka, na região fronteira do Acre. Segundo consta na legenda, tratava-se de missões de “infiéis” (MEDINA, 1953). Verifica-se, portanto, o carácter meramente abstrato e projetivo, sem indícios de presença factual das ordens religiosas na região em apreço, à época.

Havia um cordão de força exploratória de variadas origens que convergiam para as terras do atual Acre, mas que não alcançavam os seus rios e floresta. Com isso, se constituía um desenho coletivo, marcado por uma rivalidade e disputa passiva. As ações indiretas que tangenciavam o atual Acre eram compassadas, por um lado, pela Espanha desinteressada e ilhada pela cadeia de montanhas. Por outro lado, o ritmo impresso por Portugal que, apesar da sua gana expansionista, não conseguia alçar aquilo que moldavam, conjunta e indiretamente como inexistente e vazio. Ao caso luso-brasileiro, cabe ressaltar as frentes expansionistas que ocupavam, desde o atual sudeste brasileiro, até as regiões correspondentes aos estados de Goiás, Mato Grosso. Além disso, houve outro vetor de interiorização orientado pelo rio Paraguai que seguia em direção ao Peru (RIO-BRANCO, 1953).

Mais enfaticamente, torna-se importante salientar que havia uma força no sentido sul-oeste que atingia o atual estado brasileiro Rondônia e os rios Guaporé, Madeira, Mamoré, Abunã, por exemplo. Havia também outra frente, partida da margem direita do rio Amazonas, que buscava descer a região através das subidas e penetrações das águas dos rios Javari, Purus e Juruá. Ou seja, ocorriam fluxos convergentes para atingir o que hoje se conhece como o Acre. Contudo, constata-se que não houve uma ocupação efetiva nessa região no período colonial por parte das coroas ibéricas. Segundo Rio-Branco (1953), os portugueses, através das bandeiras e dos missionários penetraram num Brasil que desinteressava à Coroa Espanhola, com foco apenas em possuir Colônia. As porções de terra acessadas pelas subidas, a partir da margem esquerda do Amazonas, eram cobertas por uma dilatação expansionista da Coroa Portuguesa.

Os padres da Ordem dos Franciscanos criaram as Missões de Apolobamba, que abrangia também o que hoje corresponde ao Acre, com a ordem de São Francisco de *los Charcas*, dedicada à região (JORDÁN, 2001; Reis, 1941). Esta Ordem se caracterizava pela organização, independência, geração de suas próprias unidades e praticavam a sistematização de suas informações em manuscritos, ou publicações, além de cartografias mediante a sua atuação. Do lado da ocupação portuguesa, outra Ordem era a dos Carmelitas que atuava na Amazônia. Na região do rio Madeira foram os Jesuítas junto aos espanhóis que iniciaram a prática colonizadora.

Os Jesuítas focaram na produção de informações e de suas publicações após a sua expulsão em 1767 da atual América do Sul, apenas (ARBESMANN, 1945). Os jesuítas foram expulsos pelo Rei Carlo III e as províncias das missões de Mojos e Chiquitos arruinaram, o que inviabilizou a expansão ao norte em direção aos atuais rios acreanos. Havia a intenção peruana de criar uma jurisdição sobre essas áreas com os governo militar em Santa Cruz e a gestão política e civil em Charcas (TOCANTINS, 1992). Para D.Ortiz (1980), as missões franciscanas e jesuíticas foram uma grande arma silenciosa em defesa do expansionismo português na área firmada como espanhola. A região do Oriente boliviano e peruano, já no século XIX, onde parte corresponde ao Acre de hoje, era parcialmente conhecida pelos jesuítas e franciscanos nas missões que já orbitavam desde tempos coloniais (JORDÁN, 2001; TOCANTINS, 1992).

2.4. Os Tratados no Período Colonial e os desenhos do vazio e as práticas para a inexistência

O casamento do poder monárquico com o eclesiástico definia a existência administrativa e civil das metrópoles representadas, em específico, pelas Coroas Portuguesa e Espanhola. A Igreja e o Estado, neste contexto, forjaram na Europa diversos arranjos territoriais e possessões diante das terras e gentes em processo de colonização. Boa parte foi construída unicamente pelo caráter especulativo e à distância, sem conhecimento efetivo das realidades almeçadas. A abstração colonial pautava geografias fundiárias e patrimoniais que esboçaram fronteiras embrionárias para a constituição do Brasil e nações circunvizinhas na atual América do Sul. Em muitos casos, as disputas reais eram práticas abortivas diante daqueles escritos diplomáticos que já se configuravam, desde a sua concepção, como letra morta.

Junto à elucubração cartográfica e tratadística, se somavam as práticas reais de litígio. Muitas das novas possessões luso-hispânicas foram objetos tanto de disputa entre as duas Monarquias, quanto moeda de troca para configurar outras negociações territoriais. As

letras normativas construídas em cada Tratado assinado pelas monarquias e, posteriormente, pelos países independentes, não garantiram as práticas efetivas de ocupação. Cortesão (2016, v.VIII) informa que, curiosamente, no período de ocupação colonial massivamente praticado a partir do século XVI, as representações cartográficas portuguesas procuravam burlar os Tratados, ao alterar distâncias entre lugares e extensões territoriais, de modo a legitimar sua ocupação em oposição à soberania espanhola.

Para Garcia (1998, p. 118), “os mapas eram há muito premonitórios da Independência”. Ali registravam, além do patrimônio colonial, as conformações geopolíticas que ganhavam corpo de autogoverno. E a cartografia, assim como a prática cotidiana, se constituía como uma realidade paralela aos artigos dos diplomas acordados entre as partes litigiosas.

Sobre os Tratados, cabe destacar que as negociações ocorreram, em muitos casos, diante da estruturação de fronteiras virtuais, à distância, por correspondências ultramarinas especulativas, imaginadas, descritivas. Ocorriam também através das permutas de possessões em diversos mares e continentes e não apenas se restringia àquilo que o litígio se colocava, pontualmente, frente a frente. Eram compensações que ajustavam e elasteciam, de um lado, e comprimiam do outro, possessões, terras, pessoas. Ou, no percurso do desenho e da prática, escondiam ou abandonavam certas porções de terra diante do que se configuraria como o território português e o território espanhol.

Cunha (1975) acentua o teor dos escritos das missões portuguesas e espanholas para as demarcações das respectivas Coroas, diante dos iminentes Tratados que revisariam o de Tordesilhas a partir das práticas expansionistas de ocupação. Assim, tanto Portugal quanto a Espanha, correriam as terras compreendidas entre os Rios Madeira e Javari, ou entre o Guaporé e o Maranhão (Amazonas) “às cegas”, tamanho desconhecimento e dificuldade de acesso àquele “deserto”. Tocantins (1992) enfatiza esta dificuldade de exatidão fronteiriça na região das cabeceiras ao longo do século XVIII, quando se optou pela linha geodésica que permanece até o início do século XX. Em resumo, as terras do atual Acre pertenciam, portanto, às possessões espanholas desde o século XV, conforme a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas (1494). Os limites eram marcados pelo encontro da foz do rio Amazonas, ao norte e, ao sul, a foz do rio da Prata (ou *la Plata*).

O Tratado de Utrecht foi assinado entre a França e Portugal em 1713, que resultou na legitimação de posse de Portugal das terras da margem esquerda do rio Amazonas e as terras próximas ao rio Oiapoque sob domínio francês, onde atualmente é a Guiana Francesa. Em 1715

houve uma nova redefinição territorial e foi assinado entre Portugal e Espanha o Tratado que determinou, o limite ao sul, e legitimou a posse de Colônia do Sacramento a Portugal. Houve um avanço nas práticas demarcatórias, pois diante dos novos casos, não se utilizou de linhas imaginárias como ao de Tordesilhas (PEREIRA FILHO, 2013).

Bueno (2012) afirma que a partir deste Tratado, a Coroa Portuguesa, imbuída da política pombalina, utiliza de seu conhecimento sobre plano e ocupação e adentra por 2.400km além da foz do Amazonas de Tordesilhas. Esta necessidade está, para a autora, associada a uma melhor conectividade do continente americano ao fluxo fluvio-marítimo entre a colônia e a Europa. A perda para os espanhóis não estava associada ao território que, naquele momento, se configurava com uma possessão abstrata de geometrias lançadas sobre o desconhecido. Estava na logística, evidenciada pela supressão do acesso exclusivo às sedes espanhola e portuguesa do mundo ultramarino.

Para Bueno (2012) o avanço da Coroa Portuguesa na Amazônia se deu também pela qualidade técnica da equipe de profissionais para as expedições demarcatórias e exploratórias. Os portugueses, além do efetivo aplicação do *uti possidetis*, recorriam às reivindicações dos limites físico-naturais, porque ali já conheciam previamente e tinham mecanismos tecnológicos para interpretar. A autora relata o caso das comissões demarcatórias do século XVIII e destaca que a espanhola não possuía nenhum astrônomo, para fundamentar uma exemplificação dessa deficiência frente a equipe portuguesa.

Alexandre de Gusmão, diplomata brasileiro, representante da Coroa Portuguesa nas negociações do Tratado de Madri, em 1750, utilizou do princípio do Direito Romano do *uti possidetis*, que tem origem na frase (e ideia) *Uti possidetis ita possideatis*⁸⁷. Operou, ainda, com os recursos materiais da geografia natural, entre formas, acidentes e outras substâncias como delimitadoras do desenho colonial das fronteiras e da atuação política sobre o território. Em grande parte, a sua proposta definiu contornos na América do Sul na consolidação das nações emancipadas (PEREIRA FILHO, 2013; CORTESÃO, 1950). Ao caso das formas da natureza, cabe evidenciar que as práticas à época ocorriam pela adoção de rios caudalosos como limite e fronteira⁸⁸. Ou seja, uma realidade fluvial que não corresponde à morfologia do atual Acre.

⁸⁷ Expressão latina traduzida por “como possuís, assim possuís”, na ideia de quem possua de fato, possua de direito. Segundo o Dicionário de Latim, *uti possidetis* significa: “1 Fórmula diplomática que estabelece o direito de um país a um território, baseada na ocupação pacífica dele. 2 Princípio que faz prevalecer a melhor posse provada da coisa imóvel, no caso de confusão de limites com outra contígua”. Disponível em: <https://www.dicionariodelatim.com.br/uti-possidetis/>. Acesso em 02 de dez. de 2019.

⁸⁸ LBA-2-8 Legajo 201, Siglo XVIII, 16fls. Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – RREE, Gobierno de la República do Perú, Lima (manuscritos).

Segundo Tocantins (1960), Alexandre de Gusmão apresentou três justificativas aos plenipotenciários espanhóis para que a Amazônia fosse majoritariamente inserida no perímetro colonial português. Deste modo, reivindicava a elástica retificação da linha original que o Tratado de Tordesilhas definiu. Suas negociações para a dilatação a oeste, segundo o autor, eram, primeiramente, pela “Ordem Descobridora”. Neste quesito, argumentava que o conhecimento prévio e inaugural das explorações coloniais naqueles grandes rios e de densa floresta era uma obra lusitana.

A segunda argumentação se alicerçava na “Ordem Técnica”, em especial referente às missões de levantamento cartográfico que Portugal protagonizava e desenvolvia naquela região. Por fim, a terceira argumentação era de “Ordem Política e Administrativa”. Tratava-se de uma região de ocupação consolidada pela empresa colonial portuguesa. Já apresentava aberturas de caminhos, criação de vilas e de capitanias, por exemplo, diferente das incipientes investidas espanholas.

Junto ao Tratado de Madri, de 1750, houve a confecção do *Mapa de los Confines del Brazil con las Tierras de la Corona de Es p. a de la America Meridional*, de 1749, que consta na Biblioteca Pública Municipal do Porto. É vulgarmente conhecido como “Mapa das Cortes” e foi apensado ao documento em tela, como informação cartográfica e complementar ao texto tratadístico. Este é um mapa fundamental para tal negociação e configurador do que muito se conhece atualmente sobre território brasileiro e fronteira (GARCIA, 2000).

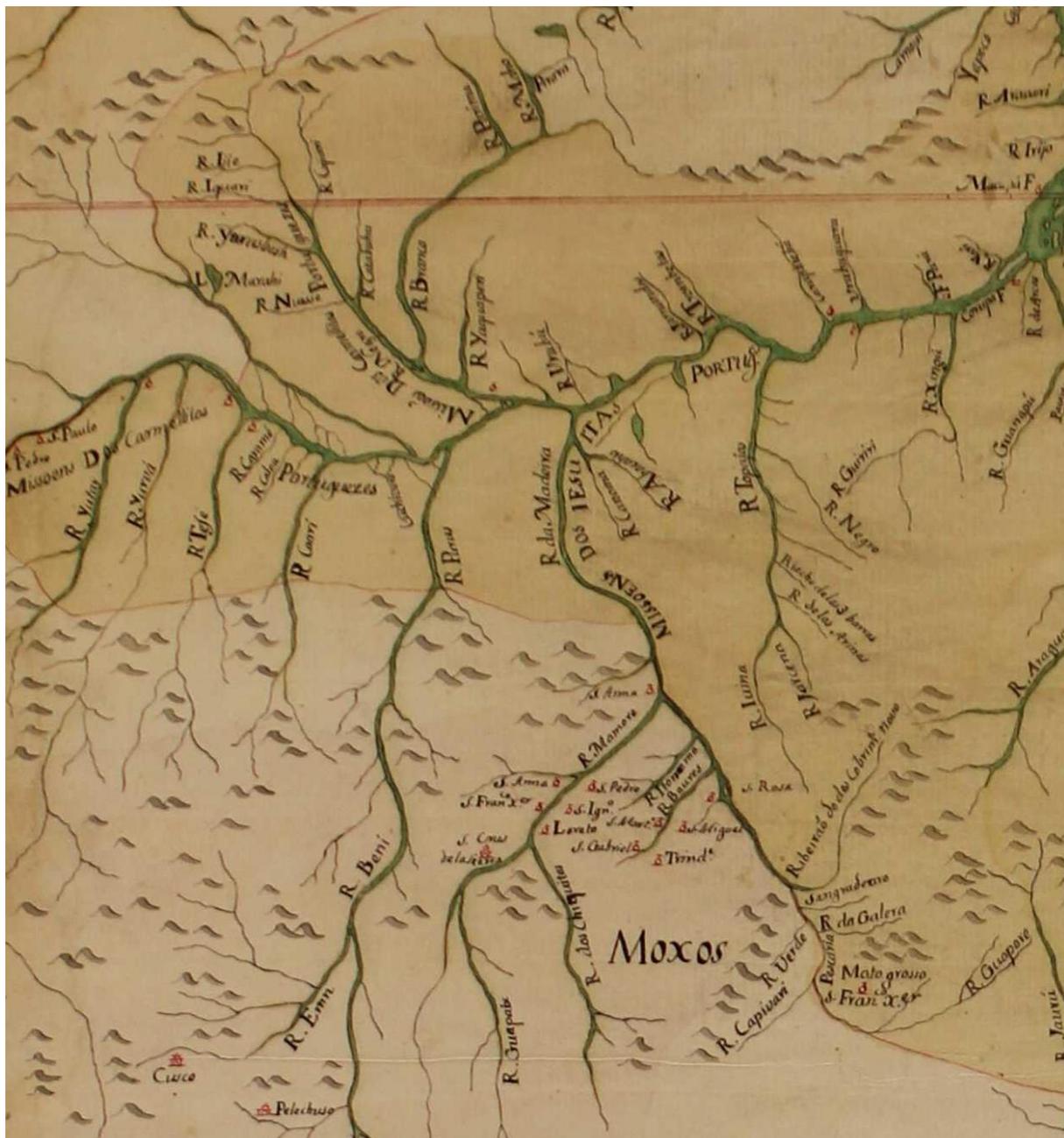
Figura 5 - Mapa de los Confines del Brazil com las Tierras de la Corona de Es p.^a de la America Meridional e destaque para o localização aproximada do Acre



Fonte: BPMP⁸⁹. Data: entre 1775 e 1799.

⁸⁹ Mapa das Cortes. MAPA DOS CONFINS DO BRASIL Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de es p. a en la America Meridional [sic]. – [Escala ca 1:8 500 000]. 1 grau de latitude = [1,3 cm]. – [Entre 1775 e 1799]. – 1 mapa : ms., color. ; 60x52 cm, em folha de 61x53 c. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Porto, Portugal. Pasta 24, 62 (cartografia).

Figura 6 - Detalhe do Mapa de los Confines del Brazil con las Tierras de la Corona de Es p.^a de la America Meridional



Fonte: BPMP⁹⁰. Data: entre 1775 e 1779.

Conforme a descrição existente na legenda, o perímetro em amarelo representa a ocupação portuguesa. O de cor rosa configura a ocupação espanhola. Já as superfícies em

⁹⁰Mapa das Cortes. MAPA DOS CONFINS DO BRASIL Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de es p. a en la America Meridional [sic]. – [Escala ca 1:8 500 000]. 1 grau de latitude = [1,3 cm]. – [Entre 1775 e 1799]. – 1 mapa : ms., color. ; 60x52 cm, em folha de 61x53 c. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Porto, Portugal. Pasta 24, 62 (cartografia).

branco correspondem à porção de terras que “não está ainda ao presente ocupado⁹¹” pelas empresas coloniais. Os rios tinham suas origens em cabeceiras envoltas de montanhas.

Para o geógrafo e historiador português João Carlos Garcia (2000, pp. 18-19, [sic]),

De facto, esta imagem do Brasil, ou da América Portuguesa, é a que substitui a da Terra de Vera Cruz, parte oriental do continente sul-americano, delimitado para Ocidente pelo Meridiano de Tordesilhas. Aos territórios a que se tem direito pelos acordos diplomáticos juntam-se agora os efetivamente ocupados para lá dessa linha delimitadora. Havia muito que as coroas ibéricas discutiam usurpações territoriais mútuas, mas terá sido o desenvolvimento da Cartografia, em particular, o cálculo mais exacto das longitudes, que desencadeou a revisão das fronteiras coloniais.

Apesar do avanço tecnológico destacado pelo autor, as demandas pelas confecções cartográficas se mantinham sob os mesmos interesses usurpadores, exploratórios e de disputa entre as coroas espanhola e portuguesa. As manipulações continuariam, de certo modo, definindo as representações imagéticas e textuais que nelas se materializavam. No corpo textual do Tratado de Madri, em especial na descrição dos limites entre as possessões espanhola e portuguesa, identifica-se o desenho que define, naquele momento inaugural, os sentidos institucionalizados de vazio e de inexistência dedicados ao atual Acre. Ultrapassam, inclusive, a noção de **Fundo Territorial** proposta por Moraes (2005; 2013), conceito já tecido nesta tese. Não se trata de área conhecida sob a intenção de exploração futura. Trata-se do desconhecido, do desinteressante e do abandono. Vê-se a descrição dos limites, que tornam o atual Acre contido, ainda que de maneira abstrata, no perímetro colonial espanhol:

Art. VII

(...)Desde o lugar, que na margem austral do Guaporé for assinalado para termo da raia, como fica explicado, baixará a fronteira por todo o curso do rio Guaporé até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré, que nasce na província de Santa Cruz de la Sierra, atravessa a missão dos Moxos, e formam juntos o rio chamado da Madeira, que entra no das Amazonas ou Marañon, pela sua margem austral.

Art. VIII

Baixará pelo álveo destes dois rios, já unidos, até a paragem situada em igual distância do dito rio das Amazonas, ou Marañon, e da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha Leste-Oeste até encontrar com a margem oriental do Javari que entra no rio das Amazonas pela sua margem austral; e baixando pelo álveo do Javari até onde desemboca no rio das Amazonas ou Marañon, prosseguirá por este rio abaixo até boco mais

⁹¹ *no está toda via al prezente ocupado [sic]. Tradução nossa.*

ocidental do Japurá, que deságua nele pela margem setentrional (SOUZA, 1939⁹²).

Nesta descrição, consolida-se uma linha geodésica que parte do rio Madeira, à esquerda, em direção à margem direita da nascente do rio Javari. Tal linha fica conhecida como a Linha Madeira-Javari e se institui uma referência, a despeito da larga escala, como invenção de lugar, conforme alerta Certeau (1982). O pesquisador português geógrafo e historiador, João Carlos Garcia, analisa o vazio na cor branca dedicado à representação das regiões de Moxos, Chiquitos e do Chaco no “Mapa das Cortes” e relativiza o discurso ancorado na limitação técnica da produção de informação textual e cartográfica para o desconhecimento da região. Com isso, é visto que

A faixa do extremo ocidental, peruana, boliviana e chilena, é largamente preenchida pela figuração de cadeias de montanhas, os Andes, que de modo algum interessavam os diplomatas. Entre os espaços não ocupados é particularmente estranho o vazio central dos Llanos de Moxos, Chiquitos e do Chaco e mais estranho que se tenha justificado esse deserto -pela falta de informação cartográfica, quando ela existia, quer manuscrita, quer impressa, ainda que com graves erros de localização absoluta dos lugares e da configuração da rede hidrográfica existente, elementos orientadores para qualquer das regiões. Os exemplares de *Paraquariae Provinciae Soc. Jesus* de 1726 e de 1732, só para falar de cartografia impressa, divulgavam informações sobre a repartição das missões e o povoamento autóctone entre o curso do Paraguai e os Andes, até aos 10°30'S e o baixo Mamoré” (GARCIA, 2000, p. 20, [sic]).

Atribui-se a Alexandre de Gusmão o uso pioneiro das perspectivas e práticas do Pan-americanismo antes mesmo de Simón Bolívar na América Espanhola e do Presidente dos EUA James Monroe, com a Doutrina Monroe, ambos no início do século XIX. Destaca-se, ainda, a fundação da teoria do *uti possidetis*, mesmo que originada do Direito Romano mas, naquele momento, aplicada de maneira inaugural ao Direito Internacional.

Para Rio-Branco (1953), o Pan-americanismo já vigora nos artigos do Tratado de Madri, que buscam a unidade da América e a superação bélica do passado entre colônias espanholas e portuguesas. O que o autor propõe suprime as cicatrizes do processo colonial e o posiciona como um fato naturalizado, com ganhos e aspectos positivos, apenas. Também confunde movimentos emancipatórios, a exemplo do bolivariano, com as expansões colonialistas para a unidade da empresa lusitana, quando relaciona tempos, forças, personagens, economias e culturas distintas.

⁹² SOUSA, Octávio Tarquínio. **Colecção documentos brasileiros**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939. Disponível em: https://social.stoa.us.p.br/articles/0015/6395/05_Tratado_de_Madrid_1750.pdf. Acesso em 02 de dez. de 2019.

Mesmo com os acordos monárquicos para a efetiva demarcação dos limites entre as possessões espanhola e portuguesa celebrados na assinatura do Tratado de Madri, houve um fracasso na implementação do acordo, em ambas as partes, e a organização de novas comissões demarcatórias para ratificar novo acordo. Diante deste cenário, Portugal, ainda em 1755, criou a Capitania de São José do Rio Negro, no atual oeste amazônico brasileiro. Desta forma, havia a estratégia lusitana de ocupar a área para garantir os direitos de exploração colonial daquelas terras, embora houvesse uma sobreposição de poder com os Vice-Reinados espanhóis. Reis (1941) reconhece que a ânsia pela conquista e a definição de limites nas porções sul e oeste do atual Brasil deveriam ter ocorrido em sintonia com o vizinho ibero-americano. Todavia, o autor evidencia a impossibilidade de realização deste feito, dado o desconhecimento da exatidão, ou, ao menos, dos limites territoriais, das possessões coloniais de cada parte.

O Tratado empreendido por Alexandre de Gusmão tornou-se sem efeito em 1761. Contudo, mesmo no início do século XX, o Barão de Rio Branco o tomou como referência primordial nas negociações das fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, que culminaram na criação do Território Federal do Acre, em 1903. Tanto o desenho proposto, quanto as argumentações dos fundamentos jurídicos utilizados pelo representante da Coroa Portuguesa no século XVIII, deram suportes para a anexação do Acre ao Brasil usada pela diplomacia republicana, após mais de 150 anos de sua ideia original.

Segundo Tocantins (1988), os negociantes desconheciam o que havia ao ocidente da linha Madeira-Javari, constituída pelo Tratado de Madri. Era um “espaço intermediário e deserto”, num acordo “às cegas”. O autor destaca que o Padre João Daniel, representante das Missões Jesuíticas na região, em seu livro “Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas”, de 1760, afirmou que “entre o Madeira e o Javari, em distância de mais de 200 léguas não há povoação alguma nem de brancos nem de tapuias mansos ou missões” (apud TOCANTINS, 1988, p. 131). Para o historiador paraense, o curso do rio Madeira era de conhecimento amplo, à época da demarcação do traçado da referida linha geodésica. Já a nascente do rio Javari era uma incógnita e isso fez oscilar, conjugado a diversos interesses, o trecho do desenho desta fronteira.

Os espanhóis acreditavam, no processo de construção dos limites das Coroas, em especial na atual Amazônia acreana, que suas proposições aos estabelecimentos geodésicos serviriam para inibir os portugueses diante daquelas terras que continuariam, desde o século XV, sob o seu poder. Em um documento originado do *Archivo General de Simancas*, emitido

pelo Estado Espanhol, relacionado aos tratados das linhas divisórias, datado de janeiro-fevereiro de 1749, para o desenho limítrofe se advogava que:

Seguira en esta forma la linea hasta entre 13 y 14 grados de latitude austral, y desde este punto se formara outra, que atravesie el Rio Paraguay a al Poniente pr encima treinta léguas de la Laguna de los Jarayes, declinando despues a buscar el Rio de la madera, por 150 leguas mas abajo del Pueblo de la exaltacion de los mochos.

Atravesado este rio seguira hasta encontrar la direccion necesaria bajo la misma linea para caer el rio Jabari, que entra en el Marañon ejn lo demas no comprendemos cedendo lo mas de lo usurpado pero jamas harede (haverle) navegar Portugueses el rio de la Madera, ni qualquiera que llegue a el Orinoco, ni pos la varida que mira a el, apastarze por Lima, o agera passado de 20 leguas de la orilla del Marañon⁹³.

Outra proposição para a definição dos limites foi encontrada numa correspondência enviada da Embaixada de Portugal em Madri, pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás de Silva Teles, ao D. Jose de Carvajal y Lancáster, Secretário de Despacho de Estado, de Aranjuez, Espanha, em 16 de maio de 1749. Neste documento, havia uma orientação para a demarcação das possessões a partir da maior latitude de povoação encontrada diante dos rios. Porém, tal proposição indica também outro meio mais expedito, configurado por:

(...) entre os dous Rios da Madeira e Yavari corraõ os confis por huma linha de leste a oeste em tal altura que fique repartindo por igual aquelas terras desconhecidas de sorte que desta linha alidade povo ou “Missão” que se acham mais setentrional no districto do Governo de S. Cruz de la Sierra fique tanta distancia como a boca do rio dos Purús⁹⁴.

Ou seja, a proposição consolidou uma divisão marcada pelo desconhecimento, lançada à sorte. A linha reta geodésica serviria para dividir o incógnito entre partes iguais a cada Coroa, embora não se soubesse o total da futura fração. Além disso, assumem a possibilidade de existirem assentamentos coloniais denominados de “povo” e “missão” sem o conhecimento e controle de cada Coroa.

O Tratado do *El Pardo* foi assinado em 12 de fevereiro de 1761, em Madri pelos plenipotenciários José da Silva Peçanha e D. Ricardo Wall, representantes, respectivamente, dos Reis de Portugal e da Espanha. O seu conteúdo versa sobre o cancelamento, a cassação e a

⁹³ Archivo General de Simancas, Papeles de Estado – Legajo n. 7.403, titulado Varios sobre el tratado de la linea divisória. Instrucciones, enero-febrero-1749. LBA-2-10 Siglo XVIII, fls.3, Legajo 201, p. 2-2v. Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – RREE, Gobierno de la República del Perú, Lima (manuscritos).

⁹⁴ Embaixada de Portugal em Madrid, D. Tomás de Silva Tellez, Vizconde de Villa Nueva de Cerveira, a D. Joseph de Carvajal y Lancaster, Secretario de despacho de Estado, Aranjuez. Legajo n. 7403, p. 6-v, 16 de mayo de 1749. Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – RREE, Gobierno de la República de Perú, Lima [sic] (manuscritos).

anulação de todas as decisões do Tratado de Madri (1750). Revogou também todas as práticas a partir da rubrica, como os trabalhos das expedições demarcadoras de limites. Este novo Tratado reconheceu as falhas do que seus escritos suspendem, especialmente em decorrência dos atos não pacificadores entre as colônias espanholas e portuguesa, intuito maior a ser honrado com a celebração do ato que referendou.

Devolve-se, portanto, grande parte da atual América do Sul ao estágio geopolítico colonial anterior ao da assinatura do Tratado de Madri. Havia a resistência portuguesa da entrega de Colônia do Sacramento aos espanhóis. Já os aldeamentos jesuíticos, fundados pelos espanhóis, apresentavam resistência à inserção ao patrimônio português, após a sua expulsão em 1759 dos solos coloniais, e havia a dificuldade de retirada das populações indígenas. Os desafios para a demarcação das terras do Norte também foram motivações expressivas do cancelamento do Tratado de Madri, segundo Goes Filho (2013).

Para Pereira Filho (2013), o ato da assinatura do Tratado do *El Pardo* significava, na prática, o início das invasões espanholas às terras luso-brasileiras. A imutabilidade das terras do atual Acre ocorre com a permanência do pertencimento tratadístico à Coroa Espanhola. Desde Tordesilhas estão vinculadas a esse mundo colonial. Desde o século XV seu *status* adormece inalterado até a segunda metade do século XVIII, marcado pela nova assinatura tratadística.

Também conhecido como Tratado Preliminar de Paz e Limites, o Tratado de Santo Ildefonso foi assinado em 01 de outubro de 1777, entre a Rainha de Portugal, D. Maria I e o Rei da Espanha, Carlos III, representados, respectivamente, pelos ministros plenipotenciários Francisco Innocencio de Souza e El Conde de Florida Blanca. Possui 25 artigos que buscaram resolver problemas tricentenários diante das colônias americanas e asiáticas entre as duas Coroas. Ao caso sul-americano, definiu novos contornos geográficos, parte fundamentada na evocação do extinto Tratado de Madri (1750). Com isso, reajustou posses monárquicas e algumas alterações ocorreram. Os Povos das Sete Missões tiveram o seu destino reconectado à origem colonial. Além disso, Colônia do Sacramento também foi incorporada à Coroa Espanhola. Houve, ainda, a retirada da ocupação espanhola em Santa Catarina. E estes reconheceram a soberania portuguesa na ocupação portuguesa da margem esquerda do rio da Prata (GOES FILHO, 2013).

A partir do Tratado de Santo Ildefonso, houve a efetivação da organização das comissões demarcatórias de limites. No caso português foi liderada pelo Capitão-General João Pereira Caldas. No caso da Espanha, foi organizada por D. Francisco de Requeña y Herrera.

Em 1801 o Tratado foi desfeito (REIS, 1941). O seu conteúdo e prática não definiram uma fronteira que aprofundasse uma leitura física e sócio-espacial das áreas litigiosas, muito menos de todas as possessões coloniais. A solução da adoção da linha geodésica, permaneceu, assim como permaneceu a indefinição. Curiosamente, aquela região, correspondente em parte ao atual Acre, foi ignorada integralmente pelos seus aspectos físicos (TOCANTINS, 1962). Isto pode estar ligado ao desinteresse exploratório que culmina num desinteresse de conhecimento expedicionário e de representação textual e cartográfica. A inacessibilidade favorecia nomes a lugares e coisas além dos limites imaginários em certos trechos entre a Espanha, e seus estados emancipados, e Portugal (ROUX, 2001).

Com a assinatura do Tratado, conforme já anunciado, parte expressiva de seu intento retoma as ideias iniciadas no Tratado de Madrid (1750). O seu conteúdo geopolítico redefiniu fronteiras ao sul, na América. Outra conformação é vista em seu Art. XI, onde se identifica o delineamento do limite numa área limdeira ao atual Acre:

Baixará alinha pelas águas dêstes dois rios Gaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira, até a paragem situada em igual distância do rio Maranhão ou Amazonas e da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do rio Javari, que entra no Maranhão pela sua margem austral; e baixando pelo álveo do mesmo Javari até onde desemboca no Maranhão ou Amazonas, prosseguirá águas abaixo dêste rio, a que os espanhóis costumam chamar Orellana, e os índios Guiena, até a boca mais ocidental do Japurá, que desagua nele pela margem setentrional [sic]⁹⁵.

Não apenas no supramencionado artigo, mas em todos os outros que tratam das linhas demarcatórias, constata-se um esforço em definir os limites através das formas da geografia natural. Entretanto, àquilo que se tornaria o Acre no século XX, traça-se uma renovada linha geodésica leste-oeste, entre os rios Mamoré e Javari. Tangencia e isola, portanto, aquela região. Reforça a inexistência. A abstração geopolítica embarreira os avanços portugueses. E os espanhóis, afeitos às riquezas minerais localizadas entre o pacífico e o atlântico, não ultrapassam os seus limites de ocupação plena na superfície entre o mar e os Andes.

No Tratado de Santo Ildefonso há a observação quanto às dúvidas da demarcação que, para dirimir tal impasse, ou seriam criadas comissões específicas demarcatórias a partir das Coroas para tais litígios, ou os Governadores das respectivas províncias fariam o uso de suas competências para resolver os processos litigiosos na prática. Em documento localizado

⁹⁵ Tratado Preliminar de Limites – Santo Ildefonso. Dona Maria I (Portugal) / Carlos III (Espanha). 01 de outubro de 1777. Disponível em: <http://www.info.lncc.br/ildef.html>. Acesso em 17 de jan. de 2018.

em Lima, no Arquivo Histórico de Limites, do Ministério das Relações Exteriores – MREE, Governo da República do Peru, datado de 1777, a Coroa Espanhola reconhece o uso da linha reta como abstração e assume a dificuldade de acesso para acertos efetivos dos limites, além do desafio em compatibilizar com os mapas e os verdadeiros domínios de cada colônia.⁹⁶

Goes Filho (2013) relaciona a existência da linha geodésica entre os rios Javari e Madeira pela ausência de limites naturais, tão recorridos nos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777). Esta opção se deu como uma alternativa ao desafiador desenho da geografia fluvial, que possui rios com suas calhas e fluxos unidirecionais. Correm paralelamente e, praticamente, se perpendicularizam à Linha do Equador. Dificultaram o reconhecimento das linhas limítrofes da geografia física, pois não há desenho entrecortado por águas transversais às calhas do Purus, Juruá, Acre, entre outros.

Sobre possíveis esquecimentos e abandonos por parte da Coroa Portuguesa dedicados à atual porção sul-ocidental brasileira, em função da priorização das permutas ocorridas nas regiões paraguaias e platinas no século XVIII, Reis (1956, p. 40), advoga que

Pelos Tratados de Utrecht, Madri e Santo Ildefonso, de 1713, 1750 e 1777, essa fronteira fora estabelecida reconhecendo-se a expansão que realizáramos. É certo que no Solimões e nos altos rios Purus, Juruá e Madeira, haveria perdas territoriais. Em nenhum momento, convém salientar, passou pela mente dos governadores e demarcadores que atuavam na Amazônia, reconhecer essas perdas. E tanto assim que apesar de todos os protestos escritos e verbais dos governantes e demarcadores espanhóis, tais trechos da fronteira não foram entregues, protelando-se, negaceando-se, criando-se motivos e incidentes para evitar a transferência.

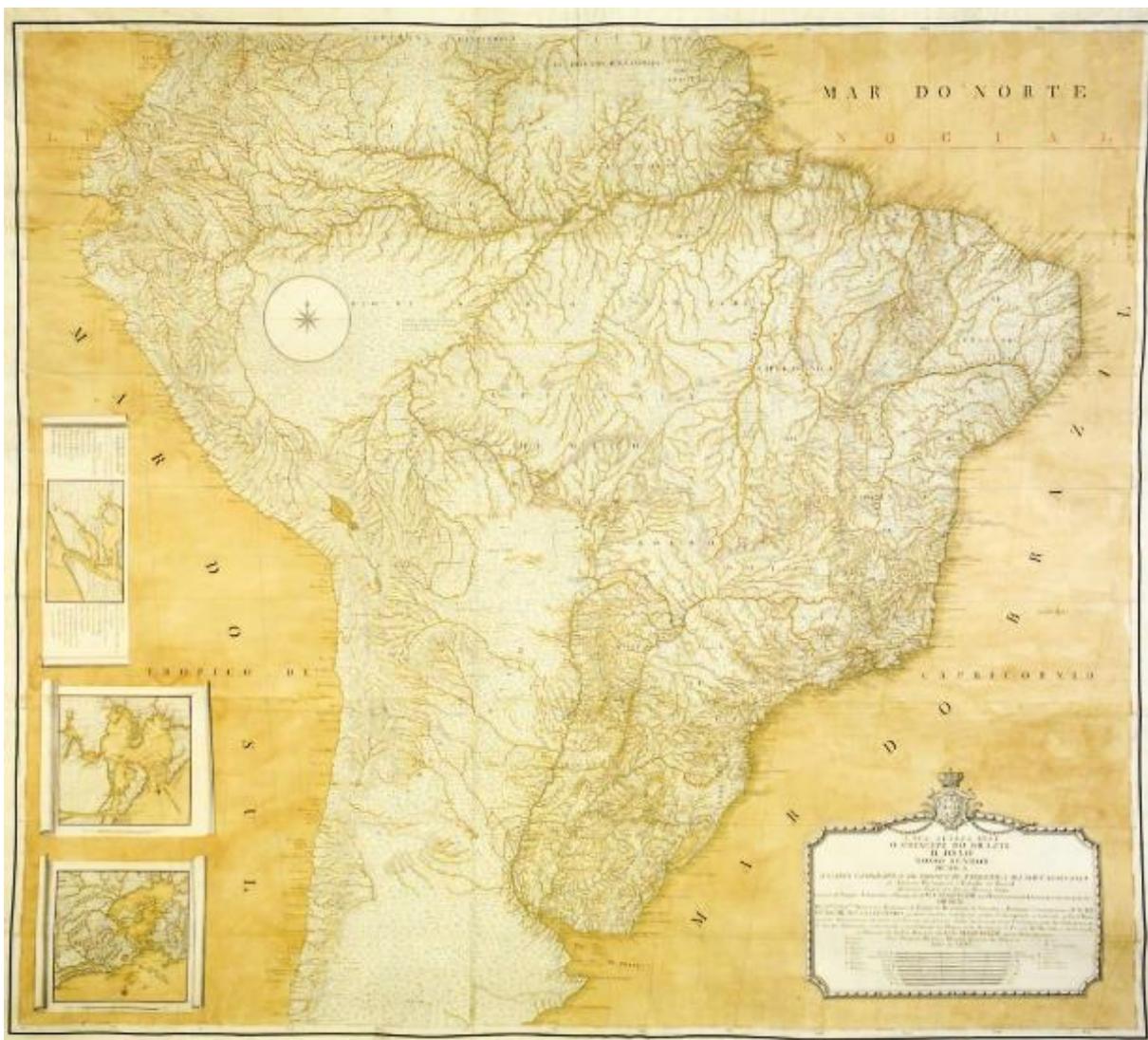
O autor trata a definição da linha geodésica Madeira-Javari como uma formalidade que atendia a uma situação emergencial para cumprir um rito diplomático. Porém, na prática, os portugueses que já conheciam ou tangenciavam aquelas áreas não haviam desistido da incorporação ao patrimônio colonial. Desse legado, da apropriação e do litígio, finda no século XIX e início do XX o desenho definitivo a partir das disputas tríplices ao caso acreano.

A partir dos Tratados nos Setecentos, foram realizadas atividades de campo com comissões demarcatórias de cada Coroa. A essa experiência, acentua-se duas produções. Do lado português, tem-se a “Carta geographica de projecção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portugueza e Estado do Brazil.”, conhecida como “Nova Lusitânia”,

⁹⁶ LBH 3-4, ano: 1777. Archivo Histórico de Límites del Ministerio de las Relaciones Exteriores –RREE, Governo de la República de Perú, Lima (manuscritos).

desenvolvida por Antonio Pires da Silva Pontes Leme. Segundo Corrêa-Martins (2011), esta é a primeira vez que a Coroa Portuguesa tem uma representação total de sua colônia na América.

Figura 7 - Carta geographica de projecção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portugueza e Estado do Brazil.



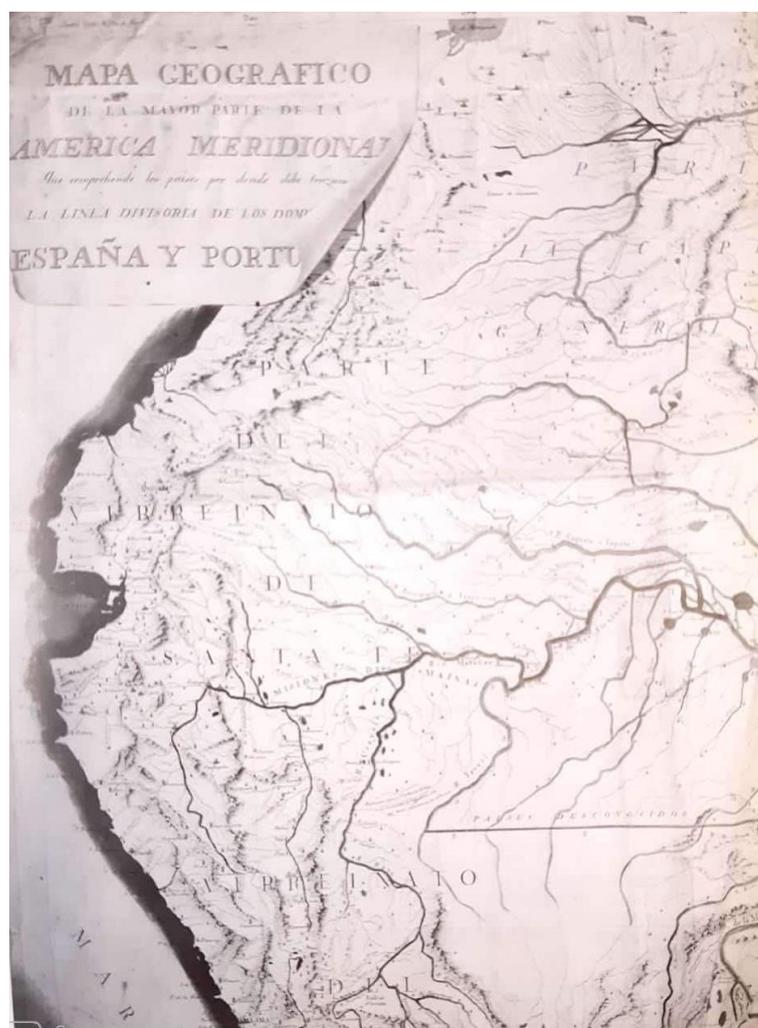
Fonte: Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra⁹⁷. Data: 1797.

Este mapa apresenta a denominação das Capitanias do Rio Negro (à oeste) e do Grão Pará (à leste) sobre a Amazônia. Evidencia, na área do atual Acre, apenas dois grandes eixos fluviais. O primeiro, ao norte, segue pelo rio Amazonas. Ao sul, é a extensão finalizada pelo rio Mamoré. O espaço em branco sem qualquer representação dá lugar à rosa dos ventos. Aparecem apenas alguns afluentes do rio Amazonas, próximos às suas bocas.

⁹⁷Carta geographica de projecção espherica da Nova Lusitania ou America Portugueza e estado do Brazil, de Antonio Pires da Silva Pontes Leme, 1797. Dimensões: 142 cm (largura) x 128 cm (altura). Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra, Coimbra. Imagem de Claudino Romero. Cortesia de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno.

Do lado espanhol, há a produção cartográfica da expedição protagonizada por Don Francisco Requeña y Herrera, denominado de *Mapa geográfico de la maior parte de la América Meridional que comprehende los países por donde debe trazarse la línea divisoria de los dominios de España y Portugal*, é datado de 1796 (BUENO, 2012; BEERMAN, 1996). Nesta representação, observa-se a linha divisória entre as Coroas, com um paralelo, com a escrita que identifica *países desconocidos*. Entre os salientes rios Beni (dir.) e Javari (esq.) correm outros rios, não escritos, mas que correspondem ao Purus e Juruá, entre eles. Seguem um desenho de caráter livre e projetivo que seguem pouco depois da linha geodésica. Há um suposto vazio entre aqueles fios d'água e uma cordilheira que se comunica com outros e caudalosos rios. Inscrito sobre estas terras, há a identificação do *Virreinato del Perú*.

Figura 8 - Mapa geográfico de la mayor parte de la América Meridional que comprehende los países por donde debe trazarse la línea divisoria de los dominios de España y Portugal.



Fonte: *Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores de Madrid*⁹⁸. Data: 1796.

⁹⁸ Mapa geográfico de la maior parte de la América Meridional que comprehende los países por donde debe trazarse la línea divisoria de los dominios de España y Portugal. 1796. Por Francisco Requeña y Herrera [Archivo del

O Tratado de Badajoz, foi assinado em 06 de junho de 1801, na cidade espanhola de Badajoz, entre Portugal e a coligação composta pela Espanha e pela França. Ficou conhecido também como Paz de Badajoz. Substituiu o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. A firma tratadística do caso em específico ocorre em meio a diversas convergências favoráveis ao pleito vividas entre as bordas de vizinhança luso-hispânica no mundo europeu e, simultaneamente, nas respectivas colônias no mundo sul-americano. Daí, a tomada dos Sete Povos das Missões por tropas gaúchas. Outro fato foi a guerra entre Espanha e Portugal provocada pela ocupação de Olivença, na Europa, pelos espanhóis, os quais permanecem até hoje sob posse, localizada na Comunidade Autónoma de Extremadura (GOES FILHO, 2013).

A relação litigiosa e bélica do mundo ibérico foi transferida para as respectivas colônias na constituição da América e, posteriormente, enquanto Estados emancipados. Os portugueses decidiram invadir Colônia do Sacramento, mas foi acordada a devolução definitiva à Espanha. Paralelamente, houve uma consolidação das Missões e, especialmente, do desenho territorial do que hoje é o estado brasileiro do Rio Grande do Sul (PEREIRA FILHO, 2013). Outros tratados e discussões foram materializados, porém, ao caso da área do atual Acre, as implicações de abstrações geométricas estiveram essencialmente encravadas entre a metade e o fim do século XVIII. Este desenho definidor de uma geometria fronteiriça, arquitetou também as noções de vazio atribuídas as terras em questão. Aqui foram mapeados alguns dos argumentos que justificam o desvio das investidas coloniais ibéricas para essas terras, conforme se vê no subcapítulo a seguir.

2.5. Os argumentos para tangenciar o atual Acre até o século XIX

Muitos argumentos foram identificados para justificar a não ocupação das terras do atual Acre pelos ádvenas, desde o processo de colonização, ocorrido ainda no século XV, na atual América do Sul. Este tangenciamento permaneceu, em grande parte, até o século XIX, quando os Estados Nações alcançam a emancipação, em especial o Peru, o Brasil e a Bolívia. Tais países alijaram aquelas terras de suas ações intervencionistas até meados do século XIX, prolongando, assim, um suposto desinteresse exploratório.

Algumas das teses sustentadas sobre o caso são de maior conhecimento e circulação, tanto no senso comum, quanto no meio acadêmico para justificar a não ocupação no atual Acre. Outras argumentações foram identificadas a partir dos estudos de fontes

Ministerio de Asuntos Exteriores de Madrid] In: BEERMAN, Eric. *Francisco Requena: la expedición de límites. Amazonia 1779-1795. Madrid: Compañía Literaria, 1996.*

históricas e secundárias ao longo da elaboração destes escritos, que permitiram ampliar e revisar o repertório argumentativo. Aqui são evidenciados os aspectos concernentes às ideias de vazio, de inexistência, do inalcançável, do esquecimento, do silêncio, da desimportância e do abandono. O deserto e o sertão permaneceram, por séculos, como atributos cultuados a essa porção de terra. A ausência das “drogas do sertão”, a decepção do *El Dorado* e da “Terra da Canela” foram, para Campos (2004), motivos fortes para desestímulo à ocupação. Não havia riquezas naturais a serem exploradas naquelas terras, dentro dos anos iniciais de exploração colonial.

De acordo com as abstrações cartográficas e os textos tratadísticos produzidos desde as negociações das explorações coloniais das metrópoles europeias aqui pesquisados, a região do atual Acre permaneceu sob a posse oficial, desde o início do século XVI até o início do século XIX, da Coroa Espanhola. Todavia, sabe-se que, não apenas esta localidade, mas também toda a Amazônia não despertou a cobiça exploratória dos espanhóis no primeiro momento da colonização. Este desinteresse foi promovido pela ausência de evidências de fontes minerais tão ansiadas por esses colonizadores. Roca (2001) escreve que ao que corresponderia à sociedade colonial que ocupava parte expressiva da atual Bolívia, havia um interesse expressamente voltado para as explorações de mineração e conectadas e orientadas pelo Oceano Pacífico. Isto dificultou, segundo o autor, o despertar de interesse por essa área, a Amazônia.

Noutras porções territoriais, facilmente tornaram-se lugares de enraizamento, seja nas bordas litorâneas do Oceano Pacífico, seja na Cordilheira Andina, pois havia a acessível identificação do ouro e da prata. As jazidas foram prontamente localizadas para exploração, também, de outros minérios. Houve, ainda, a usurpação dos utensílios de uso cotidiano e ritualístico das populações originárias ali existentes, a exemplo da civilização inca, que desenvolveu com os minérios extraídos *in loco* os seus artefatos. Ademais, para a prática exploratória extensiva dessas riquezas naturais e culturais, era necessária a implantação de um sistema escravista, condição esta que os portugueses eram mais afeitos. Acrescenta-se que a junção da geografia física andina com o ambiente amazônico potencializou uma barreira natural e simbólica que tornou inacessível e impraticável qualquer investida colonial sob o poder espanhol (ARRUDA et al., 2009; MOSCOSO, 2008).

A geografia física tornou-se um elemento definidor da não ocupação colonial nos primeiros séculos nesta porção da Amazônia e, especialmente, do não acesso às atuais terras acreanas. Cabe menção às evidências arqueológicas da ocupação pré-colonial que salientam a

capacidade dos povos originários no convívio com a sazonalidade das intempéries, conforme discussão no capítulo anterior. Ao caso do acesso ao atual Acre, as dificuldades eram potencializadas e o desafio significava penetrar nas entranhas mais densas e de difícil acesso, seja por terra excessivamente vegetada, seja pelas águas sazonalmente dinâmicas.

É preciso destacar o sentido do fluxo dos rios que, para o lado luso-brasileiro. avançar, para os portugueses, significava seguir na contracorrente. Fisicamente se constituía, de pronto, como um outro obstáculo da natureza diante do movimento e da força contrária dessas águas às inescapáveis subidas. Havia uma transformação constante e variação dos percursos e desenhos da geografia física daquele lugar. Meandros, canais, igarapés, igapós, pântanos, áreas alagadas, lagoas, braços e as ilhas compunham as formas e as configurações dos movimentos constantes das águas que não se limitavam a uma vazão regular e perene.

A calha dos rios com pouca largura e profundidade, delineada por expressivos estreitamentos, excessivamente sinuosa, constituía labirintos que expressavam a dificuldade física do deslocamento fluvial. Sacados, barrancos se desmoronando, repiquetes, entre tantos outros comportamentos e configurações geomorfológicas dificultavam o acesso. Aquilo que não se conhecia, permanecia incógnito. Além da natureza adversa, ao que se constata, o desconhecido era também aquilo que não interessava. Tudo que havia naqueles movimentos das águas ou provocado por elas, se colocava como entrave aos exploradores. Por sua vez, do lado espanhol, o acesso àquela região significaria atravessar a Cordilheira dos Andes e descer para o encontro das cabeceiras, das nascentes. Não havia conexão fluvial e navegável que permitisse a comunicação. Moscoso (2008) chama a atenção para a relação climática que colocava os portugueses mais próximos da convivência com o clima tropical. Por este motivo havia a propensão maior de adentrar na Amazônia. Diferente dos espanhóis e mestiços que conviviam com o clima andino e ameno do pacífico, que remetia à experiência pretérita europeia.

A topografia planialtimétrica dificultava o acesso terrestre numa fusão embarreirada com a densidade da vegetação. A floresta, com sua expressiva espessidão da massa verde, impedia a penetração dos raios de sol para iluminar e orientar quem ali, naquela desconhecida e vasta área, se arvorava a penetrar sob um céu verde. Junto a isso, o calor da umidade excessiva, além do desgaste físico, era um iminente celeiro de enfermidades sem controle sanitário algum à época. As doenças próprias do ambiente de floresta amazônica, matavam e debilitavam muitos que ali chegavam. Febre amarela, beribéri, icterícia, impaludismo, entre outras, quando não culminavam no óbito, acamavam com febres, náuseas,

vômitos, calafrios, delírios, e tantos outros males que faziam a massa humana colonial recuar. Os animais selvagens e peçonhentos funcionavam como uma ameaça ou, efetivamente, protagonizavam ataques consumados. A fauna local era uma outra barreira factual que assustava e tangia a ocupação colonial para, basicamente, as áreas costuradas pelos grandes rios amazônicos (ARRUDA et al., 2009; DOMINGUES, 1991).

As formações rochosas localizadas na circunvizinhança, desde a indicação das nascentes, até as cascatas, precipícios, cachopos, correntezas, remoinhos, sorvedouros, e, especialmente as cachoeiras, se colocavam como o limite. Esta condição geológica peculiar não necessariamente corresponde aos atuais rios acreanos, mas àqueles que, tanto ao norte, quanto ao sul, permitiam o acesso a essa região. Estabeleceram o inalcançável nas expedições dos diversos interesses da empresa colonial: missões religiosas, naturalistas, missões científicas, explorações econômicas diretas das riquezas naturais ou implantação sistemática de uma economia primária, entre outras.

Os afloramentos minerais rochosos, em muitos casos, catalisavam a velocidade das águas e obstaculizavam suas calhas com as quedas e as pedras, as subidas e descidas nos avanços das navegações. As chuvas também atrapalhavam, por si só, o avanço e acesso. As águas pluviais possuem alta densidade nessa área, como também o tempo de chuva é expressivo e permanece ao longo do ano em ambiente amazônico. Aumentavam a altura, o volume e a velocidade das águas dos rios. Transbordam e alagam em seus espraiamentos, dificultando o desenho dos trajetos dos cursos e criando uma força maior, especialmente contrária às subidas.

Becker (1982) apresenta as características espaciais da geografia que levaram a Amazônia a um isolamento por quase quatro séculos. Sua extensão territorial, pelas dimensões, a configura como a *heartland* mais interiorizada do país. E a posição, distante da prática colonial desenvolvida na costa marítima brasileira, bem como da concentração do poder colonial, imperial, regencial e republicano reforçou tal condição em termos geopolíticos. Há uma limitação do alto curso do rio Amazonas com formações rochosas encachoeiradas na margem direita, que desagua a impossibilitada conexão, inclusive, terrestre. A autora chama a atenção que há uma distância da formação do planalto brasileiro e uma aproximação maior com as conformações andinas e caribenhas. Ao mesmo tempo em que se tornou isolada aos interesses internos, as caudalosas águas fluviais dessa rede hidrográfica permitiram e permitem conexões via oceano atlântico diretamente com outras nacionalidades.

Já no século XVIII, após soluções tratadísticas implantadas entre Portugal e Espanha, um dos argumentos para a retificação dos limites territoriais compreendidos pelos

marcos existentes, de um lado, nos rios Madeira/Beni e, do outro, no rio Javari, esteve fundamentado pela geografia física. Especificamente se situa pelos acidentes naturais existentes nos cursos d'água, a exemplo das cachoeiras. As quedas, corredeiras com vazões intensificadas e as formações rochosas criavam barreiras naturais para a penetração nessas regiões que permaneciam desconhecidas. Esta argumentação está registrada no documento da Coroa Portuguesa, na Parte Terceira, § XIV, do documento com o título “Considerações sobre o Tratado de Limites das Conquistas”, nº465, localizado na Biblioteca Pública Municipal do Porto. O Tratado em análise é o “de Paz e Limites de 1 de outubro de 1777”, entre Portugal e Espanha.

O tempo de inverno amazônico dificultava as leituras astronômicas. Em combinação com a densidade da vegetação, escurecia o ambiente. Enxotava o alimento proteico natural e animal advindo da mata ou das águas para alimentar as equipes expedicionárias. Além disso, dificultava a instalação de acampamentos dos grupos viajantes nas margens que se encontravam alagadas pelo espraiamento das águas e pelo comportamento instável das suas margens, com o deslizamento de barrancos. Na experiência climática oposta, as secas diminuía expressivamente a profundidade dos rios e faziam emergir os areais, com bancos. O clima do verão amazônico favorecia a proliferação das enfermidades. E, para enfrentar toda essa adversidade, se demandava exclusivamente a força humana como solução para driblar e vencer cada um dos obstáculos (DOMINGUES, 1991).

Estes desafios da geografia física, diante das limitações gerais do engenho humano à época, estabeleceram, em grande parte, um desenho definidor da fronteira da atual Amazônia ocidental brasileira diante dos países vizinhos. Esta deficiência tecnológica se acentuava no campo da produção cartográfica que, em muitos casos, trazia resultados puramente abstratos, outros, projetivos dedicados às terras inalcançadas. Roux (2001, p. 516, tradução nossa), apresenta este ponto no que se refere à constituição da linha geodésica setecentista atribuída como um dos limites, à oeste, do Brasil. O autor diz que:

Em efeito grande parte da delimitação por estabelecer atravessava regiões virgens, ou seja inexploradas, que só contavam com cartografias esquemáticas ou imaginárias. Era o caso das vastas bacias hidrográficas dependentes do Amazonas (Javari, Juruá, Purus e Madeira), situadas no segmento central da demarcação.

Desta maneira, os diplomatas tiveram que resolver entre eles a determinar linhas virtuais tais como a célebre reta que se estende do Madeira ao Javari e

que será, ao longo do século XIX, uma fonte permanente de litígios entre Peru, Bolívia e Brasil.⁹⁹

Nesse compasso, uma outra questão restritiva não é marcada necessariamente pelo desinteresse das Coroas, mas sim por limitação da técnicas na produção cartográfica. Trata-se da imprecisão da longitude e da ausência de normatização dos parâmetros de medição. A aplicação desta coordenada geográfica esteve vinculada e vulnerável aos diversos interesses nas disputas de poder no período colonial e imperialista. Foi acertada, apenas, em fins do século XVIII (BUENO, 2004). Os mapas até então apresentam expressivas imprecisões. Ao caso em estudo, a linha geodésica traçada oscilou fortemente não apenas pelos desafios da geografia física e pelos interesses e estratégias de ocupação velados. Oscilou, especialmente, pela imprecisão cartográfica que gerou distorções e abstrações.

Só em 1884, através de um acordo internacional para o uso como convenção universal e padrão, o Meridiano de *Greenwich* foi eleito, criado anos antes, em 1851, e parametrizado, desde então, como informação de georreferenciamento. Até a invenção do relógio de precisão, as práticas de medição se restringiam aos procedimentos realizados em campo, onde, no caso amazônico, a imprecisão tornava-se maior devido aos desafios daquela natureza (BUENO, 2011).

Ao mesmo tempo em que a estranheza, monumentalidade e barreira que a natureza impunha era interpretada para justificar o não avanço do conhecimento e do acesso daquela região, havia uma postura que, intencionalmente, tangenciava e evitava a incorporação daquelas terras às soberanias ou empresa colonial. Em documentos portugueses analisados sobre a constituição do Tratado de Santo Ildefonso (1777), havia uma proposição da instituição de uma linha leste-oeste, partindo da margem ocidental do rio Madeira, após a desembocadura do rio Beni. Assim, seguiria em linha reta e paralela (horizontal) até a margem oriental do rio Javari.

Com isso, livraria a Coroa Portuguesa dos diversos obstáculos das cachoeiras contidas no rio Madeira. Além disso, o documento conclui que a linha reta pouco influenciaria no cotidiano das duas Coroas, certamente por se tratar de uma abstrata representação que não correspondia à morfologia natural que ela sobrepunha, tampouco às dinâmicas de cada

⁹⁹ Texto original: Em efecto, gran parte de la delimitación por establecer atravesaba regiones vírgenes, o sea inexploradas, que sólo contában com cartografias esquemáticas o imaginarias. Era el caso de las vastas cuencas hidrográficas dependientes del Amazonas, (Yavari, Yuria, Purus y Madeira), situadas em el segmento central de la demarcación.

De esta manera los diplomáticos tuvieron que resolverse a determinar líneas virtuales tales como la célebre recta que se extiende del madeira al Yavari y que será, a lo largo del siglo XIX, una fuente permanente de litígios entre Perú, Bolívia y Brasil” (ROUX, 2001, p. 516)

possessão já em curso¹⁰⁰. A condição abstrata é anterior ao século XVIII e desde o Tratado de Tordesilhas (1494) a linha era um ponto delimitador da ocupação luso-hispânica na atual América do Sul. Todavia, nunca serviu como um elemento intimidador para a expansão da Coroa Portuguesa com seus avanços territoriais e patrimoniais nesta porção continental.

Inclui-se nas argumentações que exploram as justificativas aqui apresentadas, o comportamento de alguns dos povos originários diante das explorações dos ádvenas, identificados nas calhas fluviais navegadas. Reis (1941) comenta a alta densidade de ocupação dos indígenas Muras ao longo do rio Purus. Essa população, segundo o autor, não permitiu o acesso dos colonizadores ao referido rio até os anos de 1850. Requeña em seus relatos também alude aos Muras (BUENO E KANTOR, 2013). Torna-se evidente que os aspectos das intempéries e da geomorfologia tornam-se menores em comparação à força da presença humana que resistiu a essas tentativas de invasão.

Um outro argumento para o isolamento e tratamento invisível desta área é marcado pelo processo de Independência do Brasil, ainda no início do século XIX. Reis (1956) afirma que a Amazônia permaneceu alijada nesse período porque os Estadistas envolvidos nos processos emancipatórios e da geopolítica nacional eram, basicamente, das regiões do atual Nordeste e do Sul do país. Logo, essas localidades eram os alvos para onde os interesses e decisões das políticas públicas do parlamento e do executivo se direcionavam. Isso apresenta o loteamento do olhar e das decisões do Estado brasileiro em ambiente já emancipado e republicano. O alicerce em posturas domésticas patrimonialistas destacou a Amazônia de um plano nacional e de soberania, diante da ausência de representatividade local política no pleito federal.

Já em fins do período de submissão de parte da atual América do Sul à Coroa Espanhola, constata-se outro motivo de não ocupação colonial e, imediatamente, dos países de parte das atuais regiões orientais peruana e boliviana. Está associado ao fracasso da política borbônica¹⁰¹ que culminou num crescente silenciamento e tratamento invisível àquelas regiões (JORDÁN, 2001), especialmente entre os anos de 1802 e 1820. A isso, a autora salienta que o processo de enfraquecimento das missões associadas à Coroa Espanhola e o esfacelamento da

¹⁰⁰ §III, Trata da Demarcação do Artigo XIº desde a Confluência dos Rios Guaporé e Mamoré até a boca mais ocidental do Japurá - Considerações gerais sobre alguns pontos da Demarcação estabelecida no tratado de Paz, e de Limites do 1º de outubro de 1777, celebrado entre as Coroas de Portugal e de Espanha, pp. 37-45, Código nº465. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Porto, Portugal (manuscritos).

¹⁰¹ Foi o período marcado pela ascensão da Dinastia Bourbon na Coroa Espanhola que culminou na tentativa fracassada das reformas administrativas e econômicas empreendidas no século XVIII para o fortalecimento na América, de reafirmação do poder e do enfraquecimento da população crioula.

Colônia em futuros emergentes Estados Nações, tornaram essas áreas – hoje correspondentes ao atual Acre - mais distantes da coesão territorial e da unidade institucional diante da Soberania Nacional que nascia em cada país circunvizinho ao Brasil.

A interrupção das Missões Jesuíticas nas bacias do Prata e do Paraguai, na segunda metade do século XVIII, impediram a conexão, pelas vias naturais, dessas regiões com o oceano atlântico. O caminho expansionista seria traçado pelo acesso às regiões do *Alto Perú* e o do oriente boliviano, sendo que esta última, até poucos anos, se encontrava isolada da dinâmica colonial, sem qualquer comunicação com a atual região boliviana do altiplano. Além da ocupação territorial a partir da integração das Missões de Chiquitos e Moxos, o desenho jesuítico desfavoreceu e retardou a conectividade do acesso da Bolívia até o Oceano Atlântico. A expulsão dos Jesuítas em 1767 da América Hispânica, e em 1759 do Brasil, o fechamento das vias fluviais pelo Paraguai fruto da ação da Coroa Espanhola, abortaram as possibilidades de avanços territoriais pela prática evangelizadora (LOBO, 1960).

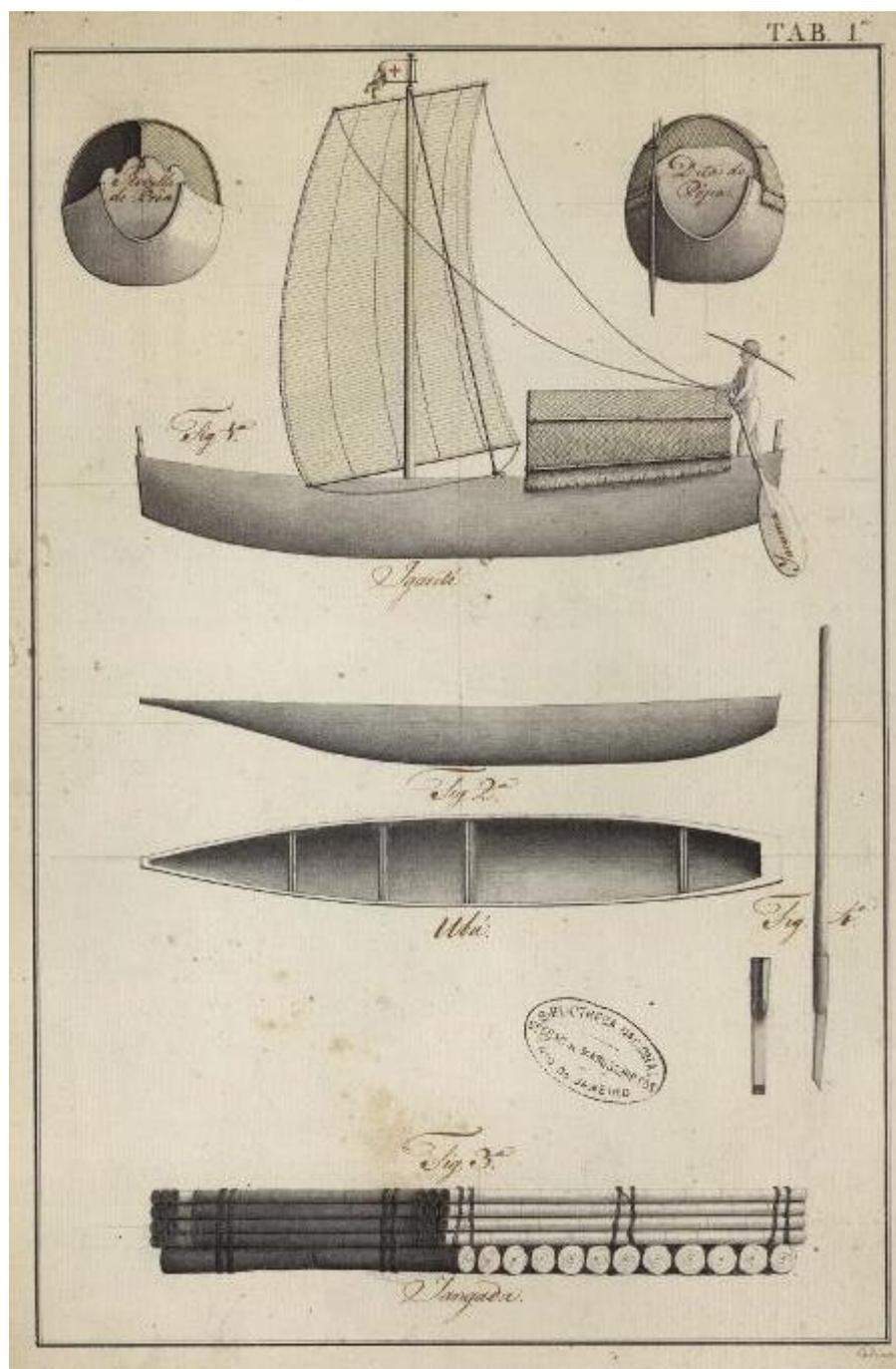
Outros fatores de impedimento de expansão das vias de comunicação das Missões Jesuíticas são, a partir da decisão da Coroa Espanhola, decorrentes da política de isolar e não prolongar os caminhos missionários para não favorecer o contrabando português ou a fuga de “mamelucos”. Para Lobo (1960), este raciocínio se coloca diretamente oposto ao pensamento expansionista dos portugueses, que ocuparam o que os espanhóis negavam e que o continham como delimitação a cada monarquia nos textos tratadísticos.

Campos (2004) contribui, a partir de sua tese de doutorado na FAUUSP, para o rol argumentativo da não ocupação não indígena no atual Acre. Pontua a questão da limitação tecnológica da indústria naval. Para a autora, o processo da chegada de homens de outras partes do Brasil em fins do século XIX às atuais terras acreanas, parte de um casamento de variáveis. A eminência do uso da borracha no mercado industrial internacional e o surgimento das embarcações a vapor constroem um arranjo para alimentar a subida dos rios, do lado brasileiro, e as descidas daquelas águas do lado peruano e boliviano. O aprimoramento da força propulsora dos motores gerou os “vapores”, nome dado aos barcos e navios que usavam tal tecnologia. Apenas a partir da década de 1850, sobretudo no caso brasileiro, é que há força mecânica enfrentadora das vazões fluviais, para subir os rios e atingir os médios e altos rios, concentrados à direita do Amazonas.

O acesso às poucas águas das cabeceiras dos rios era realizado apenas com as ubás, no caso do atual Acre. São embarcações esguias e que podiam, inclusive, ultrapassar manualmente os obstáculos encontrados nas calhas e adentrar nos recantos tidos como

impenetráveis para outras embarcações de maior porte. Nas ubás eram usadas varas para impulso e deslocamento. O conjunto do movimento da embarcação e o uso da força humana para o deslizar nas águas é chamado de varejar. As esguias e compridas peças de madeira eram atoladas, verticalmente, no fundo dos rios e uma força gerada para a orientação do percurso fluvial (BRUGNARA, 2018). É importante destacar o comportamento eólico nessa porção amazônica que não permitia o uso da tecnologia das embarcações à vela. É importante relativizar as afirmações tanto desta autora quanto a de Campos (2004) ao restringir a capacidade humana de avanço nas águas do atual Acre. Isso se afirma em função do próprio processo de colonização e dos fluxos ultramarinos ainda no século XV e das incursões por diversas partes e do interior do Brasil ao longo dos séculos de invasão europeia.

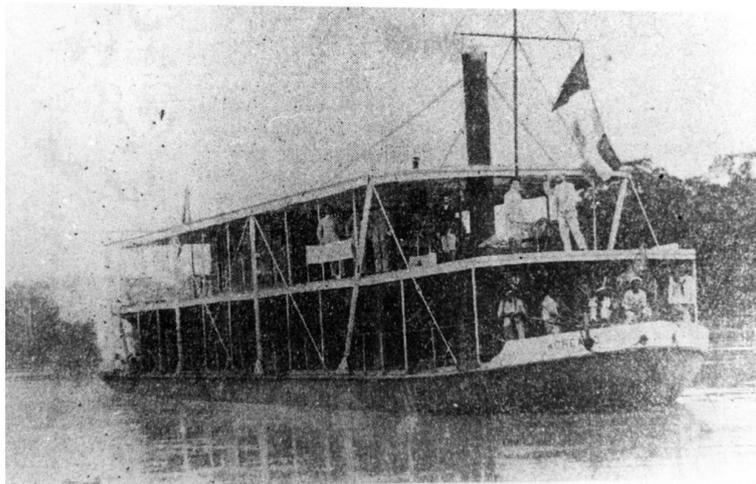
Figura 9 - Um igarité, uma ubá e uma jangada, e seus acessórios.



Fonte: Codina (17??)¹⁰². Data: século XVIII.

¹⁰²CODINA, Joaquim José. **Um igarité, uma ubá e uma jangada, e seus acessórios.** Data: 17??. Acervo Biblioteca Nacional. Código: mss1095098. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17506/uma-igarite-uma-uba-e-uma-jangada-e-seus-acessorios>. Acesso em 17 de fev. de 2020.

Figura 10 - Embarcação tipo Vapor denominada “Acreano”



Fonte: Acervo Fotográfico DPHC/FEM – Governo do estado do Acre. Data: 1910

Além das ubás, outras embarcações de pequeno porte e de tração humana eram usadas para as explorações das águas amazônicas em tempos anteriores ao vapor. As canoas, os botes, os igarités e as balsas compunham artefatos navais, conforme se vê alguns desses artefatos registrados no século XVIII, a partir do desenho à nanquim de Joaquim José Codina a respeito da Amazônia. Havia a necessidade da força física para dezenas de remeiros para cada embarcação, que compunham cada comitiva. Existia também, e principalmente, o uso da força intelectual dos povos originários, daqueles que detinham o conhecimento sobre o convívio e a circulação naquelas regiões, bem como do uso tecnológico das embarcações tradicionais. Deste modo, Domingues (1991, p. 82), reconhece que

Foi, sem dúvida, por influência dos indígenas que os colonos fizeram das canoas o modo de transporte nos rios amazônicos. Com os índios, aprenderam a usar as madeiras mais duráveis e resistentes e a escolhê-las segundo a sua durabilidade, peso e dureza ou ainda em função das dimensões da canoa, a usar o breu e a estopa na calafetagem e determinadas fibras vegetais (guaxima, embira) na confecção de cordas e toldos.

Além do conhecimento autóctone, a autora destaca a contribuição portuguesa através dos saberes e do emprego das técnicas, a exemplo de cortes, do uso dos instrumentos e do fogo, vivenciados no mundo amazônico colonial. Num panorama ilustrativo e exemplificador, a autora informa que havia embarcações que apresentavam até 40 remeiros. Mas, o comum eram 12, 20 ou 16 pessoas. Para um percurso de 70 léguas¹⁰³, cada embarcação da época realizava velocidades diferentes. As canoas de aviso faziam entre 5 ou seis dias. Já os

¹⁰³ A légua, antiga unidade de medida adotada por Portugal no período colonial no Brasil, tem uma variação métrica, conforme seu fim (terrestre, marítimo etc.) e temporalidade de seu uso, de 2 a 7km. O parâmetro de maior circulação e prática é a que 1 légua corresponde a 4.828, 032m, ou 4,828032km.

botes gastavam de 10 a 12 dias, enquanto as canoas grandes eram mais lentas e perfaziam entre 14 e 20 dias tal distância (DOMINGUES, 1991).

Reis (1956, pp. 65-66) também reconhece a existência plural das soluções de embarcações tradicionais praticadas pelas populações originárias para a região. Informa que:

Na Província do Amazonas, o Juruá e o Purus, rios que só depois da independência começaram a ser percorridos e avaliados nas riquezas que guardavam, eram viajados por ‘cobertas’, e outras embarcações de origem indígena, tripulados por tapuios ou caboclos, para os quais não havia segredos na condução e manejo, como não havia dificuldades na identificação dos cursos fluviais que e abriam ao comércio e à ocupação.

Nesta afirmação, além da intenção de apresentar a diversidade do conhecimento e dos modos de fazer e de usar a produção naval, constata-se também o ato contraditório ao afirmar simultaneamente o gesto inaugural dos rios percorridos após a independência do Brasil mas que se alicerçou tal ação pelos conhecimentos pretéritos das populações indígenas.

Sobre os desafios lançados pelas águas aos exploradores, destaca-se, ainda, os desenhos paralelos dos principais cursos d’água que criavam um deslocamento impermeável. Não se podia entrecruzar por via fluvial o Purus, o Acre, o Juruá, portas de entrada, para o lado expansionista português. Rios que correm paralelamente e a ausência de elementos físicos da geografia que possibilitassem conexões, comunicações entre os rios para vencer tais percursos e consolidar formas cognitivas de reconhecimento na geomorfologia dificultaram a ocupação dessa macrozona pelos ádvenas. Já no século XIX, a Bolívia desenvolveu para o seu território proposições de construções de istmos, bem como o Brasil, já sob a ordem do Território Federal, especulou a construção de canais. Todas essas soluções visavam a articulação das calhas fluviais e diminuir a distância entre cada uma delas, de maneira a favorecer o acesso, o deslocamento e o escoamento de gente e, principalmente, da produção.

Com a emancipação da Bolívia ao *status* de país, segundo Jordán (2001), havia o interesse de estruturação do *Oriente* pelo governo nacional. Porém, a autora apresenta uma série de justificativas que não fizeram implementar as políticas públicas planejadas para tal área, ainda no século XIX. A escassez de recursos financeiros para acessar e estruturar aquelas áreas, a instabilidade política em um Estado em formação, além do interesse majoritário de grupos dominantes na exploração argentífera direcionava para outras partes do país os investimentos públicos enquadrando o rol das argumentações no isolamento do atual Acre.

2.6. Outros apontamentos sobre o que (não) dizem as Cartografias

Há uma vasta produção cartográfica ao longo do século XVIII sobre as áreas que tangenciam o Acre, sobretudo naquelas advindas das demandas tratadísticas oficiais e daquelas partidas das agendas ocultas de cada Coroa ali vizinha e em litígio na América do Sul. Bueno (2004, p. 231) assinala que

O Brasil representado nos mapas setecentistas é o Brasil de além de Tordesilhas, com uma rede de caminhos, capelas, freguesias, vilas, cidades e fortificações – elementos que funcionaram como chaves de um território, cuja produção foi resultado de enorme investimento estratégico, minuciosamente projetado pela Coroa portuguesa. O desenho do território assumiu formas diferenciadas ao longo do período entre os séculos XVI e XVIII. Sertanistas dilataram os limites até então oficialmente estabelecidos pela abstrata e convencionada linha de Tordesilhas. Em termos de organização administrativa, os contornos das capitânicas seiscentistas e setecentistas diferiram muito das abstratas faixas convencionadas com a introdução do sistema de capitânicas hereditárias, em 1534. Excetuada a área do Uruguai (antiga Colônia do Sacramento) e acrescido o atual estado do Acre, podemos dizer que no século XVIII foi produzido o território que hoje reconhecemos como Brasil (BUENO, 2004, p. 231).

É exatamente na lacuna correspondente ao atual Acre que a autora salienta a exceção em sua assertiva sobre o contorno nacional, que se evidenciam alguns pontos aqui neste subcapítulo. Alguns mapas foram eleitos para arrolar as questões. Algumas fontes primárias de origem cartográfica não tiveram as suas imagens aqui reproduzidas. Porém, são pontuados por alguns aspectos neles constatados. Uma das fontes históricas é o mapa denominado *Cours du Fleuve Maragnon autrement dit des Amazones par le p. Samuel Fritz Missionnaire de la Compagnie de Jesus*, de 1707¹⁰⁴, localizada na Sociedade Geográfica de Lisboa – SGL, representa os rios correm paralelamente e que desembocam no rio Amazonas. As extensões são abreviadas no contrafluxo, sentido das cabeceiras, o que pode evidenciar o não acesso àquelas subidas. Apresenta, na área que pode corresponder ao atual Acre, os seguintes rios, com suas denominações reproduzidas tais quais são grafadas: Yavari, Jutar, Jurvua, Tefe, Caloa, Cuchivara e Madeira. As etnias indígenas localizadas são: Yoemamais, Yoabani, Guariurus, Huairvas, Yabomas, Yoemamai, Pavanas, Yaveis e Cuchivaras, como evidências dessas paisagens sobrepostas.

¹⁰⁴ FRITZ, P. Samuel. *Cours du Fleuve Maragnon autrement dit des Amazones par le P. Samuel Fritz Missionnaire de la Compagnie de Jesus*¹⁰⁴, Carta do Amazonnas de 1707. Gravura a preto. D.G.S.E, C.G.E.18 In: SOCIEDADE GEOGRAFICA DE LISBOA, 1922. **Coleção Fotográfica de Diferentes cartas, mapas, plantas e projectos referentes ao Brasil anteriormente à sua independência na quási totalidade**. Lisboa: Serviços Gráficos do Exército, 1922, p. 15.

Outra cartografia analisada foi o mapa¹⁰⁵ *Amérique du Sud*. Nele constam linhas diagonais entre o Vice Reinado do Peru e o Brasil, no sentido diagonal. Apresentam, na ordem noroeste-sudeste os seguintes rios: Javari (Hyabary), Jutay (Hyutahy), Juruá (Hyurba), Purus (Purus), sendo este com duas bifurcações, uma no Brasil e outra no Peru. Acima da linha geodésica que segue os paralelos, está localizada a Região de Solimões do Império do Brasil. Várias etnias são mapeadas ao longo dos citados rios: Conomanas, Navenas, Quatosis, Abisca, Curugueris ou Mutuanis, Guaciaris, Cuyacáyanes e Toronamas. O rio Beni se apresenta também com outra denominação: Paro.

Na mapa de 1759¹⁰⁶, denominada “Carta Geographica” é registrada uma área em branco correspondente a parte do atual Acre, a qual recebe a designação de *no está al prezente ocupado*. Entre a margem direita do rio Amazonas e as áreas próximas às bocas dos outros cursos d’água que correm ao que corresponde hoje pelo Acre, estão mapeadas as *Missiones de los Carmelitas Portugueses*. Estão mapeados diagonalmente os rios que correm paralelamente um ao outro: Yutay, Yurva, Tefé, Cayenne, Cateoi, Coari, Cuchivara e Purus. O rio Beni aparece como uma continuidade do Purus. Montanhas são apresentadas nas cabeceiras dos referidos rios.

O *Mapa Geográfico de la maior parte de la América Meridional que contiene Los Países por donde debe trazarse la Línea Divisoria que divida los Dominios de España y Portugal construído en virtude de Real Orden por el Teniente General Dn. Francirco Requena em el año de 1796*¹⁰⁷, registra ao atual Acre o patamar de *países desconocidos*. Foi identificado nos desenhos o paralelismo fluvial dos Javari, Yutay, Yaruá, Tefe, Coari, Caxivara e Purus. Há uma indefinição de onde as terras do Acre estariam contidas. Estaria ou no Vice Reinado de Lima, ou no Vice Reinado de Buenos Aires, sem qualquer perímetro delimitado. Há um registro textual neste documento que orienta, nas atividades demarcatórias da Coroa Espanhola, sobre o desenho geodésico implantado, que a “linha leste oeste deve estender-se segundo o Artigo XI

¹⁰⁵ 4-J-10 Mapa Amérique du Sud. . Data: ?. Referência: Mapa 4-J-10. Sociedade de Geografia de Lisboa, Portugal (cartografia).

¹⁰⁶ Carta Geographica de que serviu o Ministro. Data: 1749. Autor:?. Referência: 2-H-4. Sociedade de Geografia de Lisboa, Portugal (cartografia).

¹⁰⁷ Mapa Geográfico de la maior parte de la América Meridional que contiene Los Países por donde debe trazarse la Línea Divisoria que divida los Dominios de España y Portugal construído en virtude de Real Orden por el Teniente General Dn. Francirco RequenaData: 1796. Cota: 18-A-9. Sociedade de Geografia de Lisboa (cartografia).

[do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777] e que intercepte os Rios Purus, Coari, Tefé, Juruá e Jutai¹⁰⁸”.

Estes três exemplos são amostrais das características e conteúdos arrolados ao longo da pesquisa, mediante contato com a cartografia histórica do período colonial luso-hispânico na atual América do Sul. Especificamente sobre a área que se constituiu em momento posterior no atual Acre brasileiro, merecem aqui algumas observações, conforme registros na sequência.

Primeiramente, trata-se de um vazio intencional que conflita, simultaneamente, com a representação das ocupações dos povos originários e os rios densamente ocupados. A inexistência é uma afirmação contraditória e fundamental na instituição colonial. O vazio está no branco do mapa, nas circunscrições às contínuas malhas de quadrículas de coordenadas geográficas e dos rios que não se prolongam. O segundo ponto está alinhado às construções projetivas sobre aquelas realidades pré-existentes. Uma delas é a das ordens religiosas, que contemplava aquelas terras, ora pelos carmelitas, ora pelos jesuítas, embora, na prática, os missionários estivessem, dali, a centenas de quilômetros de distância. As projeções materializaram os limites abstratos das possessões das Coroas e dos tratados, onde as soluções gráficas e, por excesso, geométricas, evidenciavam o desconhecimento e desinteresse daquela região. Ou, naquilo que sutilmente se constata nesta tese, o não acesso pela resistência das populações originárias.

Ao que seria o Acre, muitos mapas apresentaram naquele vazio disponível, o repouso dos elementos gráficos e textuais alfanuméricos que compunham as informações de cada cartografia. Assim, o terceiro ponto a destacar parte das identificações das ilustrações e escritos: rosa dos ventos, carimbo, legendas e convenções, cartuchos e tantas outras possibilidades de comunicação para além das informações topográficas, corográficas e geográficas que ali continham. A partir do uso da grafia Acre, outros elementos cartográficos passam a constar nos mapas, porém com certo grau de similaridade com o gesto daqueles outros desenhos e informações inventados. A abstração que delineava a disputa e que se sobrepunha, tal qual um crédito genérico de um mapa, era dedicada a realidades ali pré-existentes e sempre desconsideradas.

O quarto ponto se refere às distorções de representações, a exemplo de distâncias, sentido e desenhos dos cursos d'água, limites político-administrativos, limites naturais, linhas

¹⁰⁸ *Idem*. Tradução e adaptação nossa. Texto original: “línea este oeste que debe tirarse segun el articulo XI que intercepte los Rios Purús, Coari, Tesé, Yarua y Yutay”.

geodésicas. Parte dessa característica advém das limitações técnicas da época e dos exaustivos trabalhos de campo, e parte tem origem nas deformações e manipulações intencionais, numa disputa explícita ou velada a quem ali detinha o poder. Deste modo, manchas de posses e bordas fluidas que não se definiram com exatidão entre Capitanias, Vice-reinados, chegaram aos Estados Nações do século XIX com igual imprecisão. Vale ressaltar que outra parte significativa dessas imprecisões não estão relacionadas às tecnologias disponíveis para a confecção cartográfica. Dizem respeito aos interesses diversos e em disputa, marcados pelo litígio geopolítico, por exemplo. As cartografias são representações e a realidade ultrapassa os limites dos recursos destes símbolos, instrumentos e comunicações. Tais questões tornam imprecisas as definições de limites, divisas e fronteiras até os dias atuais, conforme explicitado na Introdução desta tese, ao caso dos estados do Amazonas e do Acre, por exemplo.

As construções imaginárias e especulativas configuram o quinto ponto. Lançada àquelas paisagens, constaram em mapas nascentes dos rios no Lago Titicaca, ou serpenteados por cadeia de montanhas, associado às ideias de cabeceiras e certa proximidade com os Andes. Os rios foram igualmente pontilhados como projeções imaginadas naquela vasta região. O sexto ponto está relacionado à representação hidrográfica descontínua, especialmente voltadas às cabeceiras, médio e alto cursos, onde a empresa colonial não efetivou a sua ocupação. O sétimo ponto reafirma dados já abordados, sustentados pelos discursos do incógnito, dos *países desconocidos*, país das amazonas, que quer expressar uma região não ocupada pela prática colonial e, que, portanto, se constitui como inexistente e desconhecida.

Estas área jamais foram desconhecidas de todo. Já nos mapas do séculos anteriores ao acirramento tratadístico dos Setecentos, percebe-se a menção às diversas etnias. Estas inscrições oscilam fortemente, seja pela distorção, imprecisão e projeção das informações, seja pelas absorções das denominações daquelas sociedades ágrafas e traduzidas nas línguas que pautavam a prática cartográfica daqueles tempos: espanhol, português, francês, latim e inglês, por exemplo. Apesar das variações linguísticas, a própria nomenclatura utilizada nos cursos d'água predispõe de uma ideia de conhecimento anterior. Os rios têm, na maioria dos casos, uma etnotoponímia. O vazio é uma estratégia de colonização. Jamais, nesses tempos, aquela área foi um vazio demográfico. Isto configura o oitavo ponto.

Por último, o nono ponto explicita o enquadramento dos recortes dos territórios representados, associados ao uso da escala adotada. Muitos mapas encerram seus quadrantes, margens superiores ou inferiores, encravam em molduras aquela parte que seria dedicada às terras do atual Acre. Àquilo que não existia, se dedica a supressão literal da imagem de

representação de uma possessão “contínua” e “infinita”. Algumas dessas argumentações estão evidentes em cartografias já lançadas neste capítulo, bem como se apresentam, na sequência, outras fontes primárias para elucidar tais pontuações.

Figura 11 - Mapa América Meridionalis



Fonte: BPMP¹⁰⁹. Data: 1772.

¹⁰⁹DELISLE, Guillaume, 1675-1726 America Meridionalis / concipiata juxta observationes Dñi Acad. Regalis Scientiarum et nonnullorum aliorum, et juxta annotationes recentissimas per G. de L'Isle geographum ; Gustav Conrad Lotter, sculps.. – [Escala ca 1:19 100 000]. 500 milliaria communia francica, 25 unum gradum conficientia = [11,65 cm]. - Agustae Vindelicorum [Augsburg] apud Tobiam Conr. Lotter, 1772. – 1 mapa em 1 lâmina : gravura, color. ; 46x58 cm, em folha de 53x68 cm. – Incluído em atlas factício proveniente de Santa Cruz de Coimbra. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Portugal. Cota C-M&A- P. 8(6) (cartografia).

Figura 12 - Detalhe do Mapa América Meridionalis



Fonte: BPMP¹¹⁰. Data: 1772.

¹¹⁰DELISLE, Guillaume, 1675-1726 America Meridionalis / concinãta juxta observationes Dñi Acad. Regalis Scientiarum et nonnullorum aliorum, et juxta annotationes recentissimas per G. de L'Isle geographum ; Gustav Conrad Lotter, sculps.. – [Escala ca 1:19 100 000]. 500 milliaria communia francica, 25 unum gradum conficientia = [11,65 cm]. - Agustae Vindelicorum [Augsburg] apud Tobiam Conr. Lotter, 1772. – 1 mapa em 1 lâmina : gravura, color. ; 46x58 cm, em folha de 53x68 cm. – Incluído em atlas factício proveniente de Santa Cruz de Coimbra. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Portugal. Cota C-M&A- P. 8(6) (cartografia).

Figura 13 - Mapa L'Amérique Meridionale



Fonte: BPMP¹¹¹. Data: entre 1725 e 1750.

¹¹¹DELISLE, Guillaume, 1675-1726 L'Amérique Meridionale / dressée sur les observations de M.rs de l'Académie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les mémoires les plus récents par G. de l'Isle géographe. – Echelle [ca 1:19 000 000]. 350 lieues marines de Espagne et de Portugal de 17 1/2 au degré [18 ao grau] = [11,65 cm]. – A Amsterdam : chez R. & J. Ottens, géographes dans le Kalverstraat au Carte du Monde, [entre 1725 e 1750]. – 1 mapa : gravura, color.– 1 mapa em 1 lâmina : gravura, color. ; 45x51 cm, em folha de 55x66 cm. – Incluído em atlas factício proveniente de Santa Cruz de Coimbra. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Portugal. Cota C-M&A-10(35) (cartografia).

Figura 14 – Detalhe do Mapa L'Amérique Meridionale



Fonte: BPMP¹¹². Data: entre 1725 e 1750.

¹¹² DELISLE, Guillaume, 1675-1726 L'Amérique Meridionale / dressée sur les observations de M.rs de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. de L'Isle geographe. – Echelle [ca 1:19 000 000]. 350 lieües marines de Espagne et de Portugal de 17 1/2 au degre [18 ao grau] = [11,65 cm]. – A Amsterdam : chez R. & J. Ottens, geographes dans le Kalverstraat au Carte du Monde, [entre 1725 e 1750]. – 1 mapa : gravura, color.– 1 mapa em 1 lâmina : gravura, color. ; 45x51 cm, em folha de 55x66 cm. – Incluído em atlas factício proveniente de Santa Cruz de Coimbra. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Portugal. Cota C-M&A-10(35) (cartografia).

Figura 15 - Mapa South América



Fonte: BPMP¹¹³. Data: 1775.

¹¹³PALAIRET, Jean, 1697-1774 South America / J. Lodge scul p. – [Escala ca 1:18 000 000]. 600 geometrical miles 60 in a degree = [6,3 cm]. – [1775]. – 1 mapa em 1 lâmina dobrada : gravura, color. ; 43x50 cm, em folha de 54x65 cm In: An elementary and methodical atlas, originally intended for the use of His Serene Highness The Prince of Orange and Nassau, Stadtholder of the United Provinces, &c. &c. / by John Palairt Agent of their High Mightinesses the States-General, at the Court of Great-Britain. – The second edition, revised, corrected and greatly improved, under the inspection of the author. – London : printed for J. Nourse, in the Strand, bookseller to His Majesty, 1775. - Cota antiga: “Δ-4-13”. - Na guarda posterior pode ler-se: “nº 33 Mendes”, Livraria do 1º Visconde de Balsemão. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Portugal. Cota C-M&A- P. 13(10) (cartografia).

Figura 16 - Detalhe do Mapa South América



Fonte: BPMP¹¹⁴. Data: 1775.

¹¹⁴PALAIRET, Jean, 1697-1774 South America / J. Lodge scul p. – [Escala ca 1:18 000 000]. 600 geometrical miles 60 in a degree = [6,3 cm]. – [1775]. – 1 mapa em 1 lâmina dobrada : gravura, color. ; 43x50 cm, em folha de 54x65 cm In: An elementary and methodical atlas, originally intended for the use of His Serene Highness The Prince of Orange and Nassau, Stadtholder of the United Provinces, &c. &c. / by John Palairt Agent of their High Mightinesses the States-General, at the Court of Great-Britain. – The second edition, revised, corrected and greatly improved, under the inspection of the author. – London : printed for J. Nourse, in the Strand, bookseller to His Majesty, 1775. - Cota antiga: “Δ-4-13”. - Na guarda posterior pode ler-se: “nº 33 Mendes”, Livraria do 1º Visconde de Balsemão. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Portugal. Cota C-M&A- P. 13(10) (cartografia).

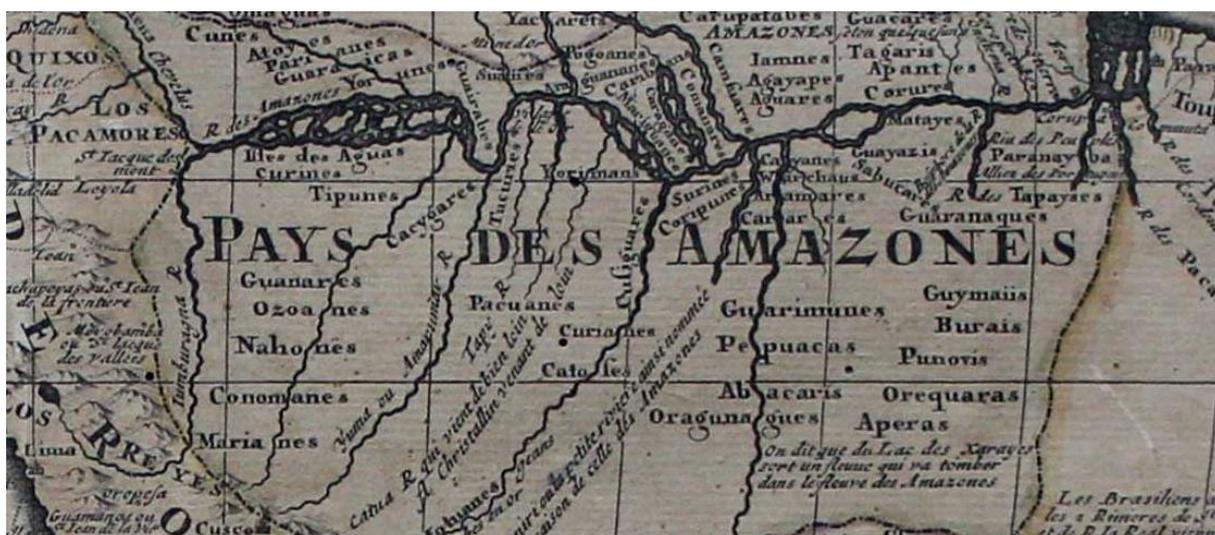
Figura 17 - Mapa L'Amérique Meridionale



Fonte: BPMP¹¹⁵. Data: entre 1725 e 1750.

¹¹⁵DELISLE, Guillaume, 1675-1726 L'Amérique Meridionale / dressée sur les observations de M. de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. de L'Isle geographe. – Echelle [ca 1:19 000 000]. 350 lieues marines de Espagne et de Portugal de 17 1/2 au degre [18 ao grau] = [11,65 cm]. – A Amsterdam : chez R. & J. Ottens, geographes dans le Kalverstraat au Carte du Monde, [entre 1725 e 1750]. – 1 mapa : gravura, color. ; 45x51 cm, em folha de 47x61 cm. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPM P. Cota: C-M&A- P. 17(17) (cartografia).

Figura 18 - Detalhe do Mapa L'Amérique Meridionale



Fonte: BPMP¹¹⁶. Data: entre 1725 e 1750.

¹¹⁶DELISLE, Guillaume, 1675-1726 L'Amérique Meridionale / dressée sur les observations de M.rs de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. de L'Isle geographe. – Echelle [ca 1:19 000 000]. 350 lieües marines de Espagne et de Portugal de 17 1/2 au degre [18 ao grau] = [11,65 cm]. – A Amsterdam : chez R. & J. Ottens, geographes dans le Kalverstraat au Carte du Monde, [entre 1725 e 1750]. – 1 mapa : gravura, color. ; 45x51 cm, em folha de 47x61 cm. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPM P. Cota: C-M&A- P. 17(17) (cartografia).

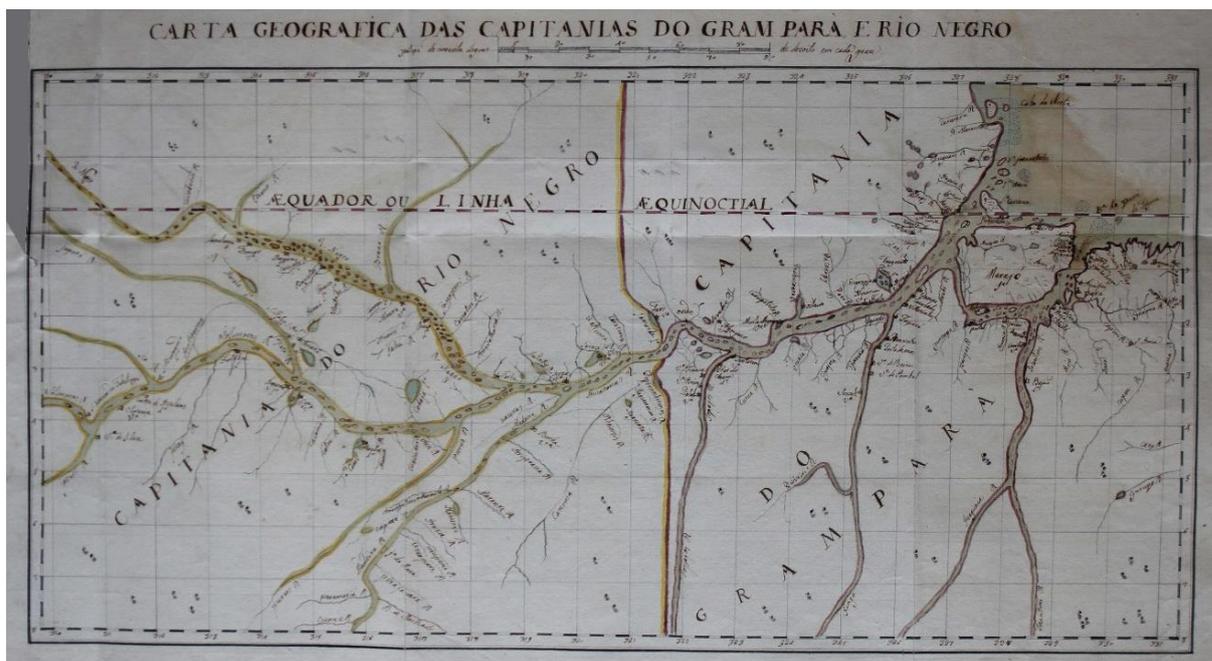
Figura 19 - Alteração ao plano de demarcação que o Cap. m Gen. al João Pereira Caldas propos e remeteo á Corte acompanhado da carta datada de 27 de Junho de 84, e que assim agora se emenda na parte respectiva a os Rios Madeira e Javari, pelo que rezultou do reconhecimento ao segundo feito no presente anno de 1787



Fonte: BPMP¹¹⁷. Data: 1787.

¹¹⁷CARVALHO, José Simões de, fl. 1781-1809 Alteração ao plano de demarcação que o Cap. m Gen. al João Pereira Caldas propos e remeteo á Corte acompanhado da carta datada de 27 de Junho de 84, e que assim agora se emenda na parte respectiva a os Rios Madeira e Javari, pelo que rezultou do reconhecimento ao segundo feito no presente anno de 1787 / fis por ordem, D.or José Simoins de Carvalho Ca p. t Eng. – [Escala ca 1:5 100 000]. 1 grau de latitude = [2,2 cm]. – 1787. – 1 mapa : ms. ; 33x44 cm, em folha de 40x59 cm. Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Portugal. Cota: C-M&A p. 24(37) (cartografia).

Figura 20 - Carta geografica das capitãncias do Gram Parà e Rio Negro



Fonte: BPMP¹¹⁸. Data: 1775.

Figura 21 - Detalhe Carta geografica das capitãncias do Gram Parà e Rio Negro



Fonte: BPMP¹¹⁹. Data: 1775. [1775].

¹¹⁸CAPITANIAS DO GRÃO PARÁ E RIO NEGRO Carta geografica das capitãncias do Gram Parà e Rio Negro. – [Escala ca 1:4 200 000]. Petipé de noventa legoas de dezoito em cada grau = [13,6 cm]. – [1775]. – 1 mapa em 1 folha dobrada : ms., color. ; 30x59 cm, em folha de 37x64 cm In: Diário da viagem que em visita e correição das povoaçoens da Capitãncia de S. Jozé do Rio Negro fez nos annos de 1774 e 1775 Franc.co Xavier Rib.ro de Sampayo – 1775. – Ms. 538, entre f. 135-136Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPM P. Cota MS-538, fol.135-a (cartografia).

¹¹⁹CAPITANIAS DO GRÃO PARÁ E RIO NEGRO Carta geografica das capitãncias do Gram Parà e Rio Negro. – [Escala ca 1:4 200 000]. Petipé de noventa legoas de dezoito em cada grau = [13,6 cm]. – [1775]. – 1 mapa em 1 folha dobrada : ms., color. ; 30x59 cm, em folha de 37x64 cm In: Diário da viagem que em visita e correição das povoaçoens da Capitãncia de S. Jozé do Rio Negro fez nos annos de 1774 e 1775 Franc.co Xavier Rib.ro de

2.7. Considerações parciais sobre o Capítulo 2

Ao percorrer os fragmentos documentais das fontes primárias e os textos interpretativos de uma vasta produção bibliográfica, reforça-se a ideia de imobilização das terras do atual Acre. Este pensamento não se ancora no lamento pela ausência da empresa colonial naquelas terras, mas evidencia a curiosidade que se perpetuou como o extenso de terras praticamente inatingível, inalcançável. Consequentemente, foi arquitetada a sua inexistência.

A invenção superlativa do vazio, compreendida aqui como o extremo de um outro extremo categorizado pelas Coroas do mundo ibérico, supera, inclusive a ideia de **fundos territoriais**. Ao atual Acre, o desconhecimento efetivo não o enquadrado em estoques sob iminentes “devassidão”, perspectiva machista ao processo da invasão, de suas riquezas naturais. O desenquadrado, o imobilizou nessa “mobilização ibérica”, no trânsito econômico expansionistas na Amazônia.

Grande parte dos argumentos construídos para a não ocupação colonial naquelas terras: natureza hostil, rios dinâmicos entre secas e cheias, formações minerais embarceiradas, ausência de tecnologia naval para adentrar e percorrer os rios, chuvas intensas, entre outros, são importantes para mapear os reais e potencializados desafios. Todavia, ao que se leva a constatar nesta tese por outros escritos é que não havia uma riqueza natural alinhada às demandas mercantis ultramarinas que despertasse a força colonizadora naquelas paragens. Há uma mudança reversa exatamente em meados do século XIX, já em fronteiras internacionais, a partir das demandas industriais europeia e estadunidense para a borracha, oriunda da seiva milenarmente conhecida pelos povos originários. Foco este traçado no próximo capítulo, o 4. De todo modo, constata-se que os discursos da inexistência das riquezas naturais e da adversidade da geografia física se colocam questionáveis quando se recupera a ideia da resistência das populações originárias às tentativas de invasões. Isso marca uma contradição fundamental nos discursos dos colonizadores que reconheciam, por exemplo, as práticas indígenas das embarcações para o uso auxiliar nas subidas e descidas dos rios, entre outros exemplos aqui já expostos.

Não coube nesta tese uma anástilose ou anamnese dos processos coloniais de construções de fronteiras, latitudes, longitudes, demarcações oficiais, propostas e contrapropostas de cada Coroa. Aqui o que coube foi exatamente verificar como a região do

atual Acre ia se moldando a cada intento, a cada ação e, especialmente, a falta dela. As abstrações lançadas, oblíquas, paralelos, deslocadas, alinhadas a meridianos e tantas outras geometrias foram, essencialmente, construções mentais que ali não correspondiam ao meio ambiente físico e àquelas ocupações pré-existentes. Todavia, permaneceu até os dias de hoje um legado geodésico, uma linha oblíqua que, mais que costurar marcos entre os rios Madeira e Javari, estavam ali costurando rios entre essas calhas maiores. Esta linha mestra tornou-se um legado imaginário que emoldurou organizações administrativas físico-territoriais, rodovias, ferrovias e tantos outros engenhos que, ali, referendaram as projeções setecentistas. Organizou a estruturação dos tratados lançados entre a Bolívia, Peru e o Brasil, ainda no século XIX e que, se consolidou, no alvorecer do século vindouro.

Algumas contradições marcam o período da mobilização ibérica. Considerando o caráter eminentemente projetivo aludido às terras atualmente acreanas, foram verificadas denominações de diversos cursos d'água e, especialmente, das etnias dos povos originários ali existentes. Simultaneamente, este lugar era tratado como desconhecido e vazio. Trata-se das estratégias políticas de colonização evidenciadas pelas **violências epistêmicas** como práticas naturalizadas.

Outra contradição está relacionada ao período já emancipado e republicano, ao tratar da “conquista” e anexação do Acre ao Brasil como obra ultimadora da Ilha Brasil. Esta inserção à obra única e nacional é posterior às diversas negociações coloniais que culminavam na permanência dessas terras junto a Coroa Espanhola. É marcada também, já na segunda metade do século XIX, pela ratificação do pertencimento à Bolívia, através da firma com o Brasil, ambos em litígio, do Tratado de Ayacucho, de 1867. A este processo é dedicado uma abordagem no próximo capítulo.

Este mito da Ilha Brasil, associado ao triângulo insular, foi e é cultuado como um legado positivo português em que o Brasil civilizado, moderno e republicano honrou com seu gesto de soberania e defesa pátria, apesar de Portugal, por mais dilatada que tenha sido a sua atuação em terras e águas amazônicas, não tenha alcançado a região do atual Acre. Os personagens diplomáticos representantes da Coroa Portuguesa e, posteriormente, do Brasil, são homens que se sucedem na linhagem da dita obra triangular e insular. Alexandre de Gusmão, ainda nos Setecentos, Duarte da Ponte Ribeiro nos oitocentos e O Barão de Rio Branco no início dos Novecentos aquilatam o panteão dos heróis nacionais das fronteiras.

Apesar do ufanismo exacerbado dedicado, esses homens políticos e plenipotenciários ratificaram o expansionismo luso-brasileiro. É forte a narrativa encontrada

nos escritos espanhóis, bolivianos e peruanos que assumem a limitação técnica e política da Coroa e desses países emancipados frente as negociações com Portugal e, posteriormente, com o Brasil. Moscoso (2008), por exemplo, assinala que a ocupação na Amazônia se dá pela expansionismo colonial português e pela omissão administrativa e estrutura catequizadora da coroa espanhola.

Deste modo, depreende-se que naquela vastidão de terras, era também uma vastidão de homens e mulheres, de gentes que por milhares de anos se sucediam sem a presença dos ádvenas. E, mesmo sem a presença efetiva, aquelas sociedades originárias já estavam condenadas ao epistemicídio. Conseqüentemente, no século XIX, foi massacrada pela empresa extrativista dos países manipulados pelas forças pré-imperialistas. Da morte simbólica, virtual, abstrata, indireto, gestado por séculos de colonização indireta, culminou no exato, presencial, direto, substantivo e concreto genocídio em pouquíssimas décadas, uma miscigenação forçada e um “amansamento” daqueles subordinados ao sistema exploratório da borracha. Outros, remanescentes, se resguardaram nas cabeceiras dos rios, me florestas densas e rios mais inacessíveis, aos cariús¹²⁰. Porém, ao recuperar Harley (2005), o suposto branco grita um intencional, ao que constata a tese, e paradoxal silêncio. São as **agendas ocultas** lidas nas entrelinhas e no não desenhado das cartografias, das práticas (e ausências delas) e das espacialidades coloniais.

¹²⁰ Expressão tupi para designar o homem branco, o não indígena.

Sai de Xapuri
Vai para Rio Branco
Pra Boca do Acre é mais um tanto

Sobe até Manaus
É tanto barranco
Chega em Belém o ouro branco

Vai para a Inglaterra
Rotas para a guerra
Tampa da panela de pressão

Chance para quem
Escreveu errado
O seu próprio nome no passado

(O ciclo da borracha, Diogo Soares)

CAPÍTULO 3 - A CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS NAÇÕES EMANCIPADOS (PERU E BOLÍVIA E BRASIL) E AS INVENÇÕES QUE OFICIALIZARAM O ACRE

A emancipação das ex-colônias portuguesa (Brasil) e espanhola (Peru e Bolívia), na primeira metade do século XIX, ocorreu sem o delineamento e precisão de suas fronteiras. Mais que isso, ocorreu sem o conhecimento da exatidão da vastidão territorial de sua geografia física complexa e povoada por populações originárias. Para Goes Filho (2013), a independência e a criação dos Estados Nações vieram acompanhadas por um desrespeito mútuo às terras alheias, marcadas com ações expansionistas invasoras. Demétrio Magnoli (1997) apresenta em seu livro “O Corpo da Pátria” que as fronteiras do Brasil foram definidas, em sua maior parte, após o período colonial. Dessas, 51% das linhas confinantes foram acordadas já no Império e as 32% restantes se consolidaram na República.

Aquilo que havia sido estabelecido como política diplomática e de exploração colonial era, continuamente, desconsiderado, como sempre se praticou nas fronteiras. A formalidade firmada entre as partes e textos tratadísticos adormecia como letra morta, bem como quaisquer outros gestos de acordos entre Coroas ou Nações. Percebe-se, nesta tese, que o desagrado recíproco tem origem na imprecisão e na insciência do que cada Colônia ou país possuía oficialmente. Acrescido a isso, havia uma insatisfação diante do sentimento de usurpação. A Bolívia tornou-se um Estado independente em 1825. Já o Brasil conquistou sua independência em 1822, porém, vinculado ao Império e Regência de matriz portuguesa, obtendo o *status* de República, de fato, apenas em 1889. O Peru, pouco antes, em 1821, já gozava de sua emancipação enquanto Nação.

Nos desenhos desta tríplice fronteira - Brasil-Peru-Bolívia - há vazios e inexistências tais como nos tempos coloniais para a nossa área de estudo. Apenas a partir das investidas despertadas pelas navegações dos rios amazônicos e da exploração do caucho e da borracha em meados do século XIX é que nasceram os litígios entre os Estados Nações que culminam na configuração e propriedade do atual Acre. Linhas de fronteira foram definidas onde antes imperaram discussões hipotéticas, abstratas e especulativas em séculos anteriores. Neste capítulo o objetivo reside em compreender as pioneiras práticas (e a ausência delas) geopolíticas dedicadas à região do atual Acre. Em função da soberania e do federalismo de espírito republicano investigou-se e definiram-se políticas e ações efetivas ao chamado “Oriente boliviano e peruano” ou à atual “Amazônia sul-ocidental brasileira”.

O recorte temporal, entre a primeira metade do século XIX e a primeira década do século XX, expressa o período de emancipação nacional e é marcado por litígios e esboços de tratados para acordar as disputas territoriais. As datações transbordam até os anos de 1903, ao caso específico do Brasil e da Bolívia e, até 1909, no caso particular do Brasil e do Peru, todas marcadas por negociações definidoras das respectivas fronteiras. Registra-se, na sequência, os apontamentos e análises a partir dos fragmentos das informações que levaram à compreensão das conformações geopolíticas e territoriais em tela.

É importante destacar que a efetivação das navegações nos rios pertencentes ao atual Acre se deu por diversas frentes, todas exploratórias e com interesse nas riquezas naturais ali concentradas. O rio Purus, também chamado *Cuchivara* ou *Yanapuary*, tem-se registros pioneiros de sua exploração pelos ádvenas, ainda na primeira metade do século XVII, pelo Padre jesuíta espanhol Cristóbal d'Acuña (1597-1670), sob comando da Coroa Espanhola (B.CASTELLO BRANCO, 1960). Apesar do protagonismo isolado, a ocupação pelos exploradores das suas margens e as subidas de suas águas ocorreram massivamente a partir da década de 1850. Atribui-se, entre outras variáveis, sua ocupação exploratória pela facilidade de deslocamento fluvial conquistada com o surgimento da navegação a vapor, assim como pela busca de novas espécies de seringueiras nativas e o exercício pleno do extrativismo herdado da prática colonial. Posteriormente, a ocupação ao longo dos rios atualmente acreanos ocorreu com a chegada das pessoas da região brasileira que hoje em dia se compreende por Nordeste. Este conjunto humano foi recrutado pelos empresários e governos locais e federal (CAMPOS, 2004).

Na engrenagem da empresa seringalista, registram-se algumas das ocupações históricas ao longo do rio Purus. Uma delas é situada no Lago Ayapuá, protagonizada pelo Pernambucano Manoel Nicolau de Melo. Outra refere-se a Boca do Purus, encabeçada por João Gabriel de Carvalho, ocupando posteriormente posição na área denominada pelos indígenas Jamamadis de Tauariá. Em 03 de abril de 1877 foi registrado o acesso ao rio Acre.

Circularam ao longo dos rios Purus e Juruá entre o período que antecede a explosão da exploração da borracha e o auge desse extrativismo, o geógrafo inglês William Chandless, José Rodrigues Cametá, Manoel Urbano da Encarnação, Romão José de Oliveira, João da Cunha Correia, são alguns expedicionários. Além deles, houve os profissionais contratados pelo governo boliviano, a exemplo de Franz Keller e Joseph Leuzinguer. O Diretor dos Jardins Reais de Kew, Hooker, enviou à Amazônia o botânico James Collins em 1873, que regressou à Inglaterra com as sementes de seringueiras, largamente cultivadas nos espaços experimentais florísticos da Inglaterra.

Cabe ressaltar a presença de Henry Alexandre Wickman, em 1876, da Inglaterra, representante de uma expedição responsável pelo tráfico de sementes de seringueira para o Jardim Botânico de Londres e pela disseminação da biopirataria para as colônias asiáticas à época. Foram levadas 70.000 sementes e 2.800 vingaram no cultivo. Fato este que fez, em poucas décadas posteriores, desvalorizar o preço e a comercialização da borracha da Amazônia diante da produção extensiva da heveicultura no Oriente. O plantio ocorreu em Singapura (Malásia), Ceilão (atual Sri Lanka) e, em fase posterior, em Malaca (Malásia) (LIMA, 1933).

Para Arruda et al. (2009), a ocupação dos brasileiros, efetivada pela consolidação das fronteiras e anexação da área em questão a este país, se deu exatamente nas faixas onde, por terem sido tratadas como inalcançáveis, não havia precisão. Não existia qualquer artifício geométrico e cartográfico que estabelecesse referência de propriedades e outros limites (ARRUDA et al., 2009). Estes autores apresentam as noções conformadoras das fronteiras nessa região que podem ser agrupadas em duas grandes frentes.

A primeira se refere às fronteiras moldadas pela perspectiva do *El Dorado* no “Inferno Verde”, diante das especulações das riquezas naturais, das drogas do sertão e, sobretudo, dos minerais, ao mesmo tempo em que a natureza hostil impunha uma barreira de acesso e avanço. Nesta abordagem, foram pontuadas algumas reflexões no Capítulo 2. A segunda frente está relacionada aos entraves gomíferos em territórios nacionais, especialmente no delineamento entre o Brasil, Bolívia e o Peru, no processo econômico da borracha em fins do século XIX e início do XX. O presente capítulo se dedica a esta segunda abordagem.

3.1. A Borracha que não apagou o Acre

Parte importante da produção historiográfica que versa sobre a temática aqui em discussão alicerça suas narrativas nos eventos inaugurais e mitos fundadores relacionados ao processo econômico da borracha, iniciado na segunda metade do século XIX, para a existência das terras e ocupação aqui em tela. Destaca-se, de pronto, que tal eleição é uma prática de ratificação da inexistência e do vazio atribuídos ao atual Acre, impresso, conforme já explicitado em capítulo anterior, na ocupação colonial da macro área na atual América do Sul. Visto em seções pregressas, este território nunca esteve desocupado e sempre existiu. Desde os olhos especulativos e confabulatórios dos espanhóis e portugueses, até, e anteriormente, as ocupações milenares dos povos originários, a região fora si povoada e explorada desde tempos pré-cabralinos. Nessas temporalidades há marcas humanas indeléveis que, apesar da negação, são evidenciadas de uma ou outra forma a presença humana expressa na paisagem.

Todavia, o que não se pode negar é o frenético e crescente estímulo à ida para a Amazônia, desde o último quartel do século XIX, massivamente vinculado à ocupação predatória do extrativismo gomífero. No caso do atual Acre, segundo Fernandez (1958), os bolivianos não indígenas chegaram mais de 20 anos depois da ocupação ocorrida pelos brasileiros “brancos”. A busca do *Rey Dorado*, iniciada ainda no século XVI favoreceu o conhecimento dos viajantes espanhóis sobre a seringueira e o uso do látex. Data de 1536 registros do uso da borracha pelos missionários como elemento de impermeabilização de sapatos e de panos (LIMA, 1933; FERNANDEZ, 1958). No entanto, em relação ao Brasil, tais quais os portugueses ao ultrapassarem por séculos a linha quatrocentista de Tordesilhas, forçaram a ocupação em função do interesse extrativista das seringueiras. Fomentaram uma necessidade de defesa imbuída de patriotismo e soberania fomentados por forças imperialistas indiretas. Assim, no caso nacional, a prática de ocupação das terras atualmente acreanas foi baseada no lema “onde existisse seringueira, era o Brasil” (MELO, 1968, p. 105).

Os indígenas omáguas, etnia que ocupava as várzeas amazônicas nas áreas correspondentes ao município amazonense de Tefé, chamavam a borracha de “havé”. Existia uma diversidade de seringueira como barriguda, tambaqui, vermelha, chicote, branca e itaúba. Existiam outras árvores que produziam outros leites a exemplo do caucho e da balata. Mas a *Hevea brasiliensis* era a melhor e mais adequada às demandas industriais emergentes naquela segunda metade do século XIX (F.RIBEIRO, 2005).

É importante destacar que outros produtos similares faziam parte da prática industrial no extrativismo periférico da realidade brasileira. O Ceará, por exemplo, já produzia borracha ou sernambi, obtida a partir de maniçoba, principalmente a de mangabeira. Em 1847 o Ceará exportou 900 toneladas contra 624 toneladas de borracha da Amazônia (FURTADO, 1979). Entre uma vegetação praieira de restinga e uma floresta densa amazônica, a natureza se aproximava para a construção da história, como de fato, houve uma aproximação décadas posteriores, numa coincidência e destinos traçados do extrativismo e de suas populações.

Além da seringueira, houve uma exploração por parte essencialmente dos peruanos e bolivianos, do caucho, diante da ocorrência dessa vegetação em áreas incontestavelmente estrangeiras, diante dos brasileiros. A denominação deste outro produto gomífero vem do *kautchu*, palavra indígena que significa “pau que dá leite” (BELTRÁN, 2001). Além dessas nacionalidades, houve também caucheiros venezuelanos e colombianos. Produziam o *sernamby* que era o mais valorizado da seiva, ou pranchas, a partir dessas árvores, a *castilla elastica*. Entre a diversidade da oferta natural da seiva vegetal, a melhor borracha da Amazônia produzida se

localizava na região do rio Acre e de seus afluentes. Havia, portanto, a concentração do melhor látex nos rios da margem direita do Amazonas, que se ocorriam em áreas extremamente alagadiças. A *Hevea brasilienses* ocorria em terras baixas sujeitas a sazonais e grandes inundações, de cotas de 150 a 250m e com temperatura permanente de 27 graus. Era conhecida no mercado nacional e internacional como a “borracha fina do Pará” ou a “borracha fina do Acre” (ROCA, 2001; LIMA, 1933).

O uso sistemático e em larga escala da seiva da seringueira ocorreu apenas em tempos industriais, quando as metrópoles europeias e estadunidenses passaram a beneficiar a matéria-prima e confeccionar diversos produtos ligados ao vestuário, automóveis, instrumentos médicos etc. O *El Dorado* passou a ser, portanto, as minas de seringueiras que ofertavam o ouro negro, abertas ao capitalismo internacional no século XIX pelo rio Amazonas (ARRUDA et al., 2009). O início da exploração econômica do látex se deu de maneira rudimentar e destruidora. Começou já nas primeiras décadas do século XIX na região do Baixo Amazonas, ou seja, nas ilhas, a despeito de haver sido localizado pelos colonizadores na região do Solimões. Se derrubava a árvore por completo, e dali se retirava toda a seiva, de uma só vez, matando cada espécime. Deste modo, se criava a necessidade de deslocamento para a busca de novas árvores. Por algum tempo, até meados do século XIX, esta incipiente extração alimentou a produção de artefatos no mercado português, a exemplo de bolsas e sapatos (CAMPOS, 2004; REIS, 1956; LIMA, 1933).

Os seringais - empreendimentos mercantis demarcados por porções territoriais que continham as seringueiras sob domínio empresarial de exploração representada pelo seringalista (proprietário do seringal) - foram inicialmente instalados ao longo do rio Amazonas. Porém, os custos, investimentos e manutenção não compensavam os lucros ali obtidos. Por isso, a penetração nos rios afluentes, através das subidas, no caso brasileiro, foi se dilatando. Os exploradores que subiram os rios Ituxi e o Iaco encontraram cachoeiras que limitaram a sua exploração. Mais ao sul estava o rio Acre, com navegabilidade de seis meses, ao longo de um ano. A sua calha suportava embarcações a vapor de maior porte com uma liberdade de tráfego de mais de 300 milhas. Além disso, havia conexões fluviais com afluentes dos já citados rios Ituxy e Iaco, que, diferente das cachoeiras de Nazareth e de São Pedro, respectivamente, possibilitavam conexões com esses rios já conhecidos e o avanço de seus cursos.

Do rio Acre eram possíveis conexões com os rios Iquiry, Antimary, Riosinho, Xapuri e se conseguia atingir as cabeceiras do rio Madre de Dios. Atingia também a área entre

os rios Purus e Antimari, onde se instalou a Vila Floriano Peixoto, atual município amazonense de Boca do Acre (ROCHA, 1903). Além da ocorrência e concentração das melhores seringueiras, este rio passou a assumir uma vitalidade no cenário regional por questões de segurança, rapidez, economia na comunicação entre o rio Amazonas e a região mais afastada do rio Purus. Além dos seringais, outra estrutura fundiária, em pequena escala se constituíram as “colocações” que serviam para a morada dos seringueiros, homens trabalhadores que cortavam a seringa. Cada abrigo era chamado de tapiri. As colocações eram formadas individualmente por três “estradas¹²¹”, compostas por cerca de 120 a 150 “madeiras¹²²” (MAIA, 1978).

Textos célebres imobilizam e reduzem a presença humana levada aos seringais pelo recrutamento imperialista como seres presos num caminho sem fim e inescapável do regime de subserviência, de armadilha e aprisionamento da exploração da borracha. Conforme evidenciado em sua famosa afirmação, Euclides da Cunha (2006, p. 28), escreveu que ali é “o homem que trabalha para escravizar-se”. Diante do exposto, é visto também noutros escritos amazonialistas que criam perspectivas infernais e condenatórias em relação ao trabalho do seringueiro ao afirmar que

(...) em sua nudez erecta, silenciosamente, a seringueira vingava-se de quem a fere, amaldiçoando-o com seu leite. Dir-se-ia que, na transformação da alvura láctea da seiva líquida da seringueira em blocos ovalados, sólidos e elásticos de matéria enegrecida e bruta, encerra-se o ritual místico de toda a maldição, que é o extrativismo da borracha na região amazônica: - o homem, por menos livre que seja, torna-se um escravo ao transformar-se em seringueiro (MAIA, 1978, p. 109, [sic]).

O mesmo processo industrial oitocentista que criou demandas de matéria prima, também ofereceu tecnologia que justificava, a partir de então, a capacidade de enfrentar a sazonalidade das águas. As subidas dos rios até então dissociados dos interesses coloniais e republicanos, passaram a ser facilmente praticadas. As embarcações a vapor surgiram e se modernizaram ao ponto de possibilitarem a penetração dos altos rios amazônicos (REIS, 1956). Sobre embarcações, merecem destaque as ubás, pois seu *design* favorecia a subida dos rios, por serem estreitas e totalmente guiadas pelo controle da força humana. As cabeceiras dos rios foram assim alcançadas, já em áreas pertencentes ao Peru e a Bolívia, desde os primórdios da exploração gomífera pelos colonizadores (MAIA, 1978).

¹²¹ Também conhecida como perna de estrada, trata-se de caminhos picados abertos na floresta que costuravam a existência das árvores de seringueiras e definiam percursos.

¹²² Árvores seringueiras, cada espécime.

Havia outras tipologias de artefatos navais usadas à época: gaiolas, chatões, chatas, lanchas, baleeiras, motores, canoas, cascos e balsas (MAIA, 1978). Entre elas, destaca-se o batelão. Nesta embarcação, segundo Melo (1968), a subida dos rios acontecia de maneira lenta. Havia o uso da força humana através do remo e varejões - artefatos verticais. Havia também o uso da espia quando esses instrumentos não conseguiam vencer as correntezas das águas. Eram lançadas espécies de âncoras nas árvores amarradas por cordas e se puxava até a embarcação deslizar sobre a água.

Das menções aos gestos pioneiros da exploração econômica do rio Acre, se atribui ao brasileiro Manuel Urbano da Encarnação, ocorrido no ano de 1860. Além dele, João Gabriel e Antônio Labre foram alguns desses exploradores pioneiros do rio Purus. O inglês William Chandless explorou o rio Acre até as suas cabeceiras entre os anos de 1864 e 1865 (ROCHA, 1903; MELO, 1968). O Barão de Santo Elias, comerciante de uma casa aviadora em Belém, foi quem financiou a viagem de Gabriel de Carvalho e Melo, que chegou à foz do rio Acre em 1877 (REIS, 1956; TOCANTINS, 1962). Recuperando os escritos etimológicos da palavra Acre, tais registros não fazem sentido. São construções de “marcos”, “fatos”, “datas” entre outros aspectos do mito fundador.

Destarte, independente da disputa sobre a origem e protagonismo, cabe mencionar que a borracha deixa de ser um elemento invisível diante das forças exploratórias da colonização e coloca aquela região em evidência. Em vez de apagar, a desenha e faz existir. É inventada como um lugar de importância para o setor primário e todos os olhares, republicanos da tríplice fronteira e imperialistas transatlânticos, se voltam para aqueles rios, para aquelas florestas. Ocorre, de fato, a invenção e o batismo daquelas terras como o Acre inventado pelos colonizadores.

As secas, os “cearenses” e a agência estatal brasileira na forja imperialista do Acre

Conforme visto em capítulos anteriores, a naturalização da ideia da ida das pessoas do atual Nordeste para a Amazônia brasileira em textos importantes e clássicos na historiografia sobre o Acre, é uma reincidência. Até os dias atuais permanece esta narrativa na produção do conhecimento ao recorrer ao tópico da seca que expulsa e a floresta que atrai e acolhe a massa humana. Um dos exemplos desse tipo de narrativa está nos escritos de Araújo (2015) que enveredam na reprodução deste lugar comum assentado em omissões das violências e da força protagonista da agência estatal brasileira.

Fifer (2014), na historiografia boliviana, diferentemente, se direciona, ainda que discreta e brevemente, para a relação da ida da população do então Norte brasileiro à Amazônia, como fruto da organização de uma política de governo. Dessa região, majoritariamente os cearenses foram recrutados. Lira Neto (1999) informa que, entre os anos de 1877 e 1878, secas históricas assolaram o Ceará. Deste fenômeno natural, resultam, em 1878, na cidade de Fortaleza, 130.000 pessoas ali concentradas, das quais 110.000 eram retirantes vindos de outras partes da Província.

Os flagelados ocuparam as periferias, construíram abarracamentos, se abrigaram sob a sombra de cajueiros, nas praças, nas ruas, no centro da cidade. Empresários disponibilizaram barracões para serem ocupados pela massa humana. Este foi o momento da epidemia da varíola, “a Peste” que matou milhares de pessoas. Iniciada entre os flagelados e alastrada posteriormente a todas as classes e pessoas da cidade, catalisou o cenário catastrófico já promovido pelas secas. Lira Neto (1999) informa que, para diminuir a massa humana de retirantes na capital cearense, o governo organizou o envio de homens para a Amazônia nesse período.

Este é um dos exemplos argumentativos que se colocam contrários aos marcos fundacionais reificados da ocupação do atual Acre. A constituição romantizada está ancorada, conforme Reis (1941) reproduz, na ideia do extrativismo ao longo do rio homônimo. Datada de 1877, quando a exploração da borracha ocorreu um pouco acima de sua boca (foz). Definiu-se dia, mês, ano, lugar e pessoas ligadas a tal fundação. Através do navio Anajaz, chegaram dezenas de homens e do batismo da embarcação emprestou-se o nome para também denominar aquela povoação inicial. Já o rio Juruá, segundo Reis (1941), teve uma ocupação mais tardia, porém, em pouco tempo com o *rush* apresentou em seu vale entre 300 e 400 seringais.

Os homens de diversos estados do atual Nordeste, à época Províncias do Norte, sobretudo os que viviam no Ceará, foram levados, numa articulação política higienista, pré-imperialista em que os governos locais e federal teciam, sob forças internacionais, o envio dessa massa humana à Amazônia. Tradicionalmente esses deslocamentos têm sido registrados nas narrativas empregadas como um êxodo originado nas secas históricas desde a segunda metade do século XIX e este fluxo apresentado como um movimento espontâneo e civil, totalmente contrário ao que lúcidas, contemporâneas, críticas e mais aprofundadas pesquisas trazem à tona.

Especialmente os cearenses foram massivamente tangidos para a Amazônia. À época, a existência dessa população era enquadrada como uma sub-raça, advinda da fusão das populações indígenas, tratadas como silvícolas e aborígenes, com os portugueses, que eram em

seu lugar de origem, pastores e agricultores (REIS, 1941). O autor sugere, portanto, uma ambientação naturalizada dos que, a partir da ida à Amazônia, passariam a ser denominados de seringueiros, na floresta amazônica.

A ascendência e experiência anterior tanto na vivência rural quanto na cultura dos povos originários convergiram para um somatório de atributos que delineou o perfil humano necessário para o extrativismo da borracha. Os homens brasileiros tratados como emigrantes por Lima (1933), diante do fluxo que conectava o litoral leste e norte do Brasil à Amazônia, não se limitaram a ocupar e explorar as terras baixas dos grandes vales amazônicos, conforme inicialmente foram destinados. Penetraram os “altos sertões”, “os sertões do Alto-Amazonas” até a fronteira indefinida. Fronteira e imprecisão estas que deram origem ao atual Acre.

Lima (1933) evidencia que, no início do processo econômico da borracha, havia a presença dos nativos (ou nacionais) e dos adventícios, que correspondem, respectivamente, aos caboclos e aos “cearenses” (expressão em aspas pois engloba todos os outros homens do atual Nordeste, embora houvesse um predomínio dessa origem, bem como de outras partes do país). Cabe mais uma vez ressaltar que no século XIX não existia a denominação Nordeste, tampouco uma espécie de gentílico “nordestino” a tal configuração identitária da geopolítica, conforme visto na introdução. Porém, Lima (1933), imbuído de um espírito nacionalista e regionalista que permeava, na década de 1930, o pensamento de vários campos do conhecimento no Brasil, empresta tal denominação à rememoração de décadas atrás. Assim, adota a perspectiva da mudança de *status* de “Homem do Nordeste” para o de “seringueiro do Amazonas” neste cenário dos fluxos humanos.

Furtado (1979), apresenta algumas hipóteses sobre o processo de ida dos “cearenses” para a região atualmente denominada de Acre a partir da segunda metade do século XIX. Constata-se que os argumentos expostos pelo autor se fundamentam no senso comum das narrativas epopeicas e colonialistas, conforme se pontuam, a seguir:

- 1 – A emigração provocada pelas secas, especialmente as de 1877 e 1879;
- 2 – A atração do *El dorado* amazônico;
- 3 – O espírito aventureiro do cearense.

Neste terceiro item, o autor busca caracterizá-lo ao apresentar dados da época de ocupação colonial portuguesa como justificativa hereditária. Diz que o espírito aventureiro cearense (especificamente residentes no Ceará e não mais de outras partes do atual Nordeste, conforme denominação generalista sugere) é justificado por um sangue cigano. *El Rei Dom*

João V (1689-1750), através da Carta Régia de 15 de abril de 1718, destinou ciganos existentes em Portugal para as suas colônias na Ásia, na África, no Ceará e no Maranhão.

Ainda ao caso em apreço, se soma a assertiva de que “o cearense é o judeu brasileiro” (SIMÕES, 1916, p. 106). O autor relaciona a diáspora com o forçoso desapego à terra provocado pelas secas, numa alusão às perseguições religiosas ocorridas com os aludidos povos. Os cearenses foram tangidos pelas pestes, fome e seca que provocaram a fuga das populações do semiárido do atual Nordeste para outras regiões de clima ameno, de água e vegetação abundantes. É o que diz parte e consagrada produção bibliográfica.

Cabe rememorar os lúcidos ensinamentos de Mike Davis (2002) ao relacionar a apropriação britânica dos fenômenos naturais da seca para incitar o fenômeno social advindo dela. Para o autor, havia um claro objetivo para recrutamento de mão de obra braçal advinda da seca para a produção em larga escala de matéria prima que alimentaria as indústrias na Inglaterra. Havia também a criação de demandas de importação de tecnologia inglesa para “solucionar” os problemas da seca, conforme já acentuado na Introdução.

Esses homens ficaram conhecidos como “paroaras”, um nome dado, ainda no Ceará, aos locais direcionados à Amazônia (SIMÕES, 1917; LIMA, 1933). Outras denominações são “Mocó¹²³” e “Arigó¹²⁴”. Damasceno (2018), em sua dissertação de mestrado em História Social, salienta que aos homens que partiram especificamente do Ceará foram dedicadas visões sobre o processo de construção identitária e narrativas de nacionalidade. O autor afirma tal tese a partir das leituras da produção literária, a exemplo dos escritos de Euclides da Cunha e de Rodolfo Teófilo, datados entre fim do século XIX e início do XX. Há perspectivas evolucionistas e de uma subordinação e dependência da tutela do Estado dessa população diante da incapacidade e inaptidão física e intelectual. O autor critica a narrativa extremamente reducionista que limita as histórias dessas personagens aos movimentos dos deslocamentos pela ânsia e inebriada corrida pelo dinheiro, da posse e da riqueza material que esses processos econômicos prometiam.

Ainda sob uma perspectiva ufanista, cabe ressaltar o que Simões (1916), a partir da ideia de que foram os portugueses que criaram esta forma de emigração, informa que os “cearenses” praticaram na Amazônia o legado colonial para o povoamento desta e de outras

¹²³ Alusão a um animal roedor de pequeno porte, comum em áreas pedregosas e de caatinga, do nordeste.

¹²⁴ Segundo o Dicionário Michaelis, arigó significa 1 Reg (SP) Que ou aquele que trabalha na construção de estradas de rodagem ou de ferro, em usinas de açúcar e engenhos; cassaco. 2 Reg (RJ, C.O.) Diz-se de ou indivíduo simplório; capiau, jeca, matuto. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=arig%C3%B3>. Acesso em 17 de dez. 2019.

partes do Brasil. Cearenses esses que o seu ambiente de moradia era taxado como desértico, hostil, áspero, desumano e pagão, “nesta terra onde o dedo de Deus deixou suspensa uma página do Génesis” (*Idem*, p. 107).

Furtado (1979) informa que o processo inicial da chegada expressiva das populações retirantes das regiões do semiárido provocou grande embaraço aos governos locais e nacional. De pronto, não admitiam tal fluxo de deslocamento para a Amazônia, na “corrida para o Norte”, pois temiam o desfalque populacional nas Províncias envolvidas. Todavia, perceberam, imediatamente, que, além de resolver o problema local com a expressiva população advinda do interior, da região semiárida para a capital, também alimentariam a emergente e preciosa exploração da borracha em ambiente amazônico. Portanto, “o próprio Governo incrementou a fuga, como meio de alívio da situação” (FURTADO, 1979, p. 23).

Campos (2004) informa que os governos do Amazonas e do Pará organizaram a recepção dessa população que se deslocava para o “norte úmido”. Concederam terras e seringais aos empreendedores que, conjuntamente, articulavam as levas humanas que logo se transformariam em seringueiros. O governo organizou a distribuição territorial dessa mão de obra e cadenciou o avanço da ocupação e da exploração das seringueiras, iniciados nos grandes vales amazônicos. Fundou a “Companhia Fluvial do Alto Amazonas, para transportar as pessoas recrutadas que eram direcionadas aos rios Madeira, Purus e Juruá no século XIX. A partir de 1872, houve uma fusão com o *Amazon Steam Navigation Company Limited*, de capital inglês. Ao mesmo tempo, havia as companhias menores que se arvorariam no mercado local para transporte (REIS, 1956).

Diante destes fragmentos de informações, constata-se que há um discurso pautado na emigração e no fluxo espontâneo na busca por dias melhores na verdejante e abundante paisagem verde, sombreada e de águas infinitas. Contata-se, na verdade, a prática forçosa e imposta ao invés do processo instintivo e autônomo de cada cidadão. Houve um encontro das necessidades industriais europeias e estadunidenses para o uso da borracha, simultaneamente à pesada ocorrência do *El Niño*, da efetiva exploração da localização das fontes extrativas das seringueiras e dos acordos diplomáticos e econômicos estabelecidos pelo Brasil com alguns países.

Como consequências, têm-se aberturas portuárias e comerciais, penetração e navegação na Amazônia e definição de suas fronteiras. Aquela massa humana que maculava o encanto da *belle époque* cidadina na Fortaleza recém reformada segundo o Plano do Engenheiro Herbster, era tangida para o isolamento e à servidão. Todos estavam engrenados, ainda que

involuntariamente, num mesmo sistema capitalista internacional manipulados por forças imperialistas. As medidas combativas dedicadas às pestes urbanas, as soluções buscadas para as secas e as diplomacias traçadas para a definição das fronteiras, por exemplo, eram encobertas pelo ufanismo, civilidade e soberania.

Várias denominações foram utilizadas ao longo do tempo para as invenções do Acre, especialmente no período compreendido na exploração gomífera. As origens e as intenções explícitas ou veladas determinaram o uso, a manipulação e o descaso e a omissão, por exemplo, como práticas definidoras dos sentidos de existências e inexistências. As personagens ligadas às posses oficiais ou às apropriações de fato, às temporalidades de uso e especulação, às defesas de propriedade, ou simplesmente a posição e orientação do olhar sobre o Acre definiam as suas denominações, alcunhas, alegorias, metáforas e analogias.

É importante destacar a perspectiva estrangeira lançada sobre toda a região que recebe hoje a denominação generalista de “Amazônia”, bem como o rio pontual que estendeu a todo o estado o nome de “Acre”. Ambas as denominações foram perspectivas exógenas e coloniais, ainda que o caso do Acre haja, numa das hipóteses, trata-se de uma tradução para o português de um topônimo nativo, conforme visto no capítulo 1. Seja por uma transferência mítica fundacional de herança helênica, seja por supostas compreensões das línguas ágrafas das populações originárias, todas as denominações partem da compreensão e síntese estrangeiras. Isto é importante destacar como ponto de partida.

Já no período litigioso entre a Bolívia e o Brasil, a região era denominada de “*tierras bajas*”, relacionada às várzeas e espraamentos dos cursos fluviais que formavam as bacias predominantes na região e os vales (BELTRÁN, 2001). Sob o olhar e posição brasileiros, o Acre está no extremo oeste do território nacional, daí a denominação de “amazônia ocidental” (VERGARA, 2010). Ou mais precisa e conhecidamente, de “amazônia sul-ocidental brasileira”. Aos vizinhos, era o *Noroeste boliviano* (ACHÁ, 1927), ou *Oriente* conforme aponta E. Guerra (1936). Para Tocantins, aquelas terras eram as que estavam “à direita do rio Javari e à esquerda do rio Madeira” ou “ao sul do paralelo 10°20’ (TOCANTINS, 1992).

A ata de ocupação militar da região do Acre traz a denominação de “Território litigioso do Acre” (ROCHA, 1903). Essa condição expressa a disputa entre os interesses dos países circunvizinhos. Sobre esta condição bélica, são constituídas “A Guerra do Acre” ou a “Questão do Acre”, *la Región del Acre* (ROCHA, 1903) e a *Campaña del Acre*. A corrida exploratória fez nascer a *fiebre del caucho* (PERU, 2003).

Somada às invenções do Acre, as analogias construídas para a sua existência partem de temas diversos, porém, todos motivados por analogias exógenas e transferências de visões de mundo. Um ponto fundamental a ser destacado está relacionado às seringueiras, conhecida como “árvore da fortuna”, segundo Brugnara (2018) ou *El árbol del oro* (MENDOZA, 1916), especialmente por aquilo que delas se extraía. Era a “árvore das lágrimas de ouro” (FERNANDEZ, 1958), que possuía o “ouro líquido”, a “árvore que dava dinheiro” (LIMA, 1933) que é a “preciosa seiva láctea” (MAIA, 1978). O “leite mágico” (CABRAL, 1986) era o “ouro vegetal” (BAYO, 1911), ou o *oro blanco e la plata nativa* (E.GUERRA, 1936).

O Acre era o *país de la goma e las maravillosas tierras* (VACA, 2011). Era o “ubérrimo” lugar, numa alusão à fertilidade e abundância láctea (LIMA, 1933; SIMÕES, 1916), constituída como uma infinita *roça da Hevea brasiliense* (VACA, 2011). Os rios eram os *caminos que andan* e uma *imagen anticipada del mar*, dada a sua monumentalidade física (E.GUERRA, 1936). Eram, portanto, *rios de caucho* (FIFER, 2014). Ali era a região de *bosques* ou *bosque real* sendo esta denominação última dada localmente aos bolivianos, na ideia do *imperio del árbol* que sangra leite. O autor relaciona a vegetação à ideia de palácios (as árvores) e arcadas (as copas) para quem penetra naquela floresta (MENDOZA, 1916).

Outro ponto está associado aos “Sertões” e ao “Deserto”, relacionados à ideia de floresta (numa perspectiva cristã) pagã dada a ausência de colonizadores e investidores. Deste modo, Lima (1933) imprime ao atual Acre as ideias contrastantes, porém de origem bíblica, de *desierto de verdura e selva virgen* (E.GUERRA, 1936), “Inferno Verde” ou “Paraíso Verde” na *selva selvaggia*. Cunha (2006), como uma analogia à vida pretérita dos homens do atual Nordeste que subiram para a Amazônia, diz que os sertanejos nortistas amansaram aquele deserto (o das águas e da floresta). A riqueza natural ali existente é tratada como incompatível com a precariedade e “ausência” humana. Argumentos sempre praticados para justificar a prática de colonização.

A anti-civilização era marcada não apenas pela ausência do Cristianismo, mas também pela ausência do Estado. Associado a isso estava a natureza, como uma inimiga àquela pretensa e necessária ocupação. Assim, a prática extrativista teria ocorrido ao modo da “gandaia” conforme versa Cunha (2006), no “far west amazônico” (LIMA, 1933), “(n)aquele imenso território inhospito” (A NOTÍCIA, 5 de dezembro de 1908), que configuravam como “terras de ninguém” (VACA, 2011). Também foi visto como uma “remota colônia”, conforme dito por Rocha (1903). Isso se percebe pelo emergente olhar e cobiça europeus e estadunidense

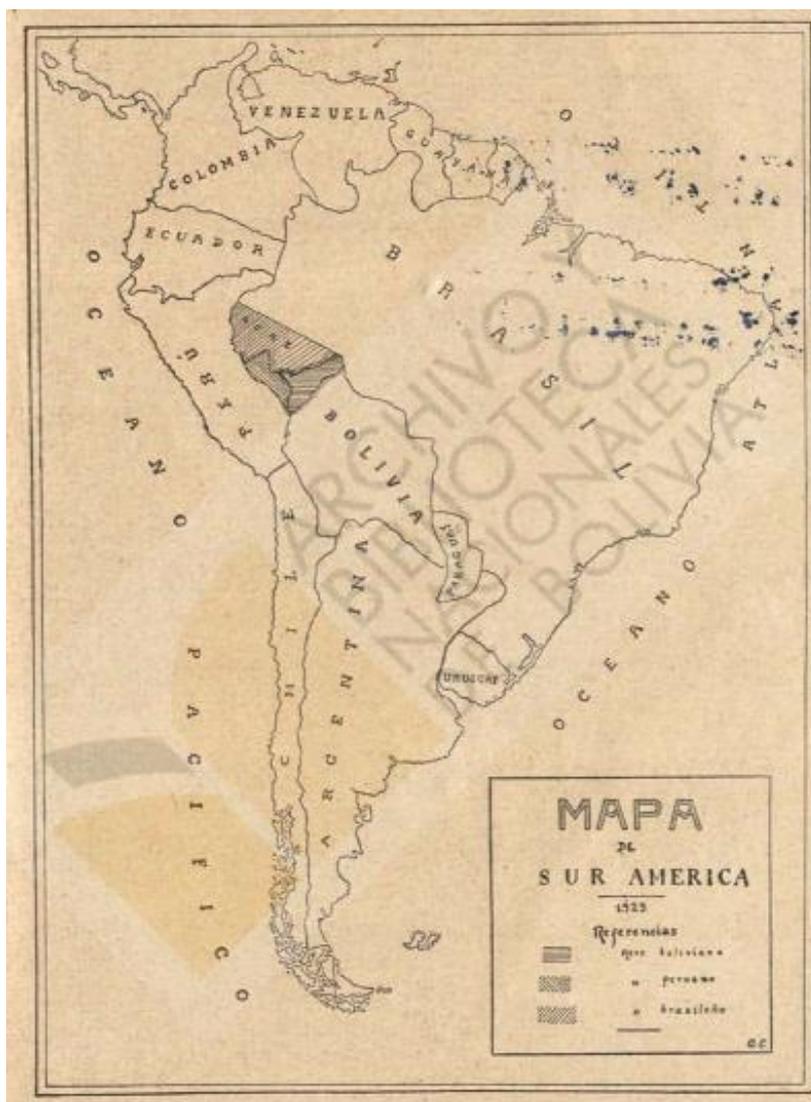
diante da ascensão da borracha. Aquelas terras tinham olhares sedentos para as suas riquezas naturais, tão em pauta naquela realidade ao fim dos Oitocentos.

Eram a *great attraction*, a *nouveaux riches* (LIMA, 1933). A terra “mais moça do Brasil (B.CASTELLO BRANCO, 1960) era a “América” para fazer dinheiro (LIMA, 1933). Estava ali, fincada entre dois rios importantes para a história colonial. Aquelas terras foram chamadas de Mesopotâmia, “limitada ao norte pelas vertentes do Javari e ao sul pelas plácidas águas do Beni e as torrentes encachoeiradas do Madeira-Mamoré” (MAIA, 1978, p. 13). Qualquer olhar ali mirava um misto de devastação e mistério intencionalmente construído diante do “desconhecido” para naturalizar as investidas exploratórias.

3.2. O Acre que era boliviano

A Bolívia foi criada, sob Decreto de 26 de maio de 1825, assinado por Simon Bolívar, com o nome de República do Alto-Peru. A sua denominação foi mudada em 6 de agosto deste mesmo ano para Bolívia, em homenagem ao seu emancipador (CASTRO, 1998). A região do atual Acre, na historiografia boliviana, corresponde não só às partes do que hoje são os estados brasileiros do Acre e de Rondônia, mas também às parcelas das regiões bolivianas atuais dos Departamentos de Pando, Beni, de La Paz e fração da, denominada pelo autor, “Amazônia Andina”, correspondente ao trecho peruano (BELTRÁN, 2001).

Figura 22 - Região do Acre no período do litígio anterior a 1903



Fonte: López (1930)¹²⁵. Data: 1929.

A Bolívia atribuiu diversas denominações a porções de terra do atual Acre. A *Región de Acre* era *El Oriente de Bolivia*. Eram chamadas, ainda, de *Yungas* e tal denominação correspondia ao *Departamento de Beni*. Outro nome era dedicado às *Áreas de Montañas*, destacadas pelos escritos bolivianos como florestas densas que correspondem, geograficamente, a transição entre os Andes e os grandes vales amazônicos. Por volta de 1899 essa região era conhecida como *Territorio del Acre*, dado o caráter litigioso (RODRÍGUEZ, 1995; ARRUDA et al., 2009). Este processo de disputa geopolítica econômica com soluções

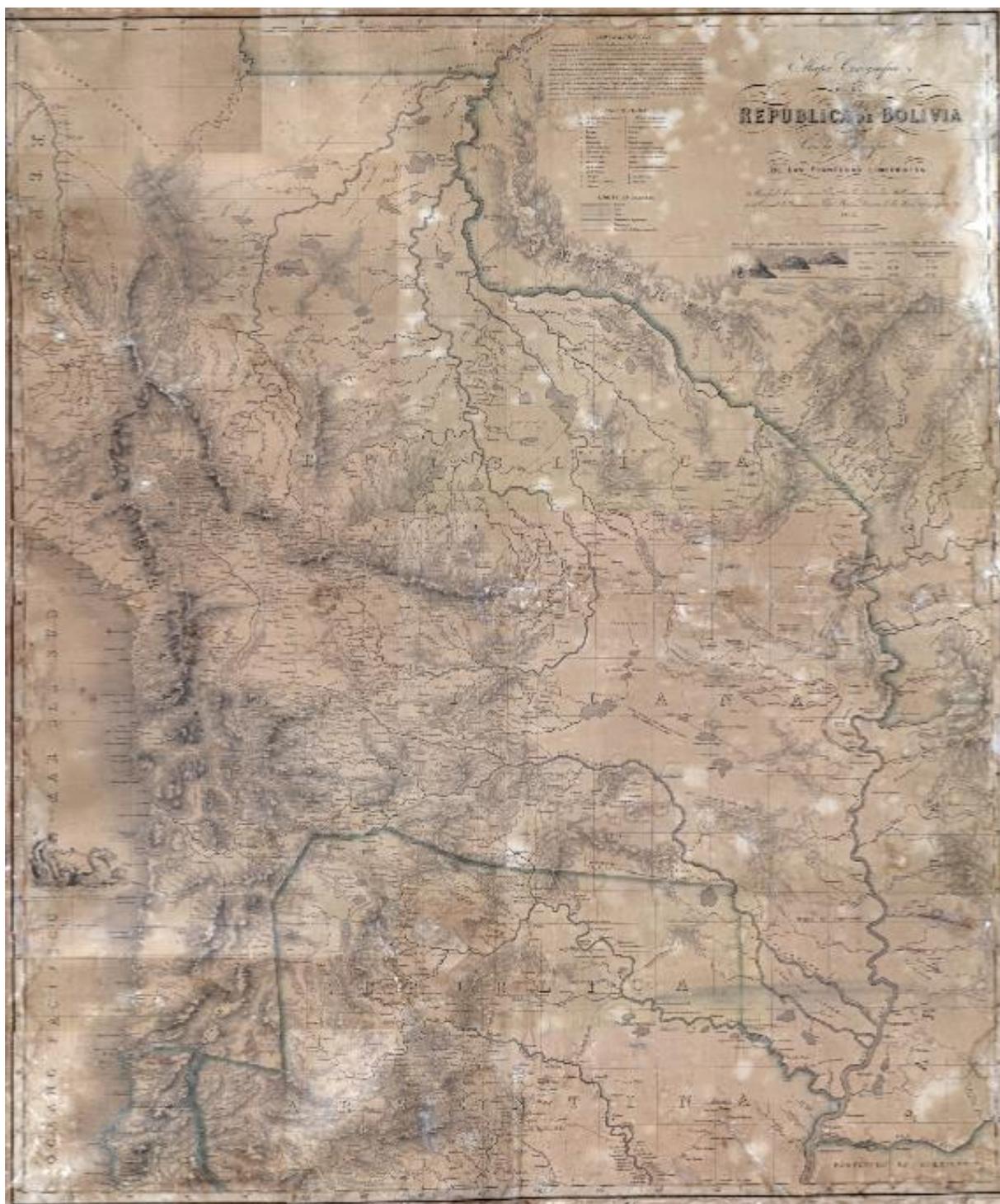
¹²⁵Mapa de Sur América. Data: 1929; Escala: s/e; Impressão: s/i In: LÓPEZ, Ciro Torres. **Las maravillosas tierras del Acre. La Paz: Talleres Tipográficos del Colegio Don Bosco, 1930.** Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia – ABNB, Sucre, Bolívia. Código da obra; Bb/545/B.

bélicas paliativas e diplomáticas perenes ficou conhecido pelos bolivianos como *Campaña del Acre*, ou *la Question del Acre*, como também a *Guerra del Acre*.

A história geopolítica da Bolívia é marcada por múltiplas perdas territoriais, desde o esfacelamento das colônias espanholas, até o fracionamento de sua superfície em litígios bélicos e diplomáticos estabelecidos com seus vizinhos Brasil, Peru e Chile. A Bolívia que viveu, por exemplo, a Guerra do Pacífico entre 1879 e 1884, teve a perda parcial de suas terras neste conflito. Foi despossada especialmente da conexão com o oceano pacífico, que passou a ser incorporado ao território nacional do Chile. Nesse período, as demarcações da fronteira com o Brasil foram suspensas, dada a urgência para a solução na linha marítima, sendo retomadas em 1895 (F.RIBEIRO, 2005).

A cartografia mais antiga da República da Bolívia data de 1843, foi publicada no ano de 1845. Trata-se do “Mapa Corográfico da República da Bolívia” com a topografia das fronteiras limites. Foi uma encomenda do então Presidente o Sr. Jose Ballivian, com a responsabilidade executiva do Coronel de Engenheiros Felipe Betrés, Diretor da seção de Topografia do governo. A produção e publicação é atribuída ao cartógrafo inglês John Arrowsmith (1790-1873), confeccionada e impressa em Londres.

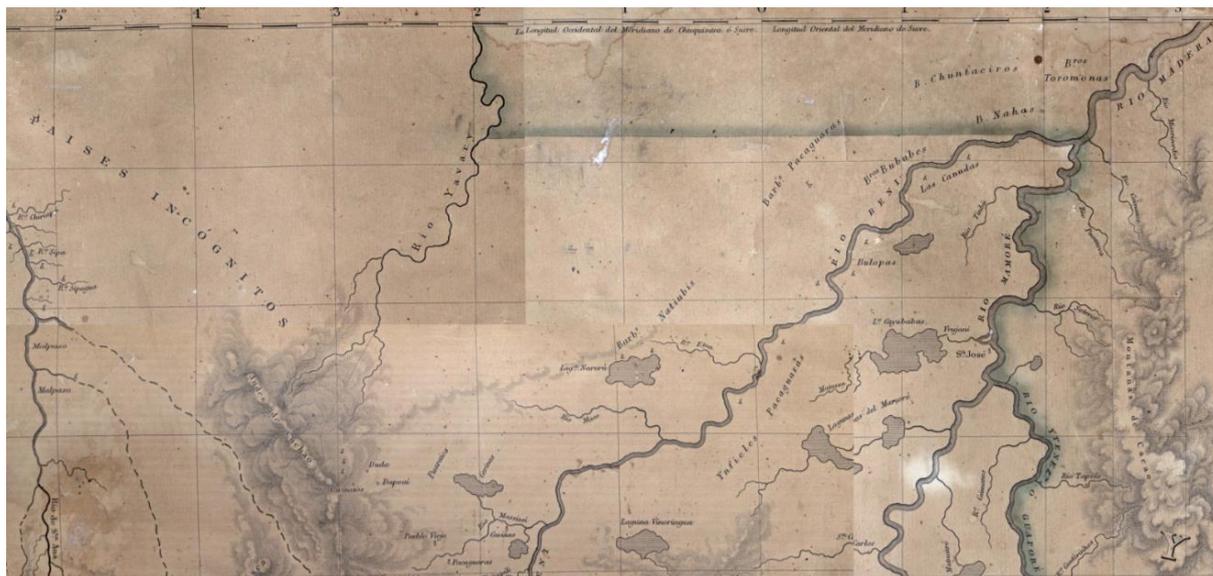
Figura 23 - Mapa da República da Bolívia em 1843



Fonte: Archivo Histórico de la Casa de la Libertad¹²⁶. Data: 1845

¹²⁶Mapa corográfico de la República de Bolivia en 1843 con la topografía de las fronteras limítrofes mandado levantar por el Exmo. Sr. Presidente José Boliviano y formado por el Coronel de Ingenieros, Felipe Betrés – Director de la Mesa Topográfica. Autoría: Coronel de Ingenieros, Felipe Betrés; Data: 1845; Impresión: John Arrowsmith, 10, Soho Square; Local: Londres; Escala: de 25 leguas de a 20.000 pies al grado; Fuente: Archivo histórico de la Casa de la Libertad. Sucre, Bolivia.

Figura 24 - Detalhe do Mapa da República da Bolívia em 1843



Fonte: Archivo Histórico de la Casa de la Libertad¹²⁷. Data: 1845

Neste mapa, o desenho da superfície da Bolívia é interrompido, ao norte, pelas bordas da prancha cartográfica. Percebe-se o uso do paralelo que sai da margem esquerda (sentido oeste) da confluência dos rios Beni e Madeira, até atingir o rio Javari, independente do encontro com sua nascente, desce a fronteira com o Império do Brasil. A adoção desta linha geodésica evidencia a abstrata solução para o delineamento deste trecho da fronteira. Outra curiosidade está na inscrição, a oeste do rio Javari, identificada por *Paises Incognitos*. São registros de denominações para lugares desconhecidos que se estendem por aquele vazio que configura em distorção e desproporção as terras contidas entre as linhas fluviais Beni-Madeira e Javari.

Este vazio é interrompido pelo mapeamento dos *yndios bárbaros*, as etnias Natiubis, Pacaguaras, Chuntacirus, Bububis, Nahas e Toromanas, ao longo da calha do rio Beni. Neste mapa há a identificação de sedes de poder religioso: arcebispado e bispado; administrativo, militar e político: fortes, *cantones*, capitais, províncias, *postas*, estâncias, além de portos, baías, pontes e assentamentos dos povos originários. Evidencia, ainda, em suas convenções, a presença de minérios como ouro, prata, estanho, cobre, chumbo e azougue. Nenhum desses elementos consta na área do Acre.

¹²⁷Mapa corográfico de la República de Bolivia en 1843 con la topografía de las fronteras limítrofes mandado levantar por el Exmo. Sr. Presidente José Bollivian y formado p. el Coronel de Yngenieros, Felipe Betrés – Director de la Mesa Topográfica. Autoria: Coronel de Yngenieros, Felipe Betrés; Data: 1845; Impressão: John Arrowsmith, 10, Soho Square; Local: Londres; Escala: de 25 leguas de à 20.000 pies al grado; Fonte: Arquivo histórico da Casa de la Libertad. Sucre, Bolívia.

Em 1859 foi publicado o primeiro mapa da Bolívia que trouxe consigo a área oriental do país identificada como desconhecida e vazia, ao mesmo tempo em que imprimia a inscrição “selvagens”. Este foi o primeiro mapa encomendado na independência da Bolívia, 34 anos após a sua emancipação. Esta representação do vazio e da inexistência explicita o desinteresse, até então, do governo nacional da Bolívia pelas áreas tratadas como desconhecidas em suas bordas orientais (JORDÁN, 2001; BELTRÁN, 2001).

Este mapa foi elaborado entre os anos de 1842 e 1859 e publicado sob a gestão do Presidente da República José Maria Linares, sob a incumbência do Secretário de Instrução Pública Dr. Luiz Mendoza de la Tapial. A autoria é dividida pelo Tenente Coronel Juan Ondarza e o Comandante Juan Mariano Mujia e o Major Lucio Camajo. Há a identificação de cidades, vilas, capitais, *cantones*, *vice-cantones*, fazendas e estâncias, postos, povoados de selvagens, portos fluviais, pontes e diversos percursos terrestres.

Figura 25 - *Mapa de la República de Bolivia*

Fonte: Casa de La Libertad¹²⁸. Data: 1859.

¹²⁸Mapa de la República de Bolivia mandado publicar pr. El gobierno de la nacion en la administracion del Presidente Doctor José Maria Linhares y secretario de instruccion pública Doctor Lucas Mendoza de la Tapial. Levantado y organizado entre los años de 1842 y 1859. Autores: Teniente Coronel Juan Ondarza e o Comandante Juan Mariano Mujia e o Major Lucio Camajo; Data: 1859; Escala: gráfica – 25 leguas en un grado; 6 leguas para larguras dos rios; Gravado, impresso e publicado por: J.H.Colton; Cidade: Nova York, EUA.

Figura 26 – Detalhe do *Mapa de la República da Bolivia*

Fonte: Casa de La Libertad¹²⁹. Data: 1859.

O que se percebe no mapa, baseado nos autores citados, é que a ideia de *regiones no exploradas pobladas por salvajes*¹³⁰ [sic] corresponde às porções de terras contidas entre os rios Beni e Mamoré, que se referem a região de *Mojos*, ou *El Beni*. No caso do atual Acre, está mais ao norte, impreciso, sem qualquer representação de sua geografia física, num contínuo branco, com rarefeitas representações de vegetações que margeiam os rios Beni e Javari. Para a circunscrição desta área “limpa”, além dos marcos naturais, foi utilizado o marco abstrato, com o paralelo que não segue o marco natural da confluência dos rios Beni e Madeira. Estes elementos delineadores, salvo os erros e as **agendas ocultas**, já eram delineados e praticados

¹²⁹Mapa de la República de Bolivia mandado publicar pr. El gobierno de la nacion en la administracion del Presidente Doctor José María Linhares y secretario de instruccion pública Doctor Lucas Mendoza de la Tapial. Levantado y organizado entre los años de 1842 y 1859. Autores: Teniente Coronel Juan Ondarza e o Comandante Juan Mariano Mujia e o Major Lucio Camajo; Data: 1859; Escala: gráfica – 25 leguas en um grado; 6 leguas para larguras dos rios; Gravado, impresso e publicado por: J.H.Colton; Cidade: Nova York, EUA.

¹³⁰ Regiões não exploradas povoadas por selvagens. Tradução nossa.

desde o século XVIII. No que seria o Acre o autor do mapa coloca o cartucho com legendas, carimbo e demais informações técnicas que se sobrepõem a um espaço supostamente vazio.

Percebe-se na legenda que há convenções exclusivamente ao mapeamento da prata, ouro, chumbo, estanho, cinábrio, platina e ferro. Além das informações topográficas necessárias àquela realidade conectada ao centro andino, se observa o mapeamento das riquezas naturais que impulsionavam aquela economia em meados do século XIX: os minérios. Os rios Acre, Juruá, Iaco, Iquiri, entre outros, não aparecem naquela imensidão vazia. À oeste, o Purus é registrado apenas como uma hipótese especulativa em continuidade ao traçado fluvial denominado ali como rio Madre de Dios.

Figura 27 - Detalhe da margem do *Mapa de la República de Bolívia*, com o encontro da população andina com a amazônica, dos povos originários.



Fonte: Casa de la Libertad¹³¹. Data: 1859.

¹³¹Mapa de la República de Bolivia mandado publicar por el gobierno de la nacion en la administracion del Presidente Doctor José Maria Linhares y secretario de instruccion pública Doctor Lucas Mendoza de la Tapial. Levantado y organizado entre los años de 1842 y 1859. Autores: Tenente Coronel Juan Ondarza e o Comandante Juan Mariano Mujia e o Major Lucio Camajo; Data: 1859; Escala: gráfica – 25 leguas en um grado; 6 leguas para larguras dos rios; Gravado, impresso e publicado por: J.H.Colton; Cidade: Nova York, EUA.

Figura 28 - Detalhe da margem do *Mapa de la República de Bolivia*, da cachoeira dos rios amazônicos



Fonte: Casa de la Libertad¹³². Data: 1859.

Todavia, no mesmo mapa, em suas bordas decoradas, percebe-se entre as imagens ali expostas, duas que merecem destaque. A primeira diz respeito ao encontro de dois grupos dos povos originários daquelas terras. De um lado, uma personagem andina do mundo incaico dialoga, pacificamente, com uma pessoa indígena seminua amazônica em ambiente de floresta. O sentido de República agora une a diversidade invisibilizada por todo o processo colonial e pela própria independência e busca, de maneira estratégica, aquilo que de fato existia há séculos. O intercâmbio entre esses povos com o uso ritual de vegetações compartilhadas e a cosmologia, por exemplo, já foram pauta do capítulo 1.

A segunda imagem é da travessia das cachoeiras dos rios, com a subida das águas e o enfrentamento das formações minerais, com cinco homens que usam da força braçal apoiados por cordas para vencer esta barreira natural. As duas imagens evidenciam o avanço da Bolívia naquelas áreas amazônicas, mesmo que tratadas pelo desconhecimento e não prioritária estruturação econômica desse país.

Ainda em 1806 foi fundado o *Puerto Baía* nas *orillas*¹³³ do rio Acre, onde hoje corresponde a cidade de Cobija, capital do Departamento do Pando, na Bolívia, fronteira com os municípios brasileiros de Epitaciolândia e Brasileia, no Acre, Brasil. A Bolívia apresentava em 1860 uma divisão territorial em sete Departamentos. Entre eles configurava o *Departamento*

¹³²Mapa de la República de Bolivia mandado publicar por el gobierno de la nación en la administración del Presidente Doctor José María Linhares y secretario de instrucción pública Doctor Lucas Mendoza de la Tapial. Levantado y organizado entre los años de 1842 y 1859. Autores: Teniente Coronel Juan Ondarza e o Comandante Juan Mariano Mujía e o Major Lucio Camajo; Data: 1859; Escala: gráfica – 25 leguas en un grado; 6 leguas para larguras dos rios; Gravado, impresso e publicado por: J.H.Colton; Cidade: Nova York, EUA.

¹³³ Margens.

de Beni, de criação moderna, composto pela capital *Placa* e pelas províncias de *Yungas*, *Mojos* e *Muñecas*, que enquadravam o atual Acre (MENEDEZ, 1860; LEONI, 2015).

A Bolívia despertou, no fim do século XIX, para a necessidade de adentrar em suas terras orientais e amazônicas porque havia perdido conexão com o oceano pacífico. As vias fluviais seriam, então, uma força vital para o escoamento de sua produção e o estabelecimento do fluxo contínuo de exportação e importação. Assim, atingiria o oceano atlântico e, de lá, seguiria aos portos europeus e estadunidenses. Simultaneamente, houve o *repunte*¹³⁴ de exploração da prata e a queda do preço *de la quina*¹³⁵ no mercado internacional. Tudo isso ocorreu rapidamente no período entre 1850 e 1870 (BELTRÁN, 2001).

É importante destacar que na exploração boliviana da região que corresponde ao atual Acre, as buscas de caminhos que a conectassem a Província do Amazonas para, deste primeiro, escoar a produção bovina e abastecer as terras brasileiras nessas áreas, foi igualmente influente, conforme acentua Rancy (1992). Percebe-se, portanto, que a ocupação das terras acreanas pelo governo boliviano ocorreu inicialmente como um caminho para resolver problemas de logística de produção, fluxo e abastecimento deste país para uma economia pré-existente. Não foi, necessariamente, por uma motivação interna. Constata-se, portanto, que o processo econômico da borracha, protagonizado pela ocupação brasileira, fez nascer, posteriormente, um interesse de segunda ordem por parte dos bolivianos.

O conteúdo de uma Carta direcionada aos habitantes do Acre, redigida pelo representantes das Forças Expedicionárias do Noroeste, Lúcio p. Velasco, Primeiro Vice-presidente da República e Delegado Extraordinário do Governo no *Territorio de Colonias*, em *Puerto Acre*, Bolívia, no dia 24 de outubro de 1900, evidencia a dificuldade e não prioridade de colonização dessas terras. O autor diz que

Diretamente comprometida a República na solução dos complicados problemas do Pacífico, em cujo debate se discute com calor os primordiais interesses de três nações vizinhas, não pude realizar tempos atrás a ocupação material do Acre, nem estabelecer sem oportunidade as sólidas bases em suas instituições com a República dos Estados Unidos do Brasil, claramente definida pelo Tratado de 27 de março de 1867¹³⁶

¹³⁴ Retirada, queda.

¹³⁵ A quina é considerada o grão ancestral, ou o grão de ouro sagrado. Possui um grande valor nutricional e sempre foi praticado o seu cultivo e consumo pelas populações andinas.

¹³⁶ Texto original: Directamente comprometida la República en la solución de los complicados problemas del Pacífico, em cuyo debate se discute con calor las primordiales intereses de tres naciones vecinas, no pudo realizar de tiempo atrás la ocupación material del Acre, ni establecer sin oportunidad las sólidas bases en sus instituciones con la República de los Estados Unidos del Brasil, claramente definida por el Tratado de 27 de marzo de 1867. Fonte: Carta: El Primer Vice-Presidente de la República y Delegado Extraordinario del Gobierno en el Territorio

Há um claro auto reconhecimento em assumir a limitação e desinteresse boliviano na aludida correspondência. Esta fala está situada já no período litigioso acirrado pela disputa da produção e da fiscalização alfandegária da borracha. O *Territorio de Acre*, em *Puerto Alonso*, era formado, parte, pelo *Territorio Nacional de Colonias* e, parte, pelo Brasil. O *Noroeste* da República da Bolívia pertencia politicamente à Delegação do Purus.

Em 1894, esta região era denominada em mapas bolivianos de *Apolobamba*. O mapa, denominado de “Mapa Elemental de Bolivia”, desenhado pelo Engenheiro Civil Eduardo Idiáquez representa a área em estudo basicamente marcada pelos cursos d’água e por um perímetro geométrico abstrato. Este nome adotado havia sido utilizado desde o século XVIII para identificar missões franciscanas na parte dos Moxos. Atualmente, esta denominação corresponde a uma cordilheira de montanhas na fronteira entre o Peru e a Bolívia, ao norte do lago Titicaca. Apolobamba estava circunscrita em um triângulo formado por duas linhas oblíquas que saíam, ao norte, do rio Javari e se encontravam, em dois pontos. O primeiro, na confluência dos rios Beni e Madeira e o segundo, na confluência dos rios *Amarumayo* (ou *Madre de Dios*) e *Inambari*. O terceiro lado era formado, em sua maior parte, pelos cursos dos rios Beni e *Inambari*. Neste mapa são apresentados os diversos rios e seus afluentes: Envira, Tarauacá, Juruá, Iaco, Purus, Acre, sendo este último com a representação de duas vilas em sua margem direita. Correspondia ao *Departamento de La Paz*.

de Colonias, a “los habitantes del Acre y á las fuerzas expedicionarias al Noroeste. Fl.II asignado por Lucio P. Velasco, Puerto Acre, octubre 24 de 1900. Documento do Itamaraty – RJ, 3342 a 3348 – Pasta 195 234.(31) – Territorio do Acre. San. e divisões administrativas. Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Figura 29 - *Mapa Elemental de Bolivia*, com destaque para a região de Apolobamba



Fonte: Casa de la Libertad, Sucre¹³⁷. Data: 1894.

¹³⁷Mapa Elemental de Bolivia. Data: 1894; Código: sem identificação; Autoria: Ingeniero Civil: Eduardo Idiáquez; Impressão: não identificado; Cidade: La Paz; Escala: 1:3.400.000. Acervo cartográfico da Casa de la Libertad, Sucre, Bolívia.

Figura 30 – Detalhe do *Mapa Elemental de Bolivia*, com destaque para a região de *Apolobamba*.



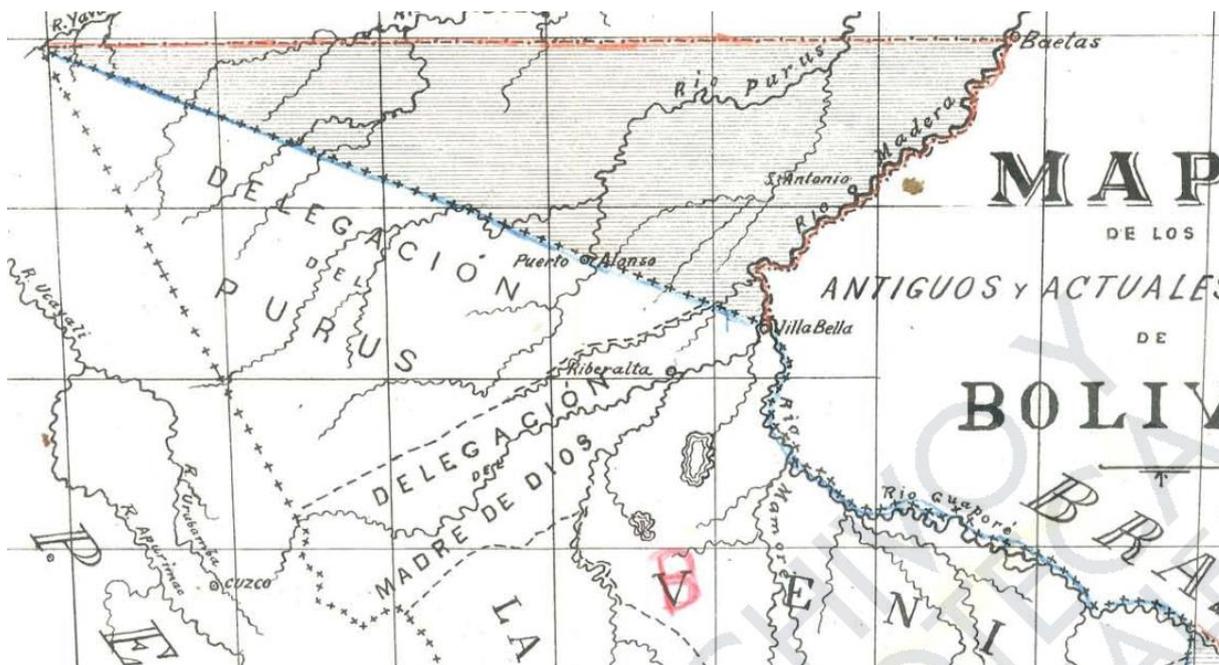
Fonte: Casa de la Libertad¹³⁸. Data: 1894.

Em 1885, o governo boliviano, por constatar que não havia sede municipal naquela região amazônica, instituiu em *Ribeiralta* uma sede regional do governo subordinado ao Departamento do Beni para gerir os territórios do Noroeste: *Madre de Dios*, *Acre* e *Purus*. Foi criada a *Delegacion de Colonias del Noroeste*, componente do *Territorio de Colonias*, sob a responsabilidade do Delegado Lisímaco Gutiérrez. Isso, segundo Rodríguez (1995), foi o protótipo para a criação do *Territorio Nacional de Colonias* em 1900, pelo governo boliviano.

¹³⁸Mapa Elemental de Bolivia. Data: 1894; Código: sem identificação; Autoria: Ingeniero Civil: Eduardo Idiáquez; Impressão: não identificado; Cidade: La Paz; Escala: 1:3.400.000. Acervo cartográfico da Casa de la Libertad, Sucre, Bolívia.

O Congresso Nacional deste país instituiu, sob forma de Lei, em 28 de outubro de 1890, duas Delegações para a gestão dessa região: a *de Madre de Dios* e a *do Purus*. Em 8 de março de 1900 o então Presidente da República da Bolívia criou o *Territorio Nacional de Colonias*, através de um Decreto Supremo, como uma nova unidade administrativa vinculada ao Ministério de Colonização.

Figura 31 - Mapa dos antigos e atuais limites da Bolívia (anterior a novembro de 1903). Em hachura cinza, são destacadas as terras perdidas para o Brasil no Tratado de Ayacucho, em 1867.



Fonte: Ballesteros¹³⁹. Data: 1899.

¹³⁹Mapa dos antigos e atuais limites da Bolívia (anterior a novembro de 1903). Data: 1899; Impressão: Tip. Lit. Quillen; Cidade: Sucre; Escala: 1.8000.000, Longitude oeste do Meridiano de Greenwich In: BALLESTEROS, Sixto L. A través del Amazonas. La Paz: Imprenta y Litografía el Nacional, 1899. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia – ABNB, Sucre, Bolívia. Código: Bc 1802-1806.

Figura 32 – Detalhe do Mapa dos antigos e atuais limites da Bolívia (anterior a novembro de 1903). Em hachura cinza, são destacadas as terras perdidas para o Brasil no Tratado de Ayacucho, em 1867.



Fonte: Ballesteros¹⁴⁰. Data: 1899.

O *Mapa corográfico y geográfico de la República de Bolivia*, de 1899, apresenta grande parte da complexidade da malha fluvial, desde os afluentes do rio Javari, ao norte, até o Madre de Dios, ao sul. Há uma ênfase representativa na região do Vale do rio Acre, o celeiro das melhores seringueiras. Há também proposições de ferrovias, projeções de rios ainda não mapeados, identificação de povoações, seringais e de *Puerto Alonso* como capital provincial, além da diversidade de etnias tratada como *indios salvajes*.

Possuiu o nome oficial de *Territorio Delegacional del Purús-Madre de Dios y Acre*. Esta declaração de uma área com extensão de 309.227km² tornou-se a segunda unidade geopolítica da Bolívia, quando já existia a de *Santa Cruz*. Foi o primeiro ato formal de posse do Estado sobre essa área. Foram nomeados Delegados gestores locais e essa região foi dividida

¹⁴⁰Mapa dos antigos e atuais limites da Bolívia (anterior a novembro de 1903). Data: 1899; Impressão: Tip. Lit. Quillen; Cidade: Sucre; Escala: 1.8000.000, Longitude oeste do Meridiano de Greenwich In: BALLESTEROS, Sixto L. A través del Amazonas. La Paz: Imprenta y Litografía el Nacional, 1899. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia – ABNB, Sucre, Bolívia. Código: Bc 1802-1806.

em oito zonas, com prefeituras territoriais, uma intendência e a capital reconhecida em *Puerto Acre*. Tal configuração serviu para formalizar a efetiva concessão da exploração das terras bolivianas às empresas, aos sindicatos e às companhias interessados na borracha (ARRUDA et al., 2009; BAYO, 1911; AZCUI, 1924).

Figura 33 - Detalhe do *Mapa de la República de Bolivia*, com destaque para o *Territorio de Colonias*.



Fonte: Casa de la Libertad¹⁴¹. Data: 1901.

O Mapa de 1901, sob a encomenda do então Presidente Constitucional, General José Manuel Pando, foi denominado de *Mapa de la República de Bolivia*, sob a autoria do Engenheiro de Limites Eduardo Idiaquez. Nesta cartografia, consta a triangulação nascente do Javari-Beni/Mamoré-Inambari/Manu. Reproduz a geometria da Delegação do Purus finalizado pelos limites naturais do que se denomina, a partir da confluência, de rio Madre de Dios ou *Amarumayu*, até atingir o rio Beni, que segue por este curso o rio até o vértice setecentista. Apresenta informações esquemáticas de relevo, com altimetria representada na porção

¹⁴¹Mapa de la República de Bolivia mandado organizar y publicar por el Presidente Constitucional General José Manuel Pando. Data: 1901; Código: sem identificação; Autoria: Eduardo Idiaquez, Ingeniero de Límites, dibujado por Victor Puig; Impressão: Grabado y impresso por Erhard Hermanos. Calle Denfert-Rocherehau, 35, Paris.; Cidade: La Paz; Escala: 1:2.000.000. Acervo cartográfico da Casa de la Libertad, Sucre, Bolívia.

sudoeste. Os rios estão esquemáticos, com linhas mestras dos principais cursos, sendo enfatizada apenas a região do rio Acre, pontuada com algumas povoações, denominadas de *vice-cantones* ou *aldeas*, intercaladas por dezenas de seringais ao longo dos rios.

Mendoza (1916) diz que a criação do *Territorio de Colonias* correspondeu à área da exploração da borracha a qual, segundo o autor, os “selvagens tornaram-se civilizados e os civilizados tornaram-se selvagens”. Trata-se da região de *bosques*, ou *Noroeste* da Bolívia que em pouco tempo passou do vazio cartográfico e econômico a gana litigiosa motivada pelas riquezas do látex ali encontradas em abundância e da maior qualidade. O autor evidencia o choque da presença do Estado e das práticas ditas civilizatórias a partir dos gestos travestidos de soberania. Aos povos indígenas, além da matança indiscriminada e das fugas, foram subordinados a um sistema análogo à escravidão para a inserção de sua forçosa mão-de-obra no ofício seringueiro e *cauchero*. Aos colonizadores ditos civilizados, a voracidade de apropriação e exploração daquele lugar lhes colocou num patamar em que o autor questiona os limites da civilidade e do humano diante das práticas ali efetivadas.

Em setembro de 1898, após a consolidação do Tratado de Ayacucho (1867) o Governo brasileiro concede a permissão à Bolívia para instalar uma alfândega e isso é considerado por muitos como o início da chamada “Revolução Acreana”. O governo boliviano instituiu o Departamento do Alto Acre instalado em *Puerto Alonso*, ou *Puerto Acre*, sob a responsabilidade local do Ministro Paravincini e o governo de Moysés Santivan (VERGARA, 2010; COSTA, 2010). Jordán (2001) registra que a oportunidade da economia pulsante da agricultura extrativista no oriente boliviano e a questão litigiosa eram meios suficientes para se praticar de forma exata a ideia de soberania e nacionalismo por parte da Bolívia. Porém, houve a derrota pelo Brasil na questão do território do Acre.

Achá (1927) informa que o governo boliviano despertou tardiamente para a sua região amazônica. Tinha como plano a instalação fiscal e alfandegária em cada rio que era cortado pela linha oblíqua, a do Tratado de 1867 – Cunha-Gomes, e que serviu como protótipo de um plano maior de colonização e interiorização para a construção de assentamentos fixos e infraestrutura de portos. Para a gestão dessas terras, foi tentada uma espécie de sindicato ou sociedade de capitalistas e industriais brasileiros, em julho de 1900, sob a representação do Coronel Rogério Guanabara. Porém não se efetivou.

Daí, a Bolívia, por ser tratar de custos altos para investimento e manutenção dessa área, resolve arrendá-la ao sindicato anglo-americano *Bolivian Syndicate* (BAYO, 1911). O autor chama de “Estado semi-soberano do Acre” e informa que já havia, antes do *Bolivian*

Syndicate, a concessão de terras a outras entidades: em 3 de agosto de 1901 ao *Bolivian Company* sob a organização do inglês Sir Martin Coway, organizada em Nova Iorque, o *Soliman Sindical e Bolivian Company*, numa fusão. Este cenário loteava as terras dos rios Beni e Madre de Dios em direção ao Purus. Outra experiência anterior de colonização foi através da *Colonization and Commercial C^o. of Bolivia* na Califórnia, em 1870, através da concessão a A.D.Piper, na região ao sul da linha geodésica oblíqua, entre a década de 1860 e 1870. O fato é que poucos colonos conseguiram efetivar a sua estada para além de Manaus, segundo Fifer (2014).

Propostas de soluções para o transporte e circulação

Istmos

Uma das medidas de infraestrutura partiu da peculiaridade da forma e direção dos rios encontrados no território do Acre boliviano. Diante do mapeamento dos cursos d'água, o governo nacional propôs a construção de istmos. Ou seja, seriam estradas que, por terra, conectariam os rios, em sentido transversal às calhas, favorecendo uma permeabilidade nos deslocamentos e escoamento da produção da borracha.

Ferrovias

Outra solução encontrada para viabilizar a logística no território boliviano advém do transporte de trem. Em 1899 foi apresentada a Ferrovia Acre-Madre de Deus, ao Território de Colônias boliviano. A ideia nasceu da crescente exploração extrativista de mineração e da borracha e caucho naquele território pátrio, bem como da necessidade de comunicação efetiva dos rios bolivianos com o mercado europeu consumidor da matéria-prima. Os rios apresentavam grande risco à vida humana e à produção que por ali escoava, por causa das cachoeiras, a exemplo do Madeira, sofria muitos reveses. A proposição era da Empresa Devés y Cia, através de uma sociedade capitalista parisiense, a *Société Industrielle et Financière de l'Amérique du Sud*, com uma linha que conectasse o rio Madre de Dios, ou com ponto próximo ao rio Orton, até o rio Acre (DEVÉS Y CIA, 1899). Já havia uma proposta, segundo Quijarro (1893), de outra ferrovia anterior com esta mesma conexão e trajeto: Acre-Madre de Dios.

O objetivo era retirar a concentração do fluxo do escoamento da produção no rio Madeira, em território identificado como brasileiro (após a linha oblíqua), desviando-a para o rio Acre que à época se concentrava na Bolívia. Seria também o abandono de *regiones mortíferas* a exemplo de Villa-Bella, consideradas impróprias para as práticas mercantis.

Haveria instalação alfandegária e o exercício da soberania nacional com a articulação dos diversos cursos d'água acima do rio Madeira. Do rio final, seguiria a produção via vapor até atingir o Porto do Pará. Paralelamente à linha férrea, seguiriam as linhas de telégrafo e de telefone, a serem executadas pela própria empresa responsável pela ferrovia. O prazo para execução seria de até dois anos e meio do plano ferroviário, este a ser apresentado em até seis meses após o acordo com a República da Bolívia (DEVÉS Y CIA, 1899).

No documento, havia a permissão para a concessão a uma Sociedade Anônima ou Sindicato. Este documento foi publicado na cidade de Oruro, em 02 de maio de 1899, assinado por Devés Y Cia, representado por Ventura Farfán, proponente e Fernando E. Guachalla, Secretário geral do Governo Boliviano. Nas correspondências trocadas entre a empresa e o governo boliviano, percebe-se o atraso e o não cumprimento da proposição. As motivações registradas se pautavam no clima quente e úmido e na da densidade da floresta, nas chuvas intensas, nos rios secos e cheios, como impedimentos dos trabalhos em terra *in loco*. Estas dificuldades culminaram no não cumprimento do prazo inicial acordado (DEVÉS Y CIA, 1899). E, certamente, diante dos desafios deparados, as proposições não vingaram para a estruturação das ferrovias, até o Tratado de Petrópolis, em 1903.

Figura 34 - Ferrocarril Orthon-Acre

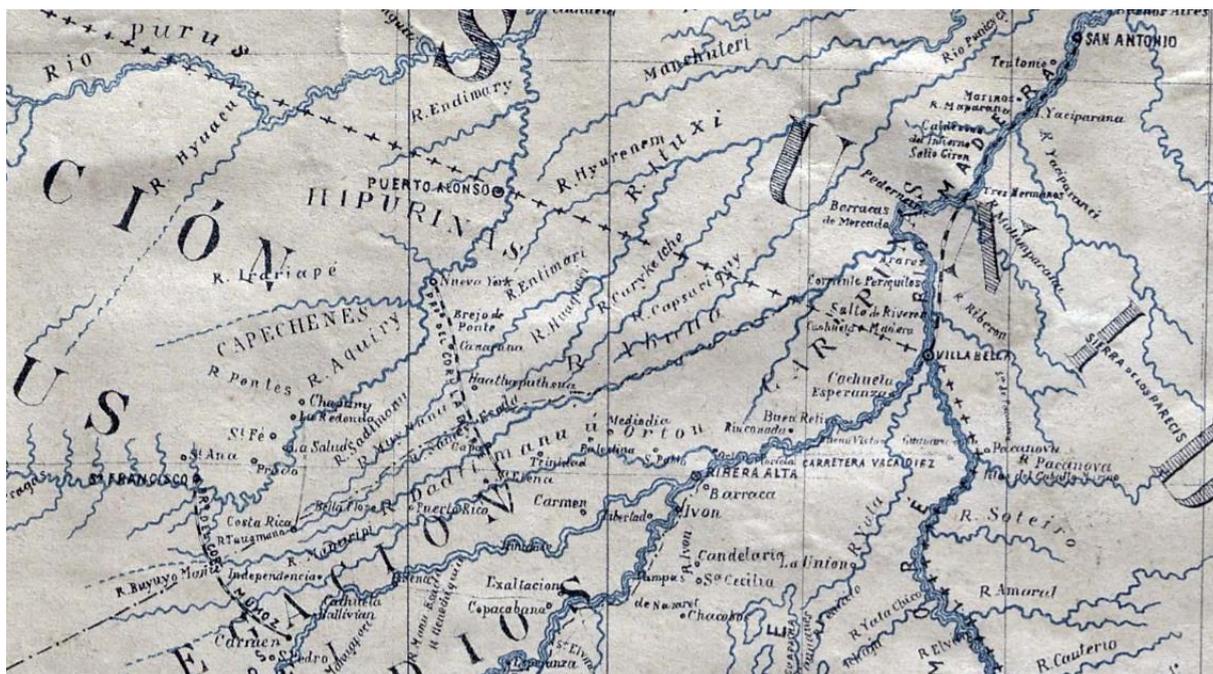


Fonte: Ballesteros¹⁴². Data: 1899.

Uma segunda proposta, registrada em 1899 foi localizada no mapa denominado *Através del Amazonas* que registra o percurso desenvolvido entre os anos de 1894 e 1895 pelo Sr. Sixto L. Ballesteros, desde La Paz, na Bolívia, até a Província do Pará, especificamente na cidade de Belém, Brasil. Observa-se a proposição de conexão dos Rios Acre e Orthon. Partiria da região de *Puerto Acre*, muito próxima ao limite geodésico com a República do Brasil e seguiria pelas terras bolivianas. Vê-se a necessidade de ultrapassar os limites das formações rochosas das quedas, cachoeiras e outros acidentes geográficos que marcam aquele entroncamento fluvial do Madeira-Mamoré-Beni, tão comumente utilizado desde os tempos coloniais para alcançar e escoar - nas práticas exploratórias - as riquezas naturais da Amazônia.

¹⁴²Mapa dos antigos e atuais limites da Bolívia (anterior a novembro de 1903). Data: 1899; Impressão: Tip. Lit. Quillen; Cidade: Sucre; Escala: 1.8000.000, Longitude oeste do Meridiano de Greenwich In: BALLESTEROS, Sixto L. *A través del Amazonas*. La Paz: Imprenta y Litografía el Nacional, 1899. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia – ABNB, Sucre, Bolívia. Código: Bc 1802-1806.

Figura 35 - Mapa corográfico e geográfico da República de Bolívia.



Fonte: Casa de la Libertad¹⁴³. Data: 1899.

Uma terceira proposta de ferrovia está registrada no Mapa de 1º de julho de 1899, sob a autoria do Comandante do Exército Justo Leigue Moreno. É denominado de *Mapa corográfico y geográfico de la República de Bolivia*. Entre as informações apresentadas, observam-se as proposições de três linhas férreas. Elas tanto procuram criar conexões transversais entre os rios que correm paralelamente para diminuir o percurso de deslocamento, quanto driblar os acidentes geográficos e formações minerais represadas e encachoeiradas por alguns rios.

O primeiro trecho correria paralelo ao rio Madeira, a partir de sua margem direita, na Vila de Santo Antonio, até a Villa Bella, que funcionava como vértice das fronteiras, na confluência dos rios Beni e Mamoré, situada à margem direita. Todos os dois pontos estavam localizados, à época, na República dos Estados Unidos do Brasil. Os outros trechos atravessariam os rios concentrados entre a *Delagacion del Purus* e a *Delagacion del Madre de Dios*. Há escrito *Proj. del Cor. B.R.E.* O segundo partiria da margem direita do rio Acre, na ocupação *Nueva York* e atingiria a margem esquerda do rio Madre de Dios, conectando os Rios Maymanu, *Samey Esada* (ou Abunã), Dadtimanu (ou Orthon). O terceiro trecho, à montante do

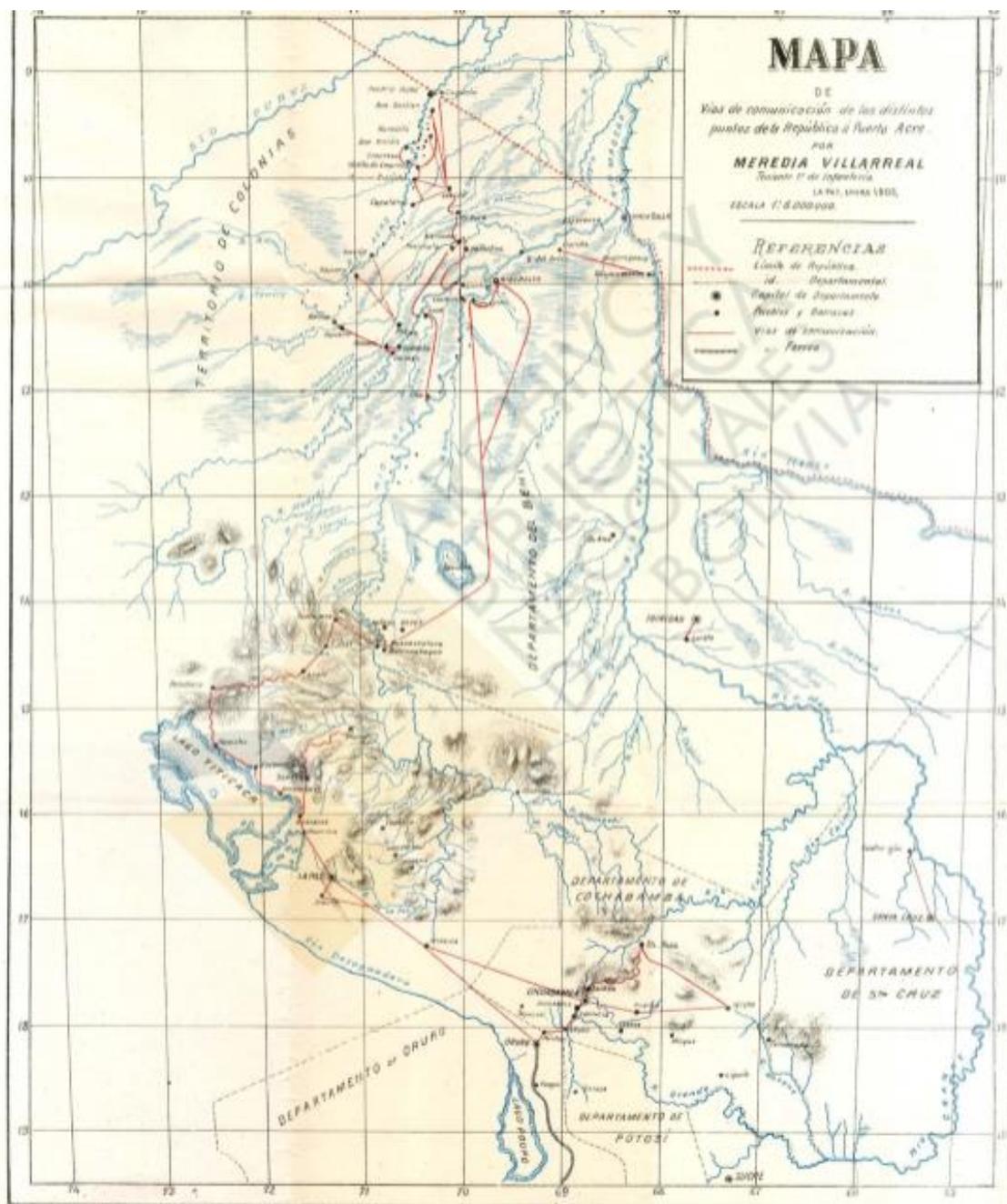
¹⁴³Mapa a traves del Amazonas, Sixto L Ballesteros, desde el Departamento de La Paz "Bolivia" hasta la provincia brasileira del Pará o Belém, en los años 1894-1895. Data: 1899; Autoria: Sixto L Ballesteros; Impressão: não identificado; Cidade: não identificado; Escala: sem escala In: BALLESTEROS, Sixto L. A traves del Amazonas. La Paz: Imprenta y Litografia el Nacional, 1899. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia – ABNB, Sucre, Bóllívia. Código: Bc 1802-1806

anterior, partiria da ocupação São Francisco no rio Acre, até a povoação *Carmen*, na margem esquerda do rio Madre de Dios. Seccionaria os rios Manuripi, Dadtimanu, entre outros não identificados. Esta proposição foi nomeada sob a designação de *Proj. del Cor. Munoz*.

Caminhos terrestres

Foi identificado o *Mapa de vías de comunicacion de los distintos puntos de la República a la Puerto Acre*, sob a autoria do Tenente 1º de Infantaria Meredia Villarreal, publicado em janeiro de 1903. Nele há representação de longos caminhos terrestres efetivados e projetados. A proposição alinhavava grandes centros urbanos, políticos e econômicos das porções oeste e norte, às ascendentes instalações extrativistas da borracha no *Territorio de Colonias*.

Figura 36 - Mapa de vías de comunicacion de los distintos puntos de la República a la Puerto Acre



Fonte: Villarreal (1903)¹⁴⁴. Data: 1903.

Houve a solução essencialmente terrestre traçada para os deslocamentos no território boliviano. A ideia era conectar os grandes centros urbanos: *Cochabamba, Oruro, La Paz, Ribeiralta* até o centro gomífero localizado na extremidade de *Puerto Acre*. A proposição alinhavaria os diversos núcleos de ocupação comercial, identificados por *pueblos* e *barracas*. Basicamente se referiam aos seringais. Com isso, criariam por terra caminhos que desceriam a

¹⁴⁴Mapa de vías de comunicacion de los distintos puntos de la República a la Puerto Acre. Data: janeiro de 1903; Autoria: Meredia Villarreal, Tenente 1° de Infanteria; Impressão: Lit. Boliviana; Cidade: La Paz; Escala: 1:6.000.000. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia – ABNB, Sucre, Bolívia. Código: CP/GLE-993

Cordilheira, penetrando na floresta densa e atravessando os rios. Havia também uma conexão com a linha férrea que partia de *Oruro*. No ano de 1900, a Bolívia possuía já duas estradas terrestres consolidadas que comunicavam diretamente com o rio Beni¹⁴⁵.

3.3. O Peru

Martínez (2007), relaciona a geografia e a dimensão divina entre a Amazônia e o Peru. Destaca que os rios mais caudalosos vêm deste país e que desaguam no Amazonas, em especial o rio Ucayali. O autor acentua a característica de comunicação e ligação natural que todos os departamentos do Peru possuem com o “grande rio” e, por conseguinte, com o Atlântico, como uma lei natural de sua existência, expressa pela liberdade que justifica a apropriação e configuração daquela região. Imbuído desta leitura, afirma que “o destino da Amazônia está assim unido ao Peru pela lei natural e o do Peru completa seu ritmo vital e econômico com a selva amazônica” (MARTÍNEZ, 2007, p. 29). O fato é que a ocupação efetiva peruana se deu décadas posteriores ao Brasil, que se adiantou na exploração da borracha no século XIX.

Com o governo do general Ramon Castilla (1797-1867), entre 1845 e 1851, a porção oriental toma outra proporção de importância no cenário nacional peruano. A partir dos discursos e práticas da geopolítica: com o avanço da fronteira interna e a demarcação dos limites externos com os estados vizinhos, bem como com a questão econômica, ao buscar a supressão ou transformação da população “selvagem” em cidadãos alinhados com os meios produtivos, a serviço do desenvolvimento da Nação (JORDÁN, 2001).

A disputa da fronteira entre o Brasil e o Peru foi motivada, inicialmente, segundo Muzzo (1961), por duas questões. A primeira estava na necessidade de delineamento exato desses limites internacionais. A segunda motivação estava na necessidade de regularização da navegação no grande rio Amazonas e seus afluentes. Em 1851 foi assinado o Tratado com o Peru, através da diplomacia do Ministro Plenipotenciário Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), considerado por GOES Filho (2013), como o “fronteiro-mor do Império”. Da parte peruana estava o Ministro interino das Relações Exteriores Bartolomé Herrera. Foram estabelecidos os limites do Império do Brasil e da República do Peru através do *uti possidetis*.

¹⁴⁵ Pará 17 de 1900, ao Sr. Oficial Mayor del Ministerio de Relaciones Exteriores – Consulado del Perú. N. LBB-15-2. Siglo XX, ano 1900, fls.15, Legajo 2013, Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – MREE, Governo de la República del Perú, Lima.

É importante dizer que as investidas peruanas ocorreram sobretudo na região dos rios Purus e do Juruá e foram esparsadas, rarefeitas e sob alegação igualmente insustentada. Baseavam-se nas decisões reais, nos limites traçados ainda no período colonial, conforme visto por Tocantins (1979). Suas alegações contrariavam, inclusive, os princípios jurídicos ali acordados, a exemplo do *uti possidetis*. Em 1826 o Acre se enquadrava como *tierras no descubiertas*. Entre 1836 e 1839 o Peru foi dividido em Peru do Norte, o qual integrava a região dos afluentes do rio Juruá e o Peru do Sul, relacionado ao rio Purus (CARNEIRO, 2016b). Esta proposição geopolítica assinalava uma ideia puramente projetiva, pois permanecia o desinteresse pelas áreas tratadas como “não descobertas” e “desconhecidas” desde a Colônia.

Um segundo momento de disputa litigiosa esteve associado à exploração extrativista das seringueiras e do caucho. Menezes e Fernandes (2005) informam sobre as diversas tentativas peruanas de ocupação efetiva, mediante a exploração caucheira, na região do Alto Juruá, datadas de 1898 e 1902. Já no Alto Purus, ocorreram nos anos de 1900, 1901 e 1903. Todas elas estavam organizadas em “delegações administrativas e militares”, enviadas sob as ordens do governo central peruano em Lima. Especificamente, em 1902, na boca do rio Amônia, foi instalado um porto aduaneiro pelo governo peruano do Departamento de Loreto e foi denominado de *Nuovo-Iquitos* (JORGE, 1999). Certamente, este é o assentamento mais estável que o país vizinho se fez edificar nas terras em que hoje se reconhece como o Acre. Havia uma comunicação fluvial efetiva para os peruanos através do rio Ucayali. Isso propiciou existirem, pelo menos, 5.000 pessoas dessa origem na região em litígio, no início do século XX¹⁴⁶. Cada ação peruana era calcada por uma pauta anacrônica leitura colonial de posses e uma ação paradoxal àquilo que se praticava entre os dois países nos textos diplomáticos, a exemplo do *uti possidetis*. A contestação não era em defesa própria da instalação pioneira, mas sim pela contestação da pré-existência brasileira.

A Administração Pierolista¹⁴⁷ criou a lei dos terrenos de *montañas*, outra denominação atribuída às áreas da Alta Amazônia, exatamente correspondente a Amazônia peruana de 21/12/1898 e um decreto o regulamentou em 6/05/1899. Estas legislações tornaram propriedade do Estado aquelas área tanto ocupadas pelos indígenas, quanto as ainda não ocupadas. A autora destaca que a decisão de ocupação dessa área está baseada exclusivamente

¹⁴⁶ Pará 17 de 1900, ao Sr. Oficial Mayor del Ministerio de Relaciones Exteriores – Consulado del Perú. N. LBB-15-2. Siglo XX, ano 1900, fls.15, Legajo 2013, Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – MREE, Governo de la República del Perú, Lima.

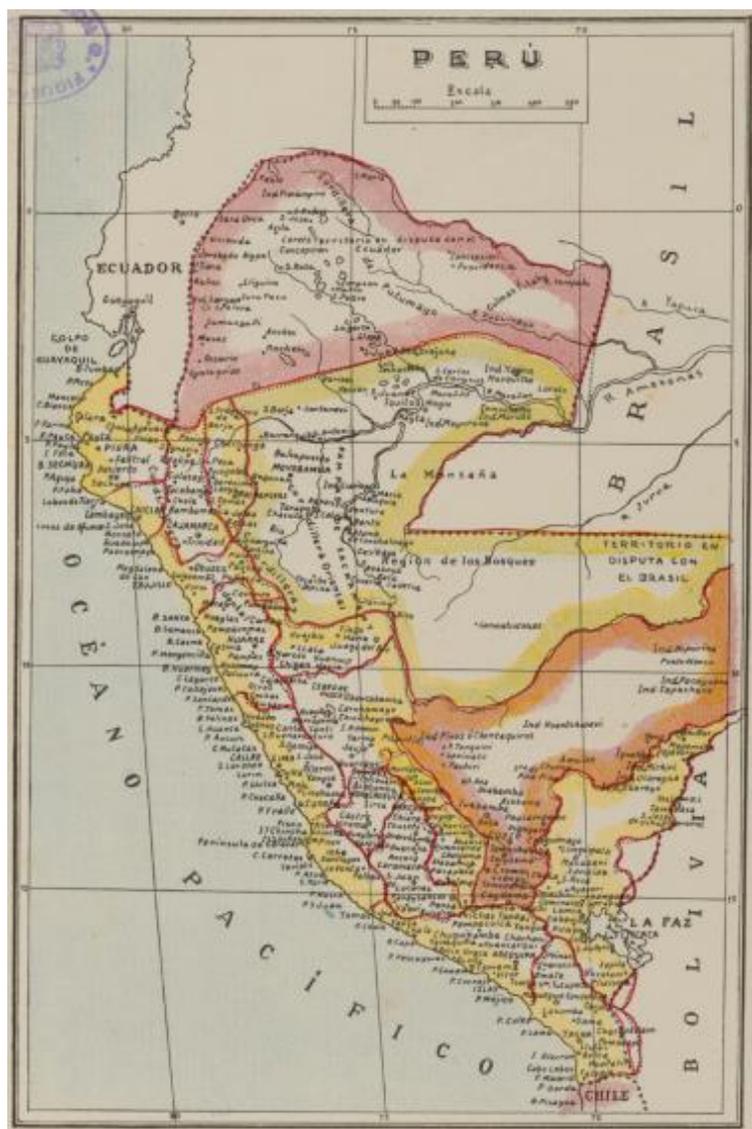
¹⁴⁷ José Nicolás Baltazar Fernandez de Piérola y Vilena (1839-1913), foi Presidente do Peru entre 1879-1891 e 1895-1899.

no interesse da elite econômica e empresarial, tanto de vulto internacional e nacional até à de escala regional (JORDÁN, 2001). Desse modo, foi a exploração gomífera que alimentou e estimulou o conhecimento, demarcação, legislação e tantos outros gestos administrativos do efetivo uso e ocupação por parte dos peruanos.

A denominação da região do Acre pelos peruanos em muitos mapas do século XIX aparece como *región noroeste del río Madidi*. A partir do surgimento do Estado peruano, a área “ignota” passa a ser incorporada como uma unidade administrativa. Várias foram as unidades administrativas projetadas para aquelas terras de *bosques* ou *montañas*. Entre os Departamentos, desde a década de 1820, a exemplo do de Cusco (1822), Puno (1822), houve a constituição do de Loreto. Foi instituído através de um Decreto datado de 7 de janeiro de 1861. Nele havia a denominação de um *Departamento Marítimo y Militar*. Era organizado por uma sede da Intendência e teve uma mudança de denominação para Departamento Fluvial, através do Decreto de 07 de janeiro de 1861. Antes disso, já havia sido criado, em 1832, o Departamento do Amazonas, o qual continha as terras em apreço (JORDÁN, 2001; CARNEIRO, 2016b; ARRUDA et al., 2009).

No *Mapa Geral do Peru*, de 1901, é possível observar o desenho da área do país, especialmente na fronteira com o Brasil, numa arquitetura que remonta o traçado do paralelo setecentista eleito como fronteira na região da Alta Amazônia. Segue a pauta nacional da reivindicação territorial, embora, ali, haja, praticamente, o rio Juruá como representação. Apesar do caráter esquemático desta carta, está evidente o gesto estratégico da afirmação da posse peruana de legado espanhol.

Figura 37 - Mapa geral do Peru, em 1901



Fonte: BNE¹⁴⁸. Data: 1901?

Após a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, entre o Brasil e a Bolívia, o Peru reivindicou a sua participação com uma proposta tripartite e requeria a porção territorial alegando que era sua. Para Reis (1941), não havia qualquer preocupação de defesa e de fixação territorial por parte do país reclamante. Os peruanos passaram a ocupar, de fato, na última década do século XIX e naqueles primeiros anos da década em andamento, esta região.

¹⁴⁸Perú, Mapas generales, 1901?. Escala [ca. 1:14.285.714] ; Autor: [Sociedad General de Publicaciones](#); Fecha: 1901?; Datos de edición : [Barcelona : Sociedad General de Publicaciones ; Tipo de Documento: Material cartográfico impreso ; Descripción física: 1 mapa : col.; 13 x 20 cm en h. de 18 x 26 cm, Signatura AFRMPS/20/69; PID bdh0000226890 ; CDU (85) ; Descripción y notas en los márgenes: Diccionario enciclopédico popular ilustrado; Voz "Perú". Biblioteca Nacional de España – BNE. Disponível via: <http://bdh.bne.es/bnearch/CompleteSearch.do?field=todos&fechaFhasta=&text=Peru&fechaFdesde=&sort=&howYearItems=&exact=on&textH=&advanced=false&completeText=&tipomaterial1=Material+cartogr%3a%a1fco+impreso&tipomaterial1=Material+cartogr%3a%a1fco+manuscrito&pageSize=1&pageSizeAbrv=30&pageNumber=1>. Acesso em 12 de mai. De 2019.

Construíram alfândegas e estruturas fortificadas (TOCANTINS, 1962). Esta presença se deu pela iminência e efetivação da firma tratadística entre o Brasil e a Bolívia associada com a emergência do caucho e do látex.

O Brasil e os Tratados com a Bolívia e o Peru

Os desenhos do Acre relacionados ao Brasil são marcados por exclusões de seus perímetros coloniais e imperiais. Por exemplo, em junho de 1822, a partir do governo do Alto Peru, sob pressões das ameaças iminentes das tropas de Sucre e de Bolívar em busca de movimentos libertários, foi solicitado ao príncipe Regente D. Pedro I a anexação ao território nacional da referida região. Tropas Portuguesas da Capitania do Mato Grosso chegaram a ocupar a região, mas a autoridade regencial negou a anexação com a alegação de que ali seria um território estrangeiro (CARNEIRO, 2016b). O autor destaca que esta foi a primeira vez que o Brasil negou a anexação do Acre ao seu território nacional.

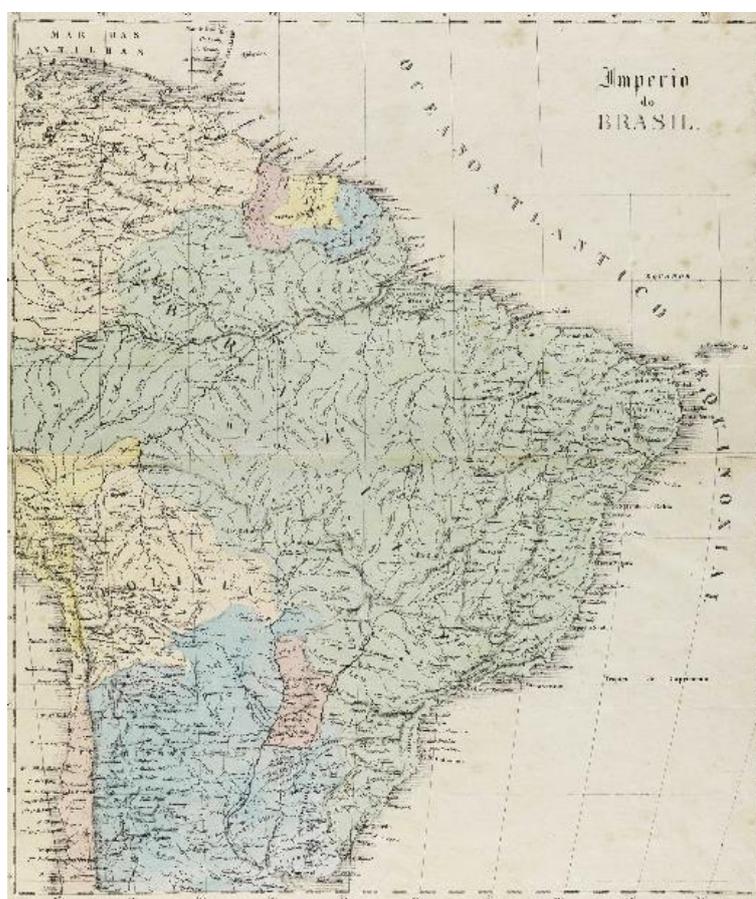
As terras do atual Acre estavam vinculadas a Província do Amazonas, desde 1852, sob atividades administrativas jurídicas, embora oficialmente pertencesse à Bolívia. Esteve junto ao Governo do Amazonas até 1899 quando o referido país tomou posse sob o consentimento do Governo Federal e provincial do Amazonas. Tal província foi criada pela Lei Federal nº582 de 05 de setembro de 1850. Antes disso, integrava a Comarca da Barra do Rio Negro, que foi criada no século anterior, pelo Decreto Federal de 30 de junho de 1759 (COSTA, 2010; JORNAL DO COMMÉRCIO, 1909). A Província do Amazonas alimentou desde o fim do século XIX, através de Plácido de Castro, o que se denomina atualmente de “Revolução Acreana”, ou “Campanha do Acre” chamada pelo Exército, ou “Guerra do Acre”, como é conhecida na Bolívia (BRUGNARA, 2018).

Quando reveladas as riquezas naturais e gomíferas da região do rio Acre, onde se encontravam as melhores espécies para a produção do látex, e executada a engrenagem extrativista, estes efeitos fizeram despertar o interesse das províncias amazônicas no caso brasileiro. O Amazonas, por exemplo, queria que o Acre fosse anexado ao seu perímetro. O Pará já se posicionava contrário porque, essencialmente, disputar o Acre era disputar a arrecadação tributária e demais montantes advindos da empresa seringueira (FERNANDEZ, 1958). Houve, portanto, uma tentativa pioneira, sem sucesso, de incorporação do Acre ao território brasileiro através do Amazonas, conforme traz Carneiro (2016a). Estas ações foram praticadas nas regiões do Alto Purus e do Acre, mantinham relação com Lábrea, com Comarca e Paróquia. Posteriormente, em 1891, a porção do rio Acre ficou vinculada a Floriano Peixoto

(atual Boca do Acre, no Amazonas). Já a região do Alto Juruá, manteve relação com Tefé, através de paróquia e Comarca, até 1894, quando se vinculou a São Filipe (REIS, 1941).

O “Mapa do Império do Brasil” de 1845, sob a autoria de J.C.R Milliet de Saint-Adolphe, apresenta a linha do paralelo setecentista advindo dos litígios das Coroas. Apresenta também a porção referente ao atual Acre enquadrada nos limites do Peru (na cor amarela). Entre os rios representados, aparecem o Beni, Purus e Juruá. Não há qualquer indicação de ocupação, tanto dos povos originários, quanto dos remanescentes das investidas coloniais, como também daquele tempo de emancipação.

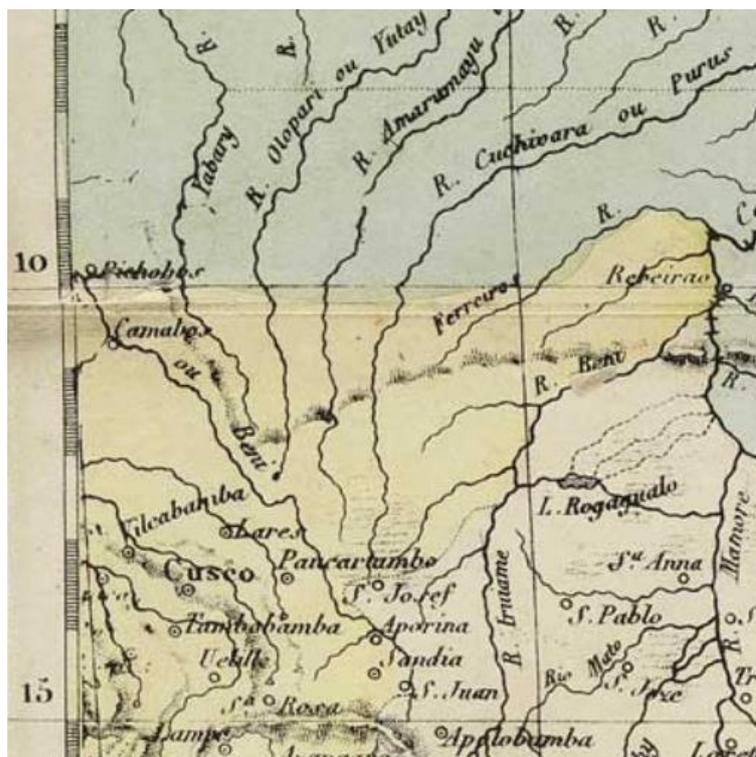
Figura 38 - Mapa do Império do Brasil (1845).



Fonte: Biblioteca Nacional¹⁴⁹, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Data: 1845.

¹⁴⁹MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. [Mapas do] **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil**: contendo a origem e historia de cada provincia, cidade, vila e aldeia. Paris, França: J. p. Aillaud, 1845. 6 mapas, il. [1 col.], 35 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004808/cart1004808.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

Figura 39 - Detalhe do Mapa do Império do Brasil (1845).

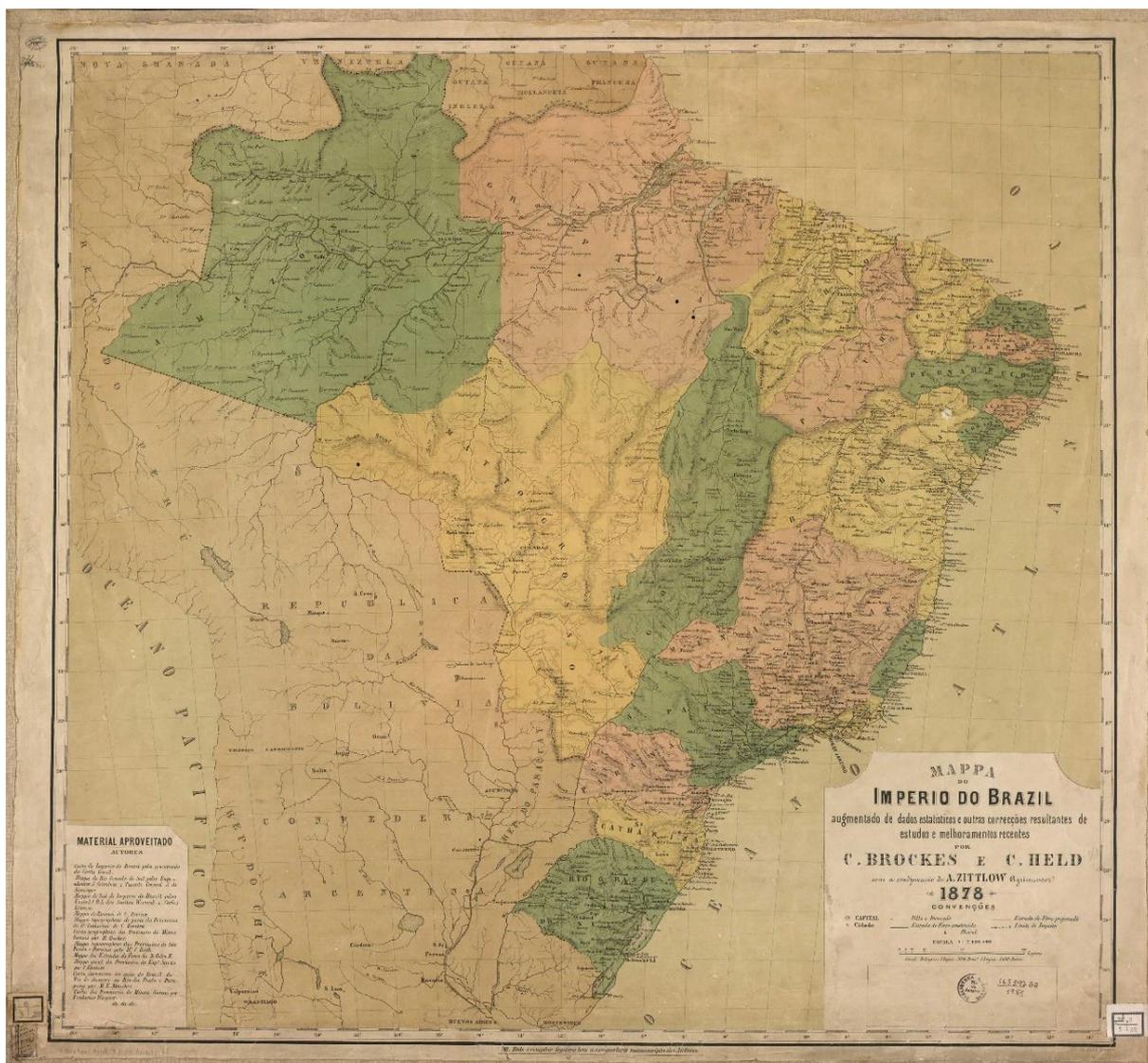


Fonte: Biblioteca Nacional¹⁵⁰, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Data: 1845.

Em 1878 foi publicado o Mapa do Império do Brazil, sob a autoria de C. Brockes e C. Held, com a coadjuvação de A. Zittlow. Neste documento é explícita a mudança da ideia de fronteira imperial na região acreana. A esse caso, foi utilizada a linha oblíqua, originada do Tratado de Ayacucho (1867). Tanto a assinatura deste acordo diplomático, quanto a ratificação dessa decisão na cartografia oficial apresentam a exclusão da área referente ao atual Acre do território brasileiro. Esta cartografia imprecisa as fronteiras entre o Peru e a Bolívia e salienta algumas etnias que se encontram naquela fronteira geométrica: Xipurinãs, Ruperucuras, Xuayumaris e Cocamas. Salienta também alguns dos cursos d'água seccionados pela fronteira geodésica: Hyuacu, Aquiry, Araçá, Embira, Jubua, Javary, entre outros.

¹⁵⁰MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. [Mapas do] **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil**: contendo a origem e historia de cada provincia, cidade, vila e aldeia. Paris, França: J. p. Aillaud, 1845. 6 mapas, il. [1 col.], 35 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004808/cart1004808.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

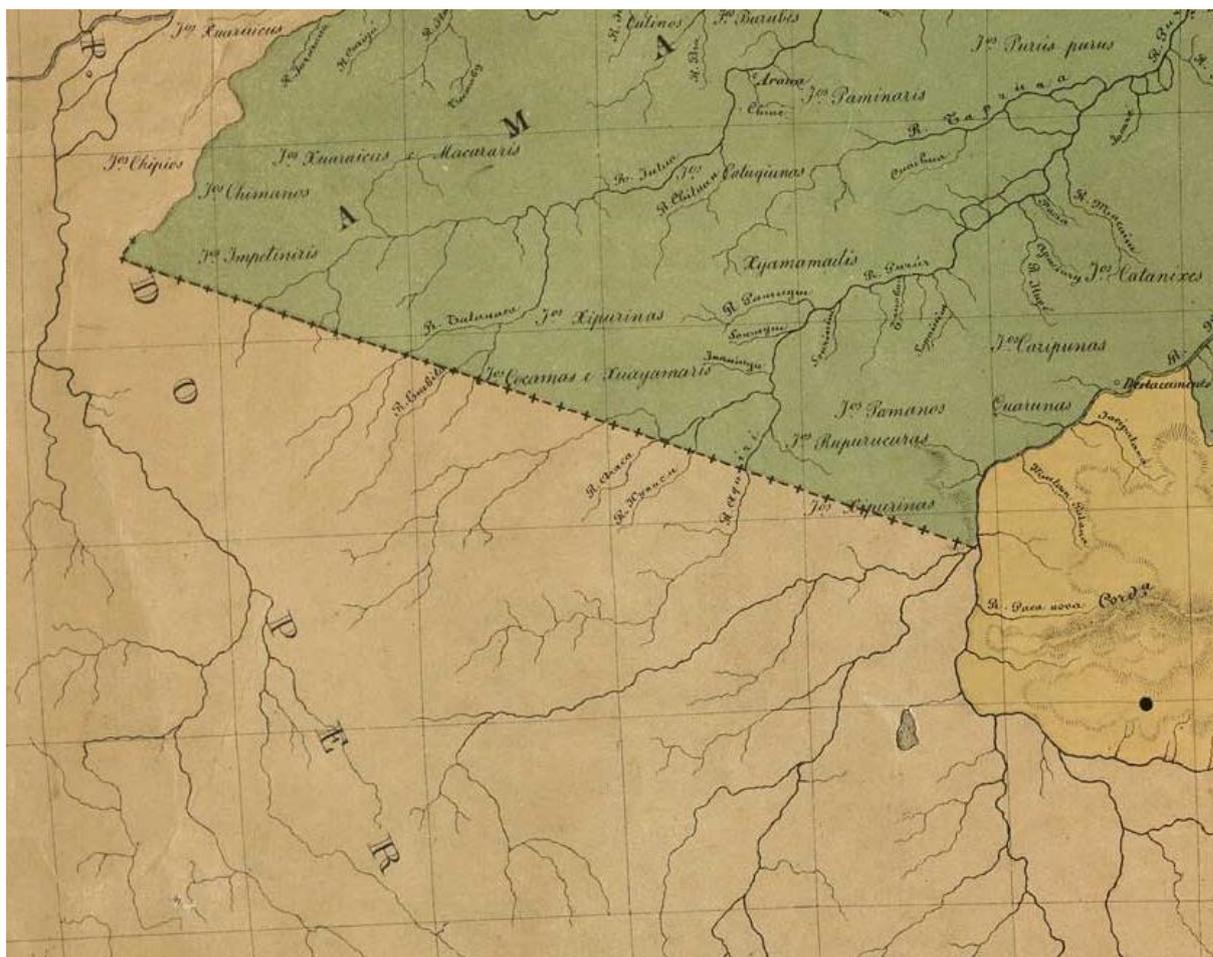
Figura 40 - Mapa do Império do Brasil.



Fonte: Biblioteca Nacional¹⁵¹, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Data: 1878.

¹⁵¹Mappa do Império do Brazil, augmentado de dados estatísticos e outras correções resultantes de estudos e melhoramentos recentes. Autoria: C. Brockes e C. Held, com a coadjuvação de A. Zittlow (agrimensor). Data: 1878. Escala 1:7.420.440. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Código: Cart163397. Acervo Digital, Departamento de Cartografia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart163397/cart163397.jpg. Acesso em 27 de dez. de 2019.

Figura 41 - Detalhe do Mapa do império do Brasil.



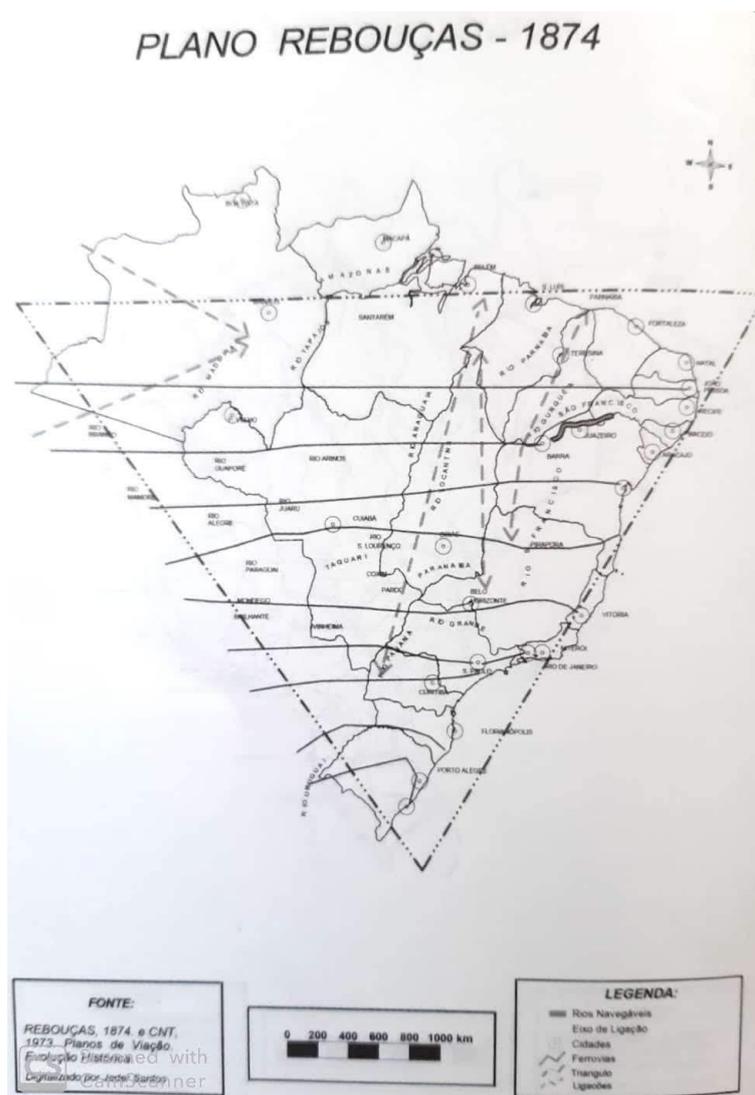
Fonte: Biblioteca Nacional¹⁵², Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Data: 1878.

As abstrações brasileiras não se limitaram ao plano cartográfico apenas. Estiveram ligadas a planos de transporte e viação sobre aquela área. Assim, em 1874, foi desenvolvido pelo Engenheiro André Rebouças (1838-1898) um Plano de Viação para o território monárquico do Brasil. Consistia numa articulação entre ferrovias, portos, rios e mares. Assim,

as linhas férreas a serem traçadas em seu plano obedeceriam a um sistema de paralelas e convergentes com o desiderato de estabelecer comunicações não apenas entre pontos no interior do território monárquico, mas de ligar os portos do Atlântico aos do Pacífico na América do Sul (SOUSA NETO, 2012, p. 136).

¹⁵²Mappa do Império do Brazil, augmentado de dados estatísticos e outras correcções resultantes de estudos e melhoramentos recentes. Autoria: C. Brockes e C. Held, com a coadjuvação de A. Zittlow (agrimensor). Data: 1878. Escala 1:7,420,440. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Código: Cart163397. Acervo Digital, Departamento de Cartografia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart163397/cart163397.jpg. Acesso em 27 de dez. de 2019.

Figura 42 - Plano de Viação de André Rebouças (1874)



Fonte: Sousa Neto. Data: 2012.

Euclides da Cunha (1866-1909) em seu livro “*À margem da história*” lançou uma proposição de uma ferrocaril, a “Transacreana”, que percorreria mais de 700km e ligaria a região do Juruá até a do Acre, passando pelos rios Tarauacá, Purus e Yaco (TOCANTINS, 1988; CUNHA, 2006). As duas proposições viárias apresentam um alto grau de abstração e de desconsideração da geografia física local no sentido das barreiras estáveis (rios, vales, floresta, montanhas etc.) e dinâmicas (sazonalidade das águas). Apresentavam uma necessidade premente na solução para a logística da produção, entre a recolhida e a efetiva distribuição, pautada pela praticidade adventícia das ferrovias naquele contexto e época. Planos estes que ficaram no nível das ideias mas que, a despeito de certas generalizações, evidenciaram a necessidade de caminhos intermodais na articulação viária. Assim, rodovias, ferrovias e hidrovias traçariam um futuro a ser posto que, na prática e até o atual momento, em muito, ainda se coloca como um grande desafio.

Embora as cartografias brasileiras reconhecessem os gestos oficiais diplomáticos assinados desde os tempos coloniais e trazidos com suposta pacificação para o momento dos Estados Nações, na prática operativa, o poder nacional dilatava suas fronteiras com os avanços, sobretudo na segunda metade do século XIX. Isto se deu pela localização das fontes naturais e concentradas das seringueiras nos vales dos rios atualmente acreanos. Em poucas décadas, as terras formalmente sob as posses bolivianas e peruanas naquela Alta Amazônia, estavam ocupadas massivamente por brasileiros recrutados pelo governo provincial e estadual, associados ao poder central. O litígio factual motivado pela borracha ocupou o lugar do abstrato e virtual litígio secular.

O litígio com a Bolívia

Há registros ainda do ano de 1834 as tentativas de negociação com o Brasil, quando o governo boliviano enviou ao Rio de Janeiro o General Mariano Armaza, sob papel plenipotenciário, numa missão para tratar os limites. O governo brasileiro apenas se restringiu a dizer que não trataria da questão porque desconhecia a fronteira contestada. Em 1844, houve com o General boliviano Guillarte. Outras tentativas ocorreram por parte do Brasil, sobre as representações de Rego Monteiro e Lisboa, bem como Duarte da Ponte Ribeiro, que culminaram no Tratado de Ayacucho, de 1867 (GOSÁLEZ, 1960).

A elaboração do Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commercio e Extradicação, ou o Tratado de Ayacucho aconteceu ao longo do ano de 1866 para um acordo entre o Império do Brasil e a República da Bolívia. Foi assinado em 27 de março de 1867, na cidade boliviana de la Paz de Ayacucho, pelos representantes Ministro Brasileiro Felipe Lopes Netto e Boliviano Mariano Donalo Muñoz. No caso brasileiro, foi promulgado através do Decreto nº4.280 de 28 de novembro de 1868¹⁵³. É conhecido como o Tratado de Amizade, ou o Tratado Muñoz-Netto. Entre os conteúdos ali registrados, houve a mudança do desenho da linha geodésica, a partir de então celebrada como linha Beni-Javari. Neste câmbio, o Brasil ganhou grande porção de terra que até então se firmava pelos Tratados setecentistas das ex-colônias (TOCANTINS, 1962).

As terras atualmente acreanas estavam circunscritas ao poder e posse oficiais dos vizinhos bolivianos, ratificado pelo Brasil. O Acre nunca configurou como qualquer ilha ou

¹⁵³ IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 4280 de 28 de novembro de 1868. Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commereio e Extradicação, Celebrado em 27 de Março de 1867, entre o Brasil e a Republica de Bolívia. Disponível em : <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em 30 de dez. de 2019.

afloração complementar ao Brasil insular tão apregoado em textos ufanistas aqui já vistos. Neste Tratado, era dito, entre as descrições e definições limítrofes que “da foz do Beni para oeste por uma reta tirada da margem esquerda na latitude 10° 20’ até encontrar as nascentes do Javari” se constituiria a fronteira entre os dois países (TOCANTINS, 1988, p. 132). Todavia, o uso das cabeceiras do rio Javari como marco criou um grande impasse e vulnerabilidade, porque não se sabia exatamente onde eram as respectivas cabeceiras.

Era de clareza solar que as porções territoriais correspondentes ao atual Acre estivessem contidas no perímetro boliviano. O mesmo Tratado que delineou este perímetro, apresentou também em seu Artigo 2º, o reconhecimento do *uti possidetis* como princípio definidor da propriedade/jurisdição sobre as áreas litigiosas. Maia (1978) diz que se tivesse havido a interpretação dos limites do Tratado de Ayacucho pelas paralelas e não pelos pontos, desde 1867, sob a aplicação do aludido artigo, o texto diplomático teria levado o Acre a desde então pertencer ao Brasil. Assim é visto que:

Art.2º Sua Magestade o Imperador do Brasil e a Republica de Bolivia concordão em reconhecer, como base para a determinação da fronteira entre os seus respectivos territorios, o uti possidetis, e, de conformidade com este principio, declarão e definem a mesma fronteira do modo seguinte:

A fronteira entre o Imperio do Brasil e a Republica do Bolivia partirá do rio Paraguay na latitude de 20º, 10', onde desagua a bahia Negra; seguirá pelo meio desta até ao seu fundo e dahi em linha recta á lagôa de Caceres, cortando-a pelo seu meio; irá daqui á lagôa Mandioré e a cortará pelo seu meio, bem como as lagôas Gahiba e Uberaba, em tantas rectas quantas forem necessarias, de modo que fiquem do lado do Brasil as terras altas das Pedras de Amolar e da Insua.

Do extremo norte da lagôa Uberaba irá em linha recta ao extremo sul da Corixa-Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas que ficarão respectivamente do lado do Brasil ou da Bolivia; do extremo sul da Corixa-Grande irá em linha recta ao Morro da Boa-Vista e aos Quatro Irmãos; destes, tambem em linha recta, até as nascentes do rio Verde; **baixará por este rio até a sua confluencia com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até ao Beni, onde principia o rio Madeira.**

Deste rio para o oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul 10º, 20', até encontrar o rio Javary.

Se o Javary tiver as suas nascentes ao norte daquela linha léste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma recta a buscar a origem principal do dito Javary¹⁵⁴.

¹⁵⁴ IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 4280 de 28 de novembro de 1868. Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commercio e Extradicação, Celebrado em 27 de Março de 1867, entre o Brasil e a Republica de Bolivia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em 30 de dez. de 2019, [sic], negritos nossos.

Constata-se que o foco deste conteúdo tratadístico estava fundamentado essencialmente na oficialização da liberdade dos fluxos portuários e das isenções das taxações tributárias e alfandegárias entre as partes envolvidas. Mais uma vez, retoma-se à ideia de que à região do atual Acre, já em contexto geopolítico emancipado, havia até então, percursos que a tangenciavam e que aquele emaranhado de rios e floresta. Significava um imbróglio para a necessidade de escoamento de produção até atingir os grandes rios e vales e, de lá, seguir para o oceano. Ao que parece, a Soberania estava alinhada com as práticas que alijavam e não que incorporavam aquelas terras ao seu patrimônio nacional.

Simultaneamente a firma do Tratado de Ayacucho, havia a responsabilidade boliviana de construir uma estrada de ferro que ligasse o rio Acre ao rio Madre de Dios. Fifer (2014) informa que foram pensados também construções de canais que conectassem bacias, a exemplo da conexão Purus e Beni e Madre de Dios e Ucayali. Havia, ainda, uma proposição de organização de um município na área correspondente ao atual Acre, de maneira a estruturar urbana e administrativamente essa região¹⁵⁵. Esta ânsia pela ferrovia configurou alguns pensamentos e proposições, não apenas bolivianos, mas também os brasileiros, a exemplo de Euclides da Cunha. O desejo perdurou até a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, quando o Brasil se comprometeu a construir um trecho através de contrapartida.

Este Tratado foi assinado sob conteúdos e práticas que se sobrepuseram e se contradiziam. Enquanto o Brasil concordava com a legitimação boliviana daquelas terras, o governo federal arregimentava a ocupação extrativista da Amazônia. Assim, as terras correspondentes ao atual Acre se apresentavam, na segunda metade do século XIX, ocupada por brasileiros já envolvidos no processo econômico da borracha. Uma justificativa que se dá pela ocupação massiva dos brasileiros é a diferença da relação extrativista e pontual dos caucheiros bolivianos diante dos seringueiros que moravam nas propriedades rurais e constituíam as colocações.

Outra perspectiva assinalada é que a Bolívia estava “mais preocupada pelo livre acesso aos portos brasileiros do Atlântico, que pela sua presença efetiva na Amazônia¹⁵⁶” (ARRUDA et al., 2009, p. 59, tradução nossa). Este país foi marcado pelas perdas de acesso aos oceanos atlântico e pacífico, simultaneamente, nas questões com o Acre e com o Chile. Outras

¹⁵⁵ Comissão Demarcadora Brasil-Bolívia. Relatório 190-1912 – Diversos. Maço 1, Relatório Lata 300, Pasta 3, fls.35-36. Biblioteca do Itamaraty, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

¹⁵⁶ Texto original: “más preocupada por el libre acceso a los puertos brasileños del Atlántico, que por su presencia efectiva en la Amazonia” (ARRUDA et al., 2009, p. 59).

justificativas estão alicerçadas nas construções de imagens que, do mundo andino, se constituía e/ou se especulava acerca da região das *montañas*. Justifica-se a não presença dos bolivianos sobre aquelas terras pelo desinteresse diante da logística para escoamento da produção do caucho. Nesse caso, era necessário o uso dos portos ou do atlântico, ou do pacífico, por meios político e que a Bolívia, àquela altura, já não possuía qualquer conexão fluvio-marítima.

Nesse contexto, iniciam-se os estudos e negociações para a construção de uma linha férrea, ainda em 1867, através da expedição dos engenheiros José e Francisco Keller. Também em 1869, através do engenheiro dos Estados Unidos da América, George Earl Church, havia a ideia de conexão dos Rios Madeira e Mamoré por linha férrea. Aconteceria a partir de uma concessão do governo boliviano para a construção de escoamento da produção entre os rios (ARRUDA et al., 2009).

O artigo terceiro previa um prazo de até seis meses após a assinatura, para a designação de uma comissão mista de demarcação para a efetivação das fronteiras. Entretanto, Reis (1956) pontua alguns marcos factuais datados que expressam a dificuldade e o desinteresse que limitaram as atividades de campo. Em 1872 houve a suspensão das negociações das fronteiras com o Peru. Em 1874, o Barão de Tefé faz a demarcação da nascente do Javari, mas possui erros, diante das conduções e limitações tecnológicas em campo.

Em 1895, o Coronel José Manoel Pando, oficial boliviano que cumpria pena no *Oriente* por motivos de ideologia política solicita demarcação de fronteira, diante do que encontrou com a massiva presença da exploração gomífera brasileira. O Tenente-Coronel Gregório Taumaturgo neste mesmo ano, junto ao Capitão-Tenente Cunha Gomes, formam a representação brasileira numa Comissão Mista, que insiste na tese do erro aferido por Tefé, vinte e um anos atrás. Exonera-se do cargo e o então Ministro das Relações Exteriores, General Dyonísio de Cerqueira, organiza nova expedição, agora comandada por Cunha Gomes. Conclui as atividades em 1898 e as conclusões trazidas são as de que a já então conhecida região do Acre pertencia, desde 1867, à Bolívia. Porém, ali, já havia milhares de brasileiros envolvidos no extrativismo do látex (CUNHA GOMES, 1899; REIS, 1956).

Para Beltrán (2001), o processo da borracha foi uma das últimas grandes economias mundiais e, apesar disso, esteve em segundo plano ou numa posição distante de interesse do Estado boliviano para aquelas terras orientais e amazônicas. Foi protagonizado, do lado boliviano, por aventureiros e empresários que se instalaram naquela região, advindos de Santa Cruz, Beni e adjacências. Logo estabeleceram conexões com empresas e empresários

internacionais. Quando o Estado boliviano interveio, já havia essa estratificação e transação econômica consolidada.

Rocha (1903) argumenta que o rio Acre possui uma sazonalidade de quase metade do ano navegável apenas. Além disso, é afluente do Purus e, pelo sentido do fluxo de suas águas e hierarquia fluvial, só poderia ter suas margens ocupadas por brasileiros. A logística para funcionamento e distribuição da produção ao comércio exterior era inviabilizada para os bolivianos e peruanos. Já o rio Madeira, por se apresentar mais caudaloso e permitir fácil conexão com o oceano pacífico, tornava-se mais acessível aos bolivianos. Beltrán (2001) informa que o fato de as terras do Acre terem sido invadidas por brasileiros não configurava um real problema de interesse boliviano. A preocupação estava, sim, na recuperação dos impostos de exportação da borracha.

Em 1901, a Bolívia, possuidora, sob documentos oficiais, das terras do atual Acre, arrendou a uma Companhia de Cartas de capital anglo-americano denominado Bolivian Syndicate. Este país transferia várias responsabilidades de gestão, especialmente fiscais e tributárias a esta *Chartered Company*. O consórcio estabelecido entre os EUA e a Grã-Bretanha arrendou da Bolívia a porção territorial do Alto Acre por 30 anos. Entidades empresariais passariam a exercer papel que antes cabia apenas ao Estado. Esta região, massivamente ocupada por brasileiros engajados na atividade extrativista, estabelece uma nova fase do processo litigioso dessas fronteiras. O governo brasileiro receava a apropriação desta Companhia para transformar o Alto Acre e estabelecer relações de domínio político e criar uma nova colônia, como acontecia simultaneamente na África (CAMPOS, 2004); T.FERNANDES (s/d); ALBUQUERQUE, 2015).

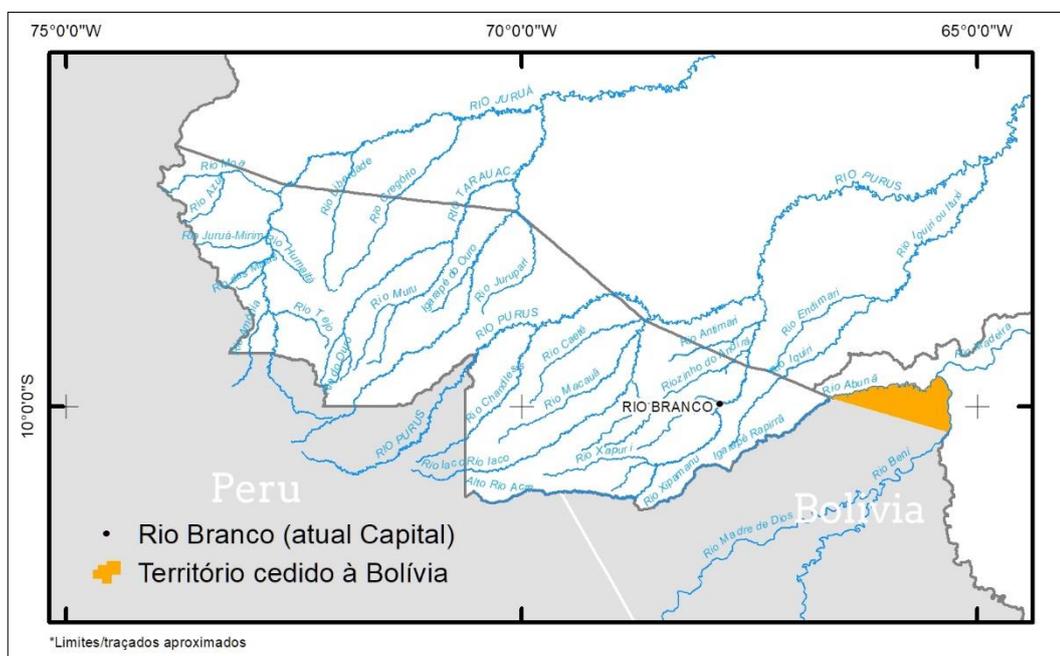
Algumas frentes de ocupação se estabeleceram nessa região, entre a presença militar até movimentos declaratórios de País Independente do Acre, a exemplo de 1899 protagonizado pelo espanhol Luis Galvez e em 1902, por Plácido de Castro. Paralelamente, o governo boliviano destaca missões militares e políticas para ocupação e defesa daquele território. O epicentro desses acontecimentos se deu onde hoje se situa a cidade acreana de Porto Acre. Lá, por ser próximo à linha oblíqua, dentro dos limites bolivianos, no fim do século XIX foi instalada uma estrutura militar e alfandegária. O rio Acre concentrava as melhores seringueiras e esse caminho fluvial, marcado por diversas ocupações, a maioria brasileira com seringais, estaria subordinada à fiscalização e tributação efetiva do governo boliviano.

A questão do Acre havia dois problemas para a Bolívia. O primeiro era de ordem humana, pois existiam milhares de pessoas brasileiras naquelas terras, numa ocupação dedicada

ao extrativismo gomífero. O segundo problema estava relacionado à dimensão internacional, com a intromissão dos capitais ingleses e estadunidense (GOYOCOCHÊA, 1945). Foi assinado o *modus vivendi* em La Paz, no Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, entre o Brasil e a Bolívia, em março de 1903, com os representantes Ministros boliviano Eliodoro Villazon e plenipotenciário dos Estados-Unidos do Brasil Eduardo Lisboa (ROCHA, 1903). Esta firma significava uma acordada ocupação militar, percepção de impostos, estabelecimento para desocupação de zonas alegadas pela pátria oposta e contestadora, entre outras características (VIANA FILHO, 2016).

Entre sucessivos confrontos bélicos e ocupações que se sobrepuseram naquela região em que tradicionalmente se chama, na versão brasileira dos fatos de “Revolução Acreana”, foi celebrado em 17 de novembro de 1903, na cidade brasileira de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. A assinatura foi composta pelos representantes brasileiros, José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores e Joaquim Francisco de Assis Basil, Ministro Plenipotenciário nos Estados Unidos da América. Do lado boliviano assinaram Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciário e Claudio Pinilla, Ministro Plenipotenciário no Brasil e Ministro das Relações Exteriores.

Figura 43 - Mapa de permuta de terras entre o Brasil e a Bolívia em 1903 a partir do Tratado de Petrópolis.



Fonte: Adaptado de Governo do estado do Acre. (Elaboração: Igor Pedroza)

O acordo foi marcado pela permuta de terras, ao anexar ao território brasileiro a porção meridional equivalente a 142.000km² e para a Bolívia, cedida uma porção entre os rios

Madeira e Abunã, correspondente a 39.000km². À questão do Acre, o Barão de Rio Branco, figura diplomática protagonista desta e de outras negociações de fronteira à época, utilizou da recuperação da obra de Alexandre de Gusmão, ainda no século XVIII, sobre o *uti possidetis*. Assim, o Vale do Acre tornou-se efetivamente brasileiro, enquanto a região do rio Abunã foi anexada a Bolívia, por estar massivamente ocupada por seus filhos pátrios.

Como havia uma disparidade entre as terras cedidas em vantagem para o Brasil, este país se comprometeu em contrapartidas na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, uma ferrovia entre Santo Antônio, localizado no Brasil no atual estado de Rondônia, e Bella-Vista, localizada hoje em dia na Bolívia. Haveria também o livre trânsito ferroviário e hidroviário, inclusive com acesso ao oceano atlântico. Inclui-se a indenização de 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia, em função do distrato com o *Bolivian Syndicate*, que havia recebido a outorga do Estado boliviano para gozar de privilégios e autonomia sobre aquelas áreas, além de assumir a dinâmica tributária arrecadatória daquela gestão arrendada. Em 1904 foi instituído o Território Federal do Acre, novo ente federativo brasileiro (GUERRA, 1955; MORAIS, 2016; MRE/FUNAG, 2012; ROCHA, 1912).

O Litígio com o Peru

Diante das indefinições territoriais e do crescente interesse pelo uso dos rios e das superfícies das terras e as riquezas naturais ali abundantes na Amazônia, trava-se, a partir do século XIX, relações de litígios diante daquelas terras. Até então, cabe reafirmar, eram desinteressantes para cada Coroa ali instalada e, conseqüentemente, nação emancipada. Nesse conflito, a relação do Brasil com o Peru, no que se refere às questões de limite foram as seguintes, segundo Arruda et al. (2019):

- a) As negociações foram iniciadas ainda em 1827, através da proposição de um encarregado de negócios do Peru, que se encontrava no Rio de Janeiro, chamado Dom José D. Cáceres que propôs um pacto de limites, sem sucesso;
- b) A segunda ação foi em 1841, ano que foi assinado o Tratado de Paz, Amizade, Navegação e Comércio, entre os representantes de cada país: o Senhor Manuel Ferreyros e Duarte da Ponte Ribeiro. Neste documento foi decidida a futura ação de demarcação de limites a partir do princípio do *uti possidetis* materializado pelos assentamentos não indígenas;

- c) A terceira ação foi em 1851, quando foi assinada a Convenção sobre Comércio e Navegação, entre o Ministro peruano Herrera e o representante brasileiro, Duarte da Porto Ribeiro, na prática censurado diante da cessão ao Brasil de um expressivo território peruano. Neste momento, às regiões dos rios Juruá, Purus e parte do Acre não se tinham conhecimento claro sobre suas existências e peculiaridades. Portanto, não havia uma soberania capaz de definir o uso e a posse diante do interesse primordial de cada país conflitante. Nessa época, essa região era denominada de *selvas despobladas*;
- d) Em 1866 houve um trabalho de campo da Comissão Mista entre Peru e Brasil;
- e) Em 1871 A Comissão retoma os trabalhos e há a demarcação dos rios Putumayo e Javari;
- f) Em 1885 houve a assinatura de uma nova Convenção acerca da navegação do rio Amazonas;
- g) Em 1896 se efetivou a ação de demarcação exata da nascente do rio Javari, como elemento natural de limite adotado para a fronteira. Em 1876 havia sido demarcado errado, mais ao sul, o que resultava em prejuízos territoriais ao Peru;

Jorge (1999) aponta que já em 1863, um comissário peruano, Inácio Muriátegui, havia reivindicado a alteração dos limites instituídos em 1851, sob a defesa da origem de 1777 do Tratado de Santo Ildefonso, assinado entre a Espanha e Portugal. E isso, para o autor marca a origem do litígio resolvido só em 1909, e não motivado pelo Tratado de Petrópolis de 1903. Porém, com a assinatura entre a Bolívia e o Brasil, se catalisam as reivindicações, ao nível da solicitação da incorporação do atual Acre ao território peruano.

Dentro do pleito peruano, após a assinatura brasil-boliviana, foram criadas as Zonas Neutralizadas, em 1904, na área de litígio com o Brasil, especialmente nas terras do Alto Purus e do Alto Juruá. De acordo com Muzzo (1961, pp. 148-149, tradução nossa), os dois perímetros foram os seguintes:

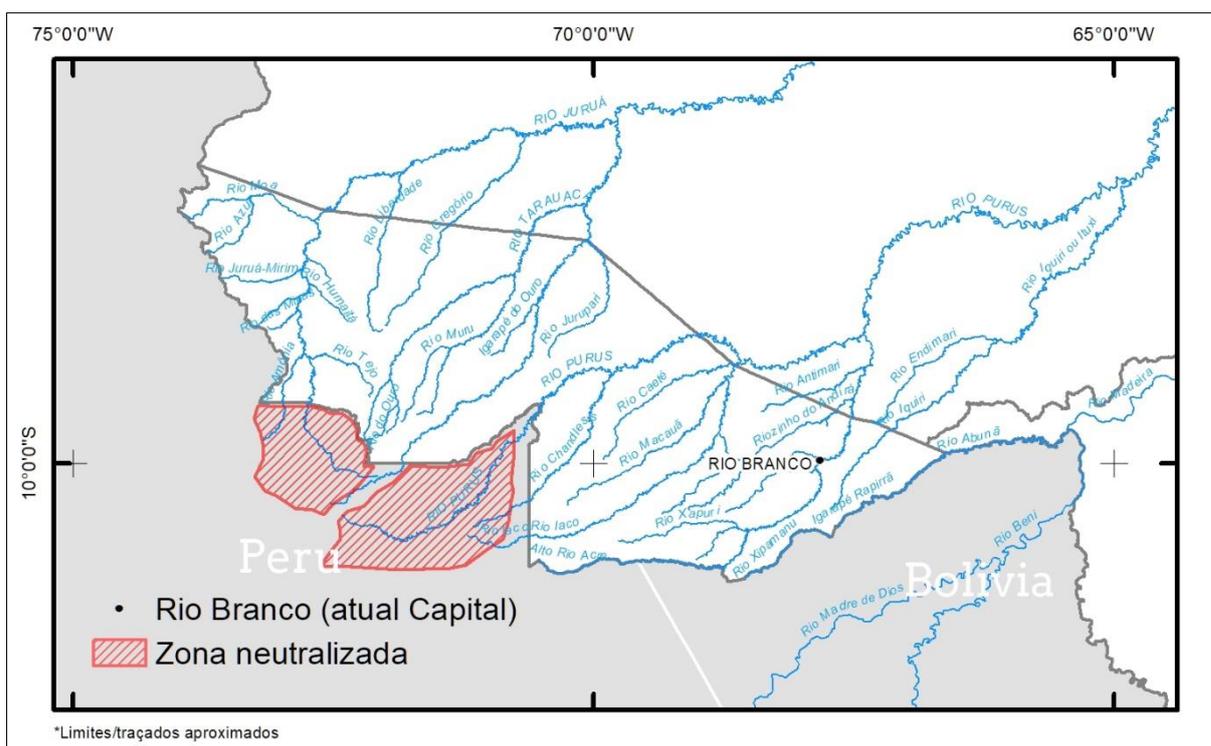
A – o da Bacia do Alto Juruá, desde a cabeceira desse rio e de seus afluentes superiores, até a boca e margem esquerda do rio Breu, e dali para o Oeste pelo paralelo da confluência do mesmo Breu até o limite ocidental da Bacia do Juruá (...)

B – O da Bacia do Alto Purus, desde o paralelo dos onze graus até o lugar denominado Catau.

Esta criação do “Território do Breu” e do “Território do Catay”, tem origem na assinatura do *modus vivendi* em 12 de julho do citado ano e buscava soluções conjuntas futuras

para aquele impasse com a criação de comissões mistas entre os dois países. O documento teve a firma do representante Ministro Plenipotenciário do Peru, Don Hernán Velarde e do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco. Esta proposição contemplava uma área entre a nascente do rio Javari e a fronteira com o país vizinho, a Bolívia. Esta medida visava evitar conflitos políticos e bélicos entre os dois países e o apelo ao arbitramento.

Figura 44 - Zonas neutralizadas entre o Brasil e o Peru em 1904.



Fonte: Adaptado de *Mapa de la cuestión con el Brasil*, Barrenhea (1930). (Elaboração: Igor Pedroza)

A contestação do Tratado de Petrópolis e outras pendências de fronteiras foram levados à decisão Arbitral da Argentina sobre o caso de Litígio entre o Peru e a Bolívia. A publicação do laudo ocorreu apenas em 09 de julho de 1909, sob a responsabilidade do então Presidente José Figueroa Alcorta (1859-1931, com mandato presidencial entre 1906 e 1910), com a definição das fronteiras entre os dois países (ARRUDA et al., 2009). Antes disso, havia uma grande especulação em torno dos prejuízos que causaria ao Brasil tal decisão, especialmente pela reivindicação da devolução do Acre, por parte do Peru. Este país alegava as possessões espanholas de séculos atrás como única argumentação que sustentaria a sua tese. O Brasil, segundo Azeredo (1908), era contrário às alegações dos limites das Coroas e utilizava o princípio do *uti possidetis*. No Brasil, circulava na imprensa nacional a ideia de que não se

tratava de qualquer prejuízo caso as terras em questão fossem anexadas ao Peru, pois “o Acre já pagou largamente as despesas que ocasionou” (M.A., 1909, p. 51, [sic]).

O próprio Barão de Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, numa exposição dos argumentos, já após a assinatura do Tratado entre o Brasil e o Peru, e 1909, ao Presidente da República no Congresso Nacional garantia que as rendas, até então praticadas pelos cofres públicos brasileiros sobre o Acre, em nada se alterariam com a perda de terras da zona neutralizadas (RIO BRANCO, 1909). Compreende-se, a partir dessas duas assertivas, o interesse nas “ubérrimas” terras acreanas pelas possibilidades extrativistas e de acúmulo tributário com as exportações. O discurso ufanista, da defesa do Acre e dos acreanos eram detalhes e subterfúgios. Naquela altura, descartá-lo, mais uma vez, não seria prejuízo – e financeiro – algum aos cofres públicos.

Em matéria publicada no Jornal do Commercio, no Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1909, as discussões voltadas para as questões do Acre, em especial, aquelas associadas ao litígio com o Peru, expressavam acordos passados e suas retificações. O discurso, em favor do Brasil, alegava o patriotismo em defesa do legado lusitano e a estratégia nacional na aquisição das terras do Acre, recuperando as noções de Ilha Brasil e unidade luso-brasileira. Assim, dizia que

Não se póde, consequentemente, dizer, como os que defendem a these peruana, que *comprámos* o Acre, á Bolivia, que adquirimos o *titulo hespanhol* que a Bolivia tinha sobre essa região. O que fizemos foi *resgatar mediante indemnização, o titulo portuguez, ou brasileiro, que cederamos* á mesma Bolivia pelo Tratado de 1867¹⁵⁷.

Em 1909 define-se claramente os limites bem como foram definidos procedimentos de navegabilidade do rio Amazonas. A fisionomia jurídico-internacional só foi resolvida em 8 de setembro deste ano, com o Tratado assinado entre Peru e Brasil, representados pelo Chanceler do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco, e o representante plenipotenciário peruano Hernán Velarde no Rio de Janeiro. Este documento ficou conhecido como o “Tratado do Rio de Janeiro” (ARRUDA et al., 2009; PEREIRA FILHO, 2013). Para Tocantins (1962) o que se sobressai na atuação de Barão de Rio Branco nessas negociações diplomáticas sobre a fronteira ocidental brasileira é o espírito diplomático luso em defesa da unidade nacional. Vê-se um discurso ufanista e eurocêntrico.

¹⁵⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Várias notícias, Rio de Janeiro, sábado, 10 de julho de 1909, [sic]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Após o Tratado de 1909, não houve alteração geopolítica da administração do Departamento do Alto Acre, no Território Federal do Acre, instituída em 1904. Houve, apenas, nos Departamentos do Alto Purus e do Alto Juruá, com o delineamento preciso em suas porções meridionais. Segundo Rio Branco (1909), foram áreas onde já havia a ocupação peruana e que o governo brasileiro não tinha atingido ou não se sentia sob a posse e gestão. Ou seja, não havia impacto qualquer diante das oficiais “perdas” territoriais. De acordo com Jorge (1999), o Barão de Rio Branco verificou que essa perda territorial não inviabilizaria a estruturação dos povoados ao longo do Médio Purus e Médio Juruá, além do Alto Acre. Assim, vislumbrava serem emancipados dali, num futuro próximo, dois ou três novos estados brasileiros.

Dificuldades de demarcação das terras do atual Acre no período do litígio

As argumentações identificadas para justificar as dificuldades de demarcação e reconhecimento efetivo das terras do atual Acre no período litigioso entre o Brasil, o Peru e a Bolívia são, essencialmente, similares àquelas já lançadas no capítulo anterior para situar as práticas (e ausência delas) espanhola e portuguesa dos tempos coloniais. Nesse sentido, aqui são expressos argumentos identificados que apresentam tal problematização e similaridade. São questões diversas, pautadas pela ordem físico-geográfica agressiva e hostil, tecnológica da astronomia e de engenharia naval, por exemplo, da qual o acesso e conhecimento ficavam prejudicados diante das limitações dos artefatos. Havia também a ordem dos gestos políticos do Estado marcados pela perpetuação do vazio e da inexistência, diante da aparente ausência de recursos que monetizassem os cofres públicos. Conjuntamente, são expostos como argumentos e orientações que limitaram a ocupação não indígena e desviassem o interesse para outras áreas daquelas nações recentemente emancipadas.

Constata-se, de pronto, que uma limitação que se colocou para demarcação foi o pouco desenvolvimento científico das cartografias nas ciências. Isso obrigou no caso dos Tratados do século XVIII a usar a linha geodésica e só no século XIX as informações foram mais precisas através dos instrumentos de campo que surgiam. Vergara (2010) afirma que as linhas retas, geodésicas são decisões políticas e que a realidade configuradora dos perímetros era concretizada noutra etapa posterior, através das comissões demarcatórias compartilhadas entre as partes interessadas. Euclides da Cunha (1975) denomina o delineamento da linha geodésica desde os Tratados coloniais do século XVIII como “os mais evidentes estigmas de inviabilidade” (CUNHA, 1975, p. 31), tratada como “o pior embaraço da nossa diplomacia” (*Ibidem*), tamanha imprecisão, desconhecimento e abstração.

Assim, o desenho do Acre foi esboçado desde o século XVIII entre linhas retas paralelas e oblíquas, redefinidas até o ano de 2008, num litígio interno sobre a divisa com o outro estado brasileiro, o Amazonas, aludido na Introdução desta tese. Trata-se da retificação da linha geodésica chamada de Linha Cunha Gomes, hoje, por causa da alteração dessa divisa na década passada, tornou-se conhecida como Nova linha Cunha Gomes (VERGARA, 2010). Esta dificuldade de demarcação, de medição e de representação dos rios, caminhos e demais elementos físicos e/ou geográficos dificultaram o acesso real quando do processo econômico da borracha (BELTRÁN, 2001). Não havia mapeamento prévio nem preciso que orientasse as práticas de ocupação dos ádvenas e, posteriormente, dos brasileiros.

Outra justificativa do imbróglio na demarcação dos limites do Acre está ancorada exatamente na falta de intimidade e eficiência no manuseio dos instrumentos de demarcação e de delimitação que as equipes demarcatórias se lançavam em campo. Outra justificativa é a insuficiência de recursos materiais, marcada pela ausência de industrialização e uma inexpressiva importação, além de uma instabilidade institucional que a Bolívia vivia, limitando o acesso à tecnologia necessária para conhecer e registrar aquela área (CABRAL, 1986).

Vergara (2010) também relaciona as doenças, o calor e a umidade do meio ambiente local como condições contrárias àquilo que se esperava para adentrar na região do atual Acre. As dificuldades de ocupação boliviana foram marcadas, portanto, pela diferença do clima andino para o de floresta amazônica, paisagens pantanosas ditas mortíferas, miasmáticas, doenças tropicais, calor, umidade, densidade da floresta. Inexistiam caminhos, picadas, veredas, ou qualquer comunicação e pré-existência de ocupação colonial ou republicana, entre outros desafios (CABRAL, 1986). Beltrán (2001) evidencia ser um problema a distância dessas terras do poder central boliviano.

Tocantins (1988) relaciona a dificuldade de comunicação intrafluvial em função dos fluxos que seguem paralelos, com expressivas extensões e excessivamente sinuosos, majoritariamente no sentido sudoeste (cabeceiras)-nordeste (fz). Enquanto isso, o eixo político e administrativo do Acre estava na conexão Abunã-Juruá, ou seja, num sentido praticamente oposto, marcado pelas orientações sudeste-noroeste, perpendicular àqueles desenhos fluviais da natureza. O autor fala que esta configuração física condena o Acre ao isolamento, tanto para fora, quanto para a sua dinâmica interna, já evidenciada nos eixos de ocupação extrativista.

Campos (2004) observa em sua tese a justificativa amparada pela baixa densidade e ocupação dispersa da estrutura organizacional do Estado Nacional. Havia uma pulverização de núcleos e assentamentos e essa ocupação rarefeita no vasto território amazônico se colocava

como entrave às articulações físico-territoriais. A ocupação dispersa tornava o território vulnerável à ocupação estrangeira. Portanto, era necessária a ocupação para engrenar aquelas áreas em alguns dos sentidos primordiais à Nação: ocupar para produzir e, assim, defender.

No processo de reconhecimento e definição do litígio entre as repúblicas brasileira e boliviana acerca do Acre definida em sua maioria pela atuação diplomática do Barão de Rio Branco, havia ocorrido outras 03 (três) tentativas de demarcação territorial. A primeira foi capitaneada por Gregório Thaumaturgo de Azevedo, em 1895. A segunda por Augusto Cunha Gomes, em 1897 e a terceira por Luiz Cruls, em 1901. Esta última posicionada como a mais importante e decisiva para as negociações culminadas na assinatura do Tratado de Petrópolis (VERGARA, 2010).

Um outro entrave para a dificuldade de acesso era o interesse secundário na goma elástica em função dos minérios platinos que atraíam com mais força a elite financeira e empresarial boliviana naquele momento (BELTRÁN, 2001). Percebe-se que não havia planos de organização físico-social por parte do Estado boliviano dedicados àquelas áreas. Os mapas bolivianos, aqui já analisados, evidenciam a identificação das jazidas noutras partes e a dedicação de denominações genéricas às áreas amazônicas. As ocupações não indígenas, especialmente voltadas à exploração gomífera ocorreram por agenciamentos empresariais que exploraram as florestas e rios no Brasil, na Bolívia e no Peru e que correspondem hoje ao Acre (ARRUDA et al., 2009).

Achá (1927) evidencia alguns motivos para a não chegada da Bolívia no atual Acre. Parte da ideia de distância física, pela geografia que inviabilizava meios de comunicação. A natureza funcionava como uma barreira, a exemplo dos trechos encachoeirados do rio Madeira. A ocupação que lá existia em crescente consolidação, composta por indígenas e brasileiros, criava um abismo da língua, nacionalidade, costumes e interesses diversos. Havia uma cultuada herança expansionista da ocupação colonial portuguesa aplicada ao período republicano como um legado de descobrimentos na ambição brasileira sobre o Acre. Existiam diferenças estruturais de potências políticas entre o Brasil e a Bolívia. Por fim, o autor constata que havia discursos falaciosos do iberoamericanismo propagado pelo Brasil em função da repulsa do Sindicato anglo-americano. Ao mesmo tempo, assumia a gana e esquecia as questões latino-americanas em função de sua sede individual.

Beltrán (2002) também expõe suas argumentações para justificar. Parte, inicialmente, do meio ambiente: com altas temperaturas, alta umidade sendo esta mortífera para as populações andinas, ausência de luz sob a copa da árvores, mosquitos, moscas, carrapatos,

abelhas, formigas, cobras, onças e outros felinos, jacaré e piranhas nas águas. A precariedade de comida se coloca como outro entrave. Os caboclos e ribeirinhos desenvolviam uma agricultura insuficiente para o abastecimento. O estoque não era possível porque apodrecia rapidamente em função da umidade. A dieta era limitada a farinhas, raízes, frutos silvestres de temporadas, carne de caça, especialmente de macaco, tartaruga e os seus ovos.

O clima propiciava a propagação de doenças: varíola, febre amarela, micoses e infecções, leishmaniose (lepra branca), coqueluche, entre outras. O das embarcações, praticamente existentes à tração humana, limitavam o acesso. O difícil deslocamento terrestre em meses secos com o pó, ou em chuva com os pântanos, faziam os bois atolarem até o pescoço. Estes animais também serviam para transportes de carga. Por fim, a autora relaciona a dificuldade diante da presença das populações indígenas, pelo dita agressividade, dificuldade de comunicação e “incapacidade natural do trabalho”, argumentos coletados pela pesquisadora em relatos do século XIX (BELTRÁN, 2002).

Conforme constatado, os desafios lançados para o acesso àquelas terras permanecem, por séculos, cultuados. Curiosamente, a aura trazida pela tecnologia que fomentou a busca da matéria prima da seiva láctea naquelas terras, permitiu o acesso efetivo: o transporte fluvial à vapor; as vacinas; a alimentação enlatada, defumada, curada, processada; instrumentos astronômicos e a produção cartográfica, o conhecimento em náutica, topografia, entre outros. A sede industrial faz transformar o que em quase 400 anos se perpetuou como inexistente, inacessível e selvagem, fez emergir em poucos anos como um alvo de disputa internacional, opulento e de riqueza infinita.

Outras configurações do Acre: a Confederação da Bolívia e o Peru

A Confederação Peru-Boliviana ocorreu entre os anos de 1836 e 1839, numa rápida fusão dos dois países. Houve um único presidente autoproclamado, como título de Protetor Supremo, chamado André de Santa Cruz, que já era presidente da Bolívia. A capital foi Tacna. O Acre era, portanto, célula desse Estado Confederado e funcionava como áreas sob conhecimento e exploração. Foi organizada em 03 unidades administrativas: Bolívia, Peru do Sul e Peru do Norte. Esta efêmera configuração geopolítica terminou por causa da Batalha de Yungay, em uma derrota sofrida diante do Chile.

3.4. A Construção do Território Federal e o Deus *Terminus* da obra luso-brasileira

A anexação do Acre ao Brasil foi marcada por um contexto de soberania e resolução das pendências coloniais para a definição de fronteiras dos Estados Nações ali envolvidos. Foi marcada também por um enfrentamento tido anti-imperialista, termo e visão contemporâneos a esse processo de busca de defesa do nacional da época, contra as forças anglo-americanas e de seus investidores associados diante das companhias de cartas, sindicatos e outros agentes internacionais multifinanciadores de empreitadas associadas à sedenta busca de matéria prima pela industrialização.

Ao mesmo tempo que o Brasil se posicionava para o fortalecimento de seu arbítrio territorial, a sua atitude foi marcada também por uma contradição nessa mesma política. Anos antes, em 1867, reconheceu formalmente a posse da Bolívia, em especial ao caso das porções territoriais do atual Acre. Assinou o Tratado de Ayacucho e legitimava ali o que por séculos havia se configurado pela letra e desenho tratadísticos e pela prática expansionista o alijamento das propriedades luso-brasileiras. Poucas décadas posteriores à referida firma entre as nações vizinhas, o próprio Brasil inicia uma ocupação invasiva às terras bolivianas e acirra uma disputa diplomática e territorial com o país vizinho. Alguns dos escritos aqui investigados apontam o posicionamento do Brasil como solução provisória, pela suspensão dos intentos primordiais e de consignação formalizada na década de 1860, conforme matéria publicada no *Jornal do Commercio* (1909).

O direito do contraditório e as brechas para as intepretações jurídicas dos acordos diplomáticos fomentaram questionamentos em décadas posteriores. Obviamente, o sentimento de pertencimento teve origem na difusão massiva das informações de existência do melhor látex existente nas terras do futuro Acre. O Brasil praticou uma ocupação extrativista antecipada em comparação às ocorridas proporcionadas pelo Peru e pela Bolívia. De uma terra tratada como “incógnita”, “desconhecida”, a ser “conquistada”, passou a pautar interesses políticos, econômicos, geográficos que permearam vários campos do conhecimento e países.

Neste período, a “Questão do Acre” passou a fazer parte da produção escrita no meio intelectual e político não como uma pauta emergente, mas sim como um problema objetivo a ser solucionado. O ufanismo, tão caro à República brasileira emergente, se transbordava nas interpretações aos estados pretéritos. O Acre era, para os brasileiros, uma dádiva da herança portuguesa em que os nacionais da época honravam-na em pleno nascer século XX. Constata-se que:

Quando a diplomacia brasileira dos nossos dias iniciou os seus estudos para o Tratado de Petropolis, achou na sua frente, em vez de imensa floresta do Amazonas, cerrando a vista, uma estrada isenta de dificuldades aberta pela mão admirável do chanceler de João V. A delimitação de fronteiras, realizada por Alexandre de Gusmão foi a definição territorial do Brasil, que a ela voltou no século XX, quando se pretendeu rectificar a fronteira com a Bolívia. A ponto que Euclides da Cunha, na magia do seu estilo, não encontrou palavras bastantes para louvar os nossos geógrafos da época, tão exactos conhecimentos eles tinham das fronteiras da Coroa Portuguesa (SIMÕES, 1916, pp. 37-38, [sic]).

Meira (1913) utiliza o termo “Pan-Lusitânia” para justificar a anexação do Acre ao território nacional, em uma forma de ratificar o espírito português de conquistas territoriais e da unidade ao caso brasileiro. Tocantins (1962) afirma que o Barão de Rio Branco utilizou dos mesmos princípios da filosofia política traçada por Alexandre Gusmão, fundado naquilo que configurou o Tratado de Madri, ainda em 1750: expansionismo, aproximando, assim, aos espírito lusitano.

Nesta atmosfera litigiosa, uma personagem política das Relações Exteriores do governo brasileiro torna-se fundamental na incorporação do Acre ao país. Trata-se de José Maria da Silva Paranhos Júnior, ou Juca Paranhos, concedido a ele o título do Barão de Rio Branco. Sua trajetória foi marcada além da diplomacia, pela atuação enquanto parlamentar, jornalista e historiador. Selva (1929) relembra a afirmação do jurista e diplomata Ruy Barbosa (1849-1923) ao denominá-lo como o *Deus Terminus*, em alusão ao deus dos limites territoriais e das fronteiras no mundo clássico. Rodrigues Alves (1848-1919), Presidente da República Federativa do Brasil entre 1902 e 1906, convidou o Barão de Rio Branco para ser Ministro das Relações Exteriores, cargo que permaneceu de 1902 a 1912, ao longo de outros mandatos presidenciais: Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Já havia atuado antes nos governos de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes (PEREIRA FILHO, 2013).

O Barão de Rio Branco era o chanceler brasileiro, devido a sua erudição e formação profissional e acadêmica, conseguiu todos os feitos do Brasil, conforme acentua Rocha (1912), sem arma nem sangue, sem uso de qualquer violência. Acrescenta-se à sua habilidade diplomática, os contornos realizados para evitar o uso da decisão arbitral sobre litígios territoriais, sendo resolvidas as questões por meios acordados entre as partes diretamente envolvidas. Tanto este autor, quanto outros aqui citados neste subcapítulo, trazem um discurso patriótico que ratificam a denominação irônica de Ruy Barbosa com acentuado ufanismo incontestado.

Ao caso do Acre, a proposição frente a Bolívia, em 1903, a despeito de articulações diplomáticas protagonizado pelo deus grego diante do país *hermano*, resultou, operacionalmente, em permutas, contrapartidas e indenizações. Cabe ressaltar que no mesmo ano do acordo, o Barão de Rio Branco conseguiu estabelecer um *modus vivendi*, que suspendeu tentativas objetivas de negociações entre as duas nações sobre aquela área. Segundo Jorge (1999), a porção declarada litigiosa correspondia apenas ao Acre Meridional, bem menor que a parte objetivamente incorporada ao Brasil. O Barão de Rio Branco, antes da solução final, tentou a compra do território do Acre e a segunda foi a troca por terrenos/territórios desiguais entre as nações (RIO BRANCO, 1945-VI, apud PEREIRA FILHO, 2013). Ao diplomata, se queria evitar meios do arbitramentos e se procurava os acordos bilaterais, conforme se efetivou em suas negociações com o caso em apreço. Ao Barão de Rio Branco atribui-se, de maneira cristalizada pelos autores aqui evidenciados, a habilidade de negociação internacional sem o uso de força militar e bélica, apenas pela capacidade política de negociação. A sua alegação esteve fundamentada no princípio jurídico do *uti possidetis solis* – o qual significa direito efetivo à terra que contesta, direito a ser concedido a quem verdadeiramente a possui.

A incorporação do Acre ao território nacional nasceu na República Velha, onde já se tinha o federalismo. Era diferente do Império, marcado pela centralização do poder. Além disso, Campos (2004) destaca que as práticas de definição dessas últimas fronteiras nacionais fizeram recuperar uma perspectiva de defesa da unidade e integridade do território nacional. As qualidades diplomáticas do Barão de Rio Branco são exaltadas constantemente, na vastidão das obras investigadas aqui na tese. O seu feito e sucesso estiveram alinhados com os ensinamentos estadunidenses, conforme expresso por GOES FILHO (2013, pp. 89-90):

Uma ou outra vez, na imprensa latino-americana da época de Rio Branco, encontra-se para qualificá-lo a expressão ‘conquistador pacifista’. É contraditória, mas não deixa de captar de sua obra: sem tropas, aumentou o território brasileiro. Entre o ‘realismo imperialista’ de Theodore Roosevelt, presidente norte-americano de 1901 a 1908, isto é, durante a maior parte da gestão de Rio Branco e o ‘idealismo jurídico’ de Woodrow Wilson, que o seria depois, de 1912 a 1920, ficaria a meio termo: era um homem pragmático, de um patriotismo quase religioso, que almejava a boa vizinhança. Se é para recolher uma frase definidora, prefiro a do internacionalizado norte-americano John Basset Moore: ‘a mais notável combinação do erudito e estadista que já conheci’.

As suas habilidades diplomáticas e das transações das políticas internacionais eram marcantes e cruciais. Rio Branco conseguiu frear o interesse alemão em disponibilizar o financiamento ao *Bolivian Syndicate* e buscou alinhamentos com Washington (TOCANTINS, 1962). Para tanto, foi responsável pela transformação da Delegação Brasileira em Washington

em Embaixada, já em 1905 nomeando Joaquim Nabuco como embaixador. Foi a primeira embaixada do Brasil no estrangeiro e a primeira unidade similar dos EUA na América do Sul (PEREIRA FILHO, 2013).

Segundo TOCANTINS (1962, p. 37, [sic]),

O Barão de Rio Branco, diplomata com vivência nos maiores centros da política internacional, conhecedor da História e, particularmente do processo histórico americano, geógrafo nato, espírito esclarecido, com ousadias de autêntico homem de Estado, significou a renovação de métodos, de concepções políticas, impostos pela época, e até mesmo adiantando-se a esta, no estreito círculo de idéias que ainda predominava no ambiente administrativo do Brasil, em princípios do século.

Quando o Acre foi incorporado ao Brasil existiam três possibilidades para a destinação futura daquelas terras: a criação de um novo Estado; a anexação ao Amazonas ou criação de um Território Federal (TEMER, 1976). Esta terceira opção foi a imediatamente aplicada. Portanto, o Território do Acre foi criado pelo Decreto Legislativo nº1.181 de 24 de fevereiro de 1904 e o Decreto Federal nº5.188 de 7 de abril de 1904 criou os três Departamentos do Território Federal do Acre: Departamento do Alto-Acre; Departamento do Alto-Purus e Departamento do Alto-Juruá. A constituição deste novo ente federativo foi atribuição do Congresso Nacional da época. Tal gesto escapava do conteúdo textual da Constituição Brasileira que não previa tal ente federativo na constituição geopolítica brasileira. Assim, o Brasil adota o análogo federalismo com base na experiência dos EUA, ao nível de ecoar até em seu nome oficial por um período: Estados Unidos do Brasil (TEMER, 1976). A própria noção de Território Federal advém de modelos e práticas estadunidense.

3.5. As invenções das arquiteturas das cidades no Acre litigioso

Aqui são expostas algumas das proposições e efetivações das constituições dos protótipos de núcleos urbanos no período litigioso entre o Peru, a Bolívia e o Brasil, que antecede, sobretudo, a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903 e o Tratado do Rio de Janeiro, em 1909. São registros das tentativas e das práticas consumadas do início da organização físico-espacial, especialmente daquelas terras majoritariamente ao longo do rio Acre, que foi a linha de força na disputa fronteiriça com a Bolívia. Há o caso identificado na região do Alto Juruá, associado ao litígio com o Peru.

Várias experiências foram identificadas. As diversas origens justificam os primeiros assentamentos não indígenas. Alguns núcleos tiveram o seu início exatamente a partir da instalação da empresa extrativista, para funcionamento da coleta e beneficiamento do látex,

armazenamento, transporte e abastecimento da população. Estes núcleos também foram marcados pelos assentamentos de moradia dentro da hierarquia dos seringais, desde os barracões dos patrões seringalistas, até as colocações e tapiris dos trabalhadores coletores seringueiros. À questão da unidade edificada, Brugnara (2018) faz um paralelo do barracão com a freguesia e a paróquia do período colonial, em relação às formações de outras cidades amazônicas em tempos anteriores. Esta lógica traria mais uma peculiaridade à formação urbana no Acre, porém a autora não desenvolve tal ideia e os contextos sociais, políticos, econômicos e religiosos são distintos além das temporalidades e variáveis diversas que não se podem aqui ser tratadas por analogia reducionista. Além de uma estrutura de seringais, outros núcleos se constituíram por serem entreposto comercial, ao longo dos caminhos das subidas e descidas dos rios e da circulação das mercadorias. É possível pensar, ainda, nas contribuições vindouras da arqueologia e da antropologia, por exemplo, para elucidarem a relação das populações e assentamentos pré-existentes com a edificação das cidades no atual Acre.

Acrescenta-se a esse panorama aqueles núcleos que se consolidam por uma necessidade bélica e litigiosa, num sistema de defesa e de enfrentamento real do inimigo político e, sobretudo, econômico. Disso, nasceram outros núcleos gestados pela suposta ideia de soberania, em defesa do solo pátrio. As práticas da geopolítica se efetivam e se criam infraestruturas mínimas policiais, administrativas, educacionais, judiciárias e, especialmente, de arrecadação. As alfândegas para controle do fluxo de produção foram importantíssimas na invenção da cidade de Porto Acre, por exemplo, conforme se verá em itens posteriores.

Outras proposições foram observadas na escala regional. Algumas estiveram referentes ao zoneamento, à organização política e administrativa e à hierarquia dos entes federativos. Foram propostas Delegações, Prefeituras, Intendências, Zonas, e outros artifícios geopolíticos e administrativos do poder público. Ainda houve as que nasceram de uma insurreição, a partir de gestos de auto declaração de Estados Independentes, não vinculados, oficialmente, a nenhum país conflitante. Foi o caso dos dois Estados Independentes do Acre, em 1899 e em 1902.

A arquitetura erigida para a empresa seringalista no primeiro momento de ocupação, conforme se vê em registros fotográficos e nos relatos escritos, era “rude”, “tosca” e “bruta” ainda em fins do século XIX. Palavras essas colonizadas e intencionalmente lançadas para inferiorizar a pré-existência diante da ausência do Estado ou de uma outra instituição que emanasse a ordem e a civilização no modo de construir e habitar. As edificações utilizavam essencialmente os elementos físicos da natureza transformados em materiais construtivos. As

árvores e palmeiras abundantes ofereceram os mais variados tipos de madeiras utilizados em coberta, fundações, vedações, pisos e mobília, por exemplo. Havia de igual fatura a oferta de palhas para as tramas diversas que construíam os telhados e os abrigos. De maneira contrária aos olhares e escritas da colonização no Acre, esta tese compreende a riqueza e a interculturalidade materializada na substância dessa arquitetura e que atravessa até os dias de hoje no saber fazer e nos modos de habitar, apesar do discurso condenatório e alegórico institucionalizado.

Houve, portanto, uma apropriação dos conhecimentos tradicionais dos povos originários nos modos de habitar e de construir naquela realidade amazônica. Ainda é comum a prática do cupixau, do xibuã e do tapiri, vistas essencialmente nos ambientes rurais e de floresta acreanos. É inegável também o conhecimento prévio daquelas populações que ali chegaram, advindas dos diversos estados do atual Nordeste. Para Weimer (2014), as construções tradicionais de moradias unifamiliares dos seringueiros têm uma forte relação com a ascendência africana e não essencial e unicamente indígena, conforme ele mesmo critica alguns desses escritos limitadores que naturalizam tal perspectiva. As suas hipóteses estão fundadas no fluxo dos homens do atual Nordeste para a região amazônica, especialmente no que hoje se reconhece como sul-ocidental brasileira. Para o autor, havia uma vivência pretérita marcada pela mestiçagem que o encontro étnico do processo econômico da borracha tornou mais plural desde o fim do século XIX.

Segundo Melo (1968), diversos materiais extraídos da floresta foram utilizados na construção. No caso dos barracões, as sedes das propriedades dos seringais, onde os seringalistas viviam, eram utilizadas para as cobertas como as palhas de jaci, ouricuri, jarina, paxiúba. Já a madeira barriguda foi largamente aplicada ao assoalho do piso, assim como cedro, aguano e amarelão, enquanto que a paxiubinha foi usada para as vedações laterais e paredes. Aos esteios, eram usados aquariquara e itaúba, as vigas eram de conduru e os caibros de envireira preta.

Diante do exposto, observa-se que a força indutora de toda essa disputa esteve motivada pela ascensão das riquezas das árvores seringueiras, desde a segunda metade do século XIX. Nasceram cidades e configurações geopolíticas efêmeras, itinerantes, especulativas, imaginárias, reais que algumas foram efetivadas, ou sobrepostas, ou nunca executadas. Nos escritos a seguir, são apontadas algumas dessas experiências que deram sentido à espacialização e às forjas inventivas dessa região e de seus espaços construídos (ver Mapa de ocupações durante o litígio no fim deste capítulo) .

Porto Acre

Sob a aceitação da linha oblíqua, criada no Tratado de Ayacucho em 1867, o Ministro Plenipotenciário boliviano José Paravicini ordenou a construção de *Puerto Acre*, a apenas 3 milhas deste limite geodésico, sob os cuidados do Dr. Juan Francisco Velarde, Delegado Nacional, com repartição regional ali instalada. Foi fundado num lugar chamado de *El Pombal*, próximo ao Seringal Caquetá, apesar de considerado inóspito, pantanoso e suscetível às ocorrências e proliferação de doenças, como quase todas as partes daquela porção amazônica eram, assim, adjetivadas. É importante destacar que já havia ocupação brasileira nessa área (AZCUI, 1924; PAZ, 1999).

O governo boliviano, mediante instalação naquela região em 03 de janeiro de 1899, declarou livre e internacionalizada a circulação dos rios Acre, Purus e Iaco. Esta atitude causou um embaraço internamente, pois tal decisão ocorria à revelia do controle central em La Paz, assim como com o Brasil, quem detinha a jurisdição sobre as águas que conectavam aos grandes rios amazônicos e ao oceano atlântico. O Ministro José Paravicini assumiu a função de Delegado de Colônias no Acre e no Purus. A ocupação boliviana funcionou durante cento e onze dias apenas (AZCUI, 1924; PAZ, 1999).

A cidade foi construída no baixo Acre, muito próximo àquilo que se compreendia como fronteira com o Brasil. A sua estruturação primordial esteve em volta de uma Alfândega Nacional, já que os discursos de soberania boliviana velavam os interesses arrecadatários que a exploração gomífera produzia crescentemente naquelas terras, águas e florestas. Várias denominações foram dedicadas à cidade de Porto Acre, sendo esta, a oficial e atual adotada para o município acreano.

Havia simplesmente a designação de *Acre*, ou *Acre boliviano*. Outras foram *Puerto Acre*, também ratificando a hidrotoponímia e, oficial e de maneira inaugural, se instituiu *Puerto Alonso*. Este nome foi dedicado em homenagem ao último ex-presidente conservador da Bolívia, Dr. Severo Fernandez Alonso (1849-1917, presidente entre 1899 e 1904), que configurou uma axiotoponímia. Já no governo boliviano do então Presidente General José Manuel Pando Solares (1849-1917, presidente entre 1899 e 1904), houve a mudança do nome para *Puerto Acre* (REIS, 1956; LEONI, 2015). A região era conhecida também como Distrito do Acre ou simplesmente Acre, conforme diz Fifer (2014).

Os gestos jurídicos inaugurais estiveram marcados por uma sucessão de publicação de diplomas legais assinados pelo Secretário da Delegação Manuel Vea Murguia, de modo a

organizar normativa, administrativa, econômica e espacialmente a nova cidade. O Decreto publicado em 03 de janeiro de 1899, em seu Art. 1º dedicava a entrega, proteção e amparo de *Puerto Alonso* à Nossa Senhora da Conceição, padroeira daquela novo porto fundado. Esta evocação foi reforçada pelo Art.11º que indicava a construção provisória de uma capela a fim de receber uma imagem da referida santa padroeira daquela cidade. O art.2º previa a construção de uma cidade projetada por um engenheiro e que seria disposta em lotes em quantidade adequada para abrigar escolas, igrejas e postos fiscais (BALLESTEROS,1899).

O perímetro urbano foi definido através de um outro Decreto, publicado em 18 de fevereiro de 1899. A cidade se circunscreveria em uma área com raio de 1km a partir da nova edificação da Delegação Nacional, determinada como centro. Isso seria, portanto, o perímetro, à margem esquerda do rio Acre, conforme visto no artigo primeiro. Já o artigo segundo definia um perímetro com 2km de raio que seria o contorno da cidade e pertenceria à municipalidade. No artigo terceiro houve a reserva de uma área na margem oposta à cidade, à direita no rio Acre, para a criação de estoque de terras com 4km², incorporada ao patrimônio municipal (BALLESTEROS, 1899).

Puerto Alonso, em sua descrição físico-espacial, já possuía uma pequena praça denominada de 24 de dezembro¹⁵⁸, com edificação envoltória. Havia a Alfândega Nacional próxima ao rio, construções diversas para os serviços do governo, a exemplo de imprensa, polícia, juizado e quartéis na área mais alta. Havia outras construções que delineavam outra praça denominada de 16 de julho¹⁵⁹ (OFIEPG,1903). Ambas as datas têm relação íntima com as festividades civis e emancipatórias bolivianas.

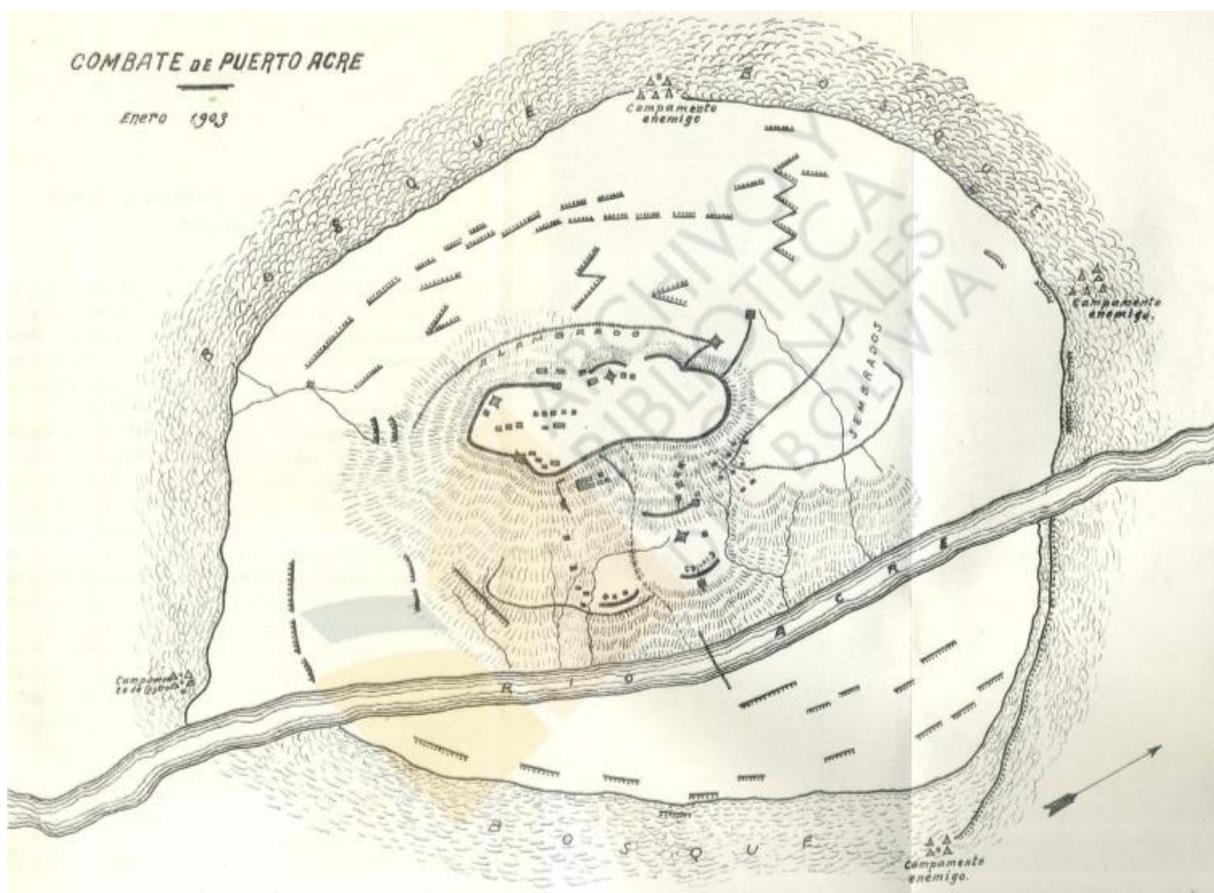
A divisão administrativa constava com 8 *cantones*: *Humaitá; Bagazo; Vuelta de Empresa; Capatará; Amelia; El Carmen; Riosíño y Buen Porvenir*. Havia a subintendência que era Xapuri, que daria apoio à capital, *Puerto Alonso* (OFIEPG, 1903). Rodríguez (1995) informa que *Puerto Alonso* se instituiu por uma necessidade simples de administração frente aos fluxos alfandegários e arrecadação, porém se tornou um *centro político y militar de los conflictos* porque passou a concentrar as atividades, os confrontos com o Brasil diante da disputa, menos pelo território e mais pelos lucros advindos daquelas riquezas da flora nativa.

¹⁵⁸ Em 24 de dezembro de 1900 tropas bolivianas dissolvem a segunda declaração do Estado Independente do Acre, sob o governo autoproclamado de Rodrigo de Carvalho e assumem aquela região ao se instalarem no atual município acreano de Porto Acre.

¹⁵⁹ Em 16 de julho de 1809 ocorreu o levante contra a Coroa Espanhola em busca da Independência da atual Bolívia, através da liderança de Pedro Domingo Morilla acompanhado de uma tropa de patrióticos.

O Comandante Chefe Coronel Ismael Montes das Forças Destinadas à pacificação do Acre enviou a correspondência ao Senhor Ministro de Estado no Despacho da Guerra e Colonização, em La Paz. Nela, constava a informação de que *Puerto Acre* em 1900 parecia mais um cemitério que um acampamento, dados os confrontos bélicos e saldos letais ali ocorridos. O *Acre boliviano*, pensado pelo Chefe das forças destinadas a pacificação do Acre, Militar Ismael Montes (1901) após a pacificação deveria contar com três zonas ou distritos organizadas, com sedes administrativas e militares em *Chapuri*, *Puerto Acre* e *Riosíño*. Todas deveriam ser dotadas de hospitais, pois a ideia de ocupação previa o confronto bélico e a carnificina. O equipamento de tratamento e reabilitação dos feridos nos confrontos bélicos protagonizava o pensamento militar de ocupação e de defesa nessa região.

Figura 45 – Porto Acre



Fonte: Azcui (1924)¹⁶⁰. Data: 1903

¹⁶⁰Combate de Puerto Acre. Autoria: s/autoria; Data: enero de 1903; Local: La Paz, Bolívia; Escala: s/escala In: AZCUI, Benjamin. **Resumen histórico de las campañas del Acre 1899-1903**. La Paz: Ministerio de la Guerra y Colonización, 1924. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia – ABNB, Sucre, Bolívia. Código: CP-GLE-8057.

Figura 46 - hospital em Porto Acre



Fonte: Posnansky. Data: 190?

Figura 47 - Casa da Delegacion em Porto Acre



Fonte: Posnansky. Data: 190?

A planta, apresentada por Azcui (1924) remete ao combate de janeiro de 1903 que, segundo Rocha (1903) esteve datado entre os dias 15 e 24, no denominado *Combate de Puerto Acre*. Associa-se a esta planta, outra cartografia localizada no *Archivo Histórico de Límites*, do

Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE, em Lima, também de 1903¹⁶¹, com informações similares. Embora tenha diversos elementos gráficos, poucos símbolos e elementos topográficos estão textualmente identificados. Além disso, o desenho se apresenta esquemático em formas simples e, muitas vezes puras, sem qualquer filiação com convenções e representações. Todavia, permite algumas leituras. A primeira, é que a instalação bélica esteve na margem esquerda do rio Acre, pois ali se conectava com a maioria dos outros núcleos, *cantones*, seringais e demais assentamentos ao longo do vale. Percebe-se que o perímetro do assentamento transborda para a outra margem do rio, a direita.

A instalação principal e central está num terreno de aclave, conforme planialtimetria representada. Isto evidencia a necessidade panóptica da vigilância e proteção, assim como um gesto simbólico de afirmação de poder pela hierarquia espacial daquele sítio. Foi aberta uma grande clareira, circundada pela densa e remanescente floresta, denominada em espanhol por *bosque*. Estas bordas têm a identificação de quatro acampamentos inimigos, inclusive o do brasileiro Plácido de Castro. No setor norte do acampamento há uma área semicerrada denominada de *sembrados*, certamente um lugar dedicado ao cultivo para alimentação dos residentes.

Ao centro, na área de maior altura, conforme em espanhol se chama de *altiplano*, está uma cidadela fortificada com diversas construções, cinturões e outros elementos de praça para a defesa. São redutos, acampamento, banheiros, o Batalhão de Cochabamba e o 3º Batalhão de linha, além da indicação de *civiles*. Na retaguarda apresentam-se elementos que zigzagueiam e serpenteiam parte do terreno funcionavam como *zanjas*¹⁶², trincheiras, barreiras, muramentos, entre outros artifícios de controle e proteção, vistos em casos similares, a exemplo do Riosinho. São tanto instalações bolivianas, quanto as ditas inimigas, lideradas pelos brasileiros. Há, ainda a *Garita Almendro*, acampamentos inimigos, cemitério novo, caminhos além de outras construções rarefeitas e esparsadas.

Descendo o barranco, no sentido do rio, vê-se uma escadaria que conecta a margem à estrutura fortificada, o hotel, a Delegação, onde funcionava a Alfândega, o canhão e mais denominações de *civiles*. Isto identifica a presença não apenas de militares naquele posto, mas também os cidadãos comuns que ali estavam instalados para a operacionalização do Estado

¹⁶¹ Croquis de la región del noroeste de Bolivia para el folleto 'La Revolución del Acre – datos para la Historia' del Dr. José Manoel Aponte. La Paz, octubre, 1903. Croquis del Puerto Acre. O. de Greenwich. s/escala. s/gráfica. Archivo Histórico de Límites del Ministerio de Relaciones Exteriores – RREE, Gobierno de la República del Perú, Lima. Código do documento: BO-033.

¹⁶² Franjas, como uma espécie de muramento.

boliviano. Sabe-se, conforme escritos já vistos aqui, que havia instalações alfandegárias, administrativas, da justiça e das forças armadas. Além disso, havia moradias e as instalações para funcionamento de um espaço militar para tais fins: áreas de abastecimento, áreas para tratamento de feridos, áreas de reunião, entre outros espaços. Curiosamente, apresenta uma corrente que cria uma cancela para barreira física no rio Acre. Funcionava como controle físico alfandegário para as subidas e descidas daquelas águas diante da produção da borracha. E este artifício funcionava para direcionar aquelas cargas que circulavam por ali, serem tributadas pela fiscalização alfandegária.

Tocantins (1988, pp. 135-136) descreve como eram as construções oficiais daquelas instalações bolivianas em Puerto Alonso, ao dizer que

(...) achava-se bem fortificado (...) o ‘palácio’ do governo, uma palhoça ornada de móveis solenes em sala atapetadas, num contraste pitoresco de luxo com a precariedade do rústico edifício, que servia também de residência oficial ao *Delegado Nacional en el Territorio del Acre y alto Purus*. Na sala de espera, nos gabinetes, militares, ajudantes de ordens, secretários, cruzavam-se sobre as toscas paxiúbas cobertas de tapetes.

Com base neste cenário projetado nas palavras de Leandro Tocantins e nas fotografias aqui evidenciadas, constata-se a necessidade de problematizar a ideia de efemeridade das construções das unidades edificadas. O autor foi uma das grandes vozes ufanistas para instituir o discurso nacionalista da ideia de defesa do Brasil pela incorporação do Acre. Aos seus olhos, qualquer construção advinda dos países “concorrentes” não seriam mais que “precárias” ou “rústicas”, além de “toscas”. A descrição de um cenário que apela para a presença do Estado brasileiro. Curiosamente, essas mesmas construções, que ultrapassam o limite temporal e geopolítico das presença nações vizinhas, transbordam modos de construir e habitar seculares relacionados a outras territorialidades em que a força imposta àquelas pré-existências não consegue sufocar. O cenário das construções do Acre já brasileiro traz as mesmas tipologias e morfologias construtivas. Mas são utilizados os discursos que se convêm a cada necessidade e intenção velada sobre aquelas obras públicas. Ora vultuosas, ora igualmente condenáveis tais quais foram as bolivianas. À época em Puerto Acre, todas as obras foram em madeira, a exemplo do sistema fortificado. A efemeridade não está na natureza da madeira, tampouco nos métodos e sistemas construtivos que se propagam até os dias atuais nessa região transfronteiriça. A efemeridade se deu na ocupação em si, vinculada a uma transitória cidade boliviana.

Xapuri

Desde 1899, constava uma ocupação boliviana denominada de *Mariscal Sucre*, no lugar onde hoje é a cidade acreana de Xapuri. Esta axiotoponímia está relacionada a uma homenagem dedicada a Antonio José de Sucre (1795-1830), líder venezuelano nos movimentos emancipatórios da América Latina. Os bolivianos acreditavam que, após a pacificação do Acre, esta cidade seria transformada em uma das três sedes ou zonas administrativas e militares do país na Amazônia, segundo Montes (1901).

A origem de seu nome atual e oficial está relacionada a uma das etnias indígenas que ali habitava, os Xapurys. Significa “rio antes¹⁶³” e expressa a sua localização, exatamente na confluência do rio homônimo com o rio Acre. Segundo Costa (2010), a ocupação inicial voltada ao extrativismo da empresa seringalista ocorreu através do cearense Manuel Raimundo, proprietário de toda a área que, num breve futuro, se consolidaria a cidade. Em 1894 a propriedade territorial foi transferida a João Damasceno Girão e, já em 1898, passou a estar sob a posse de Benedito José Medeiros.

Xapuri foi elevada em 1902 à categoria de Vila pelos bolivianos. Neste mesmo ano, a cidade foi descrita como uma ocupação “onde se encontra um polígono, com um perímetro de muitos quilômetros de terreno desbravado, e onde estão, construídas mais de setenta habitações, na maior parte barracas cobertas de palha e de zinco” (ROCHA, 1903, p. 54). Em 03 de abril de 1902, Plácido de Castro declarou o Território Septentrional do Acre. Nesta mesma data, decretou a cidade de Xapuri como a sede do Estado Independente do Acre e transferiu a Alfândega para o lugar denominado Capatará. Esse decreto foi publicado em Porto Acre (ROCHA, 1903).

Tanto esta embrionária cidade quanto outras, a exemplo de Rio Branco e Porto Acre, foram lugares de confrontos bélicos e disputas de governo entre a Bolívia e o Brasil, mesmo no *status* de república independente. De acordo com Costa (2010), já em 22 de agosto de 1904, sob a posse brasileira, após o Tratado de Petrópolis (1903), Xapuri foi elevada à categoria de Vila pelo então Prefeito do Departamento do Alto Acre, o Coronel Rafael Augusto Cunha Matos. Em 22 de março de 1905, foi elevada à categoria de cidade, sob a firma do Prefeito Interino Capitão Odilon Pratagi Brasiliense.

¹⁶³Dicionário ilustrado tupi guarani. Disponível via: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/xapuri/>. Acesso em 18 de nov. de 2019.

Alguns prefeitos do Departamento do Alto Acre cogitaram transferir a sede administrativa para Xapuri, alegando ser uma praça mais dinâmica e gozar de maior salubridade aquele ambiente (RIBEIRO, 1906; ACRE, 2002b). A cidade de Xapuri servia de sanatório para os moradores do Alto Acre e daquela localidade, devido a qualidade ambiental e salubridade (JORNAL DO COMMÉRCIO, 1909).

O Estado Independente do Acre de Galvez e a Cidade do Acre e Fortaleza

O Estado Independente do Acre foi criado em 14 de julho de 1899 pelo espanhol Luiz Galvez e se autodenominou Chefe do governo provisório. As referências da Revolução Francesa estão na atitude emancipatória, na adoção da data específica para aludir o evento histórico de 1789, a estrela altaneira na flâmula criada nesta ocasião, entre outras referências. A hipótese de Dantas (2012) é que Galvez seria um espanhol espião contra as forças expansionistas e imperialistas estadunidenses. Dois anos antes, em 1897 os EUA tinham declarado guerra à Espanha em função do apoio à independência de Cuba. O Estado Independente do Acre incluía os rios Beni, Juruá, Purus, Acre e Iaco, embora a presença, ainda que efêmera, desse *status* tenha se concentrado ao longo do Vale do Acre.

A sua proposição inicial trazia a criação da sede de seu governo, a Cidade de Fortaleza, em 11 de agosto de 1899. Seria construída no então Seringal Bagaço. Todavia, segundo o Decreto nº1 de 15 de julho de 1899¹⁶⁴, funcionaria no Seringal Caquetá, acima de *Puerto Alonso*, sob a propriedade do Seringalista Joaquim Victor da Silva. Lá existia uma Casa de Governo Provisório e a localidade se chamava Cidade do Acre (REIS, 1956). Com o funcionamento da sede governamental, Fifer (2014, p. 243), descreve as obras inaugurais do autodenominado presidente:

Galvez procedeu a marcar uma praça principal e uma pequena rede de ruas na selva circundante. A Rua Ceará e a Rua Brasil desembocavam em seu palácio, uma semi-amarrotada barraca que sustentava sua desafiante bandeira e seu escudo de armas¹⁶⁵.

¹⁶⁴ ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE. Decreto nº1, de 15 de julho de 1899. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHP. Arquivo Orlando Cavalcanti. Fundo Acre Galvez. Caixas 301 e 302. Disponível em: DANTAS, Jailson Soares. **1899 espionagem no Acre um caso sensacional**. Brasília: Thesaurus, 2012, anexos.

¹⁶⁵ Texto original: Gálvez procedió a marcar una plaza principal y una pequena red de calles en la jungla circundante. La Rua Ceará y la Rua Brasil desembocaban en su palacio, una semiderrumbada barraca que enarbolaba su desafiante bandera y su escudo de armas.

O Decreto nº3 de 15 de julho de 1899¹⁶⁶ tornou a Língua Portuguesa e a moeda corrente nos Estados Unidos do Brasil como oficiais no Estado Independente do Acre. A Cidade do Acre foi criada como a capital do Estado Independente do Acre, ou República do Acre¹⁶⁷. Galvez foi deposto do cargo em 15 de março de 1900, através da presença de uma esquadrilha naval brasileira, sob alegação da validade do Tratado de Ayacucho, de 1867 e devolvendo, assim, o Acre à Bolívia (CABRAL, 1986).

O Estado Independente do Acre de Plácido de Castro

Outro episódio da história da formação territorial do Acre está em similar estratégia adotada para a instituição do Estado Independente do Acre. Desta vez, ocorrida por Plácido de Castro, líder das tropas combativas formada por brasileiros em oposição à presença e à ocupação bolivianas. Após diversos conflitos bélicos que trouxeram o saldo positivo ao Brasil. Plácido de Castro foi declarado presidente do Estado Independente do Acre e foi declarada a sede do governo em Xapuri (SOUZA, 2013).

Foram instituídos diversos artifícios legais para organizar os futuros rumos daquelas terras sob nova ordem. O Decreto nº02 de 27 de janeiro de 1903¹⁶⁸ criou as Diretorias da Fazenda, Justiça e Guerra. Percebe-se a estruturação do governo a partir das necessidades da arrecadação e impostos, da ordem legal e da defesa, tão fortemente praticados naquela realidade. Todavia, a casa de despacho do governo independente funcionou, inicialmente, em Porto Acre, antes da transferência.

O Art. 1º do Decreto nº07 de 10 de abril de 1903¹⁶⁹, já sob o comando do Acre Meridional, deslocou para a cidade de Xapuri a sede governamental do recém criado Estado Independente do Acre, que provisoriamente funcionava em Porto Acre. O art. 2 deste mesmo diploma legal transferiu a Alfândega para o lugar chamado Capatará, à montante de Porto Acre,

¹⁶⁶ ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE. Decreto nº3, de 15 de julho de 1899. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHG. Arquivo Orlando Cavalcanti. Fundo Acre Galvez. Caixas 301 e 302. Disponível em: DANTAS, Jailson Soares. **1899 espionagem no Acre um caso sensacional**. Brasília: Thesaurus, 2012, anexos.

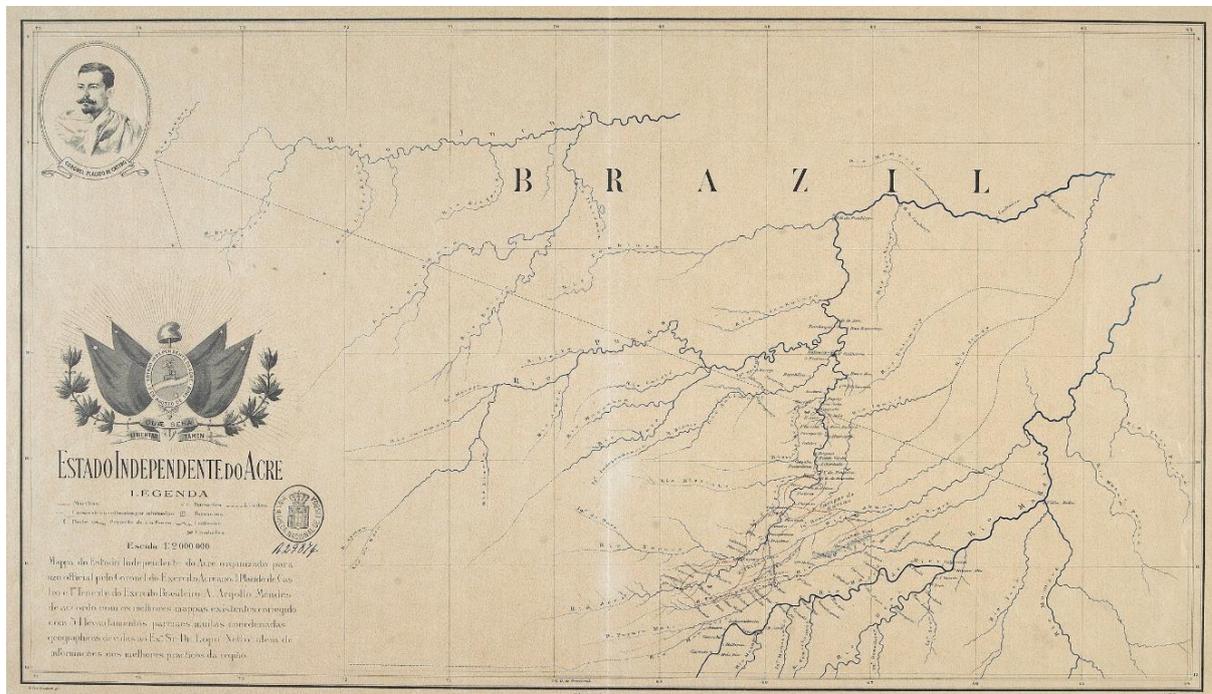
¹⁶⁷ Documento: 3323B - Retificação, limite, cidade de Fortaleza, 501.3 – Acre. Revolução 1899-1902. Palácio do Itamaraty RJ, Brasil.

¹⁶⁸ ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE. Decreto nº02 de 27 de janeiro de 1903 (transcrição). Casa do Governo em Porto Acre, sob a assinatura de J. Plácido de Castro. Disponível em: CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro. Excerptos Históricos**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

¹⁶⁹ Estado independente do Acre. Decreto nº07 de 10 de abril de 1903. Casa do Governo em Porto Acre, sob a assinatura de J. Plácido de Castro. Disponível em: CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro. Excerptos Históricos**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

de maneira igualmente provisória, enquanto não ocorria a demarcação definitiva em função da linha do paralelo 10°-20', uma das linhas geodésicas propostas nas discussões sobre a fronteira.

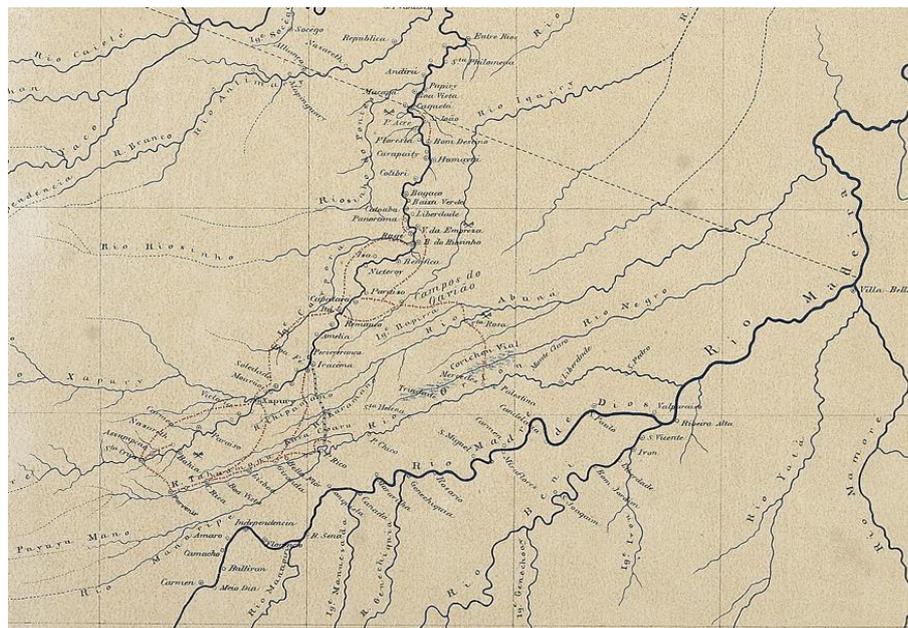
Figura 48 - Mapa do Estado Independente do Acre



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal¹⁷⁰. Data: 1902.

¹⁷⁰Mappa do Estado Independente do Acre. Autores: J. Plácido de Castro e A. Argollo. Co-autoria: Júlio Gaspar. Escala 1: 2.000.000. Publicação: Lamaignère Moniz (1902). 1 mapa p&b, com traçados coloridos. Medidas: 38,00x64,00cm em folha de 21,240 x66,00cm. Biblioteca Nacional de Portugal – BN P. Cota: C.C. 218A. Coleção: Cartografia. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!454694~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1>. Acesso em 01 de fev. de 2019.

Figura 49 - Detalhe do Mapa do Estado Independente do Acre



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal¹⁷¹. Data: 1902.

O Estado Independente do Acre corresponde àquilo que se construiu, meses depois, no Acre Meridional. Correspondia, basicamente, à região do Alto Acre. Estava voltado especialmente aos conflitos e ocupações com os bolivianos, nas terras mais ricas de seringueiras e que possuíam a melhor borracha. Dentro da lógica, ainda que efêmera e itinerante, a ocupação deste regime especial de governo, se colocou com uma estrutura fiscalizadora de cargas e mercadorias para o controle, especialmente sobre a borracha, em Capatará, e a sede do governo oscilou entre a Prefeitura do Acre em Porto Acre e a cidade de Xapuri. Esta solução provisória instituiu nova roupagem com a intervenção do governo federal brasileiro e a proposição de um acordo preliminar de paz entre o Brasil e a Bolívia, neste mesmo ano.

Acre setentrional e Acre Meridional

Diante dos conflitos bélicos e da presença efetiva do governo brasileiro nas tentativas de pacificação daquela região gomífera, o Barão de Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil à época, procurou estabelecer junto ao governo boliviano uma

¹⁷¹Mappa do Estado Independente do Acre. Autores: J.Plácido de Castro e A. Argollo. Co-autoria: Júlio Gaspar. Escala 1: 2.000.000. Publicação: Lamaignère Moniz (1902). 1 mapa p&b, com traçados coloridos. Medidas: 38,00x64,00cm em folha de 21,240 x66,00cm. Biblioteca Nacional de Portugal – BN P. Cota: C.C. 218A. Coleção: Cartografia. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!454694~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1>. Acesso em 01 de fev. de 2019.

trégua, dentro de uma suspensão das disputas e a busca de uma solução conjunta. Segundo A.Souza (2013) o representante do governo brasileiro temia a presença e o protagonismo de Plácido de Castro naquela região, diante de seu caráter combativo e de guerra.

Houve a assinatura do acordo preliminar de paz entre o Brasil e a Bolívia, em 21 de março de 1903, na cidade boliviana de La Paz e estabeleceram um *modus vivendi*. Entre as soluções para aqueles impasses imediatos, constavam:

- a) O Brasil ocuparia o Acre com seu exército para administrá-lo até o momento em que fosse assinado um outro acordo com a Bolívia;
- b) O Brasil reconhecia ainda o Acre como região boliviana;
- c) O Coronel José Plácido de Castro governaria o Acre Meridional (Alto Acre e seus afluentes Riozinho e Xapuri) com seu próprio exército de seringueiros. A sede de seu governo seria Xapuri;
- d) O General Olímpio da Silveira seria o representante do governo federal brasileiro na região acreana;
- e) A Bolívia manteria o seu exército entre os rios Orton e Abunã, com o compromisso de não atacar os acreanos (SOUZA, 2013, pp. 157-158).

Nesta proposição, o Barão de Rio Branco elaborou a criação de duas sedes provisórias governamentais com novos arranjos geopolíticos. Um deles era a área até o paralelo 10° 20', denominada de Acre Setentrional, ou Território Setentrional do Acre e era compreendido a partir da "linha geodésica que do marco do Madeira vai á suposta nascente do rio Javary, o paralelo 10°20' e o rio Yaco", (ROCHA, 1903, p. 43, [sic]). Este novo perímetro seria ocupado por militares e liderado pelo General de Divisão Antônio Olímpio da Silveira, comandante das forças expedicionárias do Acre, com início de sua gestão em 03 de abril de 1903. Foi desligado em julho de 1903, por problemas gerados por sua presença invasiva ao governo meridional. Foi substituído pelo Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos (MENEZES E FERNANDES, 2005; ROCHA, 1903; SOUZA, 2013). Era também conhecido como o Acre Brasileiro¹⁷² e estava, segundo Tocantins (1962), direta e explicitamente vinculado ao governo brasileiro.

A segunda unidade geopolítica estava ao sul do paralelo 10°20'. Foi o Acre Meridional, em substituição ao governo independente de Plácido de Castro, já sediado em Xapuri, a qual permaneceu como sede do governo neste ano. Segundo A.Souza (2013), o protagonismo de Castro trouxe ao governo a construção de leis que versaram sobre a oficialização a língua portuguesa como oficial, referentes à propriedade da terra, entre outras.

¹⁷² Instruções pelas quais se deverá seguir o General da Brigada Luiz Antonio e Medeiros, Comandante Interino do N. Distrito Militar Documento do Itamaraty – RJ, 3342 a 3348 – Pasta 195 234.(31) – Territorio do Acre. San. e divisões administrativas. Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Estabeleceu a Imprensa Oficial, houve a regulamentação dos serviços públicos e a criação e estabelecimento de impostos. Era conhecido também como o Acre boliviano e, para Tocantins (1962), o governo brasileiro agia indireta e discretamente para manter o seu poder sobre aquela região.

Cidade Empreza

Empreza, denominação genérica à propriedade de terras para o uso extrativista da exploração da borracha, às margens do rio Acre, foi eleito lugar estratégico da ocupação militar e da instalação do 4º, 36º e 15º Batalhão de Infantaria. Possuía também depósitos e hospital. Essa eleição para a Defesa foi construída pela logística entre as comunicações com a fronteira boliviana, ainda que não se soubessem exatamente quais eram. Na fotografia, a seguir, observa-se o marco arquitetônico fundacional da estruturação extrativista na área, o barracão do Seringal Empreza.

Figura 50 - Barracão do Seringal Empreza.



Fonte: Tocantins (1979). Data: s/d, atribuída à década de 1900.

A sua cobertura contemplaria as regiões dos Rios Abunã e Tahuamano, através de uma conexão terrestre com os varadouros de Santa Rosa e Mercêdes. Além disso, havia uma preocupação sanitaria. Empreza era um campo “menos doentio” e que poderia haver a exploração pecuária bovina, de até 100 cabeças, pois ali se colocava com aspectos ambientais adequados também ao pasto de gado (ROCHA, 1903). Foi palco de muitos embates bélicos entre a Bolívia e o Brasil que marcaram o processo litigioso. À origem de seu assentamento não

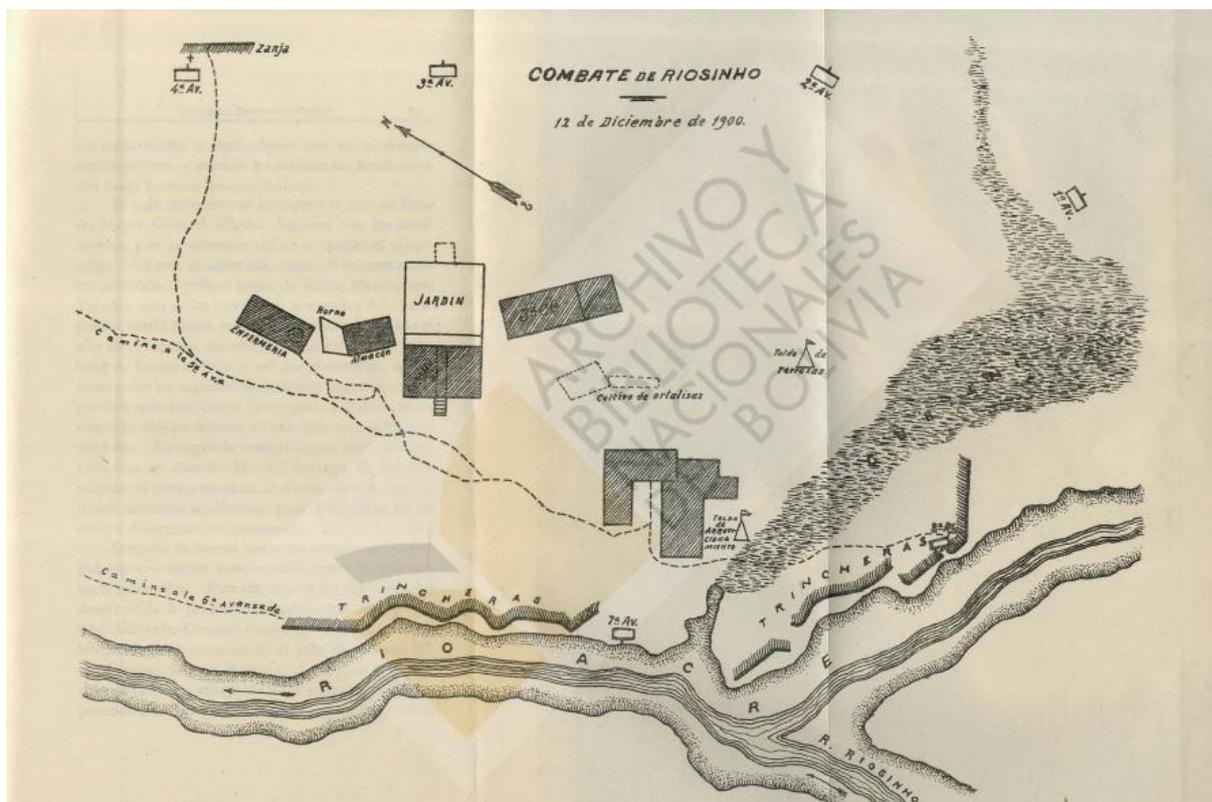
indígena é atribuída a década de 1870 na instalação de seringal e início da constituição de uma vila de entreposto comercial (GUERRA, 1955).

Riosinho

O Riosinho correspondia a um dos oito *cantones*, dentro divisão geopolítica da administração boliviana proposta para *Puerto Acre* em 1899. Foi instalada uma ocupação militar na boca deste curso d'água, onde se encontra com o rio Acre, à margem direita deste último. Se situava entre Capatará e Volta da Empreza, à montante da instalação alfandegária em *Puerto Alonso*. Foi erigido um assentamento militar para funcionamento da Defesa boliviana. O documento analisado é a Planta do Combate do Riosinho, datado de 12 de dezembro de 1900. Consta nos arquivos bolivianos, na publicação de Azcui (1924).

Dentre os elementos construídos, consta o Quartel Geral, além de outras não identificadas, dada a superficialidade e esquematismo das representações e ausência de texto na peça gráfica. Em toda a superfície desenhada a identificação numérica ordinal, física e espacial das *Avanzadas*, num total de 8 (oito). São caminhos e conexões ramificados do destacamento de tropas, a partir do centro militar, para outras partes do solo e das águas que se comunicam com o fluxo humano naquela realidade. Numa estratégia bélica, são utilizadas pela lógica da rapidez, agilidade diante da surpresa com os inimigos. Cabe destacar que os assentamentos existentes ao longo do rio Acre se concentravam na mesma margem que o do Riosinho, por isso o desenho tentacular das *avanzadas*. Havia a construção de franjas (*zanjas*). Uma estrutura para tratamento físico dos feridos e reabilitação do corpo militar constava como uma *Enfermeria*.

Figura 52 - Planta do Combate de Riosinho



Fonte: Azcui (1924)¹⁷⁴. Data: 1900.

Outros artefatos compunham aquele leiaute explicitamente com um caráter bélico. Alguns ligados ao abastecimento e alimentação, a exemplo de armazém, forno e um lugar demarcado para cultivo de hortaliças. Outros, estritamente bélicos, a exemplo das trincheiras paralelas ao rio Acre ao longo do trecho construído. Havia, ainda, espaços públicos livres como jardim e praça, bem como uma capela, para as práticas de culto ao corpo e ao espírito.

¹⁷⁴Combate de Riosinho. Autoria: s/autoría; Data: 12 de diciembre de 1900; Local: La Paz, Bolívia; Escala: s/escala
In: AZCUI, Benjamin. **Resumen histórico de las campañas del Acre 1899-1903**. La Paz: Ministerio de la Guerra y Colonización, 1924. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia – ABNB, Sucre, Bolívia. Código: CP-GLE-8057.

Figura 53 - Riosinho.



Fonte: Tocantins (1979). Data: s/d, atribuída à década de 1900.

Identificou-se também o *Toldo de Aproveitamento* que demarcava, pelo a acesso fluvial central, um espaço para negociação, administração e abastecimento daquela logística e defesa das forças armadas bolivianas. Havia ainda o *Toldo de Terrazas*, com estrutura aberta em um terraço. Há registros literários que esta área era utilizada para exercícios físicos¹⁷⁵. Percebe-se o caráter efêmero e de campanha dessas estruturas. Por fim, identifica-se uma área alagadiça, denominada localmente de *curichi*. Esta área encharcada, ao que parece, foi utilizada como uma espécie de fosso, sendo uma barreira natural àquele sistema de defesa que ali se instalou.

Puerto Alberto

Trata-se de um arraial instalado desde 1896 à margem do rio Juruá, sob a responsabilidade do explorador peruano Vicente Mayna. Recebeu também o nome de *Vila de Iucatan*. Com a anexação dessa porção territorial ao Brasil, o governo federal criou uma jurisdição de defesa desta terra, sob decreto do Prefeito Coronel Thaumaturgo, criando uma

¹⁷⁵ CARVALHO, Mauricio. Hora de cierre. Civiles y Militares en Dictadura y Democracia. Entrevistas políticas. Santiago: LOM Ediciones, 2016.

seção de paz. Atualmente corresponde ao município acreano de Porto Walter (MENEZES E FERNANDES, 2005).

Nuevo Iquitos

Nas terras que pertenciam ao Seringal Minas Gerais, sob a propriedade do brasileiro Sr. Luís Francisco de Melo, houve o consentimento, sob a argumentação de que naquelas terras eram peruanas, da instalação. Em 15 de novembro de 1902, sob a responsabilidade de Carlos Vasquez Quadros se instalaram nessa área. Edificaram, de pronto, um equipamento do governo para arrecadação de impostos diante daquele fluxo portuário e gomífero ascendente. Recebeu o nome de *Nuevo Iquitos*, em função da cidade peruana de Iquitos ser o centro das dinâmicas peruanas em busca do caucho e da borracha na Amazônia. e foi instalada na foz do rio Amônia com estrutura fiscalizadora e alfândega (TOCANTINS, 1979).

3.6. Das disputas e especulações (pré) imperialistas ao desterro republicano

Algumas das ideias lançadas sobre a posse, propriedade, gestão e, especialmente os lucros àquelas terras, foram identificados. Houve manifestações pontuais até movimentos organizados que compunham ideias secessionistas, ou emancipatórias, ou anexadoras. Isto aconteceu mesmo depois da consolidação do Acre ao território brasileiro. Uma delas está no pedido de divisão do Território do Acre em dois outros Territórios, a exemplo de Telegramas enviados do município de Cruzeiro do Sul para o então Presidente da República, Getúlio Vargas, em 1944, sob a autoria do Presidente da Associação Comercial¹⁷⁶. A ideia era polarizar uma concentração na porção sul, em volta do Purus-Acre e a outra porção, norte, em torno de Cruzeiro do Sul. O curioso está na origem desta solicitação, correspondente à classe empresarial e não por ações de representação pública ou de uma diversa composição da sociedade local.

Já em 1909, o Barão de Rio Branco vislumbrava a região do Alto Acre, Médio Purus e Médio Juruá como lugares a serem emancipados em dois ou três novos estados brasileiros, sob dotação de estrutura político-administrativa adequada (RIO BRANCO, 1909). Ou, ainda, no momento de negociação diplomática, os interesses de arrecadação tributária ocorridos em Belém e em Manaus, como praças de negociação internacional da borracha,

¹⁷⁶ Cópia do Telegrama Recebido. Cruzeiro do Sul – 15/04/1944 PM 09h58 – Ao Exmo. Xr. Dr. Getúlio Vargas – Presidente da República – Solicitamos a divisão em dois territórios o Acre. Presid. Da Associação Comercial. Pasta 1944 PR 13681 a13700 CX623. Arquivo Nacional.

faziam despertar interesses de incorporação aos estados existentes na Amazônia (GUERRA, 1955; TOCANTINS, 1979).

De todo este movimento de tensão política e de proposição abstrata de uma geometria nessa área ainda por ser reconhecida em sua totalidade, havia uma outra face desses fenômenos associados aos povos originários e tradicionais que ali viviam, por séculos, ou numa forçosa miscigenação, estavam alheios aos especulativos e projetivos pensamentos e ações. Brugnara (2018, p. 41), elucida esta pauta ao escrever que

(...) embora tenha sempre havido guerra por territórios, nem os índios, nem os caboclos mestiços, nem os extrativistas imigrantes reconheciam as fronteiras entre países, e essa é a própria essência da história do Acre. À expansão do território, por um lado, aparentemente o fluxo dominante, opunha-se discretamente a extensão de uma territorialidade.

Enquanto se praticava esta vivência, outras realidades coexistiam nessa região marcadas por diversas disputas que eram edificadas para dar sentido institucional às lógicas ali pré-existentes. Não se trata aqui, conforme a autora denomina a permanência como discreta, mas a força dessa matriz originária e tradicional é eminente e foge aos rigores do controle político, da ordem do Estado e escapam ao intencional silenciamento. Uma das chaves desta tese é compreender entre os gestos oficiais, as permanências das práticas anteriores que coexistiram e existem (e resistem) até os dias atuais, mas no recorte temporal desta investigação, associada à instauração do Território Federal do Acre, na primeira década do século XX.

Entre os interesses declarados para a área que foi imobilizada, por quase quatro séculos, pelo ádvenas, torna-se o alvo de cobiça internacional. Ao caso já comentado do sindicato misto de capital inglês e estadunidense, o Bolivian Syndicate, que arrendou por 30 anos, desde 1901, as terras do atual Acre, ao governo boliviano, destacam-se outras intenções. A este caso, Maria (1978) destaca o “dinheiro estrangeiro apátrida” que fez gerar uma “guerra fratricida” entre os países fronteiriços no vale do caucho e da borracha amazônicos. Todas as ações foram lançadas ao nível especulativo e sob uma fúria imperialista das metrópoles industriais.

Consta na Carta¹⁷⁷ no *Archivo Histórico de Límites*, do *Ministério de las Relaciones Exteriores – RREE*, Governo do Peru, Lima, endereçada à *Legación del Perú* na Alemanha, o Senhor Ministro de Estado Toríbio Sanz, advinda de Rheinfelden, na data de 23 de maio de

¹⁷⁷ Archivo Histórico de Límites, Ministério de las Relaciones Exteriores – MREE, Governo do Peru, Lima . Legación del Perú em Alemania, Hôtel des Salines, Rheinfelden, 23 de maio de 1902, nota 13, Carta ao Senhor Ministro de Estado no Despacho de Relações Exteriores de Lima de Toríbio Sanz. Um jornal alemão chamado *Leipziger Tageblatt*, em 18 de mayo de 1900

1902. Neste documento, há um jornal alemão chamado *Leipziger Zageblatt*, datado de 18 de maio de 1900, o qual publicou a matéria “Rio de Janeiro 20 de abril – A primeira Colônia da América do Norte na América do Sul”, sob grande crítica acerca do arrendamento estadunidense do Acre, região em que os peruanos chamam de *nuestro territorio del acre*. Neste documento há um evidente incômodo alemão em não participar dos acordos dos Sindicatos/Sociedades, como capitalista internacional.

A região do Acre viveu esta tensão especulativa. Anos seguintes a esse quadro pré-imperialista, o Brasil, sem qualquer previsão em sua letra constitucional sobre o destino do Território Federal criado em 1904, dedica a essa nova unidade administrativa, grupos de pessoas indesejadas na então capital federal, o Rio de Janeiro. Houve diversas ações e faltas delas que emolduraram os sentidos longínquos, de uma região ermo, suscetível às investidas para estabelecer novas colônias imperialistas ou, simplesmente, abandoná-la aos abandonados. Condená-la aos condenados, conforme se vê nos escritos a seguir.

O Atual Acre como quase uma Colônia Belga

O Rei Leopoldo II (1835-1909, rei de 1865 até a sua morte) em fins de seu reinado de Expansão Colonial cogitou desenvolver um império nas atuais terras acreanas via *Bolivian Syndicate*, como membro majoritário. Nesse processo houve a especulação e o plano de tráfico negreiro, da população escravizada no Estado Independente do Congo, ou outra colônia associada a essas práticas imperialistas de Companhias de Cartas. Outro meio seria a criação e aplicação de seu novo instrumento expansionista já efetivado na China, o *Société Asiatique (etates)*, a fim de atuar na Amazônia (HENTEMRYCK; KURGAR-VAN, 2018).

Os anseios reais belgas não foram absorvidos e correspondidos dada a precária estrutura militar e política da Bolívia, caracterizada pela passividade e incipiência administrativa diante das negociações. Ademais, a sucessão do Barão no Ministério das Relações Exteriores dentro do governo brasileiro não ocorreu conforme as expectativas criadas pela Bélgica para facilitar as negociações de suas investidas nas terras reconhecidas atualmente como o Acre. O fim do *Bolivian Syndicate* fez o Rei Belga desistir da ação e investimento (HENTEMRYCK; KURGAR-VAN, 2018).

O Acre como uma República para os Negros Americanos

Houve a proposta da “República da Amazônia para os Negros Africanos”, uma proposição racista e de política imperialista através do espírito do “Destino Manifesto”, dentro

dos Estados Unidos da América – EUA. Consistia em enviar os negros escravizados deste país para viverem na Amazônia. Este despacho significaria uma obediência à obra divina. Significaria também um cumprimento ao determinismo geográfico, o qual o ambiente tropical era compatível com a natureza e comportamento das populações afrodescendentes (F.RIBEIRO, 2005).

Houve a exploração de rotas iniciais, com o apoio do governo brasileiro, com o capitão tenente William Lewis Herndon, representante da Marinha estadunidense, no ano de 1851. A partir de Lima, no Peru, observaram duas possibilidades de caminhos de penetração na Amazônia. Uma era pela Bolívia, que atingiria o rio Madeira. O outro caminho seria através do rio *Marañon*, ou Amazonas. A rota procuraria conectar o percurso fluvial nos EUA através dos rios Missisipi e Missouri, até atingir o rio Orinoco e, por fim, o Amazonas.

Em meados do século XIX. Certamente entre essas duas rotas, o atual Acre seria ocupado pela população negra escravizada expulsa pelo higienismo étnico, num discurso que cumpria, sob a benção de Deus, uma tarefa cristã. As populações negras libertas viriam à Amazônia para a criação de um novo Estado Soberano. Esta condição se executaria sob pressões estadunidenses para abertura das navegações fluviais no Brasil, em especial na Amazônia. Havia um declarado interesse nas riquezas naturais nesta floresta brasileira em que o mundo industrial descobria e nutria a cobiça. Assim, na Doutrina Monroe, a presença das populações exotadas dos EUA serviria para o que F.Ribeiro (2005) acentua na megalomania imperialista, colonialista e capitalista, como a providência da divina de se constituir a “Amazônia para os americanos”. Porém, este plano não foi efetivado.

O Acre como lugar dos expatriados

Com a inserção do Acre ao Brasil a partir de 1903, o governo federal no Rio de Janeiro organiza as idas sistemáticas de dezenas de pessoas que não correspondiam às normas de convivência e ao controle social e urbano na então capital federal. O Acre tornou-se um lugar de expatriados, expulsos por ações higienistas, elitistas, políticas e demais violências urbanas e cívicas praticadas naquela realidade de uma nação em construção republicana e na cidade em vertiginosa urbanização. Todavia, não foi um gesto inaugural do governo brasileiro no início do século XX dedicar a essas terras pessoas fora do esquadro social. Anteriores e de outras frentes e nacionalidades, aqui também foram identificadas nesse processo de apartamento.

Martinez (2007), por exemplo, informa que a floresta amazônica foi utilizada no período incaico como lugar de rebeldia e de castigo. Silva (2013) salienta que desde a ocupação

portuguesa a Amazônia é o destino dos indesejados e esta prática foi essencial para a estruturação e povoamento dos núcleos da empresa colonial no Brasil. Azcui (1924) informa que há registros sobre fugitivos e criminosos de Manaus e Belém que se escondiam na região da atual cidade de Porto Acre, antiga *Puerto Alonso*, já na segunda metade do século XIX.

Em 1853, segundo Fifer (2014), havia desterrados políticos na região do rio Beni, sob ordem do governo boliviano. Ou, precisamente, em 1895, o General Pando se encontrava na região do Oriente boliviano, como punição diante de pensamentos políticos divergentes que naquele país se vivia à época (CUNHA GOMES, 1899). Já Fernández (1958) afirma que mais de 20 anos antes da chegada dos bolivianos na terra do atual Acre, lá estavam homens enviados de várias partes do Brasil, sobretudo do Ceará, como punição diante das dívidas com a sociedade e a justiça brasileira, para ir ao Acre. Ou, lembrando a introdução e aqui salientado, houve ações sanitárias e econômicas que o governo casado com a classe empresarial gomífera e emergente, alinharam forças para o envio de navios abarrotados de homens do atual Nordeste para a indústria seringueira.

Entre as experiências pontuais e veladas, de fato, a agência estatal ocorrida no Rio de Janeiro no início do século XX marcou profundamente a relação inaugural do governo federal com aquelas terras, recém incorporadas ao Brasil e que respondia como um Território Federal. Silva (2016) informa que os desterros ocorreram entre 1904 e 1905, na perspectiva higienista. Em 1910, a Revolta da Chibata marcou uma grande leva de envio. O autor fala que as imagens dedicadas à Amazônia como longínqua, isolada e inacessível se colocavam favoráveis às práticas de controle social e de Defesa na capital brasileira. O perfil dos novos moradores era variado. Constituíam-se por

(...) mulheres acusadas de prostituição, cafetões, profissionais da jogatina, pedintes, aludidos vagabundos e malandros, trabalhadores anônimos, bem como demais desclassificados sociais foram encarcerados e embarcados em navios-prisões com destino ao Acre (SILVA, 2016, p. 143).

O mesmo autor aprofunda o debate e relaciona o fato do envio da massa populacional banida com a configuração de uma imagem pejorativa e, de certo modo, caricatural dedicada ao Acre. Assim, escreveu que

O Acre imagetivamente representava uma negatividade geográfica, social e cultural como nos velhos paradigmas dos degredos e desterros coloniais de outrora. Por isso foi escolhido, além de ser uma região administrada diretamente pelo governo federal. Local onde o governo dizia que os desterrados seriam regenerados pelo trabalho e pelas dificuldades de sobrevivência em um meio hostil. Tal como Portugal de outros tempos, no Brasil republicano os indesejáveis em um determinado lugar poderiam ser

úteis em outro. Pelo menos era esse o discurso oficial, pois na prática as autoridades locais e nacionais queriam se livrar dos indesejados sociais ‘saneando’ os espaços públicos de suas presenças. Diferentemente dos degredos coloniais, esses desterrados anônimos do período republicano não foram usados para fins de povoamento. Foram descartados nas lonjuras da Amazônia para serem mortos e esquecidos. A grande maioria teve o destino que as autoridades queriam, poucos conseguiram voltar às suas cidades de origens e outros passaram a sobreviver carregando o estigma perene de desterrados (*Idem*, p. 144)

Silva (2013) expressa o neologismo “Acricídio” e diz que políticos que se tornaram importantes na história do Acre, a partir do Estado brasileiro, a exemplo de Thaumaturgo de Azevedo e Seabra, já se encontravam anos antes na Amazônia, desterrados, por motivos políticos, antes de assumirem as chefias. O autor esclarece que a permanência da definição do verbete “morrer” como “ir para o Acre”, conforme tratado no capítulo 1 desta tese, tem origem nessa época. A inexistência e o vazio significavam a condenação e o fim da vida. Ou, conforme salienta Silva (2016, p. 149), “O Acre por sua vez, se apresenta como a antítese dos valores cultuados pela elite social e política da capital federal”. O que se vê nesta experiência é a destinação de um lugar de litígio e disputa internacional para afirmação de soberania, uma dedicação a um destino ermo, distante, inacessível, avesso à ordem. Ali era um não-lugar para não-cidadãos.

3.7. Considerações parciais sobre o capítulo 3

Na historiografia boliviana é comum identificar o autorreconhecimento na incapacidade daquele país na gestão das terras litigiosas, no aparato legal, bélico, na representação diplomática e tantas outras deficiências políticas e administrativas frente as negociações e disputas no caso do Acre. Reconhecem, sem abandonar as ideias de invasão, usurpação do Acre anterior a 1903 praticado pelos brasileiros como uma herança nefasta colonial. Aquelas terras amazônicas já haviam sido ocupadas pelos portugueses na prática expansionista que contrariavam as soluções tratadísticas desde as acordadas no século XV.

Curiosamente, as terras do atual Acre, diante da mobilização ibérica e da dilatação lusitana, não houve efetiva ocupação e suas informações cartográficas e textuais, tangenciavam aquele imenso vazio, branco e silêncio. As políticas lançadas no século XIX pela Bolívia e o Peru, proprietárias oficiais daquelas terras, igualmente se pautavam na abstração projetiva e a ela dedicavam perímetros e jurisdições inalcançáveis. Eram as terras não descobertas, incógnitas, que seriam as colônias, as áreas de montanhas, de bosques, o oriente, o noroeste, entre tantas outras forjas nominais.

As ideias naturalizadas de seca, de nordeste, de imigração para confabular narrativas inquestionáveis sobre a ocupação brasileira no atual Acre, foi revista nesta tese ao nível de se compreender como ações agenciadas pelo Estado brasileiro em parceria com empresários transformaram fenômenos naturais em fenômenos sociais. A mesma forja se deu na região do Acre desconhecido, desprovido de riquezas, tangenciado pela empresa colonial, passou a ser alvo de cobiça internacional e intercontinental. Para isso, a violência epistêmica lançadas para as ideias de deserto diante da ausência da economia e do Estado edificou o fluxo agenciado pelos interesses diversos na borracha: governo brasileiro, empresários seringalistas e comerciantes, metrópoles industriais etc.

As cartografias do século XIX que mantêm as etnias dos povos originários, bem como as denominações etnotoponímicas para a rede hidrográfica, lançadas naquelas representadas, dão lugar às novas toponímias. Suprimem as localizações indígenas e, desde então, passaram a ocupar estruturas fundiárias da exploração agrícola, sobretudo os seringais. Denominações dos lugares, cidades, rios, passam a aludir viajantes, cientistas, políticos, militares, diplomatas, oscilações entre línguas pátrias espanhola e portuguesa, memórias dos lugares de origens, entre tantas outras transformações daquela paisagem. Ali se queria afirmar o poder e a presença do Brasil, da Bolívia e do Peru.

Constatou-se, ainda, que o “nascimento” do Acre, a partir dos interesses dos Estados Nações, emerge de duas frentes. A primeira, advém da necessidade de livre circulação pelos rios amazônicos, onde os brasileiros detinham o maior trajeto e a conexão direta com o oceano atlântico. A Bolívia, em uma crescente perda territorial e, inclusive com a cessão de sua conexão com o oceano pacífico ao Chile, potencializava a sua necessidade de comunicação fluvial. O Peru, de igual interesse, buscava a articulação de suas terras departamentais amazônicas e pré-andinas à grande calha fluvial. Importação e exportação eram as molas propulsoras das buscas dessa articulação entre os rios. A segunda frente se dá, essencialmente, com o advento do processo econômico da borracha, pela disputa de arrecadação tributária das produções escoadas naquelas águas que desciam desde a década de 1850.

Vários discursos imbuídos de um suposto ufanismo, em defesa da soberania pátria passaram a alicerçar os velados interesses fiscais e alfandegários ao Tesouro de cada país em disputa. E o eixo de concentração desses conflitos bélicos, diplomáticos e econômicos se deu fortemente no rio Acre. O seu vale possuía a melhor e mais apreciada borracha no mercado internacional. Este rio que, até a década de 1860 não configurava em cartografias daquela região e que apresentou a maior parte dos assentamentos consolidados nas administrações boliviana e

brasileira anteriores à transformação em Território Federal do Acre. As ocupações não trouxeram uma lógica espacial para abarcar aquele território. Pontuam, apenas, a calha fértil e abundante que deu origem às disputas internacionais.

Com a anexação do Acre ao Brasil pouco se fez de imediato em relação às benfeitorias e estruturação político-administrativa. Todavia, inversamente proporcional, muito se arrecadava com os impostos e com o produto de exportação que desbancava no mercado mundial e alimentava as tarifas aduaneiras e tributárias do governo central. As habilidades políticas e diplomáticas empreendidas na conquista das terras do atual Acre não foram capazes de traçar soluções eficazes para a estruturação daquele lugar, agora brasileiro.

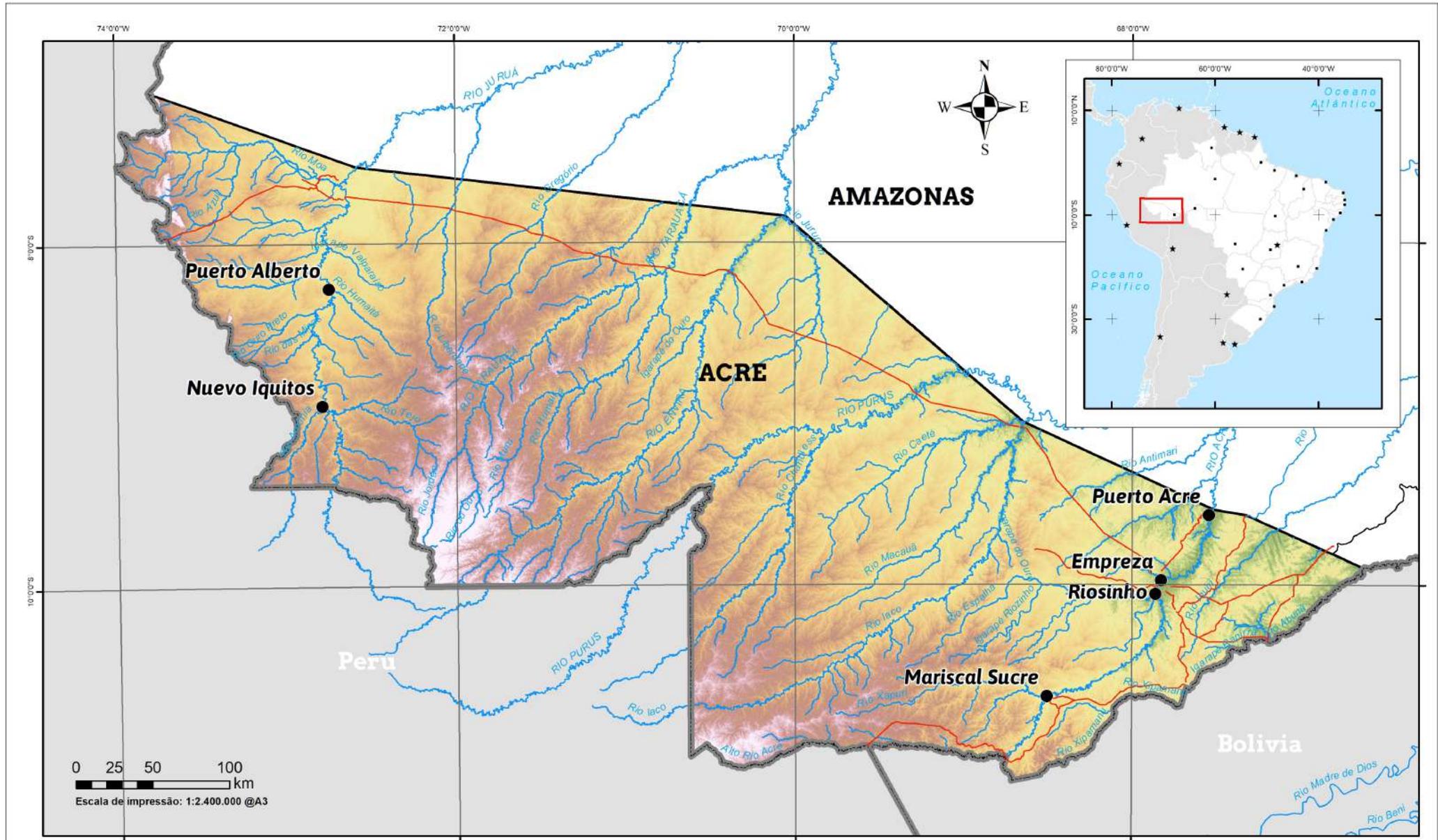
O Acre foi forjado em diversas e sucessivas abstrações geodésicas, porque ali, de fato, se desconhecia suas terras e gentes. Linhas retas, oblíquas, marcos das margens e confluências de rios, ou nascentes, entre outros, oscilavam a cada demarcação, a cada comissão em campo, a cada disputa que se materializava nas cartografias. Aqui não cabe a genealogia desses estudos, propostas, cadernetas de campos e contrapropostas, elaboradas desde o século XVIII pelos portugueses e espanhóis e trazidos até a primeira década de 1900 como pauta reivindicatória dos países conflitantes. O que interessa é perceber que todas essas argumentações traziam um alto grau inventivo, geométrico, técnico ou político, que se lançavam, ao incompreendido e desconhecido. E a inexatidão advinha de um discurso oficial fundamentado na dificuldade com a geografia física e a limitação tecnológica da engenharia naval e cartográfica. Não se justificavam pelos conflitos e pela resistência dos povos originários de se submeter a esse sistema colonizador. O silêncio dessa constatação se soma a todos os outros silêncios que usurparam os conhecimentos tradicionais, os assentamentos, as toponímias, por exemplo, assim como e, principalmente, as próprias vidas ali existentes.

Em relação às soluções cartográficas empreendidas nesse período litigioso, a linha abstrata se materializou como uma fronteira e, posteriormente, como uma divisa interna do Brasil. Até recentemente, conforme visto na Introdução, pautou litígio entre os estados brasileiros do Amazonas e do Acre. Esta solução transversal, atravessa os cursos d'água que correm paralelamente como um sinal necessário para solucionar a logística daqueles caminhos fluviais, daquela região. A ideia de território está no caráter bélico e militar e advém da ideia de confronto e de disputa. Tal perspectiva alicerçou a edificação das cidades pioneiras já no Território Federal do Acre, a exemplo de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Rio Branco.

Foi aplicado para a consolidação do Acre ao perímetro nacional em 1903, ao se instituir o Território Federal em 1904, porque expressa uma característica transitória, nas

negociações internas para a reincorporação ou reenquadramento como outras unidades federativas. Os interesses primordiais do Brasil estavam nas navegações fluviais e na borracha, agora sob uma solução provisória e não prevista na Constituição Federal e com uma subordinação direta ao distante governo central no Rio de Janeiro. Este cenário evidencia as grandes dificuldades para se efetivar o Acre, agora brasileiro, como ente federativo, sua geopolítica e suas cidades.

OCUPAÇÕES DURANTE O LITÍGIO



LEGENDAS E CONVENÇÕES

- Cidade litígio
- ☒ Limite internacional
- ☒ Limite Estadual
- Rodovia
- Hidrografia

Hipsometria (m)
Max : 691
Min : 109

PROJEÇÃO POLICÔNICA
Datum horizontal: SIGRAS 2000
Datum Vertical: Imbituba
Meridiano de referência: 70°15' W.Gr.

Fontes
Malha municipal IBGE 2019,
DEM SRTM, CNSA IPHAN, FUNAI
Elaboração/Organização
Igor Pedroza - Fev/2020

Este mapa é parte integrante da tese intitulada:
Entre o Uwa'kuru e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências

Autoria: Marcio Rodrigo Côelho de Carvalho



Em tantos mil hectares
Milhares de acres
E a terra é de quem
Vamos seguindo pro espaço vazio
Com as matas queimadas
E as patas dos bois
Na beira dos rios
Nas cabeceiras se fala
De tribos, índios arredios
Que só se vê quando sonha
Nas noites de frio
Estradas bem asfaltadas
Arroz cor-de-rosa
E leite azul
Muita comida enlatada
E tudo o que é útil
Primeiro de abril

Vamos voltando pro espaço vazio
Com as matas queimadas
E as patas dos bois
Na beira dos rios

O pôr-do-sol multiplica
Cores violentas
Laranja e violeta
Muita poeira e fumaça
Anúncios do fim
Não tem segredo
Não adianta ter medo
Não adianta sair
Acreditar em mil acres
Na força dos fracos
Ficar por aqui

Acreditar em milagres
Na força dos fracos
Ficar por aqui

(Mil Acres, autoria: Beto Brasiliense)

CAPÍTULO 4 – A INVENÇÃO DA REDE FLUVIO-URBANA ACREANA

Após a incorporação do Acre ao Brasil, foi necessário organizá-lo territorial, política e administrativamente, pois figurava como novo ente federativo, até então não experimentado na Constituição Federal brasileira. Configurava também uma área que, até então, não havia efetivamente gozado da presença do Estado, estreava sob a responsabilidade do exercício de sua Soberania. O *status* de Território Federal, subordinado ao governo central, à época, localizado no Rio de Janeiro, trazia desafios e novidades para a concepção e gestão.

Dentre as ações necessárias, houve a organização com divisões em Departamentos proporcionais às localizações dos principais rios navegáveis daquele lugar. A ocupação seguiu a estruturação limítrofe da linha oblíqua que corre perpendicular às calhas fluviais. Foram instituídos três núcleos urbanos por uma lógica militar de Defesa do território nacional. Foi estabelecida também uma lógica alfandegária, para controle dos fluxos de produção e comercialização, entre exportação, importação e consumo de bens que circulavam naquelas águas. Os vales gomíferos dos rios Juruá, Purus, Acre, entre outros, ficava, portanto, à jusante dessas estruturas fiscais e militares. Portanto, gozavam de uma lógica de controle de circulação fluvial, especialmente àquelas das descidas de outros países vizinhos, fato este motivador do litígio acirrado anos imediatamente anteriores.

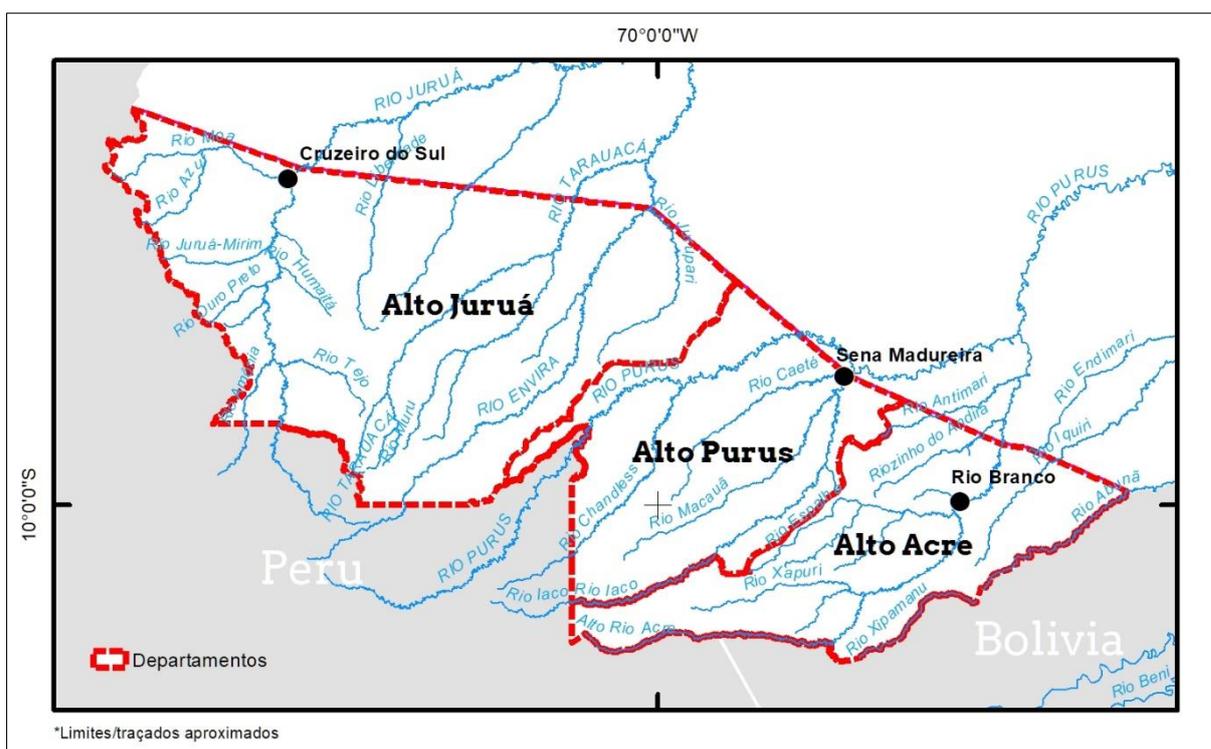
A presença militar não se restringiu apenas às concepções geopolíticas regionais, se configurou também nas designações dos governantes de cada Intendência, Prefeitura e Departamento criado para a gestão política. Esteve presente, ainda, nas práticas urbanísticas e nas produções arquitetônicas da microescala espacial, com muitas obras advindas da Engenharia Militar. Assim, as sedes departamentais receberam os primeiros planos urbanísticos que procuraram organizar, disciplinar e normatizar o uso, a ocupação e a intervenção no solo que se tornaria urbano, naquele ambiente inevitavelmente constituído por rios e florestas. Dos assentamentos eleitos, se configuravam previamente como vila de entreposto comercial, seringais, ou ocupações ribeirinhas de maneira geral. Sobreposto a esta realidade pré-existente, o pensamento e a prática militares se fizeram presentes para a organização físico-espacial daqueles assentamentos. Plantas e projetos contribuíram para a fundação oficial daqueles núcleos com ocupação remanescente da empresa gomífera e atividades outras a eles associadas.

Sob ordem do governo central no Rio de Janeiro, houve a nomeação de gestores públicos diretamente proferida pelo então Presidente da República. O Território Federal do Acre foi organizado, sob a Presidência de Francisco de Paula Rodrigues Alves, através do

Decreto Federal nº1.181, de 25 de fevereiro de 1904¹⁷⁸, que reconheceu a responsabilidade sob aquela área por parte da instância política federal. Na sequência ao ato que instituiu o novo ente federativo, foram criados três Departamentos¹⁷⁹, através do Decreto nº5.188 de 07 de abril de 1904.

O primeiro, o Departamento do Alto Acre, abrangia a região dos rios Abunã, Rapirã, Iquiri, Alto Acre e Alto Antimari, com sede a Villa Rio Branco, ou Empreza. O segundo, o Departamento do Alto Purus, abrangia os rios Iaco, Alto Purus e seus afluentes, a exemplo do Chandless, Curinja e Curanja até as suas cabeceiras, com sede na cidade de Sena Madureira. O terceiro, o Departamento do Alto Juruá, compreendendo os rios Alto Juruá, Tarauacá e seus afluentes, a exemplo do Moa, Juruá-mirim, Amônea, Tejo e Breu, até as cabeceiras (BRASIL, 1904b; COSTA, 2010; SIMÕES, 1916).

Figura 54 – Mapa dos departamentos.



Fonte: Adaptado de Souza (2020). (Elaboração: Igor Pedroza)

¹⁷⁸ BRASIL, República Federativa do. **DECRETO Nº 1.181, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1904. Autoriza o Presidente da Republica a administrar provisoriamente o territorio reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brazil e a Bolivia, e dá outras providencias.** Rio de Janeiro-RJ: 1904a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1181-25-fevereiro-1904-583573-publicacaooriginal-106366-pl.html>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

¹⁷⁹ BRASIL, República Federativa do. **DECRETO Nº5.188 DE 07 DE ABRIL DE 1904. Organiza o Território do Acre.** Rio de Janeiro: 1904b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5188-7-abril-1904-516300-republicacao-107275-pe.html>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

Em 22 de outubro de 1909¹⁸⁰ foi apresentado ao governo federal uma proposição de reorganização do Território Federal do Acre. A proposição foi levada à Comissão de Legislação e Justiça da Câmara dos Deputados, sob os pareceres dos Deputados Frederico Borges, presidente, e Justiniano de Serpa, na função de relator. A proposição concentraria a sede do governo territorial no município de Sena Madureira, no Departamento do Alto Purus. Haveria a criação de cinco municípios: Seabra, Xapuri, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, com sedes nas cidades homônimas.

Outro gesto especulativo esteve na proposição do então Presidente da República Nilo Peçanha (1867-1924, gestão entre 1909 e 1910) de criar apenas duas sedes governamentais do Território Federal do Acre. A primeira, seria concentrada em Rio Branco, por gozar de maior prestígio comercial e social naquele parâmetro urbano local à época. A segunda sede seria em Cruzeiro do Sul (MENEZES E FERNANDES, 2005). Porém, a configuração geopolítica inaugural de 1904 permaneceu até o ano de 1912.

Deste modo, o Presidente Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923, gestão entre 1910 a 1914), através do Decreto nº 9.831 de 23 de outubro de 1912¹⁸¹ dividiu o Acre em 04 Departamentos. Portanto, além dos três pré-existentes, criou nesta ocasião o Departamento do Tarauacá, com sede em Seabra, atual município de Tarauacá, a partir de uma divisão do Departamento do Alto Juruá que buscou equilibrar aquela superfície de terras conjugada aos rios principais de acesso e circulação. Este novo Departamento continha os rios Tarauacá, Envira, Breu, Santa Rosa, Muru, Riosinho da Liberdade, entre outros.

Segundo Costa (2010), no ano de 1912 havia 05 (cinco) municípios no Acre. Eram o Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul; Tarauacá, com sede em Seabra; Purus, com sede em Sena Madureira; Rio Branco com sede em Rio Branco; Xapuri com sede em Xapuri. Segundo Costa (2010), na época do governo de Gabino Besouro, então Prefeito do Departamento do Alto Acre, houve a cogitação em transformar a gestão territorial em apenas duas prefeituras. A primeira seria a do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul e a segunda seria a do Alto Purus, com sede na *Villa Rio Branco*. Em 1920 foram extintos os Departamentos, configurando a única sede territorial em Rio Branco até o ano de 1962, quando foi emancipado a condição de Estado.

¹⁸⁰ O Alto Purús. Organ Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Sena Madureira, 16 de janeiro de 1910, Anno II, nº 101, pp. 1-2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

¹⁸¹ BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 9.831, de 23 de Outubro de 1912. Reorganiza a Administração e a Justiça no Território do Acre.** Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9831-23-outubro-1912-517045-republicacao-99539-pe.html>. Acesso em 25 de jan. de 2020.

Figura 55 – Divisão política do território federal do Acre em 1912.



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Atlas Geográfico Ambiental do Acre. Rio Branco: IMAC, 1991

Cabe destacar a peculiaridade no estabelecimento da rede de cidades e ocupação urbana. Ao caso amazônico, em específico ao Acre, é impossível tratar os assentamentos humanos dissociados de uma realidade protagonista da geografia física e dos modos de vida construídos a partir desse meio. Os rios e a floresta foram e são os agentes propiciadores das dinâmicas e lógicas de ocupação territorial. O desenho do Acre, em especial a linha geodésica, se colocou como oblíqua aos eixos dos meridianos e paralelos. Se colocou transversal à rede fluvial ali existente, em uma tentativa de estabelecer comunicações entre aqueles rios que correm paralelamente, no sentido sudoeste-nordeste.

A particularidade nessa constituição está no “protagonismo das águas” que à época da exploração da borracha eram os meios de acesso a esse lugar. Os rios passaram a ter esse lugar determinista porque estiveram associados aos interesses de quem ali explorou nas subidas, descidas e represas. Ficaram represados também nos discursos amazonialistas que forjaram e ainda se cultuam as ideias de memória, de identidade e de cultura associadas às águas. O equilíbrio da divisão departamental esteve associado às calhas navegáveis, bem como as suas denominações atribuídas quando houve a estruturação do Acre na incorporação ao patrimônio brasileiro. Cabe reafirmar aqui que não há uma perspectiva do determinismo geográfico. Esta dimensão física da natureza esteve associada a outras variáveis de ordem econômica e política

que culminaram, em período específico, a massiva ocupação e colonização das terras uwa'kürüanas.

Na sequência, são analisadas as origens e proposições urbanísticas dos assentamentos iniciais na organização fluvio-urbanística do Acre. Trata-se das cidades estruturadas nas margens dos rios que equacionaram o território acreano em sedes departamentais: Rio Branco, Tarauacá (antiga Seabra), Cruzeiro do Sul (antiga Juruá) e Sena Madureira, que emergiram como núcleos urbanos ainda no início do século XX. Cabe realçar a existência de Porto Acre, tão disputada entre brasileiros e bolivianos até a anexação do Acre ao Brasil, conforme assinalado no capítulo 3. Passou, desde então, a tangenciar o vetor de investimentos públicos para a estruturação dos núcleos urbanos originais. Outra cidade de vulto importante é Xapuri e, junto a esta, são destacadas também outros núcleos, elevados, à época, à categoria de vilas, subordinadas aos departamentos.

É importante destacar que as intenções formais e oficiais na estruturação do *front* do Território Federal do Acre não contemplavam apenas os gestos inaugurais e inventivos de novos assentamentos. Aliás, os planos urbanísticos nasceram, em muito, como instrumentos de controle urbanístico retificador, do disciplinamento das pré-existências. A periferalização, os modos de vida rural, ribeirinho, de seringais e de entrepostos comerciais, associados às práticas dos povos originários são permanências que coexistem, ainda que buscado o seu aniquilamento, nas tentativas de uma cidade oficial e formal, sob a aura da Defesa Nacional.

Aqui ainda cabem duas menções a dados importantes para a contextualização das realidades das nascentes cidades acreanas. O primeiro se refere ao mosaico social que envolvia os fluxos humanos na frenética economia da borracha. No boletim oficial O Alto Purus (1909), são relatados os dados censitários do ano de 1908 sobre a população da cidade de Sena Madureira, totalizando 2.137 habitantes. Destes, 1.947 eram brasileiros e 190 estrangeiros. Entre os nacionais, configuravam:

124 nascidos no Estado do Amazonas, 21 no Pará, 38 no Maranhã, 18 no Piauí, 1101 no Ceará, 110 no Rio Grande do Norte, 121 na Paraíba, 43 em Pernambuco, 15 em Alagoas, 23 em Sergipe, 10 na Bahia, 6 no Rio de Janeiro, 3 em São Paulo, 3 no Rio Grande do Sul, 15 em Minas Gerais e 276 no Território do Acre.

Dos estrangeiros eram 58 de Portugal, 7 de França, 1 de Suíça, 29 do Perú, 2 de Hespanha, 3 da Italia, 3 de Marrocos, 4 de Allemanha, 2 de América do Norte, 78 de Syria, 1 de Barbados, 1 de Colombia e 1 de Venezuela [*sic*]¹⁸².

Dos moradores, 69% era de origem do atual Nordeste, marcado pelos fluxos agenciados do Estado brasileiro com os governos locais, sobretudo no Ceará. Da população estrangeira se sobressaem os portugueses, em retorno circular amazônico no processo econômico da borracha desde os Oitocentos, bem como os sírios, que marcam o comércio das vilas e cidades, além do fluxo dos rios como regatões.

O segundo dado está registrado no mesmo documento oficial, ao informar na cidade de Sena Madureira, o quadro de profissionais que compunham o comércio, os serviços e o funcionalismo público. Entre eles constavam:

Magistrados da justiça local 8, da Federal 3, bachareis em direito 4, advogados provisionados 3, médicos 3, engenheiros 3, desenhistas 2, guarda-livros 5, padre 1, relejoeiros 2, alfaiates 5, machinistas 3, foguistas 8, empregados no commercio 34, músicos 14, cozinheiros 12, calafates 2, funileiros 2, pintores de casas 4, comerciantes diversos 48, carpintas e marceneiros 45, operários 116, pedreiros 9, typographos 4, tabellião 1, escrevente juramentado 1, escrivães 5, ferreiro 1, mecânicos 2, barbeiros 4, dentista 1, photographos 2, pharmaceuticos 3, officiaes do exercito 6, praças do exercito 26, funcionários públicos 14, e os mais são agricultores e occupam-se de outras profissões diversas [*sic*]¹⁸³.

Este rol é referencial para as outras realidades, marcadas por anseios e utopias modernizantes. A presença da ordem pela força jurídica e militar, do sanitarismo pelos serviços e profissionais ligados às ciências da vida, assim como mestres de ofícios ligados à alvenaria, pintura, ferro, carpintaria, marcenaria, entre outros, expressavam uma ansiada pluralidade de possibilidades para edificar (e sonhar) com uma sede urbana. Neste quesito, salientam-se os profissionais ligados à construção civil em madeira, marcados pela quantidade que ultrapassa quatro dezenas. Ainda que as projeções urbanas desejassem cidades modernas e em alvenaria, havia ali a inegável e cotidiana arte de edificar pelos conhecimentos, materiais e hábitos do habitar/especializar locais.

4.1. Os novos caminhos: ferrovias

A exploração da borracha fazia parte de uma lógica industrial que, naquele início de século, ainda se respirava com fervor e periferalização da força metropolitana das lideranças

¹⁸² O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Sena Madureira, 28 de fevereiro de 1909, Anno II, nº 53, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

¹⁸³ *Ibidem*.

européias e estadunidense. A região do Acre foi um ambiente de intensas disputas num curto tempo, sob forças imperialistas. Arrendamentos, companhias de cartas, possibilidades de colonização, casas aviadoras, expedições científicas e tantas outras forças marcavam a presença efetiva ou especulativa naquelas terras. Havia também as negociações internas com o governo do Amazonas e o central, no Rio de Janeiro, em busca de soluções integradoras: do escoamento de produção e do acesso aos bens de consumo material.

Conforme visto no capítulo anterior, já havia, durante o litígio, as proposições bolivianas para a construção de ferrovias, assim como se assentava nos escritos as ideias brasileiras, a exemplo da Transacreana trazida à tona por Euclides da Cunha. O fato é que, nem as proposições do calor do litígio, nem aquelas lançadas após o Acre ser incorporado ao Brasil, se efetivaram como uma prática da rede de transporte humano e, em especial, de cargas.

Neste cenário, foram identificadas algumas notas de fontes hemerográficas e da imprensa oficial do governo territorial sobre o objeto em tela. Uma das informações parte do requerimento assinado pelo Coronel Avelino Mendes Chaves e pelo engenheiro Mario de Andrade Ramos, endereçado ao Ministro de Viação, em 1912, no Rio de Janeiro. A solicitação foi rejeitada, apresentados diversos argumentos contrários ao pleito e, em especial, pelo destaque à incompatibilidade da proposição com a malha ferroviária do sistema de transportes proposto para a Amazônia através do Decreto nº2542 A, de 05 de janeiro de 1912. O pedido tinha a ideia de criação de um ramal que conectasse a cidade de Lábrea, no estado do Amazonas, com a Villa Rio Branco, sede departamento do Alto Acre, no Território Federal do Acre¹⁸⁴.

Uma segunda proposição partiu das associações comerciais de Belém, Manaus e locais, a exemplo da representação de Xapuri. A ideia estava baseada na construção da estrada de ferro em bitola estreita. Haveria dois ramais, um seguiria para Xapuri e outro para Sena Madureira, partindo da Villa Rio Branco. Mensurava-se que uma viagem à vapor, que duraria 40 dias, com o trem, duraria, no máximo, 5 dias. O apelo residia no sentido de vencer os desafios das secas e enchentes dos rios acreanos que marcavam, praticamente, todo o ano daquelas águas. Haveria também um fortalecimento para a emancipação política daquele Território Federal, o fortalecimento da economia naquele cenário definido como um “catyveiro dos rios [sic]”. A representação civil esteve amparada pelo pleito da Câmara dos Deputados e do

¹⁸⁴ O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Sena Madureira, 10 de novembro de 1912, Anno V, n. 218, p. 1. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Senado, dos representantes do governo estadual do Amazonas, junto ao então Ministro da Viação, Sr. Barbosa Gonçalves¹⁸⁵.

O Art.6º, II, do Decreto nº2543-A, de 5 de janeiro de 1911¹⁸⁶, diploma legal que propunha um plano de melhoramentos da Amazônia, dedicava, em suas letras sobre a integração de transporte na região do Acre, a ideia de que haveria uma

(...) construção de uma estrada de ferro que, partindo de um ponto conveniente da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, nas proximidades da foz do rio Abunan, passe por Villa Rio Branco e por um ponto entre Senna Madureira e Catay e termine em Villa Thaumaturgo, com um ramal para a fronteira do Perú, pelo valle do rio Purús.

Este plano não agradou a gestão do Prefeito do Departamento do Alto Juruá, sob a responsabilidade do Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, pois não contemplaria a região de Cruzeiro do Sul. Daí, as Associações Comerciais deste município e de Manaus, no estado do Amazonas, se reuniram e sob a representação pública do gestor apresentaram uma contraproposta realizada em 1912 pelo Engenheiro João Alberto Masô, na qual se incluía as terras (e a produção gomífera) da região do Juruá. A alegação estava na ideia de justa distribuição da produção e dos impostos, algo que findaria na concentração em Porto Velho, caso se mantivesse a ideia original contida no Decreto. Esta informação consta no Relatório enviado ao então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 1913¹⁸⁷.

O próprio engenheiro, que também exercia a função de Delegado no Departamento do Alto Juruá, João Alberto Masô, condenou o projeto lançado pelo Decreto da “Defesa da Borracha”. Dizia que o trecho entre a foz do rio Abunã e a Villa Rio Branco seria viável, porém os demais trechos teriam que enfrentar as águas dos diversos rios cortados, bem como trechos de terra firme que demandariam desmatamentos expressivos. Ademais, a inserção da Villa Thaumaturgo era ineficaz porque, ali, o caucho já havia desaparecido há anos e a ambiência era de “lugar sem vida”. A particularidade das subidas e descidas das águas dos rios acreanos

¹⁸⁵ O Alto Acre. Orgam Oficial. Território do Acre. Estados Unidos do Brasil. Ano X, nº21, Redação e Oficinas Praça 25 de setembro. Senna Madureira, 25 de março de 1917, Problemas acreanos, p. 1. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

¹⁸⁶ BRASIL, República Federativa do. Decreto nº2543-A, de 5 de janeiro de 1911. Estabelece medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e da mangabeira e a colheita e beneficiamento da borracha extrahida dessas arvores e autoriza o Poder Executivo não só a abrir os créditos precisos á execução de taes medidas, mas ainda a fazer as operações de crédito que para isso forem necessárias. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2543-a-5-janeiro-1912-577797-publicacaooriginal-100726-pl.html>. Acesso em 14 de fev. de 2020, [sic].

¹⁸⁷ O Cruzeiro do Sul. Orgam Oficial. Território Federal do Acre. Departamento do Alto Juruá. Anno IX, n.323, Cruzeiro do Sul, 8 de fevereiro de 1914. Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, Prefeito do Departamento do Alto Juruá, ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e negócios interiores, relativo ao 2º semestre de 2013, p. 1. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

exigiria a necessidade de baldeações para vencer as suas calhas, possivelmente com travessias de embarcações, ou estruturas altas que pudessem permitir o tráfego daquelas embarcações em períodos de enchentes. O profissional chamava a atenção de núcleos urbanos que ali existiam que, sequer, a linha os tocaria: Cruzeiro do Sul, Senna Madureira, Seabra, Xapury¹⁸⁸.

Em 15 de agosto de 1912 o então engenheiro e Delegado do Ministério da Agricultura no Território do Acre, Masô, enviou ao Prefeito de Senna Madureira, o Coronel Araripe, uma correspondência condenando a proposição da estrada de ferro decretal e apresentando uma contraproposta. O trajeto seria “partindo de Labrea passe Empresa, Xapury, Igarapé Banhia em linha recta Santa Rosa e Cruzeiro Sul com ral da Empresa para Senna Madureira [sic]¹⁸⁹”.

Ainda registra-se a proposta tramitada no Senado Federal, protagonizada pelo projeto do Senador Jorge de Moraes, representante do Amazonas. Sua proposição consistia na construção de uma estrada de ferro que conectasse Iutanahã, no rio Purus, até a região do Alto Acre, com costuras em Boca do Acre, Caquetá, Rio Branco (ou Empresa) e a cidade de Xapuri¹⁹⁰. Esta estrada conectaria Lábrea, no Amazonas, até o Acre. Havia a simulação, de uma distância desta cidade amazonenses até a localidade acreana de Caquetá, em navio à vapor de cinco milhas, duraria cinco dias a subida dos rios, enquanto pela linha férrea duraria apenas 12 horas e meia. Havia um explícito desejo de incorporação daquelas rotas futuras às praças amazonenses. Era dito, no boletim oficial O Alto Purús¹⁹¹, que

A região atravessada por essa estrada, que tão grandes vantagens trará para o Amazonas, e especialmente para a praça commercial de Manaus, é inteiramente habitada e productora de gomma elástica.

Isso seria bastante para demonstrarmos a utilidade de uma tal viação, que é, além do mais, de útil e vantajoso, a arteria de aço por onde ha de correr para Labrea todo o ouro negro das Prefeituras do Acre e do Purús, em tempo de verão.

¹⁸⁸ O Cruzeiro do Sul. Orgam Oficial. Território Federal do Acre. Departamento do Alto Juruá. Anno IX, n.365, Cruzeiro do Sul, 9 de julho de 1914, Delegacia do Ministério da Agricultura no Território do Acre. Relatório apresentado ao Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1912, pelo Delegado, Engenheiro João Alberto Masô (continuação), p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

¹⁸⁹ O Alto Purus. Projecto de Estrada de Ferro ao Território do Acre. Senna Madureira, 01 de setembro de 1912, Anno IV, nº256, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

¹⁹⁰ O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Anno II, nº52, Senna Madureira, 5 de setembro de 1909, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

¹⁹¹ O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Estrada de ferro de Lábrea ao Acre. Anno V, n.224, Senna Madureira, 22 de dezembro de 1912, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

As elucubrações de ferrovias ocorreram em duas frentes. Uma, motivada essencialmente pelas ideias modernizantes e revolucionárias do transporte advindo das indústrias. A segunda, mediante tal realidade, era despertada pela iminente realidade lindeira ao Território Federal do Acre, na contrapartida brasileira da assinatura do Tratado de Petrópolis (1903). Seria construída a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, com obra iniciada anos depois da firma tratadística.

4.2. Os seringais, vilas e as cidades sedes departamentais

Os rios acreanos, especialmente o Acre, Purus, Muru, Envira, Tarauacá e Juruá estavam massivamente explorados pelas empresas seringalistas no início do século XX. Estes cursos d'água tinham uma ocupação extrativista desde o acesso pelo Amazonas até as altas terras, próximas às cabeceiras, tomados por sucessivos loteamentos da floresta. A densidade de seringais e outras propriedades ao longo dessas águas é surpreendente. Observou-se, em uma cartografia de 1905, dois recortes amostrais num quadrante de 100km em cada um deles. Na região do rio Acre, foram identificadas 72 unidades ali com denominadas, entre o Território Federal do Acre e o estado do Amazonas, na área dividido pela linha geodésica oblíqua (vermelho), no trecho entre Floriano Peixoto (atual município de Boca do Acre, no Amazonas, ao norte) e Bagé (sul). No segundo exemplo, já no rio Juruá, ao norte do atual estado do Acre, foram identificados 44 estabelecimentos ligados à extração de látex, no trecho compreendido entre o Seringal Valparaíso (norte) e a Villa Thaumaturgo (sul).

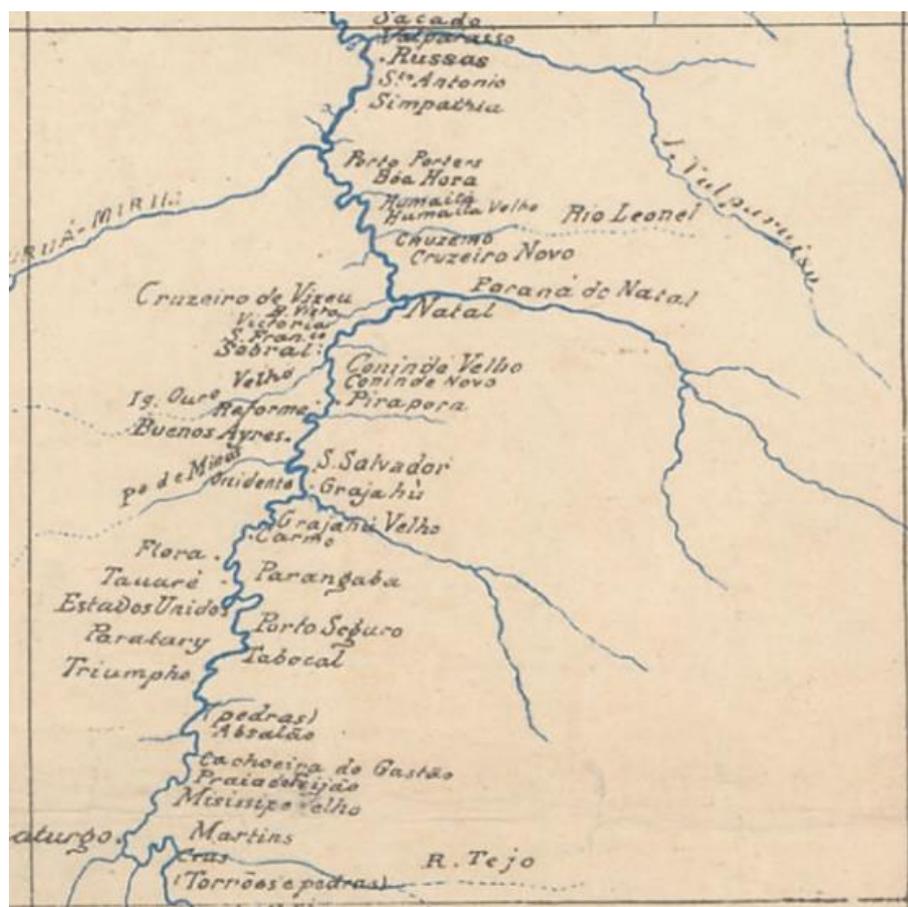
Figura 56 - Detalhe do rio Acre na Carta do Território Nacional do Acre e parte da Amazônia



Fonte: Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – MMRE, del Gobierno del Perú, Lima¹⁹². Data: 1905.

¹⁹²Carta do Território Nacional do Acre e parte da Amazônia, organizado no Ministério das Relações Exteriores de acordo com os mais recentes reconhecimentos geográficos. Elaborado por Euclides da Cunha, engenheiro. Impressão: Imprensa Nacional. Escala 1:1540.000. Data: 1905. Código: BR2-103. Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – MMRE, del Gobierno del Perú, Lima.

Figura 57 - Detalhe do rio Juruá, da Carta do Território Nacional do Acre e parte da Amazônia



Fonte: Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – MMRE, del Gobierno del Perú, Lima¹⁹³. Data: 1905.

Além destas intervenções primitivas ligadas a uma lógica capitalista e, de certo modo, amparada e estimulada pelo estado brasileiro, houve a efetivação e emancipação de alguns desses núcleos extrativistas e de atividades complementares, a exemplo de entreposto comercial, para a criação de vilas e, por conseguinte, cidades. Para tanto, faz-se necessário salientar que a constituição da rede fluvio-urbana do Território Federal do Acre, oficializada pelo governo brasileiro, não se deu apenas pela instalação de suas cidades sedes dos Departamentos, que são objetos de análise deste capítulo da tese. Foram criadas também as villas. Havia vários objetivos na constituição desses núcleos. A criação de novas intendências na estruturação político-administrativa; o fortalecimento de assentamentos pré-existentes com a dotação de infraestrutura e regramento; a dotação de núcleos em ambientes salubres e o apoio logístico no escoamento de produção e no abastecimento de víveres e utensílios da vida

¹⁹³Carta do Território Nacional do Acre e parte da Amazônia, organizado no Ministério das Relações Exteriores de acordo com os mais recentes reconhecimentos geográficos. Elaborado por Euclides da Cunha, engenheiro. Impressão: Imprensa Nacional. Escala 1:1540.000. Data: 1905. Código: BR2-103. Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – MMRE, del Gobierno del Perú, Lima.

doméstica dos seringais, entre outros pontos, criaram importância nas políticas de administração territorial. Mais que isso, percebe-se que a criação das vilas estava alinhada com as demandas das empresas e dos seringalistas, de modo a fortalecer aquela prática extrativista que se encontrava em seu ápice.

Por exemplo, o Decreto nº 31, de 3 de maio de 1906, do Departamento do Alto Juruá, criou duas Villas. A primeira, no rio Tarauacá, com o nome de Andrada, no rio Tarauacá, em homenagem a José Bonifácio de Andrada e Silva, recebeu tal axiotoponímia. A justificativa se deu pelo caráter do “patriarca da independência, cientista consagrado e patriota immortal¹⁹⁴”. A segunda foi criada à margem do rio Envira, nas terras do Seringal Porto Alegre, sob o nome de Feijó. Esta axiotoponímia tem origem na homenagem política a Antonio Feijó, “o braço forte da Regência do Império, que evitou nessa época a desagregação da Nacionalidade brasileira¹⁹⁵”.

Outra constituição urbana esteve registrada na Villa Thaumaturgo, próxima aos limites com o Peru, notada ainda nesse período. Assim foram tantas outras, com início ainda na primeira década do século XX. Em 01 de janeiro de 1907 foi criada a Vila Seabra, na foz do rio Muru, dentro do Departamento do Alto Juruá¹⁹⁶. No Departamento do Alto Acre, constava Xapuri, à montante da capital Villa Rio Branco, elevada à Vila ainda em 1904, com uma ocupação pulsante e consolidada, em comparação aos demais núcleos urbanos da época, sendo praticada como cidade já em 1905 (GUERRA, 1955). Constata-se, ainda, Porto Acre, ocupada pelos bolivianos e, posteriormente, acirrada a disputa, a partir de 1899, com os brasileiros. Ao que parece, de um posto alfandegário e militar e sedes efêmeras de governos, entrou em declínio e abandono naquela reestruturação do território, já sob o poder brasileiro. Permaneceu por décadas pertencente a Rio Branco. No Departamento do Alto Purús constava a Vila Cahayté.

É importante salientar o uso civil indiscriminado para denominar porções territoriais de glebas particulares para o uso agrícola, a exemplo de Villa Bela¹⁹⁷, Villa

¹⁹⁴ DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. **Decreto nº31 de 3 de maio de 1906. Cria duas villas – uma no rio Tarauacá e outra no Embira** In: O Cruzeiro do Sul, Órgão do Departamento do Alto Juruá. Território do Acre. Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 30 de junho de 1906, Anno I, nº8, p. 3, [sic]. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

¹⁹⁵ *Ibidem*, [sic].

¹⁹⁶ O Cruzeiro do Sul. Orgam Oficial. Território do Acre. Brasil. Juruá, p. 2. Vila Seabra. Inauguração. Cruzeiro do Sul, 3 de fevereiro de 1907. Anno II, n. 30. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

¹⁹⁷ O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Anno II, n.86, Senna Madureira, 3 de outubro de 1909, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Barreira¹⁹⁸ e Vila Grasiella¹⁹⁹, ambas no subúrbio da cidade de Senna Madureira. Ainda na primeira década do século XX configuravam estes novos batismos das unidades parcelares. Não se confundem, portanto, com as criações das unidades urbanas com estrutura mínima político-administrativa para a gestão departamental.

Albuquerque (2015b) chama a atenção sobre as constituições dos ordenamentos das sedes departamentais no Território do Acre. O autor explicita a incompatibilidade dos planos urbanísticos modernizantes impostos a uma realidade em que ninguém se falava de cidade. O ambiente era de floresta, rios, seringais e aldeamentos indígenas em sucessivas extinções. Evidencia, portanto, a estranheza do tema àquela realidade dos assentamentos humanos.

Souza (2018) constata que as tentativas de disciplinamento das cidades em criação, com a instituição embrionárias de Códigos de Postura, ou normatização urbanística através dos Decretos Departamentais e, acrescenta-se a isso os próprios planos urbanísticos, não vingavam nem para as próprias obras públicas. O autor apresenta um quadro decadente de edificações de uso do governo departamental que contrariava o regramento de intervenção, uso e ocupação do solo urbano. A precariedade daquelas estruturas era um contraponto à norma, estreada como letra morta. Na sequência, são tratadas as proposições urbanísticas de ordenamento territorial das cidades daquele emergente Território Federal brasileiro.

Xapuri

Segundo Guerra (1955), Xapuri tem origem a partir de um povoado boliviano pré-existente, denominado *Mariscal Sucre*. Já em 1904 transformou-se em Vila, componente do Departamento do Alto Acre e recebeu o nome que permanece até os dias atuais: Xapuri, em função do rio homônimo que deságua no rio Acre. Exatamente na confluência desses rios a cidade se consolidou. Entre as cidades criadas nos primeiros anos do Território Federal do Acre, Xapuri foi a única que não se efetivou como sede departamental. Houve especulações para a transferência da sede do governo do Departamento do Alto Acre, o qual permaneceu vinculada até 1920, para as suas terras, sem qualquer efetivação.

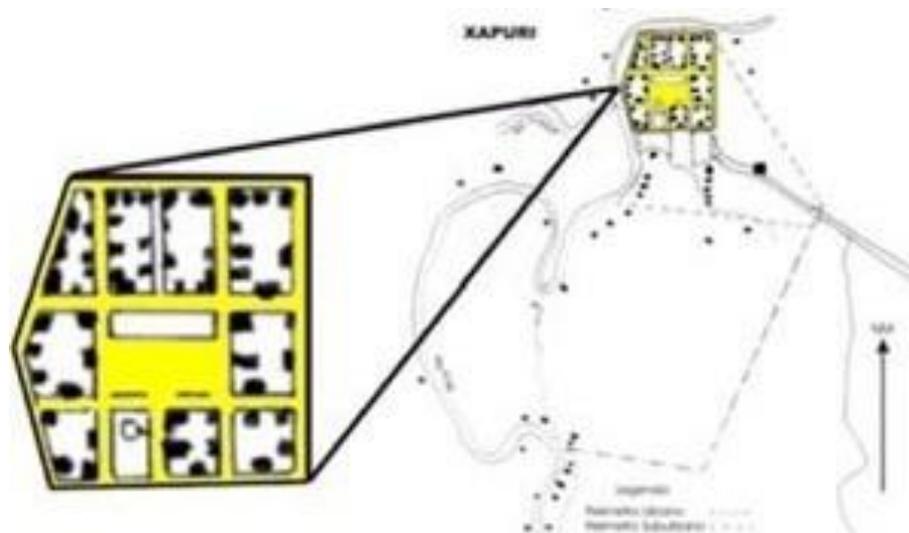
Na declaração do Estado Independente do Acre proferida por Plácido de Castro em 1902, esta cidade funcionou como sede deste governo. Em 1905, já constava como status de

¹⁹⁸ O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 25 de fevereiro de 1911, Anno III, n.14, Actos Oficiaes, Actas do Prefêito. p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

¹⁹⁹ O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Anno II, n.91, Senna Madureira, 7 de novembro de 1909. Editaes, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

cidade. Em 1912, através do Decreto Federal nº9.831 de 23 de outubro, tornou-se a sede administrativa do município homônimo (GUERRA, 1955).

Figura 58 - Planta da cidade de Xapuri, ainda da década de 1900 (reconstrução).



Fonte: Costa e Amorim (2007). Data: s/d.

Segundo Costa e Amorim (2007),

Xapuri foi a primeira capital do estado e teve planta idealizada pelo engenheiro militar Gastão Lobão em 1903, fortemente marcada pelo traçado reticulado que foi delineado praticamente in situ, nas quadras que já estavam ocupadas por ordem de Plácido de Castro, militar que comandou a Revolução Acreana.

De acordo com Guerra (1955), o crescimento e a ocupação da cidade não ocorreram de acordo com o plano urbanístico. Entretanto, não houve maiores prejuízos já que a topografia planialtimétrica do lugar era favorável às construções que se seguiam alinhadas. O Coronel de Arma e Infantaria Raphael Augusto da Cunha Mattos, foi o prefeito nomeado para a Prefeitura do Departamento do Alto Acre entre 1904 e 1905. Em seu relatório de governo, apontou para o interesse de construir a sede de seu governo em Xapuri, por gozar de maior salubridade aquela região. Porém, houve a instalação nas terras do Seringal Volta da Empreza que, logo, se tornou a Villa Rio Branco. Este desejo de instalação da sede departamental ocorreu também pelo seu sucessor o Dr. José Marques Acauã Ribeiro (COSTA, 2010; ACRE, 2002b; RIBEIRO, 1906).

Xapuri recebeu obras públicas, ainda que precariamente, com a limpeza dos rios e retirada dos balseiros e aberturas de estradas terrestres, por exemplo. A cidade possuía no início do século XX comércios e serviços, além da existência de profissionais que ali se instalavam para criar um fervor proto-urbano (COSTA, 2010). Esta cidade se configurava como uma das mais prósperas naquela realidade local. Gozava de comércio, serviços, órgãos públicos,

atividades de lazer e entretenimento, entre outras dinâmicas que a diferenciava diante daqueles outros núcleos ribeirinhos.

Senna Madureira

Sabe-se que até 1904 esteve na foz do rio Caeté, pertencente ao estado do Amazonas, uma sede de funcionamento da administração do Acre, na área abrangente dos Rios Purus e Iaco, correspondente ao atual município de Sena Madureira (O. DIAS, 2014). Porém, a presença estruturada do Estado brasileiro nesse município se deu a partir da constituição do Território Federal do Acre. Este ente federativo foi criado como sede do Departamento do Alto Purus. Foi fundado em 25 de setembro de 1904, pelo General Dr. José de Siqueira Menezes, na margem esquerda do rio Iaco.

A sua posição estava alinhada à antiga fronteira geodésica Beni-Javari entre o Brasil e a Bolívia e, a partir de então, na divisa com o estado brasileiro do Amazonas. Segundo registro no Jornal *O Alto Purús* (1908)²⁰⁰, havia na área, até a instalação mínima da unidade administrativa territorial, apenas densa floresta. Já no ano de 1904, tinha havido o desmatamento e destocamento para a limpeza do terreno para receber a sede departamental. A sua axiotoponímia está relacionada a homenagem ao Coronel do Exército Brasileiro, Antonio Senna Madureira²⁰¹, que participou da Guerra do Paraguai.

Atribui-se como marco construído inaugural da cidade, a partir da presença federal do Governo brasileiro mediante a instalação do Território Federal, a edificação “de uma pequena e modestíssima barraca, aberta inteiramente aos ventos e coberta de folhas de palmeira, como é de uso na região²⁰²”. Nesta estrutura ocorreram os primeiros despachos jurídicos e administrativos sob o controle do Estado brasileiro com a instalação mínima para as atividades territoriais. Ocorreu inclusive a lavra de criação de *Senna Madureira* que se confunde com a

²⁰⁰ O Alto Purús. Organ Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Anno I, nº2. Senna Madureira, 1 de março de 1908. Matéria: Senna Madureira. A capital do Departamento. pp. 1-2. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

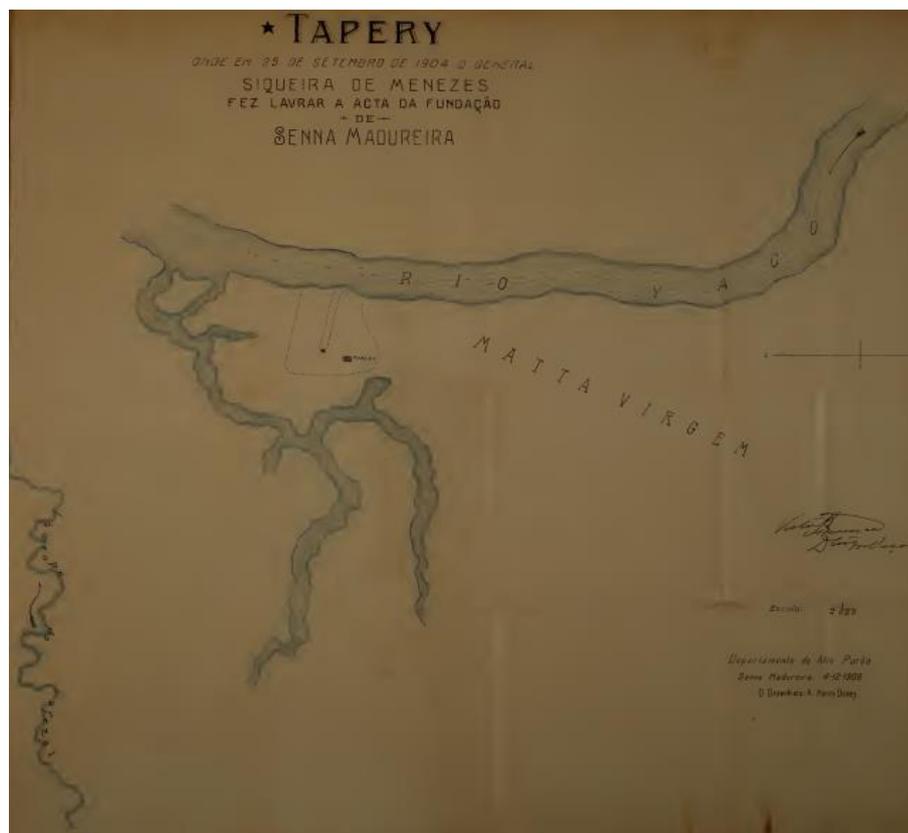
²⁰¹ Agência de Notícias do Acre. Sena Madureira comemora 114 anos de fundação com avanços em todas as áreas. Publicado em 25 de setembro de 2018. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/sena-madureira-comemora-114-anos-de-fundacao-com-avancos-em-todas-as-areas/>. Acesso em 29 de jan. de 2020.

²⁰² O Alto Purús. Organ Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Anno I, nº2. Senna Madureira, 1 de março de 1908. Matéria: Senna Madureira. A capital do Departamento. p. 2, [sic]. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

data de criação do Departamento do Alto Purus, conforme explicita O. Dias (2014). O núcleo do assentamento que originou a cidade também foi chamado de Vila Tapery²⁰³.

Em Relatório de Governo do Departamento do Alto Purus apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 1909, consta uma planta topográfica sob a autoria do Desenhista Augusto Henry Doney, datada de 04 de dezembro de 1908, que situa o marco edificado, na ocasião, identificado como uma barraca em madeira de 4m x 4m, ou “papery”, considerada tosca pelo Prefeito Marianno. O lugar de instalação da cidade era conhecido como *Foz do Caheté*, ou *Cayaté*. Esta barraca foi substituída por um marco em madeira esculpido e gravado com datas importantes para aquele contexto geopolítico como um marco zero daquela cidade (MARIANNO, 1909).

Figura 59 - Tapery onde em 25 de setembro de 1904 o General Siqueira de Menezes fez lavrar a acta de fundação de Senna Madureira.



Fonte: Marianno (1909, anexos)²⁰⁴.

²⁰³ O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre, Anno II, n.85, Senna Madureira, 26 de setembro de 1909. Senna Madureira, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁰⁴ Tapery onde em 25 de setembro de 1904 o General Siqueira de Menezes fez lavrar a acta de fundação de Senna Madureira. Data: 14/12/1908. Autoria: A. Henry Doney. Escala 1/2000. 1fl. In: MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908**. Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 (anexos). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Curiosamente nesta planta, entre os representados localiza-se um igarapé com ramificações, à esquerda, e a área de “matta virgem”. A esta denominação inventiva, bem como da notícia do boletim informativo oficial anteriormente citado, ao dizer que existia apenas a floresta fechada, colocam a ideia de fundação de Sena Madureira pela pré-existência “indevassada”. Esteve, portanto, sob a iminência do gesto criador. A sua cidade se contrastava com aquela “monotonia da matta intermina” e inaugurava o ato civilizatório de uma cidade “em plena selva” (MARIANNO, 1909, p. 34, [sic]). O intuito era de elevar a um status de vida intensa moderna” e equiparar a “raças mais cultas e adeantadas” (*Idem*, p. 35, [sic]).

Dias (2014) alerta para os silenciamentos e apagamentos das populações originárias, das empresas seringalistas ali instaladas anteriores à construção do tapiri, entre outros fatos que denotam as pré-existências humanas diante do Estado brasileiro auto posicionado como protagonista. Percebe-se a aproximação com a ideia da floresta enquanto deserto, tão vivido naquilo que Le Goff (1989) ensina, sobre a suposta ausência da civilização, da política, do Estado, do capitalismo e, em especial, da ausência da alma e de Deus, a partir do Cristianismo.

O plano urbanístico para Sena Madureira

Uma segunda planta componente dos anexos do Relatório de Governo de Marianno (1909), denominada de “Planta da Povoação Sena Madureira levantada em 25 de setembro de 1905”, consta a pontuação de algumas ocupações numa lógica espacial anterior à implementação do rigor cartesiano da planta urbanística elaborada em 1904. Sob a autoria do Desenhista Henry Doney, ocorreu o levantamento em 01 de setembro de 1909, durante a gestão do Prefeito do Departamento do Alto Purus, Dr. Cândido José Marianno. O desenho apresenta um caminho sinuoso que corre paralelo ao rio Iaco, interceptado por dois outros caminhos que dele se ramificam para a interiorização da ocupação.

Vê-se uma área representada por uma textura que alude ao desmatamento, clareiras e vegetação de capoeira que circunda tais vias de pedestres, enquanto a área identificada como “matta virgem” se distancia da margem do rio. Percebe-se, ainda, a identificação de algumas construções, todas mapeadas por nomes próprios. Perfazem um total de 9 imóveis, somados ao tapiri fundador e ao posto fiscal que já constava nessa época. Vê-se, portanto, um estágio anterior à aplicação efetiva do disciplinamento urbanístico.

Figura 60 - Planta da povoação de Senna Madureira levantada em 25 de setembro de 1905.



Fone: Marianno (1909, anexos)²⁰⁵.

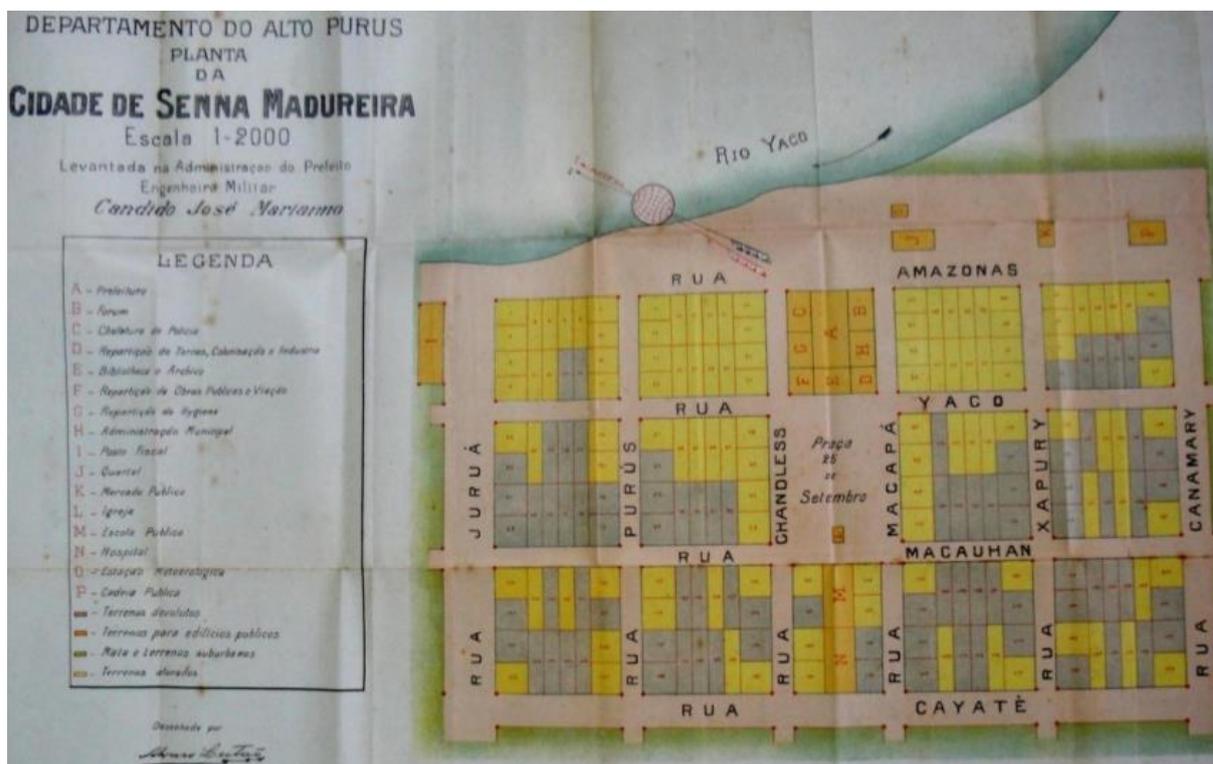
Em 1906 foi desenvolvida a Planta da Cidade de Senna Madureira em 1906, na margem esquerda do rio Iaco, sob a responsabilidade do levantamento na administração do Prefeito Engenheiro Militar Candido José Marianno. Foi chancelado pelo 1º Subprefeito do Departamento, o Major Alvaro Leitão. O desenho consistia em 14 (catorze) quadras em formas retangulares, numa malha ortogonal de 10 (dez) vias urbanas. Havia um desenho de um espaço central marcado, em parte, pela quadra com a concentração de equipamentos urbanos: Prefeitura; Fórum; Chefatura de Polícia; Biblioteca e Arquivo; Repartição de Terras, Colonização e Indústria; Repartição de Higiene e a Administração Municipal.

Outra parte foi constituída por uma quadra de uso misto: público e privado, com a colocação de Hospital e de Escola Pública. Ainda se constata outra parte foi marcada pelo espaço público livre, alternado entre as massas construídas, representado pela Praça 25 de setembro, finalizada pela previsão de uma igreja. Essas três divisões marcam, conjuntamente, um eixo que estruturou um desenho central cívico-administrativo que segue até a calha fluvial. Ainda pela orla do rio Iaco, um pouco mais dissociado da concentração urbana, por questões

²⁰⁵Planta da povoação de Senna Madureira levantada em 25 de setembro de 1905. Autoria: Desenhista Augusto Henry Doney. Data: 01.09.1909. Escala: 1/2000. 1fl. In: MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908.** Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 (anexos). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

sanitaristas, de logística, de segurança e de metodologia de aferição dos fenômenos da natureza, foram posicionados o Quartel, o Mercado Público, Cadeia Pública e a Estação Meteorológica. Ademais, consta-se no seguimento da borda d'água o Posto Fiscal²⁰⁶, o que denota, para este último equipamento, o controle do fluxo terrestre e fluvial.

Figura 61 - Planta da cidade de Senna Madureira, em 1906.



Fonte: Imprensa Nacional (anexos), 1909, na Fundação Biblioteca Nacional In: O. Dias (2014).

Os lotes urbanos foram classificados em três categorias: 16 (dezesseis) terrenos para edifícios públicos, incluindo a igreja, de propriedade privada, neste rol; 119 terrenos aforados e 88 terrenos devolutos. Perfaziam um total de 223 lotes. Possuíam um desenho mais próximo ao quadrado nas testadas das vias perpendiculares ao rio e que corriam paralelas entre si e apresentam vocação aos usos comerciais e de serviços. Já os demais lotes, no interior das quadras, possuíam testada estreita que, pela hierarquia viária e das dimensões de cada terreno, eram destinados ao uso habitacional. O perímetro urbano era definido por áreas de matas e terrenos suburbanos.

²⁰⁶ Planta da Cidade de Senna Madureira. Autoria: Alvaro Leitão. Data: 1906. Escala: 1/2000 In: MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908.** Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: O.DIAS, Joana de. **A carruagem vira jerimum: controvérsias da produção do espaço e tempo urbanos em Senna Madureira no início do século XX.** Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre – MDR/UFAC. Rio Branco, 2014. 137 f.

A proposição não representou os corpos e cursos d'água, especialmente os igapós e igarapés, bem como a topografia planialtimétrica não consta nos desenhos. Esta planta funcionava como documento orientador e disciplinador para as construções que ali se alicerçavam. As denominações dos logradouros públicos têm diversas origens, embora Marianno (1909) tenha registrado em seu Relatório a intenção da homenagem geográfica. Foram hidrotopônimos: Avenida Cafezal, Avenida Acre, Rua Yaco etc. Constituíram também historiotopônimos: Praça 25 de setembro; corotopônimos: Avenida Brazil, Praça Cearense, Rua Piauí, Rua Maranhão. A cidade contava com médicos, engenheiros e desenhistas, entre os profissionais que compunham a equipe de servidores públicos.

Entre as informações consultadas, destaca-se, por fim, a “Planta Geral da Cidade de Senna Madureira”, de 1908 (MARIANNO, 1909). Houve um aumento expressivo da malha urbana, que segue contígua à proposta em 1906, com quadras e lotes em formas regulares quadriláteras e malha viária ortogonal. Cresceu no sentido oposto ao rio Iaco, em busca da interiorização. Os lotes não foram representados pelo *status* jurídico de seu uso, propriedade e posse. Configuram pela etapa de obras do processo de urbanização e foram classificados em três categorias: edificadas, destocadas e em mata.

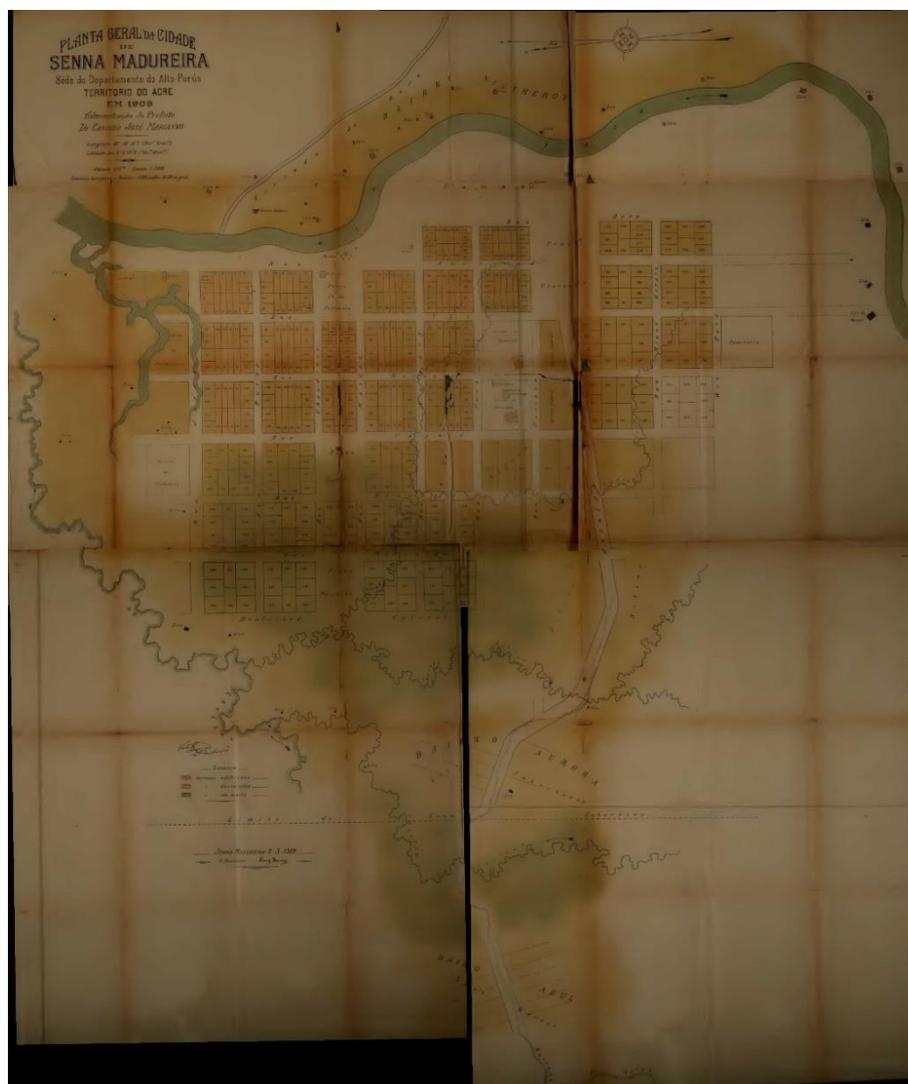
Há também uma hierarquia socioespacial em função das atividades econômicas exercida no solo daquele município. Daí, surgem os limites entre as zonas urbana com 565 lotes todos aforados, suburbana e rural. Segundo consta no Relatório de Governo de Cândido Marianno (1909), o plano da cidade foi reelaborado numa área de 107.000.000m². Percebe-se o avanço das informações da planta para a outra margem, a direita, do rio Iaco. Já expunha a ligação terrestre, com proposições de estradas que conectassem ao Departamento do Juruá (ao norte) através da conexão com o rio Purus, pela Estrada do Juruá e ao Departamento do Acre (ao sul), para a “Villa Rio Branco”, pela Estrada do Acre, através da margem direita do rio Iaco²⁰⁷.

A planta assume um caráter inacabado, porque a cidade é um canteiro de obras, ao menos nas ideias especulativas dos governantes da época e que constam nos documentos oficiais. Há partes com desenhos genéricos de quadras e incompletos ou que se encontram com e se sobrepõem aos cursos d'água, bem como às matas, sem qualquer precisão e circunscrição.

²⁰⁷ Planta Geral da Cidade de Senna Madureira. Sede do Departamento do Alto Purus. Território do Acre. Data: 25/09/1907. Escala 1/2000. Autoria: A. Henry Doney In: MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908.** Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Seguem denominações superficiais e impessoais a exemplos de campo e sítio, novas quadras ou de usos efêmeros, dedicados a uma ocupação temporária aos terrenos da Comissão. A este caso se trata das atividades e assentamento da Comissão de Obras Federais do Território do Acre. Era composto por atividades de controle e execução das obras públicas, a exemplo de escritório, oficina e um barracão, além de uma edificação em construção. Havia o desenho de 04 praças: 25 de setembro, Natal, Parrahyba e Cearense, Além do Boulevard do Cafezal. Constata-se a ânsia pelo aformoseamento da cidade, pelo embelezamento dos espaços públicos livres e o ajardinamento. É a negação da floresta para dar lugar a uma outra natureza, sob o controle do engenho humano.

Figura 62 - Planta Geral da Cidade de Senna Madureira em 1907.



Fonte: Marianno (1909, anexos)²⁰⁸.

²⁰⁸Planta Geral da Cidade de Senna Madureira. Sede do Departamento do Alto Purus. Território do Acre. Data: 25/09/1907. Escala 1/2000. Autoria: A. Henry Doney In: MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça**

Ao que se propagava em imagem de cidade, ainda em 1909, era de modernidade e ordenamento, seja pelos serviços de entretenimento de “café, sports e bilhares”, seja pelo encanto das cobertas das casas em “ruberoid”²⁰⁹, em telhas cerâmicas tipo “Marselha”, em “asbestos”²¹⁰ ou em “cavacos”²¹¹ de madeira baseados na experiência do Sul do país, especialmente praticada no Paraná, ou em “zinco”, entre outros exemplos²¹². Segundo Marianno (1909), a cidade recebeu diversos benefícios materiais: abaulamento das vias, criação de drenos e sarjetas para facilitar o escoamento das águas pluviais nas vias públicas, aterro de brejos, construção de pontilhões, criação de pasto de gado, limpeza urbana, retificação, abertura e ampliação de ruas, construção de um novo cemitério mais afastado da povoação, aquisição de terras para a instalação de uma Fazenda Modelo, entre outras benfeitorias. Houve a arborização urbana das principais vias, com espécies frutíferas trazidas de outras partes do Brasil: tamarineiras, abricoteiros, mangueiras e sapotizeiros.

Em 1908 a cidade já contava com todas as suas 10 ruas abertas, niveladas e drenadas, com 1 (um) boulevard e 3 (três) praças, além de uma grande avenida. Havia a previsão de abertura de outras 8 (oito) novas ruas e 3 (três) praças. Havia atividades de comércios e serviços em funcionamento: farmácia, oficinas, padaria, açougue, além de sala de espetáculo e 1 (uma) igreja católica. A cidade vivia a iminência da chegada de iluminação pública à petróleo, voltada para as praças e ruas e da instalação do Fórum e do Tribunal de Apelação. Serviços Públicos já faziam parte da realidade daquela cidade, a exemplo da existência de quatro Escolas Públicas de Ensino Primário, Prefeitura, Mercado Público. Nas áreas circunvizinhas, havia a prática da agricultura para o abastecimento local. Já à época, se defendia Sena Madureira como a sede do governo territorial do Acre diante de sua unificação, dado o prestígio de sua estrutura político-administrativa e judiciária, pela posição geográfica e controle urbano e social

e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908. Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 (anexos). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁰⁹ Material à base de borracha que funciona como uma manta impermeabilizante utilizada sob a coberta das edificações.

²¹⁰ Material que dá origem às telhas de fibrocimento.

²¹¹ Peças de madeira cortadas em lâminas retangulares, sobrepostas na coberta em escamas.

²¹² O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Anno II, nº84. Sena Madureira, 19 de setembro de 1909. Dr. Candido Marianno, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

que se propagava pela índole dos que ali viviam e pela prosperidade que se desfrutava (MARIANNO, 1909)²¹³.

No início da década de 1910, Sena Madureira já possuía cinema, teatro e praças que marcavam a vida urbana. Possuiu também, a partir de 1914, bondes à tração animal. Eram diversos vagonetes: Apurinã, Uianamaris, Aruaque, Cassianãs, que corriam sobre trilhos. A empresa, de iniciativa particular, funcionou sob o nome de “Purús Ferro-carril”. Esta cidade gozava de um espírito que a colocava sob a identificação da “Rainha do Acre” (VITAL, 2019; ORTIZ, 2010; MAIA, 1978). Várias construções arquitetônicas foram executadas. Foram buscados gestos modernizantes do refinamento da marcenaria e da carpintaria, a exemplo das construções dos chalés e palacetes.

Simultaneamente, permaneciam a rusticidade, o uso das técnicas e outros saberes locais utilizados em obras públicas e privadas. Segundo o “Regulamento das terras do patrimonio da cidade de Sena Madureira e das construções e reconstruções dentro do perímetro urbano”, no capítulo III (MARIANNO, 1909, anexos) havia a obrigação da obediência das construções dentro do prazo de 1 (um) ano, do regramento da “esthetica architectonica”, com a proibição de caiação ou pintura simples na cor branca e a obrigação de uso de cores nas fachadas das casas voltadas para o logradouro público.

Figura 63 - Vagonete Cassianãs, em Sena Madureira.



Fonte: <http://senamadureira.blogspot.com/2010/10/historia-ii-purus-ferro-carril.html>. Data: s/d, provavelmente na década de 1910.

²¹³ O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Anno I, nº2. Sena Madureira, 1 de março de 1908. Matéria: Sena Madureira. A capital do Departamento, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Figura 64 - Inauguração do Hospital de Caridade.



Fonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro²¹⁴. Data: s/d, atribuída entre 1905 e 1911.

Figura 65 - Fachada da Cadeia Pública.



Fonte: Marianno (1909, anexos).

²¹⁴ Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Coleção Fotografias Avulsas; data atribuída entre 1905 e 1911. Código: R_RJANRIO_O2_0_FOT_00480_36. Disponível via: <https://br.pinterest.com/pin/737183032725381582/>. Acesso em 29 de jan. de 2020.

Figura 66 - Palacete da Residência do Prefeito do Alto Purus.



Fonte: Marianno (1909, anexos).

Figura 67 - Membros da expedição em janeiro de 1913 em Sena Madureira.



Fonte: FIOCRUZ, 1992.

Figura 68 - Vista geral da cidade de Sena Madureira.



Fonte: Revista Fon-Fon!, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1913. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - FBN, Rio de Janeiro.

Figura 69 - Vista Geral de Senna Madureira, em 1913.



Fonte: Revista Fon-Fon!, 8 de novembro de 1913, ano VII, n.45, FBN.

Ao analisar as obras públicas e com o apoio dos governos em Sena Madureira, em especial o lançamento da pedra fundamental da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a inauguração do Mercado Público, O. Dias (2014, p. 60) tem uma precisão cirúrgica em suas críticas. Há um encontro fundamental com esta tese quando a autora diz que

(...) os enunciados sobre a ‘fundação’ da cidade de Senna Madureira e a ‘inauguração’ de seus espaços públicos estão imersos em um processo de

‘invenção’ de um lugar por meio de narrativas que na maioria das vezes fariam crer nesta cidade como ‘o melhor lugar para se viver na Amazônia’, caso a ‘mania’ de invisibilizar contradições e conflitos fosse traduzida em enunciados do tempo presente.

A bióloga relaciona às sucessões ações do poder público que buscam o gesto criador com a negação do estado pretérito em função do novo. Buscou uma analogia a uma das frases utilizadas com um veio propagandístico do Acre como “o melhor lugar para se viver na Amazônia”, proferido pelo ex-governador estadual Binho Marques, do PT, quando esteve à frente do Governo do Acre entre 2007 e 2011.

Juruá

Até 1904, a área que hoje se reconhece como município acreano de Cruzeiro do Sul era chamada de “Centro Brasileiro”, denominação atribuída a um seringal ali existente, sob a posse do Senhor Antônio Marques de Menezes, adquirido, posteriormente, pela União. Foi fundado em 28 de setembro de 1904 e constituído como uma Vila. Posteriormente, em 31 de maio de 1906, foi transformada em cidade. Em 23 de outubro de 1906 tornou-se sede homônima municipal de Cruzeiro do Sul (GUERRA, 1955; IBGE, s/d).

A sua denominação inicial dentro das políticas oficiais do Estado brasileiro, adveio da hidrotoponímia Juruá, quem vem da palavra indígena “Iurua” com o significado de “grande rio de boca larga” (SANTOS et al, 2014, p. 118), numa referência ao rio em que a cidade se originou. Ao nome oficial que até hoje segue, Cruzeiro do Sul, não se sabe ao certo o porquê deste batismo, porém se relaciona a uma alusão à constelação celestial homônima. Esta denominação astrotponímica já constava no Art. 3º do Decreto nº 9.831 de 23 de outubro de 1912²¹⁵, responsável pela reorganização política e institucional do Território Federal do Acre.

Na região existiam cerca de 49 grupos indígenas entre as etnias do tronco linguístico aruaque (arwak ou aruak). Entre elas, estavam os araruaas, os catukinas, curimas. No processo de ocupação motivado pela exploração da borracha, lá foram identificados os povos nauas, amahuacas, jaminauas, e caxinauás, entre outros. Especialmente os nauas tinham uma grande ocupação ao longo do rio Juruá. Em meados do século XIX, a região curso d’água já era

²¹⁵ BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 9.831, de 23 de Outubro de 1912. Reorganiza a Administração e a Justiça no Território do Acre.** Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9831-23-outubro-1912-517045-republicacao-99539-pe.html>. Acesso em 25 de jan. de 2020.

marcada pela presença exploratória de viajantes brasileiros, peruanos e de outras nacionalidades na região²¹⁶.

Em 1904, após a anexação do Acre ao Brasil em 1903 e a instituição do Território Federal nesta área, foi criado o Departamento do Alto Juruá, com sede municipal em Juruá, atual município de Cruzeiro do Sul, através do Decreto Federal nº1.181 de 25 de fevereiro de 1904. À época correspondia às áreas das regiões desta localidade, como também as do atual município de Tarauacá. O Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo foi o primeiro prefeito nomeado pelo Presidente da República para a administração departamental. Antes do Centro Brasileiro, a sede departamental do Juruá se instalou na foz do rio Môa. Porém, por condições julgadas adversas à época, julgadas *in loco*, foi decidida a transferência. Em fins do século XIX e início do século XX há várias tentativas de ocupação e consolidação dos peruanos na região, o que reforçou a necessidade de Defesa e de ocupação militar com a criação de um Departamento²¹⁷.

Entre todos os municípios acreanos, é o que apresenta o relevo com maior variações, marcado pelas ondulações constantes, especialmente na área, à margem esquerda do Rio Juruá, onde a cidade foi instalada. Tem vários cursos d'água (igarapés) que estão situados no perímetro urbano: Boulevard, Linha de Tiro, telégrafo e Baixa da Égua (GUERRA, 1955).

O plano urbanístico para a cidade de Cruzeiro do Sul

Para a consolidação do sistema de Defesa e do uso das Forças Armadas do governo brasileiro para a gestão administrativa e política da região, foi elaborado um plano urbanístico a fim de fundar e consolidar a presença do Estado Nacional naquelas terras. Foi elaborado, sob o comando do Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, elaborado pelos Engenheiros José de Berredo, Manfredo Catenhede e o Engenheiro Civil e Alferes Suplício Cordovil. O plano, aprovado pelo Decreto nº35 de 11 de junho de 1906²¹⁸, previa a localização das residências e disposição no plano urbanístico e o desenho de biblioteca, usina de eletricidade e uma escola, entre outros equipamentos urbanos (COSTA, 2010) Thaumaturgo foi o primeiro prefeito do Alto Juruá e sugeriu não apenas a criação de uma cidade sede a partir de uma planta urbanística. Sugeriu também a criação de “colônias e granjas militares” para fortalecer as fronteiras. Era

²¹⁶ IBGE. **Cruzeiro do Sul-AC. Histórico.** s/d. Disponível via: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/acre/cruzeirodosul.pdf>. Acesso em 25 de jan. de 2020.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. **Decreto nº35 de 11 de junho de 1906. Aprova a planta geral da cidade de Cruzeiro do Sul.** Departamento do Alto Juruá In: O Cruzeiro do Sul – órgão do Departamento do Alto Juruá, 30 de junho de 1906, Anno I, n. 8, p. 3.

uma perspectiva de desenvolvimento para o assentamento e processo de ocupação, abastecimento, bem como uma perspectiva de defesa (ONOFRE, 1968).

A planta da cidade do Cruzeiro do Sul, já enunciada sob tal astrotoponímia, do Departamento do Alto Juruá foi elaborada em 1905 e aprovada pelo Decreto nº35 de 11 de junho de 1906²¹⁹. Segundo o Boletim Oficial O Cruzeiro do Sul, de 21 de outubro de 1906²²⁰, houve uma preocupação com a estética e a higiene. Havia a separação da cidade em 03 (três) zonas. A primeira, a zona urbana, com uma área de 9.901.350m², seria constituída por avenidas, ruas e 483 quadras com medidas de 100m x 120m de lateral, e lotes de 10m e 12m de testada e de 30m a 50m de profundidade. A zona rururbana teria 7.346.500m² de superfície, 127 quarteirões com 200m de lateral e lotes regulares de 50m x 100m. Entre a zona urbana e a rururbana haveria uma grande avenida circular de 100m de largura por 12,5km de extensão. A zona rural, destinadas às atividades agrícolas, teria 6.110.000m² de área, com lotes de 200m de fundo e haveria a separação entre eles com vias arborizadas.

A cidade possuiria um imenso Boulevard, denominado de Thaumaturgo, com 3km de extensão e 180m de largura, desde a orla do rio Juruá, até o seguimento do Igarapé Cruzeiro, que passaria a ser um arborizado, pavimentado e retificado Canal. Assim dividiria a cidade equilibradamente e criaria um eixo monumental e possuiria uma faixa em cada lateral de 40m de arborização, intercalada por uma calha de veículos de 20m de largura, além de um passeio de 5m. Todas as vias: pedestre e de automóveis, teriam fileiras de árvores ao longo de todo o percurso. Na foz do futuro canal, desaguado no rio Juruá, havia a previsão para a construção de um atracadouro de 100m x 40m para pequenas embarcações.

As avenidas teriam entre 40m e 80m de largura, igualmente acompanhadas por generosos passeios, faixas ajardinadas, calhas de veículos e arborização em renque. Foi projetada para um futuro de 200.000 moradores, numa proporção de 100m² por habitante. Há um destaque à presença da vegetação, entre praças, parques, horto botânico transformado em 1912 em campo de experiência agrícola²²¹, jardins, boulevard, calçadas e demais vias urbanas. Tratado como o coração da cidade, o Parque Rio Branco é o ponto central do desenho urbano e as arborizações, geometricamente propostas, estão presentes nos ambientes das zonas urbana,

²¹⁹ *Idem.*

²²⁰ O Cruzeiro do Sul. Órgão Oficial. Cruzeiro do Sul, 21 de outubro de 1906. Num.15, Anno I, p. 2. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²²¹ O Cruzeiro do Sul. Órgão Oficial. Departamento do Juruá. Matéria: Associação Agrícola. Cruzeiro do Sul, 11 de junho de 1912, Anno VIII, Num.208, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

rururbana e rural, por todo o plano. O objetivo está em embelezar e criar um “gasalho saudável e ameno” para a população.

A proposição megalomaníaca para um futuro de cidade superestimado, onde atualmente possui uma população total de 78.507 habitantes²²², marca o caráter inicial deste plano. Todavia, ao que se percebe na planta da cidade localizada no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro - AHEXB, no Rio de Janeiro, a proposição ali registrada se restringiu a parte do perímetro urbano inicialmente registrado. Vê-se, inclusive, um desenho inacabado dos arruamentos, quadras e lotes. Embora tenha mudado o zoneamento e a proporção, permaneceram os desenhos de quarteirões quadriláteros, malha urbana ortogonal com vias largas, canalização do igaparé do Cruzeiro e criação de um Boulevard lindeiro ao rio Juruá, além das praças, parques e jardins.

No “Relatório Annual de 1905”²²³, Gregorio Thaumaturgo de Azevedo relata a mudança drástica da planta da cidade inicialmente proposta em função das enchentes ocorridas naquele ano. As subidas das águas do rio Juruá fizeram inundar o igarapé que cortava o centro da cidade e atingiram os lotes e as construções lindeiras a esse curso d’água. Diante da catástrofe ocorrida, a proposição urbanística foi remodelada completamente pela Equipe de Engenharia do Departamento do Alto Juruá.

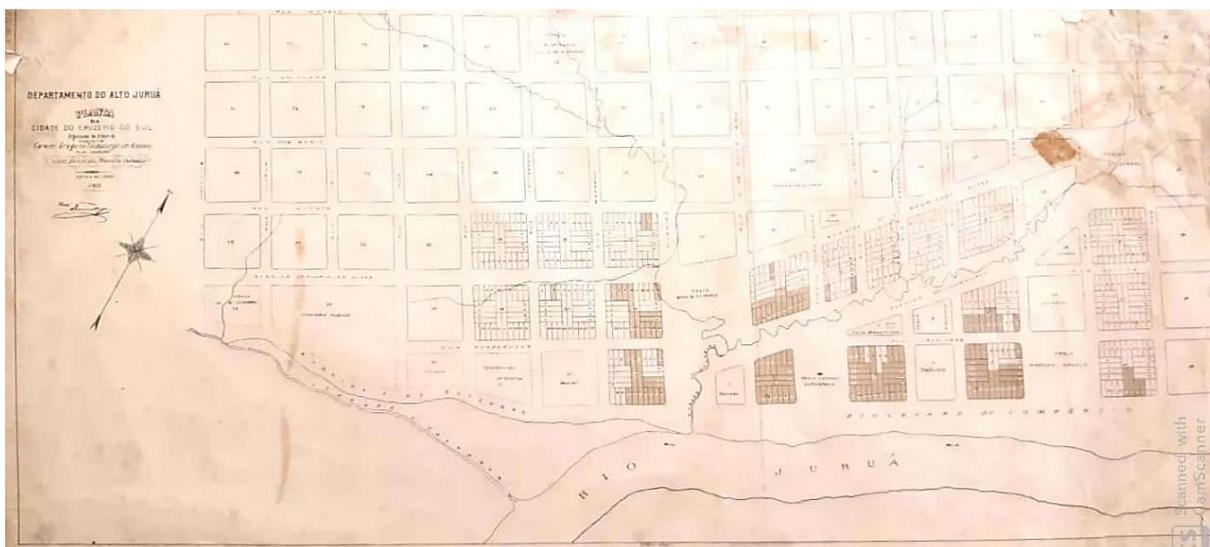
Das consequências dos fenômenos naturais do comportamento sazonal das águas fluviais em Cruzeiro do Sul, constata-se que a mudança proposta por Thaumaturgo de Azevedo corresponde à remodelação resultante na planta em destaque aqui na tese. No conteúdo gráfico e textual da planta da cidade são identificadas 92 (noventa e duas) quadras, sendo a maioria quadrilátera em laterais regulares, com exceção das que acompanharam a curvatura dos igarapés S. Salvador e do Cruzeiro. Cabe ressaltar a identificação desses e de outros cursos d’água na área da margem esquerda do rio Juruá, ainda que a maioria deles tenha sido desconsiderada na proposição, mesmo com o alerta do acontecimento recente. Houve, com isso, uma sobreposição das unidades urbanísticas: quadras e lotes às pré-existências dos aludidos elementos hidrográficos.²²⁴

²²² IBGE. Cruzeiro do Sul-AC. Panorama. Disponível via: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/cruzeiro-do-sul/panorama>. Acesso em 29 de jan. de 2020.

²²³ Relatório Annual de 1905 em 31 de dezembro de 1905, sob autoria de Gregorio Thaumaturgo de Azevedo *In*: O Cruzeiro do Sul. Território do Acre. Brazil. Amazonia. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 7 de julho de 1906, Num.9, Anno I, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²²⁴ Planta da Cidade do Cruzeiro do Sul. 1905. Autores: Engenheiros José Berredo e Manfredo Cantanhede, impresso, colorido, com nota explicativa, com seta norte, papel canson telado, dimensões: 73cm x 35,5cm. Série Norte, Subsérie Acre. Nº008, C.28. Localização: 11.02.2708. Arquivo Histórico do Exército Brasileiro – AHEX, Ministério do Exército. Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Figura 70 - Planta da Cidade do Juruá (atual Cruzeiro do Sul)



Fonte: AHEX, Rio de Janeiro-RJ. Data: 1905.

A malha urbana, portanto, se apresenta ortogonal, num desenho que se opõe à topografia planialtimétrica do sítio o que marca outra desconsideração da geografia física local. As quadras, parcialmente desenhadas por lotes longilíneos de pouca dimensão na testada, que variam entre 19 e 29 unidades por quarteirão, são intercaladas com um desenho esquemático para futuros loteamentos e por espaços públicos livres. São os jardins e as praças, algumas já adquirido o nome, a exemplo das Praças “Vizconde de Rio Branco”, “Marechal Argollo”, “Barão de Rio Branco”, “28 de setembro”, “da Glória” com a previsão da instalação de uma Igreja Católica, ‘Almirante Júlio de Noronha’. Axiotoponímias, hagiotoponímias e historiotoponímias, numa redundante evocação às patentes militares e personagens, datas cívicas e históricas e do poder religioso católico estruturadores que inventam aquele lugar. Outras quadras foram dedicadas a receber outros serviços urbanos: Quartel, Cadeia, Dependências do Hospital, Hospital, Fórum e Biblioteca, Cemitério Público, Mercado, Prefeitura, Usina de eletricidade e Escola.

Muitas vias que correm perpendiculares ao rio Juruá, correm em igual posição em relação às curvas de nível, acentuando a declividade das ruas e avenidas ali projetadas e, posteriormente, consolidadas. Correndo por toda a margem esquerda do rio Juruá, segue uma grande via, denominada inicialmente de Avenida 7 de setembro e, na sequência, de “Boulevard do Commercio”. Percebe-se o desenho numa busca de comunicação direta com o rio, ao criar uma orla que dispõe de boa parte dos equipamentos urbanos lindeiros a essas águas. Por uma questão de logística no que se refere ao transporte e abastecimento (o Mercado), de sanitário

e salubridade (o Cemitério e Hospital associados a um jardim isolante e quebra-vento), constata-se uma comunicação íntima com as águas do Juruá numa lógica de zoneamento urbano.

Um outro apontamento cabe na questão do desenho urbano relacionado a uma imagem de cidade sob a ordem do poder executivo: a Prefeitura e Judiciário: o Fórum. Especificamente, por estar sob o novo regime do governo federal direto, percebe-se o desenho para afirmar tal ordem e poder a partir da presença militar. O Quartel e a Cadeira funcionam, conjugados às praças e vias que os monumentalizam, uma paisagem sob controle e presença do Estado brasileiro.

Em relação à toponímia, percebe-se tanto nas praças quanto nas vias urbanas, homenagens aos povos originários amazônicos, com os etnotopônimos: “Rua Mundurucus”, “Rua Cachinoás”; axiotopônimos a partir dos políticos envolvidos na constituição do Território Federal do Acre e no Departamento do Alto Juruá: “Avenida Dr. Rodrigues Alves”, “Avenida Dr. Thaumaturgo” e “Avenida Lauro Muller”; hidrotopônimos: “Rua Embira”, “Rua Tarauacá”; historiotopônimos com datas importantes para a histórica local e nacional: “Avenida 7 de setembro”, “Rua 17 de novembro”; hagiopônimo: “Praça da Glória”. Contata-se, nestas exemplificações, a busca patriótica de afirmação de uma presença e poder pelo Estado brasileiro. As imagens e os nomes criam uma redundante invenção de Brasil. Ainda assim, salientado pela hierarquia viária, se percebe o etnocentrismo marcado pelas denominações das avenidas aos vultos políticos enquanto as ruas estivessem batizadas com os nomes dos povos originários e de seus rios.

É necessário sublinhar a existência expressiva de espaços públicos livres nessa proposição. Ao mesmo tempo em que a vegetação nativa e densa, bem como as suas águas dormentes e correntes eram condenadas a um patamar de enfermidade, a cidade nascia por uma proposição modeladora do verde. Praças, jardins e bulevar surgiram numa proposição de ajardinamento, aformoseamento, embelezamento, higiene, assim como numa imagem de modernidade. Percebe-se que ao longo do rio e de alguns trechos de igarapés foram lançadas vias largas. Constata-se também a existência de praças e outras áreas livres a existirem como elementos de arremate às instalações monumentais das edificações de uso público e coletivo. Os espaços públicos livres na cidade do Juruá alcançariam um patamar de importância fundamental paisagística e do uso cotidiano deste lugar.

Sobre a atuação de Thaumaturgo em Cruzeiro do Sul na fundação e estruturação da cidade, Onofre (1968, p. 31 [*sic*]) diz que

(...) e modesta barraca, dirigira o complexo de obras, desde a planta da cidade à construção de edifícios públicos, expedição dos colegas, engenheiros militares, a levantar ou corrigir a cartografia dos afluentes do Juruá e obras urbanas, além da organização da justiça, da instrução pública e de tudo mais que exigiria a ‘urbs’, importando, até pelas prementes necessidades chalés desmontáveis, encomendados nos Estados Unidos. É obra sua, benemérita a ligação das estradas com os municípios ou vilas criados (depois entregues ao reflorestamento seivoso, espontâneo da natureza amazônica, após o seu regresso ao sul, para grandes cargas) no Distrito Federal. Homenagearam-no, dando-lhe o nome à ‘Villa Taumaturgo’, amigo da cultura, cuidara de fundar a Biblioteca Pública, escolas, o Fórum.

Desta citação, cabem alguns comentários ainda não tecidos. O primeiro está na expansão terrestre de Cruzeiro do Sul ao abrir as picadas e varadouros que, posteriormente, deram origem a distritos e municípios, numa realidade em que o rio monopolizava os caminhos de deslocamentos. O segundo ponto se dá na importação de edificações em madeira. É sabido que não só Cruzeiro do Sul, mas também outras cidades acreanas consumiam tais construções que vinham em embarcações. Os chalés, segundo Costa e Amorim (2007), funcionou como uma arquitetura eclética, advinda de materiais pré-cortados dos portos de Manaus e de Belém. Maia (1978, p. 26) especifica outra origem dessas obras arquitetônicas, ao afirmar que

foram construídos com material vindo quase todo da Europa, utilizando-se, da região, apenas os esteios e o travejamento. Ainda hoje o senhor poderá ver esses velhos barracões, com paredes e assoalhos de pinho de Riga e cobertura com telha de Marselha, importada da França.

L.Ortiz (2001), ao estudar a arquitetura da Amazônia boliviana, apresenta uma semelhança na prática amazônica da arquitetura do início do século XX, especialmente compartilhada entre a Bolívia, o Peru e o Brasil. É exatamente onde o Acre se situa nesse trânsito cultural. Exemplifica com a arquitetura urbana na cidade boliviana de Cobija, capital do Departamento do Pando, fronteira com o Brasil, com os municípios acreanos de Epitaciolândia e Brasileia. A arquitetura apresentada por L.Ortiz (2001) é tratada como um aspecto identitário dessa região amazônica associada às temporalidades e fatos compartilhados nessa tríplice fronteira, ao mesmo tempo em que é associada a vultos cosmopolitas, enveredados pelo ecletismo e pela arquitetura vitoriana.

Figura 71 - Edificações em madeira com cobertas em telhas metálicas no centro de Cobija, Bolívia.



Fonte: L.Ortiz (2001).

Figura 72 - Cruzeiro do Sul no início do século XX



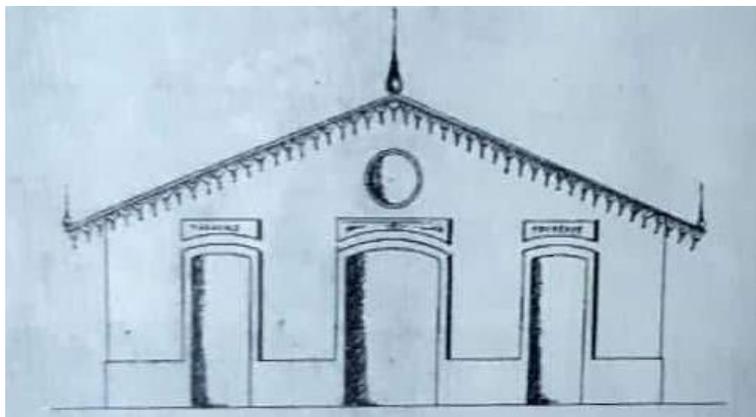
Fonte: Arquivo Nacional do Brasil, s/d²²⁵.

A arquitetura tipo chalé foi praticada em diversas partes do mundo. Vasconcelos (2008), Mestre em História da Arte Portuguesa, analisa a arquitetura balnear de Póvoa do Varzim, cidade componente da Área Metropolitana do Porto, no norte de Portugal. Entre as tipologias edificadas e de atividades, apresenta os teatros, com as características de “Theatros de Madeira”, ou “barracão-theatro”, associados aos usos estivais, já datados do último quartel

²²⁵ Vista de Cruzeiro do Sul, Acre, início do século XX. Arquivo Nacional do Brasil. Fundo Afonso Pena. Referência: BR_RJANRIO_ON_0_FOT_0017_015Disponível via: <https://br.pinterest.com/pin/840554717939516661/>. Acesso em 27 de jan. de 2020.

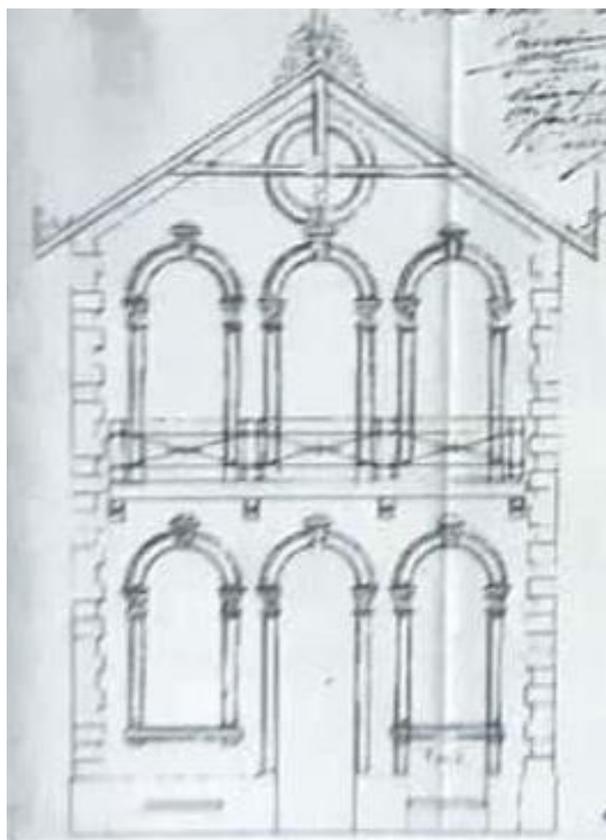
do século XIX. Por exemplo, é destacado o “Projeto do Theatro Povoense”, com o desenho da “alçada” principal.

Figura 73 - Fachada do *Theatro Povoense*



Fonte: AMPV – Projetos de Obras Particulares, 1876 *In*: Vasconcelos, 2018.

Figura 74 - Projeto da *Casa Oceânia*.



Fonte: AMPV – Projetos de Obras Particulares, 1904 *In*: Vasconcelos, 2018.

Outro exemplo é a Casa Oceânia, uma Casa de Banhos Quentes, também localizada em Póvoa do Varzim. A edificação funcionou como banhos quentes no térreo e residência particular no pavimento superior. Apresentava riquezas construtivas como cimalkas com cilhares, mísulas, balcão, arcos plenos arrematados por ombreiras, capiteis e padieiras. Os

estabelecimentos comerciais também contemplavam hotéis. Existiam, portanto, trânsitos culturais que marcavam a arquitetura de veraneio portuguesa, com a arquitetura difundida na Amazônia internacional e gomífera em fins do século XIX e início do século XX. Havia outras comunicações com os países da Europa e os Estados Unidos da América que importavam as edificações pré-fabricadas.

Por fim, o terceiro ponto a ser considerado sobre a obra de Thaumaturgo foi a proposição de uma Biblioteca. Conforme Cardinal (2012) apresenta sobre o cosmopolitismo, modernidade e erudição que as cidades latino-americanas buscavam praticar em suas reformas urbanas no início do século XX, vê-se um avanço em Cruzeiro do Sul, diante das outras sedes departamentais. Bibliotecas, Museus, espaços de Memória, Conhecimento, Ciência entre outros, se faziam presentes em Buenos Aires, Rio de Janeiro, por exemplo. Nos confins ocidentais do Brasil, diante da possibilidade inventiva de um lugar, o gestor público aquilatou sua proposição ao destinar um centro de conhecimento e leitura àquela cidade que ainda estava por se instalar.

A proposição, conforme o Decreto nº30 de 21 de abril de 1906²²⁶, versa sobre a importância dos estudos formais à luz do espírito republicano, das coleções para a construção intelectual de todas as classes e a valorização dos temas amazônicos em seu acervo bibliográfico. E, analisado de maneira sistêmica à existência da escola, praças, boulevard e jardim, percebe-se uma preocupação sensível às questões intelectuais, educacionais formais e de lazer e entretenimento. Contudo, a maior parte desta cidade ideal, utópica adormeceu nas letras dos planos políticos. Adormeceu também no próprio desenho reduzido e inacabado da planta da cidade.

Rio Branco

A fundação da cidade de Rio Branco, atual capital do estado do Acre, a partir da intervenção do Estado brasileiro, decorreu da formação de um entreposto comercial para controle e logística do escoamento da extração do látex ao longo do rio Acre, rumo aos portos de Belém e Manaus. Data do último quartel do século XIX sua configuração inicial do espaço de trocas, controle e produção. Portanto, a sua edificação é simultânea a exploração das reservas naturais de seringueiras para a produção da borracha na Amazônia sul-ocidental brasileira.

²²⁶ DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. **Decreto nº30 de 21 de abril de 1906. Funda a Bibliotheca Publica do Departamento.** Departamento do Alto Juruá *In*: O Cruzeiro do Sul – órgão do Departamento do Alto Juruá, 30 de junho de 1906, Anno I, n. 8, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ.

Através dos rios Purus, Juruá e seus afluentes, várias pessoas, majoritariamente advindas do atual Nordeste brasileiro, ocuparam as terras altas para a exploração gomífera. Exerceram funções diversas nessa economia, desde as de seringueiros até as de seringalistas. Uma das atribuições fundacionais está relacionada ao cearense Neutel Newton Maia que, em 1882, fundou o Seringal Empresa (ou Empreza) que empreendeu os primeiros arruamentos da futura Rio Branco, na margem direita do rio Acre (GUERRA, 1951).

Cabe informar que junto ao Empreza estavam outras propriedades: Volta da Empreza, poliotoponímia e geomorfotoponímia associada ao meandro do rio Acre e Nova Empreza, sob este cronotopônimo e poliotopônimo, na outra margem (a esquerda) do mesmo rio. Todos eles trazem em suas origens toponímicas a ideia colonial da ocupação exploratória das riquezas minerais, animais e, no caso específico, da flora com as seringueiras. Ideias estas ratificadas com as corridas impulsionadas pelas forças imperialistas predatórias diante das novas sedes de matérias primas, agora para alimentar as metrópoles industriais.

Após a anexação definitiva do Acre ao Brasil a partir do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903 e a divisão das terras em três Departamentos, contempla-se, agora, nestes escritos, os fragmentos de informações do terceiro Departamento a ser analisado. Trata-se do Alto Acre, com a capital Rio Branco. Além da exploração dos seringais, houve também a instalação de bodegas para o comércio. Em 1903, o assentamento foi o *locus* da Revolução Acreana e passou a ter também uma ocupação militar. O núcleo foi elevado à categoria de Vila em 22 de agosto de 1904 e denominado de Volta da Empresa. Em 07 de setembro desse mesmo ano foi designado como sede provisória do Departamento do Alto Acre, passando a ser denominado de Villa Rio Branco.

A sede governamental e a ocupação urbana inicial permaneceram na margem direita do rio Acre até 13 de junho de 1909, quando foi fundada a Villa Penapolis na margem esquerda do referido rio, nas terras do Seringal Empresa. Para Brugnara (2018), o barracão do Seringal Volta da Empresa foi o elemento físico-estruturador do processo de urbanização. Neste mesmo sítio há leituras lutuosas, seja pelos confrontos bélicos que os tornaram como um “cemitério nacional”, conforme apregoa Tocantins (1988), ou por causa da fama do rio Acre como “campeão da morte” pelas tragédias humanas na extração da borracha daquele período de fins do século XIX e início do século XX (FIOCRUZ, 1992).

O Decreto nº 9.831 de 23 de outubro de 1912²²⁷ elevou Rio Branco à categoria de cidade, quando passou a ser denominada desta forma. Esta axiotoponímia está relacionada à homenagem ao ilustre diplomata responsável pelas negociações brasileiras e anexação definitiva do Acre ao país junto aos países fronteiriços, o Barão de Rio Branco. Em 01 de outubro de 1920, por meio do Decreto Federal nº 14.383 de 01 de outubro de 1920²²⁸, foi extinto o Departamento do Alto Acre e unificado todo o Território, consolidando Rio Branco como a única capital territorial. O Acre tornou-se estado em 1962 pela Lei Federal nº 4.070 de 15 de junho²²⁹, após intensas tentativas denominadas de Movimento Autonomista iniciados seus intentos ainda na instauração do Território Federal e consolidada a força emancipatória na década de 1950 (GUERRA, 1951, 1955; FRANCA, 2009).

O que era de fato o urbano em Rio Branco até a primeira década do século XX?

Convém, de partida, ressaltar que ali havia diversos grupos indígenas cuja organização socioespacial pretérita pouco se conhece. Nesse sentido, preciosa é a contribuição da Arqueologia na Amazônia, fundamental para o conhecimento mais aprofundado sobre os grupos sociais e seus modos de vida. Centenas de formas geométricas decorrentes do manejo da terra nessa macrorregião, denominadas geoglifos, evidenciam a complexidade e densidade das civilizações que ocupavam essa porção do ambiente amazônico hoje legitimada como Acre, conforme já discutido no capítulo 1.

Outros estudos que também merecem aprofundamento são os dos caminhos pré-cabralinos que alinhavam essas estruturas, permitindo especular sobre fluxos sociais, econômicos, culturais entre os povos originários e a rever a complexa ideia de fronteira em se tratando de uma zona híbrida que ultrapassa o território dos atuais países Brasil-Bolívia e Peru. Deste modo, o capítulo 2 se debruçou na compreensão dos sentidos múltiplos dos vazios e das inexistências para esta região.

²²⁷ BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 9.831, de 23 de Outubro de 1912. Reorganiza a Administração e a Justiça no Território do Acre.** Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9831-23-outubro-1912-517045-republicacao-99539-pe.html>. Acesso em 25 de jan. de 2020.

²²⁸BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 14.383, de 1º de Outubro de 1920. Reorganiza a administração e consolida as disposições sobre a justiça no Território do Acre.** Rio de Janeiro: 1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14383-1-outubro-1920-505535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

²²⁹ BRASIL, República Federativa do. **LEI Nº 4.070, DE 15 DE JUNHO DE 1962. Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências.** Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4070.htm. Acesso em 27d e jan. de 2020.

Curioso constatar que, antes da instalação da chegada das populações agenciadas pelo Estado brasileiro na economia gomífera, conforme visto na obra de Guerra (1955) e nos Relatórios de Governo do Coronel Raphael Augusto Cunha Mattos (1905) e de Acauã Ribeiro (1906), havia a presença de gado boliviano e uma economia do criatório que envolvia parte do atual solo acreano. É também sabida a existência da Estrada Iaco-Acre, atual Avenida Ceará, que à época interligava Rio Branco a Sena Madureira, sob outras denominações e estado físico, ancestralmente aberta e acessada. Nesta tese há a proposição para a contribuição na compreensão do processo de formação desse território e da sua cidade capital à luz dessas e de outras informações que permitem relativizar a narrativa recorrente de uma zona vazia, ao evidenciar a ocupação densa por seringais nativos, somente “devassada” com a chegada das populações do atual Nordeste, no fim do século XIX.

Cabe destacar, ainda, que o assentamento que deu origem à cidade decorreu de uma série de condicionantes dialeticamente importantes: do ambiente rural relacionado à extração e comercialização da borracha, da precariedade das estruturas físicas das casas e das ruas em suas articulações com uma trama de varadouros que as ligavam às diversas propriedades e áreas de extração gomífera, bem como suas vinculações com os caminhos traçados pelos nativos ou pelos vizinhos bolivianos envolvidos com a economia da pecuária. E, destaca-se, aquilo que é de maior relevância: a presença e o protagonismo das águas e das florestas.

A formação da cidade de Rio Branco data do último quartel do século XIX e nasce informal, precariamente, com traçado orgânico, sem plano, o que expressa a condição do improvisado desses primeiros tempos de ocupação adventícia. Só a partir da criação do Território Federal do Acre, em 1903, e do primeiro Plano Urbanístico elaborado na gestão de Acauã Ribeiro, em 1905, é que houve um investimento público para melhoramento, consolidação e aperfeiçoamento desse ambiente urbano inicial. Antes das referidas intervenções expressivas, já havia assentamentos que configuravam bairros, a exemplo de “Canudos” e da “Rua África²³⁰”.

Entre os escritos consultados e analisados (RIO BRANCO, 2013; GUERRA, 1955; FRANCA, 2009; COSTA, 2010, por exemplo), é consenso a ideia de um núcleo inicial espontâneo e orgânico de ocupação não planejada até 1909, quando o então Prefeito Gabino

²³⁰Sobre esta denominação, vale a pena destacar a presença das populações afrodescendentes, apesar da invisibilização e de seu silenciamento em diversas narrativas de formação do Acre e, especificamente, de Rio Branco. No livro de Fernandes (2012), há uma evidência a essa rua com a denominação de “Africana” entre os bairros do Quinze e Seis de Agosto, na atual capital acreana, ainda em 1911.

Besouro desenvolveu o que seria o primeiro plano urbanístico denominado de Pennapolis para expansão do tecido urbano na margem esquerda do rio Acre. Porém, em pesquisas no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Acre – IPHAN-AC – do qual o autor foi funcionário do quadro técnico como Técnico/Arquiteto – constatou-se no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG desenvolvido para estudos de proteção da área central histórica de Rio Branco (IPHAN-AC, 2012) o registro de um plano urbanístico anterior.

Corresponde à área que atualmente é denominada de Segundo Distrito, portanto, na margem direita do rio Acre. Trata-se de um plano urbanístico para consolidação da sede governamental da Villa Rio Branco protagonizado pelo político Acauã Ribeiro, datado de 1906, que permite rever a compreensão do processo de formação do urbano em Rio Branco e formular novas hipóteses para narrativas historicamente constituídas que acabaram ganhando estatuto historiográfico.

A escolha da Capital Departamental do Alto Acre do recém criado Território Federal do Acre causou controvérsia. Rio Branco rivalizou com Xapuri, pois segundo o então Prefeito Cunha Mattos (1905) esta última gozava de condições ambientais melhores para a efetiva instalação e funcionamento da sede do governo do que Rio Branco - mais quente, insalubre e pestilenta conforme observado em seu discurso apresentado no Relatório da Prefeitura do Departamento do Alto Acre (MATTOS, 1905, p. 3)

Como já conhecesse pessoalmente as terras banhadas pelo rio Acre e estivesse, portanto, habilitado a fazer juízo seguro de respectivo clima que é o mais insalubre possível, a partir da capital federal tinha em mente constituir em Xapury a sede do meu governo, pois allí se fazem sentir com menos intensidade as febres de mão caracter, o beri-beri e outras enfermidades que tanto dizimam a população do Acre [*sic*].

Após acomodação já na Villa Rio Branco, o Prefeito relatou sua constatação e reafirmou o interesse de mudança de sede, ao dizer que “infelizmente e a despeito das providencias tomadas para que menos insalubre se tornasse esta localidade, a malária e o beri-beri não nos abandonaram um só dia e cada um que passava era mais um que me convencia da mudança de sede do governo para o Xapury” (*Idem*, p. 4 [*sic*]). Essa condição insalubre não se restringia às Villas Rio Branco e Xapury, mas a toda região do atual estado do Acre. A umidade, o calor excessivo e as inundações sazonais dos rios, condições próprias do ambiente amazônico, eram desafios imensos para a Medicina e ao conceito e prática de Higienismo da época. Além disso, as pestes que assolavam o Brasil como um todo àquela altura estavam longe de serem controladas por uma Medicina de vertente miasmática. Futuramente se tornaria uma prática

microbiana. Assim, as doenças que assolavam o ambiente rural e de floresta fugiam dos limites técnicos do controle sanitário disponíveis à época e naquele contexto.

Outro aspecto importante a ser destacado no discurso oficial da história de Rio Branco, que também permeou o imaginário coletivo, é a associação do processo econômico da borracha à ideia de alavanca de uma suposta opulência, pujança e riqueza nesse estado. Como entreposto comercial na cadeia de produção, circulação e consumo da seiva decorrente de um sistema extrativista, as interfaces dessa macrorregião do atual Acre com o mercado externo se dava exclusivamente via Manaus e Belém. Estas metrópoles amazônicas enriqueceram ou, pelos menos, deixaram vestígios materiais mais opulentos de sua condição de partícipes da economia da borracha. Em Rio Branco, ao contrário, predominou a não-opulência material e os vestígios dessa economia no mercado local nos registros fotográficos até 1910 da capital acreana demonstram tratar-se de casas, barracões, bodegas e demais estruturas edificadas.

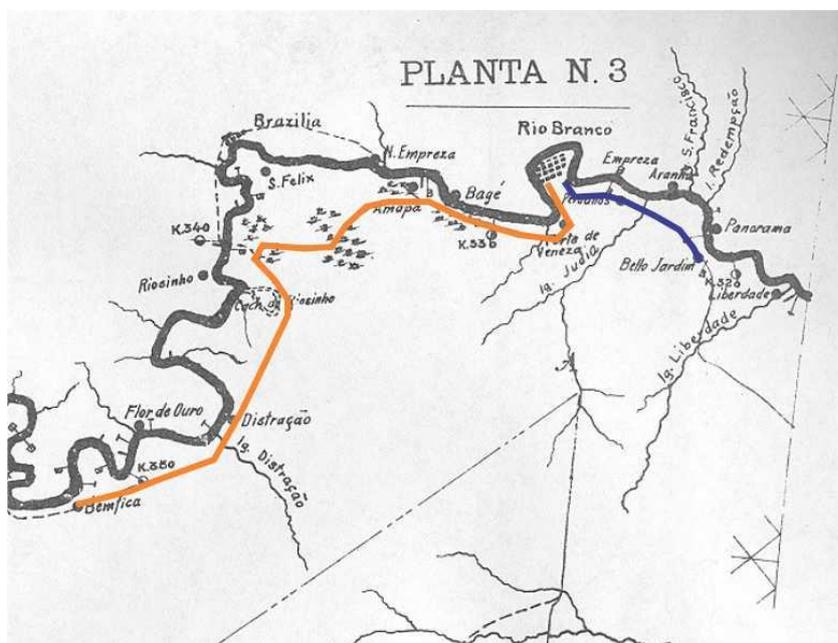
As construções em pouca quantidade, em materiais e técnicas construtivas com soluções não perenes, configuraram paisagens rururbanas muito distantes do estereótipo do esplendor e da riqueza das urbes dos grandes portos amazônicos ou das metrópoles industriais especulares transatlânticas naquele contexto. Se em todo o Acre tal economia não era acentuada, em Rio Branco, Cunha Mattos (*op. cit.*, p. 5 [*sic*]) salienta tal condição. Ele afirma que “menos rico que o município do Xapury, não dará de certo o da Villa de Rio Branco, siquer, a metade da renda que é lícito esperar daquele”.

Cunha Mattos tratou em sua gestão da organização administrativa em termos jurídicos, buscando normatizar certos procedimentos relacionados à estrutura fundiária relacionada à exploração do látex na produção e comercialização da borracha. Suas ações se basearam em permanências de um ambiente rural e extrativista para a capital departamental, em vista dos poucos recursos financeiros para obras públicas, da inexistência de mão-de-obra especializada a exemplo de engenheiros militares, bem como da cara importação dos materiais construtivos para a edificação de prédios públicos mais duradouros.

Com isso, o cenário no início do século XX é de edificações singelas em madeira não beneficiada, pois até o trabalho de carpintaria também era caro e raro. As intervenções físicas de sua gestão se concentraram no melhoramento dos varadouros e das estradas vicinais, servindo para criar conectividade terrestre entre vários núcleos de extração do látex, bem como escoar o rebanho bovino e facilitar conexões portuárias. Em 1904, a Villa contava apenas com 204 habitantes e 22 casas, em meio a 28 seringais e uma população total de 2.500 habitantes no Departamento.

Cunha Mattos contratou profissionais especializados em Agrimensura e Levantamento Topográfico - Plácido de Castro, Octavio Fontoura e Francisco Oliveira - para abertura de três varadouros e limpeza de outro existente. Dos novos, o primeiro (cor laranja) aberto partia da Villa Rio Branco até a boca do Riozinho com extensão de 9.799m e, a partir daí, seguia até o Seringal Bemfica [sic] com extensão de 16.000m. O segundo (cor azul) partia da Villa até o Seringal Bello Jardim com extensão de 7.000m e o terceiro ligava os Seringais Catuaba ao Vista Alegre com extensão de 1.000m. Com exceção do terceiro, todos os outros foram identificados na figura a seguir e mostram-se relacionados diretamente ao assentamento de Rio Branco (meandro com malha urbana).

Figura 75 - Mapa do rio Acre e sua navegação (manipulado nossa).

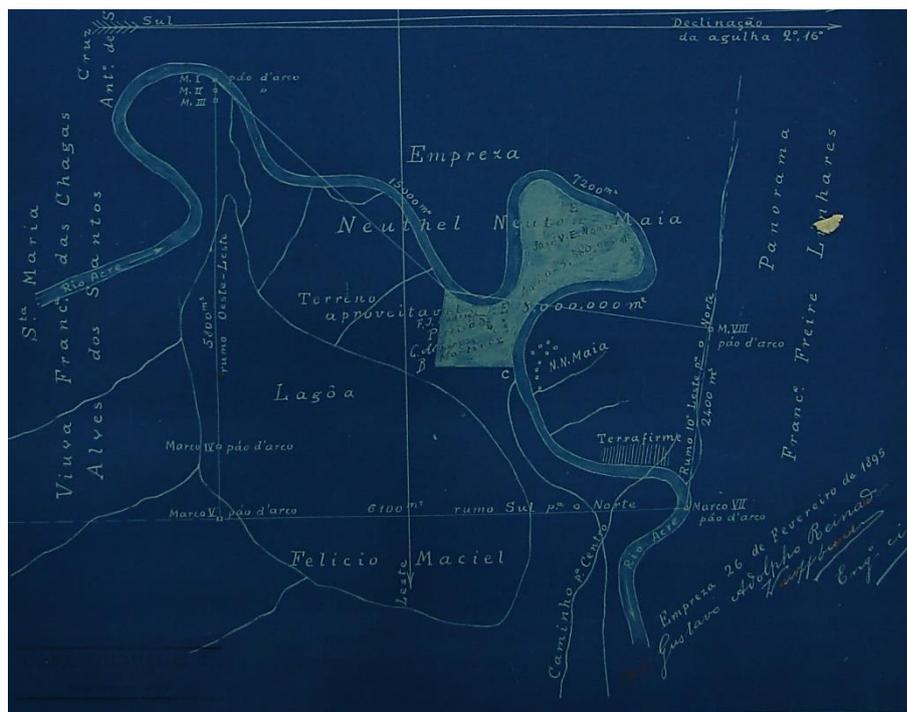


Fonte: Acervo documental da Prefeitura Municipal de Rio Branco²³¹. Data: 1907.

Por meio do Decreto nº 3 de 22 de agosto de 1904, Cunha Mattos elevou a povoação Empreza à categoria de Villa. Através do Decreto nº7 de setembro do mesmo ano, denominou-a de Villa Rio Branco e estabeleceu ali a Sede Provisória da Prefeitura.

²³¹Planta N.3. Rio Acre nas mediações de Rio Branco com destaque a Brasília. Sem orientação magnética. Sem escala. Data: 1907. Acervo documental da Prefeitura Municipal de Rio Branco, Rio Branco-AC, Brasil.

Figura 76 - Levantamento topográfico do Seringal Empresa.



Fonte: Acervo documental da Prefeitura Municipal de Rio Branco²³². Data: 1895

Tanto na imagem de 1907, quanto na de 1895, percebe-se a ocupação da margem direita do rio Acre então mais consolidada. Na primeira planta identifica-se uma malha urbana ortogonal que, certamente, ratifica o projeto urbanístico para a Villa Rio Branco, datado do ano anterior (1906). A segunda imagem, um levantamento topográfico realizado para o Seringal Empresa em 26 de fevereiro de 1895, pelo Engenheiro Civil Gustavo Adolpho Reinaldo, apresenta a mancha de ocupação na margem direita e edificações na margem oposta, o que se tornará, em seguida, na sede política e administrativa projetada e denominada Pennapolis. Destaca-se nesta última figura, a presença expressiva de igarapés e de uma lagoa em torno do leito do rio Acre.

O Plano de Acauã Ribeiro (1905/1906)

Sobre esse plano ainda não foi identificada qualquer informação além do Relatório de Governo de Acauã Ribeiro e dos estudos de proteção da área central histórica de Rio Branco desenvolvidos pelo IPHAN-AC. Por outro lado, todos os escritos produzidos até agora relacionam equivocadamente o Plano de Pennapolis, de 1908, como a primeira proposta

²³²Levantamento topográfico do Seringal Empresa. Autoria: Gustavo Adolpho Reinaldo. Engenheiro Civil. Sem escala. Data: 26 de fevereiro de 1895. Acervo documental da Prefeitura Municipal de Rio Branco, Rio Branco-AC, Brasil.

planejada para a cidade de Rio Branco, algo que se busca revisar e, assim, contribuir perante a historiografia sobre as invenções e reinvenções desta cidade.

O plano de 1905/1906 trata-se de uma proposição urbanística concebida para consolidar a ocupação já existente na margem direita do rio Acre, em toda a superfície do “sacado”²³³ do referido curso d’água. Em topografia natural predominantemente plana e marcada por baixas cotas sujeitas aos alagamentos sazonais, uma malha urbana ortogonal seria recortada por bulevares e grandes áreas ajardinadas, predominando os maciços vegetados nas praças centrais.

De acordo com o Relatório de Governo pesquisado a proposta, inspirava-se nas recentes experiências urbanísticas estadunidenses, o que depreende-se, por sua essência de discurso e desenho, uma associação ao *City Beautiful Movement*. Não se trata de uma inferência deduzida por aproximação formalista, mas identificada nas próprias palavras de Ribeiro (1906, p. 20 [sic]). Este prefeito departamental disse que a matriz inspiradora do projeto era “uma cidade typo americano, quadras regulares e rectangulares, ruas largas e largas avenidas, praças, parques, jardins e boulevards”.

Essa constatação abriu uma possibilidade de interpretação a partir das características tipo-morfológicas próprias do Movimento e suas aclimatações ao caso acreano. Cabe destacar também outro trânsito cultural decorrente da paradigmática intervenção haussmanniana em Paris, incorporada à proposta pela via estadunidense e expressa localmente em Rio Branco com acentos regionais. Observa-se, com isso, na constituição de espaços públicos livres vegetados e tipologias viárias, a monumentalidade, ordem e outros atributos estéticos na capital do Território Federal do Acre, tão caros ao Movimento *City Beautiful* estadunidense, propostos para uma realidade na qual imperava a insalubridade e a precariedade das infraestruturas locais e macroterritoriais.

José Marques Acauã Ribeiro foi Prefeito do Departamento do Alto Acre entre 25 de maio de 1905 e 31 de dezembro do mesmo ano. Elaborou o seu Relatório de Governo em 1906 denominado “Exposição dos Factos Administrativos ocorridos no Departamento do Alto Acre”. O prefeito detectou que a precariedade e, praticamente, a inexistência de estradas terrestres comprometeria o crescimento do núcleo de ocupação baseado no comércio de importação e exportação que se erigia desde o último quartel do século XIX. Essa condição não

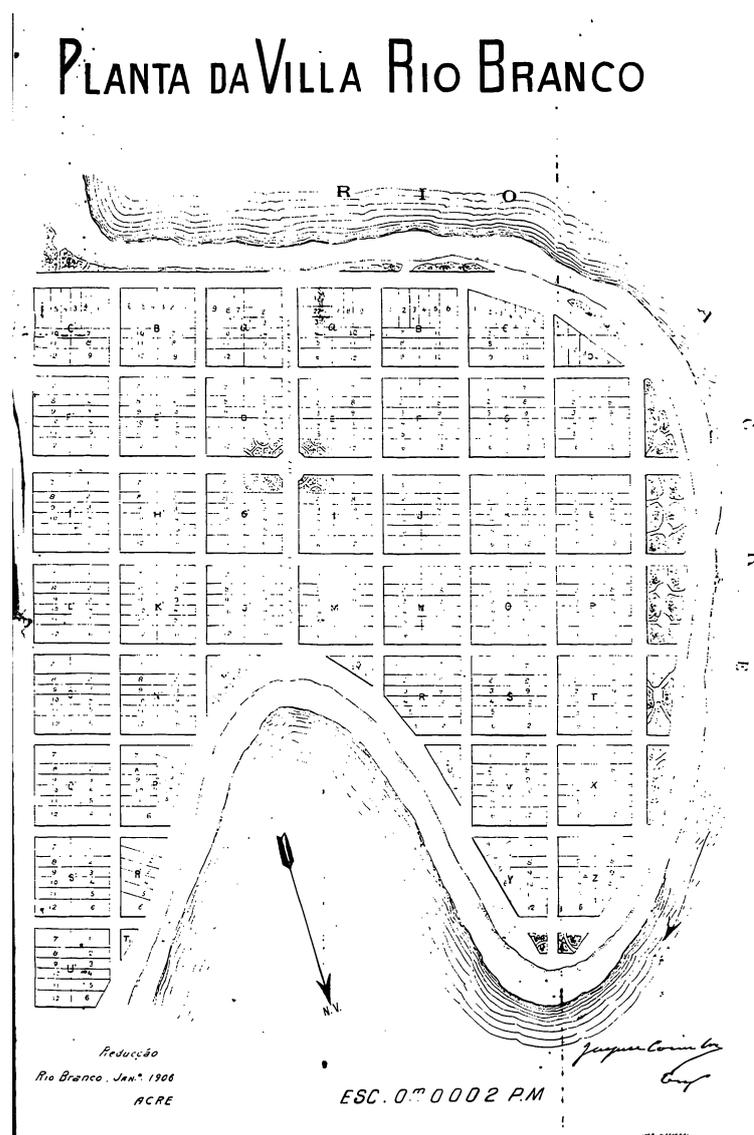
²³³ O depósito ou remoção de sedimentos faz transformar ou romper o leito dos rios, formando os sacados, neste caso, com a proeminência morfológica.

permitia conectividade com outros núcleos dentro do Território a exemplo dos seringais e da outra Intendência do Departamento. Além disso, não permitiria a ligação com a tríplice fronteira internacional relacionada a Bolívia e ao Peru. Acrescentou como problema a dificuldade de conexão com o estado do Amazonas, especialmente a capital Manaus, grande polo logístico do processo econômico da borracha na Amazônia junto a Belém, no estado do Pará. Em contraponto a essas questões, o que se constata como realidade é apenas o rio Acre que tornava-se comprometido em grande parte do ano por sua sazonalidade de seca e má conservação de seu leito e margens.

Acauã Ribeiro herdou a visão de Cunha Mattos sobre a condenação e quase a impossibilidade de se consolidar uma capital do Departamento do Alto Acre na Villa Rio Branco, preferindo a Villa do Xapury. Todavia, resolveu averiguar por experiência própria através de uma visita a esta última Villa. Sua constatação foi a de que o comércio e a cidade eram maiores que o da Villa Rio Branco, bem como os seringais, porém não havia diferenças de clima, salubridade ou falta dela, o que lhe fez decidir pela continuidade do projeto na área remanescente do Seringal Volta da Empreza.

Com isso, registra o então Prefeito que, “visto assim – decidi continuar aqui a séde da Prefeitura, e pensei melhorar as condições do local e da sua população, promovendo a construcção da cidade, **com prévia informação oficial de profissionaes de competencia, médicos e engenheiros**” (RIBEIRO, 1906, p. 8, [sic], negritos nossos). Diante dessa perspectiva, foi criada uma comissão composta por Engenheiros, Juristas e Médicos, profissionais à época competentes para os assuntos urbanísticos. Assim, o Engenheiro Jayme Coimbra, o médico Dr. J. E. Freire de Carvalho, o médico italiano Dr. Salvador Rizzo e um Juiz de Distrito criaram um plano urbanístico a ser implementado na capital do referido Departamento.

Figura 77 - Planta da Villa Rio Branco.



Fonte: RIBEIRO²³⁴. Data: 1906.

A proposta foi construída especialmente pelo Engenheiro Jaime Coimbra em todo o “sacado” formado pela margem direita do rio Acre no trecho de ocupação inicial da vila-entreposto comercial. Segundo o Prefeito, a proposição levou em consideração a topografia planialtimétrica e a sua relação favorável ao abastecimento d’água e esgotamento. Desse plano, Acauã Ribeiro destaca que até o encerramento de sua gestão, havia concluído as obras de três avenidas, ao afirmar que

(...) já estão completamente prontas e niveladas tres avenidas, sendo uma central, communicando entre si os dois pontos marginaes da villa, e duas

²³⁴ Planta da Villa Rio Branco. Autoria Engenheiro Jaime Coimbra. Sem escala In: RIBEIRO, Acauã. **Relatório de Governo**. Rio Branco: 1906. Acervo do IPHAN-AC, Rio Branco-AC, Brasil.

acompanhando as margens do rio em um e outro lado do alludido *saccado*”(RIBEIRO, 1906, p. 8 [sic]).

A partir desta descrição, foram identificadas as vias executadas na planta original do Plano, como também foi observada na morfologia atual quais seriam essas ocorrências. Destarte, concluiu-se que uma das vias executadas foi a atual Rua Boulevard Augusto Monteiro (azul) que ainda guarda a redundante denominação como herança toponímica desse Plano Urbanístico. A via difere das outras por seu traçado retilíneo em contraste com a ocupação informal não planejada anterior.

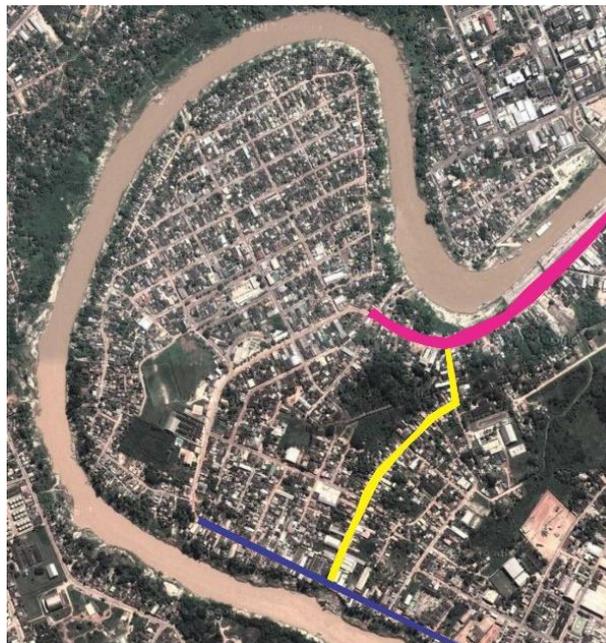
Percebe-se também que as vias já existentes - as atuais Ruas Eduardo Assmar (magenta) e 16 de outubro (amarela) - são, na verdade, correspondentes às criadas informalmente no assentamento do entreposto comercial, sobrepondo-se às anteriores. Ambas são, respectivamente, a via ribeirinha e a denominada à época de 7 de setembro, sendo esta última elemento de conexão mais curto com o outro núcleo de assentamento comercial e com o 15º Batalhão de Infantaria instalado na mesma margem do rio Acre, do lado oposto do “sacado”.

Figura 78 - Planta da Villa Rio Branco (1906) e localização das vias executadas. Sem escala.



Fonte: Adaptado de RIBEIRO, com manipulações nossas. Data: 1906/2016.

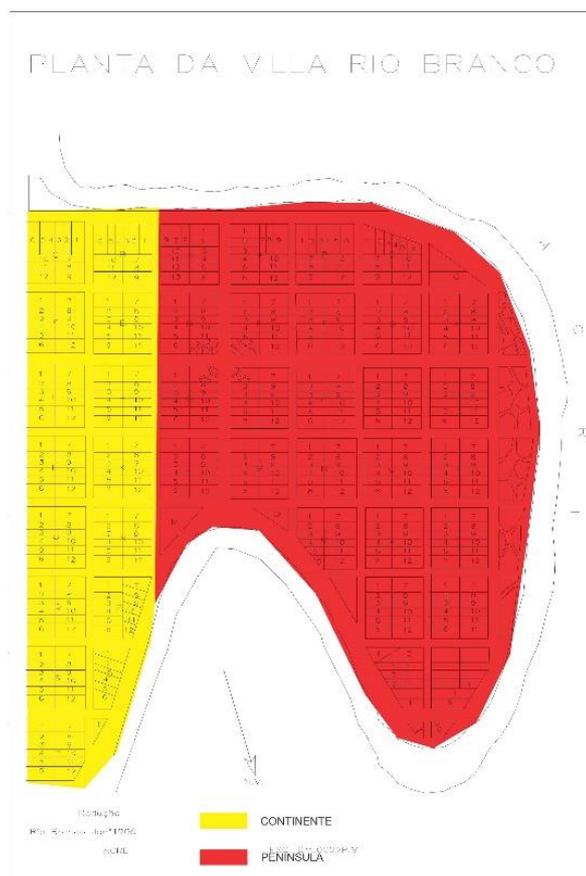
Figura 79 - Imagem de Satélite e localização das vias executadas Do plano da Villa Rio Branco (1906). Sem orientação magnética. Sem escala.



Fonte: *Google Earth* com inserções nossas. Data: 2016.

O Plano Urbanístico tem seu registro no já discutido Relatório de Governo apresentado por Acauã Ribeiro (1906). Nesse documento há um outro denominado “Relatório da Comissão do Levantamento da Planta Geral da Villa Rio Branco”. Segundo o Engenheiro Jayme Coimbra, a área onde já existia a Povoação da Villa Rio Branco era apta à consolidação da sede definitiva do governo pela sua salubridade, segurança e fartura de mananciais para abastecimento. A ideia era, portanto, a criação de uma “cidade moderna” sobreposta ao assentamento remanescente de Empreza e Volta da Empreza que configurava naquele momento a Villa. A concepção urbanística é bastante detalhada no Relatório e apresenta uma área total de 1.336.884m², sendo desta 823.815m² na península (“sacado”) (vermelho) e o restante no continente (amarelo), por meio de uma conexão com extensão de 747 metros, que corresponde, exatamente, ao comprimento da Rua 7 de setembro.

Figura 80 - Planta da Villa Rio Branco. Sem escala.



Fonte: adaptado de RIBEIRO. Data: 1906, com manipulações nossas.

A concepção urbanística em causa não se limitou a questões estéticas e sanitárias, mas também às noções de cidade relacionadas à tecnologia e estruturação regional advindas das experiências urbanas das metrópoles industriais. As conexões portuárias e organização logística da comercialização da produção extrativista protagonizaram aos inventos ali lançados. Além disso, o ambiente ribeirinho de comunicação e deslocamento essencialmente fluvial se fez presente nas ideias propostas. Assim, em seu anseio por melhoramentos e desenvolvimento urbano para a Villa Rio Branco por meio de seu plano urbanístico, o Prefeito escreveu que

As cidades, exclusivamente commerciaes, como será a de que nos ocupamos, devem ter, ao menos, as arterias principaes bastante largas, de modo que com facilidade se exerça o transito de vehiculos. Foi essa a razão que me fez projectar ruas e avenidas bastante espaçosas e os boulevards exteriores da largura média de 65 metros, porque é sobretudo no littoral das cidades desta ordem que se accentúa o grande movimento comercial, podendo-se utilizar para o futuro uma faixa de terra de dimensões suficientes para o estabelecimento de uma alfandega, armazens de deposito, de embarque de productos da região, etc. (RIBEIRO, 1906, p. 21 [sic]).

A apropriação da topografia planialtimétrica basicamente de relevo nivelado em suas cotas apresentou-se como propensa à coexistência entre a ocupação já existente e a nova

oriunda da proposta urbanística, não sendo necessários movimentos de terra e sim apenas a limpeza da área com o desbaste da vegetação arborescente. Embora não esteja registrado no Relatório de Acauã Ribeiro, outros Prefeitos anteriores, a exemplo de Cunha Mattos, e depois a exemplo de Plácido de Castro, condenaram a área por ser alagadiça, pantanosa, concentrada de igapós²³⁵ e vulnerável às sazonalidades do rio devido às baixas cotas.

Outro elemento importante a ser destacado no solo é a geografia relacionada ao rio: entre meandro e sacado surge uma península onde foi edificada a sede governamental. A curvatura acentuada desse trecho do rio fez com que a malha urbana ortogonal proposta fosse remodelada ao sabor da organicidade natural do sítio. A ocupação ribeirinha imprimiu assim uma sua marca na cidade voltada para o rio, associada aos barrancos que têm em sua declividade elemento de passagem, subidas e descidas, além dos atracadouros e portos de toda a dinâmica fluvial conectada à terrestre.

Sobre as edificações, destaca-se o primeiro momento das construções que compuseram o arruamento inicial caracterizada pela rusticidade²³⁶ dos materiais: palhas de palmeiras nativas e cavacos (peças de tábua de madeira) para as coberturas, peças de madeira para a vedação e o piso. Além disso, as construções desse momento se caracterizam fortemente pelo caráter rural, advindo direta e recentemente dos seringais, ou semelhantes a barracões, por conseguinte, dos modos de construir e de habitar anteriores ao litígio e às molduras geopolíticas transfronteiriças. A cobertura de quatro águas, com beirais e queda acentuada assenta-se sobre barrotes de madeira sem beneficiamento - apenas troncos utilizados como elementos estruturais -, acesso por uma escada íngreme e janelas quadriláteras e pontuadas e esparsa diante da robustez da massa construída.

²³⁵ Área de floresta alagada. Sua etimologia, de origem tupi, diz ser rio (y) de raízes (apó).

²³⁶ A ideia de rusticidade aqui está ligada inteiramente ao aspecto de acabamento do material sem uso de refinamento das superfícies e das formas, sem o uso de maquinário que tornem as faces lisas, que uniformizem as peças pela geometria industrial. Não se ratifica aqui o uso pejorativo da ideia de rústico como sinônimo de tosco e de atraso, de não civilizado, termos utilizados pelos documentos institucionais e já problematizados nesta tese.

Figura 81 - Casas Comerciais da Villa Rio Branco.



Fonte: FALCÃO. Data: 1906-1907.

Essas edificações que alinhavavam-se ao arruamento do entreposto comercial foram encaixadas no plano urbanístico de Acauã Ribeiro. Este plano servia também para ordenar e disciplinar as ocupações pré-existentes, conforme já visto em outras cidades e vilas neste capítulo. Tanto as construções quanto o traçado urbano primeiro - fora dos padrões urbanísticos propostos em 1906 -, compuseram a nova materialidade e a produção do espaço edificado teve a marca fiel daquilo que o fundou: um seringal. Embora tivesse havido a permanência dessas estruturas em barracões, essa condição era contrária aos anseios de Acauã Ribeiro para a nova Villa.

O Prefeito registra, portanto, a Cadeia Pública como uma “ordinária barraca” construída de paxiúba e coberta de palha, não condizente com a função social que ela exercia, muito menos com as proposições urbanísticas sofisticadas e internacionalizadas em implantação. Além disso, o Quartel e o Fórum, ou seja, símbolos da Ordem Militar e Jurídica, respectivamente, foram lançados nos escritos em análise como objetos de desejo numa urbe, até então, desprovida desses serviços. Equipamentos urbanos indispensáveis e tão coerentes com os novos anseios de cidade em nível internacional e, no Acre ainda inexistentes. Inventar o moderno em Rio Branco significava repudiar a sua pré-existência.

Para o novo caráter de Villa, por meio do plano Acauã Ribeiro estabeleceu normas edilícias para o licenciamento de construções vindouras, definindo alinhamentos para prédios

particulares, bem como exigindo a aprovação de projetos em conformidade com as posturas urbanísticas delineadas. Além disso, houve um estímulo ao uso e legitimação de novos materiais construtivos vindos de Manaus e Belém mais condizentes ao novo perfil almejado para a cidade. Um deles foi a telha tipo ondulada em fibrocimento, sobre a qual foi alegado que essa nova aquisição resolveria os problemas das coberturas enfrentados pela população. A cobertura de palha era vulnerável aos incêndios e frágil às chuvas torrenciais e as de zinco, já experimentadas, se mostraram inadequadas para o calor tórrido do regime climático local.

Ademais, o Prefeito registra a quase impossibilidade de introduzir as telhas de barro, devido ao seu peso físico e facilidade de quebra ao longo do transporte, carga, descarga e manuseio. Desse modo, pela leveza, praticidade, economia de transporte, julgava as telhas de fibrocimento como as ideias para as futuras construções e paisagem rio branquense.

Figura 82 - Edificações em madeira beneficiada, fachadas variadas e cobertura de fibrocimento.



Fonte: DPHC. Data: 1912.

Acauã Ribeiro registra seu intento para melhoramento das construções de edificações públicas e privadas.

E' ocioso referir a V. Ex. o grande contentamento que este facto causa entre a população, a qual, imediatamente, para corresponder ás vistas e aos bons desejos do Prefeito, esta promovendo a construcção de predios, tendo já chegado das praças de Manáos e Pará os necessários materiaes. Acredito que dentro de um anno estarão edificados cincoenta predios, todos de madeira, mas de aspecto elegante e de accôrdo com plantas approvadas pela Intendencia Municipal, conforme as respectivas posturas" (RIBEIRO, 1906, p. 8 [sic]).

Observa-se o desejo de um outro padrão de acabamento para a construção das edificações, tais como as régua de madeiras beneficiadas, fachadas mais rebuscadas com arabescos e aberturas em arcos ogivais e conopias e platibandas com adornos, por exemplo. Surgem outras tipologias edificadas, a exemplo de edificações de dois pavimentos, edificações

geminadas de corpo edificado único em forma de pavilhão e assim abrigando até 08 (oito) unidades e das edificações soltas aparecem o casario, como elemento contínuo e monolítico.

Há que destacar a busca do *status* parisiense na atmosfera urbanística que permeava o ocidente do mundo e que se materializou também no Acre no início do século XX. As referências de cidade ideal também se concretizaram na eleição das edificações, como é percebido que, a despeito das construções com materiais mais sofisticados vindos das metrópoles da Amazônia brasileira, era necessário também importar outros da França. Assim, o Prefeito escreveu que “além destes prédios a construir-se outros já em construção ha dous pertencentes á União, que fiz encommendar á *Société des constructions hygieniques de Pariz*, os quais deverão chegar por todo este mez” (RIBEIRO, 1906, p. 8 [sic]).

Figura 83 - Edificação pública.



Fonte: DPHC. Data: 1928.

Figura 84 - Sede da Prefeitura do Departamento do Alto Acre, construída em 1908.



Fonte: DPHC. Data: 1911-1913.

Segundo a descrição deste e de outros Relatórios de Governo como o de Gabino Besouro (1908) (Prefeito Departamental entre 1908 e 1909) e com a ajuda dos registros fotográficos, verificou-se que as duas edificações de uso público seriam a que hoje abrigam a Assembleia Legislativa e o Palácio do Governo. À época, eram construções sofisticadas em madeira, com fundação de alvenaria, ricas em lambrequins e outros adornos de fachada, cobertura bem acabada e esquadrias rebuscadas, por exemplo. As tipologias de chalé e palacete se destacariam entre as edificações de então. Por motivos políticos, as edificações ficaram retidas em Manaus e, posteriormente, com a mudança da sede e fixação do governo na margem esquerda do rio, as edificações foram erigidas em Pennapolis e não mais na Villa Rio Branco.

O padrão urbanístico empregado por Haussmann²³⁷ na França em diálogo com os propósitos estadunidenses inspirou o caso da Villa Rio Branco como referencial de modernidade, de ordem, de sanitarismo urbano, de monumentalidade e de estética. Tais qualidades foram essenciais para a instauração de uma nova entidade federativa no Brasil em ambiente amazônico: o Território Federal. A invenção de um rincão do Estado Nacional emerge legitimado pelas experiências tratadas como modelares. Tal prática também ecoava o recente espírito republicano que, desde então, marcava o Brasil. Isso era possível devido aos fluxos portuários e econômicos que estabeleciam uma logística globalizada no ápice do processo

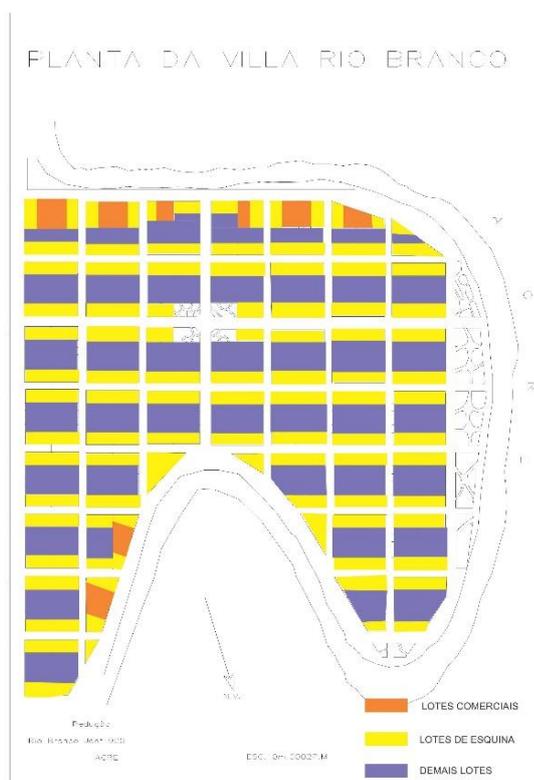
²³⁷ Georges Eugène Haussmann (1809-1891), foi prefeito de Sena, correspondente a parte central de Paris e adjacências. Era engenheiro e foi responsável pela reforma urbanística de Paris, sob a ordem de Napoleão III. Esta obra trouxe proposições modernas à época vinculadas às soluções de engenharia, sanitarismo e estética urbana. Tornou-se modelar e os seus princípios ou, simplesmente, simulacros de imagens urbanas, foram aplicados em várias partes do mundo.

econômico de produção da borracha. E o Acre, nesse trânsito, era, compulsoriamente integrado como polo extrativista na extrema periferia do sistema capitalista ascendente.

No que se refere ao desenho urbano, cada quadra projetada foi dividida em 12 (doze) lotes, com exceção daquelas residuais do rígido traçado urbano incoerente com a superfície curvilínea do “sacado”. Para tanto, foram estabelecidos dois tipos de lotes. O primeiro, os lotes de canto, teriam dimensões de 35m de testada por 75m de fundos (cor amarelo). Isso se deve ao fato dessas unidades parcelares terem duas faces frontais, onde, de acordo com as normas básicas de parâmetros urbanísticos, os recuos frontais aplicados são maiores que os demais.

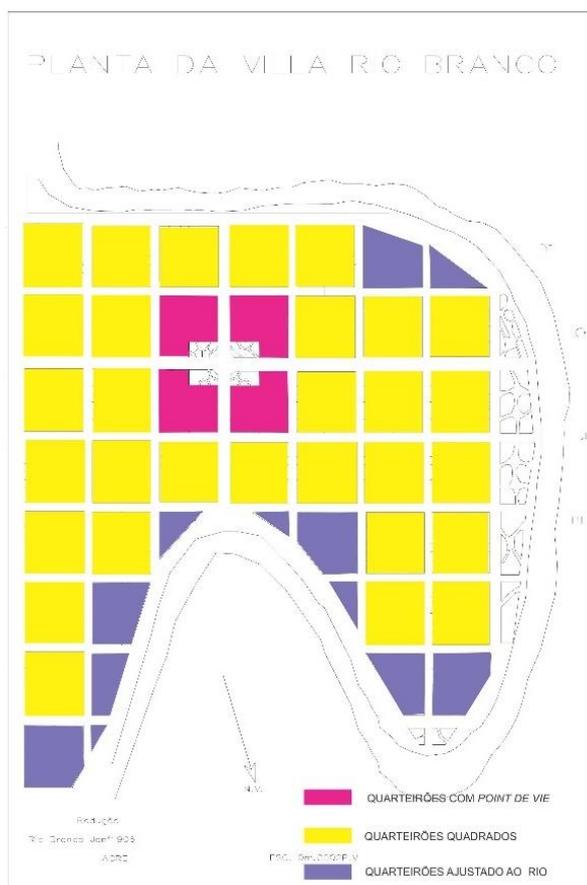
Outra tipologia de lote descrito no Relatório se refere aos intermediários (cor lilás), com 20m de testada por 75m de fundos. Percebeu-se um ajuste à constituição fundiária pré-existente, sobrepondo-se a nova malha urbana à ocupação pretérita, tanto do núcleo protagonizado pelo 15º Batalhão de Infantaria, quanto da Rua Comercial do entreposto. Assim, condizente com a densidade quase que total sobre a superfície do solo urbano e à necessidade de maior concentração de pontos comerciais e de serviços nesses dois núcleos, verificam-se aí lotes menores (cor laranja).

Figura 85 - Planta da Villa Rio Branco (1906) e tipologias de lotes a partir de suas dimensões



Fonte: Adaptado de RIBEIRO, com manipulações nossas. Data: 1906/2016.

Figura 88 - Planta da Villa Rio Branco e formas das quadras



Fonte: Adaptado de RIBEIRO, com manipulações nossas. Data: 1906/2016.

Embora a grade seja rigidamente ortogonal e quadrilátera (amarelo) gerou outras formas de quarteirões ao acomodar-se ao sítio. A primeira se trata da forma residual da sobreposição dessa malha à morfologia natural da área definida por curvaturas acentuadas. Isso trouxe como resultado quadras triangulares, trapezoidais e pentagonais (lilás). Nesse caso, se evidencia a pouca preocupação com a morfologia natural relacionada às margens, tratadas como esplanadas contínuas. Porém, há a interrupção da malha e do desenho parcelar com elementos residuais e não necessariamente adaptados à topografia.

Destacam-se as quadras na interseção das avenidas. Nesse caso, fica evidente a preocupação estética assemelhada à obra Sitteana²³⁸, para criar *points de vue*²³⁹. A composição

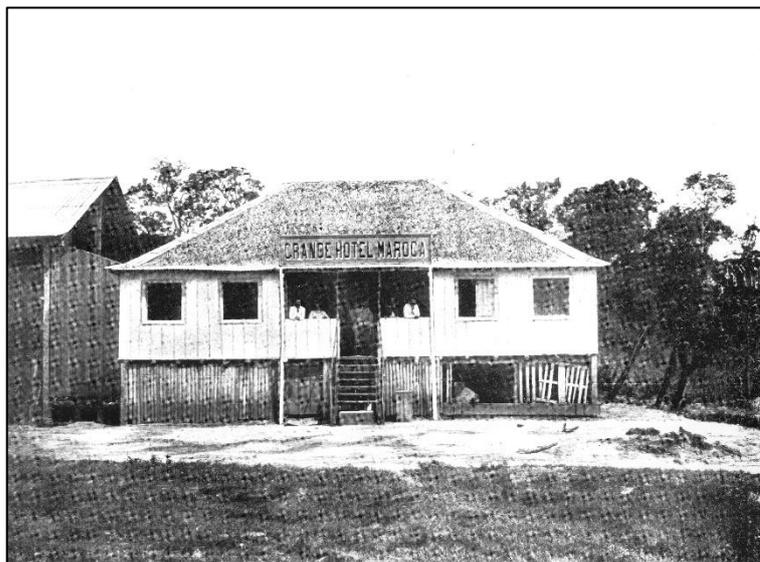
²³⁸ Camillo Sitte publicou o livro *A construção da cidade segundo os seus princípios artísticos*, onde, entre as argumentações e contrapropostas à modernizante reforma de Viena, na Áustria, em fins do século XIX, defendia a qualidade artística das cidades, da relação dos espaços construídos como os espaços públicos livres, em busca da qualidade humana, artística e espiritual tão comuns, segundo o autor, nas cidades renascentistas, barrocas e medievais. Para maiores informações ver: SITTE, Camillo. **A construção da cidade segundo os seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

²³⁹ Ponto de vista ou perspectiva. São tratamentos morfológicos no desenho urbano que potencializam pontos de fugas, monumentalidade edificada e demais efeitos físicos e visuais no tratamento do espaço urbano enquanto objeto projetual e dotado de expressão artística.

edilícia se faz através da perspectiva e o ambiente construído se posiciona como componente obrigatório para a definição do espaço livre. Acrescenta-se a esta análise a relação urbanística também com o *Civic Design* a partir das ideias do Movimento norte-americano *City Beautiful*. As avenidas certamente foram projetadas para abrigar as atividades cívicas e administrativas e têm como o ponto de interseção uma praça, elemento plástico essencial para a composição e de significância social primordial para as atividades cívicas.

No que diz respeito às tipologias das edificações, expressam dois momentos distintos do período de instalação da Villa Rio Branco e dos efeitos do plano urbanístico. O primeiro momento se refere às edificações tipo barracões que foram erigidas em ambiente rural e sem um rigor ou intento de consolidação de um ambiente urbano. Assim, as fachadas aparecem compostas de pequenas aberturas (janelas), com beirais de coberta de quatro águas e estrutura e vedação de madeira pouco beneficiada, muitas de lavra. Uma ambiência própria da rusticidade e das limitações de materiais e tecnologias que não fossem da própria natureza local.

Figura 89 - Hotel na Villa Rio Branco.



Fonte: FALCÃO. Data: 1906-1907.

Figura 90 - Fachada contínua do casario



Fonte: DPHC. Data: 1912.

O segundo momento surge a partir da intervenção oficial do Estado e decorre, portanto, de um projeto de disciplinamento urbanístico, a partir da consolidação da vila entreposto e a posterior criação do Território Federal. A consolidação da comunicabilidade com outros núcleos urbanos maiores permitiu que os fluxos portuários trouxessem outros materiais, outras tecnologias e, portanto, outras morfologias de fachadas. Assim, se estabelecem pequenas construções que substituíram gradativamente os barracões de proporções maiores e de configuração física solitária e independente.

As fachadas passaram a ser compostas por edificações contínuas que se alinham ao arruamento existente, como um pano de fundo único do espaço urbano. Rompem com as ocupações intercaladas entre logradouros e massa construída. Ao mesmo tempo, protagonizaram a nova paisagem urbana com novos materiais, a exemplo da madeira beneficiada vinda dos portos das metrópoles amazônicas, de outros tipos de telhas, de nova composição estética das aberturas, bem como com desenhos e adornos variados, além de cores e texturas diferenciadas em sua superfície.

No que se refere aos logradouros, os estudos são difíceis porque os registros fotográficos não apresentam a estrutura parcelar e os registros de mapeamento do plano não apresentam a implantação das edificações nos lotes. Porém, a partir desses fragmentos de imagens, é possível compreender dois momentos marcantes na transformação do ambiente rural

em ambiente urbano, estabelecendo uma ruptura no modo de construir e de utilizar os espaços construídos.

A primeira característica é a da edificação solta no lote, própria da tipologia dos barracões edificada em ambiente rural. Esse modo de edificar/habitar está relacionado intimamente ao universo agropecuário, à ampliação de noção de casa para além do espaço compartimentado. Dessa condição de vida rural em seringal, deu-se origem à vila de entreposto comercial. A segunda característica é a da intervenção do Estado e da consolidação do comércio e dos serviços a partir do porto fluvial. Normas edilícias e, de certa forma, a especulação imobiliária, fizeram criar uma tipologia de casario, com a eliminação de recuos frontais e laterais e a criação de blocos contínuos alinhados às ruas, ocupando a testada dos lotes. Assim dispõem-se sequências de casas geminadas e outras justapostas ao longo das ruas.

Como já dito, quando da implantação do plano urbanístico da Villa Rio Branco já havia um traçado orgânico resultante do assentamento informal. Tal malha foi contemplada no plano e, embora distante do regramento ortogonal, foi catalisada como integrante da cidade que se propunha. Especificamente no Plano, houve uma preocupação com a hierarquia viária, ao se estabelecer no “sacado” três tipos viários: as avenidas, os bulevares e as ruas.

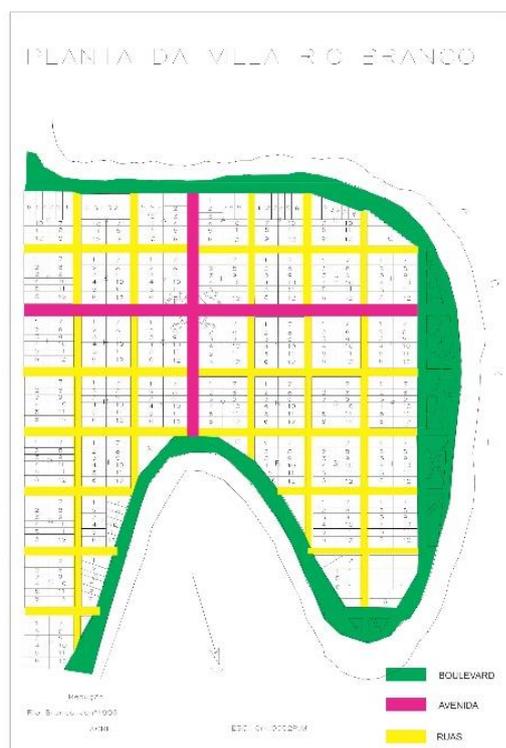
Assim, foram criadas duas avenidas interseccionadas e com extensão nos quatro sentidos daquela superfície. Dessas avenidas, a batizada de 7 de Setembro (atual 16 de outubro), sobrepôs-se à uma vereda preexistente que ligava os dois assentamentos opostos do sacado na margem, a direita, do rio Acre. A outra, teria uma extensão de 1.448 metros. Diversas paisagens sobrepostas são percebidas em busca do traço modernizador, não indígena e de um não seringal, embora essas realidades fossem e são até os dias atuais muito fortes na cultura local.

Paralela e perpendicularmente a essas avenidas, dispõe-se uma malha de ruas com função de via local para dar acesso às quadras e lotes que compõem o plano, sendo cada via composta por 21m de largura. Por último, foram criados os bulevares, que acompanhariam toda a borda do “sacado”, com largura mínima de 30m e máxima de 140m, estabelecido que o que excedesse essas dimensões se transformaria automaticamente em praças e parques.

De acordo com o Relatório de Governo (RIBEIRO, 1906) que apresenta este plano, foi criada apenas uma grande praça ajardinada, justamente nascida do cruzamento das duas avenidas, com perímetro de 304m, num quadrado de 76m de lado. Além da interseção das duas vias, havia uma proposta de dedicação de oito lotes de quadras contíguas à referida praça, de forma a integrá-las ao espaço público livre como elemento único e contínuo. Assim, suas

dimensões passariam a ter 144m x 184m. Além disso, o Relatório aponta outra praça de 382m x 120m que se situaria na parte Norte da Villa proposta, justamente onde se concentravam as maiores atividades comerciais. Porém, não foi possível observá-la no mapa. Levanta-se a hipótese de que os bulevares que contornam o “sacado” fossem transformados nessa grande praça.

Figura 91 - Planta da Villa Rio Branco e tipologia e hierarquização viária



Fonte: Adaptado de RIBEIRO, com manipulações nossas. Data: 1906/2016.

Figura 92 - Sobreposição do plano urbanístico de Acauã Ribeiro à malha viária existente, com destaque às vias executadas deste plano sobre a malha proposta e a existente



Adaptado de RIBEIRO (1906) e da Prefeitura Municipal de Rio Branco (2010) com manipulações nossas. Data: 2016.

Em relação à vegetação natural, pelos registros das imagens da época, é possível observar nitidamente a concentração dos maciços vegetados da flora nativa imediatamente nos fundos das edificações. Isso corresponderia à pequena clareira aberta para abrigar a vila entreposto comercial erigida naquele espaço e, a partir do plano, incorporada ao tecido urbano proposto.

Figura 93 - Planta da Villa Rio Branco e localização das praças e bulevares (amarelo) e das manchas verdes (verde)



Fonte: Adaptado de RIBEIRO, com manipulações nossas. Data: 1906/2016.

Figura 94 - Planta da Villa Rio Branco (1906) e localização da vegetação



Fonte: Adaptado de RIBEIRO, com manipulações nossas. Data: 1906/2016.

Sobre a vegetação agenciada pela intervenção paisagística, constata-se a proposição de arborização tanto nas praças quanto nos bulevares. Esses últimos essencialmente marcados por um caminho ladeado e protegido pelo verde urbano. A proposta dos bulevares marginais ao rio, bem como de praças com um traço orgânico nos remete ao paisagismo de desenho pintoresco de matriz romântica sitteana. As linhas sinuosas da natureza são apropriadas pelo engenho humano nesse tipo de composição paisagística.

Desse plano basicamente foram executadas algumas vias, sendo parte delas decorrente da retificação de outras preexistentes. O sítio de baixa altitude é vulnerável às subidas anuais das águas dos rios amazônicos. Em função disso, as edificações importadas da França foram instaladas na outra margem do rio. O desenho urbano de Rio Branco ficou mais na dimensão das intenções, pois na prática mostrou-se inviável e emergiu, praticamente, natimorto.

De todo modo, vê-se uma necessidade de transformação daquele sítio pré-existente pelo ato inaugural da negação do estado imediatamente anterior e de ocupação. O vazio criado em discursos e práticas é uma constante nos gestos políticos. E, naquele cenário, ao fundar uma cidade, a tábula rasa se potencializava. A invenção se negou a perceber a sazonalidade das águas, mas se abriu ao cosmopolitismo, ao universalizante. O *boulevard*, muito mais que por uma necessidade de estabilização de barrancos e recuperação de mata ciliar, se colocava ali como elemento de aformoseamento da cidade que se erigia. Outras propostas urbanísticas convergem para as experiências noutras cidades acreanas à época. Todas elas, num duelo velado

com o ambiente amazônico para posicionar cada núcleo urbano num patamar moderno e controlado pelo Estado brasileiro.

Rio Branco x possibilidades de outras cidades sede: “Brazilia” e o “Humaytá”

Entre o primeiro plano urbanístico sob a responsabilidade do Prefeito Departamental do Alto Acre, Acauã Ribeiro, e a segunda proposição que consolidou a transferência da sede de governo para a outra margem do rio, observou-se outras especulativas ideias para a instalação da sede governamental. José Plácido de Castro, Prefeito Interino do Departamento do Alto Acre entre julho de 1906 e março de 1907, ratificou a ideia da condição insalubre dada a, “natureza do terreno”, em que se situava a sede do governo da Villa Rio Branco, no sacado da margem direita do rio Acre. Volta da Empreza, como também era conhecida aquela porção de terras, era considerada imprópria e denominada, entre outros adjetivos, de “malsinada”. O governante expressou sua preocupação no Relatório de Governo (CASTRO, 1907) com as inundações sazonais em quase a totalidade da área destinada à Villa e registrou que o tráfego na picada recém-aberta e denominada 7 de Setembro se fazia por canoas em tempos de subidas d’água. Além disso, explicou a configuração natural do lugar como um “pantano”.

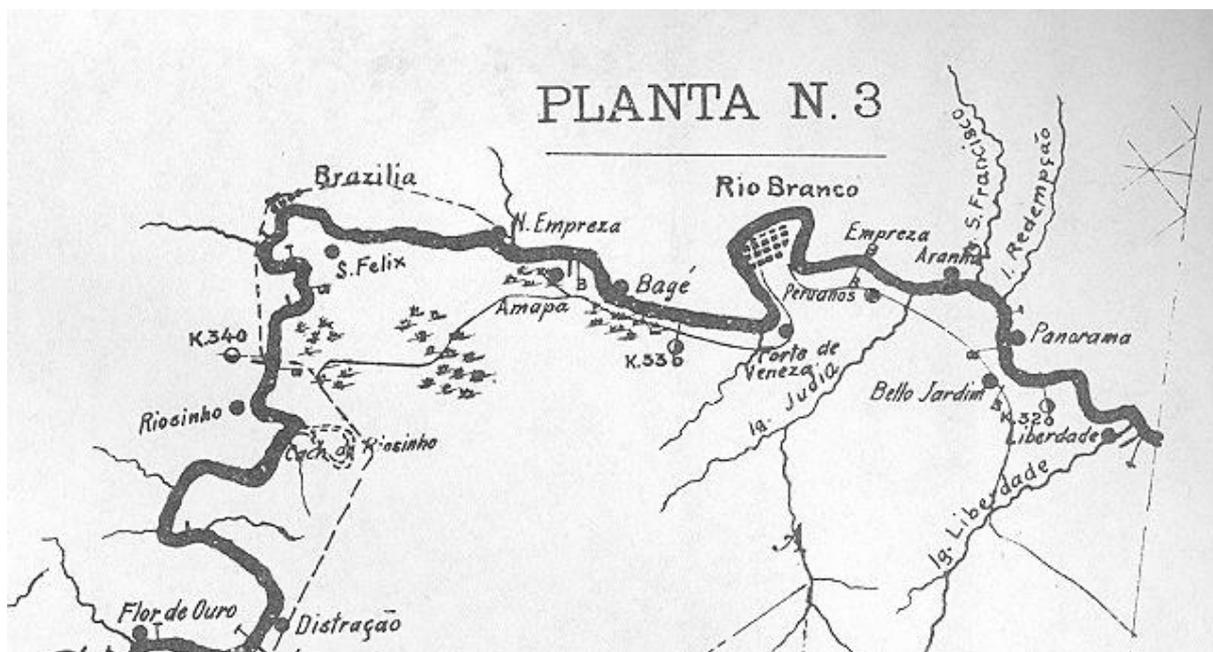
Desviou a instalação dos dois edifícios públicos encomendados por Acauã Ribeiro e que se encontravam em Manaus. Seriam montados em lugar ainda por definir, porém diferentemente do proposto inicialmente para a Volta da Empreza, ou Villa Rio Branco. Em defesa da definição de sede permanente do governo com a transferência para outro lugar diante dos problemas sanitários e ambientais. Surge, então, a proposta de “Brazilia”, com a argumentação pautada em inúmeras vantagens. Assim,

Sendo de necessidade, como já dissemos, a transferencia da séde da Prefeitura, entendemos que ella deverá ser installada definitivamente no que denominámos Brazilia, cuja situação V. Ex. verá em planta junta (Anexo n. 1). Brazilia é um chapadão extenso, situado á margem esquerda do Acre, a 10 kilometros aproximadamente, acima da Villa Rio Branco, e pouco abaixo da confluência do Riosinho.

Todas as condições indispensáveis á edificação de uma cidade estão ahi reunidas (CASTRO, 1907 *In*: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2002b, p. 11 [*sic*])

Na figura a seguir destaca-se o sítio destinado a abrigar a nova sede governamental do Departamento – Brazilia. Cabe ressaltar a projeção em quadrículas do plano urbanístico da Villa Rio Branco, no sacado, à jusante da futura área especulada.

Figura 95 - Mapa do rio Acre nas mediações de Rio Branco com destaque a Brazilia. Sem orientação magnética. Sem escala.



Fonte: Acervo documental da Prefeitura Municipal de Rio Branco²⁴⁰. Data: 1907.

A despeito do mapeamento e embasamento técnico decorrentes da Engenharia e da Agrimensura, não foi contemplada e executada tal proposição. A sede governamental do Departamento do Alto Acre permaneceu na Villa Rio Branco até 1909. A área destinada a Brazilia atualmente é a parte da Área de Proteção Ambiental – APA do Amapá - nas mediações da foz do Riozinho do Rôla, na área rururbana do município de Rio Branco.

Plácido de Castro (1907 *In*: Governo do estado do Acre, 2002b) também destacou a criação de um plano de viação terrestre, com abertura de picadas e conexões entre os assentamentos em função da Revolução Acreana. A configuração na escala regional dentro do Departamento do Alto Acre desta proposição, tinha uma concepção militar estratégica de fluidez de deslocamento, comunicação para a efetiva defesa. Ao mesmo tempo, destacou a relevância da viação fluvial e a dificuldade de navegação que, apesar dos meses de água baixa do rio, outros obstáculos se colocavam como mais desafiadores. Assim, o excesso de madeiras, de torrões de barro e embarcações naufragadas ao longo do rio comprometiam o livre deslocamento e obstruíam os portos. Com isso, foram propostas medidas urgentes de limpeza da calha e das margens do rio Acre.

²⁴⁰Planta N.3. Rio Acre nas mediações de Rio Branco com destaque a Brazilia. Sem orientação magnética. Sem escala. Data: 1907. Acervo da Prefeitura Municipal de Rio Branco, Rio Branco-AC, Brasil.

Cabe ressaltar outra especulação sobre o lugar definitivo do Governo do Departamento do Alto Acre. Antes da real transferência da sede governamental da Villa Rio Branco para a margem esquerda do rio Acre, o então Prefeito Gabino Besouro levantou a possibilidade de criação da sede definitiva em Humaytá. Esta localidade ficava a algumas horas de barco à jusante da referida Villa. Pertence, atualmente, ao município de Porto Acre. Embora reconhecesse as condições favoráveis para a implantação neste lugar, havia diversos entraves de infraestrutura e logística que o fez abandonar a ideia. Identificou em seu Relatório de Governo um número bastante reduzido de casas, entre elas nenhuma comercial, o que oneraria o funcionamento do serviço público pela necessidade de deslocamento.

O Plano de Pennapolis (1908/1909)

Este é consagrado como a primeira proposição de ordenamento territorial, porém as pesquisas aqui expostas evidenciam que seja, pelo menos, o segundo plano. Recebeu esta axiotoponímia em função da homenagem ao então Presidente da República do Brasil, Afonso Penna. Diferentemente do Plano de Acauã Ribeiro para a Villa Rio Branco circunscrito ao desenho urbano da cidade, o de Pennapolis propunha um zoneamento municipal. Abarcava a zona urbana, um campo de experiências agrícolas, um campo existente antes da invasão (prado) e a zona suburbana. Gabino Besouro foi Prefeito do Departamento do Alto Acre de janeiro de 1908 a novembro de 1909. Este político ratificou o pensamento da maioria de seus antecessores em relação à criação da sede definitiva, ao retirá-la da margem direita do rio Acre. Afirmou que “os serviços de hygiene, de salubridade publica, de iluminação da propria séde não existiam e, rudimentares embora, são indispensaveis” (BESOURO, 1909 *In*: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2002b, p. 48 [*sic*]).

O Prefeito declarou seu interesse na mudança da sede para a criação definitiva. Assim, explicitou a clemência da população local, bem como a disputa acirrada entre a sede provisória, a Villa Rio Branco, e a cidade do Xapury, outro núcleo urbano componente do Departamento do Alto Acre. Esta última possuidora de uma vultosa dinâmica urbana e comercial à época, quando comparada com a sede governamental provisória. Gabino Besouro cogitou a possibilidade de criação de uma nova sede no assentamento Humaytá, já explicitadas anteriormente as motivações para a desistência desse lugar. Neste sentido, a autoridade política registrou seus argumentos da seguinte maneira:

Para o complexo problema da fundação da capital, deve-se ter em vista, principalmente, as condições de salubridade, de supprimento d’agua, área edificavel, consistencia do sólo para edificações, facilidades de

comunicações com o centro federal e os varios pontos do Territorio, acesso á justiça e á administração, a irradiação desta, facilidades de recursos, barateza de vida e, tudo isto, junto ao menor dispendio possível com a mudança (BESOURO, 1909 *In: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE*, 2002b, p. 49, [sic]).

Dessa maneira, ordenou a transferência para a outra margem, a esquerda, do rio Acre. A nova sede ficaria paralela ao núcleo do assentamento original, sob a alegação daquela nova área ser mais alta, edificável, pitoresca e agradável. Em paralelo a essas questões, uma informação curiosa que Gabino Besouro elucidou é a relação do perfil da população externa que ocupou o Acre naquele momento. Tratava-se de homens, em sua maioria, que viviam do extrativismo da borracha. Segundo o Prefeito, tinham a “posse” das terras extensas, porém não as ocupavam, nem lá produziam. Criavam, ainda, habitações quase itinerantes, sem fixar-se num assentamento, o que raramente resultariam em cidades.

Outra relação que dificultou essa condição, segundo o governante, foi o perfil majoritariamente masculino de homens solteiros na população ali existente. Sem a perspectiva de constituição de famílias, essas populações tornavam-se nômades, sem vínculo ao solo. Acrescenta-se a esse perfil populacional a informação importante de que existia já naquela época uma população volante. Desprendida do extrativismo do látex, ocupava as margens dos rios e seus afluentes com o cultivo da “praia” ou “vazante”, criando, assim, as ocupações ditas ribeirinhas.

Gabino Besouro afirmou a existência do plano urbanístico concebido por Acauã Ribeiro, porém o condenou, evidenciando o arruamento da Villa Rio Branco como “impraticavel, nas condições actuaes do solo” (BESOURO, 1909 *In: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE*, 2002b, p. 77 [sic]). Com isso, foi eleita a margem esquerda do rio Acre pela constatação de que “estudadas as condições do local, no seringal Empreza, foram ellas reconhecidas optimas para o desenvolvimento de uma grande cidade: salubre, bom porto e terreno enxuto” (BESOURO, 1909 *In: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE*, 2002b, p. 78 [sic]). Associado a isso, o governante destaca a vantagem de se instalar neste local a sede definitiva por um motivo logístico. Estaria sobreposta ao assentamento pré-existente e serviria de base e continuidade dentro dos usos comerciais e industriais ali em atividade, para a nova área.

Figura 96 - Distrito de Empresa, Acre, antiga Villa Rio Branco (margem direita do rio Acre) em dezembro de 1912.



Fonte: FIOCRUZ, 1992.

Figura 97 - Plano urbanístico de Pennapolis



Fonte: Acervo documental da Prefeitura Municipal de Rio Branco²⁴¹. Data: 1908.

Tal projeto, com forte viés de planejamento urbano para a época, foi em grande parte executado com a consolidação da nova sede administrativa da capital rio branquense e na

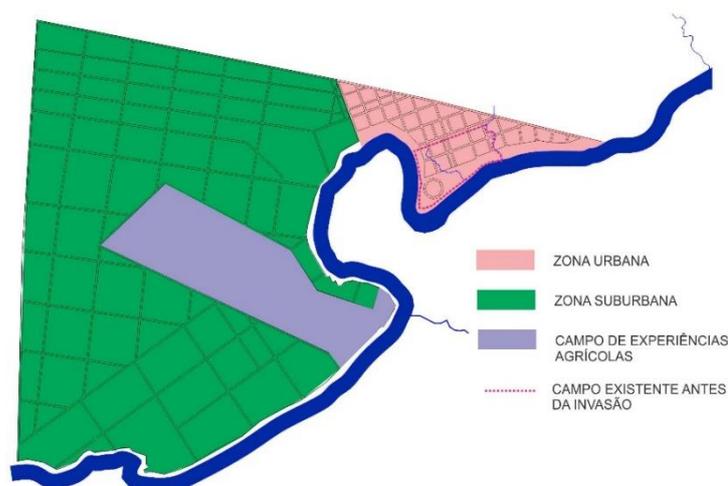
²⁴¹ Planta das terras tiradas na frente (...). Seringal Empresa para o estabelecimento da cidade de Pennapolis. Sem orientação magnética (1908). Sem escala. Data: 1908. Acervo documental da Prefeitura Municipal de Rio Branco, Rio Branco-AC, Brasil.

criação das Colônias Agrícolas. Essas últimas foram elementos essenciais para o assentamento das comunidades rurais advindas do êxodo e para as tentativas de produção agropecuária para abastecimento local. Pennapolis foi concebida para a margem esquerda do rio Acre, em terreno em colina e relevo de aclave em relação ao rio. Assim, favoreceria a convivência de maneira mais segura com as intempéries sazonais de rios cheios e “alagação”. Haveria um comportamento diferente da área do antigo núcleo urbano, na margem direita do rio Acre e seu sacado, vulnerável e sujeita às subidas anuais das águas.

A proposta urbanística trouxe concepções fortemente marcadas pelo *City Beautiful Movement*, em diálogo com a paradigmática experiência haussmanniana, tal qual o anterior projeto, o da Villa Rio Branco. Houve a criação de um eixo monumental para concentração das atividades administrativas, ao gosto do *civic design*, onde predominariam instituições do Estado laico, magistralmente compostas como obras de arte. Nessa concepção de paisagem urbana, vê-se claramente a intenção de criação de uma estrutura viária central seguida de uma esplanada livre com perspectiva em aclave que seria coroada com o maior símbolo do poder no Território Federal: o Palácio do Governo. Em volta desse logradouro longilíneo estariam dispostas outras edificações também públicas. Além disso, as vias largas, o tecido urbano ortogonal, a consideração dos elementos construídos pré-existentes ao plano, a destinação de área de pradaria às encostas (barrancos) do meandro na margem esquerda do rio Acre, bem como a desconsideração dos pequenos cursos d’água que se sobrepunham às quadras, marcam expressamente a proposição. É o princípio da tábula rasa.

As edificações com funções públicas teriam destaque nas perspectivas criadas por vias largas, conjuntos de espaços públicos livres que potencializariam as visadas e que comunicariam uma ideia de cidade enquanto obra de arte com *viés Sittiano e do* já citado *City Beautiful Movement*. Outro fato importante destaca-se na concepção do planejamento urbano, diante da preocupação com o ambiente rururbano e até mesmo rural, característica que marca até os dias atuais a concepção indissociável entre cidade e campo dos instrumentos de política urbana aplicados em Rio Branco. Nessa direção, foi proposto um zoneamento e toda a área, num total de 18.019.080m², foi dividida em zona urbana com 1.096.280m², zona suburbana com 16.922.800m² e uma área destinada ao campo para experiências agrícolas. Sobreposta à zona urbana, encontra-se uma área que identifica uma ocupação pré-existente, conforme figura a seguir.

Figura 98 - Plano urbanístico de Pennapolis e seu zoneamento



Fonte: base cartográfica da Prefeitura Municipal de Rio Branco (2010) e do plano urbanístico de Pennapolis (1908), com manipulações nossas. Data: 2016.

A necessidade de edificações novas em função das precárias existentes que desenvolviam funções públicas, além da necessidade de abertura de varadouros, da limpeza dos rios e aquisição de transporte fluvial e de outros meios eram apregoadas como condições essenciais para a estruturação da sede governamental. Isso se evidenciava pelas enchentes sazonais que criavam um isolamento deste com outros assentamentos do Departamento e do Território Federal do Acre, além das outras partes do Brasil e, em especial, da então capital federal, o Rio de Janeiro.

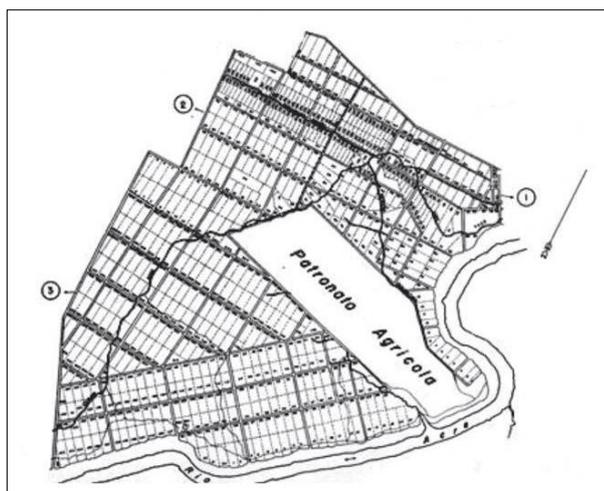
Um importante destaque está no caráter propositivo de tecido urbano interligado ao suburbano até o lugar denominado de Bagé, numa extensão de 6km entre essas áreas. Havia a perspectiva de contemplar no plano urbanístico a conectividade com a já aberta e em andamento Estrada que ligava a Sena Madureira, então capital do Departamento do Alto Purus. Assim, haveria a valorização dos terrenos suburbanos e uma conectividade direta entre a zona urbana e setor periurbano imediato.

Para integrar o conjunto arquitetônico e urbanístico da sede definitiva do governo departamental, Gabino Besouro apontou o seu interesse (ao mesmo tempo em que o descartou) de construção de uma serraria e de uma olaria. A serraria tornou-se inviável dado o alto custo do maquinário que seria equivalente a todo o material trazido de Manaus e Belém já beneficiado. Todavia, evidencia um processo de diálogo com a oferta de matéria prima a ser empregada na construção civil local. Já a olaria se prestaria apenas à produção de telhas, pois os tijolos cerâmicos seriam impossíveis de serem absorvidos na construção civil local. À época,

achava-se que solo era instável e frágil, portanto, não suportaria o peso e o equilíbrio das edificações em alvenaria.

Em contraste com o discurso da nova ordem e da saúde urbana, o cenário da época era tratado como desolador, dada a inexistência de esgoto, de água encanada e de fossas aperfeiçoadas. Da mesma forma que carecia de infraestrutura sanitária, o núcleo demandava a ampliação das escolas, a criação de um Fórum, de uma nova Cadeia e de um Quartel. Outro ponto que merece destaque é a criação das primeiras Colônias Agrícolas. Foram iniciadas em 1908 e correspondem exatamente à zona suburbana do plano de Pennapolis. A primeira foi a Gabino Besouro, a segunda foi Deocleciano Souza, em 1912 e, a terceira, a Cunha Vasconcelos, em 1913. Tais estruturas fundiárias tinham o intuito de assentamento e fixação da comunidade rural em ambiente rururbano e criação de mecanismos de abastecimento da pecuária e da agricultura.

Figura 99 - Colônias Agrícolas Gabino Besouro, Cunha Vasconcelos e Deocleciano Souza. Sem escala.



Fonte: Guerra. Data: 1955.

Figura 100 - Registro Fotográfico de uma colônia agrícola em dezembro de 1912, nas proximidades da sede da cidade de Rio Branco



Fonte: FIOCRUZ. Data: 1992.

O solo da margem esquerda do rio Acre possui uma topografia planialtimétrica ideal para esta etapa dos anseios urbanísticos da época. Seu relevo em aclave a partir da margem o protege das águas e é condizente com as necessidades de salubridade em ambiente urbano diante da tecnologia até então em voga e disponível localmente. Assim, a drenagem pluvial e fluvial tornou-se mais eficaz. A superfície é mais arejada e estava distante das flutuações sazonais das águas dos rios associadas com as das chuvas na Amazônia brasileira. Mesmo nas estações chuvosas, a área não apresentava alagadiços, constituições pantanosas e igapós, elementos estes totalmente condenáveis à época como ambiente propenso à propagação das doenças que assolavam as cidades e, em especial, o Acre.

Figura 101 - Pennapolis, ao fundo, a partir da Villa Rio Branco.



Fonte: DPHC. Data: 1912.

Assim, se ergueu Pennapolis acomodando-se ao relevo acidentado no qual foi implantada a esplanada axial nos modos do *civic design*. Em área de acentuado aclave, foi

posicionado o Palácio do Governo, à época sede da Prefeitura do Departamento do Alto Acre. Compôs-se, assim, uma paisagem para um Estado laico²⁴², ideia aqui retomada para evidenciar a peculiaridade. O elemento predominante do *skyline* da cidade de Rio Branco coloca-se diferente das práticas costumeiras nas cidades coloniais brasileiras. As torres sineiras das igrejas católicas dão lugar à sede do poder civil, expressão maior da ordem. Isso representava o espírito militar republicano empregado na paisagem urbana de um Território Federal no início do século XX. Representava a presença do governo federal diante da anexação do Acre ao Brasil. Constituiu-se uma paisagem urbana expressa pelas Forças Armadas, Política e Soberania.

Outro elemento importante é a área da zona urbana identificada como Prado que corresponde a uma grande faixa marginal ao rio Acre configurada pelos barrancos. Nesta zona não há traçado urbanístico, o que leva a crer que houve uma preocupação com o disciplinamento do uso e ocupação do solo. Neste caso, conforme se percebe até os dias atuais, coloca-se como impróprio para o assentamento e consolidação de ocupação, dada a instabilidade geológica ali existente. A constituição edáfica e os movimentos das águas do curso d'água que o margeia agravam tal vulnerabilidade.

Não se tem conhecimento, dentro dos documentos estudados, a respeito dos lotes, pois a planta do Plano Urbanístico traz como unidade parcelar mínima apenas as quadras. A forma ortogonal em retângulo dos quarteirões, levou a crer que a unidade mínima do parcelamento também tenha fora retangular. O plano trouxe na zona urbana a proposta de 512 (quinhentos e doze) lotes. Os lotes urbanos foram concebidos para o desenvolvimento de atividades eminentemente urbanas, seja por atividades residenciais, seja pelas dinâmicas dos setores secundários e terciários. Já, os lotes da zona suburbana foram concebidos para a implementação de pequenas lavouras e criação de animais.

No Relatório de Governo do Prefeito Epaminondas Jácome que assumiu o governo do Departamento do Alto Acre até janeiro de 1911 como 1º Subprefeito, foram verificadas informações importantes, especificamente sobre a destinação dos lotes. Foi dito que se praticava o aforamento perpétuo para uso privado, já executado também por Gabino Besouro e um de

²⁴²É importante destacar as diversas presenças religiosas ocorridas nesse período no atual Acre, desde as de matrizes africanas, as cristãs até as híbridas como as ligadas ao uso ritual da ayahuasca e as divindades dos povos originários. No Acre, à época, existiam sim religiões. Todavia, a ideia de Estado laico está na perspectiva da constituição da República e da Lei, na isenção e neutralidade da atuação do poder público. Em tempos republicanos, as práticas de fundação de cidades não ocorreram exclusivamente feitas pelo casamento entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa através do padroado, conforme os tempos coloniais no Brasil. O caráter geopolítico de Território Federal imprimiu ao Acre uma constituição da paisagem urbana, ainda que se existissem lotes tanto nessa cidade quanto em outras para os edifícios religiosos nos planos urbanísticos, da força majoritária do cone de visada a partir do Palácio do Governo e não de torres sineiras das igrejas católicas.

seus sucessores, Deocleciano Coelho de Souza, Prefeito Interino entre dezembro de 1909 e junho de 1910. Já os espaços públicos foram ocupados por construções temporárias para responder demandas imediatas. Na sua concepção, abrigariam, posteriormente, edificações públicas de estruturas físicas permanentes.

Sobre as edificações, há pouquíssimo registro. Observou-se o melhoramento dos serviços de carpintaria e o beneficiamento da madeira e acabamento das edificações de caráter permanente. Além disso, houve a importação de palacetes e chalés vindos através dos portos de Manaus e Belém, tanto de uso público quanto de uso privado. Destaca-se um deles, o Palácio do Governo, encomendado pelo Prefeito Acauã Ribeiro, ainda em 1905, e montado na praça central do Plano de Pennapolis. Ademais, observa-se o início de uma prática normatizadora do disciplinamento e do controle urbano proposto pelo governo à época, em função da condenação dos modos vernáculos de construção tratados, a partir de então, como retrógrados e insalubres. Dito isto, observa-se os escritos a seguir:

O difficil escoamento das aguas que empoçam em torno e sob as habitações, construídas acima do solo e assoalhadas com paxiúbas e o deposito de borracha, caucho e sernamby nas que possuem abafados porões, exigem grande cuidado para não se transformarem em perigosos focos de infecção.

Tomando em consideração o livre escoamento das aguas para manter o asseio das moradias, a maior ventilação dos porões, conveniente pé direito e outras condições indispensaveis a saudáveis habitações, tenho estabelecido regras possiveis para as construcções com prévia licença e aprovação das respectivas plantas (BESOURO, 1909 *In*: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2002b, p. 95 [*sic*]).

Percebe-se que ao uso da lei, estaria associada também a utilização modernizadora do modo de construir. A cidade nascida recentemente era reinventada. A tipologia construtiva de edificações em madeiras praticada nessa época torna-se, posteriormente, modelar para as construções locais, as quais são denominadas de “cabocla” por Costa (2010). Trata-se de uma mescla dos modos de construir e habitar local associados aos chalés e palacetes importados. Ao mesmo tempo em que se abriram as possibilidades de importação, Gabino Besouro em seu Relatório de Governo explicou a continuidade do uso da madeira na construção por motivos financeiros, logísticos, de oferta local, entre outros aspectos, conforme observa-se na seguinte citação:

A carestia de todos os materiaes e dos fretes, assim como a de mão de obra, faz com que as construcções nestas paragens, por mais modestas, fiquem também muito caras.

A inconsistência do solo não permite pesadas massas de alvenaria e para estas não há na região nem pedra e nem areia apropriadas, aos alicerces e às argamassas.

De forma que a construção admissível é a de madeira, cuja duração máxima não vai além de 29 anos (...) (BESOURO, 1909 *In*: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2002b, p. 81 [*sic*]).

A madeira predominou por décadas como elemento praticamente único da primordial estrutura e constituição física da construção civil local. Em gestões posteriores, a exemplo da de Deocleciano Coelho de Souza, Prefeito Interino do Departamento do Alto Acre entre dezembro de 1909 e junho de 1910, foi registrado em Relatório de Governo que houve a permanência das edificações em madeira com cobertura de palha e de zinco, cujo maior exemplo foi a residência do prefeito que manteve a tipologia “provisória” e “perecível” dos barracões típicos da primeira fase de construções desde o último quartel do século XIX.

Figura 102 - Pennapolis – Edificação rebuscada na Rua Empaminondas Jácome.



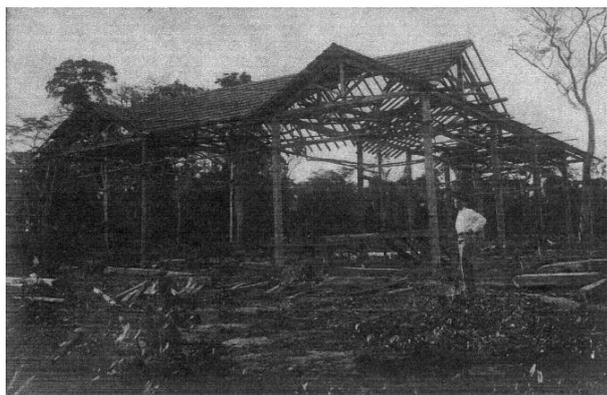
Fonte: DPHC. Data: 1912.

Figura 103 - Pennapolis – Rua Epaminondas Jácome.



Fonte: DPHC. Data: 1912.

Figura 104 - Construção da sede administrativa em Pennapolis.



Fonte: DPHC. Data: 1909.

Figura 105 - Residência do Prefeito Gabino Besouro



Fonte: DPHC. Data: 1909.

Paralelamente, a mesma forma de construir já instalada no arruamento inicial da Villa Rio Branco - com madeiras beneficiadas, telhas metálicas tipo onduladas ou similares, casario geminado em esquema pavilhonar, algumas edificações de dois pavimentos, variação estética na composição da fachada com elementos de adorno, aberturas e platibandas - passaram a configurar também Pennapolis. Foram criadas quadras na zona urbana cujo formato variou entre o retângulo e o quadrado. Algumas outras, em número menor, foram criadas com forma triangular em função de sua adaptação à Avenida Ceará. Já a zona suburbana - diferentemente da urbana que era destinada para fins de moradia, de serviços, comércios, funções públicas e demais atividades - foi destinada à lavoura e à pecuária, por isso sua estrutura parcelar apresenta maior dimensão que as quadras da zona urbana e se aproximam fortemente de uma gleba rural.

Em Pennapolis já não se observavam os barracões, embora esses continuaram a ser edificados na Villa Rio Branco, a exemplo da residência do Prefeito. A nova sede política foi fruto do disciplinamento mínimo imposto pelo poder público. Mesmo assim, a composição edilícia assemelha-se à da margem direita do rio. Por exemplo, houve o uso de madeiras

beneficiadas, variação de gabarito e altura, adornos de aberturas e platibandas e um casario de ocupação contínua ao longo da testada dos lotes e quadras.

Por sua vez, em continuidade aos anseios de Acauã Ribeiro, foi consolidada em Penapolis a tipologia internacional dos chalés e palacetes pré-fabricados e montados na cidade. Vale a pena dizer que esta tipologia circulava em várias partes da Amazônia à época. Surgem suntuosas edificações, ricas em adornos aplicados às empenas e demais faces da fachada, como brasões, guirlandas, rosáceas e demais elementos decorativos que aludem às riquezas dos estuques. Surgem os lambrequins que coroam as quedas d'água em suas laterais e beirais, nos arremates das tabeiras.

Estes elementos compõem com leveza e elegância uma nova paisagem da cidade, de certa forma, aspirante a um cosmopolitismo e conectada às linguagens artísticas, arquitetônicas que o mundo europeu e estadunidense divulgava por meio de catálogos e exposições universais. E que, naquela situação, se chegava junto aos vapores, entre pélas de borracha e mercadorias dos comerciantes aviadores. Ao mesmo tempo, permanecem as marcas caboclas, dos povos originários, do uso dos materiais locais e rústicos. As invenções arquitetônicas não conseguem apagar as permanências das tradições. A ordem do Estado não conseguia gerir as suas próprias obras, conforme se revisita a assertiva do historiador Souza (2018).

Figura 106 - Posto e alojamento de soldados no Distrito de Penapolis, 1912



Fonte: FIOCRUZ, 1992.

Sobre a implantação e disciplinamento das edificações há algumas pontuações a serem registradas. A primeira questão se relaciona ao disciplinamento urbanístico e à abertura comercial para a chegada de novos materiais, bem como à consolidação da sede política

departamental do governo em Pennapolis. Também salienta-se o casario de uso misto implantado sem recuos frontais e laterais para abrigar atividades comerciais, sendo possível perceber tal composição do que corresponde hoje a atual Rua Epaminondas Jácome, que segue paralela ao rio, margeando o Mercado Público.

A segunda questão é o advento dos chalés e palacetes que criam outra configuração urbanística pela sua tipologia e assentamento solto no lote, ladeados por estruturas avarandadas. Estabeleceu uma necessidade de maior espaçamento e modificou a sua relação de implantação, por conseguinte, os modos socioespaciais de habitar. Isso criou obrigatoriamente espaços laterais livres, o que imprimiu na morfologia urbana uma permeabilidade visual e condição arejamento para a composição edificada e o ambiente urbano. Eram as necessidades sanitárias que desagregavam as edificações para permitir maior ventilação e iluminação naturais. E, ao caso do Acre, a necessidade de alpendres, terraços e varandas, tornava-se primordial para conviver com as fortes chuvas e insolação.

A malha urbana foi concebida predominantemente ortogonal como uma grelha rígida, criando quarteirões quadriláteros. As vias do plano urbanístico eram largas e adequadas ao tráfego de transporte motorizado, novidade tecnológica que impulsionou e redimensionou muitos planos urbanísticos de cidades nas experiências nacionais e internacionais à época. Apesar da distância física e temporal que, em certa medida, o Acre experimentou no isolamento geográfico, as estruturas urbanas rio branquenses se anteciparam para abrigar um dos maiores engenhos da Revolução Industrial: o automóvel. Outra justificativa a ser dada pelo traçado é a da salubridade. Vias largas possuem melhores condições de conforto ambiental. O sanitário protagonizou, assim, as concepções urbanísticas no início do século XX.

Pela planta e pelos registros fotográficos da época notou-se a permanência morfológica na atualidade no que diz respeito à grande praça no sentido longitudinal a partir do eixo monumental. Volta-se a menção à marca tipológica do *City Beautiful Movement*, uma vez que ali se concentrariam as atividades cívicas e administrativas rodeadas por um grande espaço público livre. Percebe-se, ainda na zona urbana, a repetição do mesmo traçado no extremo noroeste, possivelmente configurando o que seria futuramente mais um eixo. Pelo registro fotográfico de 1909, constatou-se que há apenas um vazio urbano com relevo acidentado na iminência de um movimento de terra para seu nivelamento do perfil em aclave sem a delimitação física da praça.

A vegetação nativa foi suprimida totalmente naquele perímetro e deu lugar a um cenário descampado de relevo acidentado e planialtimetria que exigiu movimento de terra para

nivelamento. A vegetação que se encontrava era a de capoeira de regeneração na área desmatada. Nos extremos, observou-se a presença dos remanescentes de mata nativa, criando um pano de fundo de maciços vegetados. Percebe-se, ainda, o afastamento da floresta densa daquilo que se erigiria como núcleo urbano, pois eram realidades incompatíveis. Natureza *versus* cidade, respectivamente se colocavam como insalubridade *versus* salubridade, atraso *versus* modernidade. O agenciamento paisagístico não foi perceptível nessa época nem o plano e os relatórios de governo trouxeram quaisquer citações sobre tal elemento.

Nos Relatórios de Governo analisados inexistem quaisquer menções aos mobiliários urbanos. Entre as fotografias analisadas, aparecem, em 1909, apenas dois quiosques próximos à margem do rio Acre, em Pennapolis, que certamente se relacionavam com os fluxos portuários e as travessias fluviais entre as margens.

Figura 107 - Pennapolis – Quiosque localizado na Rua Epaminondas Jácome.



Fonte: DPHC. Data: 1912

Figura 108 - Pennapolis – Quiosque localizado na Rua Epaminondas Jácome.



Fonte: DPHC. Data: 1912.

Vale ressaltar que a escassez de mobiliário urbano se deu em função da ausência de instalações de equipamentos urbanos e de redes e serviços de infraestrutura. Sem iluminação elétrica e esgoto, praças ou ruas definidas e pavimentadas, entre outros aspectos, ficou praticamente nula a necessidade de instalação e existência desses elementos morfológicos. Aos poucos, com a implementação da vida urbana e o prolongar das práticas sociais para a vida no espaço urbano e para a noite, a cidade recebia qualificações em seus espaços públicos livres. Maia (1978) ressaltava o dinamismo noturno de Rio Branco em décadas posteriores. Para a vida social, oficialmente ocorriam as retretas na Praça localizada no eixo monumental já citado. Simultaneamente, os prostíbulos da Seis de Agosto, do Beco do Mijo e do Papouco, bairros e localidades da área central rio branquense, também ofereciam outros tipos de diversão aos notívagos urbanos. Havia o culto aos hábitos citadinos e urbanos e a edificação de uma cidade sem estrutura urbana. A paisagem da cidade de Rio Branco foi moldada ao longo dos anos sem infraestrutura e marcada por vazios urbanos que até hoje configura a sua área central. Uma cidade em busca de sua completude e do urbano.

Primeiro Plano de Colonização Agrícola (1908)

Corresponde ao desdobramento do zoneamento proposto pelo Plano Urbanístico de Pennapolis, de 1908, na zona suburbana e de experimentação agrícola a oeste da área central e urbana. Guerra (1951) trata como o primeiro período de expressivo povoamento. Foram instituídas em Rio Branco três colônias agrícolas pioneiras: Gabino Besouro em 1908,

Deocleciano de Sousa em 1912 e Cunha Vasconcelos em 1913. O autor destaca que para esse primeiro momento não houve qualquer preparação e planejamento para o “caboclo” que exploraria aquelas terras. Apenas estimulou-se que se tomasse posse dos lotes. Isso resultou, em curto tempo, na transformação dos lotes em mini fazendas, segundo Franca (2009), desviando o propósito de assentamento e de produção diversificada.

Esta área tornou-se, com o passar dos anos, adensada e ocupada, caracterizada como zona urbana dentro da dinâmica contemporânea de Rio Branco. Atualmente corresponde à área do bairro Sobral, Preventório e adjacências. À época, possuía igarapés e estradas pré-existentes. Ratificava a vocação e destinação de Rio Branco às atividades agropecuárias, como também a uma mentalidade predominante na constituição econômica nas cidades brasileiras do início do século XX. Buscou fixar a população que migrava dos seringais para a cidade diante dos movimentos cotidianos dos interesses diversos, porém, massificado pela crise da Borracha já alarmada no início da década de 1910. Foi estimulada a produção agropecuária para consumo de subsistência e para abastecimento do mercado local. Inventar a cidade era também inventar a produção e o abastecimento.

Plano de Embelezamento (1911)

Em 1911, sob a Prefeitura de Deocleciano de Souza, foi elaborado o “Plano de Embellezamento de Pennapolis”. O autor foi o Engenheiro Bendito Ghiglionne e consistia na elaboração de jardins em vários espaços da cidade, além da construção de pontes²⁴³. Havia um apelo forte higienizador e sanitarista nesse viés estético associado à presença da vegetação embelezadora e modernizadora no ambiente urbano. Além disso, buscou-se o melhoramento da imagem da cidade com a regularização do desenho urbano, a dotação de infraestrutura mínima de conforto para os transeuntes nas ruas.

Cabe destacar que esse período, após a consolidação do Território Federal e da estruturação mínima dos governos locais, as cidades acreanas passaram por um processo de organização físico-espacial. Arruamentos, nivelamentos, alinhamentos, esgotamento mínimo, aterros, ajardinamento, pavimentação, sinalização e identificação dos logradouros, entre outras benfeitorias foram praticadas. Foi também o momento de redação, publicação e busca de aplicabilidade no cotidiano dessas cidades de uma legislação básica para o disciplinamento do uso, intervenção e ocupação do solo urbano, além de orquestrar o funcionamento da cidade.

²⁴³ Folha do Acre, Cidade da Empreza, 16 de julho de 1911, Anno I, nº 46, p.2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Códigos de obras e códigos de posturas foram revisados ou instituídos em busca de ordem, de zelo e da boa convivência urbana. Foram também desenvolvidos os planos urbanísticos, ou as plantas diretoras, ou, simplesmente, as plantas que retificariam as pré-existências e orientariam com disciplinamento do controle urbanístico as futuras intervenções. Este processo ocorreu, na primeira década de criação do Território Federal do Acre, em cidades como Rio Branco, Seabra (atual Tarauacá), Xapuri, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

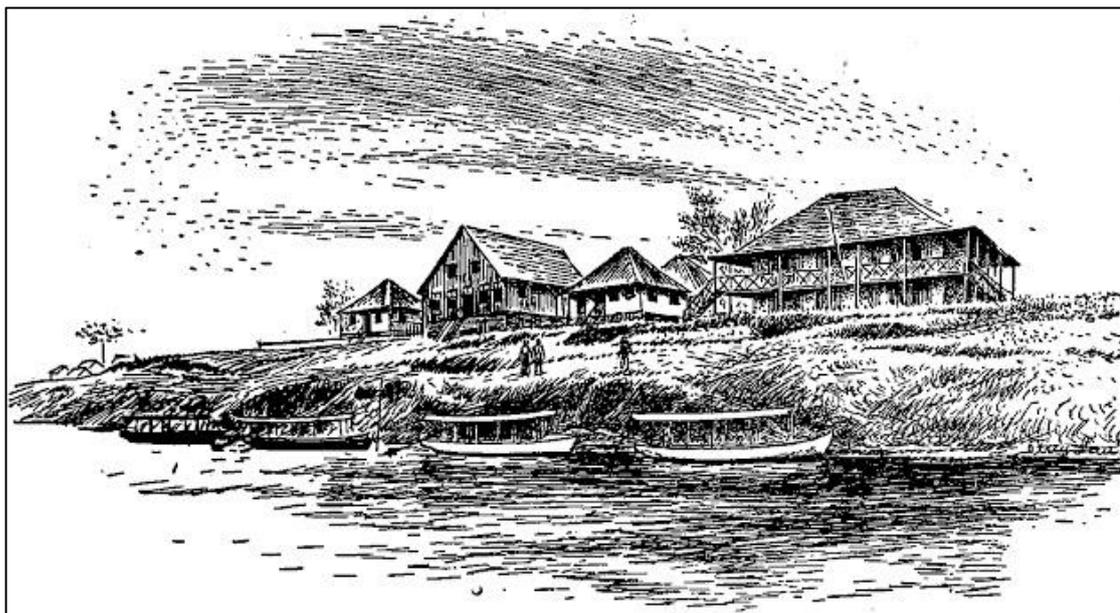
Seabra

Esta é a quarta cidade sede departamental, do governo territorial do Departamento do Tarauacá criado, por último, em 1912. A sua origem remonta anos anteriores a essa jurisdição geopolítica. Assim, nas terras povoadas pelas etnias Kashinawas e Jaminawas, a origem de assentamento urbano está associada à fundação do Seringal Foz do Muru, na confluência dos rios Muru e Tarauacá, ocorrida em 1899, por seringalistas. Em 01 de janeiro de 1907 foi criada a Villa e foi denominada de Seabra, em homenagem ao então Ministro da Justiça e Interior do Governo de Rodrigues Alves, José Joaquim Seabra, tratado, à época, como “eminente estadista”. Foi cedida à Prefeitura uma área de 250.000m², pertencente ao Seringal Novo Destino, sob o comando da firma J V Menezes & Filho, representado pelo Coronel Juvencio Victorino de Menezes. Foi desmembrada do Alto Juruá e passou a ter a sede administrativa local na “Foz do Muru”. O nome Seabra permaneceu até o ano de 1920²⁴⁴, quando foi alterado para o nome que segue até os dias atuais, Tarauacá. O município foi criado em 24 abril de 1913²⁴⁵.

²⁴⁴ BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 14.383, de 1º de Outubro de 1920. Reorganiza a administração e consolida as disposições sobre a justiça no Território do Acre.** Rio de Janeiro: 1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14383-1-outubro-1920-505535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

²⁴⁵ IBGE. Tarauacá-AC. Histórico. Disponível via: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PTgDCORQxxAJ:https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/acre/tarauaca.pdf+&cd=17&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>. Acesso em 29 de jan. de 2020.

Figura 109 - Desenho do Seringal Foz do Muru, de Percy Lau.



Fonte: IBGE - Livro Tipos e Aspectos do Brasil (1956).

Figura 110 - Rua do Comércio, da cidade de Tarauacá (antiga Seabra).



Fonte: Guerra (1955).

Ainda em 1904 pertencia ao Departamento do Alto Juruá, o maior entre os 03 (três) que existiam no Território Federal do Acre desde 1904. Já em 1912, passou a pertencer ao Departamento do Tarauacá, sendo sede departamental, conforme o já citado Decreto Federal nº 9.831 de 23 de outubro de 1912. A denominação Tarauacá, dedicada originalmente ao rio em que a cidade se situou, tem origem indígena e significa “rio dos paus ou das tronqueiras” ou “água de muitas folhas”²⁴⁶. Data-se a ocupação não indígena ainda na última década do século XIX.

²⁴⁶

As construções iniciais são marcadas pela supressão da floresta e a criação de um Posto Fiscal e a abertura de uma avenida de oito metros de largura que seguia sentido terra firme, batizada de Av. D. Constância. Seguiu até atingir uma praça, denominada de 1 de janeiro, em homenagem à data de fundação da Vila. Do lado direito da avenida, foram preservadas as árvores e dedicadas ao uso de “recreio” como o Bosque Anísio de Abreu. Desse gesto inaugural, foi complementado e batizado o arruamento inicial: duas “ruas da frente” chamadas de D. Innocencia e Coronel Frota; três vias paralelas chamadas Raymundo Cidade, Coronel Patriolino e Coronel Juvencio; e cinco vias perpendiculares batizadas com denominações das etnias indígenas: Squinaua’s, Catiquinas, Jaminaua’s, Colinas e Copanaua’s²⁴⁷. Além dos etnotopônimos, percebe-se a designação dos logradouros públicos pelo uso das esposas e dos homens empresários daquelas terras no emprego, em vida, do ato inaugural e batismal daquele núcleo proto-urbano.

Ainda nesses momentos iniciais constava a construção de diversas edificações de uso público e coletivo: a igreja, a casa de câmara, cadeia e quartel, capela e cemitério, edifício para o comando da Guarda Nacional, escola, posto federal, coletoria da prefeitura e enfermaria. Todas essas obras foram custeadas e executadas sob as responsabilidades dos empresários daquela região, sem qualquer custo ao governo local²⁴⁸.

Plano urbanístico da Villa Seabra

Em 1907, o Engenheiro Chefe do Departamento do Alto Juruá, Antonio Lins, desenvolveu a primeira planta da Vila, denominada à época, de Seabra, correspondente ao núcleo do assentamento que deu origem ao atual município de Tarauacá²⁴⁹. Foi instalada no mesmo lugar do assentamento inicial, na margem esquerda do rio Tarauacá, com a foz do rio Muru. O terreno apresentava terra firme e uma planície extensa na interiorização para aquele iminente assentamento. Em 06 de março deste mesmo ano da elaboração projetual, o Engenheiro, sob instalação mínima de escritório e oficina, realizou a abertura de uma via, com o desmatamento e destocamento da floresta encontrada. A estrada tinha 20m de largura e 100m de extensão. A pré-existente Villa Seabra, segundo o profissional projetista, foi instalada numa área alagadiça e que sofria com as subidas sazonais das águas, o que implicou na necessidade imediata de construção de uma ponte para acessá-la.

²⁴⁷ O Cruzeiro do Sul. Orgam Oficial. Território do Acre. Brasil. Juruá. Cruzeiro do Sul, 3 de fevereiro de 1907. Anno II, n. 30, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ *Ibidem*. nº43, pp. 1-2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

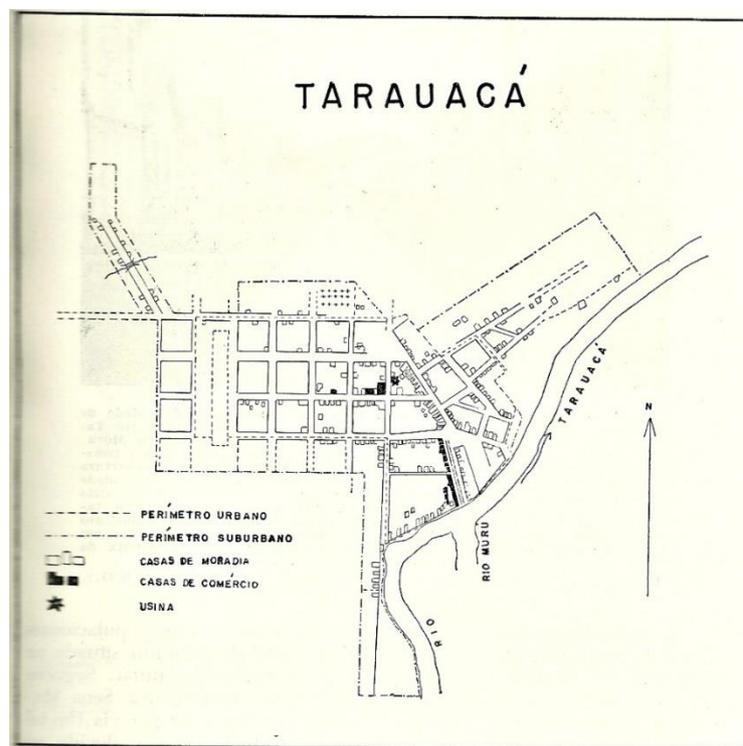
A consolidação da Villa Seabra era vista pelo Engenheiro Chefe como uma solução primordial aos fluxos de mercadorias naqueles rios: Muru e Tarauacá, pois sofriam com as grandes estiagens e secas daquelas águas. Isso implica diretamente na dificuldade de abastecimento dos seringais. Portanto, a efetivação, por parte do governo departamental, deste núcleo de ocupação, advém da necessidade da logística de recepção e distribuição de mercadorias para enfrentar o inverno e o verão amazônicos. Segundo o engenheiro Antonio Lins, a criação de uma vila com barracões permitiria um abastecimento estratégico para a comercialização estável e fixa ao longo de todo o ano na foz do rio Muru.

A área definida para a Villa Seabra foi traçada *in loco* com a via inaugural e estava circunscrita numa área de 200.000m², com dimensões de 500m x 400m. Advogava pela qualidade ambiental: era ventilada, em terra firme e dotada de água potável. O perímetro inicial foi parcelado em 19 quarteirões, com medidas padrão de duas tipologias, uma de 10m x 30m e a outra de 10m x 40m. Um desses quarteirões foi escolhido para abrigar serviços públicos imprescindíveis para as atividades administrativas e organização da Vila. Houve a previsão da permanência do Posto Fiscal ali pioneiramente instalado, além das novas construções públicas: Coletoria da Prefeitura, Escola, Comando Superior da Guarda Nacional, Cadeia, Quartel, Casa de Câmara e um Hospital²⁵⁰. Foi reservada também uma praça quadrada com 110m de lado, onde seria erigida uma Igreja Católica.

No Relatório apresentado há o registro das “iniciativas privadas”, a exemplo da autorização para a construção dos barracões de comércio e serviços por parte dos proprietários. Houve também o desmatamento do terreno, sob a responsabilidade do Coronel Juvencio Victorino de Menezes, então proprietário do Seringal Novo Destino no rio Tarauacá e da empresa J V Menezes e Filho, com a participação do Sr. Raymundo Costeira e do Coronel Ramiro Chaves, sem ônus para a Prefeitura Departamental do Alto Juruá. Estes serviços iniciais foram fiscalizados pelo engenheiro da prefeitura, Dyonisio Dantas. A planta da cidade de Tarauacá, apresentada por Guerra (1955), permite perceber o traçado urbano do plano inicial em quadrículas, à margem esquerda do rio Tarauacá com a Foz do rio Muru.

²⁵⁰ *Idem.*

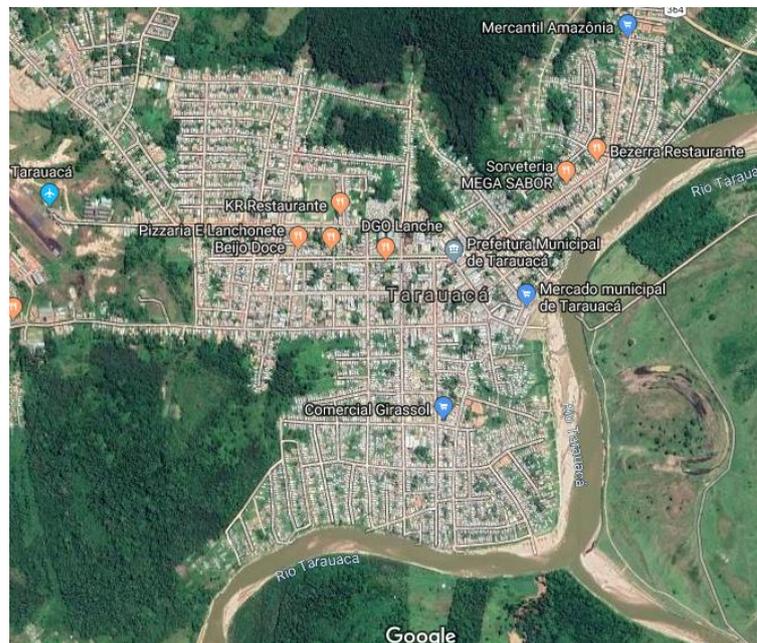
Figura 111 - Planta da cidade de Tarauacá (antiga Seabra) na década de 1950.



Fonte: Guerra (1955).

Às construções seria usada a alvenaria em tijolos cerâmicos. A partir de outras experiências urbanísticas localmente, depreende-se que havia a necessidade de modernização, como também de salubridade e perenidade das edificações. Para tanto, houve a proposta de construção de uma olaria para facilitar a produção e o acesso aos materiais cerâmicos. Um item recorrente em seu relato é a presença da água no assentamento pré-existente. Salienta a necessidade de construção de uma ponte para conectar o porto à Vila, especialmente nos meses de inverno. Além disso, era urgente a instalação de um trapiche para o apoio na circulação fluvial a partir do eminente núcleo urbano. Parte dos lotes foi comercializado e parte foi cedido a trabalhadores e pessoas pobres e como contrapartida, desenvolveriam atividades e produção agropecuária. Observa-se um protótipo das Colônias Agrícolas praticadas declaradamente em outras cidades nessa mesma época.

Figura 112 - Imagem de satélite atual da área central urbana de Tarauacá. Sem escala, sem orientação magnética.



Fonte: *Google Earth*²⁵¹. Data: 2020 (captura).

Uma planta foi confeccionada pelo Engenheiro Chefe Antonio Lins, datada de 22 de fevereiro de 1907, todavia, não foi localizada durante as pesquisas da tese. Ao que parece, a origem da cidade de Tarauacá (antiga Villa Seabra) está alinhada com as demais cidades acreanas. Trata-se de um assentamento imposto numa pré-existência de estrutura de empresa seringalista, composta por barracões e outras construções associadas, que se sobrepuseram às existências/aniquilamento dos povos originários. O traçado urbano das vias prático e objetivo, característicos dos planos militares instalados nas cidades simultaneamente no então Território Federal, evidencia-se pela presença e permanência de uma retícula ortogonal até os dias atuais. Tal forma se sobrepôs, de acordo com as práticas de planejamento à época, a uma pré-existência de uma geografia física amazônica, muitas vezes não levada em consideração, em seu relevo, recursos hídricos, vegetação e constituição geológica, por exemplo.

Observa-se o caso específico do uso das vias urbanas suspensas, bem como do acesso às casas, todos em trapiche, nome local dado às estruturas em palafitas de madeiras construídas e elevadas do chão, seguidas de uma superfície em tablado contínuo. Nas casas são observadas as mesmas estruturas em baldrames, que descolam cada edificação do solo úmido, sujeito aos alagamentos sazonais. As construções se apresentam ao gosto do modismo estilístico

²⁵¹ Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Tarauac%C3%A1+-+AC/@-8.1612626,-70.7745263,3089m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x919b22534ee0316f:0x68af212ba0a31138!8m2!3d-8.1608977!4d-70.7652128>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

e da linguagem que se universalizou naquela região após a anexação do Acre ao Brasil. Há uma marcenaria e carpintaria refinadas, que dialogam com os chalés importados que circulavam noutras partes do Território Federal do Acre.

Conforme visto na imagem de satélite, a Rua do Comércio seguiu perpendicular às águas ali dominantes. A cidade apresentava, percebido também no mesmo registro fotográfico, uma massiva construção em madeira, que não se limitava às estruturas edificadas isoladamente. Incluía infraestrutura urbana, como eram as ruas e acessos a cada edificação, tudo em trapiches e palafitas. Para Maia (1978), esta cidade tornava-se “singular e pitoresca”, ser suspensa em barrotes, semelhantes a “pernas de jaburus” em função da excessiva umidade do solo agravada no inverno. O solo fofo se constituía em lama escura nos períodos chuvosos. É o ambiente amazônico e a sua teimosia na permanência, apesar de tantas intenções e gestos cegamente modernizantes.

4.3. United States Of Acre²⁵²

No capítulo 3, as relações do Brasil com o EUA nas negociações e concepções geopolíticas do Acre foram abordadas e apresentadas através da íntima relação estabelecida entre os dois países. Aqui se vê, como uma continuidade desta etapa da pesquisa, ao relacionar a constituição de culturas urbanas associadas às referências estadunidenses. Os escritos neste subcapítulo avançam no sentido modelar como uma prática pré-imperialista velada, que permeia as experiências de vida dos cidadãos, bem como a existência das urbes acreanas em si.

A questão estrutural deste conteúdo está, repete-se, na constituição do Território Federal do Acre, criado em 1904, a partir da anexação dessa porção territorial ao Brasil propiciada pela assinatura do Tratado de Petrópolis, entre o Brasil e a Bolívia em 17 de novembro de 1903. Este fato engendra a busca da construção da identidade brasileira, diante do emergente espírito republicano em consolidação. Narrativas consagradas atribuem a relação de existência e estruturação do Território Federal à Europa, como uma herança da prática de conquista territorial lusitana, a exemplo de Tocantins (1962). Outros estudos, mais contemporâneos como os de Campos (2004) e Carneiro (2016a) ampliam a perspectiva histórica

²⁵²A ideia deste subcapítulo é da ênfase ao poder dos EUA sobre as questões do Acre formal, Território Federal e brasileiro. Não se assume perspectivas imperialistas nas nomenclaturas, pelo contrário, o uso dos títulos parte das críticas sobre as standardizações e alegorias na relação Brasil-EUA. Também se fez objetivo dialogar com a matriz estadunidense que referencia a constituição e o funcionamento do Território Federal do Acre e amplia para além das perspectivas ocidentais e eurocêntricas o processo de formação urbana.

e entrelaçam a força motriz dos EUA no processo de litígio, anexação, instauração do Território Federal do Acre e da sua urbanização, ainda que brevemente.

Incrustrado num suposto silêncio e vazio geográfico secular “esquecido” pelas coroas portuguesa e espanhola, a porção territorial onde hoje se encontra o estado do Acre passou a ser alvo de cobiça no último quartel do século XIX. Lá existia a mais rica reserva natural de seringueira, da qual se extraía o látex e que alimentava os países industrializados. Estes últimos, protagonizados pelos Estados Unidos e pelos europeus, forçavam o litígio entre o Brasil, o Peru e a Bolívia sobre tal território.

Seja por acordos diplomáticos, seja por cessões de usufruto através da *chartered companies*²⁵³, a exemplo do *Bolivian Syndicate* havia a pressão dos EUA sobre os interesses naquela região. Outras relações, não oficiais, são igualmente debatidas, a exemplo da força imperialista exercida sobre o Brasil. Na primeira parte, denominada “*Yes, nós temos borracha*”²⁵⁴, há, com brevidade, a apresentação da mudança brusca do suposto esquecimento e desinteresse secular do território acreano à erupção da ocupação e exploração em fins do século XIX. O interesse frenético e progressivo é arquitetado pela força imperialista tanto dos britânicos quanto e, principalmente, dos EUA.

O Brasil passa a ser o maior exportador de látex no mundo. Em continuidade, ocorre a *Rubber Rush*²⁵⁵, uma disputa acirrada entre os EUA e a Grã-Bretanha na Amazônia, seja pelo domínio das Casas Aviadoras, seja pela posse do território, seja pelo consumo do látex para as necessidades industriais e urbanas ascendentes, seja pela pressão bélica diante do litígio entre o Brasil e a Bolívia. Esta etapa dos estudos se conclui com a abordagem do nascimento da *Latex Republic*²⁵⁶, com a apresentação da engrenagem do Acre no sistema mundial do trabalho industrial. Consolida-se, portanto, como exportador principal do leite da seringueira amalgamado e defumado em volumes esféricos.

²⁵³ Companhias de cartas.

²⁵⁴ Embora a banana seja um símbolo da produção agrícola na exportadora Guatemala ao mundo europeu no período das Revoluções Industriais (HOBBSAWN, 1988), o Brasil no século XX tem sua imagem atrelada a essa fruta pela presença de Carmem Miranda, travestida de baiana a qual adornava sua cabeça frutas tropicais, entre elas, a banana. Ademais, cantarolava em seus shows músicas ufanistas nos EUA, entre elas a *Yes, nós temos banana*, de composição de Braguinha, de 1938. Suas apresentações se enquadram no o jargão de apresentações “para inglês ver”. Numa analogia, faz-se aqui menção a essa lógica agroexportadora das iminentes colônias na América diante das grandes potências industriais europeias e estadunidense.

²⁵⁵ Significa Corrida da Borracha, termo comumente utilizado nesse período estudado.

²⁵⁶ Hobsbawm (1988) apresenta a Guatemala como a *Banana Republic* na extremidade da economia mundial da industrializada Grã-Bretanha, esta oficina central. Numa analogia, o Acre passa a ser no século XX a *Latex Republic*.

A segunda parte se refere à consolidação do Acre enquanto território nacional. Diz-se, portanto, que “O Acre existe e é americano”, ao denotar a força intelectual, cultural, política, geográfica, urbanística e, principalmente, econômica em que os EUA exerceram sobre a criação do Território Federal e a sua consolidação na primeira década. São pontuadas questões que deduzem uma fusão (simbólica) entre os dois países, o que resulta em “Cidades e Cidadãos Yankreanos”. Os EUA passam a ser referência ao Brasil e no caso acreano, definem os dois primeiros *Planos Urbanísticos*, o da *Villa Rio Branco (1905)* e o de Pennapolis (1909) da cidade de Rio Branco baseadas no *City Beautiful Movement*. Os produtos *Made in EUA* são consumidos cada vez mais no meio acreano.

Este subcapítulo é concluído através de considerações parciais na reafirmação da ideia de que os EUA têm força fundamental na criação do Território Federal do Acre. E esta assertiva se localiza desde o pensamento político e concepção geográfica, até a urbanização da cidade de Rio Branco. Acrescenta-se a tal condição, a instalação da prática urbana fundamentada no consumo material e cultural, relacionando-se ao já consagrado e compreendido eurocentrismo, e surgindo o “estadunidocentrismo”²⁵⁷.

Yes, nós temos Borracha

Na Historiografia produzida acerca do Território Federal do Acre²⁵⁸, é comumente interpretada a relação com os Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial. À época, o Brasil recrutou homens nordestinos a serem Soldados da Borracha. Partiam para a Amazônia a fim de cortar seringa²⁵⁹ e produzir as pélas²⁶⁰ de borracha que seriam enviadas aos EUA industrializados e sedentos por esta matéria prima. Lá havia uma produção automobilística crescente, entre outras tecnologias que demandavam o emprego da borracha nos artefatos. O Brasil alimentaria a necessidade urbana e tecnológica da grande potência mundial e, em contrapartida, receberia material bélico de ponta produzido pelos estadunidenses para a sua Defesa. Essa história talvez seja a mais clara e dissertada dedicada aos EUA em relação ao Acre enquanto Território Federal.

²⁵⁷ Adota-se tal neologismo numa analogia ao termo eurocentrismo. Até a conclusão da pesquisa, não foram encontradas literaturas que expressassem a lógica da soberania imperialista e da relação especular que o Brasil, submisso, buscava diante dos EUA.

²⁵⁸ O Território Federal do Acre foi criado em 1904 e extinto em 1962, quando tornou-se Estado.

²⁵⁹ Nome popular ao modo de extrair o látex da seringueira.

²⁶⁰ Volumes esféricos que acumulam o látex a partir de um processo com fumaça. A partir disso criam as bolas, ou as pélas, numa referência à denominação em língua espanhola: pelotas.

Todavia, sabe-se que mais de 50 anos antes, não apenas os planos urbanísticos e a concepção geopolítica, mas também e, principalmente a força imperialista dos EUA, marcaram a ocupação, disputa e anexação do território acreano ao Brasil. É justamente essa fase anterior, o do início desse processo e da constituição do Acre enquanto Território Federal, que cabe nos escritos desta tese. O território acreano passa a ser alvo de cobiça não só entre os países fronteiriços, mas também pelas grandes potências industriais só a partir do último quartel do século XIX. Carneiro (2016a) escreve que o litígio entre Brasil, Bolívia e Peru é, na verdade, provocado por necessidades exteriores aos países circunvizinhos. A necessidade advém essencialmente das referidas metrópoles industriais.

Até então, desde a Colônia, é possível verificar a imprecisão da definição cartográfica e o suposto “desinteresse” àquela porção de terras entre os Andes e a Amazônia dos grandes vales de rios caudalosos. O Brasil tornou-se independente em 1822 e implanta-se o sistema de Império. Em 1889 houve a Proclamação da República e permanecia o território nacional indefinido, especialmente na fronteira em tela. As últimas definições para a precisão de seus limites ocorreram apenas em 17 de novembro de 1903, quando foi assinado o Tratado de Petrópolis entre o Brasil e a Bolívia e o Acre incorporado definitivamente ao Brasil. E, em 1909, diante da assinatura do Tratado Brasil-Peru com a definição da “última fronteira”.

Num panorama traçado entre as grandes cidades brasileiras, especialmente as portuárias tanto as da costa atlântica, quanto as “metrópoles” amazônicas Belém e Manaus, percebe-se a prevalência do eurocentrismo no Brasil republicano. Contudo, paralelamente, emergia um novo Brasil que se criava. E esse desenho tinha como fundamento a nova referência de Nação, que eram os EUA. Para aquela situação inusitada, a Constituição Brasileira não previa em sua letra o ente denominado de Território Federal, a busca de experiência análoga foi exatamente a estadunidense (TEMER, 1976).

Iniciava uma “Corrida para a borracha” a um território supostamente desconhecido, esquecido e de desinteresse. O que as abstrações cartográficas coloniais e imperiais não cobriam, agora passava a ser especulado, invadido, disputado, pois possuía a maior reserva natural de seringueiras do mundo. Era a Amazônia peruana e boliviana que, futuramente se tornaria o Acre brasileiro, se transformava repentinamente numa República do Látex.

Rubber Rush na Latex Republic

Sabe-se que antes da ocupação massiva no fim do século XIX houve, na primeira metade deste mesmo século, algumas expedições para exploração e conhecimento da área, já

debatidos em capítulos anteriores. Entre elas, houve o conhecimento do uso indígena da seiva. Todavia, só a partir da segunda metade do século XIX se intensifica a exploração extrativista nessa área. Para tanto, é imposto pelo governo federal a ida massiva de uma população essencialmente masculina do atual Nordeste para a região amazônica. Sob os interesses da estrutura mundial do capitalismo em que posicionava aquela prática, simultaneamente, se inventava o Acre como periferia agropastoril exportadora (CARNEIRO, 2015, 2016a).

Antes de qualquer discurso patriótico, de defesa das fronteiras pelo interesse da unidade nacional, desde o século XVIII, as metrópoles já sabiam da existência e localização da reserva natural da seringueira. E coincidiu de ser naquele território de “desinteresse” para Portugal e Espanha em tempos coloniais. As metrópoles agiram no tempo tecnológico conveniente com suas próprias demandas, diante da sede industrial pelo ouro negro²⁶¹, que efetivou a “corrida para a borracha”. Importante destaque a fazer é a quebra do monopólio britânico em todas as transações com o Brasil: aviamento, arrendamento, sindicatos, importação, exportação, entre outros e a ascensão estadunidense nessa esfera.

Importante também realçar os avanços dos Estados Unidos da América e da Alemanha no processo de industrialização, o que criaram competição com a hegemonia da Grã-Bretanha, tanto nas colônias dentro dos mecanismos imperialistas para a obtenção da matéria prima, quanto nos novos mercados a serem alvos do consumo dos seus produtos. Isso fica claro com a força em que o caso estadunidense exerceu não apenas na geopolítica da constituição do Território Federal do Acre, como também nos planos urbanísticos e bens de consumo material naquela realidade local.

O avanço dos países industrializados na busca de suprimento de matéria prima fez reestabelecer relações ultramarinas, no caso dos europeus, e inaugurar a relação intracontinental, no caso da América. Novas colônias foram constituídas por esses países e, no caso brasileiro, os negócios com a produção agrícola, a exemplo do café e da borracha, foram decisivos no estabelecimento de tal relação. A Amazônia brasileira passou, a partir da segunda metade do século XIX a ser a maior exportadora do mundo de borracha, pelo modo unicamente extrativista do látex e manipulação para a confecção das *pélas* gomíferas que eram despachadas, via Manaus e Belém, aos já aludidos mercados internacionais.

²⁶¹ Denominação dada à borracha, certamente pelo processo de confecção das *pélas* por um método que usa fumaça para o enrijecimento e que resulta numa cor preta de cada volume.

Segundo Hobsbawm (1988) o capitalismo, além de se tornar internacional na sua prática, torna-se assim também na sua na teoria, pois estabeleceu a exteriorização e universalização da divisão do trabalho. Desse modo, a Grã-Bretanha passou a se alimentar da matéria prima do Brasil e este passou a consumir os produtos manufaturados nesse fluxo. E no caso do Acre, que era a periferia e extremo dessa lógica da cadeia da força de trabalho, foi o ambiente de maior oferta do leite da seringueira para as necessidades industriais emergentes. Esta força imperialista transformou o território acreano, adaptando o termo do autor usado para o caso da Guatemala com as bananas, numa *Latex Republic*, dentro dessa trama capitalista.

A Grã-Bretanha perdeu a hegemonia e o status de “oficina do mundo” conforme Hobsbawm (1988) aponta, que mantinha até a década de 1860. Nesse cenário, outros Estados Metropolitanos emergiram no cenário internacional da economia industrial: os EUA e a Alemanha. Portanto, para o autor, a denominada “Era do Império”, passou a ser não mais monocêntrica. E é nessa quebra de hegemonia que outras forças imperialistas atuam no cenário acreano agroextrativista que se formaria com urgência.

Diante deste contexto exploratório, as *Chartered Companies* aportam no território brasileiro e, especialmente amazônico. Entre elas, o *Bolivian Syndicate*, um consórcio estabelecido entre os EUA e a Grã-Bretanha, que arrendou da Bolívia a porção territorial do Alto Acre por 30 (trinta) anos, a partir de 1901. Entidades empresariais passaram a exercer papel que antes cabia apenas ao Estado. Com a anexação do Acre ao Brasil, no Tratado assinado ficou estabelecido uma das contrapartidas brasileiras seria a indenização ao *Bolivian Syndicate*. O governo brasileiro receava a apropriação desta Companhia para transformar a região Alto Acre e estabelecer relações de domínio político e instituir uma nova colônia, como acontecia simultaneamente na África (CAMPOS, 2004; T.FERNANDES, S/D; ALBUQUERQUE, 2015).

Uma das características desse período, fins do século XIX, denominada de “Segunda Revolução Industrial”, está associada à massificação dos bens de consumo advindos da indústria. Tais bens produzidos em larga escala passaram a ser incorporados na vida cotidiana social, urbana, do ambiente de trabalho e doméstica. Neste sentido, o fluxo entre o Acre e os países industrializados se deu pela oferta, deste primeiro, da matéria prima e, do segundo, a oferta de bens materiais como sinônimos de novidade, modernidade, praticidade e de desenvolvimento.

Destarte, num tom irônico, Hobsbawm (1988, p. 50, negritos nossos) destaca que

A economia da Era dos Impérios foi aquela em que Baku (no Azerbaijão) e a bacia do Donets (na Ucrânia) foram integradas à geografia industrial, ao passo que a Europa exportava tanto bens como moças a cidades novas como Johannesburgo e Buenos Aires, **e aquela em que teatros de ópera foram erguidos sobre os ossos de índios mortos em cidades nascidas do boom da borracha a 1600 quilômetros rio acima da foz do Amazonas.**

O autor trata especificamente dos luxuosos Teatro da Paz em Belém, no Pará e o Teatro Amazonas, em Manaus, no Amazonas. Sua perspicácia textual denuncia a violenta inserção desses lugares na escala mundial da economia industrial na posição periférica. A violência está na cultura e na história, na exploração econômica e na urbanização frenética que essas cidades tiveram à época. Acrescenta-se maior ênfase a esse golpeio cultural e, especialmente, físico à população. No caso das cidades citadas, a ocupação não indígena já existia por alguns séculos, antes da sede dos países industrializados pelo ouro negro.

No caso do Acre, a ocupação não indígena só se deu a partir do último quartel do século XIX, quando ali já existiam mais de 50 (cinquenta) etnias indígenas. Atualmente resistem, dentro de um processo de revitalização cultural e de autodenominação, apenas 13 (treze), conforme debatido no capítulo 1. No caso do Acre, a periferia da periferia, não houve construção nenhuma de Teatro de Ópera, mas as modestas vilas de entreposto comercial e os seringais foram erigidos sobre os índios vivos nesse genocídio ocorrido em poucos anos. E, a quase 1.500 (mil e quinhentos) quilômetros de distância, rio adentro, de onde o autor já reconhecia ser os confins de um processo “civilizatório” da engrenagem capitalista industrial.

O Acre existe e é americano

Figura 113 - LIÇÃO DE GEOGRAPHIA, por C. Miragy

TIO SAM: De quem é o Acre, menina? Diga isso bem alto para ser ouvido até no Brasil.
A MENINA (gritando): - Mas estou farta de o dizer...O Acre é de vossa senhoria, senhor mestre!...



Fonte: Jornal do Brasil (1902)²⁶²

Os EUA agiam em função de seus interesses próprios tanto do lado boliviano, ao arrendar suas terras e a oferecer recursos bélicos para uma iminente guerra com o país vizinho, quanto do lado brasileiro. Martins (2010) ao discutir a construção de uma *intelligentsia* nacional a partir do Modernismo que contribuiu para a instituir o que seria a identidade cultural brasileira, destaca alguns gestos diante da novidade da República. Era um Brasil que desconhecia a si próprio e o projeto novo, tornou-se velho por todos os problemas sociais pré-existentes e emergentes no Brasil republicano, pela estrutura oligárquica que se instala no governo. Ou como o autor cita, amparado pelo Professor de História Nicolau Sevchenko, o Brasil se insere na *Belle Époque*²⁶³ de maneira compulsória e contraditória.

Nesta assertiva cabem dois comentários. O primeiro se refere ao discurso pré-modernista, ou que antecipa a construção da identidade cultural brasileira, como sugere o autor, ao universo europeu, apesar da própria ideia de identidade cultural ser reducionista e problemática. O segundo comentário é justamente o do espírito da época não apenas orbitar na bela época do afrancesamento, mas às novidades da “América” emergente. Nesse sentido, cabe aqui compreender que os EUA são peça fundamental para a construção senão de uma *intelligentsia*, ao menos, de uma perspectiva político-cultural do novo status cívico do Brasil: a República.

²⁶² Transcrição. Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, 15 de julho de 1902, Nº196, capa.

²⁶³ Termo polêmico que não cabe aqui o debate, mas, grosso modo, traduz o espírito de importação da cultura (arquitetura, artes, paisagem, produção intelectual, modos de vida etc.) especialmente advindo França.

Atique (2010) informa que o Brasil do início do século XX buscava numa triangulação uma relação com a Europa e os Estados Unidos no trânsito das ideias e rompeu, portanto, com a estreita perspectiva eurocêntrica para compreender as práticas culturais no país dessa época. No recém Brasil republicano, as experiências novas dos EUA eram força motriz para a estruturação do país sul-americano. O Brasil adotou, por conseguinte, o federalismo. Copia, literalmente, a Constituição Federal estadunidense, como também cria a autodenominação de Estados Unidos do Brasil e usa a bandeira com listras e estrelas. Esta flâmula foi adotada no governo provisório quando foi declarada a Proclamação da República, em 1889.

Esses artifícios representam a ânsia de deslocar o país do sufoco pré-capitalista e norteá-lo ao desenvolvimento, obviamente, tal qual se idealizava ser o estadunidense (BANDEIRA, 2007). Porém, a economia brasileira ainda era fundamentada na atividade primária e um país essencialmente rural. E, nesse processo, havia caminhos trilhados a um certa aproximação de domínio, materializado na “letra”, e na forja de identidades e pela disponibilidade diplomática dos EUA.

A palavra escrita constrói leis e identidades nacionais, planeja programas modernizadores, organiza a compreensão do mundo em termos de inclusões e exclusões. Por isso o projeto fundacional da nação se leva a cabo mediante a implementação de instituições legitimadas pela letra (escolas, hospitais, oficinas, prisões) e de discursos hegemônicos (mapas, gramáticas, 88 constituições, manuais, tratados de higiene) que regulamentam a conduta dos atores sociais, estabelecem fronteiras entre uns e outros e lhes transmitem a certeza de existir dentro ou fora dos limites definidos por essa legalidade escriturária (GONZÁLEZ STEPHAN, 1996 apud CASTRO-GOMEZ, 2005, pp. 88-89)

Castro-Gomez (2005), amparado por Stephan (1996), elucida o poder da “letra” em sentido amplo e simbólico na constituição das identidades na América Latina. Os EUA são modelares porque também são imperialistas, conforme se observa ao caso brasileiro. Os acordos diplomáticos trouxeram nas entrelinhas práticas dominantes sobre o Brasil. A despeito da invenção da escrita, na Independência brasileira e regulamento do Estado através da Constituição Federal, não havia em seu texto jurídico a previsão dos Territórios Federais. Não havia na sua letra cartográfica a definição do Acre. Ao que parece, as construções inventivas de Brasil independente e republicano nasce simultaneamente aos protótipos dos moldes que edificam o Acre.

Se a opção da escrita se faz normatizadora e excludente, a ausência do conteúdo e a imprevisibilidade não por exclusão declarada, mas sim pela suposta invisibilidade e

desimportância, torna mais gritante o que o gesto da letra significava. Daí, as noções de Nação, Estado e Brasil à época, estavam sob a força estadunidense e o Acre, figurava aliado desse processo. Porém, os EUA que emprestaram sua letra jurídica ao Brasil para a construção da Constituição Federal passaram a ser modelar também naquela futura ação da geopolítica nacional com o caso acreano.

Do autodenominado Velho Mundo, não interessava à novidade da experiência política brasileira. Da América, uma potência econômica e política que eram os EUA se fazia como espelho. Do espírito do “Destino Manifesto”²⁶⁴ à “Doutrina Monroe”²⁶⁵ dos EUA se encontrava solo fértil na ânsia brasileira pela novidade. A economia industrial almejada, o federalismo como organização geopolítica do território nacional, a Carta Magna copiada, o símbolo do pavilhão nacional, a denominação oficial, entre outros aspectos, expressavam a necessidade de construção do nacionalismo no Brasil.

Todavia, “as manifestações do nacionalismo, paradoxalmente, acompanhavam as tendências para a *americanização* do país” (BANDEIRA, 2007, p. 204). Aquilo que se tornaria seu antídoto, se transforma em seu veneno. A negação da Europa colonizadora era uma afirmação aos EUA imperialista. Era, desse modo, a continuidade da prática secular de subordinação. Prado (2001), autor do livro “A Ilusão americana”, é citado por Moniz Bandeira, quanto a contestação sobre a alienação que o Brasil vivia nessa época. Disse o autor: “copiemos, copiemos, pensaram os insensatos, copiemos e seremos grandes! Deveríamos antes dizer: Sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, e só assim seremos alguma coisa” (PRADO, 2001, p. 172, apud BANDEIRA, 2007, p. 222).

Na perspectiva das Ciências Sociais, Quijano (2005) busca compreender o processo de construção de identidades a partir da herança colonial espanhola e portuguesa do colonialismo da estrutura do capital internacional transatlântico. A América, para o autor, torna-se o produto maior consolidado dessas investidas das metrópoles. E, assim, ao se relacionar aspectos puramente do fenótipo, estabelece uma condição hierárquica de raça, para uma condição hierárquica social. Portanto, os “americanos” passam a ser os inferiores, tanto biológica quanto (e principalmente) em sua capacidade intelectual, produtiva e cultural de

²⁶⁴ Doutrina de expansionismo territorial da América. Alega-se que há uma missão divina incumbida ao povo dos EUA para a conquista e ocupação do continente. Uma das características é o combate ao avanço europeu diante das novas colônias. Surgiu na primeira metade do século XIX. Curiosamente é a coincidência simultânea com a ânsia imperialista desse país e suas estratégias de investidas intracontinental.

²⁶⁵ Publicada em 1823 pelo Presidente homônimo, a Doutrina defendia o território americano diante das investidas colonialistas europeias, com a máxima “América para os americanos”.

organização em sociedade. Uma das estratégias é a da “naturalização” dessa relação de dominação a partir dos conquistadores diante dos conquistados. O autor também explicita que a condição racial foi enquadrada no sistema de produção do capital internacional, como uma continuidade da ideia de subordinação.

Junto a essa perspectiva colonial do mundo europeu para o que, criticamente se denomina como violência epistêmica na invenção do outro (CASTRO-GÓMEZ, 2005) no caso do colonizado americano, observa-se também as práticas estadunidenses. Ainda no século XIX, imbuídos da “Doutrina Monroe”, se posicionavam como protagonistas e, por consequência líderes, da “América” em relação às investidas imperialistas da Europa. Assim, Atique (2010) constata que ao mesmo tempo em que os EUA possuíam o espírito defensor do continente, faziam alianças com a Europa. Dessa forma, constituíram companhias para a exploração econômica da área através do *Bolivian Syndicate*, por exemplo. Para o autor, essa condição daria o status não mais de defensor, mas sim de explorador e estabelecia outra lógica à Doutrina. Conclui-se que a construção do outro colonizado, tão praticada pela Europa, teve novo protagonista: os EUA, no mesmo espaço: o Brasil.

Em recuperação a assertiva inicial, os EUA agiam tanto a favor, quanto contra ao caso acreano em relação ao Brasil no processo litigioso. Vê-se, portanto, que

Conforme protocolo, os Estados Unidos auxiliariam a Bolívia a defender seus direitos sobre os territórios do Acre, Purus e Iaco, por via diplomática ou fornecendo armas e numerário, no caso de guerra com o Brasil. Os Estados Unidos exigiriam que o Brasil nomeasse uma comissão, para demarcar, juntamente com a Bolívia, as fronteiras definitivas entre o Purus e o Javari, e concedesse livre trânsito pelas alfândegas de Belém e Manaus às mercadorias bolivianas (BANDEIRA, 2007, p. 230).

Seja pelo arrendamento das terras bolivianas através do *Bolivian Syndicate*, seja pelas pressões diplomáticas, seja pela contrapartida bélica para defesa boliviana, seja pelo estímulo pelo controle de juros à exportação da borracha e importação e produtos americanos, os EUA abriam frentes de domínio sobre os países em litígio naquela porção territorial amazônica. No caso brasileiro, tal domínio expandia para o nível intelectual e político que refletia no pensamento da geografia nacional e do urbanismo que se buscava no Acre. O outro nascia não só subordinado, mas também em busca do modelo. O Brasil, naturalizando a hierarquia e poder, manteve uma relação especular com os EUA ou, ao menos, almejou.

O Barão de Rio Branco quando assumiu o Ministério das Relações Exteriores, passou a interpretar o Tratado de 1867²⁶⁶ ao pé da letra. O Brasil passou a reivindicar o Acre e inicia-se o processo de litígio quando, enfim, foi incorporado ao território nacional. O Ministro das Relações Exteriores resolveu com o Sindicato através de uma indenização e o afastando de todo o processo de litígio, porém não afasta os EUA, a quem recorre intelectualmente às suas concepções geopolíticas.

O Acre é concebido então como Território Federal, naquele novo ente em que os EUA já praticavam diante do “Destino Manifesto”, da ocupação total de seu território e da ânsia industrial. O Brasil não era industrial, muito menos no Acre. Foram criados 03 (três) governos departamentais. A Constituição Brasileira à época não previa tal ente federativo. Não se sabia como proceder. Contraditória e imediatamente, o Acre que foi “disputado” pelo Brasil, passou a ser lugar de desterro da tão longínqua capital do país, o Rio de Janeiro.

O desterro ocorria como punição após a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta dos Marinheiros (1910). Uma contradição esquecê-lo propositalmente e condená-lo à “Sibéria Tropical”, já debatido no capítulo anterior (SILVA, 2013). Ao mesmo tempo, ansiava-se pela modernização e equiparação estadunidense e até mesmo europeia, além de se ter as metrópoles amazônicas como boa referência urbana. O Acre existe e não existe ao mesmo tempo para o governo brasileiro. Existem os Estados Unidos da América. Na charge de 1902, ao lado da menina boliviana, deveria estar outra pessoa, a brasileira. O cerco fechou em torno do Brasil e da Bolívia. A lição de geografia foi aprendida também pelo Brasil. E com a aplicação de muitos sopapos de palmatórias sofridas e, ainda, tantos outros por levar.

Cidades e cidadãos yankreanos

A referência de novidade, modernidade, sucesso, desenvolvimento, riqueza, política bem sucedida passa a ser os EUA para a população acreana. Não bastaria a força imperialista e a estrutura jurídica para a sua criação, houve a continuidade do “legado” estadunidense para a existência e funcionamento Território Federal. É possível ver muitas notas e colunas nos jornais locais à época que registram tal perspectiva. Com a criação do Território Federal e seus 03 (três) departamentos, havia uma especulação grande em torno da emancipação territorial e criação de um Estado ou da unificação dos governos departamentais e instituição de uma capital apenas, desde a sua origem.

²⁶⁶ O Tratado de Ayacucho foi assinado em 23 de novembro de 1867 entre o Brasil e a Bolívia.

Diante da inquietude da população em Rio Branco com relação ao futuro da cidade e do Território Federal, as aspirações positivas ecoavam no Jornal Folha do Acre em 1910, quando se suplica que “o bairrismo do campanário do Acre deve ser banido, onde tudo há de ser grande²⁶⁷”. Trata-se da iminência das eleições da capital territorial em função da extinção das 03 sedes departamentais. A base da grandiosidade está nas cidades americanas que cresceram repentinamente e que não são capitais, a exemplo de Nova Iorque. A referência de cidade definitivamente não estava na Europa.

As notícias que circulavam localmente traziam mais informações da nova potência e sua geopolítica:

Autonomia a Territórios

O Senado de Washington aprova o projeto elevando a categoria de estados os territórios do Arizona e Novo México. São mais duas estrelas no pavilhão (...)

Não tardará que no pavilhão brasileiro também fulgure mais um luminoso astro – o Estado do Acre.

E é assim que progridem as nações e engradem os povos.²⁶⁸

A busca de referência aos EUA não cessa no modelo aplicado, mas também à sua gestão. Quando houve criação do Território Federal, foram criadas 03 (três) prefeituras departamentais, estas subordinadas ao governo federal. O Jornal O Cruzeiro do Sul em 1907 registrou a súplica ao atendimento à lógica de existir 01 (um) governador territorial, tal qual era a prática, à época, nos EUA. Outro apelo que se fez foi a existência apenas de uma instância judiciária, que é a federal no Território, em oposição às duas instâncias coexistentes consideradas como “anomalia”²⁶⁹.

Castro-Gomez (2005) enfatiza a construção das Repúblicas na América Latina fundamentada no espírito de Estado em busca de ordem. E a isso, se opunha ao considerado barbárie, aos não cidadãos, ao não cumprimento e obediência às normas de urbanidade. Nessa direção é possível enxergar a ânsia, no caso da cidade de Rio Branco, para a supressão da condição do entreposto comercial e a consolidação de uma urbe pujante, conectada com os grandes portos amazônicos e com a cultura e economia mundial. Porque, para os governantes,

²⁶⁷ Eusébio de Queiroz. Jornal Folha do Acre, Cidade de Empreza, 20 de setembro de 1910. Anno I, Número 4, p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro-RJ.

²⁶⁸ Folha do Acre. Cidade da Empreza, 24 de novembro de 1910, Anno I, nº12, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁶⁹ Jornal o Cruzeiro do Sul, 24 de março de 1907, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

a instituição do Território Federal, da capital departamental e a chegada e consagração do governo federal naquele lugar era a modernidade e a ordem. E o desejo se opunha àquela paisagem de uma vila de entreposto de edificações caboclas e muitas numa condição efêmera de sua construção. Essa mesma ordem passou a atualizar os serviços, os produtos, o comércio, os lugares, os hábitos e os cidadãos no Acre. A proveniência estadunidense era garantia de emancipação, sucesso, conforto e qualidade.

Made in EUA

O adjetivo “americano” passou a ser usado costumeiramente nos produtos comercializados, assim como um valor agregado aos serviços prestados no Acre e nos utensílios e espaços físicos. As propagandas eram expostas de serviços odontológicos a serem desenvolvidos em “gabinetes americanos” com aparelhos de “fabricantes americanos”²⁷⁰; bem como objetos encontrados nas cidades como as “facas americanas”²⁷¹ e as “vassouras americanas”²⁷². Os serviços de construção civil apregoavam especialização em fornos americanos de padaria²⁷³. A “Alfaiataria Americana”²⁷⁴ vendia seus serviços de costuras e roupas masculinas. Comidas e ingredientes da culinária como a “lagosta americana”²⁷⁵ e a “banha americana”²⁷⁶ passam a ser comercializadas. O sortimento de Casas Comerciais tinha produtos que a sua origem garantiria a qualidade e a credibilidade diante de seus clientes: a “América”²⁷⁷.

Os bares se identificavam “a americana”²⁷⁸. No Bar Acreano, havia uma dançarina americana, Alley, que era muito aplaudida em suas apresentações²⁷⁹. Poesias exaltavam a

²⁷⁰ Folha do Acre, Cidade de Rio Branco, 4 de abril de 1915, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁷¹ O Cruzeiro do Sul, 15 de dezembro de 1907, p. 3. Objetos componentes da lista de bens deixados por um cidadão falecido, a serem vendidos. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁷² *Idem*, 16 de maio de 1909, Anno IV, N°74, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁷³ Folha do Acre, 5 de julho de 1914, Anno IV, n°156, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁷⁴ O Cruzeiro do Sul, 9 de outubro de 1910, Anno V, n°133, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁷⁵ *Idem*, 27 de junho de 1909, Anno IV, , n°80, p. 6. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁷⁶ *Idem*, 27 de agosto de 1911, Anno VI, n°173, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁷⁷ O Cruzeiro do Sul. Orgam Oficial. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 9 de maio de 1909. Anno IV, n°73, p. 4. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁷⁸ Folha do Acre, Pennapolis, 03 de março de 1912, Anno II, n°69, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁷⁹ Folha do Acre, Cidade da Empresa, 23 de abril de 1911, Anno I n°34, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

cultura e a política desse país como a intitulada “O ideal americano”²⁸⁰. Esta obra literária era marcada pelo ufanismo dedicado à Doutrina Monroe, como um abandono às heranças do “Velho Mundo”.

(...)
 Que infinita turqueza infinito céu azul!
 Por que não ha de ser como o céu, a terra
 Lindo assim, tudo que a alma americana encerra?
 Não pode ser eterno, o serão secular
 Da Civilização em terras de além-mar;
 Já sôam os clarins, e põe-se em marcha a tropa
 Que acampou tanto tempo entre as glórias da Europa,
 - Glórias cheias de sangue, em dias que herde
 Era saber matar. A doutrina Monroe,
 Da qual devemos nós, sentirmo-nos ufanos,
 É o Evangelho da fé para os americanos,
 (...)

A mudança da hegemonia britânica diante da ascensão dos EUA se refletia no simples noticiário cambial dos jornais locais no Acre²⁸¹. Os preços da borracha e o câmbio em libras esterlinas passaram a ser apresentados também em dólar, moeda fundamental à economia no Acre daquele período.

²⁸⁰ Folha do Acre, Departamento do Alto Acre, Cidade da Empreza, 25 de junho de 1911, Anno I, nº43, p. 1. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁸¹ O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá, Cruzeiro do Sul, 23 de novembro de 1913, Anno VIII, nº302, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Figura 114 – A) Anúncio de trabalho em forno de padaria americano; B) Anúncio de Alfaiataria Americana; C) Anúncio do preço da borracha e do câmbio.

Joaquim Rodrigues Ferreira
CONSTRUCTOR

Encarrega-se de todo o serviço de pedreiro, estuador, carpina e pintor, contractando a preços modicos.

Especialidade em fornos de padaria sistema francez e americano.

RESIDENCIA: – Rua General Olympio da Silveira
RIO BRANCO – ALTO ACRE

Alfaiataria Americana

George Lester Boiers

Especialista em estilo, elegancia e promptidão

Rua 3 de Maio

BORRACHA

Cotação em Manaus em 30 Outubro

Finna	kilo	3\$700
E. fina	«	3\$000
Sernamby	«	1\$700
Caucho	«	1\$500
S. Caucho	«	2\$000

CAMBIO

s/ Londres	16 1/32
Pariz	595
Hamburgo	734
Portugal-Lisbôa	3.331
Ncw-York	3.083
Valor sterlingo	14.970

Fonte: A - Jornal Folha do Acre. Data: 1914²⁸²; B - Jornal O Cruzeiro do Sul. Data: 1910²⁸³; C - Jornal O Cruzeiro do Sul. Data: 1913²⁸⁴.

Os jornais passam a noticiar informações diárias dos EUA. As pessoas passam a reivindicar um Território, um novo Estado, uma cidade moderna, tudo como os estadunidenses eram e tinham naquele período. Rio Branco passou de uma vila de entreposto comercial à sede departamental do Alto Acre em 1904 e, posteriormente, capital única do Território Federal do Acre, em 1920. A ela, desde a sua constituição legal, foram direcionados planos e projetos urbanísticos. Entre eles, destacam-se os dois primeiros: o da “Villa Rio Branco” e o de “Pennapolis”, ocorridos na primeira década do século XX.

Acre Beautiful Movement

Conforme visto neste capítulo, em 1905 foi elaborado o primeiro plano urbanístico para a Villa Rio Branco, sede departamental do Alto Acre, para o sítio que já apresentava

²⁸²Folha do Acre, Cidade de Rio Branco, 5 de julho de 1914, Anno IV, nº156, p. 4. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁸³O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 9 de outubro de 1910, Anno V, nº 133, p. 4. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

²⁸⁴*Idem.* Cruzeiro do Sul, 23 de novembro de 1913, Anno VIII, nº302, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

ocupação não indígena desde o último quartel do século XIX. Essa área já funcionava como um entreposto comercial no processo econômico da borracha na amazônia brasileira que, dali, seguiria aos grandes portos de Manaus e Belém entre as subidas e descidas do rio Acre. De acordo com o Relatório de Governo pesquisado, é vista a relação direta do Urbanismo estadunidense, essencialmente o *City Beautiful Movement* e trouxe fluxos também para cidades externas àquele país (SCHULZ, 2008). Esta questão-chave foi identificada na simples e única menção a tal referência, quando o Prefeito José Marques Acauã Ribeiro (1906) afirmou ter projetado uma cidade tipo americano. Junto às necessidades jurídicas da normatização da cidade, sanitaristas da dimensão medicinal e de engenharia para a estruturação viária e portuária, esteve a necessidade do embelezamento.

Partiu-se para a relação com o *Civic Design* a partir das ideias do *City Beautiful Movement*. Não apenas a prática urbanística, mas a arquitetônica esteve realçada pela referência estadunidense. Onofre (1968), informa que parte dos chalés instalados em Cruzeiro do Sul vinham importados dos Estados Unidos. Ao caso rio branquense, o segundo plano urbanístico, o Plano de Pennapolis (1908/1909), objeto do subcapítulo anterior, foi novamente uma experiência marcada pela relação intencionalmente modelar estabelecida pelo espírito e imagem de cidade. Nitidamente percebe-se, no desenho da cidade, um eixo monumental criado por avenidas largas ladeadas pela proposição de edificações públicas, conforme Chicago, Washington e outras cidades dos EUA foram construídas.

No Jornal Folha do Acre, em 1910, a seguinte nota denominada “Prefeituras”

Sabemos que vão ser condemnadas á demolição diversas barracas e velhos pardieiros que se encontram ao lado do edificio da prefeitura affeando o bairro. Por esta forma ficará aquelle edificio completamente á vista dos vapores que navegam em o nosso rio e do bairro Rio Branco que lhe fica fronteiro.²⁸⁵

A segunda proposta urbanística para Rio Branco trouxe também concepções fortemente marcadas do *City Beautiful Movement*, com a criação de um eixo viário ascendente para a concentração de atividades cívicas, políticas e administrativas, ao gosto do *civic design*, onde a predominância da paisagem urbana se expressava por um “Estado Laico”, magistralmente composto como obra de arte. Nesta concepção de arte urbana, vê-se claramente a intenção de criação de um eixo monumental, onde a esplanada da perspectiva seria coroada com o maior símbolo do poder no Território Federal: um palácio do governo. Lateralmente,

²⁸⁵ Folha do Acre, Cidade da Empreza, 23 de outubro de 1910, Anno I, nº7, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

correriam outras edificações igualmente de uso e serviços públicos. E que este marco urbano seria o elemento do poder e de vigília, para observação de toda a cidade e, especialmente, do fluxo portuário, que à época, eram as únicas portas de acesso a esses núcleos urbanos.

4.4. Considerações parciais sobre o Capítulo 4

Para a compreensão do território nacional a partir da história da urbanização, é relevante perceber novos fenômenos. A discussão sobre a Amazônia, a discussão sobre fronteira e ao caso do Acre se constitui como uma tríplice localização, a geopolítica nacional e o capítulo dos Territórios Federais, a relação Brasil x EUA, entre outros, são caminhos iniciados neste trabalho. Ainda há muitos outros aspectos por emergirem nesse novo cenário contributivo ao entendimento da formação urbana do Brasil.

A ausência de escritos nos volumes consagrados da historiografia dedicada às práticas arquitetônicas e urbanísticas do Brasil, ou em especial da Amazônia brasileira, sempre excluíram o Acre das narrativas e discussões. Ao que parece, é necessária a invenção do Acre na pauta científica para integrá-lo ao Brasil acadêmico. Aqui são registradas algumas provocações, constatações, revisões e protagonismos.

Sobre a formação fluvio-urbana (ver Mapa das cidades do Território Federal do Acre, no fim deste capítulo) foram identificadas algumas características em comum nos quatro planos das cidades. O primeiro está na macro-escala territorial, ao desenhar uma linha de frente, como um sistema de praça em defesa daquela porção brasileira. Em cada acesso fluvial, foi instalada uma sede governamental, responsável pela gestão de um Departamento, com estrutura mínima administrativa, fiscal, militar e sanitária. A maioria próxima à linha oblíqua que divide atualmente os estados brasileiros do Acre e do Amazonas. Na microescala, está circunscrito no espaço urbano nascente a presença de Quartel e de Cadeia. Ao caso de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, a instauração desses núcleos se deve às sucessivas investidas peruanas nas porções mais ao norte do atual Acre, diferente da concentração boliviana ao longo do vale do rio Acre, ao sul.

A presença do Estado brasileiro está exposta na toponímia do lugar. Os batismos das cidades em homenagens aos vultos políticos bélicos, diplomáticos, parlamentares, do executivo etc. As ruas, praças, avenidas e bulevares igualmente ecoando as patentes militares e os cargos políticos, bem como datas festivas, estados, cidades, rios e etnias indígenas amazônicas. O ufanismo ecoa pelas imagens, nomes e discursos. O poder público, em sua reverberação simbólica, também estruturou e nomeou o espaço urbano. As prefeituras e

palácios de governos ocuparam espaço de destaque, especialmente colocadas em praças e nas margens dos rios. Isso demonstra uma estruturação do espaço laico, advindo da intervenção do Estado brasileiro sob a égide da Defesa e da integração nacional. Outra necessidade esteve no controle alfandegário e de arrecadação. As cidades receberam postos fiscais que funcionavam nas margens dos rios, nos portos, próximos aos mercados.

Foi constatado também que todas as cidades tiveram suas fundações ligadas a um rio caudaloso (Juruá, Acre, Iaco e Tarauacá), sendo a maioria envolvida ou por uma “volta”, ou meandro e sacado, ou pela confluência de dois rios, numa foz e encontro com igarapé. Constatase uma relação topofílica. Ainda sobre elementos da natureza, apresentam a necessidade contraditória da presença de vegetação urbana, enquanto desmataram e destocaram diversas áreas de floresta para a construção dessas cidades. A supressão da vegetação densa e nativa é a supressão de uma pré-existência literal e a afirmação de um “deserto” “selvagem”. E, no início do século XX, associado a aterros dos elementos aquáticos, se associava à insalubridade. O jardim, a topiaria, o horto, o bosque, a arborização em renque é a expressão máxima da paisagem submissa à ordem do Estado. E, no caso em específico, à ordem das Forças Armadas. A cidade inventada era como o mapa do Acre: abstrata e geométrica, fruto do intensivo invento e disputa humana e do rigor militar.

Os anseios pela alvenaria, como símbolo de modernidade, de higiene e progresso *versus* arquitetura primitiva, vernácula, efêmera de madeira, do uso das técnicas e dos materiais e sistemas tradicionais marcam os contrastes e antagonismos da produção do espaço construído. Os varadouros, estradas, veredas e picadas dariam lugar às avenidas e boulevares. Os igarapés e igapós, quando não suprimidos para lastrear as vias largas, seriam canalizados para dar continuidade àquelas emergentes cidades modernas. As casas importadas dos EUA e da Europa deveriam ser praticadas cotidianamente. As edificações tradicionais deveriam ser banidas, as palhas eram vulneráveis ao fogo e às chuvas, a madeira apodreceria facilmente, além de significar aquilo que era oposto ao progresso: as relações com o meio ambiente local e com os povos originários.

Os EUA emergem com força imperialista e no Brasil acreano há uma naturalização de suas investidas pelos gestos etnocêntricos. Este país é modelar nas diversas formas na vida cotidiana das urbes que se erigia: magistratura, plano geopolítico e letras constitucionais, organização físico-territorial e regime de gestão do governo, projetos urbanísticos, importação de edificações, cotações do valor da borracha em dólar americano, serviços e produtos em circulação adjetivados à americana. A diplomacia nesse período esteve muito íntima de

investidas para a instituição de novas colônias, companhias de cartas, abertura portuária e importação, entre outros gestos.

A invenção dessa rede fluvio-urbana é a necessidade brasileira de Defesa e organização fiscal e tributária para controle alfandegário e de arrecadação na Amazônia sul-ocidental. A criação dessas cidades foi gerada pela violência epistêmica de uma realidade já violentada anteriormente. A supressão das populações indígenas literal e simbolicamente veio acompanhada de ações colonizadas sob a iminência imperialista. Importa-se o modelo geopolítico estadunidense para a Amazônia brasileira conectada exclusivamente via rios. Importa-se uma europeização e americanização das cidades que nem existiam, mas que seus planos se sobrepuseram aos rios, igarapés, igapós, florestas, aldeias, etnias e a um sistema de exploração extrativista loteado por seringais e, em algumas partes, já transformadas em fazendas de gado.

Os gestores das cidades sedes dos Departamentos atuavam sob a ordem e designação da Presidência da República. Isolados de qualquer controle fiscal dos gastos públicos, inventavam cenários de catástrofe, de retrocesso, enfermidade, de espaço improdutivo, quase a-humano, para angariar recursos financeiros sob estados de alerta e calamidade. Muitos desenhos em formas gráficas e em textos das cidades como solução a esses e tantos outros males permaneceram apenas no papel. O desenvolvimento, o fausto, a pujança decoravam apenas os discursos estratégicos vestidos de otimismo ou de realização factual para mascarar cenários políticos sem qualquer controle por parte do governo federal, concentrado, distantemente, no Rio de Janeiro. Cândido Marianno, então Prefeito de Sena Madureira, escreveu para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Augusto Tavares de Lyra, em 1909 o seguinte texto:

Sobre a momentosa questão de recursos ás Prefeituras, para conseguirem os seus administradores prestar os beneficios a que as mesmas teem incontestavel direito, a solução mais pratica, no caso presente, seria a de duplicar, ou mesmo triplicar, a verba que actualmente lhes é entregue para despezas, sem prejuizo da dotação da Comissão de Obras, que assim ficaria isenta de auxiliar directamente os departamentos, como parece ser a opinião corrente dos habitantes do Territorio.

Todos os sacrificios feitos seriam largamente compansados pelo argumento das rendas publicas e prosperidade da região, e constituiriam verdadeiro saque sobre o futuro, com a quasi certeza de ver accrescido o capital empregado, em periodo relativamente curto.

Julgo de meu dever solicitar do governo da união e do Congressso Nacional as providencias necessarias ao progresso desta região, attenta a falta de representantes do suffragio da mesma perante os altos poderes publicos, o que

impossibilita de manter eficaz e continuamente a defesa de seus interesses (MARIANNO, 1909, p. 40)

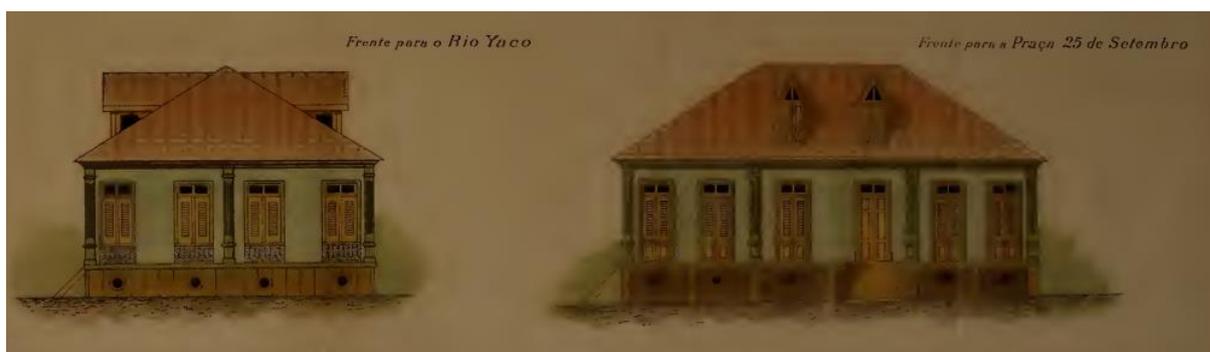
As invenções de cidades territoriais existiam tanto no diagnóstico quanto na proposição. Porém, não conseguiam tornar vazio, de todo, realidades ali existentes e pré-existentes. O.Dias (2014), em sua dissertação de mestrado, evidencia a fotografia oficial da Edificação Pública que apresenta, como um escape do olhar do registro, uma outra construção ao fundo, num segundo plano, à esquerda, com coberta de palha. Para a autora, esta é uma outra realidade que se distingue das “retóricas oficiais”. Muitas obras foram projetadas e executadas na busca do embelezamento, modernização, vanguardismo e cosmopolitismo. O repertório historicista e a literal importação de edificações delinearão os anseios inventivos de uma paisagem urbana, a exemplo do Mercado Público e da Casa Oficial da Prefeitura, ambos dedicados a Sena Madureira. Ao mesmo tempo, acompanha-se as eloquentes defesas de Albuquerque (2015a; 2015b; 2016; 2019) sobre a existência das cidades acreanas indissociáveis das ideias e presenças dos rios e floresta. Esta condição do meio ambiente intransponível como uma realidade dada foi, e ainda é, o alvo de negação das proposições urbanísticas.

Figura 115 - Edifício público em Sena Madureira com a edificação em palha, ao fundo (esquerda).



Fonte: Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Coleção Fotografias Avulsas; data atribuída entre 1905 e 1911 *In*: O. Dias (2014).

Figura 116 - Casa Oficial da Prefeitura do Departamento do Alto Purus.



Fonte: Marianno (1909, anexos)²⁸⁶.

Figura 117 - Fachada do Mercado Público de Senna Madureira



Fonte: Marianno (1909, anexos)²⁸⁷.

²⁸⁶ Departamento do Alto Purús. Casa Oficial da Prefeitura. Frente para Rua Yaco e Frente para a Praça 25 de setembro. Escala 1/100. Folha nº4 (detalhe) In: MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908.** Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 (anexos). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

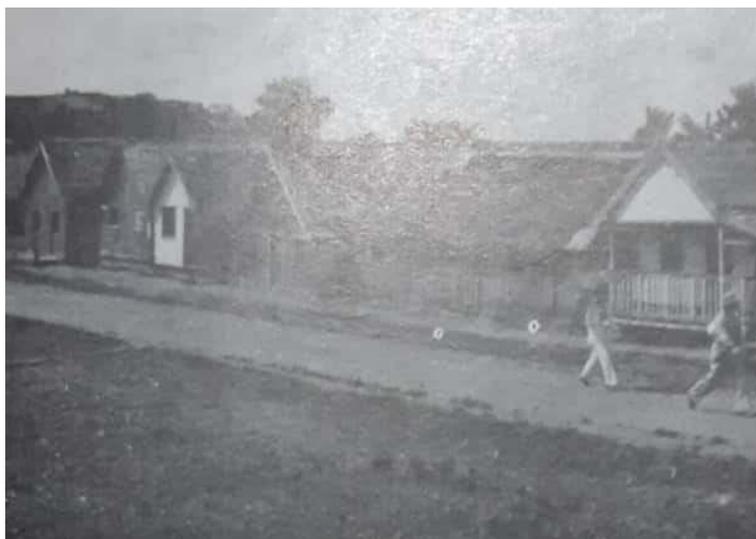
²⁸⁷ Departamento do Alto Purús. Planta do Mercado de Senna Madureira. Data: 30.12.1908. Escala 1/100. Desenho: A. Henry Doney. Fachada Principal (detalhe) In: MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908.** Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 (anexos). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Figura 118 - Edificação no bairro Papouco, em Rio Branco



Fonte: Guerra (1955).

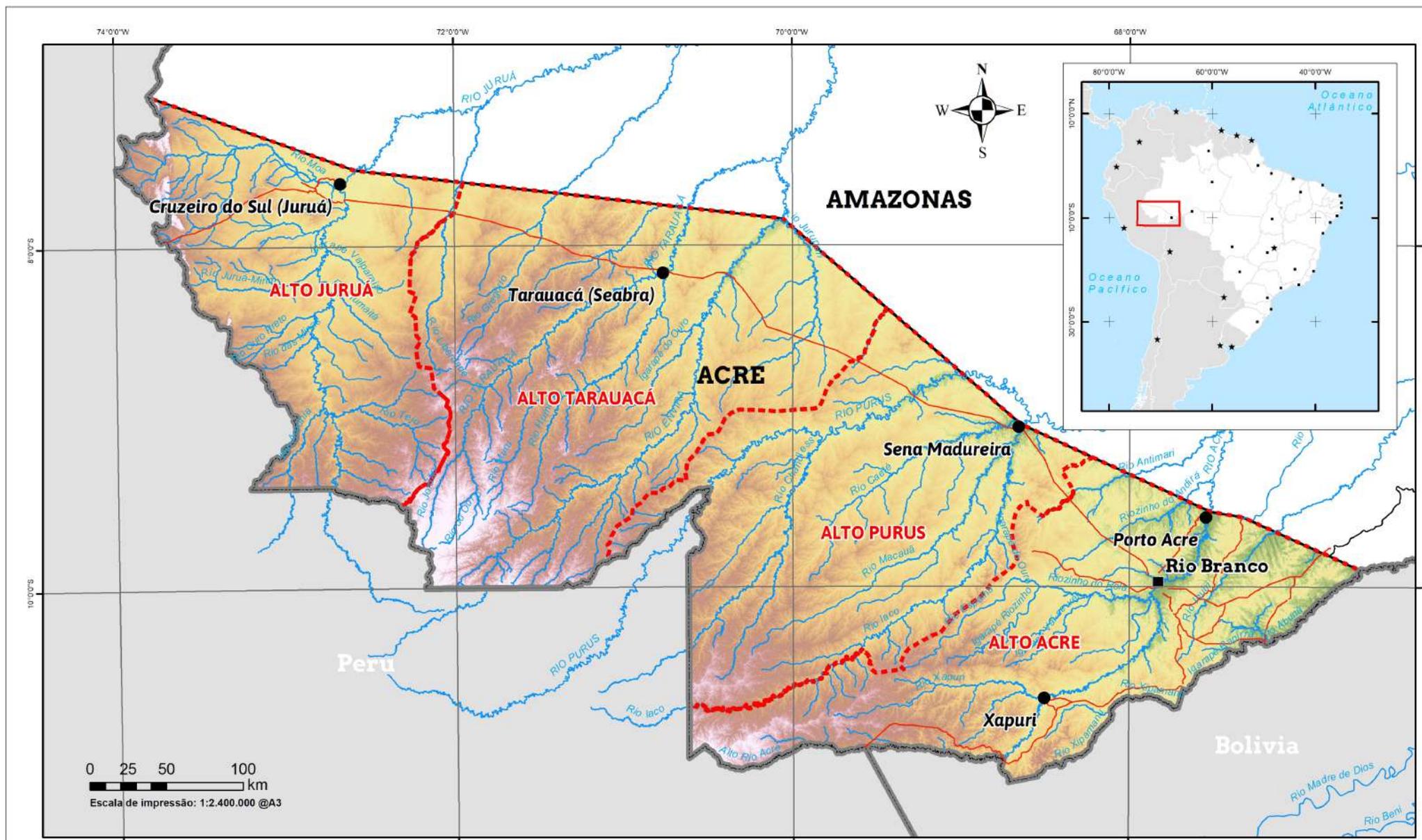
Figura 119 - Edificação no bairro Papouco, em Rio Branco.



Fonte: Guerra (1955).

Observam-se exemplificações de construções urbanas no bairro do Papouco, área central de Rio Branco, já na década de 1950. O uso dos materiais e das técnicas e sistemas construtivos, as espacialidades, a relação com o ambiente externo, o rio, entre outras características explicitam as permanências. Esses modos de construir e de habitar resistem até os dias de hoje, de práticas de ambientes de florestas, sítios, seringais e ribeirinhas aclimatadas ao ambiente urbano, à revelia do poder público. Talvez o ambiente urbano na Amazônia e, especialmente no Acre, nunca tenha deixado de ser assim, com exceção de quem, para ali, se dedica a pensar e projetar as cidades.

CIDADES DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE



LEGENDAS E CONVENÇÕES

- Cidade
- ★ Capital Federal
- Capital Estadual
- Rodovia
- - - Departamentos
- Hidrografia
- ☒ Limite internacional
- ☒ Limite Estadual

Hipsometria (m)
 Max : 691
 Min : 109

PROJEÇÃO POLICÔNICA
 Datum horizontal: SIGRAS 2000
 Datum Vertical: Imbituba
 Meridiano de referência: 70°15' W.Gr.

Fontes
 Malha municipal IBGE 2019,
 Elaboração/Organização
 Igor Pedroza - Fev/2020

Este mapa é parte integrante da tese intitulada:
Entre o Uwa'kuru e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências

Autoria: Marcio Rodrigo Cólho de Carvalho



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As opções teórico-metodológicas aqui lançadas buscaram alcançar comunicações interdisciplinares para compreender a produção do espaço construído, objeto próprio do campo do conhecimento da Arquitetura e Urbanismo. Partiu-se das investigações na macro-escala em nível territorial até a constituição dos processos de urbanização do Acre em sua primeira década de existência oficial e sob o governo brasileiro, já no século XX. Muitas questões foram pontuadas a serem consideradas nesta finalização. Algumas fortalecem o percurso traçado nesses quatro anos investigativos em função do objeto: a formação territorial e urbana do Acre à luz das ideias de vazios e inexistências. Outras tantas são apontamentos para outras frentes diante das limitações técnicas e operacionais das veredas aqui percorridas, ou de possibilidades futuras de pesquisas, noutras experiências.

As limitações desta tese não evidenciam enfraquecimentos e incapacidades, tampouco lacunas que não foram alcançadas mediante execução do projeto de pesquisa, construído desde a sua estrutura embrionária, ainda no ano de 2015, quando foi submetido ao processo seletivo do doutorado. São colocados aqui como desafios lançados em que o autor ou outros pesquisadores possam avançar, no drible dos arquivos inacessíveis, do emaranhado de informações coloniais manuscritas e cartográficas, ou na volumosa produção documental e bibliográfica versada sobre a questão do litígio do Acre. Houve também a abertura tentacular para outros temas, objetos e abordagens. Aqui, nestes escritos em encerramento, foram extraídos alguns fragmentos para o experimento parcial de uma proposição interpretativa.

Os estudos da geografia física foram fundamentais para compreender as dinâmicas de ocupação sócio-espacial do atual Acre. A Teoria dos Refúgios foi esclarecedora no entendimento da sazonalidade e das transformações daquela vasta área. Assim, com o cruzamento dos estudos arqueológicos, constatou-se a convergência para a designação da área em apreço como uma savana, há milhares de anos, num estágio anterior ao da atual floresta amazônica. Isso se colocou como pedra fundamental para compreender as formações dos geoglifos, grandes artefatos humanos datados de milhares de anos A. P. Associado a isso, a compreensão da história de longa duração foi essencial nesse percurso.

Estas formações entre valas, muretas, montículos e demais inscrições, sob monumentais formas geométricas, evidenciam a presença humana naquela área e a capacidade intelectual e de organização social complexa, entre cacicados e chefaturas. As populações ameríndias ali estiveram e construíram e constróem um conhecimento que se traduz pela

indissociabilidade com a natureza, tão importante para os processos coloniais expansionistas, embora tenham sido apropriados e renegadas as suas origens.

Esta região, bem como a própria Amazônia em si, possui estudos contemporâneos que revisam as teorias lançadas àquelas áreas e naturalizadas como verdades incontestes. A área do Acre provocou o questionamento do pensamento arqueológico da determinação geográfica e da subordinação humana às vidas indígenas pré-coloniais restritas nos vales amazônicos. Os geoglifos são estruturas que se apresentam, em muito, nas áreas interfluviais e a sua magnitude evidencia também uma necessidade intelectual e coletiva para a sua confecção. A floresta amazônica também não é mais tratada como um celeiro natural, um santuário prístino. Estudos recentes, já apontados no capítulo 1, apresentam a capacidade de domesticação da paisagem, com a manipulação de sementes, plantios agenciados, hibridismo e a localização de certas culturas em áreas que, pelo contexto ecossistêmico, não ocorreria.

Estes, entre tantos outros estudos exalam uma necessidade urgente de revisão das pautas acadêmicas e técnicas e dessas comunicações com a dimensão social do conhecimento comum. A prática da ciência e do mundo intelectual, em muitos casos, perpetua visões que reificam, glorificam alguns “fatos”, “personagens” e “tempos”, em detrimento do silenciamento, apagamento e da invisibilidade simbólica e efetiva de tantos outros. A agenda convencional desses caminhos tornou-se insustentável nos dias de hoje. E para os estudos no Acre nesta tese, foi pré-requisito o exercício decolonial²⁸⁸.

No capítulo 1 houve uma busca em evidenciar que o “Acre” não era um vazio e já existia há milhares de anos em suas realidades uwa’kürüanas, o que contraria escritos tidos como clássicos na historiografia que versa sobre o tema. Estes conteúdos acompanham uma narrativa etnocêntrica que ao caso do Acre, suprimiu simbolicamente as pré-existências remanescentes de um genocídio também factual. As populações originárias ali estavam e até a efetiva chegada dos exploradores naquelas terras, no século XIX, eram mais de 50 etnias, numa riqueza étnica, cultural e social expressiva, inclusive com as territorialidades ali em constante conformação. Buscou-se também estudar a polissemia da palavra Acre e abordar as diversas origens, entre encontros homógrafos, de traduções e latinizações das origens indígenas,

²⁸⁸Informa-se aqui que a opção pelas leituras interpretativas e construções de narrativas amparadas pelas perspectivas decoloniais não buscaram, nesta tese, uma abordagem teórica e conceitual acerca do tema. Foi utilizada uma fração, porém significativa, desses entendimentos pela eleição de autores que elucidassem e contribuíssem nessa abordagem em estilo, posição e método da escrita. Os objetivos desta tese não se comunicam com o foco da busca pela abordagem da construção do conhecimento sobre o tema em apreço, mas o coloca de maneira transversal a todos os anseios aqui propostos e alcançados.

germânicas, árabes, entre outras. Isso produziu uma pluralidade de compreensões literais que culminam, num estágio simbólico do emprego desta palavra. O Acre, por exemplo, para além de sua etimologia, é adjetivado como sinônimo de morte nas práticas atuais de produção dos Dicionários da Língua Portuguesa.

O capítulo 2 relacionou a mobilização ibérica na área correspondente a atual América do Sul e suas relações com a conformação do Acre atual. Verificou-se as práticas missionárias, políticas, de expedições demarcatórias, entre outras advindas das metrópoles coloniais como ações que tangenciaram aquelas terras entre os Andes e os grandes vales amazônicos. As cartografias coloniais apresentam esta imobilização, o vácuo, a lacuna e o branco que compunham a maioria das cartas estudadas. O meio ambiente físico tornou-se um desafio para a penetração a partir dos discursos oficiais. Junto a isso, destituições de políticas coloniais para a região, expulsão de missões religiosas, ausência de tecnologia naval e astronômica, entre outros argumentos, foram localizados para evidenciar a real ausência colonial.

Esta ausência é marcada pela carência dita civilizatória. A perspectiva cristã e colonial do deserto, da ausência de Deus, e dos indígenas enquadrados como espécie quase não humanas encaixaram aquelas pré-existências num estágio de inferioridade que justificaria as necessárias investidas coloniais. A violência epistêmica andava junto a uma violência substantiva, física. Acredita-se, nesta tese, que a noção de vazio e inexistência dessas terras, marcada pela contraditória afirmação (nega-se afirmando o que de fato existe) tenha sido edificada nesse período colonial. O silêncio que contraria a noção de Fundos Territoriais alijou da prática extrativista e extensionista colonial, aquelas terras, gentes, florestas e águas, até o século XIX. E pouco se fala sobre a resistência indígena nessa região ao sistema colonial, embora as toponímias dos rios e o registros das etnias, por exemplo, já configurem as representações dos mapas séculos antes do processo econômico da borracha.

Aqui não coube realizar uma anamnese ou genealogia dos diversos tratados, expedições, cadernos de campo, proposições construídas por cada parte e as contrapropostas, contestações, além das versões parciais que antecederam cada oficialização demarcatória. Há uma vastidão gráfica, de dados de georreferenciamento, náuticos, astronômicos, entre tantos outros construídos pelas Coroa Portuguesa e Espanhola, assim como pelo Brasil, Bolívia e Peru. O objetivo esteve em percorrer os arquivos acessados e identificar as conformações do naturalizado vazio e da inexistência cultuadas para essa região.

Daí, compreender os sentidos do uso das linhas geodésicas, do branco das cartografias, do uso da área correspondente ao atual Acre como espaço de legendas, cartuchos ou de encerramento de pranchas dos mapas tornou-se mais importante. Alinhou-se aos estudos que dialogam com a presença (ou falta dela) de missões religiosas, de expedições científicas, demarcatórias e tantas outras necessidades que fizeram circular ali, antes da segunda metade do século XIX, pessoas interessadas na região. Portanto, para os objetivos desta tese, a investigação sobre os percursos das demarcações tornou-se inócua. Cabe em outros momentos diante de outros aportes teóricos e metodológicos pré-estabelecidos.

O Acre foi marcado como uma sucessão de soluções abstratas para o seu território, iniciadas em tempos em que ainda nem se falava nesta denominação toponímica, marcada pelo Tratado de Madri, em 1750 e demais textos similares, que decorreram entre os séculos XVIII e XIX, partidos de Portugal e Espanha. Posteriormente, das soluções litigiosas entre zonas neutralizadas, *modus vivendi* e outros assuntos tratadísticos já entre os países vizinhos. Além da geometria litigiosa, estava ali sobreposta cada interesse particular dedicado ao Acre, entre Departamentos, Províncias, Territórios e outras células governamentais e entes federativos.

O Acre, em poucas décadas, tornou-se uma superfície suscetível a diversos esboços especulativos até a sua definição oficial e real, junto ao Brasil. Estas transformações puderam ser acompanhadas também pelas variações e substituições toponímicas. Desde as nomeações aos rios, de herança indígena, até as sucessivas substituições das vilas, cidades e outros assentamentos. Foram marcados pelas investidas dos três países ali envolvidos que buscavam, através das datas festivas de caráter cívico e republicano, das patentes militares e dos postos políticos, batizar aquelas apropriações, ainda que efêmeras. O caso do Acre atual, expresso pelo panteão nacional em muitas de suas cidades: Sena Madureira, Rio Branco, Plácido de Castro, Epitaciolândia etc., é uma expressão da permanência da prática toponímica.

O capítulo 3 buscou estudos relacionados à temporalidade entre a emancipação dos Estados Nações: Brasil, Bolívia e Peru, e o acirramento litigioso até o início do século XX, destes três países. Entre as alegações da herança colonial hispânica pelo lado boliviano e peruano e, do lado brasileiro, a prática expansionista e o fundamento do *uti possidetis* como legados luso-coloniais a serem honrados, estava o emergente Acre. Os vizinhos daquela tríplice fronteira indefinida, imprecisão esta de um legado igualmente irreal das fronteiras coloniais, disputavam ali por uma terra que não se conheciam seus limites e, até pouco tempo, se desconhecia, praticamente, de sua totalidade, apesar dos relatos dos diversos viajantes já

mencionados. Foram identificadas tentativas de cidades e outros tipos de assentamentos iniciados pelas repúblicas vizinhas nesse período de indecisão.

Neste processo, muitos discursos estiveram alinhados com um patriotismo defensor da unidade nacional em cada país litigante. O que se constatou na tese é que os interesses em cada reclamante estavam pautados na necessidade de navegação livre pelos rios amazônicos e, em especial, até atingir o oceano atlântico. Outro interesse primordial estava na necessidade de controle da produção gomífera para a organização alfandegária e empregar os rigores das arrecadações tributárias direcionadas aos cofres públicos. O Acre era apenas um entroncamento desses interesses tríplices que se cruzavam. Ou em interesses imperialistas que transversalizavam o reduzido litígio naquela fonte do látex.

O ufanismo em defesa de uma pátria alegado, no caso brasileiro, era marcado pela inserção do Acre como obra ultimadora insular e triangular da herança lusitana. Porém, até pouco tempo, o suposto desconhecimento era marcado pelo real desinteresse por aquelas terras apontado por alguns autores que, além de ratificar uma perspectiva amazonialista e epopeica, escondem a presença e resistência indígenas à empresa colonial. Olhares estrangeiros e pré-imperialistas e não apenas ali localmente conflitante se voltaram para aquele rincão. A borracha foi o elemento que não apagou o Acre. O fez emergir enquanto instituição do Estado. E nesse processo, o Brasil alinhado com as metrópoles industriais desenvolve ações de recrutamento dos homens de várias partes do país, reconhecidas atualmente como o Nordeste e organiza despachos de massa humana, com o apoio dos empresários emergentes nos negócios da seringa.

A ida dessa quantidade de pessoas foi escrita, e ainda é, baseada na romantização das grandes secas ocorridas desde o último quartel do século XIX que, espontaneamente, os “flagelados” se dirigiram à opulenta Amazônia em busca de dias melhores. Estes “nordestinos”, denominação generalista que estandardiza a variação étnica e silencia os afrodescendentes, é utilizada massivamente em fontes secundárias para se atribuir a origem e gentílico de um que não existia o Nordeste. A permanente construção da ideia de sertão como algo desolador esteve macada neste período não apenas na região do semiárido do Norte seco brasileiro, como também no inferno das florestas densas do Norte úmido. Tudo é vazio, inexistente e desalmado. Tudo é feminino e puro à espera do descobrir, do devassamento.

O capítulo 4 finaliza os escritos com a abordagem a partir da resolução dos litígios empreendidos naquela área. O Acre, anexado ao Brasil em 1903, recebeu proposições de planejamentos regionais a partir do novo ente federativo que figurava nas leis brasileiras, que era o Território Federal, instituído em 1904. Verificou-se tais lógicas de organização físico-

espacial e a instalação e criação da rede urbana pioneira naquele espaço legalmente sob o poder brasileiro.

Tais cidades nasceram de uma necessidade de Defesa. Foram posicionadas no *front* daquele território, sob o controle das principais calhas fúvias que acessavam aquelas ricas terras em seringueiras e espécies similares. Foram desenvolvidos planos urbanísticos e designados pelo poder central no Rio de Janeiro, gestores, entre prefeitos e intendentes. Eram majoritariamente militares, como também assim eram os engenheiros que desenvolveram os planos urbanísticos retificadores da pré-existência dos assentamentos e orientadoras das futuras intervenções.

As cidades possuíam, em seus planos, uma orientação prática e uma ambiência das forças armadas. Resultavam numa paisagem urbana do Estado laico que já não nascia mais do casamento entre Igreja e Coroa, conforme os tempos coloniais. Elas possuíam como elemento de destaque o Palácio do Governo e essa condição simbolizava a presença efetiva do poder público nacional naquelas terras. Outra evidência dessas cidades era o caráter alfandegário que possuíam, como “cancelas” daqueles vales férteis e ricos no extrativismo gomífero. Eram cidades militares e fiscais.

As violências e apagamentos são sempre estratégias de justificativas para a implementação do novo: o deserto e o sertão para a colônia; os aborígenes, silvícolas para a cultura e ocidente; os pagãos para os cristãos; nas diversas escalas. Utilizam-se até na dimensão arquitetônica e urbanística: a desordem e a ocupação espontânea para o ordenamento territorial, construções “toscas” e “rudes”, mesmo que os *status* que antecedam tais práticas em nada se configurem como se apregoava. As invenções e reinvenções são sempre elementos de afirmação de poder e de um subjugamento e negação necessários da pré-existência.

A constituição do Acre, a partir das noções emolduradas pelas Coroa e, posterior e mais fortemente, pelos Estados Nações, esteve permeada por perspectivas deterministas etnocêntricas: os “nordestinos”, os cearenses, os mestiços, os caboclos, os negros americanos a serem enviados à iminente colônia como um encontro com o que eles têm em si de sua própria natureza, os nativos adjetivados pelo negativismo tribal, entre outros. Ou, na perspectiva dos confins e do inalcançável e que esta distância física real e simbólica arquitetava um ambiente, desde os tempos coloniais e incas como lugar de fuga, esconderijo e punição. Caso este, praticado no processo litigioso pela Bolívia e, formalmente agenciado, já após a anexação ao Brasil, pelo governo brasileiro. O Acre foi o destino dos expatriados enviados à “Sibéria Tropical” (SILVA, 2013; 2016) como esse vazio que cabe o que não cabe no preenchido. A morte e a inexistência que emolduram os sentidos de Acre se fortalecem nessa prática higienista

e de eugenia, como um lugar do além daqui, além da vida: a morte como um fim e o sinônimo da inexistência.

Outras violências estão no nível da produção do conhecimento técnico, científico do mundo acadêmico. Há uma hegemonia nas opções e um silenciamento que marcam, simbolicamente e factualmente, uma inexistência do Acre nos escritos. O vazio permeia a dimensão epistemológica e a construção do pensamento na historiografia em Arquitetura e Urbanismo. O sertão está na produção de conhecimento sobre o Acre. O Acre, academicamente, é este sertão, deserto cristalizado, alijado pela perspectiva hegemônica das autodenominadas escolas pioneiras de arquitetura e urbanismo. Em muito, tais “centros” pautam seus pensamentos e práticas pelo etnocentrismo e o culto aos ádvenas como herança naturalizada, quando o a trama complexa dos conhecimentos e das produções dos povos originários e tradicionais no Brasil não deveriam ser silenciados, mas sim, associados à urgente e indispensável agenda dessa produção. O Acre segue pelo seu exotismo, espetacularização, especulação e causando surpresas e admiração alegórica a cada possibilidade de encontro com esse mundo do “sul”.

Em relação ao caso desta tese, é possível citar textos fundamentais que se disponibilizaram a desenvolver um panorama brasileiro sobre a produção do espaço construído. Os escritos de Nestor Goulart Reis Filho “Evolução urbana do Brasil” de 1968 e o “Quadro da arquitetura no Brasil” de 2011, se ancoram no marco fundacional da colonização portuguesa e trabalham essencialmente como uma decorrência única deste fato ao compreender a produção espacial como fenômeno social e em rede. Outras obras, mais contemporâneas e de caráter revisionistas e elásticos, se deparam com as barreiras das narrativas eleitas instituídas como pontos de partidas para os gestos inaugurais e inventivos da arquitetura brasileira. São a “Arquiteturas no Brasil 1900-1990” de Hugo Segawa (2014) e “Brasil: arquiteturas após 1950”, de Maria Alice Junqueira Bastos e Ruth Verde Zein (2011), por exemplo. A maioria sequer tangencia a Amazônia e, conseqüentemente, excluem o Acre de suas narrativas abrangentes sobre macroprocessos brasileiros que se propõem.

Os desenhos dos mapas continentais como obras inacabadas, assim como nas obras intraurbanas dos planos das cidades, com quadras por serem desenhadas apresentam imprecisões que foram necessárias para as práticas sustentadas pelas agendas ocultas. O expansionismo português e a contínua dilatação imperial e republicana brasileira para o ocidente evidenciam a suspensão dos ritos formais textuais e gráficos celebrados entre as partes litigiosas. Na escala das cidades, as plantas urbanas incompletas expressam a ausência de controle fiscal nos fluxos das verbas dos cofres da União para ali enviadas. As intenções

projetuais velavam os gestos corruptos do governo local em que os planos urbanísticos adormeciam nos papéis do mundo idealizado e pereciam como parecia cada cidade carente de infraestrutura urbana.

Há alguns vazios a serem estudados que se apresentam em imensos fragmentos de evidências e demandas. Um caminho a ser percorrido está na configuração dos recortes a serem dados em precisões na microescala temática, temporal, geográfica, de personagens, fatos, entre outros aspectos, da produção do espaço urbano. Esta tese, de certa maneira, mapeou na macroescala possibilidades múltiplas de complementações e revisões dos pontos adentrados. Um deles está relacionado às missões religiosas, com um rico acervo disponível no Vaticano, Brasil, Peru, Bolívia, Espanha e Portugal, por exemplo. Ainda carece a exploração e compreensão mais sistêmica dessa suposta não ocupação e do suposto desinteresse.

Outra necessidade está no próprio campo de Arquitetura e Urbanismo, ao pautar a Amazônia, a fronteira, o Acre como parte integrante de uma formação do território nacional. Dentro deste conjunto, estudar a produção do espaço construído da arquitetura das cidades dos Territórios Federais são necessidades que estão por ser compreendidas. As construções efêmeras desde o Ceará até a Amazônia, que abrigavam os homens recrutados desde o século XIX e tornados, na década de 1940 soldados da borracha, são estudos preciosos a serem desenvolvidos. Pousos, instituições de apoio às famílias (mulheres e filhos), currais, barracões, campos de concentração, entre outras estruturas, fazem parte desta urgente pauta. As vilas, que a partir de 1904 aumentavam com as elevações a essa condição no Território Federal do Acre, carecem de estudos específicos, pois algumas foram suprimidas ao longo dos anos, outras conturbadas e, tantas outras, elevadas à categoria de município. Aqui são pautas que ultrapassam, inclusive, o limite temporal da tese.

A etimologia indígena que permanece naquele lugar, em muito expressa a força das águas e do verde: amazonas (amassunu), maranhão, acre, xapuri, tarauacá, entre tantas outras latinizações das denominações das sociedades ágrafas. É salutar rememorar os ensinamentos de Albuquerque (2015a; 2015b; 2019) ao sublinhar a necessidade e indissociabilidade das compreensões das cidades acreanas pelos vieses dos rios e das florestas. Seriam, em parte, aqueles olhares topofílicos, à luz de Tuan (1980) ou fenomenológicos com base em Bachelard (1998) sem resquícios amazonialistas. A abstração da geometria tratadística, da cartografia, da política, da modernidade, da ordem e do civismo, entre tantas outras artificialidades, não consegue controlar o visceral e o que é eminentemente humano. Há tentativas constantes, em nome do progresso, da presença do Estado e da novidade imposta, de se suprimir as relações

cosmológicas e ancestrais, porque, exatamente, se aniquilaram pessoas de práticas tradicionais e milenares. As cidades do Território Federal deveriam ser americanas e francesas e não indígenas ou seringais.

De uma sobrevivência entre fugas e revitalizações e reafirmações culturais, as populações originárias junto a outras tratadas todas como minorias apresentam uma teimosia cabocla nessas cidades. As cidades impostas como uma solução artificial desconsideraram relevo, hidrografia, e a natureza sempre respondeu com alagamentos, desmoronamento de barrancos, e tantas outras expressões de vulnerabilidade. Os engenhos urbanísticos, até os dias atuais, não conseguem compreender o que os indígenas, conseqüentemente, colonos, ribeirinhos, seringueiros, caboclos etc., com suas resistências, involuntariamente, ensinam.

Esta tese se encerra exatamente na temporalidade e temática onde, em 2015, no processo seletivo, se iniciaria: a instituição do Território Federal do Acre. Os resultados aqui expostos são em fragmentos, tais quais foram as fontes primárias e secundárias, bem como das opções teórico-metodológicas, numa dinâmica de trabalho caleidoscópica. As contribuições não se limitam apenas ao que foi analisado, mas àquilo que foi mapeado para futuras pesquisas.

Os escritos aqui apresentados são também invenções e reinvenções deste lugar, marcados entre o Uwa'kürü e o Acre. Entretanto, as interpretações e as narrativas aqui lançadas não esvaziam, nem suprimem as pré-existências expressas nos traços fósseis, na longa duração, nas paisagens sobrepostas e, na escala da cidade, na pátina. São, reconhecidamente, marcas e práticas milenares que resistem ao longo da formação territorial e, agora, também em formação e transformação das cidades, em busca do urbano.

FONTES PRIMÁRIAS

Periódicos

Agência de Notícias do Acre, Rio Branco-AC, Brasil

Agência de Notícias do Acre. **Sena Madureira comemora 114 anos de fundação com avanços em todas as áreas**. Publicado em 25 de setembro de 2018. Disponível via: <https://agencia.ac.gov.br/sena-madureira-comemora-114-anos-de-fundacao-com-avancos-em-todas-as-areas/>. Acesso em 29 de jan. de 2020.

Contilnet, Rio Branco-AC, Brasil

CONTILNET. “Agora o estado é parceiro do produtor. Acabou a era da florestania”, **diz secretário de Agronegócio**. Publicado em 22 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.oaltoacre.com/agora-o-estado-e-parceiro-do-produtor-acabou-a-era-da-florestania-diz-secretario-de-agronegocio/>. Acesso em 30 de set. de 2019.

Folha do Acre, Rio Branco-AC, Brasil [à época, Rio Branco (ou Empreza, ou Pennapolis), Departamento do Alto Acre do Território Federal do Acre]

Folha do Acre, Departamento do Alto Acre, Cidade de Rio Branco, 5 de julho de 1914, Anno IV, nº156, p.9. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Folha do Acre, Cidade de Rio Branco, 4 de abril de 1915, Anno V, nº194, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Folha do Acre, Cidade de Rio Branco, 5 de julho de 1914, Anno IV, nº156, p. 4. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Folha do Acre, Pennapolis, 03 de março de 1912, Anno II, nº69, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Folha do Acre, Cidade da Empreza, 16 de julho de 1911, Anno I, nº 46, p.2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Folha do Acre, Departamento do Alto Acre, Cidade da Empreza, 25 de junho de 1911, Anno I, nº43, p. 1. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Folha do Acre, Cidade da Empreza, 23 de abril de 1911, Anno I nº34, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Folha do Acre, Cidade da Empreza, 23 de outubro de 1910, Anno I, nº7, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Folha do Acre, Cidade de Empreza, 20 de setembro de 1910. Anno I, nº 4, p. 1. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Folha do Acre. Cidade da Empreza, 24 de novembro de 1910, Anno I, nº12, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Globo, Brasil

FULGÊNCIO, Caio. **Academia Acreana de Letras defende uso do gentílico acreano com 'e'**. Publicado em 12 de jul. de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/07/academia-acreana-de-letras-defende-uso-do-gentilico-acreano-com-e.html>. Acesso em 01 de nov. de 2018.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro-RJ, Brasil

JORNAL DO COMMÉRCIO. **O Acre**. Entrevista publicada pelo Jornal do Comércio no dia 31 de julho de 1909. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, de Rodrigues &C., 1909. Acervo do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO. Várias notícias, Rio de Janeiro, sábado, 10 de julho de 1909, [sic]. Acervo do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO. Várias notícias, Rio de Janeiro, sábado, 10 de julho de 1909 *In*: **O ARBITRAMENTO PERÚ-BOLIVIANO EM BUENOS-AIRES. O TERRITÓRIO BRASILEIRO DO ACRE E O TRATADO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E O PERÚ**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, pp.45-47. Acervo do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Juruá em tempo, Cruzeiro do Sul-AC, Brasil

JURUÁ EM TEMPO (redação). **Língua indígena 'hãtxa kuin' está em vias de ser declarada como 'co-oficial' no estado do Acre**. Publicado em 07.12.2017. Disponível em: <https://www.juruaemtempo.com.br/hatxa-kuin-esta-em-vias-de-ser-declarada-como-co-oficial-no-estado-do-acre/>. Acesso em 20 de jul. de 2019.

O Alto Purús, Senna Madureira-AC, Brasil [à época Senna Madureira, Departamento do Alto Purus, Território Federal do Acre]

O Alto Purús. Orgam Oficial. Território do Acre. Estados Unidos do Brasil. Redação e Oficinas Praça 25 de setembro. Senna Madureira, 25 de março de 1917, Ano X, nº21, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ-Brasil. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 22 de dezembro de 1912, Anno V, nº 224, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Oficial. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 10 de novembro de 1912, Anno V, n. 218, p. 1. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Senna Madureira, 01 de setembro de 1912, Anno IV, nº 256, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 25 de fevereiro de 1911, Anno III, nº14, p. 1. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 16 de janeiro de 1910, Anno II, nº 101, pp. 1-2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 7 de novembro de 1909, Anno II, nº91, , p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 3 de outubro de 1909, Anno II, nº 86, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 26 de setembro de 1909, Anno II, nº 85, p. 1. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 19 de setembro de 1909, Anno II, nº84, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 5 de setembro de 1909, Anno II, nº 52, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 28 de fevereiro de 1909, Anno II, nº 53, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 01 de março de 1908, Anno I, nº2, , pp. 1-2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Alto Purús. Orgam Official. Prefeitura do Alto Purús. Território do Acre. Senna Madureira, 1 de março de 1908, Anno I, nº2, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul, Cruzeiro do Sul-AC, Brasil [à época, Juruá (ou Cruzeiro do Sul), Departamento do Alto Juruá, do Território Federal do Acre]

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território Federal do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 9 de julho de 1914, Anno IX, nº 365, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território Federal do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 8 de fevereiro de 1914, Anno IX, nº323, p. 1. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá, Cruzeiro do Sul, 23 de novembro de 1913, Anno VIII, nº302, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Departamento do Alto Juruá. Anno VIII, nº296, 1913, p.3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Órgão Oficial. Departamento do Juruá. Cruzeiro do Sul, 11 de junho de 1912, Anno VIII, nº208, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 27 de agosto de 1911, Anno VI, nº173, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 9 de outubro de 1910, Anno V, nº 133, p. 4. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 27 de junho de 1909, Anno IV, nº80, p. 6. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 9 de maio de 1909. Anno IV, nº73, p. 4. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 16 de maio de 1909, Anno IV, nº74, p. 4. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 15 de dezembro de 1907, Anno II, nº50, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul – Orgam Official. Território do Acre, Brasil, Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 3 de maio de 1907, Anno II, nº43, pp. 1-2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 24 de março de 1907, Anno II, nº37, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Official. Território do Acre. Brasil. Juruá. Cruzeiro do Sul, 3 de fevereiro de 1907. Anno II, n. 30, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

O Cruzeiro do Sul. Orgam Oficial. Território do Acre. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 21 de outubro de 1906. Anno I, nº15, p. 2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Revista Fon-Fon Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Revista Fon-Fon!, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1913. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Revista Fon-Fon!, 8 de novembro de 1913, ano VII, nº45, Fundação Biblioteca Nacional – FBN, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Transcrição. Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, 15 de julho de 1902, nº196, capa. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Fotografias

Acervo fotográfico do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – DPHC, da Fundação Elias Mansour - FEM, do Governo do estado do Acre.

CODINA, Joaquim José. **Um igarité, uma ubá e uma jangada, e seus acessórios**. Data: 17??. Acervo Biblioteca Nacional. Código: mss1095098. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17506/uma-igarite-uma-uba-e-uma-jangada-e-seus-acessorios>. Acesso em 17 de fev. de 2020.

Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Coleção Fotografias Avulsas; data atribuída entre 1905 e 1911. Código: R_RJANRIO_O2_0_FOT_00480_36. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/737183032725381582/>. Acesso em 29 de jan. de 2020.

FIOCRUZ. Os grandes flagelos do norte *In*: FIOCRUZ. **A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992, pp. 111-154.

L.ORTIZ, Victor Hugo Limpas. Cobija. **Arquitetura e Urbanismo na Amazônia Boliviana**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 02, n. 019.02, Vitruvius, dez. 2001 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.019/820>>. Acesso em 23 de fev. de 2017.

POSNANSKY, Artur. **Campaña del Acre: la lancha Iris**. S.I: s.n, 190?. ABNB, Sucre, Bolívia. Código: BLc/4828.

Revista Fon-Fon!, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1913. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Revista Fon-Fon!, 8 de novembro de 1913, ano VII, n.45, Fundação Biblioteca Nacional – FBN.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre. Volume II.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

Vista de Cruzeiro do Sul, Acre, início do século XX. Arquivo Nacional do Brasil. Fundo Afonso Pena. Referência: BR_RJANRIO_ON_0_FOT_0017_015Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/840554717939516661/>. Acesso em 27 de jan. de 2020.

Blog de Sena. Djalma Ortiz (Org.). Disponível em: <http://senamadureira.blogspot.com/2010/10/historia-ii-purus-ferro-carril.html>. Data: s/d, provavelmente na década de 1910. Acesso em 13 de nov. de 2019.

Manuscritos

Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Porto, Portugal

Alteração ao plano de demarcação que/o cap.m.gen.al. João Pereira Caldas propôs e re/meteo á Corte acompanhado da carta datada/de 27 de junho de 84, e que assim agora e/menda na parte respectiva a o rio madeira/e javari, pelo que resultou do reconhecimento/ao segundo feito no presente anno de 1787./(...), [sic], pp.32-33. Pasta 24(37).

“Consideraçøens sobre o Tratado de Limites das Conquistas” [Tratado de Paz e Limites de 1 de outubro de 1777, entre Portugal e Espanha], pp.37-65. Código nº465.

Discurso sobre o estado actual das Minas do Brazil, dividido em duas partes. Na primeira mostra-se q as Minas do ouro são prejudiciais a Portugal, não só pelo muito q ja hoje o Estado perde nelas, mas tambem pelos muitos braços, q ellas tirão a Agricultura. Na segunda apontão-se os meios de se aproveitar a Agricultura do continente daz Minas, q aliaz he já perdido para o ouro. Código: nº464.

Relação de vários Naufrágios (manuscritos). Descrição física: 7], 110 [isto é 120], [30] f., enc. ; 21 cm. Seu autor. Publicação: posterior a 1647. Código: V146, nº737.

Outros

ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE. Decreto nº1, de 15 de julho de 1899. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHP. Arquivo Orlando Cavalcanti. Fundo Acre Galvez. Caixas 301 e 302. Disponível em: DANTAS, Jailson Soares. **1899 espionagem no Acre um caso sensacional.** Brasília: Thesaurus, 2012, anexos.

FONTE: ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE. Decreto nº2, de 15 de julho de 1899. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHP. Arquivo Orlando Cavalcanti. Fundo Acre Galvez. Caixas 301 e 302. Disponível em: DANTAS, Jailson Soares. **1899 espionagem no Acre um caso sensacional.** Brasília: Thesaurus, 2012, anexos.

FONTE: ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE. Decreto nº3, de 15 de julho de 1899. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHP. Arquivo Orlando Cavalcanti. Fundo Acre Galvez. Caixas 301 e 302. Disponível

em: DANTAS, Jailson Soares. **1899 espionagem no Acre um caso sensacional**. Brasília: Thesaurus, 2012, anexos.

Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Retificação, limite, cidade de Fortaleza – Acre. Revolução 1899-1902. Código: 3323B, 501.3.

Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – RREE, Gobierno de la República de Perú, Lima

Archivo General de Simancas, Papeles de Estado – Legajo n. 7.403, titulado Varios sobre el tratado de la linea divisória. Instrucciones, C. Enero-febrero-1749. LBA-2-10 Siglo XVIII, fls.3, Legajo 201, pp.2-2v.

Documento de 1777 LBH 3-4.

Embaixada de Portugal en Madrid, D. Tomás de Silva Tellez, Vizconde de Villa Nueva de Cerveira, a D. Joseph de Carvajal y Lancaster, Secretario de despacho de Estado, Aranjuez, 16 de mayo de 1749, p.6-v, legajo nº. 7403.

LBA-2-8 Legajo 201, Siglo XVIII, 16fls.

Impressas

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil

A NOTÍCIA. Um susto patriótico. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1908 *In: O ARBITRAMENTO PERÚ-BOLIVIANO EM BUENOS-AIRES. O TERRITÓRIO BRASILEIRO DO ACRE E O TRATADO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E O PERÚ*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, pp.21-22.

AZEREDO, Senador Antonio (Redactor-chefe da Tribuna. Brasil e Peru. A TRIBUNA. Rio de Janeiro, sexta-feira, 4 de dezembro de 1908 *In: O arbitramento Perú-boliviano em Buenos-Aires. O Território brasileiro do Acre e o Tratado de limites entre o Brasil e o Perú*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1909, pp.3-8.

Cópia do Telegrama Recebido. Cruzeiro do Sul – 15/04/1944 PM 09h58 – Ao Exmo. Xr. Dr. Getúlio Vargas – Presidente da República – Solicitamos a divisão em dois territórios o Acre. Presid. Da Associação Comercial. Pasta 1944 PR 13681 a13700 CX623.

MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao anno de 1908**. Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

M.A. ORDEM DO DIA. A notícia. Rio de Janeiro, sábado, 10 de julho de 1909 *In: O ARBITRAMENTO PERÚ-BOLIVIANO EM BUENOS AIRES. O TERRITÓRIO BRASILEIRO DO ACRE E O TRATADO DE LIMITES*

ENTRE O BRASIL E O PERU. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1909, pp.49-51.

RIO BRANCO, Barão de. O tratamento de limites entre o Brasil e o Perú. 28 de dezembro de 1909 *In: O ARBITRAMENTO PERÚ-BOLIVIANO EM BUENOS AIRES. O TERRITÓRIO BRASILEIRO DO ACRE E O TRATADO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E O PERU.* Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1909, pp.71-73.

RODRIGUES, José Carlos. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, quarta-feira, 9 de dezembro de 1908 *In: O ARBITRAMENTO PERÚ-BOLIVIANO EM BUENOS-AIRES. O TERRITÓRIO BRASILEIRO DO ACRE E O TRATADO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E O PERÚ.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, pp.30.

Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Instruções pelas quais se deverá seguir o General da Brigada Luiz Antonio e Medeiros, Comandante Interino do N. Distrito Militar Documento do Itamaraty – RJ, 3342 a 3348 – Pasta 195 234.(31) – Territorio do Acre. San. e divisões administrativas.

Comissão Demarcadora Brasil-Bolívia. Relatório 190-1912 – Diversos. Maço 1, Relatório Lata 300, Pasta 3, fls.35-36.

Carta: El Primer Vice-Presidente de la República y Delegado Extraordinario del Gobierno en el Territorio de Colonias, a “los habitantes del Acre y á las fuerzas expedicionarias al Noroeste. Fl.II asignado por Lucio P. Velasco, Puerto Acre, octubre 24 de 1900. Documentos 3342 a 3348 – Pasta 195 234. (31) – Territorio do Acre. San. e divisões administrativas.

Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – RREE, Gobierno de la República del Perú, Lima

Legación del Perú em Alemania, Hôtel des Salines, Rheinfelden, 23 de maio de 1902, nota 13, Carta ao Senhor Ministro de Estado no Despacho de Relações Exteriores de Lima de Toríbio Sanz. Um jornal alemão chamado Leipziger Zageblatt, em 18 de mayo de 1900.

Pará 17 de 1900, ao Sr. Oficial Mayor del Ministerio de Relaciones Exteriores – Consulado del Perú. N. LBB-15-2. Siglo XX, ano 1900, Legajo 2013, fls.15.

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia – ABNB, Sucre, Bolívia

APONTE, José Manuel. **La Revolución del Acre – 1902-1903.** La Paz: Im. de “El comercio de Bolivia”, 1903. Código: CP/GLE 91M.

BALLESTEROS, Sixto L. **A traves del Amazonas.** La Paz: Imprenta y Litografia el Nacional, 1899. Código: Bc 1802-1806.

DEVÉS Y CIA. **Ferrocarril Madre de Dios-Acre. Propuesta de la casa.** La Paz: Litografia Ayacucho 21, outubro de 1899. Código: Bc/Fol/2215.

MONTES, Ismael. **Comandancia em Jefe de las fuerzas destinadas á la pacificacion del acre.** Buenos Aires, 1º de maio de 1901. Código CP/GLE 5606.

OFIEPG – Oficina Nacional de Inmigración, Estadística y Propaganda Geográfica. **El Territorio Nacional de Colonias.** La Paz: Imp. del Estado, 1903. Código: CP/EC 334B.

POSNANSKY, Artur. **Campaña del Acre: la lancha Iris.** S.I: s.n, 190?. Código: BLc/4828.

QUIJARRO, Antonio. **Propuesta para establecer conexión entre los ríos Aquirí y Madre de Dios por médio de un ferrocarril.** La Paz: Imprenta el Nacional, 1893.

Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Acre – IPHAN-AC

RIBEIRO, Acauã. **Relatório de Governo.** Rio Branco: 1906.

BESOURO, Gabino. **Relatório de Governo.** Rio Branco: 1909.

CASTRO, Plácido de. **Relatório de Governo do Alto Acre.** Rio Branco: 1907.

MATTOS, Cunha. **Relatório da Prefeitura do Departamento do Alto Acre.** Villa Rio Branco, 1905.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP, Porto, Portugal

CORTESÃO, Amando. **D. João II e o Tratado de Tordesilhas. Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga.** LXXVII, Secção de Coimbra. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar. Separata dos Anais do Clube Militar Naval. Números 1 a 3 – jan/mar73. Código 04 316/67. Biblioteca FLUP, Discurso em Coimbra, em setembro de 1972.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.** Conferência pronunciada no Rio de Janeiro no Palácio das Relações Exteriores (Itamaraty) em setembro de 1949. Cadernos da “Seara Nova”, Secção de Estudos Históricos. Lisboa: Libânio da Silva, 1950. Biblioteca da FLUP, Porto. Código: PV 8929.

ROCHA, Artur Pinto da. **Barão de Rio Branco (elogio histórico).** Porto: Progresso. Sociedade de Beneficencia Brasileira no Porto. Ano de MCMXII (1912). Código: PV 6570.

Biblioteca de Letras da Universidade de Lisboa

ROCHA, Julio. **O Acre. Documentos par a histórica de sua ocupação pelo Brazil.** Lisboa: Minerva Lusitana: 1903. Documento enviado ao Ministro da República dos Estados-Unidos do Brazil em Portugal, Dr. Alberto Fialho. Código: ULFL153374 HG763 V.

Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Porto, Portugal

Alteração ao plano de demarcação que/o cap.m.gen.al. João Pereira Caldas propôs e re/meteo á Corte acompanhado da carta datada/de 27 de junho de 84, e que assim agora e/menda na parte respectiva a o rio madeira/e javari, pelo que resultou do reconhecimento/ao segundo feito no presente anno de 1787./(...), [sic], pp.32-33. Pasta 24(37).

Outros

AZEVEDO, Greogorio Thaumaturgo de. Relatório Annual de 1905 em 31 de dezembro de 1905 *In: O Cruzeiro do Sul. Território do Acre. Brazil. Amazonia. Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 7 de julho de 1906, Num.9, Anno I, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=420530&PagFis=46&Pesq=tarauac%20planta%20cidade>. Acesso em 29 de jan. de 2020.*

CARDÚS, R. P. Fr. José. **Las misiones franciscanas entre los infieles de Bolivia; descripción del estado de ellas en 1883 y 1884, con una noticia sobre los caminos y tribus salvajes, una muestra de varias lenguas, curiosidades de historia natural, y un mapa para servir de ilustración.** Barcelona: Librería de la Immaculada Concepción, 1886. Cortesia de André Ferrand de Almeida.

CUNHA GOMES. **Comissão de Limites entre o Brazil e a Bolivia : re-exploração do Rio Javary.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1899. Disponível via: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242785>. Acesso em 30.12.2019, às 14h49.

ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE. Decreto nº07 de 10 de abril de 1903 (transcrição). Casa do Governo em Porto Acre, sob a assinatura de J. Plácido de Castro. Disponível em: CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro. Excerptos Históricos.** Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE. Decreto nº02 de 27 de janeiro de 1903 (transcrição). Casa do Governo em Porto Acre, sob a assinatura de J. Plácido de Castro. *In: CASTRO, Genesco de. O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro. Excerptos Históricos.* Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

SOUSA, Octávio Tarquínio. **Coleção documentos brasileiros.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939. Disponível em: https://social.stoa.usp.br/articles/0015/6395/05_Tratado_de_Madrid_1750.pdf. Acesso em 02 de dez. de 2019.

Tratado Preliminar de Limites – Santo Ildefonso. Dona Maria I (Portugal) / Carlos III (Espanha), de 01 de outubro de 1777. Disponível em: <http://www.info.lncc.br/ildef.html>. Acesso em 17 de jan. de 2018.

1ª CBDLMRE/BRASIL – 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites/ Ministério das Relações Exteriores / República Federativa do Brasil. **Tratado Complementar à determinação das fronteiras estabelecendo princípios gerais sobre comércio e navegação na Bacia do Rio Amazonas, 1851.** Disponível em:

<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-br/file/Fronteiras/Peru/C%C3%B3pia%20dos%20Tratados%20de%20Limites.pdf>
 . Acesso em 05 de nov. de 2018.

Legislações

BRASIL, República Federativa do. **LEI Nº 4.070, DE 15 DE JUNHO DE 1962. Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências.** Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4070.htm. Acesso em 27 de jan. de 2020.

BRASIL, República Federativa do. Lei nº 1806, de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização **Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.** Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 05 de set. de 2019.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto-Lei nº5.812 de 13 de setembro de 1943.** Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm. Acesso em 15 de out. de 2018.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto-lei nº4.102 de 9 de fevereiro de 1942. Cria o Território Federal de Fernando de Noronha.** Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4102-9-fevereiro-1942-414714-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 de nov. de 2019.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 14.383, de 1º de Outubro de 1920. Reorganiza a administração e consolida as disposições sobre a justiça no Território do Acre.** Rio de Janeiro: 1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14383-1-outubro-1920-505535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 9.831, de 23 de Outubro de 1912. Reorganiza a Administração e a Justiça no Território do Acre.** Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9831-23-outubro-1912-517045-republicacao-99539-pe.html>. Acesso em 25 de jan. de 2020.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº2543-A, de 5 de janeiro de 1911. Estabelece medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e da mangabeira e a colheita e beneficiamento da borracha extrahida dessas arvores e autoriza o Poder Executivo não só a abrir os créditos precisos á execução de taes medidas, mas ainda a fazer as operações de crédito que para isso forem necessárias.** Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2543-a-5-janeiro-1912-577797-publicacaooriginal-100726-pl.html>. Acesso em 14 de fev. de 2020.

BRASIL, República Federativa do. **DECRETO Nº 7.619, DE 21 DE OUTUBRO DE 1909. Aprova o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das seccas.** Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7619-21-outubro-1909-511035-republicacao-109509-pe.html>. Acesso em 22 de nov. de 2019.

BRASIL, República Federativa do. **DECRETO Nº5.188 DE 07 DE ABRIL DE 1904. Organiza o Território do Acre.** Rio de Janeiro-RJ: 1904b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5188-7-abril-1904-516300-republicacao-107275-pe.html>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

BRASIL, República Federativa do. **DECRETO Nº 1.181, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1904. Autoriza o Presidente da Republica a administrar provisoriamente o territorio reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brazil e a Bolivia, e dá outras providencias.** Rio de Janeiro-RJ: 1904a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1181-25-fevereiro-1904-583573-publicacaooriginal-106366-pl.html>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. **Decreto nº35 de 11 de junho de 1906. Aprova a planta geral da cidade de Cruzeiro do Sul.** Departamento do Alto Juruá In: O Cruzeiro do Sul – órgão do Departamento do Alto Juruá, 30 de junho de 1906, Anno I, n. 8, p. 3.

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. **Decreto nº31 de 3 de maio de 1906. Cria duas villas – uma no rio Tarauacá e outra no Embira** In: O Cruzeiro do Sul, Orgão do Departamento do Alto Juruá. Território do Acre. Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 30 de junho de 1906, Anno I, nº8, p. 3, [sic].

DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ. **Decreto nº30 de 21 de abril de 1906. Funda a Bibliotheca Publica do Departamento.** Departamento do Alto Juruá In: O Cruzeiro do Sul – órgão do Departamento do Alto Juruá, 30 de junho de 1906, Anno I, n. 8, p. 3.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Decreto nº 4280 de 28 de novembro de 1868. Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commereio e Extradicação, Celebrado em 27 de Março de 1867, entre o Brasil e a Republica de Bolivia.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em 30 de dez. de 2019.

Cartografias e desenhos arquitetônicos (plantas, cortes e elevações)

Prefeitura Municipal de Rio Branco-AC, Brasil

Planta base da cidade de Rio Branco (digital). Ano: 2010.

Planta N.3. Rio Acre nas mediações de Rio Branco com destaque a Brazilia. Sem orientação magnética. Sem escala. Data: 1907.

Planta das terras tiradas na frente (...). Seringal Empresa para o estabelecimento da cidade de Pennapolis. Sem orientação magnética (1908). Sem escala. Data: 1908.

Mapa do rio Acre e sua navegação manipulado pelo autor. Sem orientação magnética. Sem escala. Data: 1907.

Levantamento topográfico do Seringal Empresa. Autoria: Gustavo Adolpho Reinaldo. Engenheiro Civil. Sem escala. Data: 26 de fevereiro de 1895.

Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Acre – IPHAN-AC, Rio Branco-AC, Brasil.

Planta da Villa Rio Branco. Autoria Engenheiro Jaime Coimbra. Sem escala *In*: RIBEIRO, Acauã. **Relatório de Governo**. Rio Branco: 1906.

Arquivo Histórico do Exército Brasileiro – AHEX, Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Planta da Cidade do Cruzeiro do Sul. 1905. Autores: Engenheiros José Berredo e Manfredo Cantanhede, impresso, colorido, com nota explicativa, com seta norte, papel canson telado, dimensões: 73cm x 35,5cm. Série Norte, Subsérie Acre. N°008, C.28. Localização: 11.02.2708.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Planta da povoação de Senna Madureira levantada em 25 de setembro de 1905. Autoria: Desenhista Augusto Henry Doney. Data: 01.09.1909. Escala: 1/2000. 1fl. *In*: MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908**. Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 (anexos).

Tapery onde em 25 de setembro de 1904 o General Siqueira de Menezes fez lavrar a acta de fundação de Senna Madureira. Data: 14/12/1908. Autoria: A. Henry Doney. Escala 1/2000. 1fl *In*: MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908**. Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 (anexos).

Planta da Cidade de Senna Madureira. Autoria: Alvaro Leitão. Data: 1906. Escala: 1/2000 *In*: MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908**. Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: O.DIAS, Joana de. **A carruagem vira jerimum: controvérsias da produção do espaço e tempo urbanos em Senna Madureira no início do século XX**. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre – MDR/UFAC. Rio Branco, 2014. 137 f.

Planta Geral da Cidade de Senna Madureira. Sede do Departamento do Alto Purus. Território do Acre. Data: 25/09/1907. Escala 1/2000. Autoria: A. Henry Doney *In*:

MARIANNO, Dr. Cândido José (Prefeito do Departamento). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra – D.D. Ministro da Justiça e Negócios Interiores – concernente ao ano de 1908.** Território do Acre. Departamento do Alto Purús. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

Archivo Histórico de Límites, Ministerio de las Relaciones Exteriores – RREE, del Gobierno del Perú, Lima

Carta do Território Nacional do Acre e parte da Amazônia, organizado no Ministério das Relações Exteriores de acordo com os mais recentes reconhecimentos geográficos. Elaborado por Euclides da Cunha, engenheiro. Impressão: Imprensa Nacional. Escala 1:1540.000. Data: 1905. Código: BR2-103.

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

Mappa do Estado Independente do Acre. Autores: J. Plácido de Castro e A. Argollo. Co-autoria: Júlio Gaspar. Escala 1: 2.000.000. Publicação: Laignère Moniz (1902). 1 mapa p&b, com traçados coloridos. Medidas: 38,00x64,00cm em folha de 21,240 x66,00cm. Cota: CC218A. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!454694~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1>. Acesso em 01 de fev. de 2019.

Biblioteca Nacional de España, Madri

Perú, Mapas generales, 1901?. Escala [ca. 1:14.285.714] ; Autor: Sociedad General de Publicaciones; Fecha: 1901?; Datos de edición : [Barcelona : Sociedad General de Publicaciones ; Tipo de Documento: Material cartográfico impreso ; Descripción física: 1 mapa : col.; 13 x 20 cm en h. de 18 x 26 cm, Signatura AFRMPS/20/69; PID bdh0000226890 ; CDU (85) ; Descripción y notas en los márgenes: Diccionario enciclopédico popular ilustrado; Voz "Perú". Disponível via: <http://bdh.bne.es/bnsearch/CompleteSearch.do?field=todos&fechaFhasta=&text=Peru&fechaFdesde=&sort=&showYearItems=&exact=on&textH=&advanced=false&completeText=&tipomaterial1=Material+cartogr%C3%A1fico+impreso&tipomaterial1=Material+cartogr%C3%A1fico+manuscrito&pageSize=1&pageSizeAbrv=30&pageNumber=1>. Acesso em 12 de mai. de 2019.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ

Mappa do Império do Brazil, augmentado de dados estatísticos e outras correcções resultantes de estudos e melhoramentos recentes. Autoria: C. Brockes e C. Held, com a coadjuvação de A. Zittlow (agrimensor). Data: 1878. Escala 1:7,420,440. Autoria: Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Código: Cart163397. Acervo Digital, Departamento de Cartografia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart163397/cart163397.jpg. Acesso em 27 de dez. de 2019.

MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. [**Mapas do**] **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil:** contendo a origem e historia de cada

provincia, cidade, vila e aldeia. Paris, França: J. p. Aillaud, 1845. 6 mapas, il. [1 col.], 35 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004808/cart1004808.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

Sociedade Geográfica de Lisboa

FRITZ, P. Samuel. *Cours du Fleuve Maragnon autrement dit des Amazones par le P. Samuel Fritz Missionnaire de la Compagnie de Jesus*¹, Carta do Amazonas de 1707. Gravura a preto. D.G.S.E, C.G.E.18 In: SOCIEDADE GEOGRAFICA DE LISBOA. **Coleção Fotográfica de Diferentes cartas, mapas, plantas e projectos referentes ao Brasil anteriormente à sua independência na quasi totalidade.** Lisboa: Serviços Gráficos do Exército, 1922, p.15.

Carta Geographica de que serviu o Ministro. Data: 1749. Autor:?. Referência: 2-H-4.

Mapa Geográfico de la maior parte de la América Meridional que contiene Los Países por donde debe trazarse la Línea Divisoria que divida los Dominios de España y Portugal construído en virtude de Real Orden por el Teniente General Dn. Francirco Requena. Data: 1796. Cota: 18-A-9.

Mapa Amérique du Sud. . Data: ?. Referência: Mapa 4-J-10.

Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP, Porto, Portugal²⁸⁹

DELISLE, Guillaume, 1675-1726 *America Meridionalis / concinãta juxta observationes Dñi Acad. Regalis Scientiarum et nonnullorum aliorum, et juxta annotationes recentissimas per G. de L'Isle geographum ; Gustav Conrad Lotter, sculps..* – [Escala ca 1:19 000 000]. 500 milliaria communia francica, 25 unum gradum conficientia = [11,65 cm]. - Agustae Vindelicorum [Augsburg] : apud Tobiam Conr. Lotter, 1772. – 1 mapa em 1 lâmina : gravura, color. ; 46x58 cm, em folha de 53x68 cm. – Incluído em atlas factício proveniente de Santa Cruz de Coimbra. Cota C-M&A-P.8(6).

DELISLE, Guillaume, 1675-1726 *L' Amerique Meridionale / dressée sur les observations de M.rs de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. de L'Isle geographe.* – Echelle [ca 1:19 000 000]. 350 lieües marines de Espagne et de Portugal de 17 1/2 au degre [18 ao grau] = [11,65 cm]. – A Amsterdam : chez R. & J. Ottens, geogrâphes dans le Kalverstraat au Carte du Monde, [entre 1725 e 1750]. – 1 mapa : gravura, color.– 1 mapa em 1 lâmina : gravura, color. ; 45x51 cm, em folha de 55x66 cm. – Incluído em atlas factício proveniente de Santa Cruz de Coimbra. Cota C-M&A-10(35).

PALAIRET, Jean, 1697-1774 *South America / J. Lodge sculp.* – [Escala ca 1:18 000 000]. 600 geometrical miles 60 in a degree = [6,3 cm]. – [1775]. – 1 mapa em 1 lâmina dobrada : gravura, color. ; 43x50 cm, em folha de 54x65 cm In: An elementary and methodical atlas, originally intended for the use of His Serene Highness The Prince of Orange and Nassau, Stadtholder of the United Provinces,

²⁸⁹ As descrições das fontes cartográficas da BPMP seguiram, *ipsis litteris*, os dados contidos na publicação: GARCIA, João Carlos (coord.). **Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Catálogo.** Porto: BPMP/FLUP, 2011.

&c. &c. / by John Palairt Agent of their High Mightinesses the States-General, at the Court of Great-Britain. – The second edition, revised, corrected and greatly improved, under the inspection of the author. – London : printed for J. Nourse, in the Strand, bookseller to His Majesty, 1775. - Cota antiga: “Δ-4-13”. - Na guarda posterior pode ler-se:”nº 33 Mendes”, Livraria do 1º Visconde de Balsemão. Cota C-M&A-P.13 (10).

DELISLE, Guillaume, 1675-1726 L' Amerique Meridionale / dressée sur les observations de M.rs de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. de L'Isle geographe. – Echelle [ca 1:19 000 000]. 350 lieües marines de Espagne et de Portugal de 17 1/2 au degre [18 ao grau] = [11,65 cm]. – A Amsterdam : chez R. & J. Ottens, geogrâphes dans le Kalverstraat au Carte du Monde, [entre 1725 e 1750]. – 1 mapa : gravura, color. ; 45x51 cm, em folha de 47x61 cm. Cota: C-M&A-P.17 (17).

CARVALHO, José Simões de, fl. 1781-1809 Alteração ao plano de demarcação que o Cap.m Gen. al João Pereira Caldas propos e remeteo á Corte acompanhado da carta datada de 27 de Junho de 84, e que assim agora se emenda na parte respectiva a os Rios Madeira e Javari, pelo que rezultou do reconhecimento ao segundo feito no presente anno de 1787 / fis por ordem, D.or José Simoins de Carvalho Cap.t Eng. – [Escala ca 1:5 100 000]. 1 grau de latitude = [2,2 cm]. – 1787. – 1 mapa : ms. ; 33x44 cm, em folha de 40x59 cm. Cota: C-M&A P.24 (37).

CAPITANIAS DO GRÃO PARÁ E RIO NEGRO Carta geografica das capitancias do Gram Parà e Rio Negro. – [Escala ca 1:4 200 000]. Petipé de noventa legoas de dezoito em cada grau = [13,6 cm]. – [1775]. – 1 mapa em 1 folha dobrada : ms., color. ; 30x59 cm, em folha de 37x64 cm In: Diario da viagem que em visita e correição das povoaçoens da Capitania de S. Jozé do Rio Negro fez nos annos de 1774 e 1775 Franc.co Xavier Rib.ro de Sampayo .. . – 1775. – Ms. 538, entre f. 135-136. Cota MS-538, fol.135-a.

MAPA DOS CONFINS DO BRASIL Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de esp.a en la America Meridonal [sic]. – [Escala ca 1:8 500 000]. 1 grau de latitude = [1,3 cm]. – [Entre 1775 e 1799]. – 1 mapa : ms., color. ; 60x52 cm, em folha de 61x53 c. Cota C-M&A-P.24 (62).

Archivo y Bibliotecas Nacionales de Bolivia – ABNB, Sucre, Bolívia

Mapa dos antigos e atuais limites da Bolívia (anterior a novembro de 1903). Data: 1899;

Impressão: Tip. Lit. Quillen; Cidade: Sucre; Escala: 1.8000.000, Longitude oeste do Meridiano de Greenwich In: BALLESTEROS, Sixto L. A traves del Amazonas. La Paz: Imprenta y Litografia el Nacional, 1899. Código: Bc 1802-1806.

Mapa *a traves del Amazonas*, Sixto L Ballesteros, desde el Departamento de La Paz “Bolivia” hasta la provincia brasileira del Pará o Belém, en los años 1894-1895. Data: 1899; Autoria: Sixto L Ballesteros; Impressão: não identificado; Cidade: não identificado; Escala: sem escala In: BALLESTEROS, Sixto L. A traves del Amazonas. La Paz: Imprenta y Litografia el Nacional, 1899. Código: Bc 1802-1806.

Mapa de vías de comunicacion de los distintos puntos de la República a la Puerto Acre. Data: janeiro de 1903; Autoria: Meredia Villarreal, Tenente 1° de Infanteria; Impressão: Lit. Boliviana; Cidade: La Paz; Escala: 1:6.000.000. Código: CP/GLE-993

Mapa de Sur América. Data: 1929; Escala: s/e; Impressão: s/i In: LÓPEZ, Ciro Torres. **Las maravillosas tierras del Acre. La Paz: Talleres Tipográficos del Colegio Don Bosco, 1930.** Código da obra; Bb/545/B

Mapa de vias de comunicación de los distintos puntos de la República a Puerto Acre. Autoria: Meredia Villarreal, 1° Teniente de Infantería (Talleres de la Intendencia de Guerra); Data: 1903; Local: La Paz, Bolívia; Escala: 1: 4.000.000 In: AZCUI, Benjamin. **Resumen histórico de las campañas del Acre 1899-1903.** La Paz: Ministerio de la Guerra y Colonizacion, 1924. Código: CP-GLE-8057.

Combate de Puerto Acre. Autoria: s/autoría; Data: enero de 1903; Local: La Paz, Bolívia; Escala: s/escala In: AZCUI, Benjamin. **Resumen histórico de las campañas del Acre 1899-1903.** La Paz: Ministerio de la Guerra y Colonizacion, 1924. Código: CP-GLE-8057.

Combate de Riosíño. Autoria: s/autoría; Data: 12 de diciembre de 1900; Local: La Paz, Bolívia; Escala: s/escala In: AZCUI, Benjamin. **Resumen histórico de las campañas del Acre 1899-1903.** La Paz: Ministerio de la Guerra y Colonizacion, 1924. Código: CP-GLE-8057

Arquivo Histórico de la Casa de la Libertad, Sucre, Bolivia

Mapa de la República de Bolivia mandado publicar pr. El gobierno de la nacion en la administracion del Presidente Doctor José Maria Linhares y secretario de instruccion pública Doctor Lucas Mendoza de la Tapial. Levantado y organizado entre los años de 1842 y 1859. Autores: Tenente Coronel Juan Ondarza e o Comandante Juan Mariano Mujia e o Major Lucio Camajo; Data: 1859; Escala: gráfica – 25 leguas en um grado; 6 leguas para larguras dos rios; Gravado, impresso e publicado por: J. H. Colton; Cidade: Nova York, EUA.

Mapa Elemental de Bolivia. Data: 1894; Código: sem identificação; Autoria: Ingeniero Civil: Eduardo Idiáquez; Impressão: não identificado; Cidade: La Paz; Escala: 1:3.400.000.

Mapa corográfico y geográfico de la República de Bolivia. 3° Edição corrigida e aumentada. Data: 1° de julho de 1899; Código: sem identificação; Autoria: Justo Leigue Moreno - Comandante do Exército; Impressão: Tip. Lit. T. Guillien Score; Cidade: Sucre; Escala: 1:4.000.000.

Mapa de la República de Bolivia mandado organizar y publicar por el Presidente Constitucional General José Manuel Pando. Data: 1901; Código: sem identificação; Autoria: Eduardo Idiaquez, Ingeniero de Límites, dibujado por Victor Puig; Impressão: Grabado y impresso por Erhard Hermanos. Calle Denfert-Rocherenhau, 35, Paris.; Cidade: La Paz; Escala: 1:2.000.000.

Mapa corográfico de la República de Bolivia en 1843 con la topografía de las fronteras limítrofes mandado levantar por el Exmo. Sr. Presidente José Bollivian y

formado p. el Coronel de Yngenieros, Felipe Betrés – Director de la Mesa Topográfica. Autoria: Coronel de Yngenieros, Felipe Betrés; Data: 1845; Impressão: John Arrowsmith, 10, Soho Square; Local: Londres; Escala: de 25 leguas de à 20.000 pies al grado.

Mapa de la República de Bolivia mandado publicar por el gobierno en la administración del Presidente Doctor José Maria Linares y secretario de instrucción pública Doctor Lucas Mendoza de la Tapial levantado y organizado en los años de 1842 á 1859 por el Teniente Coronel Juan Ondarza Comandante Juan Mariano Mujia y Mayor Lucio Camacho. Autoria: Teniente Coronel Juan Ondarza Comandante Juan Mariano Mujia y Mayor Lucio Camacho; Data: 1859; Impressão: I. H. Colton; Cidade: New York, EUA; Escala: uso de *leguas para un grado e para anchura de Rios*. Fonte: Archivo Histórico de la Casa de la Libertad, Sucre, Bolívia; Código: s/c.

Archivo Histórico de Límites del Ministerio de Relaciones Exteriores – RREE, Gobierno de la República del Perú, Lima

Croquis de la región del noroeste de Bolivia para el folleto ‘La Revolución del Acre – datos para la Historia’ del Dr. José Manoel Aponte. La Paz, octubre, 1903. Croquis del Puerto Acre. O. de Greenwich. s/escala. Código: BO-033.

Outros

Carta Geographica de Projeção Esférica da Nova Lusitania ou America Portuguesa Estado do Brazil. Direcção dos Serviços de Engenharia (Lisboa). [Carta Geral do Brasil], Escala [ca.1:2 600 000], 5 graus de latitude = [21.7 cm]. [1797], 1 mapa em 16 folhas coladas : ms., color.; 199cm x 202 cm. Cortesia de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno.

Mapa geográfico de la maior parte de la América Meridional que comprehende los países por donde debe trazarse la linea divisoria de los dominios de España y Portugal. 1796. Por Francisco Requena y Herrera [Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores de Madrid] In: BEERMAN, Eric. *Francisco Requena: la expedición de limites. Amazonia 1779-1795. Madrid: Compañia Literaria, 1996.*

Cartografia temática digital

Para a produção dos mapas temáticos e ilustrações cartográficas foram consultadas bases de informações públicas com fins de obtenção dos dados de elevação, dos limites políticos, das feições hidrográficas, de áreas especiais e da localização de sítios arqueológicos Os dados possuem formato vetorial e matricial.

Quando necessário, espacializações presentes na cartografia histórica foram georreferenciadas, vetorizadas e incorporadas aos novos mapas. Considerando as diferenças de

escalas, métodos e técnicas entre esses produtos, é natural que haja distorção, sempre ressaltada no produto apresentado.

O processamento foi realizado em ambiente GIS (*Geographic Information System*), com uso do software ArcMap[®]. O Datum utilizado foi o SIRGAS 2000. Os mapas impressos possuem escalas de impressão indicada e foram plotados em formato A3 e A4. Ilustrações cartográficas possuem tamanhos diferenciados.

As feições hipsométricas foram obtidas com o processamento do modelo digital de elevação (ou DEM, de *digital elevation model*) produzido pela NASA, o sensor SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*), que possui resolução espacial de 30 metros (v3, 1 arco de segundo). Em função da extensão territorial da área de interesse, foi necessário incorporar várias cenas para obter o mosaico com a cobertura desejada.

Segue lista de fontes.

Terra indígena

Arquivos shapefiles (*.shp) disponibilizados pelo Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Site: <http://www.funai.gov.br/index.php/shape>

Limites continente americano

Arquivos shapefiles do disponíveis no Portal Forest-GIS.

Site: <http://forest-gis.com/download-gis-base-de-dados/>

Hidrografia

Arquivos shapefiles, em escala de 1.250.000, disponíveis no Portal Forest-GIS.

Site: <http://forest-gis.com/download-gis-base-de-dados/>

Sítios arqueológicos

Geoserver do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>

Divisão administrativa do Brasil

Arquivos shapefiles disponíveis no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) .

Site: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>

Modelo digital de elevação

Arquivos matriciais (*GeoTiff*) disponibilizados pela NASA no portal Earth Explorer.

Site: <https://earthexplorer.usgs.gov/>

Cenas utilizadas: S06W76, S06W75, S06W74, S06W73, S06W72, S06W71, S06W70, S06W69, S06W68, S06W67, S06W66, S07W76, S07W75, S07W74, S07W73, S07W72, S07W71, S07W70, S07W69, S07W68, S07W67, S07W66, S08W76, S08W75, S08W74, S08W73, S08W72, S08W71, S08W70, S08W69, S08W68, S08W67, S08W66, S09W76, S09W75, S09W74, S09W73, S09W72, S09W71, S09W70, S09W69, S09W68, S09W67, S09W66, S10W76, S10W75, S10W74, S10W73, S10W72, S10W71, S10W70, S10W69, S10W68, S10W67, S10W66, S11W76, S11W75, S11W74, S11W73, S11W72, S11W71, S11W70, S11W69, S11W68, S11W67, S11W66, S12W76, S12W75, S12W74, S12W73, S12W72, S12W71, S12W70, S12W69, S12W68, S12W67 e S12W66.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A.SOUZA, Carlos Alberto. **História do Acre** – Novos temas nova abordagem. Rio Branco: Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2013.

A.SOUZA, Carlos Alberto. **História do Acre** – Primeiro Grau. Rio Branco: M M Paim, 1992.

AB'SABER, Aziz Nacib. A Teoria dos Refúgios: origens e significado. **Anais do 2º Congresso de Essências Nativas**. São Paulo: Instituto Florestal, de 29 de março a 03 de abril de 1992, pp. 29-34. Disponível via: https://smastr16.blob.core.windows.net/iflorestal/ifref/RIF4-1/RIF4-1_29-34.pdf. Acesso em 24 de nov. de 2019.

AB'SABER, Aziz Nacib. Aziz Ab'Saber: os problemas da Amazônia. Entrevista concedida a Dario Luis Borelli et al.. **Estudos Avançados**. Dossiê Amazônia brasileira I Vol. 19, nº53, jan./abr. 2005, pp. 5-35. Disponível via: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24078.pdf> . Acesso em 20 de nov. de 2019.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACHÁ, José Aguirre. *De los Andes al Amazonas. Recuerdos de la Campaña del Acre. La Paz: Renacimiento*, 1927.

Acre, Israel. Disponível via: https://pt.qwe.wiki/wiki/Acre,_Israel. Acesso em 28 de dez. de 2019.

ADONIAS, I. **Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

AGUIAR, Izonete de Jesus Araujo; SOUSA, Maria Alves de. Polyporus indigenus I. Araujo & M. A. Sousa, nova espécie da Amazônia. **Acta Amaz.**, Manaus , v. 11, n. 3, p. 449-455, set. 1981 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59671981000300449&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/1809-43921981113449>

AGUIAR, Rodrigo; RANZI, Alceu. **Geoglifos do Amazônia – Perspectiva aérea**. Florianópolis: Faculdades Energia, 2004.

AL ASSAL, Marianna Boghosian. **Arquitetura e identidade nacional no Estado Novo – as escolas práticas de agricultura no estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Acre: *In*: ALBUQUERQUE, Gerson; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.). **Wa'kürü. Dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016, v.1, pp. 13-29, Disponível via: http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/arquivos/e_book_Uwa_k_r_Dicionario_Analitico_1877679675_958788869.pdf. Acesso em 12 de dez. de 2019.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. História e Historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e as lógicas do progresso. *In*: **Revista Tropos**, v.1, n.4, dez. 2015a. Disponível via: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/342>. Acesso em 04 de nov. de 2019.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Nas margens do Aquiry: leituras e traduções sobre a cidade de Rio Branco – Acre *In*: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; NENEVÉ, Miguel; SAMPAIO, Sônia Maria Gomes (Orgs.). **Literaturas e Amazônias: colonização e descolonização**. Rio Branco: Nepan Editora, 2015b, pp. 255-285.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Uma certa cidade na Amazônia**. Tese de Livre Docência. Centro de Educação, Letras e Artes (CELA), Universidade Federal do Acre. Rio Branco: UFAC, 2019, 424f.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.). **Uwa'kürü. Dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016. Vol.1. pp.137-151, Disponível via: http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/arquivos/e_book_Uwa_k_r_Diccion_rio_Anal_tico_18776_79675_958788869.pdf. Acesso em 12 de dez. de 2019.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil. Bauru: **Ciência Geográfica**, XV, V.XV (1), janeiro-dezembro, 2011. pp. 84-87. Disponível via: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_11.pdf. Acesso em 10 de nov. de 2019.

AQUIRAZ, Prefeitura Municipal de. Dados Geográficos, s/d. Disponível via: <http://www.aquiraz.ce.gov.br/aspectos-geograficos/>. Acesso em 05.11.2018, às 13h51.

ARAUJO, Ariadne. O primeiro ciclo da borracha *In*: ARAÚJO, Ariadne et al. **Soldados da Borracha. Os heróis esquecidos**. São Paulo: Escrituras, 2015, pp. 33-39.

ARBESMANN, Rudolph. *The Contribution of the Franciscan College of Ocopa in Peru to the Geographical Exploration of South America In: The Americas*, v. 1, n. 4 (apr. 1945), pp. 393-417. Disponível via: URL: <http://www.jstor.org/stable/978783>. Acessado em 01 de nov. de 2015.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecos de um suposto silêncio: paisagens e urbanização dos ‘certoens’ do Norte, c.1666-1820**. Tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 2017, 528f. Disponível via: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-13062017-130722/publico/DamiaoEsdrasAraujoArraes.pdf>. Acesso em 09 de fev. de 2020.

ARRUDA, Rinaldo; et al.. **HISTORIA Y MEMORIAS DE LAS TRES FRONTERAS. BRASIL, PERÚ Y BOLIVIA**. Cusco: Alpha Serviços Gráficos S.R.I., 2009.

ATIQUE, Fernando. **Arquitetando a “Boa Vizinhança”: Arquitetura, Cidade e Cultura na relações Brasil-Estados Unidos 1876-1945**. São Paulo: Fernando Atique/Pontes Editoras, 2010.

AZCUI, Benjamin. *Resumen histórico de las campañas del Acre 1899-1903*. La Paz: Ministerio de la Guerra y Colonizacion, 1924.

B.CASTELLO BRANCO, José Moreira. Acreania *In*: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v.240, jul-set.,1958, pp. 3-99.

B.CASTELLO BRANCO, José Moreira. **Região Acreana**. Rio de Janeiro: Dep. Imprensa Nacional, 1960.

B.MEIRA, Sílvio de. **A epopeia do Acre**. Rio de Janeiro: Record, 1964.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais In: PINSKY, Carla Bassanezi et al.. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 23-80.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial In: Revista Brasileira de Ciências Políticas. Brasília, nº11, may/aug, 2013, pp.89-117. Disponível via: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004. Acesso em 18 de nov. de 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARRENECHEA, Raúl Porras. *Historia de los limites del Perú*. Lima: F.yE.Rosay, 1930.

BARROSO, Gustavo. “A origem da palavra ‘Sertão’” In: **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, v.V, n.52, jul.1947, pp. 401-403. Disponível via: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1947_v5_n52_jul.pdf. Acesso em 10 de nov. de 2019.

BARROSO, Gustavo. Vida e história da palavra sertão In: **O Cruzeiro** (Coluna Segredos e Revelações da História do Brasil). Rio de Janeiro, 12 jul 1952, pp. 53-54. Disponível via: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=Vida%20e%20historia%20da%20palavra%20sertao>. Acesso em 13 de nov. de 2019.

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BAYO, Ciro. *El peregrino de Indias. Madrid: Imprenta de los Sucesores de Hernando, 1911(páginas seleccionadas)* In: GUMUCIO, Mariano Baptista (Org.). **Pando y la Amazonia boliviana**. Cochabamba: Kipus, 2014, pp. 98-114.

BECKER, Bertha K. **A geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BEERMAN, Eric. *Francisco Requena: la expedición de limites. Amazonia 1779-1795. Madrid: Compañia Literaria, 1996*.

BELTRÁN, Clara López. *Caminando hacia el Acre, las exploraciones del siglo XIX*. Revista de la Fundación Cultural del Banco Central de Bolivia. Año VI, nº19. Abr-jun. 2002.

BELTRÁN, Clara López. *La exploración y ocupación del Acre (1850-1900)* In: JORDÁN, Pilar Garcia (Org.). **Revista de Indias**. Dept. de Historia de América “Fernández de Oviedo” – Instituto de Historia. Madri: Gráfica Loureiro, v. LXI, n. 223, 2001, pp. 573-590.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre – de Território a Estado – um olhar social...**Tese de doutorado em História Social apresentada ao Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo-SP. São Paulo: USP, 2006, 383f. Disponível via: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4070.htm. Acesso em 18 de ago. de 2018.

- BIBLIOTECA DA FLORESTA. **Índios isolados no Acre**. Rio Branco: Biblioteca da Floresta, 2010.
- BRASILIENSE, Beto. **Mil Acres**. 1983. Disponível via: <http://www.altinomachado.com.br/2017/09/mil-acres-beto-brasiliense.html>. Acesso em 20 de nov. de 2019.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo : Perspectiva, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **Imagens da Cidade Séculos XIX e XX**. São Paulo: FAPESP, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 16-35.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e Historiografia das Cidades, um percurso *In*: Marcos Cezar de Freitas. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 237-258.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BRUGNARA, Gisela de Andrade. **A cultura vem a pé: práticas espaciais na Alta Amazônia**. Tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo – PPG- AU/ FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 2018, 193f. Disponível via: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-18092018-160642/pt-br.php>. Acesso em 02 de dez. de 2019.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. A arquitetura das fronteiras do Brasil - duas faces de um mesmo problema *In*: **Arquitextos**, 148.05, Brasil/Portugal, ano 13, set./2012. Disponível via: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.148/4506>. Acesso em 15 de out. de 2015.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Com as mãos sujas de cal e tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (séculos XVI-XIX) *In*: **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 2011a, pp. 1-14.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia *In*: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo: v.12, n.1, jan./dez. 2004, pp. 193-234. Disponível via: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142004000100018. Acesso em 20 de nov. de 2019.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Designio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. São Paulo: EDUSP, 2011b.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; KANTOR, Íris. Expedições de demarcação luso-hispânicas na Amazônia Andina (1750-1804): leituras entrecruzadas dos diários, mapas e aquarelas. *In*: CARDIM, Pedro; MARTÍN MARCOS, David (ed.). (Org.). **Monarquias encontradas. Estudos sobre Portugal y España en los siglos XVII y XVIII**. Madrid: Silex/CHAM - Centro de Estudos de Além Mar, 2013, pp. 303-326.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, pp. 7-38.

CABRAL, Francisco Pinto. **Plácido de Castro e o Acre brasileiro**. Brasília: Thesaurus, 1986.

CALIXTO, Valdir de Oliveira (Org.). **Resumo do Projeto Levantamento da História Político-Administrativa do Estado do Acre e Município de Rio Branco**. Disponível via: <http://pt.scribd.com/doc/15440553/Lisla-de-Prefeitos-e-Governadores-do-Acre>. Acesso em 30 de ago. de 2015.

CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. **O Estado brasileiro e o processo de formação do espaço do Acre**. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo – PPG-AU/FAU/USP. São Paulo: FAU/USP, 2004, 256f.

CARDINAL, Silvia Arango. **Ciudad y arquitectura. Seis generaciones que construyeron la América Latina Moderna**. México: FCE Colombia, Conaculta, 2012.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na história *In*: **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 11, n. 28, 9 jul. 2011. Disponível via: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1045>. Acesso em 18 de nov. de 2019.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **A formação da sociedade econômica do Acre: “sangue” e “lodo” no surto da borracha (1876-1914)**. Rio Branco: EAC Editor, 2015.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **Amazônia, Limites e Fronteiras (Brasil, Bolívia e Peru): uma história revisada da nacionalização DO ACRE**. Rio Branco: EAC Editor, 2016a.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **O discurso fundador do Acre (ano)**. Rio Branco: EAC Editor, 2016b.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **Os capitalistas da revolução acreana: uma breve história econômica da anexação do acre ao Brasil**. Rio Branco: UFAC, 2013.

CARPINTÉRO, Maria Varanda Teixeira; CESAROLI, Josianne Francia. A Cidade como História *In*: **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 50, jan./jun. 2009, pp. 61-101. Disponível via: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/15672/10413>. Acesso em 30 de ago. de 2015.

CARVALHO, Mauricio. **Hora de cierre. Civiles y Militares en Dictadura y Democracia. Entrevistas políticas**. Santiago: LOM Ediciones, 2016.

CASTELLO BRANCO, Bernardo. Arquitetura indígena brasileira: da descoberta aos dias atuais *In*: **Revista de Arqueologia**. São Paulo, n.7, 1993, pp. 69-85.

CASTRO E COSTA, José Augusto de. **Brasileiro por opção**. São Luis: 360°, 2013.

CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro. Excerptos Históricos**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro” *In*: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 87-95. Disponível via:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102434/9_CastroGomez.Pdf. Acesso em 03 de abr. de 2016.

CAVALCANTE, Luciana Mendes. **Aspectos geológicos do estado do Acre e implicações na evolução da paisagem**. Rio Branco: EMPRAPA Acre, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. Perspectiva: São Paulo, 2005.

CLEMENT, Charles R.; DENEVAN, William M. ; HECKENBERGER, Michael J.; JUNQUEIRA, André Braga; NEVES, Eduardo G.; TEIXEIRA, Wenceslau G.; WOODS, William. *In: The domestication of Amazonia before European conquest In: Proc. The Royal Society Publishing, 7 august 2015, vol.282*. Disponível via: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rspb.2015.0813>. Acesso em 20 de ago. de 2019.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens sobrepostas**. Índios, posseiros e fazendeiros nas Matas de Itapeva (1723-1930). Tese de doutorado de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens sobrepostas**. Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930). Londrina: EDUEL, 2013.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. As “faces” da Nova Lusitânea”, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme *In: Anais do IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Porto, 09 a 12 de novembro de 2011, pp. 1-26. Disponível via: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/79.pdf>. Acesso em 17 de fev. de 2020.

CORTE-REAL, João Afonso. Fronteiras Históricas do Brasil *In: STYDIA Revista Semestral*. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigação Científica do Ultramar, Portugal. Lisboa: Silvaz, C.T.6, scarl, n°s 41-42, jan/dez 1979, pp. 175-191.

CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos Portugueses – III**. Obras Completas. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Volume I. Lisboa: Expresso, 2016.

CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Volume VIII. Lisboa: Expresso, 2016.

COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da. **Desvendando a Casa Verde Amazônica - Anastilose Espacial em Núcleos de Seringais no Rio Acre - 1870 a 1910**. doutorado em Desenvolvimento Urbano do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco – MDU/UFPE. Recife: UFPE, 2011.

COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da. **Madeira que cupim não rói – Xapuri em Arquitetura – 1813-1945**. Rio Branco: Gráfica Dois Irmãos, 2010.

COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da; AMORIM, Luiz Manoel DO EIRADO. Acre, história e arquitetura. Tradição vernácula e moderna num ambiente de floresta *In: Arqtextos*, São Paulo, 07.083, Vitruvius, abr 2007. Acesso via <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/07.083/257>, em 07 de mai. De 2016.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Peru versus Bolívia**. São Paulo: Cultrix/MEC; Brasília: INL, 1975.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (Orgs.). **Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Sociología de la imagen: ensayos*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

D.ORTIZ, P. *Monografía del Purús*. Lima: Gráfica 30, 1980.

DAMASCENO, Bruno Brito. **Rodolfo Teófilo e a migração cearense para a Amazônia na passagem dos séculos XIX e XX**. Dissertação de mestrado em História Social, do Programa de Pós-graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza; UFC, 2018, 109p. Disponível via: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/35780>. Acesso em 30 de nov. de 2019.

DANTAS, Jailson Soares. **1899 espionagem no Acre um caso sensacional**. Brasília: Thesaurus, 2012.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. São Paulo: Record, 2002.

DIAS, Ondemar. As Estruturas de Terra na Arqueologia do Acre *In: Arqueologia-IAB*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1988. pp. 29-35.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI-GUARANI. Acre. **Dicionário Ilustrado Tupi-guarani**. Disponível via: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/acre/>. Acesso em 09 de nov. de 2018.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI-GUARANI. Tarauacá. **Dicionário Ilustrado Tupi-guarani**. Disponível via: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/tarauaca/>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1987.

DINIZ, Keilah. América (05'36''), faixa 12 (CD). *In: DINIZ, Keilah. Amazônia...a Deus*, Studio57, Brasília, 1998.

DOMINGUES, Ângela. **Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura**. Lisboa: Analecta Transmarina. Série Atlântica, nº 2. Instituto de História Além-mar- FCSH UNL, Imprensa de Coimbra, 1991.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

E.GUERRA, José. *Itinerario espiritual de Bolivia*. Barcelona: Talleres Gráficos Avante, 1936.

E.SOUZA, Francisco. **O Nordeste brasileiro**. Invenção, espaço e dinâmica. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

F.RIBEIRO, Nelson de. **A questão geopolítica na Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005.

F.SILVA, M. M. “A Propósito da Palavra ‘Sertão’”. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, Volume VIII, n. (90): setembro, 1950, pp. 637-644,. Disponível via: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1950_v8_n90_set.pdf. Acesso em 10 de nov. de 2019.

F.SOUZA, Raimundo. **Arigó**. 2004.São Paulo: Scortecci, 2004.

FALCÃO, E. **Álbum do Rio Acre – 1906 a 1907**. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1985.

FARIA, Ernesto. **Dicionário Escolar Latino-Português**. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1955.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de sinônimos e antônimos**. Porto Alegre: Globo, 1967.

FERNÁNDEZ, Hernando Sanabria. *En busca de El Dorado*. Buenos Aires: Imprenta López, 1958.

FERREIRA, Jerusa Pires. Os segredos do sertão da terra: um longe perto *In: Léguas & meia: Revista de literatura e diversidade cultural*. Feira de Santana: UEFS, v. 3, nº 2, 2004, pp. 25-39. Disponível via: http://www2.uefs.br/leguaemeia/2/2_25-39longe.pdf. Acesso em 13 de nov. de 2019.

FIFER, J. Valerie. *Investigaciones y testimonios de contemporáneos. El sector Norte: rutas al Atlántico vía Amazonas - Relaciones de Bolivia con Brasil y Perú* *In: GUMUCIO, Mariano Baptista (Org.). Pando y la Amazonia boliviana*. Cochabamba: Kipus, 2014, pp. 226-256.

FIOCRUZ. Os grandes flagelos do norte *In: FIOCRUZ. A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992, pp. 111-154.

FOUCAULT, Michel de. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANCA, Soad Farias. **A Expansão da Fronteira Acreana**. Brasília: Dupligráfica, 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa et al.. **A Amazônia Colonial (1616-1798)**. Manaus: Metro Cúbico, 1994.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: EUERJ, 2004.

FURTADO, Francisco de Assis Arruda. **Emigração para o Acre**. Fortaleza: s/e, 1979.

G.CUNHA, Antônio. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1997.

GARCIA, João Carlos (coord.). **Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto (catálogo)**. Porto: FLUP/BPMP, 2011. Disponível via: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/0BAD%20001993CD/0BAD%20001993CD_ficheiros/BPMP_0BAD%20001993CD.pdf. Acesso em 09 de dez. 2018.

GARCIA, João Carlos. 1998. Do Alasca ao Paraguai: os mapas premonitórios das independências. *In:* (Org.) CAMPOS, António Antas de. Referências. **O Porto na VIII Cimeira Iberoamericana**. Porto: Norprint, 1998, pp. 93-125.

GARCIA, João Carlos. **A Nova Lusitânia: Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GARCIA, João Carlos. **A Terra de Vera Cruz – viagens, descrições e mapas do século XVIII**. Porto: BPMP, 2000.

GERARQUE, Eduardo. O fôlego de uma Teoria. *In:* **Revista Pesquisa FAPESP**, Seção Ambiente, São Paulo: FAPESP, maio de 2012, pp. 90-93. Disponível via: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/16/o-f%C3%B4lego-de-uma-teoria/>. Acesso em 24 de nov. de 2019.

GIANESELLA, Rubens Ramos. **Paisagens no tempo: vias litorâneas paulistas**. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – PPG-AU/FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 2008, 191f. Disponível via: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-30032010-095837/publico/Dissertacao.pdf>. Acesso em 03 de dez. de 2019.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. Fronteiras: o estilo negociador do Barão de Rio Branco como paradigma da Política Exterior no Brasil. *In:* **Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa**. CLIO. Nova Série – 6, 2002, Braga: Barbosa & Xavier, 2002, pp. 79-101.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Presença, 2010.

GOSÁLEZ, Raul Botello. *Proceso del sub imperialismo brasileño. La Paz*, 1960 *In:* GUMUCIO, Mariano Baptista (Org.). **Pando y la Amazonia boliviana**. Cochabamba: Kipus, 2014, pp. 212-215.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Acre em números 2017**. Rio Branco: SEPLAN/Governo do estado do Acre, 2017. Disponível via <http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/acre-em-numeros-2017.pdf>. Acesso em 02 de nov. de 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Acre: relatórios de governo (1899 a 1905)**. Volume I. Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Acre, 2002a.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Acre: relatórios de governo (1906 a 1910)**. Volume II. Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Acre, 2002b.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Acre+20 – uma terra de sonhos, um mundo de oportunidades**. Rio Branco: Governo do Acre, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Atlas Geográfico Ambiental do Acre**. Rio Branco: IMAC, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Zoneamento Ecológico Econômico**. Documento Síntese. Fase II. Rio Branco: SEMA, 2010.

GOYOCOCHÊA, Luiz Felipe de Carvalho. **O Barão de Rio Branco e a Questão do Acre**. Boletim da S. G. 18. Rio de Janeiro: SGRJ, 1945, Tomo LII.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma urbanização**. São Paulo: EDUSP, 2014.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do núcleo colonial Seringal empresa (Território do Acre)**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, ano 13, n. 4, out.-dez. 1951, pp. 545-576.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Estudo geográfico do Território do Acre**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

GUMUCIO, Mariano Baptista (Org.). **Pando y la Amazonia boliviana**. Cochabamba: Kipus, 2014.

HAESBAERT, Rogério. As armadilhas do Território *In*: SILVA, José Borzacchiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Esutógio Wanderley Correia. **Território: modos de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016, pp. 19-42.

HAFFER, J. e PRANCE, G. T. Impulsos climáticos da evolução na Amazônia durante o Cenozoico: sobre a Teoria dos Refúgios da diferenciação biótica *In*: **Estudos Avançados**. v. 16, n. 46, São Paulo, set./dez. 2002. Disponível via: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000300014>. Acesso em 21 de nov. de 2019.

HARLEY, J.B. **La nueva naturaliza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía**. México: FCE, 2005.

HENTEMRYCK, G; KURGAR-VAN. Leopoldo II e a Questão do Acre *In*: **Cadernos do CHDD**, Ano 8, Primeiro Semestre, 2018, pp. 471-499.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Mini Aurélio** – o dicionário da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil**. Disponível via: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.htmç?=&o-que-e>. Acesso em 02 de out. de 2019.

IBGE. **Municípios na faixa de fronteira 2018**. Disponível via: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em 04 de set. de 2019.

IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil (excertos da Revista Brasileira de Geografia)**. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1956.

IPHAN-AC. **Mapeamento Documental**. Rio Branco: IPHAN-AC, 2011.

IPHAN-AC. **SICG Centros históricos de Rio Branco e de Xapuri**. Rio Branco: IPHAN-AC, 2014.

ISHII, R. A. **Viagens do “homem que virou rio”: narrativas, traduções e percursos de William Chandless, pelas Amazôniaas, no século XIX**. Dissertação de Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade. Rio Branco: PPGLI/UFAC, 2011.

J. FERNANDES. **Negros na Amazônia Acreana**. Rio Branco: Edufac, 2012.

JORDÁN, Pilar García. **Cruz y arado, fuziles y discursos. La construcción de Los Orientes en el Perú y Bolivia 1820-1940**. Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa, 2001.

JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão de Rio Branco**. Brasília: Senado Federal, 1999.

KANTOR, Íris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850) *In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. v. 1, n.2, jul-dez, 2009, pp. 39-61. Publicado em 01.12.2009. Disponível via: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5513/7043>. Acesso em 01 de fev. de 2017.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas *In: Varia Historia*. Belo Horizonte: jan./jun. 2007, v. 23, n. 37, pp. 70-80. Disponível via: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752007000100005>. Acesso em 07 de mai. de 2019.

KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

KLEIN, Daniel da Silva. “...e como são também as construções desta terra”: uma análise narrativa/visual sobre a primeira Rio Branco, Acre (1903-1930), e a necessidade de sua preservação *In: Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v. 26, n. 1, jan./jun. 2013, pp. 167-181. Disponível via: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/17876/13510>. Acesso em 16 de jan. de 2020.

L.ORTIZ, Victor Hugo. **Cobija. Arquitetura e Urbanismo na Amazônia Boliviana**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 02, n. 019.02, Vitruvius, dez. 2001 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.019/820>. Acesso em 23 de fev. de 2017.

L.SANTOS, Lúcia. **Os movimentos desejantes da cidade – uma investigação sobre os processos inconscientes na arquitetura da cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. Porto Alegre: Dáctilo-Plus, 2008.

LAMAS, José M. Ressano Garia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LATINI, Rosy Mary. **Caracterização, datação e análise de cerâmicas arqueológicas da bacia amazônica, através de técnicas nucleares**. Tese de doutorado em Geociências (Geoquímica). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói-RJ, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1989.

LEONI, Julio Cesar Maldonado. *Participación patriótico del Capitán Arthur Posnansky em la Guerra del Acre* In: **Revista Fuentes**, vol. 9, nº 36, febrero, 2015. La Paz: Instituto Internaonal de Integración del convenio Andrés Bello, pp. 7-17.

LEVIS, C. et al. *Persistent effects of pre-Columbian plant domestication fo Amazonian forest composition* In: **Science**, v. 3 55, n. 6328, 3. mar, 2017, pp. 925-931. Disponível via: <http://science.sciencemag.org/content/355/6328/925.full>. Acesso em 01 de fev. de 2018.

LIMA, Araujo. **Amazonia. A terra e o homem**. Rio de Janeiro: Alba, 1933.

LIRA NETO. **O poder e a peste. A vida de Rodolfo Teófilo**. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Caminhos de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718. **Coleção da “Revista de História**. São Paulo, 1960.

LOPES, Reinaldo José. **Antes de Cabral, Amazônia teve mais de 8 milhões de índios**. Folha de São Paulo. Publicado em 03 de dez. de 2015. Disponível via: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2015/12/1714263-antes-de-cabral-amazonia-chegou-a-ter-10-milhoes-de-indios.shtml?cmpid=newseditor>. Acesso em 28 de fev. de 2018.

LÓPEZ, Ciro Torres. **Las maravillosas tierras del Acre. La Paz: Talleres Tipográficos del Colegio Don Bosco**, 1930.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 17, nov. 1998. pp. 63-180.

LUCENA, Giselle Xavier d’Ávila. **O Acre (não) existe**: um estudo sobre identidade, memória e midiaticização. Dissertação de mestrado em Comunicação Social do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social – Interações Midiaticizadas, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2014, 150f.

M. ALBUQUERQUE, Nedy Bianca. **“A cavalo dado não se olham os dentes”**: o Bolivian Syndicate e a questão do Acre na imprensa (1890 a 1909). Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo - PPGHS/FFLCH/USP. São Paulo: USP, 2015, 207f. Disponível via: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05082015-145858/pt-br.php>. Acesso em 10 de mai. de 2016.

M.ARAÚJO, Renata. **As Cidades da Amazônia do Século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.

M.DINIZ, Nathalia Mariaio. **Um Sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte**. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – PPG-FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 2014, 309p.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Sertões: notas para o uso da palavra no mundo português In: **Anais do 30º Simpósio Nacional de História na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE**. Recife, 15 a 19 de julho de 2019, pp. 1-10. Disponível via: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565315038_ARQUIVO_SERTOES.pdf. Acesso em 13 de nov. de 2019.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes *In*: STROHAECKER, T. M; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N.O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (Orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, pp. 41-49.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria** – imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Moderna, 1997.

MAIA, Mário. **Rios e Barrancos do Acre**. Niterói: Senado Federal Centro Gráfico, 1978.

MARINS, Francisco. **Território de Bravos**. São Paulo: Cia Melhoramento, 1976.

MARTÍNEZ, Edgardo Rivera. *Antología de la Amazonía del Perú 1539-1960*. Lima: Fundación Manuel J. Bustamante de la Fuente, 2007.

MARTINS, Carlos A. F. Identidade nacional e Estado no projeto modernista. Modernidade, Estado e tradição. *In*: GUERRA, Abílio. (Org.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira parte 1**. São Paulo: Romano Guerra, 2010, pp. 279-298.

MEDINA, Fernando de Armas. *Cristianizacion del Peru (1532-1600)*. Sevilla: GEHA – Alfonso XII, 12, 1953.

MEIRA, Augusto. **Autonomia Acreana**. Belém, Typ. da Livraria Escolar, 1913.

MEIRELLES JÚNIOR, José Carlos dos Reis. 6 – Isolados. Os índios isolados no Acre *In*: FEM/GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Povos indígenas do Acre**. Rio Branco: FEM, 2010, pp. 46-51.

MELO, Mário Diogo de. **Do sertão cearense às barrancas do Acre**. Manaus: Sérgio Cardoso, 1968.

MELOSI, Martin. “one the cusp of the new public health”. *Bacteriology, environmental sanitation and the quest for permanince, 1880-1920* *In*: **The Sanitary City**. Battimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000, pp. 103-116.

MENDOZA, Jaime. Páginas bárbaras (1916) *In*: GUMUCIO, Mariano Baptista (Org.). **Pando y la Amazonia boliviana**. Cochabamba: Kipus, 2014, pp. 115-132.

MENEDEZ, Baldomero. *Manual de Geografía y Estadística Del Alto Perú ó Bolivia*. Paris: Librería de Rosa y Bouret, 1860.

MENEZES, Maria Lúcia Pires; FERNANDES, Nelson da Nobrega. AS CAPITAIS DO ACRE: A CIDADE E OS PODERES *In*: **Scripta Nova, REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**, Barcelona: Universidad de Barcelona. Vol. IX, núm. 194 (106), 1 de agosto de 2005. Disponível via: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-106.htm>. Acesso em 27 de jan. de 2020.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. Por uma razão decolonial. **Revista Civitas**. Porto Alegre, v. 14, nº 1, jan/abr. 2014, pp. 66-80. Disponível via: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/16181/10959>. Acesso em 18 de nov. de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MONTES, Ismael. *Testimonio y protagonistas. Campaña del Acre. Informe del comandante en jefe Coronel Ismael Montes. Comandancia en Jefe de las fuerzas destinadas a la pacificación del Acre: Buenos Aires, mayo 1º de 1901. In: GUMUCIO, Mariano Baptista (Org.). Pando y la Amazonia boliviana. Cochabamba: Kipus, 2014, pp. 40-64.*

MORAES, Antônio Carlos Robert. Sertão um “outro” geográfico. **Terra Brasilis** Revista da Rede de História da Geografia e Geografia Histórica, 2003, pp. 1-6. Disponível via: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em 07 de jun. de 2016.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”: invenção e reinvenção da identidade acreana. – Rio Branco: Edufac, 2016a.

MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”: invenção e reinvenção da identidade do Acre. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – PosGeo/UFF. Niterói: UFF, 2008, 301f.

MORAIS, Maria de Jesus. A questão fronteiriça como mito fundador do Acre e dos Acreanos *In: Muiraquitã* – Revista de Letras e Humanidades. v. 3, n. 1, Rio Branco: UFAC, 2015, pp. 105-120. Disponível via: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/627>. Acesso em 22 de jan. de 2020.

MORAIS, Maria de Jesus. Acreanidade *In: ALBUQUERQUE, Gerson; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.). Uwa’kürü. Dicionário analítico*. Rio Branco: Nepan, 2016b, pp. 30-44. Disponível via: http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/arquivos/e_book_Uwa_k_r_Dicionario_Analitico_1877679675_958788869.pdf. Acesso em 19 de jan. de 2020.

MORAIS, Maria de Jesus. **O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO ESTADO DO ACRE – BRASIL**. Anais do 8º Encontro de Geógrafos de América Latina – EGAL. Santiago, 2001. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/56.pdf>. Acesso em 20 de jan. de 2020.

MOREIRA, R. & ARAUJO, R. “A Engenharia Militar do Século XVIII e A Ocupação da Amazonia”. *In: Amazônia Felsínea. António José Landi. Itinerário Artístico e Científico de Um Arquitecto Bolonhês na Amazônia do Século XVIII*. Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 173-195.

MOSCOSO, Fernando Rosas. *Del río de la plata al Amazonas: Perú y el Brasil en la época de la dominación ibérica*. Lima: Universidad Ricardo Palma, 2008.

MRE/FUNAG. **Obras do Barão do Rio Branco V** - questões de limites exposições de motivos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível via: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/966-obras-do-barao-v-questoes-de-limites-exposicoes-de-motivos.pdf>. Acesso em 2 de set. de 2018.

MUÑIZ, Mauro. *Orellana el tuerto del Amazonas*. Madrid: Alderabán, 1998.

MUZZO, Gustavo Pons. *Las fronteras del Perú. Estudio Histórico*. Lima: Iberia, 1961.

N.DIAS, Manuel Nunes. A política pombalina na colonização da Amazônia (1755-1778). Centro de Estudos históricos Ultramarinos Portugal. **Separata de STVDIA**, Lisboa: Silvas, 1968, nº23.

NASCIMENTO, Milton. Txai (4'04''), lado A, faixa A2 *In*: NASCIMENTO, Milton. **Txai**. (vinil/LP/álbum), Rio de Janeiro: Discos CBS, 1990.

NEVES, Marlúcia Cândida de Oliveira. **A colocação e a casa do seringueiro: exemplo de arquitetura vernácula da Amazônia**. Rio Branco: TJ-Acre, 2007.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. **Nos Sertões do Poente. Conquista e Colonização do Brasil Central**. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. São Paulo: FFLCH/USP, 2008, 221f.

NOVAK, Fabián; NAMIHAS, Sandra. **As Relações entre Peru e Brasil – 1826-2012**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adanauer, 2013.

NUNES, Francisco Augusto Vieira. **À margem da vida num leprosário do Acre**. Petrópolis: Vozes, 1978.

O.DIAS, Joana de. **A carruagem vira jerimum: controvérsias da produção do espaço e tempo urbanos em Sena Madureira no início do século XX**. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre – MDR/UFAC. Rio Branco, 2014. 137 f.

OLIVEIRA, Marly Maria. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ONLINE ETIMOLOGY DICTIONARY. **Acre** *In*: Online Etymology Dictionary. Disponível via: https://www.etymonline.com/word/acre#etymonline_v_5065. Acesso em 22 de out. de 2018.

ONOFRE, Manuel. **Amazônia**. O papel decisivo do Mal. Taumaturgo de Azevedo na questão do Acre. Rio de Janeiro: Tupy, 1968.

ORTIZ, Djalma. **História II: Purus Ferro-carril**. Publicado em 26 de outubro de 2010. Disponível via: <http://senamadureira.blogspot.com/2010/10/historia-ii-purus-ferro-carril.html>. Acesso em 24 de jan. de 2020.

PANDO, Óscar Paredes. **Explotación del caucho – shiringa Brasil-Bolivia-Perú**. Cuzco: JL Editores, 2013.

PÄRSSINEN, Martti; RANZI, Alceu; SAUNALUOMA, Sanna. Antigas construções geométricas de terra na região de Rio Branco, Acre, Brasil *In*: SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu; Pärssinen (Orgs.). **Arqueologia da Amazônia Ocidental: os Geoglifos do Acre**. EDUFPA: Belém, 2008, pp.63-96.

PAZ, Ramiro V. **Dominio amazônico**. La Paz: Plural Editores, 1999.

PEREIRA FILHO, José do Carmo. **O Barão de Rio Branco e a consolidação das fronteiras do Brasil na transição do Império para a República (1902-1912)**. Dissertação de mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP. Porto: FLUP, 2013.

PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à História da Arquitetura das origens ao século XXI**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PERU. *Atlas Departamental del Perú. Madre de Dios e Ucayali*, vol.7. Lima: Peisa, 2003.

PIVETTA, Marcos. Mais gente na floresta *In: Revista Pesquisa FAPESP*. São Paulo: Plural Indústria Gráfica, Maio de 2018, ano 19, n.267, pp. 18-23.

POLITO, André Guilherme. **Michaelis** Dicionário de Sinônimos e Antônimos. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **A Rio Branco que vivemos**. Registro histórico dos 100 anos de Prefeitura. Rio Branco: Prefeitura Municipal de Rio Branco e Gabinete do senador Jorge Viana, 2013a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **Rio Branco**. Rio Branco: Prefeitura Municipal de Rio Branco, 2013b. Disponível via: <http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/rio-branco.html>. Acesso em 16 de nov. de 2013.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **A História de Rio Branco através de seus varadouros**. Uma viagem no Seringal-cidade e no seu Patrimônio Cultural. Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural – ZEAS de Rio Branco. Rio Branco: PMRBR, s/d. Disponível via: <http://zeas.riobranco.ac.gov.br/?tag=historia-de-rio-branco>. Acesso em 20 de abr. de 2014.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **Esta terra tinha dono**. São Paulo: FTD, 2000.

PROUS, André. A Pré-História Amazônica *In: KAXINAWÁ*, Joaquim Paulo Maná. **Índios no Acre** – História e Organização. Rio Branco: CPI-Acre, 2002, capítulo XII.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 117-142. Disponível via: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em 03 de abr. de 2016.

R.CAVALCANTE. **Manoel Urbano: ontem e hoje**. Rio Branco: Editora do autor, 2014.

R.SILVA, Maria . Um pouco sobre a história dos Povos Indígenas no Acre *In: FEM/GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Povos indígenas do Acre*. Rio Branco: FEM, 2010, pp.10-17.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre (1870-1912)**. Rio Branco: Paim, 1992.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas**. Manaus: Valer/Governo do Amazonas, 2001.

RANZI, Tiago Juruá Damo. **Geoglifos do Acre e a proteção dos sítios arqueológicos no Brasil**. Rio Branco: Printac, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

REIS, Artur César Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1956.

REIS, Artur César Ferreira. **Conquista do Acre** (Tese ao III Congresso sul-riograndense de História e Geografia). Porto Alegre: Of. Gráf. Da Livraria Globo, 1941.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología, teoría y método**. 3a. ed. Madrid: Akal, 2007.

REYES, Fernando Siliano. **O papel das vias de circulação na coesão territorial do estado boliviano: da Audiência de Charcas à Bolívia de 1971**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – PPGH/FFLCH-USP. São Paulo: 2010, 144p.

RIBEIRO, Valdeci Cândido de Lima. A sustentabilidade da habitação do seringueiro amazônico. In: Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, (28), 2010, 182-197. Disponível via: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43707>. Acesso em 24 de nov. de 2019.

RIBEIRO, Valdeci Cândido de Lima. **Acre – resgatando a memória: o seringueiro amazônico**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RIBEIRO, Valdeci Cândido de Lima. **Habitação Social sob a ótica da Sustentabilidade – o seringueiro e a fonte de inspiração**. Dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, da Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói: UFF, 2009.

RIO-BRANCO, Miguel Paranhos de. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750**. Serviço de Documentação. Os Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: Dep. de Imp. Nacional/ Serviço de Documentação/Ministério da Educação e Saúde, 1953.

ROBACHER, Liliane. **Habitação amazônica: um estudo comparativo entre moradia na floresta e moradia na cidade**. Curitiba: EDUCA, 1983.

ROCA, José Luis. **Economía Y Sociedad em el Oriente Boliviano (Siglos XVI-XX)**. Santa Cruz: Cotas, 2001.

RODRÍGUEZ, Jorge Cortez. *Los conflictos en el tiempo. Cuadernos de historia. Instituto de estudios andinos y amazónicos. La Paz, 1995* In: GUMUCIO, Mariano Baptista (Org.). **Pando y la Amazonia boliviana – La Guerra del Acre. Un territorio sin nombre**. Cochabamba: Kipus, 2014, pp. 288-293.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROUX, Jean Claude. *De los limites a la frontera: o los malentendidos de la geopolítica amazónica* In: JORDÁN, Pilar Garcia (Org.). **Dept. de História de América ‘Fernández de Oviedo’ – Instituto de Historia**. Madri: Gráfica Loureiro, Revista de Indias, 2001, vol. LXI, núm.223, pp. 513-539.

S.CAMPOS, Luciano. **Amazônia “...a Ferro, a Fogo e a Sangue!”**. Fortaleza: Tipoprogresso, 2010.

SÁ, Fabia Raggi de. **A modernidade do Art Déco na arquitetura rio-branquense (1946-1950)**. Monografia de Especialização em Natureza, Cultura e Movimentos Sociais na Amazônia, do Departamento de História, da Universidade Federal do Acre – UFAC. Rio Branco: UFAC, 2007, 78f.

SACK, Robert David. **Human Territoriality. Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAGÁRNAGA, Elias. *Recuerdos de la campaña del Acre de 1903. Mis notas de viaje. La Paz: Talleres Gráficos La Presena, 1909.*

SAMPAIO, Jorge Henrique Maia; OLÍMPIO, Marise Magalhães. **Estados Unidos e o Destino Manifesto.** Revista Ameríndia, Volume 2, nº2/2006, pp. 1-12. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/2015/article/view/1552/1405>. Acesso em 01 de jun. de 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** Da crítica da Geografia à Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHAAN, Denise Pahl; RANZI, Alceu; BARBOSA, Antonia Damasceno (Orgs.). **Geoglifos: Paisagens da Amazônia Ocidental.** Rio Branco: GKNORONHA, 2010.

SCHAAN, Denise Pahl; RANZI, Alceu; PÄRSSINEN, Martti. (Orgs.). **Arqueologia da Amazônia Ocidental: os Geoglifos do Acre.** EDUFPA: Belém, 2008.

SCHAAN, Denise. P.; PARSSINEN, Martti.; SAUNALUOMA, Sanna; BARBOSA, Antonia Damasceno; RANZI, Alceu. Arquitetura Monumental na Amazônia Ocidental: os sítios tipo geoglifo no estado do Acre. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado (Orgs.). **Tempos Ancestrais.** São Paulo: Annablume, 2012, v. 1, pp. 191-216.

SCHAAN, Denise; BUENO, Miriam; RANZI, Alceu; BARBOSA, Antonia; SILVA, Arlan; CASAGRANDE, Edgar; RODRIGUES, Allana; DANTAS, Alessandra; RAMPANELLI, Ivandra. Construindo Paisagens Como Espaços Sociais: O Caso Dos Geoglifos Do Acre In: **Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 2010, São Paulo: SAB, V.23, M.1, pp. 30-41.

SCHAAN, Denisel Pahl. A Amazônia em 1491. In: **Especiaria – Caderno de Ciências Humanas**, vs.11 e 12, n. 20 e 21, jul./dez. 2008 e jan./jul. 2009, [2009a], pp. 55-82. Disponível via <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/692>. Acesso em 15 de fev. de 2017.

SCHAAN, Denisel Pahl. Os Geoglifos e a atuação da Eletronorte no Acre In: SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu; Pärssinen (Orgs.). **Arqueologia da Amazônia Ocidental: os Geoglifos do Acre.** EDUFPA: Belém, 2008, pp. 97-119.

SCHAAN, Denisel Pahl. Paisagens, Imagens e Memórias da Amazônia Pré-Colombiana. In: Paisagem e Memória. In: SIVEIRA, Flavio Abreu da; CANCELA, Crisitna Donza (Orgs.). **Paisagem e Cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade.** Belém: Editora Universitária - EDUFPA, 2009b, v. I, pp. 03-243.

SCHEEL-YBERT, Rita. Considerações sobre o método de datação pelo Carbono-14 e alguns comentários sobre a datação de sambaquis. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 9, p. 297–301, 1999.

SCHMINK, Marianne. **Rio Branco: a cidade da florestania.** Belém: EDUFPA, 2008.

SCHULZ, Sonia Hilf. **Estéticas Urbanas** – da pólis grega à metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SELVA, João da. **A reabilitação do Acre (Actividades acreanas sob a administração Hugo Carneiro - 1927-1929)**. Manáos: Armazém Palácio Real, 1929.

SENADO FEDERAL (redação). **Nabor**: verbete de dicionário desrespeita o estado do Acre. Senado notícias. Publicado em 18.08.1997. Disponível dia: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1997/08/18/nabor-verbete-de-dicionario-desrespeita-o-estado-do-acre>. Acesso em 05 de jan. de 2020.

SENADO FEDERAL. **O Tratado de Limites Brasil-Peru**. Brasília: Conselho Editorial, Senado Federal, 2009.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria tropical**: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Manaus: UEA Edições, 2013.

SILVA, Francisco Bento da. Desterrados para a Amazônia: *In*: ALBUQUERQUE, Gerson; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.). **Uwa'kürü. Dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan, 2016, pp. 137-151. Disponível via: http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/arquivos/e_book_Uwa_k_r_Dicionario_Analitico_1877679675_958788869.pdf. Acesso em 19 de jan. de 2020.

SILVA, José Borzacchiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Esutógio Wanderley Correia. **Território**: modos de pensar e usar. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da Primeira República *In*: **Arquitextos**, São Paulo, 08.090, Vitruvius, nov 2007 Disponível via <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.090/190>. Acesso em 22 de mar. de 2016.

SIMÕES, Veiga. **Daquem & dalem mar. Portugal e Amazônia**. Manáos: Typ. da Livraria Palais Royal, 1916.

SIMÕES, Veiga. **Interesses portugueses na Amazonia**. Lisboa: Ofic. Tip. Do Anuario Comercial, 1917.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo os seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOARES, Diogo (intérprete). **O ciclo da borracha**. Música.2'36". Publicado em 27 de abril de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XOm_XPdW-UM. Acesso em 28 de fev. de 2020 (transcrição).

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos para o Império**. Os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. CIDADES IMAGINÁRIAS NO ACRE TERRITORIAL (1900-1910) *In*: **Revista Labirinto**, Ano XVIII, Volume 28, (jan-jun). Porto Velho: UNIR, 2018, pp.59-78. Disponível via: <https://docplayer.com.br/134501124-Cidades-imaginarias-no-acre-territorial.html>. Acesso em 20 de out. de 2019.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Desnervados, desfibrados e amarelos em busca de cura**: saúde pública no Acre territorial (1904 a 1930). Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História

Social da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. São Paulo: USP, 2014, 256f. Disponível via: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15012015-184237/pt-br.php>. Acesso em 20 e mar. de 2018.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da modernidade no Acre: A utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920**. 2002, 124fls. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, Disponível via: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7678>. Acesso em 19 de mai. de 2016.

T.FERNANDES, Felipe. *Bolivian Syndicate*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOLIVIAN%20SYNDICATE.pdf>. Acesso em 13 de jun. de 2016.

TACLA, Zake. **O livro da Arte de Construir**. São Paulo: Unipress, 1984.

TEMER, Michel. **Território Federal nas Constituições Brasileiras**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, EDUC, 1976.

TOCANTINS, Leandro. **Acre, Rio Branco e o espírito luso**. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1962.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e espaço**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

TOCANTINS, Leandro. **O Estado do Acre**. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

TRINDADE, Thiago Berlanga. *Geoglifos, zanjás ou earthworks?* Levantamento geral dos sítios arqueológicos com estrutura de terra em vala no médio rio Guaporé (RO) e análise comparada com os demais sítios no Sudoeste da bacia Amazônica. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP. São Paulo: MAE-USP, 2015. 218f. Disponível via: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-17092015-110343/publico/ThiagoTrindadeREVISADA.pdf>. Acesso em 05 de out. de 2018.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

V.OLIVEIRA, Marcos. **O último oeste: a conquista do Acre**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília – UnB. Brasília: UnB, 1992.

VACA, Elsy Alpire. *Historia de Pando. La Guerra de Acre. La Paz: LP Otoño*, 2011.

VASCONCELOS, Gustavo Duarte. Modos de habitar uma vila balnear *In*: ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (coord.). **História da Arquitetura** – Perspectivas Temáticas. Porto: Sersilto, 2018, pp. 263-287.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência, fronteiras e nação: comissões brasileiras na demarcação dos limites territoriais entre o Brasil e a Bolívia, 1895-1901 *In: Boletim Ciências Humanas do Museu paraense Emilio Goeldi*. Belém: MPEG, V.5, n.2 maio/agosto de 2010, pp. 345-361.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Foucault revoluciona a história. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão de Rio Branco**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2016.

VILA, Pia; JARDIM, Felipe; AQUINO, Romerito. **Rio estranho**. Canção apresentada no III Festival Acreano de Música Popular – FAMP, no ano de 1983. Letra disponível via: <http://www.altinomachado.com.br/2015/03/acre-rio-estranho.html>. Acesso em 01 de fev. de 2020.

VIRTANEN, Pirjo Kristiina. Observações sobre as possíveis relações entre os sítios arqueológicos do Acre e um povo Aruak contemporâneo *In: SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu; Pärssinen (Orgs.). Arqueologia da Amazônia Ocidental: os Geoglifos do Acre*. EDUFPA: Belém, 2008, pp. 120-133.

VITAL, André Vasques. O poder contingente do rio Iaco no Território Federal do Acre (1904-1920) *In: Revista Brasileira de História*. Dossiê Rios e Sociedade. São Paulo: vol.39, n.81, Mai./aug. 2019, pp. 25-46. Disponível via: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882019000200025. Acesso em 24 de jan. de 2020.

VITAL, André Vasques. **Política e Saúde Pública no cativeiro dos rios: a integração nacional do território federal do Acre (Alto Purus, 1904-1920)**. Tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016, 342 f.

WEIMER, Günter. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura brasileira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

YÁZIGI, Eduardo. A paisagem como fato cultural *In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 29-64.

ZANCHETI, Silvio Mendes; SILVA, Aline de Figueirôa; LIRA, Flaviana Barreto; BRAGA, Anna Caroline; GAMEIRO, Fabiana Gonçalves. A pátina na cidade *In: CECI. Texto para discussão*, V.31, Série 1 – Gestão da Conservação Urbana do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI. Olinda: CECI, 2008. Disponível via: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/319-textos-para-discussao-v-31.html>. Acesso em 13 de nov. de 2019.